

**A CRISE DO CAPITAL - os fatos e sua interpretação marxista**, na edição original de 1985, refundiu em texto unitário onze estudos anteriores, produzidos ao longo da década precedente. À versão brasileira, ora lançada, Ernest Mandel agregou mais cinco escritos (Capítulos XXIX a XXXIII), elaborados depois da publicação francesa da obra. De sorte que **A CRISE DO CAPITAL** em português reúne da forma mais completa a investigação mandeliana sobre o tema, enfeixando análises que vão de janeiro de 1975 a novembro de 1987.

Assentado sobre as **recessões generalizadas** de 1974/75 e 1980/82, o livro investiga esses eventos críticos, "tanto no seu quadro histórico preciso - a ruptura com o longo período de expansão do pós-guerra -, quanto no quadro mais geral da história do modo de produção capitalista em seu conjunto", decidido a propiciar a inteligibilidade dos mesmos enquanto fenômenos produzidos pela "lógica imanente do sistema". Procedimento pelo qual Mandel reafirma e se propõe "afinar a exposição e a aplicação da teoria marxista das crises periódicas e do ciclo industrial", assumida por ele como "um dos capítulos mais controvertidos, como também mais impressionantes da obra teórica de Marx".

**A CRISE DO CAPITAL** está intimamente vinculada às rotas e aos propósitos teóricos de **O Capitalismo Tardio** (Abril Cultural-1982), redigido há quase vinte anos visando esclarecer o capitalismo do século 20, especialmente sua fase posterior à segunda guerra mundial. Liame que se manifesta como articulação entre a ampla arquitetônica teórica do livro mais antigo e a analítica de processos concretos e correntes da obra mais recente. O resultado, na avaliação do próprio autor, "é uma análise que evita, tanto o perigo da crônica pura, quanto o da análise que se mantém a um nível de abstração tal que não serve mais para explicar os acontecimentos passados ou futuros". No conjunto, um dos painéis mais densos e agudos da contemporaneidade, luz rara na desértica produção marxista e reflexiva em geral da atualidade.

Entretanto, nesse contorno opulento, não é impertinente, nem muito difícil, problematizar certos lineamentos da elaboração mandeliana; desde questões de método até mesmo a impropriedade da designação - **capitalismo tardio**.

**SEBO SÓ LER**  
COMPRA - VENDE - TROCA  
Livros - Revistas - Gibis  
Lvd's, Cd's e Lp's  
Rua Primeiro de Março, 777  
Centro - São Leopoldo  
Fone: (51) 3591.5316

Ernest Mandel

Ernesto Alfredo  
Guimarães Borges  
São Paulo, 2010

## A crise do capital

Os fatos e sua interpretação marxista

*João*  
09/04/81  
Tradução

Juarez Guimarães

e

João Machado Borges

**Dados de Catalogação na Publicação (CIP) Internacional  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Mandel, Ernest, 1923-

A crise do capital : os fatos e a sua interpretação marxista / Ernest Mendel [tradução de Juarez Guimarães, João Machado Borges]. — São Paulo : Ensaio ; Campinas, SP : Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1990.

1. Ciclos econômicos — História — Século 20  
2. Economia marxista. 3. História econômica, 1971-  
I. Título.

CDD-338.5420904  
-330.9  
-335.412

90-0833

**Índice para catálogo sistemático:**

1. Ciclos econômicos : História : Século 20  
338.5420904
2. Economia : História 330.09
3. Economia marxista 335.412
4. Século 20 : Ciclos econômicos : História  
338.5420904



**33**  
EDITORA ENSAIO



*Título Original*

La Crise

Les faits, leur interprétation marxiste

Copyright © da tradução: Editora Ensaio Ltda

EDITORA DA  
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
UNICAMP

*Reitor:* Paulo Renato Costa Souza

*Coordenador Geral da Universidade:* Carlos Vogt

*Conselho Editorial:* Aécio Pereira Chagas, Alfredo

Miguel Ozorio de Almeida, Atílio José Giarola,

Yara Frateschi Vieira (*Presidente*), Eduardo

Guimarães, Hermógenes de Freitas Leitão Filho,

Jayme Antunes Maciel Júnior, Luiz Cesar

Marques Filho, Ubiratan D'Ambrosio.

*Diretor Executivo:* Eduardo Guimarães

*Tradução*

Juarez Guimarães

João Machado Borges

*Revisão*

Cyntia Panzani

Genolino José dos Santos

*Capa*

Walter Hüne

1990

Editora ENSAIO

Rua Tupi 784 — Casa 2/3

01233 — São Paulo/SP / 664036

Editora da Unicamp

Rua Cecílio Feltris, 253

Cidade Universitária

13083 — Campinas — SP.

ÍNDICE

Prólogo .....	7
I. A Primeira Recessão Generalizada da Economia capitalista internacional desde a Segunda Guerra Mundial.....	9
II. A amplitude da recessão de 1974/75 .....	15
III. A contração do Comércio Mundial.....	19
IV. Uma crise clássica de superprodução.....	23
V. ...Mas com particularidades específicas.....	29
VI. A inflação ainda não é galopante.....	34
VII. A alta do preço do petróleo não provocou a 20ª crise de superprodução desde a formação do mercado mundial do capitalismo industrial.....	37
VIII. Os países semicoloniais e dependentes na Recessão .....	41
IX. O acirramento da concorrência interimperialista no decorrer da recessão .....	47
X. Os principais ramos industriais na recessão .....	51
XI. A reanimação monetária e a duração limitada da recessão .....	59
XII. Os <i>crashes</i> financeiros, a política da retomada e o medo de um pânico bancário .....	65
XIII. As causas fundamentais da recessão não foram eliminadas.....	73
XIV. As incidências da crise do sistema monetário internacional sobre a evolução da conjuntura econômica.....	79
XV. A estagnação do mercado comum europeu: crise e continuidade.....	89
XVI. A ascensão do ouro .....	95

XVII. A agricultura na crise ou o carrossel infernal dos lucros da fome .....	113
XVIII. Os países ditos socialistas e as flutuações da conjuntura econômica internacional .....	119
XIX. As raízes da crise econômica polonesa .....	129
XX. A reinserção da China no mercado mundial.....	145
XXI. O novo ciclo 1976/80 .....	161
XXII. A recessão generalizada de 1980/82.....	175
XXIII. Uma nova "zona de co-prosperidade" no Leste asiático? .....	191
XXIV. As tentativas de reestruturação do mercado mundial e do capital industrial internacional .....	197
XXV. A explicação marxista das crise de superprodução em geral.....	209
XXVI. A explicação marxista dos ciclos 1971/75, 1976/82 e 1982/86(7) .....	221
XXVII. O movimento operário diante da crise .....	231
XXVIII. A retomada 1983/85 está combinada a uma crise financeira agravada.....	243
XXIX. A dinâmica infernal da espiral da dívida.....	275
XXX. Mini-recessão ou recessão prolongada? As perspectivas para a economia internacional em 1986/87 .....	289
XXXI. O sistema monetário europeu.....	303
XXXII. Crise monetária e concorrência imperialista .....	311
XXXIII. Rumo a uma nova recessão.....	319

## PRÓLOGO

A obra que apresentamos nasceu de onze estudos conjunturais — que tínhamos publicado sucessivamente em números especiais da revista *Imprécor* — consagrados à evolução da situação econômica internacional (especificamente os de 16 de jan., 5 de jun. e 18 de dez. 1975; 11 de nov. 1976; 23 de dez. 1977; 30 de dez. 1978; 17 de jan. 1980; 16 de fev. 1981; 23 de abr. 1982; 23 de jul. 1984 e 1º de abr. 1985).

Não foi necessário modificar em nada o juízo feito sobre a conjuntura, nos momentos acima citados, para poder refundir tais artigos em um texto coerente. Bastou suprimir as repetições e integrar dados conhecidos posteriormente. Assim, o resultado é uma análise que evita tanto o perigo da crônica pura quanto o da análise que se mantém a um nível de abstração tal que não serve mais para explicar os acontecimentos passados ou futuros. Como nas nossas obras precedentes, que tratam de problemas econômicos, tentamos integrar, passo a passo, os dados principais da realidade empírica e as categorias analíticas de Marx, estas servindo à explicação daqueles por intermédio de uma série de análises, noções e hipóteses mediadoras.

Trata-se de situar as recessões generalizadas de 1974/75 e 1980/82, tanto no seu quadro histórico preciso — a ruptura com o longo período de expansão do pós-guerra —, quanto no quadro mais geral da história do modo de produção capitalista em seu conjunto. Trata-se de explicar em que essas recessões e as fases de depressão — de retomada hesitante, desigual e não-cumulativa — que lhes seguem não são nem o resultado do acaso nem o produto de elementos exógenos ("a alta do preço do petróleo"; "a luta de libertação dos povos do Terceiro Mundo"; "o comportamento irracional dos sindicatos"; "as reivindicações salariais dos trabalhadores, que se antecipam à inflação"). Elas correspondem, ao contrário, à lógica imanente do sistema — embora fatores exógenos ou acidentais desempenhem evidentemente um papel nas particularidades de cada ciclo.

Dessa forma, podemos afinar ao mesmo tempo a exposição e a aplicação da teoria marxista das crises periódicas e do ciclo industrial, o que continua a ser um dos capítulos mais controvertidos, como também mais impressionantes da obra teórica de Marx.

É quase desnecessário sublinhar que, se o autor se esforça para obter o máximo de *objetividade* — isto é, se se esforça para apreender e explicar a realidade tal como ela é na sua totalidade em movimento, e não escamoteia nenhum aspecto para fazê-la entrar em tal ou qual esquema ideológico pré-concebido —, ele não é, de nenhum modo, *imparcial*.

A crise, o reaparecimento do desemprego massivo, a ofensiva universal do capital contra a classe operária, a miséria que se amplia no Terceiro Mundo, as ameaças crescentes que pesam sobre as liberdades democráticas e sobre a paz em razão da própria deterioração da situação econômica do capital, tudo isso nos incita a repetir com força que o regime capitalista é um regime condenado. Ele ameaça cada vez mais destruir a substância da civilização material e da cultura humana a que ele outrora propiciara o progresso, embora de forma contraditória, com vícios enormes e alienações que lhe eram inerentes desde o início. É urgente que a humanidade o substitua por um regime social adaptado às necessidades contemporâneas do homem, às suas forças produtivas e à sua tendência emancipadora — o regime socialista, não existente em lugar algum. A única força social capaz de levar a bom termo essa obra de reconstrução gigantesca é a classe operária, isto é, o conjunto dos assalariados.

A crise atual deve facilitar o distanciamento da classe operária da influência ideológica burguesa. Ela arranca os véus que lhe tinham em parte escondido a verdadeira face do capitalismo no período de prosperidade relativa. Favorece, portanto, a elevação da consciência de classe proletária, estimulando o combate anticapitalista. No entanto, essa tomada de consciência deve ser científica, não carregando nem mentiras, nem lendas, nem mitos, mas se apoiando em fatos reais e em sua explicação rigorosa. Tal é nossa ambição, que deveria ser a ambição de todo marxista, para quem só a verdade pode ser revolucionária.

## CAPÍTULO I

### A PRIMEIRA RECESSÃO GENERALIZADA DA ECONOMIA CAPITALISTA INTERNACIONAL DESDE A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Entre 1974 e 1975, a economia capitalista internacional conheceu a sua primeira recessão generalizada desde a II Guerra Mundial, sendo a única, até então, a golpear simultaneamente todas as grandes potências imperialistas. Mas, se ela surpreendeu todos aqueles que, nos meios burgueses e pequeno-burgueses, bem como no movimento operário, tinham dado crédito às afirmações segundo as quais os governos do capital estariam de agora em diante em condições de "controlar o ciclo", nós a tínhamos predito e anuncia-

1. Poder-se-iam citar inúmeras fontes. Eis alguns exemplos e não os menores. O Prêmio Nobel de Ciência Econômica Paul Samuelson: "O National Bureau of Economic Research trabalhou tão bem que de fato eliminou uma das suas próprias tarefas principais, ou seja, as flutuações cíclicas /.../". Do mesmo autor, em sua obra *Economics*: "A síntese neoclássica: graças ao emprego apropriado e reforçado das políticas monetárias e fiscais, nosso sistema de economia mista pode evitar os excessos dos booms e das depressões, e pode visualizar um crescimento progressivo sadio".

Walter Heller, antigo presidente do comitê dos conselheiros econômicos do presidente Kennedy: "Considerando a experiência dos anos 60 e os progressos que se podem atingir, podemos esperar com confiança uma expansão que se estenderá no futuro por um tempo bem mais amplo do que no passado. Teremos muito menos altos e baixos do que conhecemos no período 1949/60, quando tivemos quatro recessões". (*New Dimensions of Political Economy*, Nova York, W. W. Norton et Cy, 1967, p. 104.)

O célebre economista britânico sir Roy Harrod escreveu em seu manual *Money* (McMillan, St. Martin's Press, 1969, pp. 188-90): "O pleno emprego mais ou menos integral deveria ser considerado hoje como um aspecto institucional da economia britânica /.../ o pleno emprego mais ou menos integral parece ter uma qualidade de auto-reprodução /.../. Com o desenvolvimento futuro da consciência social (sic) poder-se-ia mesmo ocorrer que, por uma mudança de certas disposições institucionais, o pleno emprego absoluto (sic) seja assegurado de modo permanente".

Quanto ao futuro ministro francês L. Stoleru, ele escreveu em um outro manual, na mesma época: "Diz-se freqüentemente que uma crise tal como a Grande Depressão não poderia mais se reproduzir em nossos dias, tendo em conta o progresso dos meios de intervenção anticíclica do Estado. Estas pressões, embora pareçam em alguma medida presunçosas, não são sem fundamentos". (*L'Équilibre et la Croissance Économiques*, 3 ed., Paris, Dunod, 1970.) Esta passagem é, aliás, extraída da quarta parte da obra que tem o título *Para o Domínio (sic) do Desenvolvimento Econômico de Médio Prazo*, e que afirma explicitamente que as recessões, ao menos na França, graças à planificação indicativa, não conduzem mais a baixas absolutas da produção, mas somente a flutuações das taxas de crescimento. "E o professor Pierre Bauchet disse: "Um crescimento regular e rápido do sistema capitalista é, no mundo atual, uma condição de sua própria vida /.../. Ora, quais são os fatores que comandam hoje os ritmos de crescimento de nossas economias? Fora das riquezas naturais e de um clima dinâmico, uma harmonia geral dos ritmos de desenvolvimento da população, da produção e do investimento em crescimento é a principal condição. A existência de um plano, a compensação das desordens monetárias de curto prazo por uma política coerente do Estado, permite aos diversos agentes tenderem para esta harmonia". (*La Planification Française*, Paris, Le Seuil, 1966, pp. 312-3.)

do quase na data exata<sup>2</sup>.

A primeira recessão generalizada do pós-guerra foi a mais grave precisamente porque foi geral. A dessincronização do ciclo industrial no período (1948/68) tinha reduzido a amplitude das recessões. Uma queda da produção e da demanda internas dos países golpeados por uma recessão (por exemplo, dos Estados Unidos em 1960, do Japão

Já os professores Wilhelm Weber e Hubert Weiss afirmaram: "Contrariamente às experiências que vão até a II Guerra, a conjuntura 'moderna' se desenrola no interior de uma margem de oscilações muito mais estreita. Não há mais crises no estilo antigo, mesmo recessões mais fortes são sobretudo atípicas. O que se tornou característico são antes as flutuações relativas dos agregados econômicos (produção, emprego, rendimentos), ou seja, as mudanças de suas taxas de crescimento". (Introdução a *Konjunktur und Beschäftigungstheorie* (Reader), Köln, Kiepenheuer & Witsch, 1967, p. 14.)

Quanto aos autores que se associam ao movimento operário, lembremos as teses de John Strachey (*Contemporary Capitalism*), de Baran-Sweezy (*Monopoly Capital*) e de Castoriadis enfatizando a eficácia doravante demonstrada seja das técnicas anticíclicas, seja da política dos monopólios, seja de uma combinação entre as duas, para "regular" a marcha da economia capitalista e evitar crises graves. Mais perto de nós, Albert Meister escreveu, ainda em 1975: "Existem ao menos duas questões sobre as quais um acordo se fez no seio das três grandes tecnoestruturas que dominam (!) o cenário nacional: o pleno emprego e a forma pela qual se distribuem os rendimentos nas diferentes categorias sociais". (*L'Inflation Créatrice*, Paris, PUF, 1975, p. 161.) O economista soviético L. Ossadtschaia afirma displicentemente em uma obra igualmente publicada em 1975 que, depois dos anos 20 (!), teriam ocorrido a queda da composição orgânica do capital e a suspensão da queda tendencial da taxa média de lucro; que o crescimento acelerado seria uma característica "estrutural" mais ou menos permanente do "capitalismo monopolista de Estado"; e que "os problemas novos" colocados pelo sistema seriam a inflação, a destruição do meio ambiente e a crítica do "modelo de crescimento". (*De Keynes à la Synthèse Néo-Classique*, Moscou, Éditions du Progrès, 1975.) A queda a longo prazo da taxa de crescimento em função da queda da taxa de lucro, a reaparição do desemprego estrutural massivo, a reaparição de recessões econômicas graves e generalizadas não têm lugar em sua análise. (A primeira citação nos foi fornecida por André Gunder Frank.)

2. As teses sobre "O novo ascenso da revolução mundial", adotadas pelo IX Congresso Mundial da IV Internacional, em abril de 1969, afirmavam o que se segue sobre o longo período de expansão do pós-guerra da economia capitalista internacional, que eles não ignoraram: "Os marxistas revolucionários /.../ têm oferecido uma análise global das razões do longo período de expansão da economia imperialista que se enquadram na teoria marxista geral /.../. Esta análise desembocou em três conclusões: antes de tudo, que os elementos impulsionadores principais deste longo período de expansão iriam se exaurir progressivamente, provocando daí um agravamento mais e mais claro da concorrência interimperialista; em seguida, que a aplicação deliberada de técnicas keynesianas anticrise acentuaria a inflação mundial e a erosão permanente do poder de compra das moedas, o que terminaria por provocar uma crise bastante grave do sistema monetário internacional; enfim, que estes dois fatores tomados conjuntamente iriam multiplicar as recessões parciais e que se orientaria para uma recessão generalizada da economia imperialista, certamente diferente da grande crise de 1929/32, tanto por sua amplitude como por sua duração, mas que atingiria, contudo, todos os países imperialistas e ultrapassaria bastante a amplitude das recessões dos vinte últimos anos. Duas destas conclusões já se verificaram; a terceira se anuncia para o início dos anos 70" (IV Internacional, 27º ano, n. 37, mai. 1969, p. 19. Sublinhado pelo autor).

Quatro anos mais tarde, a resolução política geral adotada no X Congresso Mundial da IV Internacional, em fevereiro de 1974, precisava o seguinte: "A recessão de 1969/71 atingiu a maioria dos países imperialistas, embora em graus diversos e sem uma pronunciada simultaneidade. Uma nova expansão acelerada da produção se sucedeu a partir de 1972, exceto na Itália. Mas trata-se de um boom tipicamente inflacionário marcado por uma aceleração, inquietante para o capital, de processos inflacionários e por um acesso de febre especulativa, especialmente no que se refere aos valores das matérias-primas,

em 1965 ou da Alemanha Ocidental em 1966/67) foi compensada toda vez por uma expansão das exportações para os países que escaparam da crise. No entanto, em 1974/75, pelo contrário, a sincronização internacional dos movimentos conjunturais nos principais países imperialistas amplificou o movimento de retração da atividade econômica.

Um bom exemplo é dado pela evolução da conjuntura alemã-ocidental. A recessão se desencadeou no segundo trimestre de 1974, com um primeiro trimestre marcado por uma baixa absoluta do PNB (Produto Nacional Bruto) da ordem de 0,5%. Mas é preciso sublinhar que, já no curso do primeiro trimestre, a taxa de crescimento do PNB tinha caído a 1%, enquanto as exportações ainda tinham uma alta de 9,5%. Podemos, portanto, dizer sem risco de nos enganarmos que a manutenção de uma forte expansão das exportações alemãs-ocidentais retardou pelo menos um trimestre o desencadeamento da recessão nesse país. Durante dois trimestres sucessivos, o segundo e o terceiro de 1974, as exportações alemãs-ocidentais não aumentaram mais, mas também não foram marcadas por um recuo: estagnaram. Já que o PNB diminuiu 0,5% em cada um desses trimestres, temos o direito de concluir que a manutenção das exportações alemãs-ocidentais em seu nível máximo freou a recessão e a confinou a limites estreitos. Contudo, no quarto trimestre de 1974 e no primeiro de 1975, as exportações caíram, respectivamente, 3,5% e 8,5%, sob o efeito evidente da recessão internacional da economia capitalista. Imediatamente a recessão se amplificou na RFA. O PNB diminuiu 2% e 2,5% respectivamente, no curso desses dois trimestres. A inserção cada vez mais profunda da economia alemã-ocidental na economia internacional — que tinha permitido limitar a recessão de 1966/67 e parecia dever limitar igualmente a de 1974, e que havia levado o chanceler Helmut Schmidt a afirmar, imprudentemente, diante do Congresso do Sindicato dos Metalúrgicos em setembro de 1974: "É quase embaraçoso constatar a que ponto nossa economia se porta bem em comparação com a economia internacional" — tornara-se fatal desde o final de 1974. Dessa vez, ela agravou a amplitude da crise no lugar de atenuá-la<sup>3</sup>.

A sincronização internacional do ciclo industrial não é, contudo, nada fortuita. Resulta de transformações econômicas mais profundas, que se produziram no curso do longo período de expansão que a precedeu; é de certo modo sua consequência inelutável.

Essa expansão tinha dado um impulso poderoso a um novo avanço das forças produtivas, a uma nova revolução tecnológica. Propiciou um novo salto para a concentração de capitais e a internacionalização da produção, as forças produtivas ultrapassando cada vez mais os

ao preço do ouro e ao da propriedade imobiliária. Como se previu, este boom inflacionário foi apenas de curta duração e a recessão que lhe sucederá em 1974 ou 1975 será tanto mais sincronizada quanto a conjuntura de alta, que, também, envolveu praticamente todos os países imperialistas em seu rastro" (IV Internacional, n. 16/17, nova série jul.-ago., 1974, p. 8. Sublinhado pelo autor).

3. Para toda esta análise relativa à RFA, ver Winfried Wolf, "Westdeutsche Wirtschaftskrise 1974/75 und Aufschwung 1976/77", pp. 141-2, in Mandel, Ernest und Wolf, Winfried, *Ende der Krise oder Krise ohne Ende?*, Berlin, Wagenbach, 1977.

permanência  
V do V L

limites do Estado burguês nacional (tendência que começou a se manifestar desde o início do século, mas que se amplificou consideravelmente desde 1948)<sup>3a</sup>. A divisão internacional do trabalho no seio do conjunto dos países imperialistas progrediu fortemente. Do ponto de vista da organização do capital — o que Marx chama de “o capital funcionando” —, isso se traduz pelo desenvolvimento das empresas multinacionais, cada uma delas produzindo mais-valia simultaneamente em vários países. Tais empresas atuaram no início da era imperialista essencialmente no setor de matérias-primas. Sua esfera de atividade se estende hoje a quase todos os setores da indústria de transformação propriamente dita. A internacionalização da produção, que, no regime capitalista, toma necessariamente a forma de uma concentração e de uma centralização internacionais do capital sempre mais avançada, resiste cada vez mais às tentativas de os Estados imperialistas nacionais aplicarem com sucesso uma política anticíclica, cujo alcance continua limitado, no essencial, às fronteiras nacionais<sup>4</sup>.

→ A técnica principal utilizada pelos governos burgueses para tentar “controlar” o ciclo depois de 1945 foi a política de expansão e controle sucessivos do crédito, isto é, da moeda escritural e da massa monetária no seu conjunto (da “demanda global”). Assim, para frear a amplitude das crises periódicas contínuas de superprodução que vinham ocorrendo havia 25 anos, aplicaram a expansão do crédito e a expansão monetária (trata-se, bem entendido, de esforços para reduzir a amplitude das crises, não para impedir seu desencadeamento, para o que houve tanta incapacidade quanto no passado). A característica principal da longa fase de expansão do pós-guerra, do ponto de vista do funcionamento de conjunto da economia capitalista internacional, foi, portanto, o aparecimento de ciclos de crédito parcialmente autônomos com relação ao ciclo industrial, que procuravam “compensá-lo”. Mas, como o Estado, o Banco Central e a moeda capitalista continuam nacionais, esses ciclos de crédito também foram nacionais, e bastante dessincronizados no plano internacional. Cada governo imperialista pôde aplicar “sua” política de crédito, ligada de modo “flexível” às flutuações do mercado mundial através das flutuações dos balanços de pagamento nacionais.

Entretanto, as técnicas anticrise eram e continuam fundamentalmente inflacionárias. A longo prazo, a aplicação repetida de uma política de expansão monetária a cada cinco ou seis anos deveria conduzir a uma aceleração mundial da inflação. A partir do momento em que a inflação se acelerou em todos os países imperialistas e levou ao desmoronamento do sistema monetário internacional — simbolizado pela proclamação da inconvertibilidade do dólar em ouro —, todos os

3a. Desde meados dos anos 70, mais de 50% das exportações americanas se deram fora do seu próprio mercado interno, ou seja, através de sucursais de uma mesma multinacional (Anell, Lars *Recession, The Western Economies and the Changing World Order*, Londres, Frances Pinker, 1981, p. 83).

4. “/.../ no campo das relações internacionais, parece mesmo que a empresa multinacional possa se sobrepor bastante facilmente aos Estados, não podendo jamais se tornar federativas. Também as grandes decisões importantes de relançamento deveriam ser mais e mais freqüentemente as das grandes empresas de vocação mundial que escapam ao arbítrio dos acontecimentos, dos lugares e das épocas, entre os Estados” (Prof. A. Cotta, in *Synthèses*, n. 14, out.-dez. 1976).

governos imperialistas foram obrigados a aplicar simultaneamente uma política antiinflacionária, mesmo que apenas pela pressão da concorrência. Daí um novo impulso à sincronização internacional do ciclo industrial.

Finalmente, na medida em que a longa fase de expansão do pós-guerra chegava a seu fim, em que os principais motores da expansão começaram a se esgotar, em que o crescimento da produção a longo prazo devia diminuir, as contradições da economia capitalista se mostraram mais graves, tanto para cada país imperialista quanto entre eles, assim como entre eles e os países semicoloniais ou dependentes. As fases de *boom* estavam condenadas a ficar mais curtas (a de 1972/73 foi em uma larga medida especulativa), enquanto as fases de estagnação, ou mesmo de recessão, se alongavam. Isso, evidentemente, facilita a sincronização internacional do ciclo — recessões que só duram seis meses se encavalaram menos facilmente em muitos países do que recessões que duram dois anos.

A recessão generalizada expressa, portanto, de modo sintético, o esgotamento da “onda longa expansiva” (que começou nos Estados Unidos em 1940, na Europa Ocidental e no Japão em 1948, e durou até o final dos anos 60). Nós tínhamos previsto esse esgotamento desde 1964<sup>5</sup> e lhe consagramos nosso livro *O Capitalismo Tardio*. A nova “onda longa” se caracteriza por uma taxa de crescimento média a longo prazo sem dúvida inferior à metade daquela dos anos 50 e 60. Não se encontrará antes de muito tempo a febre expansiva desses dois decênios. Sobretudo, o que aparece na superfície, simbolizado por Maio de 68 na França, pelo Maio “rastejante” na Itália, pelo processo revolucionário português de 1974/75, pelo crescimento espetacular das lutas operárias na Grã-Bretanha e na Espanha — fenômenos que se estenderão cedo ou tarde à RFA, ao Japão e aos Estados Unidos —, é uma crise social do conjunto da sociedade burguesa, uma crise das relações de produção capitalistas e de todas as relações sociais burguesas, que se imbrica com a diminuição durável do crescimento econômico capitalista, acentua e agrava os efeitos das flutuações conjunturais da economia, e recebe por sua vez novos estímulos dessas flutuações.

com o V L: Recessão que se expande  
e medida geral, tornando-se mais  
sincronizada de crises.

5. “O apogeu do neocapitalismo e seu futuro”, in *Temps Modernes*, n. 219-20 (ago.-set. 1964). Uma interessante obra recentemente consagrada ao mesmo tema é a de H. Jacot, *Croissance Économique et Fluctuations Conjuncturelles*, Lyon, Presses Universitaires de Lyon, 1976.

\* Paris, Collection 10/18, Christian Bourgeois, éd. Ver também nosso livro *Long Waves of Capitalist Development*, Cambridge University Press, 1981.

CAPÍTULO II

→ A AMPLITUDE DA RECESSÃO DE 1974/75 ←

Em 1975, a produção industrial e o Produto Nacional Bruto recuaram com relação ao ano anterior em *todos* os grandes países imperialistas. O quadro seguinte dá a amplitude do recuo da produção industrial entre o "pico" do boom e o ponto mais baixo da recessão.

TABELA I — Diferença entre o máximo e o mínimo da produção industrial, antes e durante a recessão, nos principais países imperialistas

Países	A: trimestre do máximo da produção	B: trimestre do mínimo da produção	Queda da produção de A a B (%)
Estados Unidos	4º trim. 1973	2º trim. 1975	-14,4
Canadá	1º trim. 1974	3º trim. 1975	- 6,9
Japão	4º trim. 1973	1º trim. 1975	-19,8
RFA	4º trim. 1973	3º trim. 1975	-11,8
França	3º trim. 1974	3º trim. 1975	-13,6
Grã-Bretanha	4º trim. 1973	4º trim. 1974	-10,1
Itália	2º trim. 1974	3º trim. 1975	-15,5
Holanda	1º trim. 1974	3º trim. 1975	-11,7
Bélgica	1º trim. 1974	3º trim. 1975	-17,1
Suécia	3º trim. 1974	2º trim. 1975	- 4,1
Suíça	2º trim. 1974	1º trim. 1975	-20,3
Espanha	2º trim. 1974	2º trim. 1975	-10,0

Fontes: OCDE — Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico —, *Perspectiva Econômica*, n.19, jul. 1976, p. 47. Para a Espanha: estatísticas espanholas.

É notável o descompasso entre a redução da produção industrial, muito mais modesta do que na grande crise econômica de 1929/32, e a amplitude muito considerável do desemprego provocado pela recessão de 1974/75, que atingiu na média — com variações algumas vezes importantes de um país para outro, sendo a RFA a grande exceção — a metade do desemprego da grande crise. Já na recessão de 1969/71 tinhamos contado 10 milhões de desempregados no conjunto dos países imperialistas. Durante o inverno de 1975/76, quando o desemprego atingiu seu ponto culminante, o número total de desempregados oficialmente reconhecidos no conjunto dos países imperialistas se aproximava de 17 milhões!

O fato de o desemprego ser muito mais pronunciado do que a queda da produção se explica essencialmente por dois fatores:

— A atividade industrial dos países imperialistas continua fortemente

Desemprego em 1975  
 recuou bastante

marcada pela terceira revolução tecnológica isto é, pela introdução de técnicas de produção semi-automáticas e automáticas. Daí decorre um rápido aumento da produtividade física do trabalho, sobretudo na Europa capitalista e no Japão. (Nos Estados Unidos, tal fenômeno já havia ocorrido em uma fase conjuntural precedente. As fontes de aumento da produtividade começaram mesmo a se esgotar, salvo em alguns ramos industriais como o da siderurgia, o da indústria automobilística e o da construção naval, que detêm um atraso considerável com relação à produtividade de ponta na Europa Ocidental e no Japão.) Ora, se a produtividade cresce 5% ao ano, é preciso um aumento da produção da mesma amplitude para manter o volume de emprego produtivo — todo o resto permanecendo constante. Com uma população ativa que aumentasse 1% ao ano, necessariamente deveria haver um aumento da produção de 6%. Uma queda da produção de 2%, acompanhada por um aumento da produtividade física de 4% e de um crescimento da população ativa de 0,5%, provocaria uma queda do emprego de cerca de 6,5% na indústria.

TABELA II — Máximo de desemprego durante a recessão de 1974/75

Países	Data	Número de desempregados
Estados Unidos	4º trim. 1975	7 912 000
Grã-Bretanha	3º trim. 1976	1 319 000
Japão	4º trim. 1975	1 178 000
Itália	3º trim. 1976	1 145 000
RFA	4º trim. 1976	1 141 000
França	3º trim. 1976	1 036 000
Espanha	4º trim. 1976	800 000
Canadá	4º trim. 1975	724 000
Austrália	4º trim. 1975	297 000
Bélgica	3º trim. 1976	292 000
Holanda	4º trim. 1975	211 000
Dinamarca	4º trim. 1975	111 000
Outros países imperialistas	4º trim. 1975	600 000

Fontes: para o 4º trim. 1975: Nações Unidas, Suplemento ao Estudo sobre a Economia Mundial, 1975; para o 3º trim. 1976: Financial Times, 25 de out. 1976 e Eurostat, CEE — Comunidade Econômica Européia; para a Espanha: estatísticas espanholas.

— Para reconstituir o exército industrial de reserva durante o longo período de expansão do pós-guerra, o capital tinha incorporado à massa de assalariados efetivos ou potenciais um grande número de mulheres casadas, de jovens e de trabalhadores imigrados de países menos industrializados. Essas categorias eram em geral mal pagas, restringindo-se às atividades não-qualificadas ou insalubres, utilizadas marginalmente e, portanto, aptas a ser expulsas massivamente do processo de produção logo que houvesse uma virada fundamental da conjuntura. Assim, não é nada espantoso que tal expulsão se tenha efetivamente produzido em grande escala no curso da recessão de 1974/75, levando a esses três setores do proletariado taxas de desem-

prego muito mais elevadas do que para operários e empregados masculinos adultos, autóctones e pais de família.

O fato de que no começo da recessão de 1974/75 a inflação, longe de ser reabsorvida sob o efeito da superprodução, tenha, pelo contrário, se acelerado em numerosos países, agravou incontestavelmente os efeitos da própria recessão.

De fato, uma forte alta do custo de vida, coincidindo com o brusco aparecimento do desemprego massivo, significa uma redução do poder de compra proporcionalmente maior com relação à redução do emprego — a não ser que o desemprego aumente mais fortemente do que o custo de vida, o que não foi quase nunca o caso. Além disso, a manutenção ou mesmo o agravamento de uma taxa de inflação pronunciada incrementa a pressão sobre todos os governos para adotar uma política deflacionista, no exato momento em que uma política anticrise reclamaria uma expansão do crédito e da massa monetária. A pressão nesse sentido foi, pela primeira vez desde a crise de 1929/33, a tal ponto forte que nenhum governo de um grande país imperialista ousou, desde o começo da recessão, aplicar medidas de política anticíclica em grande escala. Apenas alguns pequenos países imperialistas, dispendo de margens de manobra ou de reservas excepcionais — essencialmente a Suécia, a Áustria e a Noruega —, aplicaram essa política: a Áustria e a Noruega alcançaram grande sucesso; a Suécia somente atrasou, mas não impediu, uma contração pronunciada da atividade produtiva.

TABELA III — Taxa de alta do custo de vida nos principais países imperialistas

Países	1973 (%)	1974 (%)	1º sem. 1975 (ritmo anual) (%)
Estados Unidos	+6,2	+11,0	+12,8
RFA	+6,9	+7,0	+6,0
Japão	+19,1	+21,9	+14,1
França	+7,3	+13,7	+9,5
Grã-Bretanha	+9,1	+16,1	+23,5 <sup>(1)</sup>
Itália	+10,8	+21,9	+14,1
Bélgica	+7,0	+12,7	+15,3

Fonte: OCDE

(1) — Média de dez meses, 1975.

Se o custo de vida aumenta sobremaneira, malgrado o enorme estoque de mercadorias não vendidas, e há ociosidade de importantes capacidades de produção nas fábricas do setor de bens de consumo, isso se explica fundamentalmente pelo controle dos preços pelos grandes monopólios desse setor. Estes podem, até um certo ponto, suprimir a concorrência pelos preços e mesmo aumentá-los no caso de uma queda da taxa de utilização de sua capacidade produtiva, a fim de compensar a alta dos custos fixos por unidade produtiva, que resulta das mercadorias não vendidas ou da subutilização da capacidade instalada. Conseguem, assim, manter suas margens de lucro e

mesmo assim, o por parte da produtividade diminui a produção de valores e se reduz a valorização monetária que se nos dá e a possibilidade de controlar tal situação.

Antônio  
Lombardi  
de 1974  
de 1975  
de 1976  
de 1977



evitar uma queda demasiado catastrófica da taxa de lucros<sup>6</sup>. Mas não podem conseguir isso senão com a cumplicidade dos governos, dos bancos centrais e do sistema bancário no seu conjunto, que continuam a inflar a massa monetária em razão das necessidades dos monopólios, apesar de todos os grandes juramentos sobre a "prioridade de lutar contra a inflação".

No capitalismo de livre concorrência — ou em um sistema de padrão-ouro puro —, tais táticas não seriam evidentemente possíveis. (Aliás, somente são possíveis, hoje, até um certo ponto, e não de uma maneira ilimitada, mesmo sob o reino dos monopólios. A lei do valor termina por se impor a longo prazo. Voltaremos, adiante, a esse aspecto importante do problema.) Mas isso não significa que a crise de superprodução teria sido menos profunda ou de menor duração após uma queda geral dos preços. As crises de 1920/21 e de 1929/33, ambas marcadas por fortes quedas dos preços, demonstraram o contrário. A taxa de desemprego, na idade de ouro do capitalismo, sem intervenção do Estado, foi bem mais importante do que hoje. Nos Estados Unidos, tinham-se registrado as seguintes taxas de desemprego (em % da população ativa civil) antes de 1914: 1890: 4%; 1891: 5,4%; 1892: 3%; 1893: 11,7%; 1894: 18,4% (!); 1895: 13,7%; 1896: 14,4%; 1897: 14,5%; 1898: 12,4%; 1899: 6,5%; 1900: 5%; 1901: 4%; 1902: 3,7%; 1903: 3,9%; 1904: 5,4%; 1905: 4,3%; 1906: 1,7%; 1907: 2,8%; 1908: 8%; 1909: 5,1%; 1910: 5,9%; 1911: 6,7%; 1912: 4,6%; 1913: 4,3%; 1914: 7,9%<sup>7</sup>.

Acrescentemos que uma dessincronização entre o ciclo industrial e o de excedentes agrícolas teve como efeito acentuar o movimento da inflação em 1973/74, anos marcados por uma queda pronunciada das reservas mundiais de cereais e, logo, por altas significativas dos preços dos produtos alimentares. (Retornaremos a esse assunto no Capítulo XVII.)

Os apologistas do sistema burguês não podem negar a gravidade da crise que atinge a economia capitalista internacional, a não ser subestimando sistematicamente a amplitude da recessão e mesmo escamoteando os fatos. É especialmente o caso de uma equipe de economistas neoliberais, dirigida pelos professores Émile Claassen e Pascal Salin, no seio da qual encontramos sumidades como o Prêmio Nobel de Economia Milton Friedman e o professor J. Rueff. Escrevem friamente: "Em geral, podemos definir uma grande depressão por dois elementos. De um lado, o Produto Nacional Bruto deve diminuir de 3% a 5% (*sic*) e isto durante vários anos; em 1974/75, para os Estados Unidos, constatamos apenas uma recessão, isto é, uma baixa do Produto Nacional Bruto durante pelo menos dois trimestres"<sup>8</sup>. E insistem compulsoriamente no fato de que não teria havido recuo do comércio mundial (das exportações) em 1974/75.

6. Ver a esse respeito o importante estudo de Rudolf Hickel, "Oekonomische Stabilisierungspolitik in der Krise" (Universidade de Brême, 1976), que retoma e amplia a referência às fontes americanas que utilizamos em *A Terceira Idade do Capitalismo*. Sobre os limites dessa política de preços de monopólios, atenção ao Capítulo XXVI desta obra.

7. Ver o interessante artigo de Richard B. du Boff "Unemployment in the United States: a historical summary", in *Monthly Review*, v. 29, n. 6, nov. 1977.

8. *Turbulences d'une Économie Prospère*. Dossiê editado por Émile Claassen e Pascal Salin, Paris, Dunod, 1978, p. 20.

Lara: Mandel a envidar os termos e condições  
muito quicquid de GROSSMANN. A la base  
de la teoria generalizada...  
Hilary...  
paises

Handwritten notes on the right margin:  
A redução do comércio mundial  
foi o que trouxe para a recessão  
substituiu o comércio

CAPÍTULO III

A CONTRAÇÃO DO COMÉRCIO MUNDIAL

(O comércio entre países capitalistas)

Durante vinte anos, as exportações dos países capitalistas tinham crescido mais rapidamente do que a produção industrial. Esta tendência foi particularmente viva nos países capitalistas propriamente ditos. De 1953 a 1963, o volume da produção industrial dos países capitalistas cresceu 62%, enquanto suas exportações aumentaram 82%. De 1963 a 1972, sua produção industrial cresceu 65%, enquanto suas exportações aumentaram 111%. Mas em 1975, pela primeira vez desde o começo da longa fase de expansão econômica do pós-guerra, o volume das exportações diminuiu. A OCDE avalia esse recuo em 7% para o conjunto do comércio mundial (inclusive o dos países não-capitalistas), o que implicou uma taxa de contração ainda maior para o comércio internacional apenas dos países capitalistas, uma vez que as trocas entre os não-capitalistas continuaram a aumentar.

É verdade que a contração do comércio mundial não coincidiu com o começo da recessão generalizada. Mas se tornou inevitável a partir do momento em que a recessão se estendeu ao conjunto dos países imperialistas, que constituem o setor predominante do mercado mundial (do "poder de compra globalmente disponível"). Já no curso do primeiro semestre de 1975, o valor das exportações de vários países imperialistas diminuía (o volume das exportações reduzia-se por toda a parte, tendo em conta a persistência da alta dos preços). Durante o segundo semestre de 1975, a queda do valor das exportações se estendeu à maioria dos grandes países imperialistas, com apenas os Estados Unidos e a Itália escapando à tendência geral. (O caso americano é falseado pelo peso importante que ocupam as exportações de produtos agrícolas nesse país, pois, se avaliarmos apenas suas exportações de

TABELA IV — Exportações por semestre  
(em bilhões de dólares correntes)

Países	2º sem.	1º sem.	2º sem.
	1974	1975	1975
Estados Unidos	51,6	52,9	55,2
RFA	47,2	47,6	45,2
Japão	29,5	28,3	26,8
França	24,7	26,8	25,9
Grã-Bretanha	19,7	21,2	20,3
Canadá	17,8	16,5	17,0
Itália	16,5	16,7	17,0

Fonte: OCDE; *Perspectiva Econômica*, n. 18, dez. 1975.



manufaturados verificaremos que igualmente recuaram no segundo semestre de 1975.)

A retração no volume do comércio mundial resulta, fundamentalmente, da interação de três fatores:

— Ela é um produto direto da recessão nos países imperialistas, na medida em que as quedas da produção e do emprego reduzem a demanda global por bens de consumo e pelos bens de produção importados (inclusive a demanda global de matérias-primas).

— Ela é um produto indireto da recessão, na medida em que os países exportadores de matérias-primas (com exceção dos membros da OPEP — Organização dos Países Exportadores de Petróleo) vêem seus recursos em dívidas brutalmente reduzidos pela queda do volume e dos preços das exportações, e são, assim, constrangidos a diminuir suas importações.

— Ela é o produto de uma política deliberada de redução das importações, seguida, sobretudo, por algumas potências imperialistas, confrontadas com fortes déficits de seu balanço de pagamentos durante o primeiro semestre de 1974, isto é, o produto de uma volta pouco disfarçada ao nacionalismo econômico e ao protecionismo.

Essa política, aliás, foi largamente coroada de sucesso, em alguns casos. O Japão, cujo déficit da balança comercial se situou, no período março 1973/março 1974, em 13,5 bilhões de dólares, pôde enxugar completamente esse déficit enorme desde o segundo trimestre de 1975. Para o período março 1974/março 1975, a balança comercial do Japão foi fechada até com um superávit de 4 bilhões de dólares. Houve a mesma reversão de tendência nos Estados Unidos, cujo déficit da balança comercial se situava no terceiro trimestre de 1974 em um nível anual de 8 bilhões de dólares, e se transformou em um superávit de 1,3 bilhão de dólares no primeiro trimestre de 1975. A Itália conseguiu reduzir o déficit de sua balança comercial em 75%. Mesmo na Grã-Bretanha a situação teve uma nítida melhora, com a balança comercial subindo 7 bilhões de dólares entre o outono de 1974 e a primavera do ano seguinte. Finalmente, para a França, o déficit da balança comercial de 2 bilhões de francos em março de 1974 transformou-se, um ano depois, em um excedente de 620 milhões de francos.

Esses sucessos foram obtidos com a ajuda de restrições a importações de toda a ordem, assim como de modificações da taxa de câmbio concebidas para favorecer as exportações e desfavorecer as importações (o caso mais expressivo foi o da libra esterlina, que "flutuou" de modo a perder 25% de seu "valor" com relação ao realinhamento das moedas de dezembro de 1971). Nesse "jogo de soma zero" é preciso evidentemente que haja perdedores, que foram essencialmente alguns países imperialistas menores (como Espanha, Suécia, Suíça, Dinamarca, Portugal etc.) e países semicoloniais.

O balanço das relações comerciais entre os países pertencentes à OPEP e os países imperialistas também se modificou desde o início da recessão. Enquanto se avaliava *a priori* que o excedente comercial dos países exportadores de petróleo ultrapassaria 80 bilhões de dólares em 1974, esta cifra teve de ser revista sucessivamente para baixo. Ficou afinal em cerca de 60 bilhões de dólares. E continuou a cair com rapidez ao longo de todo o ano de 1975, sob o duplo efeito da baixa mundial das vendas de petróleo (resultantes tanto da alta dos preços como da re-

cessão) e da alta espetacular do volume e dos custos das importações dos países exportadores de petróleo. Tal alta já era da ordem de 75% no primeiro trimestre de 1975 com relação ao primeiro trimestre do ano anterior, depois de ter se situado em 70% durante o ano precedente. (Discutiremos adiante o que implica essa inversão de tendência.)

Venezuela!

O nível aumentou de preço porque  
aduz mundial se o comércio e a demon-  
da e a sua, então, superprodução de  
perda de equilíbrio e compensação com  
o II do preço. Isto, por causa da taxa sobre II,  
e consequente, fez-se uma política de  
contenção de superprodução (ex. deficiências)  
e baixa para a produção, que acabou  
encarecendo a produção e impedindo países  
produtores de competir

#### CAPÍTULO IV

#### UMA CRISE CLÁSSICA DE SUPERPRODUÇÃO...

A recessão generalizada de 1974/75 é uma crise clássica de superprodução. É preciso afirmá-lo tanto mais categoricamente quanto muitos meios se esforçam, pelas necessidades de uma causa que não é puramente acadêmica, para atribuir a responsabilidade dessa recessão generalizada aos "xeiques do petróleo", ou mesmo aos sindicatos e aos "aumentos excessivos dos salários". O caráter clássico da recessão atual se evidencia sobretudo quando levamos em consideração os dois traços que dominam a evolução da conjuntura a longo prazo.

A recessão de 1974/75 é a conclusão de uma fase típica de queda da taxa média de lucros. Tal queda é claramente anterior ao encarecimento pronunciado do petróleo depois do desencadeamento da Guerra do Yon Kippur (Ver Tabela V).

Os lucros brutos (antes dos impostos) de todas as sociedades por ações americanas continuaram a baixar do ritmo anual de 155 bilhões de dólares no terceiro trimestre de 1974 para 135 bilhões de dólares no quarto trimestre de 1974 e 100 bilhões no primeiro trimestre de 1975. A queda dos lucros líquidos foi de 25% no mesmo período. Segundo as estatísticas do *Conference Board*, as margens de lucros das sociedades por ações americanas não-financeiras teriam passado de uma média de 20% no período 1959/66 para 12% durante a recessão de 1970/71, para subir 15% durante o "boom especulativo" de 1972/73 e cair para 11%/12% no início de 1975.

TABELA V — Taxas de lucro (eliminados os ganhos de reavaliação dos estoques) em relação ao capital das sociedades não-financeiras nos Estados Unidos

Ano	Antes de impostos (%)	Após impostos (%)
1948/50	16,2	8,6
1951/55	14,3	6,4
1956/60	12,2	6,2
1961/65	14,1	8,3
1966/70	12,9	7,7
1970	9,1	5,3
1971	9,6	5,7
1972	9,9	5,6
1973	10,5	5,4

Fonte: Nordhaus, William D. "The falling rate of profit". Apud Okun, A.M. e Perry, L. (ed.), *Brookings Papers on Economic Activity*, n. 1, 1974, *The Brookings Institution*, Washington D.C., p. 18.

Na Alemanha Ocidental, os especialistas avaliam o declínio dos rendimentos brutos das empresas (menos os "ordenados de empresários" fictícios e com relação aos ativos líquidos dessas empresas) como sendo aproximadamente 20% entre 1960 e 1968 (ano de retomada econômica, com grande recuperação dos lucros após a recessão de 1966/67) e de novo 25% entre 1968 e 1973 (Sachverständigenrat zur Begutachtung der Gesamtwirtschaftlichen Entwicklung: Jahresgutachten 1974). Três anos mais tarde, o mesmo relatório de especialistas publica uma curva dos rendimentos brutos (lucros) da empresa e do capital em porcentagem do valor da produção. Ela cai de 10% em 1960 para 8% em 1966, 9% em 1968, 6% em 1972, 4,5% em 1975 e 5% em 1977 (Sachverständigenrat zur Begutachtung der Gesamtwirtschaftlichen Entwicklung: Jahresgutachten 1977/78, p. 57).

Na Grã-Bretanha, a evolução da taxa de lucros foi avaliada como mostra a Tabela VI.

TABELA VI — Taxas de lucro (eliminados os ganhos de reavaliação de estoques) com relação aos ativos líquidos das sociedades industriais e comerciais da Grã-Bretanha

Ano	Antes de impostos (%)	Após impostos (%)
1950/54	16,5	6,7
1955/59	14,7	7,0
1960/64	13,0	7,0
1965/69	11,7	5,3
1968	11,6	5,2
1969	11,1	4,7
1970	9,7	4,1

Fonte: Glyn, Andrew & Sutcliffe, Bob. *British Capitalism, Workers and the Profit Squeeze*, London, 1972, p. 66.

O semanário *The Economist* formulou a frase clássica sobre as hesitações da indústria britânica em "relançar" os investimentos produtivos: "Profits first, investments later" ("Lucros primeiro, investimentos depois"). Segundo os cálculos desse hebdomadário, o índice dos lucros das empresas caíram de 100 em 1964 a menos de 60 em 1975, com uma queda particularmente rápida entre 1973 e 1975 — do índice 90 a um índice inferior a 60. (*The Economist*, 6 de set. 1975.)

Para o Japão, durante o ano fiscal 1974/75, que termina em 31 de março de 1975, há queda de 35,5% dos lucros brutos e de 20,9% dos lucros líquidos das 174 principais sociedades por ações do país. Na indústria manufatureira, os lucros caem 56% e, nos outros setores, somente 19,3% (*Japan Times*, 4 de mai. 1975). Essa queda da taxa média de lucros no Japão se insere aliás em uma evolução a mais longo prazo, como demonstra a Tabela VII.

Segundo o mesmo Relatório McCracken (*loc. cit.*, p. 336), a taxa média de lucros brutos na Itália teria diminuído de uma média de 5,6%

no período 1966/69 para 4,9% em 1970, 4,3% em 1971, 4,2% em 1972, 4% em 1973, 3,3% em 1974 e 3% em 1975.

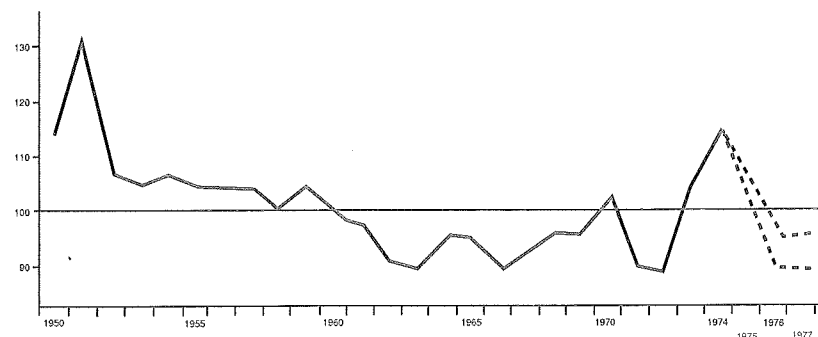
TABELA VII — Taxas de lucro (descontados os ganhos com a reavaliação dos estoques) com relação aos ativos brutos das empresas industriais, comerciais e financeiras no Japão

Ano	Antes de impostos (%)
1967	14,0
1968	14,7
1969	14,3
1970	14,7
1971	14,2
1972	13,0
1973	10,9
1974	11,9

Fonte: OCDE: "Para o pleno emprego, a estabilidade dos preços", in Relatório McCracken, Paris, jun. 1977, p. 366.

Eis dados análogos para a Suécia:

GRÁFICO I — Evolução da taxa de lucro na Suécia  
Índice das margens de lucro bruto da indústria sueca  
(média 1952/72 = 100)



Calculado pela associação patronal sueca; lucros brutos antes dos impostos e amortizações, divididos pelo volume de negócios (*Neue Zürcher Zeitung*, pp. 8-9, maio. 1976).

"A erosão do lucro, perigosa a longo prazo, que apareceu gradualmente em demasiados casos no curso dos dez últimos anos, eis o preço que tivemos de pagar para sermos capazes de manter um nível elevado de exportações" (*Skandinaviska Enskilda Banken, Quarterly Review*, n. 1-2, 1977).

Quanto à França, o professor Christian Goux calcula uma queda da taxa de lucro de 18,2% em 1970 para 11,1% em 1976 (*Rupturas de um Sistema Econômico*, sob a coordenação de Xavier Greffe e Jean-

Louis Reiffers, Paris, Dunod, 1978, p. 286). A relação lucro/valor-agregado das empresas não-agrícolas<sup>9</sup> evoluiu da seguinte maneira:

1971 : 40,1%	1974 : 37,3%
1972 : 39,9%	1975 : 36,1%
1973 : 38,5%	

Fonte: Cálculos a partir das contas das empresas no INSEE — Instituto Nacional de Estatística e Estudos Econômicos, "Contas Nacionais, 1976".

O fato de que as causas mais profundas da recessão generalizada de 1974/75 sejam anteriores à alta do preço do petróleo também é demonstrado pelo crescimento regular da *capacidade ociosa de produção da indústria*, como é destacado antes nas estatísticas americanas:

TABELA VIII — Taxa de utilização da capacidade de produção da indústria manufatureira nos Estados Unidos.

Ano	Taxa (%)	Ano	Taxa (%)
1966	92,0 (boom)	1972	78,5 (boom)
1967	78,0 (mini-recessão)	1973	83,0 (boom)
1968	87,7 (boom)	4º trim. 1974	78,0 (recessão)
1969	86,5 (boom)	mar. 1975	65,0 (recessão)
1970	78,0 (recessão)	jun. 1975	68,5 (recessão)
1971	75,0 (recessão)	dez. 1975	73,5 (retomada)

Fonte: Estatísticas publicadas mensalmente em Business Week.

Essa deterioração a longo prazo — a cada boom e a cada recessão a taxa de utilização do aparelho produtivo abaixa com relação à fase idêntica do ciclo precedente — é tanto mais pronunciada se levada em conta a parcela importante da produção americana desperdiçada para fins militares e paramilitares. Podemos deduzir uma não-utilização quase permanente, para fins civis produtivos, de perto de um terço da capacidade instalada de produção nos Estados Unidos. Não poderíamos expressar melhor a natureza da crise atual enquanto crise clássica de superprodução capitalista.

A inversão da "onda longa expansiva" que vai dos anos 40 ao fim dos anos 60 é igualmente clássica. A expansão acelerada de longa duração do pós-guerra resultava da superexploração da classe operária realizada pelo fascismo e pela II Guerra Mundial (nos EUA, a Guerra Fria e seus efeitos desastrosos sobre o movimento operário), que permitiu

9. A relação lucro/valor-agregado se aproxima mais da taxa de mais-valia do que da taxa de lucro. *Le Rapport McCracken* dá a entender que não teria havido queda da taxa de lucro na França nos anos que precederam a crise. Entretanto, o estudo do INSEE, intitulado "Quadro histórico do sistema produtivo" (out. 1974), confirma a deterioração da relação capital fixo/produto a partir de 1964, do qual Jacques Mairesse já havia dado conta em um estudo publicado em *Économie et Statistiques* (jul./ago. 1971). Poder-se-ia extrair desta deterioração os índices de queda tendencial da taxa de lucro, expressos em

uma alta pronunciada da taxa de mais-valia e, dessa forma, da taxa de lucro. Tal fato levou a uma acumulação amplificada de capitais, utilizada para tornar possível pôr em marcha em grande escala a terceira revolução tecnológica (semi-automação, energia nuclear). Aumentando consideravelmente a produção de mais-valia relativa e os superlucros dos monopólios tecnologicamente de ponta ("rendas tecnológicas"), essa revolução permitiu o prolongamento da expansão em condições "ideais" para o capital — ao mesmo tempo, com uma taxa de lucro elevada e um nível de vida real das massas trabalhadoras em elevação, isto é, um mercado em expansão.

Mas a terceira revolução tecnológica e a própria expansão, uma vez que implicam uma concentração acentuada do capital, levaram a um aumento pronunciado da composição orgânica do capital. O longo período de pleno emprego reforçou consideravelmente o peso objetivo da classe operária, a força de suas organizações de massa (sobretudo dos sindicatos) e, em relação a um ciclo autônomo de luta de classes em escala internacional, sua combatividade. Daí as dificuldades crescentes para o capital em compensar a elevação da composição orgânica do capital por uma alta contínua da taxa de mais-valia a partir dos anos 60. Daí a erosão inexorável da taxa média de lucros, que, em correlação com a difusão cada vez mais universal das características da terceira revolução tecnológica (e, logo, com a erosão das "rendas tecnológicas"), termina por determinar a inversão da "onda longa".

Numerosos autores não apreenderam de modo algum essa imbricação entre a "crise do petróleo" e a inversão mais a longo prazo da conjuntura econômica, assinalada pela expansão da capacidade ociosa, isto é, pela superprodução constante, e pela queda da taxa média de lucros. Assim, ainda em 1974, Edmond Alphandéry e Georges Delsupéché centram sua análise exclusivamente no manejo da demanda global pelos governos e esperam um crescimento contínuo. Concluem: "A tendência que se desenha é, portanto, a de uma retomada progressiva da conjuntura, com índices de inflação mais baixos e um afrouxamento das taxas de juros a curto prazo, devido à diminuição dos estoques" (*As Políticas de Estabilização*, Paris, PUF, 1974, pp. 161-80). Sabemos o que aconteceu.

Para o autor (C.M.) há uma crise decorrente da mudança pelo aumento da composição orgânica do capital que leva a um período inflacionário. A subida do preço do petróleo agravou isto.

termos marxistas, incorporando a evolução dos custos de matérias-primas (o capital constante é com efeito a soma do capital fixo e do capital constante circulante, ou seja, do valor das matérias-primas transformadas na produção corrente) e retirando do "produto" a massa salarial dos trabalhadores produtivos e a amortização do capital fixo.

CAPÍTULO V

...MAS COM PARTICULARIDADES ESPECÍFICAS

Na história do capitalismo, cada crise de superprodução combina traços gerais, que dizem respeito às contradições fundamentais do modo de produção capitalista, com traços particulares que resultam do momento histórico preciso no qual ela se produz no curso do desenvolvimento desse modo de produção. A recessão econômica generalizada de 1973/74 não escapa a essa regra.

Duas particularidades de tal recessão merecem ser sublinhadas. De uma inflação permanente que estimulava a atividade capitalista passamos progressivamente, pela via da inevitável aceleração dessa inflação e dos fenômenos de antecipação que esta aceleração provoca<sup>10</sup>, à estagflação de 1970/71 e, depois, à *slumpflação* (recessão com inflação) em 1974/75. A inflação deixa progressivamente de ter um efeito estimulante sobre a atividade produtiva capitalista no seu conjunto; começa mesmo a ter efeitos perversos: foi preciso, de fato, simultaneamente, doses cada vez maiores de inflação para estimular a "demanda global". Os dados sobre a aceleração da inflação (a incidência sobre ela da alta dos preços do petróleo não chega a 2% para o conjunto dos países imperialistas, segundo a OCDE) são inequívocos.

A inflação é alimentada pelo efeito cumulativo de mais de três

TABELA IX — Taxas anuais de aumento dos preços ao consumidor (segundo as estatísticas oficiais)

Países	Média	1968 (%)	1969 (%)	1970 (%)	1971 (%)	1972 (%)	1973 (%)	1974 (%)	1975 (%)
	1960/65 (%)								
EUA	1,3	4,2	5,4	5,9	4,3	3,3	6,2	11,0	7,8
Japão	6,2	5,5	5,2	7,6	6,3	4,3	11,7	21,0	11,9
Grã-Bret.	3,6	4,8	5,4	6,4	9,5	7,0	9,2	16,1	22,1
RFA	2,8	1,6	1,9	3,4	5,3	5,5	6,9	7,0	6,1
França	3,8	4,8	6,4	5,3	5,5	5,9	7,3	13,7	11,7
Itália	4,9	1,3	2,6	5,0	5,0	5,5	10,8	19,1	17,0
Espanha	6,0 <sup>1</sup>					7,3	14,3	17,9	14,1

(1) Média 1961/70

decênios de práticas inflacionistas. É amplificada pela especulação desenfreada dos anos 1972/73 com o ouro, os terrenos, as construções, os diamantes, as jóias e as obras de arte e, sobretudo, as matérias-

10. *Le Rapport McCracken*, op. cit., pp. 16-7, 275 — *Claassen-Salin*, op. cit., pp. 48-55.

*Capital excedente → não dividida -  
mento mundial*

primas, isto é, todos os "valores-refúgio", que são tanto mais apreciados quanto mais o papel-moeda se deprecia. Ela é reforçada pela prática dos "preços administrados" impostos pelos monopólios. É acentuada pelos gastos militares colossais, que não param de aumentar e aos quais toda a sociedade burguesa se acostumou (é significativo que entre as denúncias dos inumeráveis "responsáveis pela inflação", os 250 bilhões de dólares de gastos militares *anuais* dos países capitalistas não são jamais mencionados!<sup>11</sup> Em 1984/85, esses gastos praticamente dobraram com relação a 1973/74.

Mas sua causa primeira é, incontestavelmente, a inflação de crédito ao setor privado, isto é, o inchamento das dívidas bancárias, da moeda escritural, que foi o suporte essencial do longo período de expansão que precedeu a aceleração da inflação. *A economia ocidental flutuou rumo à expansão sobre um mar de dívidas, cuja incidência cumulativa teve forçosamente de acelerar a inflação (ver Tabelas X e XI).*

TABELA X — Dívida pública e privada nos USA  
(em bilhões de dólares correntes)

Ano	Produto nacional bruto A	Dívida pública B	Dívida privada C	B em % do PNB	C em % do PNB
1946	208,5	269,4	153,4	129,4	73,6
1950	284,8	239,4	276,8	84,0	97,2
1955	398,0	269,8	392,2	67,8	98,5
1960	503,7	301,0	566,1	59,7	112,4
1965	684,9	367,6	870,4	53,7	127,1
1969	932,1	484,7	1 383,8	52,0	148,4
1973	1 294,9	598,4	1 947,8	46,6	150,4
1974	1 397,4	642,9	2 134,4	46,0	152,8

Fonte: Números até 1969: Economic Report of the President, fev. 1970; números a partir de 1969: Survey of Current Business, jul. 1975.

Por outro lado, a recessão é acompanhada por alguns pontos de estrangulamento particulares. Fenômenos de penúria setorial coincidem com a superabundância geral de mercadorias. Tal coincidência, aliás, se produz comumente na véspera ou no início de uma crise de superprodução. Esta sempre começa por estourar em alguns setores-chave e se difunde gradualmente ao conjunto, ou à maioria dos setores de produção<sup>12</sup>.

Assim, a recessão começou em 1974 no setor automobilístico e no de construção civil. Estendeu-se ao setor têxtil, ao dos eletrodomésticos e ao dos materiais de construção (vidro, cimento, tijolos), para atingir finalmente o petroquímico. No siderúrgico, uma situação de

11. Especialmente na análise das causas da inflação realizada em *Le Rapport McCracken*, salvo no que diz respeito ao papel excepcional dos gastos para financiar a Guerra do Vietnã e suas incidências sobre a taxa de inflação nos Estados Unidos.

12. Marx, Karl: *Théories sur la Plus-Value (Marx-Engels-Werke, t. 26/2, p. 519).*

TABELA XI — Dívida pública e privada na Alemanha Ocidental  
(em bilhões de marcos correntes)

Ano	Produto nacional bruto A	Dívida pública B	Dívida privada C	B em % do PNB	C em % do PNB
1950	98,1	1,2	20,6	1,2	21,0
1955	181,4	7,0	63,3	3,8	34,9
1960	284,7	17,6	116,2	6,2	40,8
1965	460,4	49,5	259,3	10,8	56,3
1970	685,6	95,4	416,7	13,9	60,8
1975	1 043,6	220,6	656,4	21,1	66,6

Fonte: Wolf, Winfried. "Modell Deutschland oder Klassencharacter der Krise". Apud Mandel & Wolf, *Ende der Krise oder Krise ohne Ende*, S. 202.

penúria subsistia ainda durante todo o verão de 1974; depois foi atingido frontalmente pela recessão. A mesma observação se aplica ao setor de madeiras e de móveis.

Contudo, nos setores de máquinas-ferramentas, carvão, petróleo e cereais, a oferta continua a ser inferior à demanda durante toda a primeira fase da recessão (ver Capítulos X e XX). Mas o açúcar conheceu uma inversão de conjuntura particularmente espetacular (queda do preço de 30% no espaço de algumas semanas). As vendas de petróleo diminuíram. As encomendas de telecomunicações, que se acreditava estariam em expansão contínua por um tempo indeterminado, tiveram uma baixa na Europa e no Japão.

A coincidência da recessão e de uma grave situação de fome na Faixa do Sahel (África) e em outras zonas do Terceiro Mundo teve efeitos desastrosos sobre as populações envolvidas. Nada confirma melhor o caráter irracional e desumano do sistema capitalista do que o fato de milhões de homens, mulheres e crianças estarem gravemente subalimentados, correndo o risco de morrer de fome, enquanto enormes recursos em máquinas, matérias-primas e mão-de-obra ficam inutilizados. Com a ajuda dessas reservas, seria possível produzir os tratores, os adubos, as bombas elétricas, os canais de irrigação, para aumentar rapidamente a produção de víveres e alimentar os famintos, isso se a produção fosse regida pela satisfação das necessidades físicas e não pelo lucro.

*Nov. E. U. L. isto já ocorre nos anos  
50/60*

## CAPÍTULO VI

### A INFLAÇÃO AINDA NÃO É GALOPANTE

Na economia capitalista "normal" (isto é, abandonada à sua lógica interna sem esforços deliberados dos Estados burgueses para moderar ou corrigir em alguma medida as defasagens conjunturais), uma crise de superprodução geral de mercadorias, de abundância geral de capitais com relação às possibilidades de valorização (crise de supercapitalização, ou de superacumulação) — significando em última análise que a massa total de mais-valia disponível não permite mais assegurar a todos os capitais a taxa de lucros esperada —, traduz-se sempre por uma queda dos preços. Uma economia de mercado que funcione normalmente é o resultado inevitável do fato de a oferta ultrapassar amplamente a demanda. Na realidade, com um sistema monetário estável, essa queda dos preços expressa, em última análise, os progressos realizados pela produtividade do trabalho no curso da fase de expansão precedente, ou seja, a baixa do valor médio das mercadorias que traduz tal aumento de produtividade e que a febre de expansão tinha temporariamente encoberto.

A economia capitalista de mercado, hoje, não funciona mais de modo nem "normal", nem autônomo. Há mais de quarenta anos, todos os governos burgueses aplicaram sistematicamente técnicas de intervenção na vida econômica, cujo resultado global foi o de inflar a massa monetária (papel-moeda e moeda escritural) mais fortemente do que o crescimento do volume da produção material, do que resultou uma depreciação de todas as moedas, isto é, um clima de inflação primeiro "rastejante", depois "generalizada". Mas a inflação "rastejante" ou mesmo "generalizada" não impede as quedas de preços setoriais ou periódicos. É apenas em um clima de inflação galopante que todos os preços aumentam sem cessar. (Embora não necessariamente no mesmo ritmo. A lei do valor continua a reinar por essa via!) A moeda completamente depreciada fica constantemente em circulação. Ninguém quer mais guardá-la. Todos a trocam, sem cessar, por mercadorias. Assim foi o clima na Alemanha em 1923 ou 1945/47, bem como nos países da Europa Ocidental sob ocupação alemã durante a II Guerra Mundial ou no imediato pós-guerra.

Hoje, no conjunto dos países imperialistas, nós ainda não conhecemos uma situação de inflação galopante. Alguns preços podem, portanto, baixar, e mesmo baixar de modo sensível, quando há uma situação de superprodução e ausência de controle monopolista rígido do mercado. É o caso, em primeiro lugar, das cotações das ações na Bolsa, que tiveram sua pior depressão desde 1940, e mesmo desde 1931, durante a recessão de 1974/75.

O mesmo ocorreu em seguida com os preços de terrenos para construção, pelo menos em alguns países nos quais a especulação imobili-



liária ] tinha grassado de modo particularmente desregrado na fase precedente. Assim, na Grã-Bretanha, no verão de 1974, os preços dos terrenos para construção caíram 40% com relação ao nível do verão de 1973, carregando na sua queda muitas companhias imobiliárias ou de crédito imobiliário.

Finalmente, tal situação atingiu a maioria das matérias-primas não-alimentares, com exceção do carvão e dos derivados do petróleo (ver Tabela XIII).

TABELA XII — Índices das cotações das ações na Bolsa <sup>13</sup>

Bolsas	1973		1974		Nível em 18/12/74
	mais alto	mais baixo	mais alto	mais baixo	
Londres	509,5	305,9	339,3	150,4	161,1
Nova York	1 051,7	788,3	891,7	577,6	603,5
Toronto	237,9	200,4	228,8	150,6	153,3
Tôquio	422,5	284,7	342,5	252,0	282,4
Hong Kong	1 775,0	423,9	481,9	150,1	163,3
Paris	98,9	70,7	85,1	47,8	49,4
Bruxelas	142,3	112,8	131,5	84,2	87,8
Frankfurt	120,7	85,0	93,2	79,5	85,5
Amsterdã	171,9	113,3	140,8	94,6	106,1
Milão	147,3	98,3	154,2	87,0	87,8
Estocolmo	389,5	297,2	410,6	303,3	304,8

TABELA XIII — Índices das cotações das matérias-primas industriais (100=média 1952/56)

Matérias-primas	jun. 1974	set. 1974	dez. 1974	dez. 1973/ dez. 1974 (%)
	Carvão e coque	394,1	389,9	434,5
Derivados do petróleo	485,1	483,8	485,6	- 0,2
Fibras	172,3	148,0	128,9	- 17,7
Couros e peles	161,1	163,6	92,5	+ 3,5
Madeiras	338,7	331,1	326,0	- 5,5
Borracha	119,6	100,7	93,9	- 17,6
Ferro e aço	322,5	302,8	65,2	- 31,7
Metais não-ferrosos	321,1	242,4	10,2	- 39,9

Alguns preços de matérias-primas baixaram bem mais acentuadamente. Na metade de dezembro de 1974, o cobre era cotado 60% abaixo de seu pico, em abril do mesmo ano. A borracha, atingida pela crise da indústria automobilística, teve uma queda de preço da ordem de 52%; o algodão, da ordem de 57%; o zinco, de 45%. Quedas de preços não menos espetaculares produziram-se igualmente, apesar do

13. *The Economist* de 22/12/73 e de 21/12/74. O índice de *The Economist* para a Bolsa de Frankfurt foi modificado entre 29/06 e 06/07/74. Na tabela, recalculamos os índices de 1974, tendo como base o índice antigo.

clima geral de inflação, em alguns produtos da indústria manufatureira particularmente vulneráveis à capacidade ociosa ou à superprodução correntes e submetidos a condições de concorrência no mercado<sup>14</sup>.

14. O exemplo mais impressionante é o dos cristais de quartzo e dos relógios de quartzo. O preço por cristal desmoronou de 5 dólares para 0,65 dólar (*Business Week*, 28/11/1977); em outros setores como o de vestuário e calçados, o leque entre os produtos chamados baratos e os de qualidade se ampliou profundamente. Encontram-se ternos a 250 francos, calçados a 25 francos o par e camisas a 15 francos.



## CAPÍTULO VII

### A ALTA DO PREÇO DO PETRÓLEO NÃO PROVOCOU A VIGÉSIMA CRISE DE SUPERPRODUÇÃO DESDE A FORMAÇÃO DO MERCADO MUNDIAL DO CAPITALISMO INDUSTRIAL

O efeito do aumento do preço do petróleo e das rendas suplementares obtidas pelos países-membros da OPEP, sobre a conjuntura econômica geral, foi muito exagerado. Um mito persistente pretende mesmo considerá-lo a causa essencial da recessão de 1974/75. Além das funções ideológicas ou diretamente políticas de uma tal afirmação, seu caráter ilógico é evidente. É igualmente contrária a todas as conclusões da teoria das crises periódicas (do ciclo industrial) no capitalismo, tanto na sua versão marxista quanto na acadêmica.

Desde a formação do mercado mundial do capitalismo industrial, houve exatamente vinte crises de superprodução, com intervalos mais ou menos regulares. São elas: de 1825, 1836, 1847, 1857, 1866, 1873, 1882, 1891, 1900, 1907, 1913, 1921, 1929, 1937, 1949, 1953, 1958, 1961, 1970 e a de 1974/75 (tomamos para cada uma sua data de eclosão no país capitalista que dominava na época o mercado mundial, isto é, a Grã-Bretanha antes da I Guerra Mundial e os Estados Unidos depois — neste país, houve uma minicrise em 1966/67, mas sem queda absoluta da produção). Supor que uma doença que se repete vinte vezes tenha a cada vez causas particulares e únicas, fundamentalmente estranhas à natureza mesma do doente — causas “políticas”, como afirmam friamente os professores Claassen e Linbeck em *Turbulências de uma Economia Próspera*<sup>15</sup> —, é claramente inverossímil e ilógico.

Alguns quiseram dar uma versão pseudokeynesiana à explicação da recessão de 1974/75 pela alta dos preços do petróleo. Esta implicaria uma “transferência dos recursos” para fora dos países industriais, o que provocaria uma contração da demanda e, portanto, da produção. É ainda um erro de raciocínio evidente. Fábricas que trabalham para a exportação não são fábricas de desempregados. O mercado internacional capitalista constituindo um todo, uma “transferência de poder de compra” da Europa Ocidental, dos Estados Unidos ou do Japão para os países da OPEP só pode ter efeitos deflacionistas sobre a conjuntura na medida em que tal poder de compra seja esterilizado e não se transforme em demanda adicional para os produtos (e serviços) importados dos países industrializados.

Contudo, essa fração “entesourada”, não gasta, do excedente da balança comercial da OPEP com o resto dos países capitalistas não reduz a “demanda global” do mundo capitalista tomado como um todo? Além do fato de a fração entesourada ser muito reduzida e de representar no máximo 1,5% do PNB dos países imperialistas (não pode, portanto, explicar uma recessão da amplitude da de 1974/75, mesmo introduzindo

15. *Op. cit.*, pp. 191-6.

o multiplicador), o argumento não é válido tecnicamente. De fato, não há entesouramento a não ser nos casos em que os excedentes (os famosos "petrodólares") sejam efetivamente retirados do circuito "mercadorias/papel-moeda/moeda de crédito/mercadorias", que engloba a economia capitalista no seu conjunto. Ora, isso só é o caso se são entesourados em cofres-fortes de Riad, Kuweit, Trípoli ou de Teerã na forma de ouro, de diamantes, ou de "moedas fortes". Mas a imensa maioria desses excedentes de "petrodólares" está, na realidade, depositada em bancos ocidentais na forma de depósitos a curto prazo. É utilizada pelos bancos imperialistas para alimentar suas operações de crédito, para inflar a massa da moeda escritural. Paradoxalmente, poderíamos afirmar que, longe de ter tido um efeito de deflação para a economia capitalista, os excedentes do balanço de pagamentos dos países da OPEP e, ainda mais, a maneira como foram utilizados mantiveram e ampliaram a "liquidez" do sistema monetário internacional e, portanto, o clima inflacionário<sup>16</sup>.

Isso não é, aliás, um paradoxo senão aparente. A incidência real da alta do preço do petróleo sobre a conjuntura foi dupla: de um lado, acentuando a tendência inflacionária geral — pela alta dos custos e pelo aumento da liquidez —, precipitou o momento no qual a inflação teve um efeito perverso sobre a conjuntura e no qual os governos foram obrigados a tomar medidas para, de alguma forma, freá-la; por outro lado, pesando sobre a taxa média de lucros do capital industrial, acentuou o seu movimento de baixa, o que é a causa fundamental da recessão. Porém, nos dois casos, trata-se de uma amplificação de um movimento já em curso. A recessão generalizada estava inscrita no ciclo que começou com a recessão ainda parcial de 1970/71 e que se prolongou com o boom especulativo dos anos 1972/73. Tanto as capacidades de produção cada vez mais ociosas como a inflação que toma impulso o mostram incontestavelmente. Ora, esses dois movimentos precedem a quadruplicação do preço do petróleo pela OPEP no momento da Guerra do Yom Kippur. Esta alta do preço do petróleo não é, portanto, nem a causa, nem mesmo o detonador imediato da recessão. É no máximo um fator adicional que amplifica a gravidade da crise.

É verdade que o que vimos anteriormente trata da economia capitalista internacional como de uma entidade. Isso é incontestável, mas trata-se de *um todo estruturado em Estados (mercados) "nacionais"*. Alguns países, tanto imperialistas como semicoloniais, sofreram bem mais o impacto da alta brutal do preço do petróleo do que outros. O Japão, que teve em (1973) um enorme déficit em seu balanço de pagamentos em consequência do encarecimento do petróleo, pôde enxugar tal déficit através de um crescimento espetacular de suas exportações. O mesmo se aplica à Alemanha Ocidental e — até 1976 — aos Estados Unidos. Outros países foram plenamente atingidos e efetivamente sofreram com efeitos deflacionários, seja porque tiveram de restringir suas importações de energia e de matérias-primas para reduzir o enorme déficit de seu balanço de pagamentos, seja porque foram levados a praticar uma política de deflação geral do crédito e da demanda,

16. Ver o artigo "A liquidez internacional após o choque do petróleo", no boletim *Conjoncture*, de la Société Générale, nov. 1977.

para tentar acabar com o déficit. Nesses casos, os efeitos indiretos da alta do preço do petróleo contribuíram para apressar a recessão.

No entanto é preciso sublinhar que se trata, sem nenhuma exceção, de países que não são de nenhum modo determinantes para a conjuntura econômica internacional. Para os Estados que a determinam — sobretudo os Estados Unidos, o Japão e a Alemanha Ocidental —, a inversão da conjuntura em 1974 não pode de nenhuma maneira ser explicada pela incidência direta ou indireta da alta do preço do petróleo. E ainda: os países que mais sofreram com a alta — especialmente a Grã-Bretanha e a Itália — permaneceram em recessão em 1977, enquanto a conjuntura da economia capitalista internacional estava em retomada há dois anos. Não há, portanto, nenhuma relação de causa e efeito entre a alta do preço do petróleo e a inversão da conjuntura de 1974/75. Acrescentemos que, mesmo em países como Grã-Bretanha, Itália e, parcialmente, França, nos quais a alta do preço do petróleo parece ter obrigado os governos a uma política deflacionista pronunciada, a relação de causa e efeito deve ser mediatizada *pela opção política e social do governo em questão*. Não é verdade que a política de deflação era a única técnica possível nas circunstâncias dadas. Os governos podiam optar por diversas atitudes de política econômica e monetária. Se não foram adotadas, é por razões de preferência sócio-políticas, cuja natureza de classe deve ser posta a nu, e não pela impossibilidade técnica de se engajar em uma outra via.

Houve, aliás, uma tendência de exagerar muito a acumulação de reservas de câmbio dos países exportadores de petróleo em 1973/74. Uma verdadeira propaganda de pânico tinha sido desencadeada por alguns meios imperialistas a esse respeito. O Banco Mundial adiantara a cifra fantástica de 650 bilhões de dólares que se acumularia a curto prazo nos cofres dos países-membros da OPEP. Estudos empreendidos pela Brookings Institution e pela Morgan Guaranty Trust Company já haviam corrigido tais estimativas muito para baixo, prevendo um máximo de ativos dos países da OPEP, em 1978, de 280 bilhões de dólares acumulados como reservas de câmbio, cifra que deveria cair, em 1980, para 179 bilhões de dólares (todas estas estimativas se baseavam em uma taxa de câmbio do dólar mais ou menos estável em torno de seu nível em 1974). Desde então, uma reavaliação teve de ser feita no sentido da diminuição.

A razão dessa reviravolta não é difícil de descobrir. Todos os países-membros da OPEP viram imediatamente nos novos recursos em divisas que obtiveram pela alta do preço do petróleo o meio de pôr em andamento ou de acelerar os planos de desenvolvimento econômico que lhes possibilitariam sair definitivamente do estado de subdesenvolvimento (o que traria para suas classes dominantes tanto menos riscos de explosões sociais quanto mais possibilidades de acumulação de capitais em grande escala).

Ora, a maioria dos países-membros da OPEP tem uma densidade de população relativamente alta. Mesmo recursos tão importantes como os que vêm da quadruplicação do preço do petróleo não bastam para sustentar a longo prazo um processo de industrialização acelerado. Muito rapidamente, esses países vão, portanto, voltar a ser deficitários do ponto de vista de seu balanço de pagamentos, em consequência da amplitude das importações necessárias para os planos

de desenvolvimento marcados pelo gigantismo. É especialmente o caso da Nigéria, da Argélia, do Irã, do Iraque, da Venezuela, sem falar da Indonésia. Só os países com densidade demográfica muito menor — sobretudo a Arábia Saudita, o Kuwait, os emirados do Golfo e Catar (a Líbia constitui um caso intermediário) — podem, nestas condições, manter duravelmente um excedente em seu balanço de pagamentos, e o impacto global desse excedente sobre a economia capitalista internacional, sendo, portanto, reduzido pelo reaparecimento de fortes déficits na primeira categoria de países da OPEP<sup>17</sup>.

Tinha-se estimado que o excedente do balanço de pagamentos global dos países exportadores de petróleo atingiria 80 bilhões de dólares em 1974. Foi apenas de 57 bilhões de dólares. (Em seguida, esse excedente continuou a diminuir. Segundo o Banco da Inglaterra, teria sido de 36 bilhões de dólares em 1976 e de 33 bilhões de dólares em 1977.) Ainda é necessário acrescentar que aos 57 bilhões de excedente não corresponde um déficit acumulado do balanço de pagamentos dos países imperialistas (membros da OCDE) senão de 30 a 35 bilhões de dólares, o resto sendo um déficit acumulado do balanço de pagamentos dos países semicoloniais e dependentes, assim como pelos países ditos "socialistas". Se levamos em conta o fato de que a *balança comercial* dos membros da OPEP tinha um excedente de 97 bilhões em 1974, percebemos que 40 bilhões de dólares tinham sido aplicados por esses países, sob uma forma ou outra, no exterior.

Já no ano anterior (1973), 60 bilhões de petrodólares tinham sido aplicados no estrangeiro. Em 1974, essas aplicações atingiram a cifra de 57 bilhões. Repartiram-se da seguinte maneira:

- 43% no mercado de eurodivisas (incluídos eurodólares);
- 20,7% em aplicações de longo prazo em países que não os Estados Unidos e a Grã-Bretanha;
- 12,2% em aplicações de longo prazo nos Estados Unidos (incluídos títulos do Estado);
- 7,7% em aplicações de curto prazo na Grã-Bretanha (incluídos Bônus do Tesouro);
- 7% em aplicações de curto prazo nos Estados Unidos (incluídos Bônus do Tesouro);
- 6% em aplicações junto a organismos internacionais;
- 2,7% em aplicações de longo prazo na Grã-Bretanha (incluídos títulos do Estado)<sup>18</sup>.

Por tabela, a queda do excedente do balanço de pagamentos dos países-membros da OPEP — que passou de 57 bilhões de dólares em 1974 para 36 bilhões de dólares em 1975 — perturbou gravemente o balanço de pagamentos da Grã-Bretanha, pois levou a retiradas massivas de petrodólares depositados em 1973 e 1974 nos bancos deste país (ver *The Economist*, 17 de mai. 1975).

17. Ver a este respeito o estudo interessante de Amin Maalouf em *Economia*, Paris, mar. 1977.

18. Banque des Règlements Internationaux: *47<sup>o</sup> Rapport Annuel*, Bâle, 13 de jun. 1977, p. 101, conforme os cálculos do Banco da Inglaterra, e *Supplément à l'Étude sur l'Économie Mondiale*, Nova York, 1975, Nações Unidas, 1977, p. 329. Para o ano de 1975, este mesmo relatório registra 36 bilhões de dólares alocados no estrangeiro pelos países-membros da OPEP enquanto o *Supplément* cita uma cifra de 31,5 bilhões.

## CAPÍTULO VIII

## OS PAÍSES SEMICOLONIAIS E DEPENDENTES NA RECESSÃO

Quando examinamos o efeito da recessão de 1974/75 e da alta do preço do petróleo sobre a economia do chamado Terceiro Mundo — mais corretamente países semicapitalistas, semicoloniais e dependentes —, é preciso distinguir muito claramente o caso dos países exportadores de petróleo da situação do resto do Terceiro Mundo.

As rendas consideráveis obtidas pela primeira categoria desses países protegeram-nos eficazmente dos efeitos diretos e indiretos da recessão da economia capitalista geral. Isso quer dizer que o cartel do petróleo "se segurou" apesar da recessão, apesar da queda da demanda e do volume das exportações<sup>19</sup>. A amplitude da renda petrolífera obtida pelas classes possuidoras dos países da OPEP é mostrada na Tabela XIV.

TABELA XIV — Rendas petrolíferas dos países da OPEP em 1974 (estimativas em milhões de dólares correntes)

Arábia Saudita	29 500
Irã	21 000
Venezuela	10 600
Nigéria	9 233
Kuweit	9 000
Líbia	9 000
Iraque	7 000
Emirados Árabes Unidos	5 300
Argélia	5 000
Total OPEP	±110 bilhões de dólares

Aproximadamente a metade dessa soma foi consagrada a uma elevação das importações, tanto de equipamentos (infra-estrutura, indústria e agricultura), quanto de bens de consumo.

A capitalização da renda petrolífera e a acumulação de enormes capitais-dinheiro, tanto nas mãos do Estado (mas em muitos países

19. Para poder "manter" o preço de cartel, quase todos os países-membros da OPEP tiveram de realizar importantes reduções de produção no curso da recessão. Entre janeiro e novembro de 1975, a produção caiu em comparação aos onze meses do ano precedente, 19,9% na Venezuela, 18,9% no Kuwait, 17,5% na Arábia Saudita, 10,9% na Argélia, 10,5% no Irã, 7,3% na Indonésia, 5,9% na Líbia e 2,5% no Equador. A queda foi ainda de 22,2% na Nigéria. Apenas o Iraque, os Emirados Árabes, do Golfo e o Gabão aumentaram ligeiramente sua produção (*Neue Zürcher Zeitung*, 24 de fev. 1976).

da OPEP o Estado é a "propriedade" de algumas famílias privadas), quanto nas mãos da classe dominante, levam a um começo mais ou menos efetivo de processos de industrialização, de acumulação de capitais industriais e de formação de capital financeiro "autóctone" em grande escala. (Examinaremos no Capítulo XXIV a incidência desse impulso febril de acumulação de capitais nos países capitalistas relativamente "novos" na estrutura de conjunto do mercado mundial.)

A longo prazo, a industrialização dos países da OPEP acentuará as contradições internas da economia dos países imperialistas, pois deve estender e agravar os fenômenos de capacidade de produção ociosa em toda uma série de ramos industriais<sup>20</sup>. De imediato, ela cria mercados suplementares para os ramos industriais dos países imperialistas especializados na exportação de equipamentos e de infra-estruturas, no fornecimento de fábricas "prontas", de empresas de trabalhos públicos etc<sup>21</sup>. Eis alguns dos projetos mais importantes mencionados durante a recessão de 1974/75:

— uma *joint-venture* entre o Irã e o truste americano químico Du Pont de Nemours de um valor estimado em 280 milhões de dólares;

— uma *joint-venture* entre o Irã e o truste alemão Thyssen para a criação de uma aciaria e duas fábricas de tijolos em Ahvaz e Esfahan;

— uma *joint-venture* entre o Irã, o truste alemão Thyssen e o truste americano Fluor Corp. de Los Angeles para a construção de uma nova refinaria de petróleo em Abadan;

— a construção de uma nova metrópole industrial em Al Jubayl na Arábia Saudita, comportando especialmente uma refinaria de petróleo e vários complexos petroquímicos, assim como um grande complexo de refinamento de petróleo no Irã (*Business Week*, 26 de mai. 1975);

— a criação de uma enorme usina de adubos sintéticos no Iraque em associação com o governo japonês, de um valor de 400 milhões de dólares;

— uma *joint-venture* entre o grupo Mitsui e o governo iraniano para a construção de uma usina de etileno de um valor de 200 milhões de dólares (The Pacific-Asia Resources Center — PARC —, Tokyo, 1977).

Disso decorre, por um lado, o lugar cada vez mais importante que as exportações de máquinas, de equipamentos e de "fábricas prontas" ocuparão no comércio mundial do futuro. (O *Far Eastern Economic Review*, de 16 de mai. 1975, publicou um estudo sobre este ramo da indústria japonesa, cujas exportações passaram de 1,5 bilhão de dólares em 1972 para 3 bilhões em 1974, e que considera como o setor mais expansivo e mais dinâmico da economia japonesa, merecendo uma proteção toda especial por parte do governo.)

Por outro lado, há uma valorização dos países da OPEP enquanto

20. "Os que estudaram os projetos de desenvolvimento da petroquímica — aliás em conflito uns com os outros — da Arábia Saudita, do Kuwait e do Irã para o próximo decênio acreditavam que havia chances de se ter como resultado uma concorrência feroz pelos mercados entre as fábricas que produzirão essencialmente produtos similares (sem esquecer a entrada do Catar no campo da superprodução)" (*The Economist*, 10 de dez. 1977).

21. Indicamos desde 1960 em nosso *Tratado de Economia Marxista* as razões pelas quais os monopólios mais poderosos dos países imperialistas estavam a ponto de modificar a sua atitude com relação à industrialização do Terceiro Mundo e começavam a favorecê-la parcialmente (*Éditions* 10/18, t. III, pp. 178-9).

mercados para as nações imperialistas, mesmo se a sua participação nas exportações totais destas continua modesta. Para a RFA e o Japão, essa valorização já é claramente indicada pelas estatísticas correntes (ver Capítulo XXIV). É interessante indicar que as exportações francesas para a Argélia quase triplicaram no espaço de dois anos, passando de 2,38 bilhões de francos franceses em 1972 para 6,2 bilhões em 1974.

Entretanto, as projeções "otimistas", que vêm na acumulação de divisas pelas classes dominantes dos países da OPEP simplesmente mercados suplementares para a economia imperialista internacional, e, portanto, o motor de uma nova fase de expansão, estão viciadas por quatro imprecisões notáveis:

1<sup>a</sup>) a dinâmica das vendas e dos preços do petróleo, que determina a capacidade de importação dos membros da OPEP, continua muito incerta. No presente, é claro que uma parte dos ganhos das classes dominantes desses países é e será apagada pelo encarecimento dos produtos importados, por um lado, e pela desvalorização do dólar e da libra esterlina, por outro lado (para a fração dessa renda conservada de forma líquida ou quase líquida). Reclamando a indexação do preço do petróleo aos preços dos produtos manufaturados, ou a fixação dos preços do petróleo em DES — Direitos Especiais de Saque (moeda contábil internacional aparentemente "garantida" contra a desvalorização) —, os países-membros da OPEP procuram escapar dessa lógica infernal da economia capitalista internacional, que continua a ser dominada pelo imperialismo. Mas os DES não são senão uma moeda contábil. Só pode ser pago em papel-moeda que tem um preço, e não em papel-ouro. Toda conversão dos DES em dólares, ou em outras divisas em via inexorável de depreciação constante, desencadeará, portanto, mecanismos compensadores: queda ainda maior do dólar, redução ainda mais importante do consumo relativo de petróleo<sup>22</sup>, busca ainda mais febril de fontes energéticas alternativas e alta ainda mais forte dos preços dos equipamentos exportados para os países da OPEP — que arriscam neutralizar as vantagens a longo prazo;

2<sup>a</sup>) para todo um período, a alta do preço do petróleo da OPEP determina uma substituição progressiva de energia (incluindo o petróleo não exportado pelos membros do cartel) às suas exportações. Os especialistas estimam que a superprodução de petróleo e a capacidade ociosa das refinarias durarão até 1982. E, em 1985, a participação dos países-membros da OPEP na produção mundial de petróleo cairá de 60% de hoje para 40%, se o cartel se obstinar a indexar seu preço de venda ao da inflação mundial (*Business Week*, 16 de jan. 1978)<sup>23</sup>;

22. O consumo físico de hidrocarburetos diminuiu 6,6% em 1974 e 5,1% em 1975 na Europa Ocidental. As porcentagens equivalentes para o Japão eram, respectivamente, de 3,8 e de 5,8% e para os Estados Unidos e o Canadá de 3,8 e de 2,1% ("O comércio internacional em 1976/77", Genebra, GATT, 1977, p. 69).

23. Esta previsão já se realizou no início de 1983. "Embora a maior parte dos experts estime que haverá uma penúria mundial de petróleo e de gás daqui alguns anos, isso não se produzirá certamente em 1978. A maior parte dos produtores americanos de petróleo conhecerá em 1978 a repetição de 1977. O seu principal problema será o de um excedente colossal de petróleo e derivados" (*Business Week*, 9 de jan. 1978). Na Europa capitalista, as refinarias de petróleo não trabalharam senão com 63% de sua capacidade em 1977.

3ª) a industrialização acumulada dos países da OPEP se choca com a sua estrutura sócioeconômica retrógrada, com a ausência de uma verdadeira revolução agrária nos países densamente povoados, com a penúria de mão-de-obra nos países de baixa densidade demográfica, com o agravamento das contradições de classe que a inflação acelera, o desenraizamento da população rural, a superexploração do proletariado deverão estimular em quase todos os casos; assim ela corre o risco de estagnar;

4ª) o crescimento médio do conjunto da economia capitalista internacional não é nem um elemento "externo", nem um elemento "indiferente" para determinar o impacto da industrialização dos países da OPEP sobre a economia dos países imperialistas. Nós já o sublinhamos: na medida em que entramos em uma "onda longa" de crescimento muito diminuído, todo salto para a frente da capacidade de produção industrial instalada em Estados-membros da OPEP corre o risco de agravar seriamente a crise de setores industriais importantes dos países imperialistas, sobretudo o das refinarias de petróleo, o petroquímico, o siderúrgico e o da indústria de fertilizantes sintéticos.

De qualquer maneira, se o "ouro negro" lhes permitiu escapar dos efeitos imediatos da recessão internacional sobre a sua própria economia, os países da OPEP constituem, a esse respeito, uma exceção entre os Estados semicoloniais e dependentes. Para o resto destes, a conjugação da alta dos preços de petróleo, da recessão econômica internacional e da escassez alimentar, que subsistiu ao longo de todo o ano de 1974, atingiu-os mais cruelmente que um qualquer outro momento desde o desmoronamento do *boom* da Guerra da Coreia<sup>24</sup>. Paquistão, Bangladesh, a maioria dos países da África Oriental e Equatorial e vários países latino-americanos deficitários em petróleo foram atingidos simultaneamente de quatro maneiras:

1ª) a alta do preço do petróleo agravou consideravelmente o déficit já crônico de seu balanço de pagamentos e absorveu uma boa parte, senão a totalidade, da "ajuda" que eles recebiam, retardando e bloqueando, assim, projetos importantes, especialmente de modernização da agricultura;

2ª) a alta do preço dos víveres e dos fertilizantes químicos, que devem importar do mercado mundial, fez com que perdessem ainda mais recursos do que com a alta do preço do petróleo. O custo das importações de víveres e de fertilizantes dos países semicoloniais aumentou 5 bilhões de dólares em 1973 e um montante análogo em 1974, ou seja, no total 10 bilhões em dois anos, enquanto o custo de suas importações de petróleo só cresceu 1,2 bilhão de dólares em 1973 e 7 bilhões em 1974, ou seja, no total 8 bilhões em dois anos;

24. Em um artigo publicado no *Le Monde Diplomatique* (set. 1975), sob o título "Deterioração dos termos de troca e 'desacumulação' de capital", Frederic F. Clarrmonte lembra que os termos de troca de produtos de base se deterioraram entre 1953 e 1972 do índice 126 para 84 — de 138 a 84 entre 1954 e 1972 —, de acordo com as estatísticas da CNUCED. As perdas anuais sofridas em razão disso pelos países do Terceiro Mundo se elevaram a bilhões de dólares (10 bilhões apenas no ano de 1972). Com a alta espetacular do preço do petróleo, essa situação se modificou em 1973 e 1974. Mas essa mudança parece já parcialmente neutralizada com a nova queda de muitas das matérias-primas em 1975 e, depois, em 1977.

3ª) o desmoronamento do preço de toda uma série de matérias-primas, a redução do volume de suas exportações industriais, em consequência dos efeitos da recessão internacional, diminuíram seus recursos em divisas no exato momento em que suas despesas em divisas tinham aumentado demasiadamente devido ao encarecimento das importações<sup>25</sup>;

4ª) o efeito acumulado de todos esses fatores provocou uma regressão da produtividade na agricultura, combinado em muitos casos com uma regressão da produção absoluta, bem como com uma estagnação, senão um recuo, da produção industrial (impossibilidade de manter o nível necessário de importações de certas matérias-primas e peças de reposição, declínio da demanda no mercado interno, declínio das exportações etc).

Para algumas partes do subcontinente indiano, essa foi a catástrofe que se seguiu à dos países do Sahel.

Segundo uma estimativa da Morgan Guarantee Trust Company, os países semicoloniais e dependentes não-exportadores de petróleo tiveram em 1974 os seguintes déficits no seu balanço de pagamentos:

TABELA XV — *Déficits do balanço de pagamentos de países dependentes e semicoloniais em 1974*

(em bilhões de dólares)	
Brasil	7,0
México	2,5
Índia	1,8
Coreia do Sul	1,8
Formosa	1,2
Peru	0,850
Quênia	0,450
Chile	0,434
Turquia	0,400
Argentina	0,352
Filipinas	0,290
Tailândia	0,150
Zâmbia	0,100
Malásia	0,100

Segundo o Fundo Monetário Internacional, o déficit do balanço de pagamentos dos países subdesenvolvidos não-exportadores de petróleo se elevou a 30 bilhões de dólares em 1974, 28 bilhões em 1975 e 25 bilhões em 1976, e é estimado em 25 bilhões em 1977. Tal déficit foi em parte neutralizado por um fluxo de empréstimos bancários (e, em uma menor medida, por empréstimos de instituições públicas internacionais) com destino a esses países. (Trataremos adiante do significado e das consequências desse endividamento su-

25. Os países subdesenvolvidos não-exportadores de petróleo viram em 1975 o *quantum* de suas exportações cair 5%, o valor corrente das exportações diminuir 12%, e suas reservas de troca, 5,5% (Nações Unidas. *Supplément à l'Étude sur l'Économie Mondiale 1975*, p. 278).



plementar. Registremos, no momento, simplesmente esta conclusão: toda crise capitalista de superprodução golpeia mais fortemente os fracos do que os fortes, os pobres do que os ricos. Isso é verdade para os países imperialistas, no que se refere ao proletariado e à burguesia. É verdade para o patronato, no que concerne a pequenas e médias empresas, de um lado, e para os grandes monopólios, de outro. É verdade em escala mundial, no que concerne aos países semicoloniais e dependentes, de um lado, e aos países imperialistas, de outro.)

Desvalorização  
do dólar e  
a concorrência  
mundial!

## CAPÍTULO IX

O ACIRRAMENTO DA  
CONCORRÊNCIA INTERIMPERIALISTA  
NO DECORRER DA RECESSÃO

A concorrência interimperialista tende sempre a se acentuar quando a conjuntura econômica se deteriora. É o momento em que o "egoísmo sagrado" se destaca. Cada classe capitalista "nacional" procura antes de tudo se salvar, exportando suas dificuldades e seu desemprego para o vizinho e para o concorrente.

A burguesia imperialista dos Estados Unidos tinha perdido sua hegemonia *absoluta*, adquirida em 1945, sobre o mundo capitalista no curso dos anos 60, marcados por uma retomada espetacular do imperialismo europeu-ocidental (sobretudo alemão-ocidental) e japonês. No final dos anos 60, ela procurou reagir: primeiramente desvalorizando em "cascata" o dólar (chegando inevitavelmente à sua inconvertibilidade em ouro), o que tinha como finalidade a melhora de sua posição concorrencial no mercado mundial; em seguida, o aumento do preço do petróleo lhe pareceu um meio excelente de golpear seus concorrentes europeus e japoneses, que tinham gozado um preço menor da energia durante a década de 60, mas que dependiam mais das importações de petróleo do que os Estados Unidos. (As duas manobras mostraram ser como bumerangues, o que analisaremos a seguir.)

Incontestavelmente, no início da recessão de 1974/75, a hegemonia *relativa* do imperialismo americano sobre o mundo capitalista parecia mais segura do que em alguns anos antes<sup>26</sup>. Aconteceu o mesmo no fim da recessão e no meio da retomada? O mínimo que podemos dizer é que a questão não está de modo algum resolvida.

No plano do comércio internacional, os anos 1974 e 1975 foram marcados por uma contra-ofensiva sensacional das exportações alemãs-ocidentais e japonesas, que reduziram ainda mais a participação dos produtos manufaturados americanos no mercado mundial de bens fabricados pela indústria de transformação. A manutenção relativamente boa das exportações americanas *no seu conjunto* provém do fato de que elas incluem várias matérias-primas e, sobretudo, uma porção importante de produtos alimentares que sofreram alta de preços e aumento da demanda em 1974 e no início de 1975, enquanto tais categorias de bens apenas têm um papel marginal ou nulo nas exportações alemãs-ocidentais e japonesas.

Excepcionalmente, durante o verão de 1974, as exportações alemãs-ocidentais ultrapassaram pela primeira vez as dos Estados Unidos, mesmo em números absolutos. No entanto, o fato de a indús-

26. A respeito do aumento do preço do petróleo, J.P. Chèvènement havia escrito em seu livro, aliás muito interessante, *Le Vieux, la Crise et le Neuf* (Paris, Flammarion, 1974): "Os balanços de pagamento japonês e europeu se acham brutalmente deficitários, enquanto os Estados Unidos restabelecem seu equilíbrio externo". Sabe-se o que veio depois... O erro de Chèvènement foi o mesmo da maior parte dos observadores da época.

tria manufatureira alemã-ocidental ocupar hoje o primeiro lugar no mercado mundial dos produtos desse setor parece ser uma situação muito mais durável (*ver a esse respeito a Tabela XXXIII*).

A posição das quatro principais potências imperialistas não se modificou, portanto, de maneira clara. É preciso, entretanto, levar em conta as grandes mudanças no câmbio ocorridas desde 1970, com uma importante desvalorização do dólar e uma forte revalorização do marco alemão que fazem com que a evolução em volume exportado não se deduza claramente desses números. É preciso sublinhar também o declínio acentuado da posição britânica (cujas exportações em 1970 ainda foram iguais às do Japão, enquanto cinco anos mais tarde são 20% inferiores) e a relativa boa performance das exportações francesas (inferiores, em 1970, às da Grã-Bretanha e às da União Econômica do Benelux — Bélgica, Holanda e Luxemburgo —, e ultrapassando, em 1975, em 20% as da Grã-Bretanha e quase se igualando às do Benelux). O desempenho das exportações italianas é melhor do que se previa, enquanto o do Canadá regrediu.

TABELA XVI — Exportações anuais totais em valor  
(em bilhões de dólares correntes)

Países	1970	1973	1974	Julho- agosto 1974	1975	1976	1977
Estados Unidos	43,2	71,3	98,5	93,0	108,0	114,7	122,1
RFA	34,2	67,5	92,6	93,0	92,8	92,2	113,1
Japão	19,3	37,0	55,5	52,7	55,1	66,0	79,1
França	18,1	36,7	50,0		52,7	54,5	69,9
Grã-Bretanha	19,3	30,5	36,5		41,5	45,7	64,0
Itália	13,2	22,2	27,0		33,7	36,7	48,5
Canadá	16,8	26,3	37,5		33,5	39,8	46,0
Holanda	11,8	24,1	31,5		30,5	40,1	39,3
Bélgica	11,6	22,5	27,6		27,0	32,8	40,8

Fonte: OCDE

Para os que afirmam que esse tipo de comparação é prejudicado por uma identificação abusiva dos "muitos capitais" com a "territorialidade"<sup>27</sup>, respondemos que a comparação é igualmente marcante, senão ainda mais impressionante, se se confronta a performance das grandes sociedades multinacionais, sejam americanas, japonesas, sejam de vocação européia. Basta cotejar a dinâmica das exportações de capital e das iniciativas industriais pelo mundo dessas três categorias de "multinacionais" no curso de 1974, 1975, 1976 e 1977 para que o percebamos. A razão não é nada misteriosa: o grande capital americano não conseguiu obter avanços de produtividade e, a partir daí, sucesso no mercado mundial da RFA e do Japão.

27. Cf. C. Palloix, *L'Économie Mondiale Capitaliste*, t. II, Paris, Maspero, 1972. A realidade e a amplitude da concorrência interimperialista e do poderio das multinacionais européias e japonesas escapam a muitos autores da obra coletiva *Ruptures d'un Système Économique* (Paris, Dunod, 1978). Dockes e Rosier falam mesmo de uma "subordinação" da Alemanha e do Japão com relação aos Estados Unidos, enquanto a tendência fundamental vai evidentemente em sentido oposto.

Em 1959, no plano mundial, eram americanas as empresas que encabeçavam onze dos treze principais ramos da indústria manufatureira e dos bancos; em 1974, este número de ramos tinha caído para sete. Em 1959, 63% das 156 empresas mais importantes mundialmente nesses treze ramos eram americanas; em 1974, tal porcentagem havia caído para 43%, contra 36,5% das multinacionais européias e 20% das japonesas. Entre as cinquenta primeiras empresas mundiais em 1977, 22 eram americanas, 21 européias, cinco japonesas e duas latino-americanas. Entre os vinte maiores bancos do mundo no fim de 1976, dez eram europeus e apenas quatro americanos (no entanto é verdade que, destes, três ocupariam, separadamente, o primeiro, o segundo e o quarto lugar), cinco japoneses e um brasileiro<sup>28</sup>.

No plano monetário, o projeto do imperialismo americano de desmonetarizar o ouro e de institucionalizar definitivamente o dólar inconversível, com base no sistema monetário internacional por intermédio dos DES, têm ainda menores chances de ser duravelmente aceito do que no passado. Quanto mais a inflação se amplifica e se prolonga, menos os proprietários de mercadorias e detentores de créditos podem ser obrigados a aceitar um papel-moeda inconversível, que se desvaloriza fortemente<sup>29</sup>. Um papel-moeda mundial, imposto como meio de troca e de pagamento a todos os capitalistas, cuja recusa em aceitá-lo seria ilegal, pressupõe, em última análise, um Estado mundial, um governo mundial, o desaparecimento da concorrência interimperialista, isto é, um superimperialismo. (Estamos mais longe de tal situação do que nunca.)

É no plano político-militar que a predominância do imperialismo americano — apesar de sua pesada derrota na Indochina — continua mais acentuada, não evidentemente em razão de seu declínio relativo no domínio econômico, financeiro e monetário, mas em clara contradição com este declínio. A impotência da burguesia européia em realizar novos progressos na integração monetária<sup>30</sup> e política no seio do Mercado Comum Europeu, em transformá-lo de uma confederação de Estados em um Estado federal, consolida o *status quo* político-militar e lhe custa igualmente caro do ponto de vista financeiro. Suas contradições internas se ressentem disso, como aliás as do imperialismo japonês. Encargos e subordinações suplementares podem ser-lhes impostos. Ela corre o risco de arcar com os custos de algumas modificações comerciais espetaculares. Se colocadas do lado oposto do crescimento da produtividade industrial mais lento nos Estados Unidos, essas mudanças mantêm, *grosso modo*, o equilíbrio das forças presentes.

Mas os progressos realizados pela indústria bélica européia (franco-britânica, franco-alemã etc) e os esforços febris empreendidos pela

28. *Le Monde*. "L'année économique et sociale 1977", p.12. *The Economist*, 4 de fev. 1978, p.78. Em 1985, um banco japonês se tornou o número 1 mundial.

29. "Enquanto antigamente era praticamente zero, cerca de 20% das exportações japonesas são hoje pagas em iene. Ainda que isso continue longe da situação da RFA, que financia mais de 70% de seu comércio em marcos alemães, a elevação do financiamento (das exportações) em iene o transforma em uma divisa comumente aceita pelo mundo" (*Business Week*, 11 de abr. 1977). "Muitos estrangeiros reclamam das companhias americanas faturadas em divisas que não o dólar..." (*Business Week*, 26 de dez. 1977).

30. Ver o discurso em defesa de uma moeda européia em *La Monnaie Européenne*, de Bernard Schmitt, Paris, PUF, 1977.

RFA para "saltar" no domínio dos foguetes indicam que a situação não é irreversível. Assinalemos a esse propósito que uma sociedade alemã-ocidental, a OTRAG, alugou por vinte anos (com a possibilidade de prorrogar o contrato por períodos de dez anos) uma superfície de 100 000 km<sup>2</sup> na província de Shaba, no Zaire, para fazer experiências com foguetes. A hipótese segundo a qual o empreendimento não deixa de ter relações com o fornecimento de centrais nucleares alemãs-ocidentais à África do Sul — pois houve visitas numerosas e misteriosas de especialistas militares alemães-ocidentais a esse país — e a possibilidade de apropriação de *know-how* avançado de armas nucleares, pela Bundeswehr não podem ser afastadas<sup>30a</sup>.

O mundo capitalista no seu conjunto, escapando ao *leadership* americano, sem poder substituí-lo por uma aliança fundada na igualdade de poder americano-nipo-européia, ou por uma outra hegemonia alternativa, passa, portanto, por *uma crise internacional de direção política* ainda mais nítida do que nos anos anteriores. Não há sinais que permitam supor que haja mudanças decisivas em relação a essa situação nos próximos meses e anos.

(Nos Capítulos XV, XXIII e XXIV examinaremos as repercussões a longo prazo do agravamento da concorrência interimperialista — especialmente os novos avanços protecionistas e as ameaças de guerra comercial —, assim como as de reestruturação do mercado mundial a partir da emergência de alguns países dependentes que já dispõem de um capital industrial, e mesmo financeiro, relativamente autônomo.)

30a. No fim de julho de 1978, Zdenek Cervenka e Barbara Rogers apresentaram em Londres seu livro *The Nuclear Axis*, que se esforça em demonstrar a existência de uma colaboração germano-sul-africana para a fabricação de armas nucleares.

## CAPÍTULO X

### OS PRINCIPAIS RAMOS INDUSTRIAIS NA RECESSÃO

Uma avaliação dos efeitos tardios da recessão de 1974/75 da economia capitalista internacional deve comportar uma análise dos principais ramos da indústria, seu nível de capacidade excedente e, a mais longo prazo, a superprodução que os caracteriza e o ritmo diferente de recuo que sofreram e de retomada que podem esperar.

— *A indústria automobilística*: esse ramo industrial foi o que expressou por excelência o longo período de expansão no pós-guerra nos países imperialistas. Foi também o que, juntamente com a construção civil, "detonou" a recessão de 1974/75. Teve ainda papel de "propulsor" da retomada nos anos 1976 e 1977 nos Estados Unidos, no Japão e na Alemanha Ocidental. A amplitude da recessão da produção em 1974/75 variou de 25% a 36% nos principais países produtores, com exceção do Japão, onde se limitou a 7%. Mesmo a indústria brasileira de automóvel, que pôde ampliar sua produção em 17,5% em 1974, enquanto a indústria automobilística argentina já conhecia uma redução da produção da ordem de 10%, foi obrigada a diminuir sua atividade em 1975/76.

Em termos mundiais, pode-se falar de uma capacidade de produção duravelmente excedente, cuja amplitude ainda precisa ser determinada (podemos estimá-la oscilando entre 10% e 20%). Com exceção dos países dependentes e de alguns países chamados "socialistas", a nova demanda parece estar amplamente saturada. A demanda corrente se reduziu a uma demanda de substituição (de renovação), com taxas modestas de expansão do parque automobilístico em seu conjunto<sup>31</sup>. Fortes impulsos conjunturais, após enormes recuos nas vendas, continuam a ser evidentemente possíveis neste quadro. É incontestável que houve tal impulso em 1976 e no início de 1977. A demanda de substituição continua em si mesma claramente considerável.

Não é menos verdade que a existência de uma capacidade mundial de produção excedente, unida à multiplicação de novos centros de produção nos países dependentes, imporá uma reestruturação do setor nos próximos anos. Algumas entre as grandes empresas mais fracas (British Leyland, Volvo, Chrysler, American Motors e algumas empresas japonesas) estão, sem dúvida, condenadas ou a desaparecer, ou a ser absorvidas pela multinacional que melhor resistir ao furacão da recessão e da reestruturação.

— *A indústria de construção civil*: com a indústria automobilística (e, em certos países, até em maior medida do que a indústria automobilística), esse foi o ramo mais atingido pela recessão de 1974/75, es-

31. *Business Week* de 9 de jan. 1978 fala de uma quase-saturação da demanda, isto é, do parque automobilístico em seu conjunto, nos Estados Unidos.



pecialmente em conseqüência da política de restrição ao crédito mundialmente aplicada em 1973/74 e da queda dos rendimentos reais dos consumidores. Combinados com uma alta vertiginosa dos preços dos materiais e dos terrenos de construção, esses fatores perturbaram completamente o mercado imobiliário, sem se falar do mercado de construção de fábricas, atingido pela queda vertical dos investimentos produtivos (ver Tabela XVII).

TABELA XVII — Evolução dos gastos de investimentos residenciais (taxas de variação anuais, em % do PNB)

Países	Média 1962/73	1974	1975
RFA	+3,5	-8,7	-9,0
Bélgica	+4,5	+10,2	-6,1
Canadá	+6,8	-2,0	-7,7
Espanha	+9,3	+4,4	-3,5
Estados Unidos	+4,2	-27,8	-16,3
França	+7,8	+4,9	-3,9
Itália	+2,2	+2,6	-11,6
Japão	+15,1	-11,7	+7,9
Holanda	+9,3	-13,7	-7,1
Grã-Bretanha	+3,5	-2,5	+6,6
Suíça	+5,3	-17,4	-39,3

Fonte: Banque des Règlements Internationaux. 47<sup>o</sup> Rapport Annuel, Bâle, 13 de jun. 1977, p. 29.

Nos Estados Unidos, o número de construções começadas caiu para *cerca da metade*: de um nível anual de 1,88 milhão em fevereiro de 1974 para 990.000 em abril de 1975. Esses dados devem ser comparados ao número recorde que se registrava antes da recessão, isto é, no início de 1973 (2,5 milhões de construções novamente contratadas no ritmo anual). A retomada na construção, de início lenta, acelerou-se somente durante 1977, para atingir o ritmo anual de 2,2 milhões de unidades começadas em dezembro desse ano, permanecendo, ainda, inferior ao recorde de 1973. A esse respeito, de forma semelhante, uma saturação do mercado parece demonstrada.

No Japão e na Europa capitalista, onde certos países são mais marcados pela penúria das habitações, as perspectivas a mais longo prazo parecem menos incertas para esse ramo industrial, embora o marasmo perdure desde o início da recessão (no Japão, no primeiro trimestre de 1977, o início da construção de novas habitações era inferior 25% àquele do último trimestre de 1973). Mas a inflação deve necessariamente exercer dupla pressão, de um lado na alta dos preços de terrenos para construção e dos materiais e de outro lado no encarceramento do crédito (combinado com uma política de crédito mais restritiva). Isso torna pouco provável um verdadeiro novo *boom* da construção nos anos imediatamente vindouros.

— A indústria de aparelhos eletrodomésticos: fortemente ligada à indústria de construção, conheceu em 1974/75 uma verdadeira crise de venda de amplitude comparável àquela que atingiu a indústria automobilística. Em janeiro de 1975, as vendas nos Estados Unidos eram

39% inferiores às de janeiro do ano anterior. Para o conjunto de 1974, a queda havia sido de 13,4% com relação a 1973. Nos nove países do Mercado Comum Europeu, a queda foi menor, 7%. É necessário, no entanto, assinalar que, entre 1974 e 1975, a produção de geladeiras, de máquinas de lavar e de pequenos eletrodomésticos diminuiu mais de 10% nos países da CEE.

É difícil, a longo prazo, avaliar a capacidade excedente desse setor, ao mesmo tempo caracterizado pela saturação crescente do mercado de "velhos produtos" e pelas dificuldades apreciáveis em "suscitar" novas necessidades. Entretanto, tendo em vista sua "dependência" ao ramo da construção, a indústria de eletrodomésticos terá dificuldades de retomar o ritmo de crescimento dos anos 60. Uma grande expansão de investimentos nesse setor é, portanto, pouco provável.

— A indústria têxtil: atingida pela recessão em proporção superior à média, embora de maneira diferenciada. A crise na indústria têxtil foi particularmente grave na Europa Ocidental, no Japão e no Brasil. Na Grã-Bretanha, assinala-se que, dos 830 000 trabalhadores ocupados para o conjunto desse ramo, 150 000 estavam em uma situação de desemprego parcial em meados de março de 1975. No Brasil — onde a produção global (tecidos e roupas em fibras naturais e sintéticas) havia aumentado de 750 000 toneladas para 1,1 milhão de toneladas entre 1970 e 1974, com uma expansão das exportações de 390 000 toneladas em 1970 para 500 000 em 1974 —, as exportações haviam conhecido no primeiro trimestre de 1975 uma queda superior a 50% com relação ao primeiro trimestre de 1974. Cerca de 5% da mão-de-obra têxtil foi demitida e os investimentos reduzidos em dois terços. Apesar de uma ligeira retomada das exportações, tal tendência se acentuou em 1976/77; em São Paulo, o índice de emprego na indústria têxtil baixou em um terço de outubro de 1976 a março de 1977 (*Gazeta Mercantil*, jul. 1977). Os dois maiores trustes japoneses do setor têxtil trabalhavam apenas com 60% de sua capacidade no primeiro trimestre de 1975. A produção têxtil diminuiu 8% de 1974 a 1975 no conjunto da CEE, mas com enormes disparidades entre países e sub-ramos.

Nesse ramo industrial, também, não está em questão uma expansão dos investimentos globais a longo prazo, nem uma participação crescente nas exportações (ou da produção) mundiais. Ao contrário, a participação das despesas globais dos consumidores dedicada ao vestuário tenderá a diminuir, ou, na melhor das hipóteses, a se estabilizar. Os investimentos serão sobretudo de racionalização, os progressos de certos países sobretudo de substituição (compensados por quedas da exportação ou mesmo da produção de outros países)<sup>32</sup>.

— A indústria petroquímica: para esse setor, marcado pela existência de um "ciclo próprio" (provavelmente quadrienal), a passagem de uma situação de penúria relativa — provocada sobretudo pela especulação que resultou da alta do preço do petróleo em 1973 — a uma situação de superprodução e de desmoronamento dos preços foi particularmente rápida durante 1974. O preço dos fios de poliéster caiu de 1,3 dólar para 0,86 dólar a libra. Foi nos meses de janeiro e fevereiro de 1975 que as restrições à produção e à venda parecem ter sido mais marcantes. Na Alemanha, na Itália e na França

32. Ver Capítulo XXIV. Mesmo no Brasil, os investimentos da indústria têxtil estão em um nítido recuo.

foram praticamente de 20% em 1975 com relação a 1974. Desde então, a não-estocagem gerou alguma retomada. Os preços dos fios de poliéster subiram novamente para 1,05 dólar a libra. Os capitalistas desse ramo, que desfrutaram de uma demanda ainda em expansão a longo prazo, esperam uma retomada real e durável. Mas o fenômeno das capacidades excedentes é marcadamente pronunciado nesse setor. O surgimento de poderosos centros de produção nos países dependentes provocará sem dúvida uma concorrência acirrada e uma reestruturação mundial das capacidades de produção. Desde julho de 1977, a Comissão da CEE, em uma carta enviada aos nove governos, havia lhes pedido para não mais conceder ajuda financeira a novos investimentos, mas, ao contrário, encorajar a redução das capacidades de produção. De acordo com os trustes do setor, uma redução da produção de 15%, ou seja, de 450 000 toneladas, é prevista na CEE a partir de 1981\*.

— *A indústria química em geral*: é necessário diferenciar nesse ramo os vários subsetores. A expansão da indústria farmacêutica está fadada a se manter, salvo transtornos políticos e sociais (o modo particularmente escandaloso através do qual essa indústria se aproveita dos sistemas de assistência social nos países imperialistas e através do qual ela encarece os preços nos países semicoloniais e dependentes torna-a altamente vulnerável a intervenções estatais reivindicadas pela pressão operária mesmo reformista e “liberal”, inclusive à reivindicação de nacionalização). Pelo contrário, a indústria de adubos químicos, a qual se poderia supor que se beneficiaria de um esforço, mantido em escala mundial, de crescer os rendimentos da produção agrícola, envolveu-se em uma situação de capacidade excedente aparentemente crônica. Na fase de penúria em 1973/74, os preços “explodiram”, dobrando na prática para os superfosfatos e para os nitratos. Ainda que as vendas tenham continuado a aumentar, cresceram em um ritmo menor (algo em torno de 3% a 4% de julho de 1974 a julho de 1975 para a indústria americana e em cerca de 5% para os adubos azotados na Europa Ocidental) e os preços começaram a cair no mercado mundial. A colheita excepcional nos EUA provocou uma queda nos preços agrícolas e nos rendimentos dos fazendeiros, que reduziram as suas compras, em 1976. Fato análogo ocorreu no mesmo ano na Europa capitalista, com quedas na produção de 15% a 20% para os fosfatos e os nitratos. Trata-se, de forma semelhante, de um setor cuja demanda futura, em expansão rápida nos países semicoloniais e dependentes, tenderá a ser satisfeita de forma crescente por novas empresas estabelecidas nos países produtores de petróleo.

Para o conjunto do ramo químico, o recuo da produção na CEE foi de 10% em 1975, com igual retomada em 1976.

— *A indústria siderúrgica*: o boom siderúrgico teve seu fim no segundo semestre de 1974. Da mesma maneira que as indústrias petroquímica e têxtil, esse ramo conheceu nos últimos decênios um ciclo próprio, que não coincidiu inteiramente com o da indústria em seu conjunto. As encomendas de produtos siderúrgicos caíram 33% no primeiro trimestre de 1975 com relação ao ano anterior, na Europa

\* Entre 1970 e 1980, a taxa de utilização da capacidade instalada caiu de 87% para 67% na Europa Ocidental e de 91% para 68% no Japão (*Financial Times*, 10 de fev. 1982).

Ocidental. Em abril de 1975, a produção siderúrgica dos países capitalistas declinou em seu conjunto 9,8%, comparada à de abril de 1974. A queda foi 14,5% nos EUA e no Japão, e 12,4% para a CEE, mas superior a 30% na Bélgica e em Portugal. Os preços caíram de 40% a 50% entre novembro de 1974 e março de 1975 (*Le Monde*, 29 de mar. 1977). Uma recaída da recessão na siderurgia, no outono de 1976, acentuou o movimento no sentido de um declínio.

A recessão de 1975 foi manifestamente a conseqüência simultânea de crises da indústria automobilística, da de construção civil e da de construção naval, que são os grandes clientes da siderúrgica. Mas o otimismo, a longo prazo, que continuam a ostentar os capitalistas desse setor, mascara de forma bem parcial um problema de capacidade excedente durável, alimentado especialmente pelo crescimento da siderurgia em muitos países dependentes (Brasil e Coreia do Sul, por exemplo) e pelo esforço de modernização que a siderurgia americana começa a empreender com o intuito de superar seu notável atraso tecnológico em relação às siderúrgicas japonesa e europeia.

— *A indústria das construções naval e aeronáutica*: por múltiplas razões, particularmente atingidas pela recessão de 1974/75. As previsões de uma expansão contínua das vendas de petróleo, assentadas nas extrapolações dos anos 60, determinaram encomendas cada vez mais importantes de petroleiros gigantes. No entanto a queda das vendas de petróleo já começara a imobilizar uma parte da frota de petroleiros existentes (243 petroleiros que deslocam 13,5 milhões de toneladas, em meados de março de 1975), o que gerou perdas consideráveis para certas empresas (por exemplo, a catástrofe financeira da Burmah Oil), resultando em uma redução massiva de encomendas.

De uma forma mais geral, o brusco recuo do comércio mundial em seu conjunto pesou igualmente sobre o nível dos fretes e, portanto, sobre o volume da construção naval corrente. Em meados de 1975, 10% da marinha mercante mundial (inclusive os petroleiros) estava imobilizada, e essa porcentagem diminuiu apenas levemente em 1976. Desde o início da recessão até meados de março de 1975, as encomendas de construção de cerca de 20 milhões de toneladas foram anuladas, o que representa no total perto de 7% da capacidade de construção naval da economia capitalista internacional. Foram o Japão, os países escandinavos e os Estados Unidos os mais duramente atingidos.

A anarquia da produção capitalista se manifesta de maneira espetacular pelo fato de que, durante todo o período no qual o volume do comércio mundial marítimo esteve em recuo, a oferta de navios cargueiros continuava a crescer. Em 1975, o volume do comércio diminuiu cerca de 8% enquanto a tonagem da frota marítima mundial cresceu 8%, passando de 312 milhões de toneladas a 342 milhões. No que concerne aos petroleiros, a discrepância foi ainda maior. O volume de petróleo deslocado se reduziu 11%, mas a tonagem de petroleiros disponíveis aumentou 15%. Não é surpreendente, nessas condições, que os fretes tenham diminuído rapidamente. Para os petroleiros, o índice de fretes na Alemanha Ocidental passou de 340 em outubro de 1973 (nível mais elevado) para 140 em janeiro de 1974 e para menos de 100 em meados de 1974, chegando a 60 em março de 1975 (nível mais baixo) e a 80 no outono de 1985 — ou seja, no total uma queda de 80% no espaço de menos de dois anos (Commerz-

Bank: *Branchen-Information*, 31 de mai. 1976). Assim, não causa surpresa o fato de a concorrência entre as diversas linhas marítimas ter se acentuado e abalado seriamente os cartéis estabelecidos sobre certas linhas desse ramo, as quais se chamam "as confrarias". A aparição de um novo concorrente temível, isto é, a frota marítima soviética (e acessoriamente a polonesa e a da RDA) em plena expansão<sup>33</sup>, acentuou tal tendência.

De seu lado, as linhas aéreas conheceram déficits financeiros crescentes, apesar da expansão apoiada no transporte de passageiros e mercadorias. Esses déficits levaram a um verdadeiro desmoronamento do cartel IATA, com o desencadeamento de uma guerra de preços, particularmente intensa no Atlântico Norte. Os déficits reduziram, além disso, o mercado da construção aeronáutica civil. Embora haja sempre encomendas da aviação militar, elas, em contrapartida, estimulam uma concorrência internacional mais e mais exacerbada, como ilustra o caso do "mercado do século" (a substituição dos Starfighters belgas, holandeses e dinamarqueses). Contudo, as empresas da indústria aeroespacial americana parecem ter evitado uma recessão pelo crescimento das encomendas de Estado em 4% em 1974/75. No final de 1977, assistiu-se, entretanto, a uma mudança de tendência, inicialmente nos Estados Unidos, onde a retomada da rentabilidade das linhas aéreas os incentivou a renovar seu equipamento. Em 1981/82, houve um novo desmoronamento da rentabilidade, que conduziu a empresa Braniff à falência.

— A *indústria eletrônica*: exemplo típico de um ramo que foi marcado por uma expansão quase ininterrupta no curso dos dois decênios anteriores, a indústria eletrônica parece ter entrado em uma fase de dificuldades crescentes após a recessão de 1974/75. Uma situação de capacidade excedente pronunciada existe no setor de transistores e de semicondutores em geral, no qual a indústria trabalhava apenas com 50% de sua capacidade nos Estados Unidos em meados de 1975.

No domínio das calculadoras eletrônicas, a capacidade de produção excedente provocou um desmoronamento dos preços dos pequenos aparelhos de bolso e de mesa. Mesmo no domínio dos computadores propriamente ditos, as reduções de preço ocorreram. Todavia, a penetração dos trustes de eletrônica no campo das telecomunicações pelo lançamento de *satélites privados* no espaço pôde abrir-lhe novos mercados importantes.

A indústria eletrônica japonesa, especializada em bens de consumo como os aparelhos de televisão e as pequenas calculadoras, sofreu uma recessão em 1974, seguida de uma nova redução da produção no ano seguinte. Apesar dos avanços espetaculares de suas exportações em 1976/77, fenômenos de saturação a longo prazo começaram igualmente a aparecer nesse setor. Quando surgiram as calculadoras eletrônicas de bolso, o Japão assegurou para si a parte mais importante do mercado. Em 1973, produziu 10 milhões de calculadoras contra 7 milhões dos Estados Unidos e do Canadá juntos. Em 1974, a

33. As companhias européias de navegação procuram se defender da concorrência soviética aplicando medidas protecionistas e atraindo as companhias soviéticas especializadas em certas rotas marítimas para as "conferências", ou seja, os cartéis que partilham o tráfego nessas rotas (ver, para o Extremo-Oriente, *Far Eastern Economic Review*, de 21 de dez. 1977, e, para as rotas atlânticas, mediterrâneas e da África Oriental, *Business Week*, de 12 de dez. 1977).

cota japonesa se elevou para 15,5 milhões de unidades contra 12 milhões dos Estados Unidos; mas, a partir de 1976, a produção americana superou a do Japão. A participação nipônica no mercado europeu caiu de 80%, em 1971/72, para 50%, em 1975.

Esses fenômenos de saturação não afetam, entretanto, a longo prazo senão os bens de consumo eletrônico antigos (inclusive as calculadoras de bolso). No domínio de bens de equipamento eletrônico e de produtos novos, a tendência a longo prazo continua expansiva. O ramo de computadores espera para si uma taxa de expansão anual de demanda de 10% em valor e de 14% em volume até 1988 (*Blick durch die Wirtschaft*, 23 de out. 1976). Essa previsão pode parecer exagerada, mas a tendência permanece sendo expansiva. No Japão, espera-se, da mesma forma, uma expansão espetacular da produção de videocassetes e o esforço de inovação prossegue de maneira intensa.

— A *indústria de construção mecânica*: trata-se, sem dúvida, do único setor-chave no qual o avanço a longo prazo parece assegurado, sobretudo em função das encomendas crescentes provenientes dos países semicoloniais e dependentes, e dos Estados operários burocratizados. Essas encomendas devem supostamente compensar, com o

TABELA XVIII — Exportações, importações e produção de máquinas-ferramentas em 1974 (em milhões de dólares correntes)

Produção		Exportações	
1. RFA	2 762,0	1. RFA	1 980,0
2. Estados Unidos	2 100,0	2. Estados Unidos	480,0
3. URSS	1 824,0	3. Suíça	392,9
4. Japão	1 533,0	4. RDA	392,0
5. Itália	756,4	5. Itália	302,6
6. França	591,8	6. Grã-Bretanha	251,0
7. Grã-Bretanha	537,8	7. França	250,8
8. RDA	512,9	8. Japão	230,0
9. Suíça	483,9	9. Checoslováquia	180,0
10. Polônia	337,0	10. URSS	144,7

#### Importações

1. URSS	367,8
2. França	310,2
3. Polônia	306,5
4. Estados Unidos	258,0
5. RFA	239,8
6. Itália	234,5
7. Grã-Bretanha	224,7
8. Japão	148,7
9. RDA	100,0
10. Checoslováquia	100,0

Fontes: The American Machinist; reproduzidas no *Le Monde*, 22 de abr. 1975. A ausência do Brasil e da China nesta lista parece injustificável.

tempo, toda a queda de investimentos nos próprios países imperialistas. Se tal perspectiva é, em geral, aceita pelos *experts*, é necessário, entretanto, ponderá-la segundo a taxa de crescimento geral da economia capitalista internacional esperada para os próximos anos.

É claro que, se esse crescimento continua, durante anos, amplamente inferior às médias dos decênios 50 e 60 — do que estamos firmemente convencidos —, fenômenos de capacidade excedente coincidirão em um grande número de ramos industriais. Eles desencadearão uma queda mais que proporcional dos investimentos produtivos e das encomendas de bens de produção. Ao mesmo tempo, investimentos de modernização e de racionalização prosseguirão, evidentemente, em tais condições. Haverá, também, encomendas elevadas de bens de produção por parte dos países-membros da OPEP e dos países dependentes mais industrializados. Isso produzirá, mundialmente, uma eliminação acelerada de empresas dotadas de uma tecnologia velha e uma redistribuição de recursos produtivos, no interior do próprio setor da indústria mecânica, em favor de empresas que fabricam equipamentos “de ponta” (eletronuclear, eletrônica, máquinas-ferramentas automáticas de comando numérico etc), à custa dos setores que produzem equipamentos clássicos (equipamentos elétricos clássicos, máquinas têxteis, etc).

Para o subsetor de máquinas e ferramentas, cifras precisas são conhecidas: em 1974, para os principais países exportadores, importadores e produtores foram os dados indicados na Tabela XVIII.

## CAPÍTULO XI

### A REANIMAÇÃO MONETÁRIA E A DURAÇÃO LIMITADA DA RECESSÃO

*forbearação de II para consumo*

Surpreendidos pela amplitude da recessão, os dirigentes dos países imperialistas mais ricos — sobretudo os Estados Unidos, a Alemanha Ocidental e o Japão — decidiram desde o segundo semestre de 1975 tomar medidas de reanimação monetária, isto é, de supressão das medidas mais duras de restrições ao crédito e de diminuição do crescimento da massa monetária, tomadas no período 1974/75, no quadro da “luta contra a inflação”. Nos Estados Unidos, a retomada econômica foi preparada por um déficit orçamentário monumental da ordem de 70 bilhões de dólares a 80 bilhões para o ano fiscal julho de 1975/junho de 1976. Na Alemanha Ocidental, o déficit orçamentário foi de 30 bilhões de dólares em 1975 e no Japão, de 20 bilhões de dólares. Se se acrescentam a eles três outros déficits consideráveis do setor público (orçamento do Estado e setores nacionalizados) de países imperialistas, tais como a Grã-Bretanha (20 bilhões de dólares), a França (10 bilhões de dólares) e a Itália (25 bilhões de dólares), pode-se avaliar que, entre meados de 1975 e meados de 1976, mais de 175 bilhões de dólares de poder de compra suplementar foram injetados no circuito econômico através de déficits orçamentários dos principais países imperialistas. É uma soma que supera aquela dos déficits orçamentários das principais potências imperialistas durante qualquer ano da II Guerra Mundial. Ela não tem comparação com as modestas experiências keynesianas do New Deal rooseveltiano.

Tomamos a liberdade de prever que, apesar de todo o alarde feito em torno da “prioridade absoluta que deve ser concedida à luta contra a inflação”, os governos imperialistas não teriam outra escolha senão recorrer a *doses massivas de técnicas de reanimação keynesianas e neokeynesianas*, a partir do momento em que uma recessão grave se apresentasse simultaneamente nos principais países imperialistas. A despeito das aparências e sob a cobertura dos juramentos solenes em favor do “rigor monetário”, isso foi exatamente o que ocorreu logo que a recessão tomou uma amplitude ameaçadora<sup>34</sup>. Em consequência dessa enorme injeção de poder de compra suplementar no circuito econômico, a recessão foi efetivamente detida em um certo patamar após um ano, um ano e meio. Uma retomada logo se esboçou, o que confirma a justeza do diagnóstico que havíamos feito desde 1960. O Estado burguês não tem absolutamente os meios de evitar flutuações econômicas e uma recaída periódica na crise de superprodução. É ina-

<sup>34</sup> Em *Le Monde*, de 6 de dez. de 1977, o prof. A. Cotta publicou um artigo intitulado “Somos todos keynesianos”, no qual afirma com propriedade: “A despeito da agitação frenética dos monetaristas, não há país ocidental onde o crescimento da massa monetária não exceda doravante, e muito, o crescimento do produto nacional real e onde a taxa de juros real (taxa nominal deduzida a taxa de inflação) não se torne quase nula”.



ta ao modo de produção capitalista e não desaparecerá senão com ele. Mas o Estado burguês tem os meios de *limitar no imediato a duração e a profundidade da recessão* pela aplicação de técnicas keynesianas e neokeynesianas — isto é, criando uma falsa moeda. O preço que ele paga pela aplicação dessas técnicas anticrise é a desvalorização progressiva do papel-moeda e a aceleração da inflação. O limite da aplicação das técnicas anticrise é atingido logo que a inflação, tendo exaurido o grosso das reservas de uma potência imperialista, começa a se acelerar e perde todo o efeito estimulante sobre a atividade econômica, provocando, até, conseqüências perversas.

Um estudo atento das recessões sucessivas desde a II Guerra Mundial permite indicar claramente os efeitos e os limites das técnicas anticrise. Elas não podem impedir nem o desencadeamento das crises nem a sua gravidade inicial. Mas podem amortecer os seus efeitos no tempo, isto é, impedir o seu desenvolvimento cumulativo “em bola-de-neve”. Uma comparação entre as flutuações econômicas dos nove primeiros meses da recessão 1957/58 e da crise econômica de 1929/32 nos Estados Unidos é particularmente instrutiva a esse respeito — da mesma forma o fato de que a recessão 1957/58 não durou senão um ano, enquanto a crise de 1929/32 se prolongou por três anos e meio:

TABELA XIX — *Mudanças econômicas durante os nove primeiros meses de crise nos Estados Unidos*<sup>35</sup>

	1929/32 (%)	1957/58 (%)
Emprego (não-agrícola)	-6,5	-4,2
PNB	-5,5	-4,1
Produção industrial	-15,9	-13,1
Volume de vendas no varejo	-6,1	-5,1
Encomendas de bens duráveis	-26,5	-20,1

No entanto, a tendência de a inflação se acelerar cada vez mais ao longo dos anos que precederam a recessão de 1973/74 teve conseqüências graves a médio prazo. Em todos os países imperialistas, foi necessário injetar massas monetárias *mais e mais amplas* no circuito para deter a recessão e provocar uma “retomada” mesmo que moderada. Os países imperialistas mais fracos — e especialmente aqueles que sofreram uma taxa de inflação superior à média — se mostraram incapazes de realizar tal ampliação da massa monetária; ela teria gerado a bancarrota do Estado e paralisado a atividade econômica. Mesmo os países ricos foram obrigados a moderar a aplicação de técnicas anticrise, de modo a evitar uma aceleração da inflação, o que de imediato reduziu a eficácia das medidas de retomada.

Assim, nos Estados Unidos, o crescimento da massa monetária continuou circunscrito aos limites de 5% a 7% ao ano em 1976 e de 6,5% a 7% em 1977, limites determinados pelo dirigente conservador (mas não tão conservador assim, se se vê a amplitude do déficit orçamentário!) do Federal Reserve, o professor Arthur J. Burns. Os adeptos das técnicas neokeynesianas de retomada “sem disfarces” defen-

35. Mandel, E. *Traité d'Économie Marxiste*, op. cit., t. III, p. 250.

deram um crescimento anual da massa monetária de 9% a 10%, o que implicaria sem dúvida o imediato em déficit orçamentário superior a 100 bilhões de dólares ao ano.

A recusa em tomar medidas de retomada muito mais amplas, necessárias para neutralizar os efeitos de uma recessão tão séria como a de 1974/75, se explica, de um lado, pelo receio de estimular a inflação, que havia atingido um patamar perigoso na maior parte dos países imperialistas (“a inflação de dois dígitos” — “double digit inflation”) e que havia chegado a esse teto na Grã-Bretanha, na Itália e parcialmente na França. Confirma-se assim que, na época da terceira idade do capitalismo, este é incapaz de escapar ao dilema: ou recessão profunda, ou inflação acentuada. A inflação, que se acelera, termina, além disso, a longo prazo, por provocar ela própria crises econômicas cada vez mais graves.

Essa recusa se explica, de outro lado, pelas incidências da concorrência interimperialista. Certamente, enquanto se mantém o sistema de câmbios flutuantes, o agravamento da inflação interna não gera automaticamente uma deterioração da situação competitiva, já que os custos crescentes no mercado interno são, em grande parte, neutralizados no preço de exportação, pela baixa do valor de câmbio da divisa em questão. Nessas condições, a inflação acelerada pode ter como efeito tornar no imediato mais competitivos os produtos do país que sofre do mal. Essa é uma das razões pelas quais uma parte das potências imperialistas considera o sistema de câmbios flutuantes como um meio de concorrência desleal, que deve ser proscrito.

Entretanto, um país imperialista com uma taxa de inflação consideravelmente maior que a dos seus concorrentes, continua a gerar conseqüências econômicas desfavoráveis a mais longo prazo. Aumentando a demanda interna, ela infla as importações, aliás automaticamente crescentes em valor, em razão da própria queda da taxa de câmbio da divisa nacional, que protege as exportações contra os efeitos da inflação. Então, apesar do sistema de câmbios flutuantes, a inflação permanece estimulando o déficit do balanço de pagamentos e, portanto, a dependência de créditos internacionais e, em conseqüência, o enfraquecimento da posição competitiva global da potência imperialista em questão. Além disso, ao se baratarem as exportações, deve-se na realidade exportar mais e mais mercadorias (quantidades de trabalho), para comprar uma mesma quantidade de produtos estrangeiros. Desse modo, empobrece-se a nação, comprometendo progressivamente sua riqueza econômica.

A estratégia da concorrência interimperialista pelo expediente de uma taxa de inflação superior àquela dos concorrentes leva, assim, a uma redução brutal do consumo interno, isto é, a uma modificação radical da repartição da renda nacional à custa dos trabalhadores e em favor dos lucros capitalistas. Além disso, as relações de força sócio-políticas não permitem uma aplicação radical de tal estratégia em qualquer um dos países imperialistas, ocorrendo uma moderação relativa das medidas de retomada, exceto nos Estados Unidos, onde, precisamente, a taxa de inflação pode cair apesar do enorme déficit orçamentário, especialmente em função das enormes reservas presentes em sua economia e da fraqueza relativa das reações do movimento operário.

Os responsáveis pela política econômica dos países imperialistas e numerosos economistas continuam a apresentar a situação como se as medidas de expansão monetária e de crédito gerassem automatica-

mente uma retomada mais do que proporcional — levando em conta o famoso multiplicador — da produção industrial. Contam igualmente com o efeito chamado "técnico" do crescimento automático dos estoques, desde que estes atingem um nível muito baixo. Após a fase de não-estocagem, que ocorre no início da crise, comerciantes e industriais devem forçosa e novamente aumentar seus estoques, para inclusive manter um nível de atividade inferior ao da fase anterior de prosperidade. Isso gera um crescimento das encomendas e, portanto, do emprego, da renda e do consumo, o que conduz a um novo crescimento da produção e do emprego, e assim por diante. No entanto, durante o primeiro trimestre de 1975, os estoques nos Estados Unidos haviam diminuído ao ritmo anual de 18 bilhões de dólares, enquanto haviam aumentado no mesmo ritmo durante o trimestre precedente. Assim, a nova virada da conjuntura não poderia estar longe...

Em todos esses raciocínios neokeynesianos, há muitas generalizações abusivas, se não erros de raciocínio e de análise pura e simples, sobretudo fundamentados na manipulação de agregados indiferenciados, abuso que já evidenciamos numerosas vezes<sup>36</sup>. A única conclusão a extrair de um estímulo vigoroso da demanda através da ampliação acelerada da massa monetária é a de que ela *deterá certamente a queda da demanda de bens de consumo*. Quando o governo distribuiu dezenas de bilhões de dólares suplementares aos consumidores, o volume das vendas correntes de bens de consumo dificilmente poderá cair. O fato de que os seguros-desemprego, contrariamente aos anos 30, atingiram atualmente taxas bastante elevadas — evoluindo, de acordo com *The Economist*, de 15 de jan. de 1978, entre 44% e 80% em relação aos salários precedentes e podendo até superar estes pela incidência da diminuição dos impostos em certos casos limites — contribui evidentemente para limitar a diminuição da demanda de bens de consumo resultante da recessão.

Qualquer outra conclusão, entretanto, deverá ser demonstrada. Não é certo que as vendas aumentarão *na mesma proporção* dos rendimentos dos consumidores, especialmente porque o medo do desemprego pode levar uma parte dos trabalhadores e da pequena burguesia a aumentar a sua poupança imediata, no sentido de cobrir uma forte e esperada redução dos rendimentos correntes. De fato, o Shadow Open Market Committee nos Estados Unidos espera um crescimento da poupança das famílias de 76,7 bilhões de dólares em 1974 para 80 bilhões em 1975 (*Neue Zürcher Zeitung*, de 29 e 30 de mar. 1975).

Além disso, a prática de vendas a prazo e o endividamento mais ou menos elevado dos consumidores geram igualmente uma redução dos gastos correntes de consumo logo que os rendimentos caem. Da mesma forma, o recurso a novos créditos de consumo para a compra de bens duráveis diminui em tempos de crise. Paradoxalmente, em períodos de recessão, pode-se esperar uma retomada da taxa de poupança das famílias<sup>37</sup>. Assim, uma parte da massa monetária

36. Encontra-se uma boa crítica das ilusões keynesianas em Rudolf Hickel, *op. cit.*, assim como em André Gunder Frank, *Crisis in the World Economy*, Londres, Heinemann, 1980, pp. 95-102 e, do mesmo autor, "Reflexões sobre a crise econômica mundial", *Monthly Review Press*, Nova York, 1981, pp. 82-103.

37. "Os aumentos imprevistos da taxa de poupança das famílias /.../ parecem ter contribuído fortemente para agravar a última recessão internacional e conduziram a uma subestimação das forças recessivas na previsão econômica

acrescida pode simplesmente aumentar os depósitos bancários ou enfraquecer a velocidade de circulação da moeda, sem aumentar o volume de vendas de mercadorias — portanto sem estimular uma retomada da produção.

De outro modo, o aumento da massa monetária e dos subsídios diversos às empresas capitalistas não gera absolutamente um efeito automático de retomada dos investimentos produtivos. Para que os capitalistas utilizem as facilidades de créditos colocadas a sua disposição, é necessário que esperem ao mesmo tempo uma alta da taxa de lucro e uma ampliação do mercado. Eles não aumentam a produção simplesmente porque dispõem de mais meios a sua disposição para agir assim. Mas aumentam-na para manter ou elevar seus lucros. Tal atitude supõe que a produção acrescida seja efetivamente vendida e que o seja em condições de rentabilidade que lhes permitam sair da queda de lucros, que havia provocado a crise e que se acentuava no início da recessão.

Entretanto, o restabelecimento da taxa de lucros não é nada automático durante a recessão. É, portanto, perfeitamente possível que, apesar das facilidades de crédito mais amplas, uma baixa da taxa de descontos e das taxas de juros em geral, assim como um crescimento da massa monetária, o volume de crédito para as empresas continue a diminuir, não porque a oferta de capitais-moeda tenha diminuído, mas porque a demanda desses capitais-moeda escasseia para os empresários. De fato, em 7 de maio de 1975, o volume total do crédito bancário às empresas americanas era 128,6 bilhões de dólares mais baixo do que no início de abril (129,4 bilhões), março (129,7 bilhões), fevereiro (129,6 bilhões) e do que no início de janeiro do mesmo ano (132,8 bilhões), apesar de todas as medidas de retomada até então colocadas em prática.

Finalmente, é necessário levar em conta as incidências da contração das exportações, que pode neutralizar os efeitos de uma retomada moderada das vendas no mercado interno, sobretudo nos países que exportam uma fração relativamente elevada da sua produção industrial. Nessas condições, o momento da retomada é retardado até que o *efeito combinado* da retomada da demanda interna nos principais países imperialistas permita deter a contração do comércio mundial.

O 1º §. da dita página forma a base de um novo índice mínimo porque na opção da Q. T. T. L. todo mercado interno fica prejudicado.

e na formulação de políticas (de retomada)" (Ettlin, Franz. "Swedish private consumption and saving during two decades", in *Skandinaviska Enskilda Banken, Quarterly Review*, n. 3-4, 1976). O estudo da OCDE de dezembro de 1975, já citado, atribui uma tendência a longo prazo de crescimento da taxa de poupança, em função do crescimento dos rendimentos nominais. Isso nos parece duvidoso, tendo em vista a inflação que persiste. Em *Perspectiva Econômica*, da OCDE, n. 21 (jul. 1977, p. 29), vê-se que esse crescimento tende, ao contrário, a se esfumar em países como EUA e França. Nos EUA, a taxa de poupança das famílias caiu no início de 1977 ao mesmo nível de 1963. Na França, ela se situava neste momento ao nível de 1968. Para a RFA, o *Jahresgutachten 1977/78 de Sachverständigenrat* registra uma alta da taxa de poupança das famílias entre 1967 e 1974, seguida de uma forte queda que a reconduz no fim de 1977 ao nível do fim de 1969.

## CAPÍTULO XII

### OS CRASHS FINANCEIROS, A POLÍTICA DA RETOMADA E O MEDO DE UM PÂNICO BANCÁRIO

Há uma razão suplementar que faz com que a burguesia hesite em aceitar as doses de inflação atualmente necessárias para estimular uma retomada mais efetiva. É que elas geram riscos crescentes de um desajustamento do sistema de crédito em seu conjunto, ou mesmo de um verdadeiro pânico bancário generalizado.

Toda crise de superprodução implica forçosamente um aumento considerável de falências e ruínas de empresas. Quando os pequenos e os médios empresários são mais atingidos do que os poderosos trustes, a recessão é mais grave e superior o número de trustes importantes envolvidos na tormenta. A função objetiva da crise é justamente a de fazer com que caiam "os ramos mortos", isto é, as empresas menos rentáveis, quer sejam grandes, quer sejam pequenas. Ora, em um clima de inflação prolongada e de endividamento crescente de todos os capitalistas, o que é ilusório para os "pequenos", isto é, que se possa enriquecer se endividando (tomando-se emprestado em "boa moeda" com reembolso com prazo de dez anos em "falsa moeda"), torna-se por longo tempo realidade para os "grandes", que supõem que seu poderio e sua influência perante o Estado possam protegê-los contra qualquer acidente<sup>38</sup>. A rentabilidade de muitas das grandes empresas é, portanto, cada vez mais inferior. Os analistas dos bancos encontram dificuldades crescentes para descobrir a verdade por trás dos balanços ambíguos.

A inflação alimenta a abundância relativa dos capitais-moeda em oferta nos bancos. A amplitude das operações bancárias aumenta em ritmo acelerado. A competência dos altos quadros bancários, encarregados de decidir a concessão dos créditos e a solidez das empresas, decresce forçosamente com o recrutamento acelerado. O clima mais e mais competitivo que reina entre os bancos incita-os em muitos casos a imprudências crescentes, sobretudo porque a fé na expansão e a inflação ininterrupta parecem reduzir os riscos.

A publicação do livro de um *expert* conservador, Martin Mayer, em 1974, impressionou a burguesia americana. Mayer descreve as diver-

38. Isso não se aplica somente aos países imperialistas, mas ainda aos países dependentes mais industrializados. Ver a descrição bastante eloqüente do marasmo da indústria têxtil brasileira em *Gazeta Mercantil*, de São Paulo (edição em língua inglesa de julho de 1977): "No curso dos seis primeiros meses, milhares de empresas têxteis pequenas e médias encontraram dificuldades para alimentar seus capitais de giro. As que tiveram a ajuda de créditos dos bancos privados pagaram taxas de juros anuais da ordem de 50% a 60%, transferindo assim grande parte de seus lucros aos bancos. Enquanto a maioria das empresas se confrontava com esse problema, o governo colocou 500 milhões de cruzeiros (40 milhões de dólares) à disposição de uma grande empresa que havia sofrido uma bancarrota, a S.A. Fiação e Tecelagem Lutfalla, por intermédio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social".

sas técnicas novas que haviam determinado o avanço das atividades bancárias mais "agressivas" desde o início dos anos 60. Elas se traduziram especialmente pela heresia bancária, que consiste em empregar de maneira massiva os depósitos a curto prazo para financiar a longo prazo e expandir mais e mais rapidamente o volume total de crédito — situação em que uma massa crescente de crédito tem cobertura duvidosa ou é de natureza especulativa — com relação aos fundos próprios dos bancos. De forma segura, a solvabilidade dos bancos privados americanos depende em última análise do comportamento do Banco Central dos Estados Unidos, o Federal Reserve System. Tudo se passa como se a grande burguesia estivesse persuadida de que o Banco Central salvará em todos os casos, não importando quanto isso possa custar à economia em seu conjunto, qualquer um dos grandes bancos, se ele estiver sendo acuado a fechar as suas portas. Mayer enfatiza justamente o dilema real com o qual o Banco Central se confronta. Ele não pode recusar suficientes créditos aos bancos, medida que os obrigaria a sanear seu próprio sistema de créditos. Dessa forma, tal recusa arriscaria provocar a ruína de vários grandes bancos, por reação em cadeia, um verdadeiro pânico no setor bancário. Entretanto, sem uma pressão também severa, os bancos privados não se sentem incentivados a corrigir a sua política aventureira. E Mayer conclui:

"Há bilhões de dólares em perdas potenciais de empréstimos no sistema; cada vez mais aproxima-se uma explosão. A estrutura bancária, que se erige atualmente, *pode* afundar. Quanto mais o aparelho regulador permita seu crescimento, mais catastrófica será a ruína"<sup>39</sup>.

Há alguns sinais do retorno do sistema bancário americano a práticas mais ortodoxas. Mas o fundo do problema é que se trata muito menos de incidências da psicologia individual dos banqueiros — quer sejam mais "aventureiros", quer sejam mais "conservadores" — do que de conseqüências gerais do clima de inflação, especulação, evasão e fraude fiscais, de interrelações crescentes entre os bancos, o "mundo dos negócios", os *lobbies* políticos, as encomendas do Estado, a corrupção de funcionários, de homens políticos e de negócios, o que recai igualmente sobre a conduta dos banqueiros, que se supõe estarem acima de toda suspeita<sup>40</sup>.

No curso da recessão de 1974/75, o número de bancarrotas aumentou mais de 30% nos Estados Unidos e mais de 60% na Grã-Bretanha\*. Ele atingiu a cifra de 7500 na Alemanha Ocidental em 1974 e de 8600 no Japão em 1975 (14000 em 1977). Na França, o montante de falências passou de uma média anual de 10000 para o período 1968/73 para cerca de 15000 em 1975 e 20000 em 1981. Às vésperas

39. Mayer, Martin. *The Bankers*, Nova York, 1974.

40. Uma paródia divertida, evidentemente excessiva — mas somente em parte imaginária —, destas "altas finanças que se ligam com o mundo do crime" é fornecida pelos três romances de Paul Erdman: *The Billion Dollar Killing*; *The Silver Bears* e *The Crash of '79*, que tratam respectivamente da especulação em ouro, em matérias-primas e em petrodólares. O próprio Erdman provém dos meios financeiros e esteve preso na Suíça, acusado de fraude financeira; daí a sua ira contra os suíços que marca todos os seus romances.

\* Em 1982, esperam-se 20000 bancarrotas nos Estados Unidos contra 17000 em 1981 e 12000 em 1980; (*Neue Zürcher Zeitung*, 6 de abr. 1982). Sobre os *crashes* financeiros provocados pela recessão de 1980/82 e suas conseqüências, ver o Capítulo XXVIII.

e no início da recessão generalizada, uma série de bancarrotas em cascata se produziu no domínio dos bancos e das sociedades de financiamento: o *crash* do Herstadt Bank em Colônia; o do Franklin Bank, do National Bank of San Diego nos Estados Unidos e o do grupo italiano Sindona que os dirigia; a ruína dos "bancos secundários" e de vários grupos financeiros britânicos, assim como o do International Credit Bank (um banco israelense criado na Suíça) etc. Numerosas sociedades de financiamento da City de Londres, especializadas na especulação imobiliária, foram envolvidas no turbilhão, especialmente o grupo Lyon, as seguradoras Jessel, London & Country Securities, Triumph Investment Trust. De acordo com o semanário *The Economist*, de 9 de agosto de 1975, "o desmoronamento do mercado imobiliário representou para o sistema financeiro britânico uma ameaça maior do que a queda dos depósitos dos bancos secundários. Sobre a base de uma apreciação realista de seus haveres, toda uma série de bancos se tornaram insolventes e apenas sobreviveram graças a sua boa reputação... No final de 1974, o total de empréstimos às sociedades imobiliárias e à indústria de construção se elevou para 5 bilhões de libras, o que era superior à metade do montante de empréstimos ao conjunto da indústria britânica, enquanto em 1970 essa porcentagem se elevava para menos de 20%... Em que montante o valor desses empréstimos superará o valor de mercado atual (de terrenos e construções)? Mais de 1 bilhão de libras esterlinas ao preço de 1973 — aí englobados os papéis de créditos dos grupos privados Stern e Lyon, assim como os do Guardian Properties, bem conhecido que estavam arruinados no ano passado — se acha provavelmente em mãos de administradores de falências e de encarregados de liquidação".

De novo, não há nada de acidental nessas bancarrotas espetaculares. O *boom* de 1972/73 havia sido essencialmente especulativo. A especulação imobiliária — da mesma forma que a especulação de matérias-primas — é um produto inevitável da inflação acelerada. Quanto mais o investimento produtivo se enfraquece ou estagna é quanto mais os bancos dispõem de uma abundância de liquidez, buscam alocações lucrativas em outro lugar, portanto também nos negócios imobiliários. A crise da indústria de construção civil foi — com a crise da indústria automobilística — o detonador da recessão de 1974/75. Ela devia forçosamente provocar um desmoronamento dos preços de terrenos para construção e, portanto, a insolvabilidade de numerosas sociedades especializadas no financiamento imobiliário. É a própria lógica do sistema que conduz a essas falências em cadeia.

Os bancos britânicos secundários conheceram graves dificuldades. Vinte e seis deles somente puderam ser salvos por apoios importantes da parte dos principais bancos. Dentre eles, é necessário destacar especialmente o United Dominions Trust, a mais importante sociedade de financiamento privado da Grã-Bretanha, a First National Finance Corporation, que se lançou desde o início dos anos 70 nos negócios bancários, e a Sterling Industrial Securities. Mesmo os veneráveis e misteriosos Crown Agents, dos quais se diz que em Londres gerenciam os haveres de 90 (!) governos do mundo, perderam não menos de 212 milhões de libras por envoltimentos imprudentes em bancos secundários e em sociedades financiadoras de especulação imobiliária (*The Economist*, 10 de dez. 1977). Eles apenas puderam ser salvos da



bancarrotas por uma doação de 85 milhões de libras pelo governo britânico, assim como por uma garantia estatal de todos os seus depósitos (*Financial Times*, 20 de set. 1976). É necessário situar em um contexto análogo a bancarrota espetacular do grupo espanhol Sofico (causada pelo brusco recuo do turismo internacional gerado pela recessão unida à especulação imobiliária).

Nos Estados Unidos, as conseqüências da especulação imobiliária para o sistema bancário foram quantitativamente ainda mais importantes do que na Grã-Bretanha, embora menos graves, tendo em vista as reservas mais amplas do sistema bancário. Entre 1969 e 1971, a reputação do REIT — Real Estate Investment Trust (truste de investimento no setor imobiliário) — lhe permitiu vender ações por cerca de 6 bilhões de dólares. Durante a recessão, essas ações perderam 70% de seu valor. Mesmo o REIT reunido a um banco tão poderoso como o Chase Manhattan Bank que encabeça o grupo Rockefeller — o Chase Manhattan Real Estate Investment Trust — viu a cotação de suas ações cair de 70 dólares para 4 dólares! Os grandes bancos de Nova York detêm empréstimos imobiliários não-garantidos para cerca de 7 bilhões de dólares e para 4 bilhões de ações do REIT, cujo valor é mais do que incerto. Mas não se trata de maneira alguma dos únicos empréstimos e ativos duvidosos desses grandes bancos. No outono de 1975, surgiu a brusca ameaça de uma bancarrota da municipalidade de Nova York<sup>41</sup>. Isso se verificou logo que os doze principais bancos de Nova York detiveram mais de 4 bilhões de dólares de "dívidas inseguras" (2 bilhões de obrigações da municipalidade de Nova York; 1 bilhão de empréstimos às linhas aéreas; 0,4 bilhão de empréstimos a W.T. Grant & Cy e mais de 0,5 bilhão de dólares a outras municipalidades ameaçadas de falência)<sup>42</sup>, somadas a 11 bilhões de dólares de empréstimos imobiliários duvidosos!

Em certos casos, a soma do capital próprio e das reservas para perdas em caso de empréstimos era inferior ao valor da do REIT em falências. Isso ocorreu, em 1975, com pelo menos dois dos doze principais bancos de Nova York — o Chemical Bank e o Bankers Trust Cy. O Marine Midland Bank, que faz parte dos doze grandes, já havia registrado uma perda contábil no quarto trimestre de 1975. O Federal Reserve engajou-se na sustentação a qualquer custo dos grandes bancos. Mas, para esse fim, ele fiscalizava ordinariamente, de perto, nada menos do que 546 bancos, cuja sorte causava alguma inquietação<sup>43</sup>.

41. Sobre essa ameaça, ver especialmente *The Economist* de 18 e 25 de out. 1975.

42. A falência da W.T. Grant & C., uma das maiores sociedades comerciais dos Estados Unidos, custou caro ao sistema bancário que lhe havia emprestado 640 milhões de dólares. Suas dívidas diante de três dos principais bancos de Nova York, o Chase Manhattan, o First National Citi e o Morgan Guaranty Trust, se elevaram a cerca de 100 milhões de dólares para cada um deles.

43. Em 1976, a situação dos bancos americanos estava um pouco melhor. Em seu número de 22 de novembro de 1976, o semanário *US News and World Report* havia, entretanto, constatado: "De acordo com um relatório do Federal Deposit Insurance Corp., oito bancos americanos, com mais de 1 bilhão de dólares de depósitos, conhecem algumas dificuldades; um deles se encontra em uma situação "bastante difícil". Para os três primeiros trimestres de 1977, o Marine Midland Bank reencontrou um lucro — modesto — de 11 milhões de dólares. Fim sensacional desta evolução: o grande banco americano foi absorvido pela Hong Kong and Shanghai Corporation, principal banco de Hong Kong, dominado pelo capital britânico. Esta operação, além disso, foi seguida

O Banco da Inglaterra havia concedido uma garantia similar aos cinco grandes bancos britânicos, no sentido de cobrir a sua operação de salvamento de bancos secundários e de sociedades de financiamento. Ele teria "coberto" ou garantido empréstimos interbancários da ordem de 3 bilhões de dólares, dos quais especialmente 70 milhões de libras para resgatar o Slater Walker Securities<sup>43a</sup> (um negócio especulativo montado pelo amigo do ex-primeiro-ministro Edward Heath, Jim Slater, considerado "gênio financeiro" durante os anos 60 e início dos anos 70), e ainda 70 milhões de libras ao banco privado Edward Bates de Londres, no qual o capital árabe estava comprometido em uma proporção de 25%.

Alguns dos bancos mais importantes do mundo capitalista, tais como o Chase Manhattan Bank, o Union des Banques Suisses, a agência de Lugano do Lloyd's Bank de Londres, o Banque de Bruxelles, o Westdeutsche Landesbank, o Hessische Landesbank (Helaba), sofreram importantes perdas em conseqüência de *especulações em divisas*, sem que tais perdas pudessem, entretanto, colocar em perigo sua liquidez. Apenas para os cinco primeiros bancos mencionados, as perdas são avaliadas em um total de 300 milhões de dólares. As perdas totais sofridas pelo Helaba no curso da recessão se elevariam a 1 bilhão de dólares. Alguns bancos privados franceses conheceram igualmente dificuldades, mas foram resgatados com a ajuda dos grandes bancos de depósito nacionalizados. No caso do Helaba, as ações, no Banque de Crédit International, do financista israelense Rosebaun, estabelecido em Genebra, e no Manhattan Center em falência em Bruxelas, se acrescentaram às perdas de câmbio. O Westdeutsche Landesbank, o terceiro banco alemão, foi arrastado por seu dirigente Poullain a uma tentativa de salvamento do Württembergische Kreditverein (massa de depósitos de 1,5 bilhão de dólares), à beira da falência. Mais de 100 milhões de dólares de empréstimos foram concedidos a esse instituto por seu intermediário, negócio que contribuiu para a queda de Poullain, no fim de 1977 (*Der Spiegel*, 2 de jan. 1978).

A internacionalização sempre mais poderosa da produção e do capital aumenta de forma evidente os riscos da reação em cadeia a partir do momento em que as bancarrotas espetaculares ocorrem. Se um número importante de clientes burgueses e pequeno-burgueses dos bancos correm para os guichês para retirar simultaneamente seus depósitos, isto é, quando se produz um verdadeiro pânico bancário, há o risco de paralisia de todo o sistema de crédito.

O crédito tem um papel muito mais importante na economia dos países imperialistas na atualidade do que em 1929. Tal paralisia precipitaria, portanto, uma crise mais grave ainda do que a de 1929. A burguesia internacional está plenamente consciente disso. Após o *crash* do Jerstadt Bank e do grupo Sindona, a crise financeira da municipalidade de Nova York e as dificuldades do Continental Mortgage Investors — uma sociedade de financiamento imobiliário americana, que foi incapaz de reembolsar um empréstimo de 60 milhões de eurodólares, o qual um consórcio de bancos europeus lhe havia concedi-

pela absorção do National Bank of North America — o 42º banco dos Estados Unidos — pelo National Westminster Bank, britânico.

43a. Ver o livro de Charles Row, *Slater Walker, an Investigation of a Financial Phenomenon*, Londres, Coronet Books, 1978.

do — evocaram o espectro de um tal pânico bancário. Os presidentes de Bancos Centrais dos principais países imperialistas, reunidos em Bâle e apoiados pelos dirigentes dos grandes bancos de depósitos, tomaram a decisão de não mais permitir o desmoronamento de nenhum banco de alguma importância que fosse, em qualquer país imperialista e fizeram com que o público burguês internacional tomasse conhecimento dessa decisão. As dificuldades de pagamento do Continental Mortgage Investors foram eliminadas por uma intervenção imediata de financistas americanos e europeus, que lhe concederam um novo empréstimo de 150 milhões de dólares<sup>44</sup>. Os temores foram, então, tranquilizados no momento. O sistema bancário mais uma vez se livrou, com um olho negro, mas sem nocaute. As reservas estão ainda longe de se exaurirem. A locomotiva louca "do endividamento/inflação/endividamento acentuado/ameaças sobre a solvabilidade do sistema bancário" continua a mergulhar na névoa, com todos os freios soltos. Agora, entretanto, ela permanece nos "trilhos"<sup>45</sup>.

Mas é claro que há limites objetivos às capacidades de auto-regulação do sistema bancário — se se quer evitar a inflação galopante. Para onde o sistema bancário será arrastado se a insolvabilidade atingir não um banco médio mas vários dos principais bancos, se o furo a cobrir não consiste em algumas centenas de milhões de dólares mas em algumas dezenas de bilhões de dólares<sup>46</sup>? Já na Grã-Bretanha, os cinco grandes haviam se mostrado pouco dispostos a oferecer 250 mi-

44. Sobre as relações entre crise conjuntural, concorrência bancária, evasão de capitais e técnicas bancárias "heterodoxas", ver o caso do *Crédit Suisse*, tratado no Capítulo XIV.

45. Um risco suplementar de desmoronamento do sistema de crédito internacional resulta da expansão incontrolável do mercado de eurodivisas. Eis a opinião a esse respeito de um banqueiro internacional muito estimado nos meios financeiros, M. Rennie: "O poderio global do sistema monetário internacional é bastante dependente de uma estabilidade razoável de cada setor para que se possa deixar de se produzir um tal desmoronamento maior (no seio dos euromercados) sem que todos os esforços tenham sido feitos, no âmbito internacional, para evitá-lo/.../ Se, apesar de um máximo de cooperação internacional, uma falência muito importante se produzir, isso poderia, na minha opinião, solapar a viabilidade dos euromercados e afastá-los da sua posição no cenário financeiro mundial da atualidade" (*The Banker*, ago. 1975). É para evitar um tal desmoronamento que a reunião de Bâle dos dirigentes dos Bancos Centrais dos oito principais países imperialistas europeus decidiu em julho-setembro de 1974 agir como "credor de último recurso" para os bancos privados em dificuldades. Em outubro de 1974, os EUA e o Japão se vincularam a esse acordo. Este não especifica, entretanto, como as perdas eventualmente incorridas em função destas operações de salvamento seriam distribuídas (*International Debt, The Banks and US Foreign Policy* — "A staff report prepared for the use of the Subcommittee on Foreign Economic Policy of the Committee on Foreign Relations US Senate", Washington, US Government Printing Office, 1977, p. 26).

46. "Dois grandes problemas quase suspenderam as operações em euro-moedas em meados de 1974. A prática inicial dos países exportadores de petróleo que consistiu em alocar seus excedentes a muito curto prazo unicamente junto aos grandes bancos bem consolidados, sobretudo nos Estados Unidos e na Suíça, não teria provavelmente perturbado por si só o sistema. Mas a falência de alguns bancos abalou a confiança no mercado interbancário e muitos dos pequenos bancos tiveram mesmo dificuldades em administrar bem suas operações existentes. O clima melhorou após os dirigentes dos Bancos Centrais do grupo dos dez terem assegurado em setembro de 1974 que ajudariam os bancos internacionais em dificuldades/.../ O resultado global foi que um número relativamente restrito de grandes bancos mundiais se tornou, ao menos no momento, dominante sem grandes concorrências no sistema" (Wellens, P.A. *Les Emprunts des Pays en Développement sur le Marché des Eurodollars*, Paris, OCDE, 1977, p. 25).

lhões de dólares aparentemente necessários para salvar os bancos secundários (*The Times*, 13 de dez. 1974).

O sistema bancário resistirá a uma tal prova? Ela ocorrerá na próxima recessão? Eis o mistério que economistas, ministros, banqueiros e dirigentes de trustes monopolistas industriais não poderão prever. Eis a nuvem que continua suspensa sobre toda a operação de "retomada econômica". É uma nuvem densa, na mesma medida da inflação. Não poderá crescer a não ser na mesma proporção do que a inflação.

Os governos dos países imperialistas têm procurado tornar mais rigorosas a legislação e a regulamentação bancárias, no sentido de reduzir os riscos de acidentes graves e de impedir o capital bancário de cometer muitas imprudências. Um controle público verdadeiramente eficaz sobre os bancos privados se choca, entretanto, com uma dupla dificuldade. Ele entra em conflito com a lógica da propriedade privada, da concorrência e da procura da maximização do lucro, que implicam inevitavelmente correr riscos maiores, que os fiscais somente podem registrar *a posteriori* (se os dados caírem do "lado errado"). Além disso, uma regulamentação verdadeiramente severa não é eficaz se não prever uma penalização grave (por exemplo, fechar os créditos do Banco Central aos bancos que não respeitem essa regulamentação), o que teria efeitos *contrários* provocando exatamente o tipo de reações em cadeia, que levaria a um pânico bancário, situação para a qual toda a regulamentação está voltada, com intuito de evitá-la<sup>47</sup>.

47. Uma boa análise dessas contradições — apesar de se manter em um nível puramente técnico — é fornecida por Daniel Deguen e Jacques-Henri David: "As medidas tomadas para reforçar as garantias de liquidez e de solvabilidade financeiras", publicada na revista *Banque* (out. 1976).

Em 1982, as ameaças de *crash* bancário se tornaram mais claras, especialmente em consequência da grave crise de insolvência de uma série de devedores maiores da América Latina e das ameaças de insolvabilidade que pesam sobre a Polônia e a Iugoslávia. Ver a esse respeito os Capítulos XXII e XXVIII.

## CAPÍTULO XIII

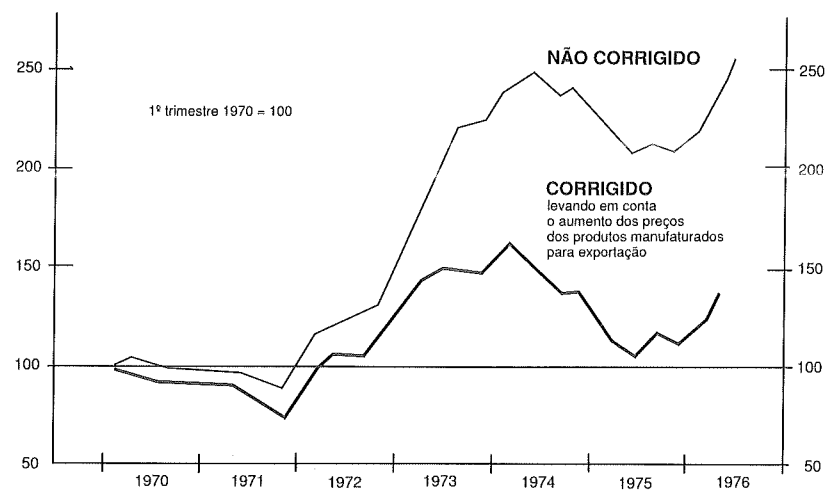
### AS CAUSAS FUNDAMENTAIS DA RECESSÃO NÃO FORAM ELIMINADAS

Justamente porque as práticas anticrise tiveram uma vez mais sucesso em limitar — menos do que no passado, mas limitar apesar de tudo — a duração e a profundidade da recessão 1974/75, precisamente porque o Estado burguês salvou numerosos bancos, companhias financeiras e grandes trustes que se achavam à beira da falência, a recessão não pode objetivar “sanear” a economia capitalista, papel que as crises capitalistas tradicionalmente cumpriram. É por causa disso que ela não desembocará em um novo *boom*.

A recessão generalizada de 1974/75 não foi nem o produto do acaso, nem de algum “acidente de percurso” (a alta do preço do petróleo) da economia capitalista internacional. Ela é o resultado de todas as contradições fundamentais do modo de produção capitalista, que vieram progressivamente à superfície, após haverem sido parcialmente contidas graças à inflação durante dois decênios (nos EUA, durante dois decênios e meio) de crescimento acelerado.

Para saber se a recessão atual será seguida de uma nova fase prolongada de crescimento acelerado ou se, ao contrário, confirma a alteração da tendência econômica a longo prazo, é necessário examinar as suas repercussões sobre os principais fatores que influenciam a evolução a longo prazo da taxa de lucros nos países imperialistas:

GRÁFICO II - Evolução dos preços das matérias-primas  
(em dólares), para todos os produtos reunidos



Fonte: The Economist, 23 de out. 1976.

1º) Um novo aviltamento fundamental do preço das matérias-primas parece extremamente improvável nos próximos anos, especialmente no que se relaciona ao preço da energia: o interesse comum do capital imperialista (com exceção talvez do Japão e de alguns países menores) e das burguesias dos países semicoloniais e dependentes é o de impedir que o preço do petróleo exportado pelos os países da OPEP caia de um certo patamar. Toda queda "excessiva" do preço teria, de fato, como conseqüência a de que as fontes possíveis de energia de substituição, nas quais se efetuaram investimentos imensos (petróleo do Mar do Norte e do Alasca; xistos e areias betuminosas nos EUA; energia nuclear e logo, sem dúvida, energia solar), deixariam de ser competitivas<sup>48</sup>. Mesmo se a queda dos valores das matérias-primas perdurasse durante as fases de retomada — o que é também improvável —, isso não mais os reconduziria ao nível anterior ao boom de 1972/73.

2º) O efeito que a terceira revolução tecnológica havia exercido sobre a redução do valor de elementos do capital fixo — o que implica que, apesar da extensão da semi-automação, a composição orgânica do capital aumentara menos rapidamente durante o período 1940/48 do que se poderia supor à primeira vista — parece se atenuar a longo prazo. De fato, o ritmo de crescimento da produtividade do trabalho se enfraquecerá em alguma medida, tanto no Departamento I como no Departamento II, o que gerará por sua vez um encarecimento progressivo da massa adicional de máquinas colocadas em ação pelo capital industrial e uma diminuição do crescimento da mais-valia relativa (crescimento que foi outra característica marcante da terceira revolução tecnológica). É verdade que, para os *computers* propriamente ditos, a queda do valor começará a se manifestar realmente — e com atraso — somente na próxima etapa, aquela da quarta geração.

3º) A recessão de 1974/75 não provocou uma desvalorização massiva de capitais, condição para permitir uma retomada séria da taxa média de lucros. É certo, como mencionamos, que houve um crescimento considerável de falências. A imensa maioria das empresas atingidas foram, entretanto, as pequenas e médias empresas. As grandes bancarrotas industriais e comerciais — além dos casos bancários já mencionados — foram limitadas a alguns casos: a casa comercial W. T. Grant & Cy nos Estados Unidos (a maior falência americana desde a da companhia ferroviária Penn State: mais de 1 bilhão de dólares de dívidas!); no Japão o truste têxtil Kohjin (500 milhões de dólares de dívidas), a fiação Sakamoto Spinning Cy (213 milhões de dólares de dívidas), o grupo financeiro Ataka (cerca de 900 milhões de dólares de dívidas) e o grupo industrial de madeira e de produção de casas pré-fabricadas Eidai, cuja ruína seria a mais grave na história capitalista nipônica (1 bilhão de dólares de dívidas). Mencionemos, também, as dificuldades do grupo Hutchinson International de Hong Kong, assim como o desmoronamento do grupo francês Boussac.

O fato de que tão poucos grandes monopólios tenham se desmantelado durante uma recessão severa não se explica de todo pela sólida

48. Anthony Sampson, em *The Seven Sisters* (Londres, Coronet Books, Hodder & Stoughton Ltd., 1976), descreve em detalhes as relações complexas entre a estratégia de preços (e de lucros) a longo prazo das grandes companhias petrolíferas, o funcionamento da OPEP e sua decisão de quadruplicar o preço do petróleo em outubro de 1973. A dependência mútua — e a colaboração! — entre o cartel privado das companhias e o cartel público da OPEP é um bom exemplo disso.

situação financeira da grande maioria deles. (Bem ao contrário, alguns, e não apenas os menores — que se pense na Chrysler, cujos lucros não representam mais do que 1,5% dos negócios em 1977, após as fortes perdas durante a recessão<sup>48a</sup> que se pense na Lockheed, que não estava em melhor situação —, resvalaram por várias vezes a catástrofe.) Não, a razão da sobrevida dos monopólios menos rentáveis reside no fato de que o sistema bancário continua a lhes conceder crédito, de que os Bancos Centrais e o Estado burguês continuam a lhes fornecer a "tábua de salvação": "Se não se vivesse em um país tão respeitoso do segredo de Polichinelo quando se diz respeito aos negócios, escrever-se-ia há muito na imprensa que Rhône-Poulenc (o principal monopólio químico francês — EM) teria dificuldade de encarar suas obrigações sem o apoio bancário, que lhe é concedido", escreveu Paul Fabra, no *Le Monde*, de 6 de novembro de 1975<sup>49</sup>. O caso do Kohjin é particularmente eloqüente: os negócios continuaram como se nada houvesse ocorrido: créditos enormes foram concedidos a uma empresa de fato em falência.

No que diz respeito aos trustes europeus da indústria automobilística, dos quais alguns estavam em péssima situação, mencionemos uma declaração não menos peremptória do ministro francês M. Gobert ao semanário americano *Business Week*, de 1º de setembro de 1975: "De fato, a garantia do Estado já foi implicitamente concedida a todas as grandes empresas automobilísticas européias. Os governos não podem abandoná-las". Além disso, subvenções estatais de toda a sorte, assim como reduções massivas de imposto lhes foram concedidas<sup>50</sup>. A conseqüência dessa concessão sistemática de garantias aos monopólios menos rentáveis é um endividamento cada vez mais acentuado dos grandes trustes, que evidentemente freia a elevação da taxa média de lucros.

Para as sociedades não-financeiras dos EUA, a relação entre fontes de financiamento internas e as externas, que era de 2/1 em 1968, se deteriorou para 2/3 em 1975. Isso quer dizer que, para cada dólar de lucros não-distribuídos retidos nas empresas, há atualmente três vezes mais créditos bancários ou outros meios externos que devem ser empregados para financiar novos investimentos (*Business Week*, 22 de set. 1975). Há doze anos, o valor das ações dessas sociedades superava quatro vezes o volume de suas dívidas; atualmente, se eleva (1,3 trilhão de dólares, ou seja, o dobro do nível de 1965) a mais de 50% do valor total de suas ações. O serviço da dívida representava apenas 9% das receitas brutas das empresas americanas em 1959; mas representa 33% em 1975 (*Bulletin du Crédit Suisse*, abr.-mai. 1975).

Na França, as dívidas a médio e a longo prazo das empresas (sociedades e quase-sociedades) cresceram de 30 bilhões de francos franceses em 1972 para 37 bilhões em 1973, 44 bilhões em 1974, 62,6 bilhões em 1975 e 74 bilhões em 1976, de acordo com estatísticas nacionais de contabilidade. Na Itália, para 795 sociedades, a relação entre as dívidas e os meios próprios passou de 2/2 em 1968 e de 3/4 em 1972 para 3/8 em 1976, enquanto o volume de investimentos não au-

48a. As perdas financeiras da Chrysler em 1977/78 a obrigaram a vender suas sucursais européias à Peugeot-Citröen para se equilibrar temporariamente.

49. Desde então, a Rhône-Poulenc teve que passar por uma reestruturação severa de seu setor têxtil (*Le Monde*, de 21 e 22 de dez. 1977).

50. Ver a esse respeito a interessante obra de Anicet Le Pors, *Les Béquilles du Capital*, Paris, Le Seuil, 1977.

mentou quase nada (estatística do *Mediobanca*). Uma boa parte das dívidas novas serve, portanto, para reembolsar as dívidas antigas, ou para pagar os juros sobre as dívidas. Para as sociedades italianas nacionalizadas, as despesas de pessoal caíram na cifra de negócios total de 24% para 21,5% entre 1968 e 1976, ao mesmo tempo em que os encargos financeiros se elevaram de 6,7% para 9,6%. Na Alemanha Ocidental, a relação entre a dívida das empresas e o seu capital passou de 1,5/1 em 1968 para 2/1 em 1975 (Winfried Wolf, *op. cit.*, p. 136).

Não se produziu, portanto, uma situação em que uma massa dada de mais-valia se relaciona, em consequência da crise, a um capital fortemente reduzido em valor. Antes, assistiu-se a uma redistribuição da massa de mais-valia em benefício dos monopólios (sobretudo os de certos ramos) e às custas de empresas de menor importância da média e pequena burguesia. Muitos desses problemas são evidentemente mascarados pela inflação. Mas um profundo "saneamento" do sistema, com a elevação acentuada da taxa de lucro, pela desvalorização e destruição massivas de capitais, não ocorreu.

4º) O crescimento da taxa de mais-valia pelos mecanismos internos aos processos de produção é um efeito habitual de toda crise de superprodução e de extensão massiva do desemprego. Este efetivamente ocorreu no curso e após a recessão de 1974/75. O desemprego e o temor deste aumentam a "disciplina do trabalho", reduzindo as ausências por doença (os operários continuam trabalhando mesmo no início da doença), reduzindo as flutuações da mão-de-obra, facilitando a aceleração dos ritmos e a intensificação do processo de trabalho. Tais fenômenos de "racionalização" têm evidentemente um efeito benéfico sobre os lucros capitalistas. Estes, portanto, não deixaram de aumentar novamente no final da recessão e no início da retomada, como ilustram claramente as cifras a seguir:

TABELA XX — Rendimentos brutos das sociedades por ações da Alemanha Ocidental  
(em bilhões de marcos alemães correntes)

		Crescimento em relação ao ano precedente (%)
1973	20,80	
1974	19,50	-5,80
1975	19,97	+2,20
1976	23,20	+16,00

TABELA XXI — Evolução dos rendimentos líquidos das 880 principais sociedades por ações dos EUA (%)

do 3º trim. 1975 ao 3º trim. 1976	do 1º trim. 1976 ao 1º trim. 1977	do 3º trim. 1976 ao 3º trim. 1977
+30	+11	+13

Fonte: Tabelas trimestrais de contabilidade dessas sociedades publicadas no semanário Business Week.

Na Bélgica, os rendimentos brutos das sociedades anônimas aumentaram 16% em 1976 com relação a 1975 e 45,3% nos sete primeiros meses de 1977 com relação ao período correspondente de 1976.

Contudo, o crescimento da taxa de mais-valia não foi de uma amplitude tal a provocar um aumento considerável da taxa e da massa de lucro. A causa disso é social e política: a resistência tenaz e algumas vezes feroz da classe e do movimento operários diante da ofensiva patronal, que acompanhou, como de regra, o período da recessão e do agravamento do desemprego.

*O que torna a situação atual tão grave para o capitalismo é precisamente a coincidência da recessão econômica generalizada — depois de uma retomada hesitante, isto é, de um período prolongado de crescimento profundamente enfraquecido — com um nível excepcionalmente elevado de organização, de força numérica, de combatividade do proletariado, e ao mesmo tempo uma fraqueza política excepcionalmente pronunciada do sistema burguês.*

Tal coincidência não é casual; é o resultado de toda a evolução econômica, social e política mundial após um quarto de século. No cenário internacional, as relações de força se deterioraram efetivamente para o grande capital. Nos países imperialistas, o longo período de expansão fortaleceu objetivamente o peso e a força da classe operária. O crescimento das lutas na Europa Ocidental após Maio de 68 reforçou subjetivamente a combatividade e a consciência anticapitalista dos trabalhadores em numerosos países. Em nenhum lugar\*, a burguesia foi capaz de infligir à classe operária derrotas tais que se tornasse incapaz de responder a um agravamento considerável de seu poder de compra e de suas condições de vida e de trabalho, a um dismantelamento importante de seus direitos sociais indiretos. Essa é a diferença fundamental com a situação de 1929/32. Nessas condições, é claro que a luta por um aumento substancial e brutal da taxa de exploração da classe operária marcará o fim dos anos 70 e 80, como havia marcado o fim dos anos 20 e 30. O operariado entra nessa era da luta de classes acentuada com forças e trunfos bem mais amplos que há cinqüenta anos. As provas de força decisivas estão diante e não atrás de nós, em todos os países imperialistas, inclusive nos Estados Unidos, na Alemanha Ocidental e no Japão.

É, portanto, extremamente improvável que a economia capitalista internacional possa reencontrar, antes que se passe um longo tempo, as taxas de crescimento das quais ela havia usufruído nos anos 50 e 70. A "onda longa de crescimento lento", que havíamos previsto desde 1965, é uma realidade desde o final dos anos 60 e continuará por um grande período, com todas as consequências que daí decorrem, em todos os domínios da vida social.

\* Salvo na Turquia, após o golpe de Estado militar.



## CAPÍTULO XIV

### AS INCIDÊNCIAS DA CRISE DO SISTEMA MONETÁRIO INTERNACIONAL SOBRE A EVOLUÇÃO DA CONJUNTURA ECONÔMICA

*maneira (?)*  
O desmoronamento do sistema de Bretton-Woods, a inconvertibilidade do dólar em ouro e a institucionalização do sistema chamado "taxas de câmbio flutuantes" provocaram perturbações incontestáveis no comércio mundial, incitando a mudanças dos movimentos do comércio. Assim, os Estados Unidos deliberadamente praticaram a queda do dólar no sentido de melhorar a competitividade de seus produtos manufaturados com relação aos da Alemanha Ocidental e do Japão. A Grã-Bretanha havia feito o mesmo com a libra esterlina quando da queda monumental dessa divisa no início de 1977. O Japão não agira diferentemente em meados de 1976, época das compras massivas de matérias-primas, concentradas em um breve período, fazendo cair a cotação do iene (*Neue Zürcher Zeitung*, 26 de ago. 1976).

Mas, de maneira mais geral, o sistema de taxas de câmbio flutuantes impõe menos "disciplina interna" e permite mais autonomia à política monetária dos diferentes governos imperialistas. Praticado no momento da aparição massiva dos petrodólares nos mercados monetários e financeiros internacionais, foi um fator de manutenção e estímulo à inflação internacional: em primeiro lugar (mas não somente!), em função do déficit persistente e crescente do balanço de pagamentos dos Estados Unidos, que "derramam" a cada ano bilhões de dólares de liquidez suplementar nos circuitos internacionais, com exceção de 1974, quando o superávit do balanço de pagamentos americano teve um ligeiro efeito deflacionário sobre a economia internacional.

O sistema de câmbios flutuantes exprime de maneira surpreendente a contradição entre a internacionalização crescente da produção e as tentativas mais e mais ineficazes dos governos burgueses "nacionais" no sentido de defender a sua autonomia de ação em face dessa internacionalização<sup>(51)</sup>. No entanto os efeitos perversos se multiplicam. Após haverem empenhado 2 bilhões de dólares no curso do terceiro trimestre de 1973 para "controlar" (não seria melhor dizer "manipular"?) a flutuação das cotações de câmbio, os Bancos Centrais empenharam mais 22 bilhões de dólares para o mesmo fim no segundo trimestre de 1977 (*Business Week*, 3 de out. 1977). Conseqüentemente, as diferenças entre as taxas de inflação de diversos grupos de países se acentuaram, decorrência da flutuação das cotações de câmbio. Ao mesmo tempo, reforçou-se a incerteza em re-

51. "A internacionalização dos mercados de capitais, sobretudo com o crescimento dos mercados de eurodivisas e das sociedades multinacionais, tornou a gestão da economia mundial pelos governos e instituições internacionais mais e mais difícil. O setor privado se ajustou à interdependência crescente da economia mundial; o setor público não tem feito o mesmo" (Prof. Robert Triffin, in *Business Week*, 3 de out. 1977).

lação à evolução futura dessas cotações, a qual freia os investimentos e a expansão das exportações, apesar da generalização do seguro contra as perdas cambiais<sup>52</sup>.

Que existe uma relação entre as diferentes taxas de inflação nos países imperialistas e a queda da taxa de câmbio de suas divisas no que diz respeito aos países com taxas de inflação mais baixas é uma constatação banal (*ver tabela XXII*).

TABELA XXII — Taxas de inflação comparadas e queda das cotações da libra esterlina com relação às outras divisas imperialistas, de dezembro de 1971 a julho de 1976.

Países	Alta do custo de vida (%)	Queda da libra esterlina com relação à divisa do país (%)
Estados Unidos	+39,0	-31,4
Canadá	+46,0	-34,3
Bélgica	+53,3	-39,3
França	+54,5	-35,1
RFA	+30,7	-45,2
Itália	+86,2	- 1,3
Holanda	+47,6	-42,3
Suécia	+47,0	-36,4
Áustria	+65,9 <sup>1</sup>	-32,6
Espanha	+84,4	-27,3
Noruega	+51,9	-42,4
Dinamarca	+55,6	-39,5
Austrália	+42,7	-46,1
Grã-Bretanha	+89,9	

Fonte: Weekly Hansard Issue, 1049, 15-21 de out. 1976, p. 321.  
(1) De novembro de 1971 a maio de 1976.

É necessário, entretanto, evitar estabelecer uma correlação causal e mecanicista entre as duas, como são tentados a fazer os monetaristas neoliberais. A diferença entre as taxas de inflação e as quedas da taxa de câmbio da libra não se identifica mais ou menos inteiramente, na tabela citada anteriormente, senão no caso da França, da Itália, da Holanda e da Austrália. Trata-se, na realidade, de um processo muito mais complexo. Em primeiro lugar, as quedas das cotações de câmbio de uma divisa nacional acentuam as tendências inflacionárias, sobretudo em um país que depende fortemente da importação de matérias-primas e de víveres insubstituíveis a curto e a médio prazos. Em segundo lugar, o caráter compensatório das flutuações da taxa do dólar

52. Sobre os efeitos perversos do sistema de trocas flutuantes — agravamento da instabilidade monetária e da inflação, distorções progressivas entre conjunturas nos diversos países imperialistas, obstáculos crescentes a uma propagação internacional do crescimento — ver especialmente: Banque des Règlements Internationaux, 47<sup>o</sup> Rapport Annuel, pp. 40-2; R. Walser em *Neue Zürcher Zeitung*, 27 e 28 de ago. 1977; prof. Haberler, in *Weltwirtschaftliches Archiv*, Kiel, t. 113, 1977, Heft 1; Hans Hoepfer, in *Frankfurter Allgemeine Zeitung*, 19 de jan. 1978; *Business Week*, 3 de out. 1977; Jean Denizet, *La Grande Inflation*, Paris, PUF, pp.132-47 etc.

com relação àquela da RFA e da Suíça não se demonstrou. Nesse caso, a diferença entre as taxas de inflação explica apenas uma fração ínfima das mudanças ocorridas nas taxas de câmbio. Trata-se, bem ou mal, de uma desvalorização do dólar ou de uma valorização do marco alemão e do franco suíço, pois não existe paridade de poder de compra nas taxas de câmbio atuais.

É necessário levar em conta, além disso, as diferenças de elasticidade da demanda por bens exportados para diferentes países, isto é, as diferenças da composição variável da pauta de exportações das diferentes potências imperialistas. As intervenções autônomas dos Bancos Centrais são igualmente um fator não-negligenciável. Caso eles intervenham massivamente para frear a queda do valor da divisa nacional (como o fez, por exemplo, o Banco Nacional da Bélgica) ou se comportem de maneira passiva (como agiu o Federal Reserve nos Estados Unidos e o Banco da Inglaterra na Grã-Bretanha), o resultado não será idêntico.

Finalmente, é necessário não esquecer que as exportações dos países capitalistas são de *mercadorias com preços variáveis* e efetuadas com  *fins lucrativos*, e isso na época do capitalismo dos monopólios.

É verdade que no mercado mundial reina uma concorrência mais viva do que no mercado interno dos países imperialistas. Mas, na medida em que posições de poder oligopolístico foram conquistadas no mercado mundial por uma série de empresas imperialistas, elas têm a possibilidade de *transformar flutuações de taxas de câmbio em margens de rendimentos ampliados*, ao menos a curto e a médio prazos. Assim, os preços britânicos de exportação não refletem absolutamente a queda vertiginosa das cotações da libra com relação ao dólar. Se uma parte dessa diferença é devida à produtividade inferior da indústria britânica, outra parte corresponde incontestavelmente a essa ampliação das margens de rendimentos:

TABELA XXIII — Preços de exportação da indústria manufatureira (em dólares) (1970 = 100)

Países	1973	1 <sup>o</sup> trim. 1976	4 <sup>o</sup> trim. 1976
Grã-Bretanha	126,8	176,6	176,0
RFA	147,0	187,0	197,0
Japão	141,0	167,0	182,0

Fontes: Weekly Hansard Issue, n. 1049, 15-21 de out. 1976, p. 324; cifras para o 4<sup>o</sup> trimestre de 1976: National Institute Economic Review, fev. 1977.

A aparição dos petrodólares e as ofensivas de exportação para os países do Terceiro Mundo e para os países socialistas por parte dos países imperialistas foram além de tudo acompanhadas de uma nova *expansão do crédito e da moeda de crédito internacionais* — outro fator de manutenção da tendência inflacionária internacional. Vimos que, durante a recessão e no início da retomada, o endividamento das empresas capitalistas metropolitanas teve uma tendência a se atenuar nos mercados nacionais, em função do aumento da taxa de lucros e da taxa de autofinanciamento, por um lado, e da estagnação relativa dos investimentos, por outro lado.

Assiste-se, portanto, nesse contexto, a uma dupla reação coerente. De um lado, os bancos imperialistas buscaram novos campos de empréstimos para os abundantes capitais-dinheiro que estavam a sua disposição. As multinacionais e os grandes trustes interessados na exportação procuraram vender uma parte maior de seus produtos aos países semicoloniais e dependentes, assim como aos países ditos socialistas. Para o sistema capitalista em seu conjunto, a retomada foi, então, liderada por uma nova expansão inflacionária do crédito, como aconteceu no *boom* que a precedera. Mas, dessa vez, o crédito em parte se deslocou dos países imperialistas para os Estados acima mencionados. Em outros termos: a "retomada estimulada pelas exportações," foi sobretudo uma retomada estimulada pelos créditos de exportação<sup>53</sup>.

Se o mercado dos eurodólares prosseguiu celeremente sua expansão e atingiu no final de 1976 a soma monstruosa de 300 bilhões de dólares (no fim de 1977, de cerca de 340 bilhões)<sup>54</sup>, o endividamento dos países semicoloniais conheceu um crescimento mais inquietante ainda. De acordo com *Business Week*, de 1º de novembro de 1976, a soma total dessas dívidas atingiria 170 bilhões de dólares no fim de 1976, dos quais 70 bilhões relativos a bancos privados. Apenas o Brasil deveria 14 bilhões aos bancos privados dos EUA. Comentário do semanário britânico *The Economist*: "Os banqueiros atualmente estão inquietos com relação a essas dívidas, mas mantiveram a marcha dos negócios". No final de 1977, essa massa de dívidas do Terceiro Mundo para com os países imperialistas teria atingido a soma de 250 bilhões de dólares (*Le Monde*. "Ano econômico e social 1977", p. 24).

A engrenagem que conduziu a tal endividamento merece uma análise particular. De início, há uma abundância relativa de capitais-moeda nas mãos dos grandes bancos, especialmente em função do afluxo dos petrodólares e da diminuição da expansão do crédito às grandes empresas imperialistas, provocados pela recessão e pela retomada hesitante. Esses bancos são progressivamente "internacionalizados" como as indústrias multinacionais. Eles multiplicaram suas sucursais no exterior, onde realizam uma parte crescente de seus lucros<sup>55</sup>. Portanto, procuraram novos clientes e os encontraram nos países do Terceiro Mundo.

53. Todo o sistema de crédito, e os *overtrading* e *overspeculation* (superaquecimento, excesso de especulação) que são ligados a ele, repousa sobre a necessidade de ampliar os limites de circulação da esfera de trocas, e de superá-los. Isso aparece de maneira ainda mais colossal e mais clássica na relação entre nações do que na relação entre indivíduos. Assim, os ingleses são obrigados a emprestar a nações estrangeiras em função de tê-las como clientes. No fundo, o capitalista inglês troca duas vezes com o capital britânico *produtivo*: 1. enquanto ele próprio; 2. enquanto americano etc, ou não importa que outra forma sob a qual ele emprestou seu dinheiro. Marx, Karl. *Grundrisse*, Berlim, Dietz-Verlag, 1953, p. 319 (*Tradução do autor*).

54. Junho de 1978, mais de 400 bilhões de dólares (acrescentado em agosto de 1978).

55. De acordo com o relatório submetido à Comissão Church, de 1970 a 1976, a participação dos rendimentos dos treze principais bancos dos Estados Unidos provenientes de empréstimos ou operações no exterior passou de 16,7% a 49%. Entre os seis maiores bancos, nenhum realizou a maior parte dos seus rendimentos em operações com o exterior em 1970. De seis, cinco realizaram mais de 50% de seus rendimentos graças a essas operações em 1976, dos quais 78% para o Chase Manhattan Bank, 72% para o Citicorp e 64% para o Bankers Trust New York Corp. (*International Debt, The Banks and US Foreign Policy* — "A staff report prepared for the use of the Subcommittee on Foreign Economic Policy of the Committee on Foreign Relations US Senate", Washington US Govern-

À oferta crescente correspondia evidentemente uma demanda adicional em capitais-moeda por parte desses países (salvo os da OPEP), especialmente após o déficit crescente de sua balança comercial, a alta do preço do petróleo e as necessidades reforçadas de importação de alimentos durante o período 1973/77. Pode-se, assim, dizer que os créditos aos países semicoloniais e dependentes são, na realidade, uma subvenção indireta aos grandes trustes exportadores das metrópoles imperialistas, que não poderiam ter aumentado, nem mesmo mantido o volume de suas vendas a esses países sem esse fluxo de crédito suplementar.

Os bancos privados, por conseguinte — no fundamental —, efetuaram a famosa reciclagem dos "petrodólares", que as instituições internacionais e os sacrossantos "mecanismos de mercado" (isto é, as flutuações do comércio mundial) foram incapazes de assegurar por si próprios. Fizeram-no cegamente, sob pressão da concorrência e com a finalidade exclusiva de aumentar seus lucros privados.

Os grandes bancos americanos foram os que mais se lançaram (fala-se em 75 bilhões de dívidas de países do Terceiro Mundo diante dos bancos privados, dos quais 50 bilhões diante dos bancos americanos e 25 bilhões diante dos bancos europeus e japoneses). Mas, no conjunto, todos os grandes bancos se lançaram impetuosamente na onda dos empréstimos ao exterior. A cifra de 40 bilhões de dólares emprestados ao exterior foi adiantada pelos bancos suíços; uma cifra ainda maior pelos alemães. De acordo com o relatório da subcomissão do Senado americano, já citado, em fins de 1976, o conjunto dos empréstimos ao exterior do sistema bancário internacional privado (com a exclusão dos empréstimos interbancários) ter-se-ia elevado a 326 bilhões de dólares, dos quais 102 bilhões pelos bancos americanos e 202 bilhões pelos europeus, japoneses e canadenses (essas cifras se referem ao conjunto dos empréstimos ao exterior, inclusive os que se referem a governos e empresas de países imperialistas).

A expansão dos créditos privados aos países semicoloniais e dependentes facilitou, sem dúvida, uma certa reestruturação do mercado mundial, mas também introduziu um novo elemento de instabilidade no sistema. Enquanto em 1974/75 temeu-se sobretudo um pânico bancário generalizado como consequência da ruína de um ou de outro banco importante dos países imperialistas, em 1976/77 o setor bancário foi marcado por temores crescentes de insolvabilidade dos credores internacionais<sup>56</sup>. Um por um, o Zaire, a Indonésia, a Argenti-

ment Printing Office, 1977, p. 11. Nos referimos a este relatório como submetido à Comissão Church, segundo o nome do senador que preside a subcomissão).

A taxa de lucro é, aliás, mais elevada nas operações externas do que nas operações no mercado dos Estados Unidos. O Chase Manhattan obtém 78% de seus lucros em operações externas, enquanto essas não envolvem senão 48% de seus haveres. O Citicorp não tinha senão 6% de seus haveres na América Latina, mas estes garantiam 20% de seus rendimentos em 1976 (*op. cit.*, p. 47).

56. "...Uma atmosfera geral de depressão e de pessimismo acerca do futuro se propagou entre os banqueiros... Muitos dentre eles afirmaram reservadamente o que eles não queriam declarar em público, ou seja, que tinham dúvidas quando à capacidade do sistema bancário privado de suportar o nível atual dos créditos internacionais, sem falar de um crescimento deste nível" (Relatório da Comissão Church, *op. cit.*, p. 59); "se um país vier a suspender os pagamentos desses juros mesmo temporariamente ou, pior ainda, concluir uma moratória de forma clara, vários bancos poderiam se encontrar simultanea-



na, o Peru e a Turquia estiveram a ponto de pedir uma moratória (de fato, os bancos privados recusaram-se a conceder novos créditos a numerosos países durante muitos meses. A Itália esteve em tal situação em 1976 e a Turquia durante o segundo semestre de 1977). Compreende-se essa inquietude logo que se compara a taxa de crescimento da dívida externa de certos países com as suas reservas de câmbio e o peso crescente de sua dívida com suas receitas normais de divisas estrangeiras (soma das exportações visíveis e invisíveis):

TABELA XXIV — Evolução do endividamento do Terceiro Mundo não-produtor de petróleo (em bilhões de dólares)

	1967	1973	1974	1975	1976
Dívida total	41,6	90,0	112,0	144,1	172,2
Serviço da dívida	5,8	12,9	15,8	20,8	25,6

Fonte: Le Monde. "L'anné économique et sociale 1977", p. 24.

Relação reservas de câmbio/importações para o conjunto dos países em vias de desenvolvimento não-exportadores de petróleo

1951/55	1966/70	1973	1974	1975
40,3%	28,8%	38,0%	25,8%	22,6%

Fonte: Nações Unidas: Supplément à l'Étude sur l'Économie Mondiale 1975, p. 284.

Endividamento de alguns países asiáticos

Países	Dívidas totais	Serviço da dívida em % dos	
	em bilhões de dólares (outubro de 1976)	1976	1977
Sri Lanka	0,5	22,9	
Filipinas	4,4	16,0	17,0
Paquistão	6,3	16,8	24,0
Indonésia	10,5	13,8	16,6
Tailândia	1,3	14,6	
Índia	10,8	13,5	
Coréia do Sul	11,8	12,9	13,0

Fonte: Far Eastern Economic Review.

mente afetados, o que seria suscetível de desencadear assim uma reação em cadeia. Enfim, e sobretudo, é necessário não perder de vista que, sendo o crescimento dos empréstimos bancários internacionais muito mais rápido que o do crédito interno, a estrutura do balanço e da contabilidade de lucros e perdas de numerosos bancos foi rapidamente modificada no curso dos últimos anos. Em si, tal mudança não é forçosamente perigosa, mas com a condição de que a organização dos bancos, muito especialmente no que diz respeito ao controle e fiscalização interna, seja, em consequência disso, adaptada. Pode-se sempre temer que a logística não possa seguir a aceleração súbita do crescimento comercial no ritmo desejado" (Banque des Règlements Internationaux, 47<sup>e</sup> Rapport Annuel, op. cit., pp. 112-3). Para um ponto de vista mais otimista, e

Daí uma pressão crescente dos bancos privados no sentido de que os poderes públicos — e as instituições internacionais públicas — reduzam esse peso do endividamento e lhes retirem claramente os "riscos mal assumidos". Com esse quadro preciso é necessário situar o projeto dos "fundos Witteveen": isto é, que o Fundo Monetário Internacional tenha uma reserva de 10 bilhões de dólares à disposição dos países semicoloniais (mais exatamente à disposição dos bancos imperialistas que emprestaram capital aos países semicoloniais). O presidente do Federal Reserve Board dos Estados Unidos declarou peremptoriamente, além disso, que a concessão de créditos aos países do Terceiro Mundo pelos bancos privados não poderia continuar no ritmo atual, se se quisesse evitar graves aborrecimentos para a economia mundial. Seria necessário encontrar um mecanismo para reciclar os petrodólares por fora do sistema bancário privado (*Neue Zürcher Zeitung*, 12-13 de mar. 1977).

O caso da Indonésia merece um exame particular, uma vez que se trata de um país que havia obtido enormes rendas suplementares em 1973 em consequência da alta de preços do petróleo. A administração estatal dessa nação é uma das mais corruptas do mundo, exemplificando tipicamente o processo de acumulação primitiva de capitais privados pela pilhagem sistemática de seu povo, de suas rendas públicas e em parte de certos comerciantes estrangeiros, por seus altos funcionários (sobretudo militares), pelos compradores "nacionais" e pelos trustes estrangeiros.

A sociedade estatal de petróleo Pertamina, sob a direção do general Sutowo, empreendeu uma série de atividades "anexas" que não tinham relação alguma com a exploração ou a comercialização do petróleo (entre outras: em siderurgia, adubos químicos, construção de hotéis, exploração de uma linha aérea privada etc), no sentido de capitalizar seus excedentes de divisas. Um de seus negócios consistiu em comprar, a prazo, toda uma frota de petroleiros gigantes. Parece que alguns financistas estrangeiros enganaram em alguma medida a Pertamina. Tratava-se de petroleiros que valiam, ao preço do mercado mundial, no máximo 100 milhões de dólares e que lhe teriam sido vendidos por 400 milhões de dólares. Todo um exército de contadores e advogados britânicos trabalharam de maneira febril durante 1976 para iluminar os subterrâneos desses negócios tenebrosos. Enquanto isso, o governo da Indonésia cessou o pagamento das dívidas aos credores da Pertamina, a qual, no final da transação, se viu com uma "bagatela" de... 10,5 bilhões em dívidas!

É evidente que esses negócios loucos não poderiam ter sido jamais concluídos sem a conivência e a cumplicidade de altos funcionários e de altas patentes militares da Indonésia. O semanário *Newsweek* publicou muitos detalhes picantes sobre o grau de corrupção na Indonésia. Mas os imperialistas hipócritas esquecem de mencionar um pequeno detalhe: se há políticos e militares corruptos nos países semicoloniais, eles apenas podem sê-lo efetivamente porque existem forças corruptoras entre as multinacionais, e toda uma lógica corruptora da economia capitalista (e da economia monetária em geral).

claramente apologético, ver os artigos de dois banqueiros americanos no fascículo de julho de 1977 da revista *Foreign Affairs*.

Desde as revelações do escândalo Lockheed, essas práticas corruptas das operações de multinacionais imperialistas deveriam ser conhecidas por todos<sup>57</sup>.

Finalmente, é necessário mencionar um fator suplementar de desordem monetária, cujos incidentes econômicos não podem ser negligenciados: os grandes *movimentos internacionais especulativos de capitais flutuantes*. Aqui, ainda, a lógica intrínseca das sociedades multinacionais, operando simultaneamente em um grande número de países de divisas diferentes e devendo forçosamente se proteger de ameaças de perdas cambiais, age como amplificadora de crises monetárias sucessivas. Antecipando-se a quedas de cotações de câmbio de uma determinada divisa, retirando massivamente seus capitais líquidos do país em questão, elas acentuam evidentemente tal queda. A essa influência crescente das multinacionais se somam a instabilidade social cada vez maior, o temor de um desmoronamento monetário e de "problemas sociais", ou mesmo de uma revolução socialista, o que provoca movimentos de evasão massiva de capitais. Em 1975, uma tal evasão ocorreu em Portugal, sobretudo em direção ao Brasil. Em 1976, ela se produziu na Espanha, na França e na Itália, e tomou a amplitude de movimentos de vários bilhões de dólares em alguns casos. No início de 1978, a evasão foi retomada na Itália e na França. No mesmo período, as próprias multinacionais americanas alocaram uma parte crescente de suas reservas líquidas em divisas ou certificados de depósitos de bancos estrangeiros.

A evasão de capitais italianos para a Suíça levou verdadeiramente ao nascimento de uma nova "indústria" em Lugano: a criação de bancos ou filiais bancárias novas. Em geral, tudo se passou na mais total discrição. Mas o escândalo que abalou a sucursal, em Lugano, do terceiro entre os "três grandes" do mundo bancário suíço — o Crédit Suisse (Schweizerische Kreditanstalt — SKA), considerado o banco mais conservador entre eles — revelou, na primavera de 1977, algo muito importante sobre a *vinculação entre a fraude fiscal, a evasão de capitais, a busca de superlucros pelos grandes burgueses e a busca competitiva de alocações lucrativas da parte dos grandes bancos. É essa vinculação, estruturalmente ligada à natureza da "terceira idade do capitalismo", que é significativa*, e não o aspecto puramente anedótico, criminoso até do ponto de vista do direito burguês, no escândalo do Crédit Suisse.

Por razões de concorrência e porque a expansão do crédito às empresas "nacionais" foi freada pela recessão, os três grandes bancos suíços invadiram o mercado de eurodólares de Londres, onde rapidamente levaram vantagem em relação aos bancos britânicos e às filiais dos bancos americanos<sup>58</sup>. Mas essa ampliação do seu campo de ação

57. Sobre o caso Pertamina e a situação geral na Indonésia, ver *Newsweek*, de 8 de nov. 1976, e *Far Eastern Economic Review*, de 12 de nov. 1976. Um ponto de vista de esquerda sobre o mesmo caso se encontra em um artigo do prof. Ernest Utrecht publicado na revista *AMPO: Japan Asia Quarterly Review*, v. 8, n. 3, out./dez. 1976.

58. Os bancos britânicos e americanos, que haviam "queimado os dedos" na concorrência com os bancos suíços para o mercado de eurodólares em Londres, manifestaram uma "maldosa satisfação" (*Schadenfreude*) diante da desventura do Crédit Suisse. Eles falam mesmo de uma "ameaça" para o franco suíço. É uma avaliação ao mesmo tempo sem fundamento nos fatos e irra-

foi acompanhada de uma queda do rendimento, que levou o Crédit Suisse a buscar campos de investimento mais lucrativos. A evasão massiva de capitais italianos forneceu uma excelente chance para isso. Esses capitais, disponíveis na filial de Lugano, foram utilizados para resgatar diferentes negócios italianos — freqüentemente com garantias bancárias ilegais, uma vez que se tratava de depósitos bancários de curto prazo e os investimentos e os empréstimos eram de longo prazo. Alguns dos negócios comprados não foram bons em função da recessão; outros foram desvirtuados desde o início (parece que a filial de Lugano se engajou no cofinanciamento das operações do grupo Sindoma, que foi à falência). Logo que o governo italiano se decidiu a conceder uma anistia fiscal aos capitalistas que haviam deslocado seus fundos para o exterior, sob a condição de que fossem repatriados rapidamente, toda a operação naufragou. As perdas incorridas pelo Crédit Suisse são avaliadas em 400 milhões de dólares<sup>59</sup>.

Insiste-se freqüentemente nas vantagens que o sistema de câmbio flutuante oferece ao imperialismo americano. Essas, evidentes no plano das exportações de mercadorias, são em parte neutralizadas pelas desvantagens no plano do movimento internacional de capitais, como já enfatizamos. Mas uma queda contínua do dólar somente pode gerar conseqüências perturbadoras para o comércio internacional<sup>59a</sup>. Nenhum constrangimento extra-econômico pode, a longo prazo, obrigar os proprietários privados a aceitar em troca de suas mercadorias e de seus créditos uma moeda sem valor. Uma parte crescente do comércio mundial terá, portanto, uma tendência de ser realizada em outras divisas, a não ser em dólar. Na medida em que nenhuma dessas divisas é forte o suficiente para servir de moeda de reserva internacional ao lado do dólar — apenas uma moeda européia comum poderia a rigor cumprir este papel —, a desordem monetária internacional se encontrará agravada.

Assim, apesar dos acordos da Jamaica, o sonho da desmonetização do ouro continua sendo uma utopia tecnocrática. O ouro continuará sendo mais do que nunca a base de reserva dos Bancos Centrais e o tesouro de "última instância", na medida em que o papel-moeda de reserva, o dólar, é cada vez menos "tão bom como o ouro", uma vez que perde crescentemente seu poder de compra<sup>60</sup>. Quando estão "entre

cional do ponto de vista de seus próprios interesses. Tendo em vista a amplitude imensa dos capitais que encontraram refúgio na Suíça — fala-se de 100 bilhões de dólares —, todo pânico bancário que atingisse este país se transformaria automaticamente em desmoronamento do sistema de crédito internacional em seu conjunto.

59. Em ligação com a pesquisa sobre a bancarrota do grupo italiano Sindona, um rosário de escândalos veio à luz. O banco nacionalizado Banco di Roma tinha uma "lista negra" de 500 grandes depositantes que haviam passado 34 bilhões de liras (mais de 400 milhões de dólares) fraudulentamente para o exterior. Quando seus diretores foram intimados a entregar essa lista às autoridades judiciais, ela já havia misteriosamente desaparecido (*Neue Zürcher Zeitung*, 18 e 23 de nov. 1977).

59a. Sobre as causas de mudanças da tendência à queda do dólar (ver *Capítulo XXVII*).

60. O "declínio" da participação do ouro nas reservas de troca dos Bancos Centrais que assinala o relatório do Banque des Règlements Internationaux reflete simplesmente o fato de que esses bancos (com a exceção daqueles da França, da Itália, da Austrália e da África do Sul) continuam a avaliar suas reservas de ouro seja ao preço fictício de 42,2 dólares, seja a seu equivalente

si", os *experts* monetários falam, aliás, uma linguagem bem diferente a este respeito do que quando estão diante do grande público. Um dos principais dirigentes do Fundo Monetário Internacional, o holandês Tom de Vries, escreveu sem rodeios a propósito dos acordos da Jamaica: "Tudo isso que precede significa que as perspectivas do ouro no curso dos próximos anos são incertas. Tal incerteza em relação a um elemento tão importante do sistema sublinha novamente o caráter provisório dos acordos da Jamaica; eles não estabelecem um novo sistema monetário em um sentido concreto" (*Finances et Développement*, revista trimestral do FMI, v. 13, n. 3, set. 1976). Não se poderia dizer melhor. Após o desmoronamento do sistema de Bretton-Woods, não há um novo sistema monetário internacional que tenha surgido na economia capitalista. E a longa fase depressiva na qual entramos tornará a criação de um tal sistema ainda mais difícil.

## CAPÍTULO XV

A ESTAGNAÇÃO DO MERCADO COMUM EUROPEU:  
CRISE E CONTINUIDADE

A recessão atingiu em cheio todos os projetos de consolidação e de extensão do Mercado Comum Europeu. Os Nove tiveram de congelar o Plano Werner de realização, mesmo que por etapas, da união econômica e monetária decidida em 1972. A causa disso é evidente: a evolução desigual da situação econômica, monetária e social na RFA (e acessoriamente nos países do Benelux), de um lado, e na Grã-Bretanha, na Itália e na França, de outro. Essa desigualdade se refere, sobretudo, às taxas de inflação diferentes e à evolução completamente diversa do balanço de pagamentos (muito superavitária na RFA e bastante deficitária na Itália, na França e na Grã-Bretanha, ao menos até os últimos meses de 1977).

Em desespero de causa, diante da impossibilidade de realizar em futuro previsível a união monetária, mudou-se o curso para a "serpente" monetária européia (isto é, flutuações comuns, com margens limitadas dos valores de câmbio). Mas, logo que o déficit persistente do balanço de pagamentos obrigou a França a se retirar da "serpente", esta se reduziu de fato ao marco alemão e às suas divisas satélites.

Essa divisão do Mercado Comum Europeu em um setor "sólido" e em um setor "instável" foi proclamada por Willy Brandt em um discurso em Paris, que fez sensação<sup>61</sup>, e depois, de alguma maneira, projetada à institucionalização pelo projeto de Tindemans de "avanço" da CEE, que previa, na realidade, avanços para a integração econômica e monetária somente nos cinco países chamados "estáveis" (RFA, Benelux — Bélgica, Holanda e Luxemburgo — e Dinamarca).

Poder-se-ia perguntar se o grande capital alemão-ocidental e o governo Helmut Schmidt não careceram de audácia nessa ocasião. A crise aguda das finanças externas da Grã-Bretanha, da Itália e depois da França não poderia ter sido o sinal para uma investida decisiva para a integração monetária, em troca de uma junção de parte das reservas de câmbio dos países-membros "ricos"? O fato de a burguesia ocidental-alemã não ter ousado se engajar em tal solução se explica fundamentalmente por duas razões.

Antes de tudo, a instabilidade — do ponto de vista capitalista — na Grã-Bretanha, na França e na Itália não é somente monetária, mas, e sobretudo, social e política. Uma modificação radical das relações de força entre as classes, com ameaças de se desenvolver no sentido de uma autêntica revolução socialista, não é absolutamente inimaginável nesses três países. É evidente que, contando com tal eventualidade, governos operários não se sentiriam de todo estimulados a comprometer-se

61. O *Rapport Tindemans*, publicado em 7 de jan. 1976, se atém fielmente à linha do discurso de Willy Brandt em Paris. Como disse o órgão oficial do SPD, *Vorwärts* (15 de jan. 1976): ele poderia ter sido escrito pelo próprio Helmut Schmidt.

em Direitos Especiais de Saque. Daí que as reservas-ouro não representem, no fim de 1976, mais do que 16% da liquidez internacional total contra 24% no fim de 1973. Mas, se todos os Bancos Centrais contabilizassem o ouro segundo o preço corrente de 160 dólares a onça, a situação se modificaria completamente. A reserva em ouro representaria, então, mais de 35% da liquidez internacional, ou seja, uma fração mais elevada do que em 1973. É, aliás, isso o que se produziu desde 1978/79 (ver Capítulo XVI).

ter-se com o que foi assumido pelos governos anteriores, ou seja, subordinar sua política econômica e monetária — isto é, as prioridades sociais claramente formuladas pela maioria da população trabalhadora — ao veto de instâncias capitalistas internacionais e a “disciplinas monetárias comuns”, que respondam à lógica do mercado capitalista e não a quaisquer “leis econômicas objetivas” de validade eterna.

A burguesia alemã teria, então, agido ingenuamente se começasse por cobrir com “suas” reservas de câmbio uma boa parte do déficit do balanço de pagamentos desses países, sem a garantia de obter em troca, de *maneira durável*, uma política econômico-monetária comum.

Além disso, a amplitude do déficit acumulado por Itália, França e Grã-Bretanha — e o risco de vê-lo se ampliar em uma próxima recessão — é tal que a burguesia da Alemanha Ocidental poderia temer, legitimamente, a possibilidade de cotizar pelo menos uma fração das reservas de câmbio dos países “ricos” membros da CEE. Não se deve esquecer que esses países, com economia relativamente mais estável, não são absolutamente invulneráveis a uma rápida deterioração de seu balanço de pagamentos, se suas exportações começarem a se estagnar ou mesmo a recuar em um contexto de contração do comércio mundial. Há, nessas condições, um risco significativo em termos de sacrificar uma parte importante das reservas acumuladas para poder ajudar os parceiros, o que poderia implicar uma impossibilidade de resistir a uma próxima borrasca.

Portanto, a estagnação e a crise do Mercado Comum Europeu não são devidas, em primeiro lugar, à inércia das instâncias políticas, à falta de imaginação dos tecnocratas, à “sabotagem” do governo britânico ou à “ausência de políticos de envergadura e de clarividência”. Têm causas objetivas, relações estreitas com a depressão da economia capitalista internacional e com as reações inevitáveis do grande capital em fase conjuntural depressiva.

A situação poderia se modificar se o reajuste do balanço de pagamentos de França, Grã-Bretanha e Itália fosse seguido de uma forte ofensiva comercial destes três países, apoiada especialmente pelas quedas das cotações do câmbio de suas moedas em relação ao marco alemão. No caso, a RFA poderia ser tentada a avançar para a união monetária, a fim de defender os seus interesses comerciais.

O que é surpreendente, de outro lado, é o fato de as estruturas essenciais do Mercado Comum Europeu terem resistido à recessão mais grave da economia capitalista internacional após a II Guerra Mundial. Se o protecionismo se ampliou rapidamente no comércio internacional, quase não se desenvolveu no interior do Mercado Comum Europeu. Contrariamente ao que pensavam numerosos observadores, tanto de esquerda como de direita, a CEE não naufragou em consequência da recessão. A razão disso reside essencialmente em que a interpenetração das economias dos Nove progrediu efetivamente durante os últimos quinze anos. A dissolução do Mercado Comum Europeu desferiria um golpe muito duro às exportações de alguns países-membros, o que seria literalmente catastrófico para o Benelux, que não é, sem razão, o partidário mais fervoroso da consolidação da CEE (*ver Tabela XXV*).

Essa interpenetração comercial está, além disso, correlacionada — e depende em parte — a uma divisão de trabalho crescente no interior

TABELA XXV — Participação das exportações no interior da Comunidade nas exportações totais dos Nove

	Comércio intercomunitário das exportações totais dos Nove (%)	Exportações totais (%)				
		RFA	França	Itália	Benelux	G.-B.
1960	28,5	29,5	29,8	29,6	47,0	—
1965	36,5	36,3	41,0	40,2	47,0	—
1970	41,6	40,1	48,8	42,9	65,0	—
1974	52,7	44,9	53,1	45,4	70,0	33,4
1975	52,0	43,6	49,2	45,0	70,0	32,3

Fonte: Wolf, Winfried, op. cit., p. 166.

da CEE, entre sucursais das mesmas multinacionais ou de empresas ligadas por acordos de cooperação. Apóia-se em um movimento de interpenetração de capitais de uma série de grandes empresas que, se continuou mais modesto do que se previa, encontrou uma confirmação espetacular entre o capital bancário e o financeiro.

Há, portanto, contradição, e contradição real, entre a estagnação e a paralisia da CEE no domínio político-monetário, de um lado, e a consolidação das estruturas de interpenetração comercial, de outro. No entanto, contrariamente ao que afirmam certas correntes do pensamento que reinvidicam o marxismo, o papel do Estado como suporte dos grandes monopólios é absolutamente essencial na época do imperialismo. Se a recessão serviu para demonstrar algo, é o fato de que os monopólios *não podem se subtrair* a longo prazo, nem à lei do valor, nem às conseqüências das flutuações conjunturais e, portanto, ao jogo da queda tendencial da taxa de lucros. Assim, o papel do Estado como garantidor dos superlucros monopolísticos é vital para eles. Na medida em que esse Estado seja mais ou menos poderoso, mais ou menos apto a cumprir tal papel de *imediate*, eles ganham ou perdem triunfos preciosos na luta da concorrência interimperialista.

Dessa forma, o poderio relativo do Estado americano e a capacidade de intervenção rápida do Estado japonês, já menos poderoso, contrastam de maneira dolorosa aos olhos dos capitalistas europeus com a impotência das estruturas “pré-estatais” da CEE e a fraqueza insigne dos Estados “nacionais” da Europa Ocidental. Um exemplo surpreendente é fornecido pelas transformações da indústria aeronáutica européia. Essa indústria, que ocupa mais de 400.000 trabalhadores (contra 1 milhão empregado na americana) e ultrapassou seu concorrente no plano tecnológico, forneceu somente 8% dos aparelhos civis vendidos mundialmente durante os últimos dez anos (*The Economist*, 11 de set. 1976). A principal razão do fracasso comercial é a de que os governos europeus, bastante fracos e divididos, foram incapazes de lhe assegurar os mercados suficientes. É claro que a indústria aeronáutica está ameaçada de literalmente desaparecer, se a situação não se modificar a médio prazo.

Não é surpreendente, em uma tal situação, que o grande patronato

européu manifeste uma impaciência cada vez mais intensa diante da inércia, da passividade e da paralisia das instâncias políticas pré-estatais da CEE e ameça tomar a dianteira, isto é, substituir as iniciativas públicas por iniciativas privadas.

O exemplo mais espetacular desse tipo de decisão foi o dos patronatos siderúrgicos da Alemanha Ocidental, da Holanda e de Luxemburgo na primavera de 1976: constituir um cartel europeu de racionalização, excluindo os empresários siderúrgicos franceses e uma parte dos belgas (*Neue Zürcher Zeitung*, 11 de jun. 1976). A realização deste projeto seria fatal para a Comunidade Européia do Carvão e do Aço, principal entidade da CEE. Finalmente, um compromisso foi realizado: um cartel europeu, Eurofer, incluiu todo o patronato siderúrgico dos Nove, a fim de se defender essencialmente da concorrência japonesa (*The Economist*, 16 de out. 1976).

A crise, no entanto, ressurgiu em dezembro de 1977. Encurralados pelo que chamam de “concorrência selvagem” (importações de outros países, vendas de produtos dos famosos *bresciani* italianos, de 30% a 50% inferiores a seus próprios preços), os empresários siderúrgicos franceses e beneluxianos tomaram a iniciativa e ameaçaram impor unilateralmente medidas protecionistas “de salvaguardas” se a CEE não reagisse imediatamente. Esta tomou providências impondo direitos alfandegários exorbitantes. (O jornal *Le Monde*, de 21 de dezembro de 1977, fala com propriedade a esse respeito como se tratando de uma “cartelização da ordem pública”<sup>62</sup>.)

Por todas essas razões, após uma fase de desordem monetária aguda entre julho e novembro de 1978, com um novo declínio acentuado do valor do dólar (que caiu, na Bolsa de Frankfurt, de 2 marcos alemães, em julho de 1978, para 1,773, em 2 de novembro do mesmo ano), os governos alemão e francês finalmente chegaram a um acordo a fim de criar o Sistema Monetário Europeu, em uma época em que a conjuntura de retomada econômica de 1978 ajudava. O Sistema foi considerado uma barragem sólida contra as flutuações do dólar e as especulações que elas desencadeiam. Uma ligação entre as divisas européias e a criação do ECU —European Currency Unity— fez o marco alemão, o florim holandês, o franco francês e a lira italiana flutuarem de maneira mais tênue do que se cada uma das divisas européias flutuasse autonomamente. Após negociações e barganhas complexas, todas as moedas dos países-membros da CEE passaram a integrar o SME, com exceção da libra esterlina.

De fato, a criação do SME não interrompeu o movimento de valorização do marco alemão em relação às outras moedas européias: ela simplesmente o moderou. Uma primeira valorização ocorreu em 19 de outubro de 1978; duas outras produziram-se em seguida: em outubro de 1981 (em relação ao franco francês e à coroa dinamarquesa) e em fevereiro de 1982 (em relação ao franco belga e à coroa dinamarquesa). Mas, entre uma data e outra, o marco alemão caiu fortemente em relação ao dólar, essas valorizações não alimentaram as exportações da Alemanha Ocidental, simplesmente “redistribuíram os lucros” da

alta do dólar, beneficiando, pela via do ajustamento monetário, os parceiros europeus de Bonn das vantagens competitivas da indústria alemã-ocidental.

O único avanço real realizado pelo SME, no quadro da integração capitalista européia, foi a criação do Fundo Monetário Europeu — embora também cercado de dificuldades crescentes em função do abandono de outros elementos participantes do projeto inicial. Assim, o verdadeiro caráter do Mercado Comum Europeu somente se estabeleceu através das transformações feitas no SME. Em virtude dos agravamentos das crises tendenciais da economia capitalista internacional, ele não estava em condições de avançar efetivamente no sentido de um Estado supranacional e, tendo em vista o grau de interpenetração comercial e industrial já alcançado, o preço de sua desintegração seria terrível para todos os países-membros — não somente para os pequenos (que seriam os mais duramente atingidos), como também para a RFA, a França e a Itália.

Além disso, a integração no domínio da produção bélica, tanto de aviões de combate como de blindados, indica que no plano político, igualmente, uma dissolução seria de difícil aceitação. O governo de Mitterrand, sempre louvando a “reconquista do mercado interno” pela indústria francesa, empreendeu uma tentativa de substituir um “diretório a três” — RFA-França-Itália — por um “diretório a seis”, o qual de fato dirigiu a CEE durante a era Pompidou-Giscard. Isso implicaria uma incontestável consolidação, com uma solidariedade maior diante dos Estados Unidos e a possibilidade de acordos mais sérios com o Japão. Ainda seria necessário que esse projeto não se chocasse com uma instabilidade monetária e social maiores na Itália e na França, o que estava longe de ser alcançado no início de 1982...

62. A tendência à cartelização pública, mesmo a cartelização forçada, havia sido já muito marcante entre as duas guerras. Ver o *Traité d'Économie Marxiste*, Capítulo XIV, t. III, *op. cit.*, p. 197.

## CAPÍTULO XVI

### A ASCENSÃO DO OURO

A alta vertiginosa do "preço do ouro" em 1978/79 é correntemente atribuída a dois fatores: à perda do poder de compra do dólar e à especulação alimentada "pelas incertezas políticas", isto é, pela antecipação de futuras depreciações ainda mais pronunciadas do dólar e de outros papéis-moeda utilizados internacionalmente como meio de troca e de pagamento.

Ninguém pode contestar que tal afirmação contém elementos verídicos. No entanto, reduzida a sua mais simples expressão, ela é obviamente insuficiente para explicar a ascensão aparentemente sem limites do preço do ouro expresso em dólar-papel.

O que choca sobretudo é a desproporção entre dois movimentos. Em 1979, a taxa de inflação nos Estados Unidos foi 13%; a alta do ouro foi 100%. Depois de 1971, o poder de compra do dólar diminuiu 70%; o preço do ouro decuplicou, isto é, aumentou 1000%.

O ouro é uma mercadoria, produto do trabalho humano, como toda outra mercadoria. Uma fração da capacidade de trabalho globalmente disponível (dos recursos produtivos globalmente disponíveis) é consagrada a sua produção. Crer que seu "preço" (em papel-moeda) possa se afastar durável e totalmente de seu valor (possa evoluir com relação aos preços de outras mercadorias sem vínculo algum com a evolução da produtividade do trabalho nas minas auríferas, relativamente à da indústria e da agricultura) é crer que "os especuladores" possam impedir a lei do valor de funcionar. Isto é evidentemente contrário às teses fundamentais da teoria econômica marxista, e antes de tudo contrário à realidade econômica empiricamente percebida.

Alguns acrescentam à explicação da ascensão do ouro pela inflação e pela especulação uma verdadeira teoria conspirativa: o imperialismo americano a provocaria de maneira deliberada, continuando a inundar o mercado mundial com seus dólares cada vez mais depreciados, com o intuito de resolver em bons termos (praticamente ao preço da impressão de notas de dólares) o problema com o grave déficit de seu balanço de pagamentos. Essa explicação pressupõe uma tal ignorância por parte dos dirigentes imperialistas que resvala na inconsciência. É claro que a alta da cotação do ouro tornou-se um fator adicional — e não o menor — para modificar as relações de força interimperialistas em detrimento dos Estados Unidos.

É necessário, portanto, desvelarem-se as causas fundamentais, e complexas, da alta cada vez mais rápida do valor do ouro. Ela está vinculada às transformações que se produziram durante os últimos decênios na estrutura da terceira idade do capitalismo, assim como nas formas que tomou a longa depressão na qual a economia capitalista internacional mergulhara.



### O duplo "mercado do ouro"

O ouro é, acima de tudo, como já dissemos, uma mercadoria, produto do trabalho humano. Mas é também uma mercadoria particular, diferente de todas as outras, na medida em que é a adotada como equivalente geral, isto é, como contravalor de todas as mercadorias, ou seja, moeda universal no mercado mundial.

Enquanto uma mercadoria normal, ele está submetido às leis de mercado. Se os preços de relógios ou de jóias de ouro se elevam excessivamente, sua venda diminuirá, o que gerará uma queda da produção, um refluxo de capitais da ourivesaria para outros setores. Porém, enquanto mercadoria-equivalente geral, não pode ocorrer "queda das vendas de ouro". Qualquer quantidade suplementar de ouro efetivamente produzida encontrará sempre comprador, não como matéria-prima da indústria de luxo, mas como moeda universal, seja para ser colocada em circulação, seja para aumentar os valores em caixa dos Bancos Centrais, seja para ser entesourada por particulares<sup>63</sup>.

Essa aparente contradição entre os dois valores de uso do ouro — ser matéria-prima da indústria de luxo e servir de moeda universal, ou seja, servir de base a todo o sistema de papel-moeda e de crédito — era normalmente resolvida quando a situação do sistema monetário internacional estava formalmente assentada seja sobre o padrão-ouro, seja sobre o padrão-ouro divisas de reservas, conversíveis em ouro. Assim, nesse caso, os Bancos Centrais fixavam um preço de compra estável do ouro. Como dispunham de meios suficientes para fazer com que tal preço fosse respeitado, um preço único reinava tanto sobre o mercado particular como sobre o institucionalizado (relações entre Bancos Centrais), com uma estreita margem de flutuação entre os dois.

Isso não quer dizer, absolutamente, que os Bancos Centrais ficassem alheios ao jogo da lei do valor da indústria aurífera, mas quer dizer simplesmente que todos os capitais que não obtivessem a taxa de lucro média ao preço de ouro fixado pelos Bancos Centrais se retirariam desta indústria, que as minas menos rentáveis seriam fechadas, que a renda diferencial obtida pelas sociedades que exploravam as minas mais ricas continuaria a variar segundo as flutuações dos custos de

63. "Nos locais de produção, os metais preciosos/.../ trocam-se diretamente com outras mercadorias. Há, portanto, venda (de parte dos proprietários de mercadorias) sem compra prévia (da parte dos proprietários de ouro e de prata). E as vendas posteriores, não seguidas de compras, não são senão mecanismos de mediação através dos quais os metais preciosos se repartem entre todos os proprietários de mercadorias. Assim, em todos os pontos de circulação, constituem-se entesouramentos de ouro e de prata nas proporções mais diversas. Com a possibilidade de conservar a mercadoria sob forma de valor de troca, ou o valor de troca sob forma de mercadoria, a sede de ouro é excitada/.../

"A paixão do entesouramento é, pela sua natureza, sem limites. Qualitativamente, do ponto de vista de sua forma, a moeda (metálica) não conhece limites, ou seja, ela é a representante geral da riqueza material, já que pode ser trocada por não importa qual mercadoria. Mas, ao mesmo tempo, toda soma de prata real é quantitativamente limitada e, portanto, somente um meio de compra com alcance restrito. Essa contradição entre o limite quantitativo e a ausência de limites da moeda incita o entesouramento ao verdadeiro trabalho de Sísifo da acumulação. É como um conquistador do mundo que, na conquista de todo novo país, não alcança senão uma nova fronteira" (Marx, Karl, *O Capital*, t. I, Capítulo III, MEW, t. XXIII, pp. 145-6. Tradução do autor).

produção relativos, mas sempre com relação ao teto de preço de compra monopsonico imposto pelos Bancos Centrais.

Em outros termos: nesse caso, a indústria aurífera continuava submetida às leis econômicas objetivas, que não se aplicavam através das flutuações do preço, mas através das flutuações da produção e da renda diferencial.

Foi assim que o sistema funcionou de modo generalizado até 1971. É também verdade que, desde 1968, o pool do ouro, através do qual os Bancos Centrais capitalistas buscaram controlar o preço do metal para os mercados particulares, deixou de funcionar e que uma separação crescente se estabeleceu entre o preço do ouro no "mercado livre" e o seu valor institucionalizado no Fundo Monetário Internacional — FMI — e nas relações entre os Bancos Centrais. Contudo, tal separação foi mínima com relação à ascensão do "preço do ouro" que se produziu em seguida.

O início dessa ascensão pode ser temporalmente fixado com exatidão: a decisão tomada em 1971, pela administração Nixon, de suprimir a convertibilidade do dólar em ouro subverteu a natureza do mercado aurífero. Os Bancos Centrais cessaram a compra da produção corrente do metal a um preço fixado de antemão, tornando-se o ouro-equivalente geral uma mercadoria para a qual, não importando a quantidade, encontraria automaticamente comprador no mercado.

Passou-se da situação monopsonica à de monopólio. As leis da renda mineira se adaptaram. O valor do ouro foi então determinado pelas minas de ouro que exploram as jazidas menos rentáveis. Isso gerou uma rápida alta do valor do ouro, pois, à medida que os preços (segundo o valor) subiam, minas menos rentáveis, fechadas, reabriram, determinando automaticamente uma elevação do valor do ouro, assim como uma elevação da renda diferencial das minas que exploravam as jazidas mais ricas.

Segundo o *Neue Zürcher Zeitung*, de 10 de outubro de 1979, desde 1889, quando a primeira mina foi escavada nas pedras ricas em ouro em Witwatersrand, não houve ano algum no qual se planejaram, iniciaram a construção ou começaram a exploração de tantas minas novas na África do Sul do que em 1979, e, ainda, o *New York Times*, de 28 de julho de 1979, constatava: "Uma segunda corrida para o ouro está prestes a se produzir no Ocidente".

Em outros termos: a inconvertibilidade do dólar e as tentativas de "desmonetarizar" o ouro eliminaram os tetos que limitavam a produção desse metal por um preço fixado pelos Bancos Centrais. A produção tendeu a aumentar, o que gerou uma alta acelerada do valor determinado pelos custos de produção das minas mais pobres. Longe de ser um desafio à teoria do valor/trabalho, a ascensão do ouro se explica por sua aplicação nas condições de demanda ilimitada (penúria estrutural), tal como foi elaborada por Karl Marx no Tomo III de *O Capital*, especialmente na parte concernente à renda fundiária<sup>64</sup>.

Quando dizemos "a produção tende a aumentar", é necessário além disso entender essa fórmula em um sentido relativo, e não necessariamente absoluto. Ela pode assim significar "tende a diminuir

64. Ver especialmente os Capítulos XXVIII a XLII do terceiro tomo de *O Capital*, mas também, mais geralmente, no Capítulo X do t. III, as páginas 188, 193-4, 209 da edição alemã *Marx-Engels-Werke (MEW)*, t. XXV.

menos do que teria diminuído com um preço de compra fixado pelos Bancos Centrais”.

Tal explicação é confirmada por duas séries de dados antes de tudo, a série do preço do ouro, que mostra claramente que o verdadeiro ponto de alteração de sua evolução foi o momento da declaração da inconvertibilidade do dólar (*ver Gráfico III*, p. 112).

A segunda série se refere à evolução dos lucros das sociedades sul-africanas da indústria aurífera, que exploram as jazidas relativamente mais ricas. Em 1978, esses rendimentos subiram 65% com relação a 1977 (Banque des Règlements Internationaux, *49º Rapport Annuel*, Bâle, 11 de jun. 1979). Um aumento de proporções iguais é previsto para 1979 (*Neue Zürcher Zeitung*, 18 de set. 1979). A renda diferencial das minas que exploram as jazidas mais ricas aumenta de maneira vertiginosa. Assinala-se o caso da mina Sainte-Hélène, cujos custos de produção se elevaram a 100 dólares a onça. O superlucro que ela dá com um preço de venda de 400 dólares (para 1979) é fácil de se calcular, sem se falar daquele que decorre de um preço de venda de 500 ou 600 dólares!

Poder-se-ia acrescentar aqui um terceiro dado: o do aumento da produção mundial de ouro, que recuou durante muito tempo. Aparentemente esse dado é menos conclusivo, porque mais modesto: a produção apenas passou de 955 toneladas em 1975 para 1070 toneladas em 1979. Mas é necessário não esquecer que a reentrada no mercado de minas fechadas leva tempo e que a quantidade suplementar produzida na mina menos rentável é determinante para a evolução da lei do valor. É suficiente que a onça de ouro produzida nessas condições menos rentáveis encontre um comprador, para que assegure a seu proprietário a taxa média de lucro, ou seja, para que seus custos de produção determinem o valor do ouro.

#### *Valor do ouro e “preço” do ouro*

O crescimento do valor “intrínseco” do ouro e sua determinação pelos custos de produção das minas menos rentáveis, em função da transformação do seu mercado, é, portanto, um primeiro elemento objetivo que explica a ascensão do preço do ouro expresso em dólar-papel. Mas esse não é o único.

Em um sistema de moeda metálica, ou seja, quando toda moeda é de ouro, o conceito de “preço do ouro” não tem sentido. O preço é a expressão monetária do valor. O “preço” desse metal seria seu valor expresso em... ouro: uma onça de ouro igual a uma onça de ouro.

Isso não mais ocorre em um sistema de papel-moeda. Nesse caso, a expressão “o preço do ouro” em papel-moeda é, na realidade, a recíproca da quantidade de ouro que cada unidade monetária representa efetivamente. A fórmula “uma onça de ouro vale 35 dólares” significa, então, na realidade, “um dólar representa 1/35 avos de uma onça de ouro”. Em um sistema de moeda de papel de cotação fixada e envolvida em um processo de inflação permanente, o aumento do “preço do ouro” refletirá forçosamente essa depreciação. Quando, por emissão excessiva de moeda fiduciária, e por uma ampliação excessiva de moeda escritural (de créditos bancários), cada onça de ouro não é mais representada por 35 dólares, mas por 100 — o preço do ouro em

dólar-papel deverá triplicar, supondo que todo o resto permaneça igual.

No entanto, a longo prazo, a situação tende a se modificar. Se a taxa de inflação acumulada em 30-35 anos é 300%, isso se aplica à elevação média dos preços de todas as mercadorias. Assim, se há índices médios de crescimento de produtividade do trabalho na indústria e na agricultura, seria surpreendente que esse crescimento fosse similar ou idêntico ao da indústria aurífera.

Por razões evidentes, ligadas às condições naturais nas quais o ouro é extraído da terra, a produtividade do trabalho terá tendência a aumentar menos rapidamente nas minas do que na indústria e na agricultura contemporâneas. Essa regra só é superada quando amplos campos ou tesouros auríferos, novos e ricos, são subitamente descobertos, o que ocorreu apenas três vezes na História do capitalismo: no século XVI, com o ouro do México; após 1848, com o ouro da Califórnia; e após 1890, com o ouro do Rand, na África do Sul.

Quando a produtividade do trabalho aumenta proporcionalmente menos nas minas de ouro do que na indústria e na agricultura (e *a fortiori*, quando ela diminui), uma dada quantidade de ouro se trocará por uma quantidade crescente de aço, de tecido, de chá etc (ou, o que é o mesmo, uma dada quantidade de produtos industriais e agrícolas se trocará por uma quantidade decrescente de ouro). Há, portanto, uma elevação do *valor relativo* com relação ao das outras mercadorias.

A inflação do papel-moeda pode evidentemente encobrir a queda do valor das mercadorias. Quando dizemos que o índice médio de preços aumentou 300% mas que, ao mesmo tempo, o valor relativo do ouro com relação às outras mercadorias dobrou (a produtividade do trabalho aumentou duas vezes menos rapidamente nas minas de ouro do que na indústria), o preço do ouro expresso em dólar-papel deverá normalmente se elevar 600%, mesmo sem se levar em conta o que se passa no interior da produção aurífera (ou seja, não se considerando a ampliação da produção para minas cada vez mais marginais).

A elevação do “preço do ouro” de 600% é, portanto, o produto da taxa de inflação média e da elevação do valor do metal com relação ao valor médio das outras mercadorias.

De fato, pode-se avaliar de maneira bastante grosseira que, entre 1910 e 1980, houve 800% de aumento de produtividade média do trabalho na indústria e na agricultura, enquanto nas minas de ouro da África do Sul este foi apenas de 250%. A valorização do ouro com relação à média das outras mercadorias é, portanto, *grosso modo*, 300%. A taxa de inflação média nos Estados Unidos, entre 1910 e 1980, foi aproximadamente 750%. Dessa forma, o preço de produção do ouro, expresso em dólares depreciados, deveria ser 22,5 vezes 20 dólares, ou seja, 450 dólares, levando-se em conta a entrada em produção de minas marginais (o preço do ouro em 1910 era efetivamente 20 dólares a onça; ele permaneceu estável durante um século, até a desvalorização do dólar em 1934, que o elevou a 35 dólares).

Finalmente, é necessário não esquecer que, em um regime capitalista, os preços de mercado não são jamais idênticos ao valor (ou, mais exatamente, ao preço de produção nas minas menos rentáveis), mas

\* Alguns afirmam que um novo Eldorado de ouro está em via de ser descoberto no Brasil. Veremos/.../ (acrescentado em maio de 1982).

oscilam em torno desse valor, sob influência das flutuações da oferta e da procura.

É um fato que, após vinte anos, a demanda de ouro aumentou mais rapidamente, no setor privado, do que a oferta. Isso é devido sobretudo ao crescimento das necessidades industriais (nas quais intervêm, entretanto, também um elemento de entesouramento — uma quantidade importante de jóias de ouro sendo compradas para esse fim). Além disso, há o entesouramento privado corrente, que se eleva a várias centenas de toneladas de ouro por ano.

A esses dois fatores habituais se acrescentou, desde o início dos anos 70, um terceiro: o da acumulação de enormes haveres em dólares-papel, em via de depreciação acelerada, nas mãos de capitalistas privados e de instituições públicas fora dos Estados Unidos. Dessa forma uma parte desses haveres representa uma demanda potencial ou virtual crescente de ouro, face a uma oferta mais ou menos estável <sup>65</sup>.

O total de haveres em dólares acumulados nas mãos de proprietários não-americanos não cessou de crescer a partir dos anos 60. Mas a verdadeira explosão se produziu somente após 1973. A evolução é aproximadamente a demonstrada na Tabela XXVI (a seguir), no que diz respeito aos haveres líquidos depositados em eurodólares, aos quais é necessário acrescentar em 1977, 1978 e 1979 cerca de 100 bilhões de dólares depositados nos bancos *off-shore* (...ninguém conhece as cifras exatas).

TABELA XXVI

(em bilhões de dólares)	
início de 1973	100
3º trim. de 1974	150
fim de 1975	180
fim de 1976	200
fim de 1977	270
fim de 1978	340
fim de 1979	380

Os principais proprietários de tais haveres são Bancos Centrais de alguns países-membros da OPEP, assim como os das principais potências imperialistas, com exceção dos Estados Unidos.

Quando dizemos que uma parte dos haveres representa uma demanda potencial ou virtual de ouro — e somente uma parte! —, é por uma razão muito simples: é necessário que a queda da cotação de

65. À produção corrente é necessário juntar, além disso, as vendas de estoques pelo FMI e o Federal Reserve americano (os outros Bancos Centrais não parecem ter vendido ouro), as vendas anuais pela URSS, em relação especialmente a suas compras massivas de cereais. É a soma destes três elementos que representa a oferta anual. Ela aumentou regularmente desde 1975, apesar da estabilidade bastante pronunciada da produção. Esse crescimento é devido às vendas de instâncias públicas ocidentais (passando de 35 toneladas em 1975 a 325 toneladas em 1978 e a 430 toneladas em 1979) e às vendas da URSS (passando de 150 toneladas em 1975 a 450 toneladas em 1978) (Banque des Règlements Internationaux, *49º Rapport Annuel*, 11 de jun. 1979, Bâle).

câmbio do dólar continue amplamente inferior à taxa de elevação do preço do ouro para que os proprietários de grandes reservas de dólares se interessem em especular contra o dólar.

Os detentores de grandes reservas de dólares têm, portanto, interesse em comprar ouro somente no limite em que isso não desencadeie um desmoronamento das cotações de câmbio do dólar. O comportamento dos Bancos Centrais dos países superavitários da OPEP (Arábia Saudita, Emirados do Golfo Pérsico, Kuwait) desde há um ou dois anos corresponde exatamente a tais cálculos. É a sua demanda (transmitida por intermédio de bancos alemães ocidentais, suíços etc), e não a demanda de especuladores particulares, que saqueou grande parte do ouro vendido pelo FMI, pelo Federal Reserve americano, pela África do Sul e pela URSS <sup>66</sup>. Entretanto eles estão bem precavidos no sentido de aplicar o conjunto dos dólares que detêm no mercado.

Uma vez que a enorme demanda suplementar (10% dos haveres acumulados representariam nada menos do que várias dezenas de bilhões de dólares) resiste a uma oferta relativamente inelástica, que, na melhor das hipóteses, aumenta lentamente, há uma ruptura brutal do equilíbrio entre a oferta e a procura, o que leva à elevação do "preço do ouro", superando claramente seu valor real (o preço de produção). Esse é o quarto e último elemento que explica a ascensão do "preço do ouro", juntamente com a transformação do mercado, da revalorização relativa desse metal relativamente à média das mercadorias e da inflação permanente.

Contudo, esse fator também não merece o nome de "especulação" já que se trata de um mecanismo econômico definitivamente clássico. A "especulação" propriamente dita, ou seja, o elemento de antecipação, desempenha somente papel marginal na elevação do ouro, ficando em quinto lugar entre os fatores que explicam tal alta.

Como a taxa de elevação do ouro supera — e muito — a de inflação das principais divisas, o valor de sua venda anual (produção corrente mais fração do estoque mundial oferecido à venda) ultrapassará cedo ou tarde sua procura (demanda corrente mais parte dos dólares acumulados convertidos anualmente em ouro).

A 600 dólares a onça, 1500 toneladas oferecidas anualmente no mercado (ou seja, no atacado 45 milhões de onças) já absorveram cerca de 27 bilhões de dólares-papel. Para efeito de comparação, em 1978, o excedente acumulado pelos países da OPEP foi apenas 7 bilhões de dólares. No entanto é fato que passaram a 65 bilhões de dólares em 1979, mas nada indica que a elevação do "preço do ouro" se deterá nos 600 dólares a onça...

As relações de oferta e de procura não evoluirão, portanto, indefinidamente no sentido de o preço do ouro se afastar progressivamente de seu valor intrínseco (a seu preço de produção). Ele poderá cair de novo, mas não, evidentemente, a taxas de 35, 42 ou mesmo

66. Enquanto o grosso das compras foi efetuado durante anos por particulares, com fins de entesouramento, isso não parece mais ser o caso depois da ascensão acentuada do preço do ouro em 1978. Cf. *Financial Times*, de 24 de dez. 1979: "Uma grande parte da demanda de ouro das últimas semanas provém do Oriente Médio. Uma parte é, sem dúvida, representada por um esforço de possuidores oficiais de dólares (ou seja, Bancos Centrais dos países da OPEP) em diversificar suas reservas".

100 dólares a onça. Lembremos, no entanto, que já houve um precedente: entre o final de 1974 e o outono de 1977, seu preço despencou de 200 para 125 dólares.

*A elevação do "valor relativo" do ouro tem duas raízes*

Ao definir a valorização do ouro com relação à média da de outras mercadorias, enfatizamos as causas naturais do atraso do crescimento da produtividade do trabalho nas minas auríferas relativamente à produtividade da indústria e da agricultura, em média: esgotamento progressivo das jazidas mais ricas; necessidade de cavar cada vez mais profundamente para continuar produzindo; duração crescentemente longa e custos crescentes da exploração, antes que a busca de novas jazidas rentáveis dê resultados; crescentes despesas de transformações tecnológicas etc. Mas a essas causas naturais é necessário, agora, acrescentar as sociais.

A indústria aurífera da África do Sul conseguiu este "milagre econômico" de manter praticamente invariáveis os salários dos trabalhadores negros durante três quartos de século quando simplesmente não os diminuiu <sup>67</sup>.

Todo o segredo do *apartheid* e toda a responsabilidade fundamental do imperialismo por tal sistema desumano podem ser constatados através de cifras (ver Tabela XXVII).

TABELA XXVII — Índice de ganhos reais  
dos trabalhadores negros nas  
minas de ouro da África do Sul  
(1936 = 100)

Salários em espécie mais  
rações de alimentação  
gratuitas e outras  
vantagens em espécie

1911	111
1921	77
1931	91
1936	100
1941	93
1946	100
1951	93
1956	96
1961	96
1966	107
1969	108

Fonte: Wilson, Francis. *Labour in the South African Mines, 1911/69*, Cambridge University Press, 1972.

67. De acordo com Leo Katzen, *Gold and South African Economy* (Capetown, Amsterdan, 1964), os custos salariais por tonelada extraída era de 25/9 sh. em 1902 e de 25/7 sh. em 1946. Mas a participação dos salários dos mineiros negros nos custos de produção correntes (*operating cost*) caiu de 40% em 1910 a 20% em 1969 (Wilson, Francis, *op. cit.*, pp. 159-60).

Ainda de acordo com Francis Wilson, o contravalor do salário (em espécie e *in natura*) era 199 rands por ano em 1969. Em 1961, era 146 rands, contra os 338 rands do salário anual médio dos trabalhadores negros na construção civil e os 370 rands do salário anual médio dos trabalhadores negros na indústria manufatureira. O mesmo autor acrescenta a seguinte análise, que vincula admiravelmente a explicação desses salários de fome ao sistema de *apartheid*: "Salários mais baixos podem ser pagos, na medida em que a base rural fornece rendimentos suplementares a uma mão-de-obra oscilante (temporária)/.../ Em 1961, um grupo maior estimou que teria custado 180 rands a mais por ano para assegurar a subsistência da família de um mineiro negro em uma zona urbana, e isso no que concerne à alimentação, à habitação e ao aquecimento. Além disso, os custos dos serviços municipais, inclusive dos serviços médicos para as famílias, se elevariam a 20 rands por família. O custo médio para recrutar um mineiro era de cerca de 30 rands por operário/ano. Empregando uma mão-de-obra migrante sedentária, o grupo, que se pode considerar como representativo da indústria, em seu conjunto, economizou um total de 170 rands por mineiro/ano (ou seja, reduziu o salário de fome a menos da metade, EM).

"/.../ Uma outra vantagem muito importante para a indústria do sistema de mão-de-obra flutuante, tendo em vista o quadro sócio-político no qual ele opera, é o controle muito mais estrito dessa mão-de-obra e, portanto, a possibilidade de reduzir ao mínimo os conflitos do trabalho/.../" (*ibidem*, pp. 135-6).

Trata-se de condições de trabalho claramente semi-escravagistas<sup>68</sup> nas minas de ouro do Rand. É evidente que a evolução supramencionada dos salários não reflete de modo algum o preço da força de trabalho vendida por trabalhadores *livres* em um mercado *livre*. Porém, a longo prazo, tais condições de trabalho se chocaram com realidades econômicas diversificadas na África do Sul, modificadas em função da industrialização rápida, e com novas realidades sócio-políticas da África Negra. Aumentaram as dificuldades em recrutar mão-de-obra sul-africana para as minas do Rand. Seria necessário substituí-la progressivamente pela de países limítrofes: Botsuana, Lesoto, Malavi, Moçambique.

Mas, à medida que a pressão antiimperialista cresceu em toda a África, inclusive nas nações vizinhas, as fontes de mão-de-obra começaram a secar. Foi necessário, então, elevar os salários dos mineiros negros, a fim de conseguir mão-de-obra na própria África do Sul. Seguiu-se uma elevação dos custos salariais (em parte também determinada pela inflação internacional que atingiu a África do Sul, ou seja, pela depreciação do dólar em relação ao ouro, provocando uma elevação de preços dos produtos importados no país e dos custos de produção do ouro).

O salário para um mineiro negro, trabalhando em equipe, passou de 0,8 rand/dia em 1970 para 1,6 rand/dia no final de 1974 (*Neue Zürcher Zeitung*), 1º de out. - 30 de nov. 1974.

68. O modo pelo qual esta mão-de-obra é encurralada em campos vigiados, com a separação dos sexos, lembra claramente que não se trata de assalariados livres no sentido real do termo.

Paradoxalmente, a despeito do regime de *apartheid* e do controle imperialista sobre a produção mineira sul-africana, pode-se dizer que a valorização do ouro frente a outras mercadorias reflete ainda, embora de maneira indireta, os efeitos da revolução colonial, as correlações de força modificadas entre o imperialismo e, nesse caso, o conjunto das camadas sociais não-imperialistas mundiais. Essa modificação de relações de força é em parte "monetarizada" pela burguesia (e pelas outras classes dominantes) das nações semicoloniais. Como no caso dos países da OPEP, a burguesia e o Estado sul-africanos beneficiam-se com a valorização do ouro, que constitui, portanto, uma forma de redistribuição da mais-valia mundial entre a burguesia imperialista e a dos países semicoloniais (e, nos países imperialistas, entre os monopólios que detêm o essencial de seus investimentos no setor manufatureiro e os que possuem o essencial de seus investimentos nos setores de matérias-primas, como petróleo, ouro, diamante, prata, urânio etc). Mas os trabalhadores sul-africanos também foram um pouco beneficiados.

Uma transformação do sistema monetário internacional?

A elevação explosiva do preço do ouro teve um efeito radical (facilmente previsível, salvo pelos defensores fanáticos da "desmonetarização"

TABELA XXVIII

	Valor total das reservas de troca dos Bancos Centrais	Valor das reservas-ouro ao preço corrente do mercado	
(em bilhões de dólares correntes)			
	A	B	B em % de A
1928	13,01	9,8	75,5
1938	27,8	25,9	93,1
1951	56,6	35,6	63,0
1955	62,6	37,6	60,0
1960	74,2	40,5	54,6
1966	72,6	40,9	56,3
1970	92,5	41,3	44,6
1975	288,9	127,8	44,2
Final de 1976	309,7	123,3	39,8
Final de 1977	415,7	172,9	41,6
Final de 1978	471,2	185,6	44,2
Final de 1979	710,0	420,0	59,1

(A onça de ouro era avaliada em 20 dólares em 1928, 35 dólares em 1938/70, 125 em 1975/76, 150 em 1977, 175 em 1978 e 400 em 1979. Trata-se evidentemente de aproximações muito grosseiras, que têm simplesmente a finalidade de dar uma ordem de grandeza, a partir de 1975. Uma média anual exata é impossível de ser calculada, tendo em vista os problemas de ponderação para a qual faltam dados. No sentido de tornar as cifras comparáveis, não levamos em conta os haveres do FMI a partir de 1951, dos DES — Direitos Especiais de Saque — a partir de 1978. Mas a incidência dessas duas categorias de haveres é insignificante. No final de 1978, representava menos de 4% do conjunto das reservas de troca.)

ção" desse metal, que tomam seus desejos por realidade) sobre o sistema monetário internacional. Apesar da explosão, mais forte do que nunca, dos petrodólares em circulação, 1979 foi o primeiro ano depois de dois decênios em que a participação do ouro nas reservas dos Bancos Centrais aumentou mais do que a participação do dólar e do conjunto das moedas de reserva (isso, evidentemente, na medida em que se avaliam as reservas-ouro ao preço médio do mercado, e não ao preço artificial de 45 dólares a onça) (ver Tabela XXVIII).

Se o aumento do "preço do ouro" prosseguisse em 1980 ou em 1980/81 igual ao de 1979 (50% ao ano em vez de 100%) — o que não é muito provável, porém não inteiramente impossível —, chegar-se-ia a uma situação próxima à de 1928, ou seja, àquela na qual a cobertura de ouro das principais moedas imperialistas foi igual ou superior à que é considerada como necessária para assegurar a convertibilidade dos papéis-moeda em ouro, mesmo se a inflação prosseguisse no ritmo atual.

Tudo se passa, portanto, como se a "ascensão do ouro" constituísse um mecanismo objetivo, automático, através do qual a lei do valor, ou seja, as leis objetivas que regem a economia (capitalista) de mercado, tem a sua revanche com relação às manipulações e às "políticas econômicas" dos governos, dos Bancos Centrais, dos Estados e dos monopólios.

Isso é tanto mais verdadeiro, na medida em que a repartição do estoque de ouro entre as principais potências imperialistas se aproxima paulatinamente da participação de cada uma delas nas exportações mundiais (a participação dos EUA é atualmente 16%), que as vendas de ouro do Federal Reserve se mantêm no ritmo atual (no momento, abarcam por volta de 9 milhões de onças por ano). Além disso, em cinco anos, tudo permanecendo igual, a participação dos EUA no estoque de ouro diminuiria a 15% (ver Tabela XXIX).

TABELA XXIX — Participação dos Estados Unidos nas reservas-ouro dos Bancos Centrais dos países capitalistas (em %)

1913	28,3
1918	38,0
1934	43,4
1940	71,7
	(máximo histórico)
1951	64,2
1955	57,8
1960	44,0
1966	30,7
1971	26,8 <sup>69</sup>
1978	25,7
1979	24,2

De qualquer forma, o ouro não há como fugir do ouro mercado.

69. Essas cifras demonstram bem uma coisa: se os americanos fizeram bastante barulho em torno da "desmonetarização do ouro", a decisão de Nixon de tornar o dólar inconvertível em ouro em 1971 teve por efeito prático (e sem nenhuma dúvida por meta real) deter a hemorragia de ouro do Federal Reserve. Mas isso quer dizer que se dava bem mais relevância à manutenção de um estoque de ouro importante do que todo o rumor da "desmonetarização" faria supor.



Uma das conseqüências da "ascensão do ouro" é a de que os Estados Unidos estão no momento de novo em condições de regular em ouro o déficit corrente de seu balanço de pagamentos, sem exaurir rapidamente as reservas que detêm. Tal déficit foi, em 1979, 2,5 bilhões de dólares. À cotação de 400 dólares a onça, não seria necessário senão a venda de 6 milhões de onças de ouro, ou seja, um pouco mais de 2% do estoque detido pelos EUA. Mesmo se o déficit atingisse novamente somas da ordem de 10 bilhões de dólares, a alta da cotação do ouro ajudando (passando, por exemplo, para 600 ou 700 dólares a onça), uma venda de 4% do estoque possuído pelos EUA permitiria acertar quase todo esse déficit\*.

Repetindo: tudo se passa como se a alta do preço do ouro restabelecesse um pouco mais "de ordem" e de "verdade objetiva" no funcionamento do sistema monetário internacional. Os desequilíbrios ainda existentes entre a repartição do estoque de ouro dos países imperialistas (participação ainda muito elevada dos EUA, participação muito reduzida do Bank of Japan) seriam "automaticamente" eliminados, se estes com balanço de pagamentos deficitário acertassem seus déficits total ou majoritariamente em ouro: "Poder-se-ia provavelmente descobrir que o papel mais útil do ouro oficialmente possuído/.../seria o de facilitar certos problemas de ajustes oficiais (entre Bancos Centrais)/.../acertar uma dada proporção dos balanços creditícios (dos principais produtores de petróleo) em ouro — essencialmente querendo aprovisionar o mercado ordenadamente —, se reduziria proporcionalmente as somas que deveriam de outro modo passar pelo sistema bancário internacional, cujas capacidades de reciclagem sem limites estão, hoje, profundamente colocadas em questão" ("Editorial". *The Financial Times*, 4 de jan. 1980).

Será que compreendemos mal ou se trata efetivamente de um apelo de um porta-voz do capital financeiro britânico ao governo americano (e a todos os governos imperialistas) de se chegar a uma tal solução — ou seja, utilizar as vendas de ouro para acertar uma boa parte de seus déficits correntes de balanços de pagamentos (seria este o sentido da fórmula *orderly way*: "de forma ordenada")? Mudança sensacional de atitude da parte desse capital financeiro, que foi, durante a década passada, o principal apoio, ao lado dos EUA, do esforço fracassado de "desmonetarizar o ouro".

Grande astúcia, ao mesmo tempo, no que diz respeito às relações entre a OPEP e os países imperialistas. A primeira queixa-se de ser paga em dólares, tendo em vista sua depreciação constante. "Em boa hora!", respondem os segundos: "Acertaremos nosso déficit com vocês em ouro, que se valoriza exatamente no mesmo ritmo (a longo prazo, entenda-se) do que o petróleo" — 1 onça de ouro = de 18 a 20 barris de petróleo —, o que se explica facilmente, tendo em vista a semelhança de condições de extração (de produção) desses minerais. Além disso, a "solução" teria a vantagem suplementar de frear o ritmo da inflação nos EUA (e, por conseqüência, o mundial), de que o aumento de dólares-papel colocados em circulação para regular o déficit do balanço de pagamentos dos EUA é uma das fontes (não a fonte principal, mas uma das fontes).

\* Isso, evidentemente, não é mais verdade com um déficit da ordem de 50 ou 100 bilhões de dólares (acrescentado em maio de 1985).

Porque não se pode retornar ao  
padrão ouro?

Do ponto de vista dos povos dos países da OPEP — das perspectivas de seu desenvolvimento econômico, social e cultural —, reter estoques maiores de ouro é tão estéril e inútil quanto guardar sistematicamente haveres em dólares nos bancos imperialistas. Mas, do ponto de vista de suas *classes dominantes capitalistas*, a diferença é importante: os haveres em dólares se depreciam; os em ouro conservarão seu valor ou continuarão a se valorizar, constituindo uma reserva, um entesouramento, bem mais real do que os em dólares.

Isso quer dizer que a alta da cotação do ouro restabelece, pouco a pouco, um sistema monetário internacional assentado no padrão-ouro? Há um obstáculo formidável para esse caminho de retorno: é o de que, se a distribuição dos estoques entre as principais potências imperialistas pode gradualmente, e mais ou menos automaticamente, retornar a uma situação que reflita de modo vantajoso suas participações respectivas no comércio mundial, o mesmo não ocorre para os países capitalistas em seu conjunto.

Os países semicoloniais, que representam cerca de 22% das exportações mundiais, apenas detêm por volta de 10% do estoque de ouro mundial. Os países da OPEP, cuja participação nas exportações globais é da ordem de 11%, detêm somente de 2,5% a 3% do estoque de ouro mundial. Mesmo se os países imperialistas acertassem a maior parte de seu déficit com os membros da OPEP em ouro, à cotação do ouro de 600 ou 700 dólares a onça, seria necessário muito tempo para que essa participação atingisse 10%.

O que está implícito na evolução atual é uma espécie de jogo no qual a alta dos preços de produtos manufaturados, exportados pelos países imperialistas para o Terceiro Mundo, gera uma alta do petróleo (mais moderada a longo prazo pois, mesmo no caso de indexação efetiva, haveria sempre a lei da oferta e da procura que atuaria e os países imperialistas reduziram progressivamente sua demanda de petróleo), podendo gerar uma alta paralela do preço do ouro e, portanto, sua redistribuição progressiva em benefício dos países superavitários (o que permitiria manter elevados o volume de exportações de países imperialistas para os da OPEP e a taxa de lucros dos monopólios exportadores, tudo isso freando a taxa de inflação no Ocidente).

Mas, se esse jogo parece elegante e razoável (do ponto de vista imperialista), no que diz respeito aos membros da OPEP os jogadores quebram logo de saída o pescoço em um chão muito escorregadio, sobretudo quando se trata de países semicoloniais não-exportadores de petróleo, pois como esses têm um balanço de pagamentos estruturalmente deficitário e a alta do petróleo aumenta ainda mais tal déficit, eles não têm meio algum de adquirir um estoque de ouro suplementar e seriam condenados à bancarrota quase imediatamente em caso de retorno ao padrão-ouro, fato que conduziria ao desmoronamento do comércio mundial.]

O problema dos países semicoloniais de balanço de pagamentos continuamente deficitários (entre os quais se encontra aliás um número crescente de membros da OPEP), somente pode ser resolvido por uma *expansão contínua do crédito internacional*, se se trata de evitar uma queda radical de suas importações de mercados imperialistas. Mas o crédito internacional exigiu um meio de pagamento mundialmente aceito pelos vendedores de mercadorias e pelos deten-



tores de créditos, ou seja, uma "moeda universal", diferente do ouro e isolada dele, isto é, algo que não se pode achar na economia mercantil (salvo sob forma de papel-moeda em via de depreciação contínua).

Isso quer dizer que se permaneceria em definitivo em um sistema monetário internacional amplamente desvinculado do ouro, continuar-se-ia a viver na prática sob um regime de "padrão-dólar"? Nada disso. Toda uma série de transformações graduais entraram em curso, indicando que o dólar declinava no sistema monetário internacional e que o ouro crescia:

— Os Bancos Centrais avaliaram o estoque de ouro em seus balanços ordinários segundo o preço corrente de mercado e não com base no preço artificial do FMI, resultante dos acordos de 1971, de 45 dólares a onça. Os Bancos Centrais que ainda se apegaram à letra desse acordo em matéria de cálculo de reservas de troca foram uma minoria entre as principais potências imperialistas e não mais a maioria — assim sendo, é uma questão de tempo que o Federal Reserve faça o mesmo.

— No Sistema Monetário Europeu, as operações em ouro entre Bancos Centrais foram reintroduzidas e começaram a ser praticadas, embora em escala muito modesta. Além disso, o ECU é uma moeda oficialmente com lastro-ouro.

— Os países da OPEP reclamaram com insistência de que o cálculo do preço do petróleo não fosse mais em dólares, mas feito com base nas moedas dos principais países imperialistas. Isso resultou na exigência de que o pagamento efetivo do petróleo se efetivasse de acordo com as mesmas moedas.

— Os Estados Unidos inclusive, modificando radicalmente a sua posição a esse respeito, começaram a exercer uma pressão sobre a RFA, o Japão (e em uma menor medida sobre outras potências imperialistas), para que aceitassem que sua moeda jogasse o papel de reserva de troca de outras divisas, ao lado do dólar. Estes países resistem a esta pressão, não desejando submeter-se às duras especulações sobre as divisas, que prevêm, no caso de suas moedas, representar efetivamente esse papel de especuladoras. Isso não impediu que a participação do marco alemão, do iene, do franco suíço, do florim, nas reservas de troca, assim como no mercado dos eurodólares, aumentasse de forma segura, embora lenta.

Sobre uma cifra declarada pelos bancos de depósitos, no euromercado, de 373 bilhões de dólares em meados de 1979, um quarto era representado pelos depósitos em marcos alemães e em francos suíços. Além disso, Bancos Centrais, sobretudo no Sudeste Asiático e no Oriente Médio, possuem em torno de 10 bilhões de dólares em reservas de troca sob a forma de haveres em iene.

— Ao mesmo tempo, a participação do comércio mundial, que é saldada em dólares, reduziu-se gradual, embora lentamente. Paralelamente, a participação das exportações mundiais, lavradas e saldadas em outras moedas, aumentou. A ameaça do aiatolá Khomeini de não mais aceitar o dólar em pagamento do petróleo iraniano não foi necessária para desencadear tal movimento, nem para acelerá-lo. Ele decorre de modo inevitável da diferença das taxas de depreciação (de inflação) do dólar, de um lado, do marco alemão, do iene, do franco suíço etc, de outro. Atualmente, entre 25% e 30% das expor-

tações japonesas são lavradas em ienes e em torno de 75% das exportações da Alemanha Ocidental (mas somente 40% de suas importações) são lavradas em marcos alemães (*Euromoney*, jul. 1979).

— Paradoxalmente, e pela mesma razão, os países mais interessados na manutenção do padrão-ouro (com o dólar em "queda livre") são os semicoloniais mais endividados, pois o padrão-dólar reduz um pouco o peso de suas dívidas, já que lhes permite tomar empréstimos em "boa moeda" e reembolsar em "moeda sem valor" (com uma taxa de inflação média acumulada de 7% ao ano, o dólar perde 50% de seu valor em um período de seis anos, ou seja, um empréstimo de 100 milhões de dólares só é reembolsado em um equivalente em poder de compra de 50 milhões)\*.

Esse comportamento não se restringe apenas a tais governos: "Os eurobancos tendem a se endividar em moedas fracas e a ser credores em moedas fortes". (*Journal de Genève*, 10 de set. 1979).

Reciprocamente, e pela mesma razão aparentemente paradoxal, os principais credores — os grandes bancos privados, inclusive os dos Estados Unidos — começam a querer se desembaraçar do "padrão-dólar", que os prejudica, como toda inflação acelerada desfavorece o credor e favorece o devedor.

Com o mesmo intuito, os bancos privados começam a aceitar a inclusão de "valores reais" (sobretudo o ouro, mas também os diamantes e a prata) na cobertura dos créditos concedidos a seus clientes, na cobertura de fundos de pensões e até em sua própria cobertura (*Business Week*, 31 de dez. 1979).

### O ouro e a crise

A longa depressão na qual se encontra a economia capitalista internacional tem um duplo aspecto, como toda crise capitalista: é, ao mesmo tempo, resultado de uma queda da taxa média de lucro e expressão de uma superprodução. As questões monetárias e a alta do ouro são vinculadas a essa natureza da crise pelo duplo elo da explosão das taxas de juros e da superexpansão do sistema de crédito internacional, que se aproxima periodicamente do desmoronamento.

No plano interno, a retomada, modesta, desigual e hesitante, dos anos 1976/78 somente foi possível graças a uma nova explosão da inflação do crédito. Nos EUA, a dívida das empresas chegou, no final de 1979, a um trilhão de dólares (40% a mais do que em 1975). A dívida privada e pública no total atingiu quase quatro trilhões de dólares (50% a mais do que em 1975). Ela passaria a sete trilhões de dólares em 1985 (75% a mais do que em 1979). Eis a causa da inflação permanente.

Mas, se esse processo é, ainda que de modo parcial, internamente controlável, pelo expediente da política conjuntural dos governos e dos Bancos Centrais — tendo em vista a própria natureza do papel-moeda de cotação assegurada —, mundialmente nada comparável existe. Ai, não há "credor de última instância", não há política conjuntural unifi-

\* Essa atitude se modificou manifestamente com a alta vertiginosa das taxas de juros nos Estados Unidos e com a nova alta da taxa de câmbio do dólar que ela gerou (*ver Capítulo XXVIII*).

cada que possa ser imposta por quem quer que seja. A explosão do endividamento internacional (nada mais do que 350 bilhões de dólares apenas para os países do Terceiro Mundo) coloca o capitalismo internacional diante de uma contradição insolúvel: ou bem se arrisca a estrangular o comércio mundial, ou bem se arrisca a falir grandes devedores, com as perdas enormes que daí podem advir, surgindo o problema de como repartir tais perdas entre as diferentes frações (privadas e "públicas") do capital financeiro internacional e o problema de evitar uma quebra bancária generalizada, que talvez ocorresse no final desse período louco<sup>70</sup>.

Que a elevação do ouro, apesar de ser uma resultante, estimula a inflação do dólar, a da maior parte dos papéis-moeda e, portanto, a alta das taxas de juros empiricamente pode-se facilmente comprovar. Que a alta das taxas de juros, a partir de um certo patamar, ao se chocar com a queda, a estagnação ou mesmo com o ajuste insuficiente da taxa média de lucro, enfraquece, freia e até estrangula o investimento produtivo é também evidente. O caráter hesitante da retomada 1976/78, os sinais multiplicadores de uma nova recessão 1979/80 estão aí para confirmar.

Mas, para o próprio jogo da reorientação dos créditos internacionais (a reciclagem dos petrodólares pelos bancos privados e dos grandes monopólios exportadores dos países imperialistas), todos os paliativos, graças aos quais o sistema capitalista internacional evitou uma quebra do tipo da que ocorreu em 1929, se chocam com os efeitos da ascensão do ouro. Já assinalamos que diante dessa ascensão, e da "queda livre" do dólar, os empréstimos em dólares tornam-se progressivamente um mau negócio para os bancos (mesmo o entesouramento do ouro não rendendo nada teria sido muito mais rentável durante os três últimos anos do que empréstimos a juros de 7%, 8% ou 10% de governos que arriscam, além do mais, ser insolventes). O enfraquecimento progressivo do padrão-dólar assinala os limites da inflação enquanto amortecedor temporário da crise, ou seja, os limites da inflação do crédito, ou os limites do crédito, ou, ainda, os limites dos "mercados de substituição".

A gravidade da crise é, assim, uma das tendências fundamentais que explicam a ascensão do ouro. Esta não se deve somente ao medo

70. /.../ "Nos Estados Unidos, o Sistema de Reserva federal, a autoridade monetária e o Federal Deposit Insurance Corporation (organismo de garantia dos depósitos bancários) criaram, no ano passado, pela primeira vez, um comitê misto de fiscalização encarregado de controlar as atividades internacionais de financiamentos dos grandes bancos americanos/.../ No curso do último decênio, os grandes bancos do mundo começaram a ter, sobre o plano econômico internacional, um papel tão primordial quanto aquele que desempenhavam ao nível nacional/.../ Convinha, portanto, evitar que essas perturbações, ligadas ao desmoronamento do sistema de paridades fixas/.../ os problemas provocados pelos excedentes da OPEP e a amplitude da inflação não resultem um dia ou outro em um pânico financeiro internacional em consequência de alguma falência bancária/.../ Uma incerteza (!) permanece quanto ao papel dos diferentes Bancos Centrais enquanto credores em última instância para os bancos em dificuldade/.../ Outra debilidade dessa cooperação em matéria de regulação é que apenas os doze países-membros da Comissão de Bâle são envolvidos, enquanto os bancos internacionais estão presentes em dezenas de países onde a lei do segredo, aplicada em certos casos, torna difícil a fiscalização da situação dos bancos" (*Financial Times*, 31 de jul. 1979).

da depreciação contínua do dólar (e de outros papéis-moeda), mas é no abalo do sistema de crédito em função da crise — ou seja, em função da taxa média de lucro insuficiente e da superprodução potencial ou virtual — que se encontra, em última análise, a base da predileção pelo ouro. Marx havia entendido e analisado isso, há mais de um século: "Na medida em que trata do capital, *exprofesso*, a economia (política) esclarecida contempla o ouro e a prata com o maior desprezo, como a forma do capital que é efetivamente a mais indiferente e a mais inútil. Mas quando ela trata do sistema bancário, tudo se transforma em seu contrário, e o ouro e a prata se tornam o capital *par excellence*, para a afirmação dos quais toda outra forma de capital e de trabalho deve ser sacrificada. Mas por quais especificações o ouro e a prata se distinguem das outras representações da riqueza? Não pela quantidade de seu valor, pois esse é determinado pela quantidade de trabalho objetivo que eles envolvem. Eles se distinguem pelo fato de ser encarnações independentes, expressões do caráter social da riqueza /.../ Tal existência social (da riqueza) aparece, então, como algo exterior a ela, como um objeto, uma coisa, uma mercadoria ao lado e externa aos elementos reais da riqueza social (da massa das mercadorias, cujo valor de uso satisfaz necessidades humanas, EM). Enquanto a produção escoa normalmente, também se esquece disso. O crédito, igualmente uma forma social de riqueza, retém a moeda (o ouro e a prata, EM) e usurpa sua posição. É a confiança no caráter social da produção, do qual nasce a forma monetária dos produtos como qualquer coisa que tende a desaparecer e que é ideal, como representação pura e simples. Mas, desde que o crédito é abalado — trata-se de uma fase sempre inevitável do ciclo industrial moderno —, toda a riqueza real deve real e bruscamente ser transformada em moeda, em ouro e em prata, exigência idiota mas que é o produto necessário do próprio sistema" (*O Capital*, t. 3, *Marx-Engels-Werke*, t. 25, pp. 588-9, tradução nossa).

Não se poderia resumir melhor a evolução dos últimos trinta anos, tanto do ponto de vista das realidades econômicas como do das concepções econômicas predominantes na sociedade burguesa.

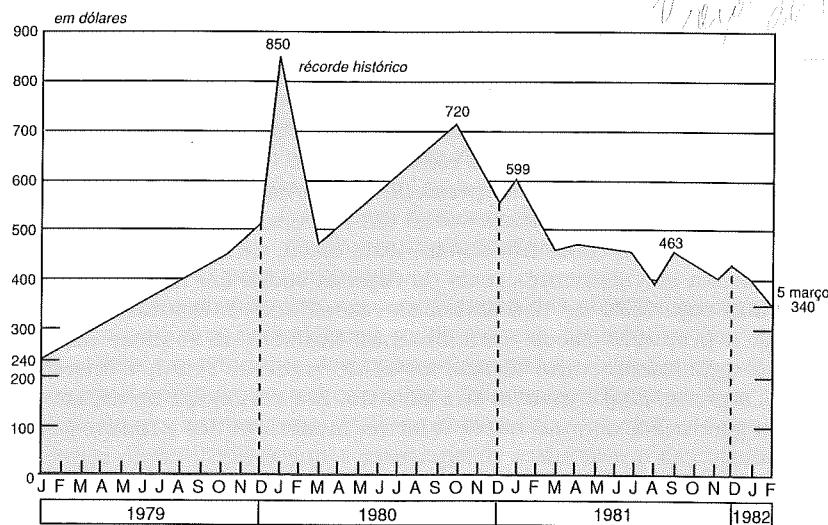
Keynes dizia que o ouro é um "metal bárbaro". No entanto é bem mais profundo constatar, como Marx, que o regime capitalista é irracional e bárbaro, que conduz inevitavelmente a crises após fases de prosperidade. A reabilitação periódica do ouro, na prática e na teoria, é apenas reflexo sintético dessa irracionalidade e dessa barbárie, que condenam à miséria, à fome, senão à morte, milhões de seres humanos, não porque o mundo produz muito pouco, mas porque ele não pode consumir os bens que produz sem que esses transitem pela moeda, ou seja, de novo e cada vez mais, pelo ouro.

\*

Sob o efeito da valorização do dólar em 1980/81, a cotação do ouro começou a despencar, estrangulando o boom econômico na África do Sul. O Gráfico III a seguir traduz a tendência fundamental. Esse não é, entretanto, um ponto irreversível; longe disso, na medida em que a inflação está longe de ser dominada, não somente nos Estados Unidos como na Europa capitalista e no Japão.

Apesar da baixa da cotação do ouro, este representa ainda, ao preço de mercado, respectivamente 54,5%, 49% e 48,5% do valor do conjunto das reservas dos Bancos Centrais capitalistas em 1982 e março de 1984. A participação do dólar nas reservas diminuiu muito (ver Tabela XXIX a).

GRÁFICO III - A cotação da onça de ouro em Londres



Fonte: *Le Monde*, 6 de março de 1982.

TABELA XXIX a— Participação dos haveres em dólares no conjunto das reservas dos Bancos Centrais capitalistas\*

1976	48,0%
1978	41,9%
1979	25,0%
1980	22,0%
1981	24,7%
1982	24,7%
1983	27,7%

\* Aqui incluídas as reservas-ouro, avaliadas ao preço do mercado corrente.  
Fonte: nossos próprios cálculos baseados nos relatórios anuais do FMI.

*A ascensão e queda do preço do ouro*

## CAPÍTULO XVII

### A AGRICULTURA NA CRISE OU O CARROSSEL INFERNAL DOS LUCROS DA FOME

A produção agrícola conheceu no curso dos últimos decênios um ciclo defasado com relação àquele da produção industrial capitalista. A causa disso é dupla: de um lado, a incidência ainda não inteiramente eliminada dos cataclismas naturais sobre o nível da produção, sobretudo em outros países que não os Estados imperialistas (onde essa influência tornou-se negligenciável): secas, inundações, furacões etc; de outro lado, o fato de que, em escala mundial, os estoques de reservas de cereais são exclusivamente retidos por quatro países imperialistas e um país dependente evoluído (EUA, Canadá, Austrália, Argentina e França)<sup>70a</sup> e que os déficits da agricultura dos países não-capitalistas (sobretudo URSS e República Popular da China) devem ser cobertos pelo mesmo estoque que cobre os dos países capitalistas (ou seja, o comércio mundial de víveres conhece um grau de integração entre países capitalistas e não-capitalistas qualitativamente diferente daquele que prevalece no domínio dos produtos industriais).

Assim, enquanto a produção mundial de alimentos estava em seu nível mais baixo em 1972, o ciclo industrial atingia seu ponto culminante. Inversamente, já em 1974/75, os preços agrícolas chegaram ao ponto mais alto, enquanto os produtos manufaturados estavam estagnados e os preços das matérias-primas desmoronavam. A queda acentuada dos preços agrícolas ocorreu em 1976, enquanto os preços das matérias-primas industriais estavam em alta (Ver Tabela XXX).

De fato, os preços dos produtos agrícolas no mercado mundial não são determinados pelos custos médios de produção, mas pelos custos de produção marginais, aqueles das terras menos férteis (ou dos investimentos agrícolas menos rentáveis) cuja produção encontra comprador. Esta é a verificação marcante da teoria de Marx da renda diferencial da terra<sup>71</sup>. Assim, uma redução da produção de cereais de menos 3% em 1974 (FAO, *op. cit.*, p.7) provocou uma alta dos preços de mais de 250%. Um crescimento de 6% a 7% da produção em 1976 gerou uma queda dos preços de pouco mais que 50%.

Essas flutuações relativamente pequenas da produção e significativas dos preços têm uma consequência extremamente grave: a fome que se alastrou em 1973/74 na Zona do Sahel, na África, e em zonas importantes da península indiana (sobretudo em Bangladesh e certas regiões da Índia e do Paquistão). Houve igualmente uma diminuição do nível de alimentação popular em certos países da América Latina.

70a. A concentração do comércio dos cereais é bem mais forte ainda. Em seu livro, *Merchants of Grain* (Penguin Books, 1980), Dan Morgan demonstra que cinco (!) trustes dominam este comércio no plano mundial.

71. Ver Marx, K. *O Capital*, t. III, Capítulo XXXIX.

TABELA XXX — Estoques e preços mundiais de alimentos

	1971- 1972	1972- 1973	1973- 1974	1974- 1975	1975- 1976	1976- 1977
Estoques mundiais de cereais (afora URSS e China) em milhões de t.	165	120	107	107	119	140
Preços de exportação (em \$ por tonelada)						
	Trigo	Arroz	Milho	Soja	Açúcar	(cents./1b)
Jan. 1972	60	131	51	125	7,90	
Jan. 1973	108	179	79	214	9,40	
Jun. 1973	106	205	102	470	9,38	
Jan. 1974	214	538	122	261	15,16	
Jun. 1974	154	596	117	228	23,51	
Jan. 1975	169	399	132	255	38,31	
Jun. 1975	126	346	118	207	13,65	
Jan. 1976	143	280	111	176	14,02	
Jun. 1976	147	242	122	230	12,99	
Out. 1976	113	270	106	236	8,03	

Fonte: FAO: The State of Food and Agriculture 1976. Roma, 1977, pp. 9-12.

No total, a produção local de alimentos por habitante em 1975 era inferior em 40% à média de 1961/65 na Guiné Equatorial, de quase 40% na Argélia, de 15% a 40% no Sahel, de 10% na Etiópia (1974), de 12% no Sri Lanka (1974 com relação à média de 1969/71), de 8% na Índia (1973) e de 15% no Camboja (FAO, *op.cit.*, pp. 13-5 e 154-5). Na América Latina, quedas graves aconteceram em Honduras (7% em 1974 com relação à média 1969-71) e no Panamá (12% em 1972/73 com relação à mesma média), assim como na Argentina com menos gravidade (3,5% em 1973 com relação à média 1969/71).

Essas médias têm, aliás, apenas um valor completamente relativo, já que ocultam as enormes diferenças de nível de nutrição entre as diversas camadas da população dos países ditos do Terceiro Mundo. Assim, Susan George relata que, no Nordeste do Brasil, as camadas mais pobres da população consomem apenas 1240 calorias/dia, enquanto os ricos se fartam com 4290 calorias/dia — cifra oculta pela “média” brasileira de 2620 calorias/dia. No Estado indiano de Maharashtra, a diferença se situa entre 940 calorias para os mais pobres — pergunta-se como eles continuam com vida com tal nível de nutrição! — e 3150 para os mais ricos<sup>72</sup>. O que esses números revelam em toda sua crueldade é que milhões de habitantes do Terceiro Mundo *viviam à beira da fome ou foram literalmente mortos de fome no início dos anos 70*.

Essa terrível ressurreição da fome em meio à abundância e da superprodução — ao mesmo tempo em que o potencial da produção

72. George, Susan. *How the Other Half Die*. Penguin Books, 1976, pp. 40-1.

mundial de adubos sintéticos e de máquinas agrícolas se encontra amplamente subempregado — não se explica somente pela “explosão demográfica”. De fato, durante os quinze anos que se passaram desde 1962, a produção mundial de cereais aumentou mais de 50%, bem superior à população do planeta. A taxa de crescimento demográfico mundial foi, em média, 1,9% ao ano, enquanto a produção de cereais cresceu, em média, 2,9% ao ano.

A fome de 1973/74 foi em grande parte pré-fabricada pela política deliberada de *sustentação de preços através de uma redução artificial das áreas plantadas e da produção*, ou seja, através da lógica infernal da economia de mercado. (Os que apontam como responsável o dirigismo agrícola dos governos dos países exportadores não percebem que estes últimos buscam simplesmente dar uma forma mais ordenada às tendências espontâneas do mercado, isto é, às flutuações da produção que decorrem das flutuações de preços e lucros, independentemente da alta constante da demanda física.)

Para diminuir os enormes excedentes acumulados nos quatro maiores países exportadores durante os anos 60, as superfícies cultivadas foram consideravelmente reduzidas. O governo canadense afirmou que poderia aumentar 50% a produção de alimentos no espaço de cinco anos. O governo dos Estados Unidos reduziu a superfície cultivada em 20 milhões de hectares. Ele pagou aos fazendeiros até 3 bilhões de dólares por ano de subsídios *para que eles não produzissem em uma parte de seus campos*. No total, a cultura foi suprimida em um terço das terras antes cultivadas nos quatro principais países exportadores, em 1968.

Ao contrário, após a fome de 1972/73, a produção cresceu 12% no espaço de um ano para o trigo e 25% para a soja, de acordo com estimativas do Ministério da Agricultura dos Estados Unidos<sup>73</sup>. De fato, todo o déficit dos países atingidos pela fome foi de 12 milhões de toneladas em 1972/73, enquanto apenas a redução da produção nos EUA em relação ao potencial foi de 20 milhões de toneladas de trigo e se elevaria a 40 milhões de toneladas de milho na América do Norte e na Austrália, na média de 1970/72 relativamente à de 1974/75, quando a superfície cultivada cresceu novamente.

No entanto o carrossel da fome continuou o seu giro infernal. O desmoronamento dos preços em 1976/77 levou o Ministério da Agricultura americano a decidir, em agosto de 1977, uma nova redução das superfícies cultivadas em cerca de 20% para as culturas de consumo humano e de 12% para as forrageiras (*Neue Zürcher Zeitung*, 17 de nov. 1977). Assim, *uma nova fome já estava preparada para os anos 80*.

Às flutuações violentas da produção dos países exportadores é necessário acrescentar, como causas principais da persistência da fome no mundo:

a) as conseqüências econômicas nos países semicoloniais da penetração progressiva no campo do capitalismo, que gera uma substituição crescente pelas culturas comerciais das culturas alimentares,

73. Udry, Charles-André. “Malthusianisme et famine”, in *Inprecor*, n. 16-17, 16 de jan. 1975.

\* Esta foi efetivamente detonada em 1984 (acrescentado em maio de 1985).

provocando uma queda das condições alimentares e do consumo em calorias para a população rural pobre. Mas o caso mais dramático é o de Mali, cuja produção de alimentos caiu de 60 000 toneladas em 1967 para 15 000 toneladas em 1975, em proveito do algodão e do amendoim, enquanto as divisas rendidas por estes produtos de exportação nem cobriram os custos de importação crescente de alimentos<sup>74</sup>. Ao mesmo tempo, as calorias médias consumidas pela população do Mali caiu em 1974 para 25% abaixo do nível dietético considerado necessário<sup>75</sup>.

b) as conseqüências de uma diferenciação social crescente no campo nos países ditos do Terceiro Mundo, provenientes ao mesmo tempo da penetração do capitalismo no campo e das estruturas da grande propriedade fundiária. Culturas comerciais não destinadas à alimentação da população rural já ocupavam 55% da superfície cultivada nas Filipinas e mais de 80% nas Ilhas Maurício<sup>76</sup>.

Na América Latina, 17% dos proprietários fundiários controlam 90% da terra cultivada. Na Ásia capitalista, 20% dos camponeses mais ricos possuem 60% das terras aráveis. Isso implica que 33% da população rural da América Latina têm apenas 1% das terras a sua disposição. Na Ásia, 75% da população rural têm acesso somente a 4% das terras. De fato, de acordo com o Banco Mundial, em 22 países subdesenvolvidos, *um terço da população ativa rural não possui terra alguma: trata-se, portanto, de trabalhadores agrícolas sem terras, incapazes de produzir a sua própria subsistência*<sup>77</sup>.

A chamada "revolução verde" agravou profundamente tal situação, em conseqüência da acentuada polarização social que ela provocou nos campos de uma série de nações do Terceiro Mundo — isso sem nem mesmo considerarmos os efeitos negativos que ela pode provocar no plano ecológico<sup>78</sup>. Quanto aos créditos crescentes que os organismos internacionais como o Banco Mundial colocaram à disposição da agricultura do Terceiro Mundo, Ernst Feder demonstrou que a maior parte beneficiou não aos pequenos ou médios agricultores, mas aos trustes imperialistas envolvidos no *agrobusiness*<sup>79</sup>.

c) finalmente, há as conseqüências das normas burguesas de distribuição, ou seja, de desigualdade social, que restringem o consumo de alimentos para as camadas pobres da população, *independentemente da disponibilidade física de produtos alimentares*. Mesmo nos países imperialistas, o crescimento do desemprego e a inflação persistente fizeram ressurgir a fome em uma proporção que não se conhecia há muitos anos. Nos Estados Unidos, fontes oficiais estimam que cerca de 10 milhões a 20 milhões de habitantes são cronicamente subalimentados. O destino dos aposentados que vivem de pensões mi-

74. George, Susan, *op. cit.*, pp. 38-9.

75. FAO. *The State of Food and Agriculture 1976*, pp. 117-8.

76. George, Susan, *op. cit.*, p. 39.

77. George, Susan, *op. cit.*, p. 35.

78. Alcantara, Cynthia Hewitt de. "The social and economic implications of large-scale introduction of new varieties of food grains in Mexico", UNRISD, Genebra, 1974 (mimeografado). Curiosamente, esse estudo marcante nunca foi publicado sob uma forma acessível a um público maior.

79. Feder, Ernst. "Capitalism's last-ditch effort to save underdeveloped agriculture. International Agrobusiness, the World Bank and the Rural Poor", in *Journal of Contemporary Asia*, v. 7, n. 1, 1977.

seráveis causa pena em países como Grã-Bretanha, França, Itália, Espanha. Na Andaluzia, não longe do paraíso turístico da Costa del Sol, famílias de 300 000 trabalhadores agrícolas em desemprego sazonal persistente devem se contentar durante uma boa parte do ano com uma refeição ordinária composta de pão seco e tomates.

Nos países do Terceiro Mundo, a situação é evidentemente pior. Além disso, algumas vezes trata-se mais de problemas de distribuição do que de problemas de disponibilidade. Assim, sobre a fome de 1974 em Bangladesh, Steve Raymer escreveu na revista americana *National Geographic*, de julho de 1975: "Apesar da perda de alimentos, havia cerca de 4 milhões de toneladas de arroz disponíveis em Bangladesh, de acordo com as estimativas correntes — o suficiente para alimentar toda a população durante um terço do ano. Mas a grande maioria da população, que tem uma subsistência ao nível da pobreza quando as coisas vão bem e que é agora ainda vítima de inundações, não tem condições de comprar o arroz/.../. Funcionários de serviços de assistência relatam que grandes quantidades de arroz foram levadas de forma fraudulenta para a Índia vizinha, onde o preço desse cereal é o dobro do que em Bangladesh. Os agiotas locais incentivaram os preços para além dos 50 cents a libra, enquanto a renda por habitante é de 70 dólares por ano/.../".

Nada ilustra melhor o caráter *capitalista* dessa famosa economia de mercado e suas conseqüências injustas e desumanas do que o espetáculo aflitivo de metade da humanidade passar fome não porque o mundo careça de produtos alimentares, mas porque a demanda *solúvel* não pode seguir a física. Apesar da abundância de valores de uso, os valores de troca são inacessíveis, e algumas vezes até destruídos, condenando milhões de seres humanos a uma existência *infra-humana*<sup>80</sup>. Cerca de um bilhão de homens e de mulheres tem uma existência "que não se ousa sequer qualificar de humana", escreve o presidente do Banco Mundial, McNamara (*Le Monde*, 5 de out. 1976). O Mercado Comum Europeu tinha também acumuladas 300 000 toneladas de manteiga, 400 000 toneladas de carne bovina, um milhão de toneladas de leite e milhões de litros de vinho não-comercializados, enquanto famílias pobres passaram tristes "festas de fim de ano" em 1977. Em 1973, 250 000 toneladas de maçãs haviam sido destruídas na CEE; em 1983/84, tal cifra mais do que dobrou. Aos que zombam levemente da "crise de subprodução permanente" dos países socialistas, é útil lembrar que a crise de superprodução, com todas as suas conseqüências desumanas, é inerente à economia capitalista de mercado.

80. O aspecto mais cruel da subalimentação das crianças de pequena idade é que a avitaminose e a carência de proteínas animais provocam uma inferioridade permanente e incurável na capacidade intelectual (ver especialmente *Le Cerveau et la Faim*, livro marcante do Dr. Elie Schneour, Paris, Stock, 1975).

CAPÍTULO XVIII

OS PAÍSES DITOS SOCIALISTAS E AS FLUTUAÇÕES DA  
CONJUNTURA ECONÔMICA INTERNACIONAL

A recessão generalizada da economia capitalista internacional em 1974/75 confirma a análise marxista do caráter não-capitalista da economia da URSS, da China, dos países chamados "de democracia popular", de Cuba, do Vietnã e da Coréia do Norte. Enquanto todos os países capitalistas industrializados, sem exceção alguma, foram envolvidos no turbilhão da recessão, não houve em nenhum Estado operário burocratizado nem recuo absoluto da produção, nem reaparição de demissões ou de desemprego massivo. Ao contrário, estes prosseguiram seu crescimento em 1974/75, até mesmo, em certas ocasiões, com uma taxa de crescimento superior à dos anos precedentes.

TABELA XXXI — Taxa de crescimento da produção industrial

Países	Média	1974	1975	1976
	1971/74			
	(%)	(%)	(%)	(%)
URSS	7,4	8,0	7,5	4,8
RDA	6,4	7,2	6,4	6,0
Checoslováquia	6,7	6,3	7,0	5,5
Polônia	10,7	11,4	12,3	10,7
Hungria	6,4	8,4	5,0	5,0
Iugoslávia	6,3	11,0	5,6	3,4

Fonte: Nações Unidas. Economic Survey of Europe in 1976, New York, Par I, 1977.

É suficiente comparar esta Tabela anterior à Tabela I (Capítulo II) para observarmos que os países de economia planificada têm um destino fundamentalmente diferente do dos países capitalistas. Dizer que a crise é mundial, e que todas as nações do mundo foram envolvidas por ela, e que todos os países de "capitalismo de Estado" também sucumbiram a ela como os do "capitalismo privado", é uma mentira absoluta ou um sofisma. A História confirmou uma vez mais que uma economia assentada na propriedade coletiva dos meios de produção, na planificação central e no monopólio público (estatal) do comércio exterior é qualitativamente superior à economia de mercado capitalista em sua capacidade de evitar as flagrantes flutuações conjunturais, as crises de superprodução e o desemprego, quaisquer que sejam os desperdícios e as desproporções monstruosas que o monopólio burocrático da gestão econômica e política introduziram nessas economias e qualquer que seja a distância que ainda as separa de uma economia verdadeiramente socialista.

\* Sobre as repercussões da recessão de 1980/82 nos Estados operários burocratizados, ver os Capítulos XXII e XXVIII.



É sobretudo na evolução totalmente discrepante dos investimentos durante 1975 que a diferença entre os dois sistemas econômicos aparece de modo particularmente surpreendente.

TABELA XXXII — Taxa de crescimento dos investimentos fixos em 1975 (com relação ao ano precedente — em %)

Estados Unidos	-9,7	Suíça	-20,4
RFA	-4,7	Austrália	-3,3
Japão	-8,4	URSS	+8,2
França	-5,8	RDA	+4,0
Grã-Bretanha	-0,5	Checoslováquia	+7,9
Itália	-12,7	Polônia	+14,0
Canadá	+1,6	Hungria	+12,0
Espanha	-3,4	Iugoslávia	+10,0
Bélgica	-3,2	Bulgária	+7,0
Holanda	-3,9	Romênia	+14,4
Suécia	-3,9		

Fonte: Nações Unidas. Supplément à l'Étude sur l'Économie Mondiale 1975. "Flutuações e desenvolvimento da economia mundial", New York, pp. 76 e 193, 1977.

Da mesma forma, a recessão generalizada de 1974/75 confirmou o caráter errôneo, utópico e pequeno-burguês da tese stalinista segundo a qual seria possível concluir a construção do socialismo em um único país e a URSS (e alguns outros países de economia não-capitalista) teria já chegado ao estágio de um "sistema socialista consolidado". Os Estados operários burocratizados se encontram em uma etapa de transição entre o capitalismo e o socialismo. Não conhecendo mais uma produção *generalizada* de mercadorias, são ainda caracterizados por uma produção *parcial*. Embora não mais sob o *domínio* da lei do valor, não podem se subtrair completamente dos seus *efeitos*. Isso significa especialmente que, do fato de sua imbricação com o mercado mundial, eles não conseguem evitar que fortes flutuações de preços e de demanda nesse mercado não repercutam sobre a sua própria produção interna. O caráter socialmente diferente das relações de produção que predominam nessas nações talvez evite que tal repercussão tome a forma de uma recessão da produção, do emprego e dos rendimentos, importada do meio capitalista, no entanto ela não é menos real, mesmo sendo parcial. *Importações D. I. de países imperialistas*

Nos anos que haviam precedido a recessão generalizada, os planejadores dos Estados operários burocratizados tinham se orientado para importações crescentes de tecnologias e equipamentos originários dos países imperialistas. Com origem nos seis principais países imperialistas (EUA, RFA, Japão, França, Grã-Bretanha e Itália), a importação total de máquinas e equipamentos passou de cerca de 600 milhões de dólares em 1968 para cerca de 1,5 bilhão em 1973. No conjunto das importações soviéticas de bens de produção, provenientes de Estados imperialistas (comparadas às de países do Comecon — Conselho de Assistência Econômica Mútua dos Países da Europa Ocidental), passaram de cerca de um terço para cerca de 50% entre 1971 e 1974. Embora o impacto do conjunto dessas importações

sobre a economia soviética continue mínimo — menos de 0,1% de máquinas utilizadas na URSS são de origem ocidental —, ele é importante em alguns ramos. Um terço da produção de cimento, açúcar refinado e cerveja parece ser produzido por equipamento importado (países do Comecon e imperialistas tomados em conjunto). Em certos ramos fundamentais para o crescimento futuro da economia soviética — equipamento de mineração e perfuração de petróleo; escavadoras e máquinas de construção de estradas; equipamento da indústria química etc — essas importações tornam-se cada vez mais importantes. *Experts* consultados pela OTAN — Organização do Tratado do Atlântico Norte — estimam em 15% da taxa de crescimento da economia soviética a participação devida à importação de máquinas e de tecnologia ocidentais (cuja contribuição representaria, portanto, em média, por volta de 1% do PNB soviético por ano)<sup>81</sup>.

Esse recurso crescente a importações de bens de produção ocidentais já havia levado a URSS (e, em proporção maior, vários outros países do Comecon) a igualmente importar a inflação que reinava na economia capitalista internacional. Os planejadores esperavam enxugar progressivamente os custos crescentes dessas importações tendo em vista as exportações também crescentes, realizadas com instalações recentemente importadas. De fato, às vésperas e sobretudo no início da recessão, governos e homens de negócios de países capitalistas manifestaram-se interessados em expandir o comércio Leste-Occidente no sentido de neutralizar parcialmente, através de um mercado de substituição, a retração da demanda no mercado interno geral de todos os Estados ocidentais. Tal foi, notadamente, o sentido da famosa *Ostpolitik* de Brandt-Schmidt na RFA e da política de *détente* Nixon-Kissinger. As exportações dos países imperialistas para os socialistas conheceram, de fato, uma expansão considerável em 1974/75, como demonstram as cifras da Tabela XXXIII.

Mas uma tendência ao enfraquecimento da taxa de crescimento das exportações imperialistas para os Estados operários burocratizados manifestou-se rapidamente. Sua participação no conjunto do comércio dos países imperialistas aumentou, é verdade. No entanto, continua muito modesta. No primeiro trimestre de 1976, esses países, inclusive a Iugoslávia, compraram apenas 5,5% das exportações da CEE, 6,6% das do Japão e 2,5% das dos Estados Unidos. Mas a participação dos fornecimentos imperialistas no conjunto das importações dos países do Comecon cresceu de 25% em 1970 para 33% em 1975.

A principal razão dessa assintonia no comércio Leste-Occidente reside no fato de os produtos industrializados dos Estados operários burocratizados não serem concorrenciais no mercado mundial, com algumas poucas exceções, seja em função de sua qualidade, seja em função de seus preços, seja ainda por uma combinação dos dois fatores. O que há, portanto, são mercados limitados para esses produtos nos países imperialistas. Quando tais exportações são feitas a um

81. Esses dados são tomados dos relatórios apresentados por vários economistas ocidentais no colóquio realizado em 1976 intitulado "Trocas de tecnologia Leste-Oeste", publicado sob o mesmo título pela direção dos negócios econômicos da OTAN (Bruxelas, 1976), especialmente o do prof. Podolski, da Universidade Politécnica de Portsmouth, do prof. Hanson, da Universidade de Birmingham, e do prof. Marshall I. Goldman, da Universidade de Harvard.

TABELA XXXIII - Exportações dos países imperialistas para os chamados países socialistas

Países	Crescimento em %		Valor Absoluto (em bilhões de dólares) 1975
	1974/75	1975/76	
RFA	48	16	7,1
Japão	101	19	4,7
França	34	64	2,9
Estados Unidos	-17	48	2,9
Itália	65	32	2,4
Grã-Bretanha	23	24	1,5
Suécia	49	43	1,2
Canadá	6	42	1,1
Bélgica	70	4	0,9
Holanda	39	17	0,9
Suíça	43	25	0,8
Média	42	28	Total 26,4

Fonte: Banque des Règlements Internationaux. 49<sup>o</sup>, Bâle, jun., 1976.

preço muito baixo — como para certos produtos têxteis e calçados —, trata-se ou de produtos de qualidade medíocre, ou que provocam contundentes acusações “de práticas de *dumping*” da parte dos capitalistas ocidentais afetados, o que gera freqüentemente respostas protecionistas. Porém, como os excedentes agrícolas exportáveis diminuem sem cessar em numerosas “democracias populares” e como algumas dentre elas já se tornaram importadoras líquidas de produtos agrícolas, só subsistem duas fontes de fornecimento possível de divisas necessárias a sua demanda crescente de bens de produção e tecnologia ocidentais: uma exportação crescente de matérias-primas assim como créditos incessantemente aumentados por parte dos próprios países imperialistas.

Esperanças acerca de uma expansão contínua do comércio Leste-Occidente incluem, portanto, projeções de um número cada vez maior de acordos de troca como: “matérias-primas dos países do Leste contra mercadorias ocidentais”; gás natural soviético contra tubos da RFA; petróleo chinês contra aço e máquinas do Japão, urânio soviético contra equipamentos franceses; veículos VW da Alemanha Ocidental contra querosene da RDA etc<sup>82</sup>. Mas a expansão de tais acordos encontra seu limite no fato de a URSS, que é o único grande fornecedor de matérias-primas do Comecon, sofrer tendencialmente de carência e encarecimento de matérias-primas<sup>83</sup>. No sentido de aumentar os rece-

82. A revista *The Oriental Economist* (out. 1976) descreve algumas das principais encomendas obtidas pelos trustes japoneses para a construção de fábricas no exterior, especialmente para a construção de duas fábricas de amoníaco na URSS, de um valor de 400 milhões de dólares. A saturação de numerosos mercados nos países imperialistas, aumenta, entretanto, as dificuldades para esse gênero de acordos-troca. *Business Week*, de 23 de jan. 1978, assinala uma reunião comum entre representantes do Comecon e das principais multinacionais envolvidas nos acordos-troca, no sentido de “regularizar” os mercados.

83. De acordo com *Blick durch die Wirtschaft* (de 22 de mai. 1975), os custos de produção do petróleo soviético extraído no Cáucaso e no Ural se eleva-

bimentos de suas preciosas divisas ocidentais, a burocracia soviética começa a racionar seus fornecimentos a preços reduzidos de produtos petrolíferos a seus parceiros do Comecon, sobretudo à RDA e à Checoslováquia, e a aumentar suas vendas a preço mais elevado no mercado mundial — obrigando os países-membros do Comecon a também comprar a preço elevado petróleo do Oriente Médio<sup>84</sup>.

Compreende-se, então, por que a participação das exportações de produtos imperialistas, que é financiada por créditos ocidentais, cresceu rapidamente. Há estimativas diferentes a respeito da dívida total que os países-membros do Comecon acumularam em relação aos imperialistas: essas variam de 32 bilhões de dólares em 1975 (e 35 bilhões no primeiro trimestre de 1976) (Chase Manhattan Bank) a 40 bilhões de dólares (Institut für Internationale Wirtschaftsvergleiche — Instituto para a Comparação Internacional de Sistemas Econômicos Diferentes —, de Viena) e até a 48 bilhões de dólares (*The Economist*, 26 de mar. 1977). Uma parte das diferenças resulta, sem dúvida, do fato de uns calcularem o conjunto dos créditos de forma bruta, enquanto outros acrescentam os encargos da dívida e outros ainda levam em conta depósitos — crescentes — que os bancos dos países chamados socialistas possuem nos imperialistas, ou seja, pressupõem uma dívida líquida. A Tabela XXXIV a seguir representa, sem dúvida, a aproximação mais correta da evolução da dívida dos países chamados socialistas diante dos imperialistas.

TABELA XXXIV — Evolução da dívida externa bruta dos países do Leste Europeu (1973/76) (em bilhões de dólares)

Países	1973	1974	1975	1976
Bulgária	1,5	1,7	2,4	2,8
Checoslováquia	0,9	1,1	1,5	2,1
RDA	2,8	3,6	4,9	6,0
Hungria	2,0	2,3	3,2	3,3
Polônia	2,0	4,9	7,8	10,8
Romênia	2,1	2,4	2,8	2,8
URSS	4,0	5,9	11,4	16,0
Instituições do Comecon	1,8	2,1	2,8	3,5
Total	17,6	24,0	36,8	47,3
Haveres junto aos bancos ocidentais	3,7	5,1	6,3	7,6

Fontes: Chase Manhattan Bank des Règlements Internationaux; *Business Week*, 7 de mar. 1977.

riam a cerca de 3,66 dólares a tonelada (contra 0,5 dólar no Irã, 0,75 dólar na Arábia Saudita e 1 dólar na Líbia). Pelo contrário, na Sibéria, onde se encontram 80% das reservas soviéticas de petróleo, eles se elevariam para até 9 dólares a tonelada. Em 1971, a URSS exportou ainda 20% de sua produção petrolífera. Tendo em vista as necessidades crescentes da economia e a motorização crescente da população, esta porcentagem será forçada a diminuir fortemente nos próximos anos.

84. A URSS aumentou o preço do petróleo demandado por seus parceiros do Comecon após 1975. Mas este preço continua inferior ao do mercado mundial porque é calculado cada ano sobre a base da média dos preços em curso no mercado durante os cinco anos precedentes. Ele se situaria atualmente em duas vezes o nível de antes de outubro de 1973 (contra mais de quatro vezes este nível para os países capitalistas). (*Neue Zürcher Zeitung*, 24 de out. 1977.)

Tabela XXXV — Endividamento e exportações dos países do Comecon, em 31 de dezembro de 1976 (em bilhões de dólares)

Países	Dívida externa líquida	Exportações para os países da OCDE	Dívida das exportações
Bulgária	2,4	0,5	480
Checoslováquia	1,7	1,6	106
RDA	5,4	2,7	200
Polônia	10,2	3,2	319
Romênia	2,5	2,2	114
Hungria	2,4	1,6	150
URSS	12,3	10,5	117
Total para todo Comecon	40,6	22,2 (Total para 7 países)	183

Fontes: Chase Manhattan Bank; Banque des Règlements Internationaux; OCDE; Foreign Trade Statistics; Business Week, 7 de mar. 1977; a Neue Zürcher Zeitung, de 11 de nov. 1977, menciona uma dívida externa líquida de 42 bilhões de dólares no final do primeiro semestre de 1977 — ela crescerá para 48 bilhões no término de 1977.

Em geral, o sistema bancário — e os governos — das nações imperialistas não ficam suficientemente assustados com esse crescimento do endividamento dos países do Leste. Estes são considerados devedores sólidos, sobretudo a URSS, em função de seu importante estoque de ouro. Contudo, o encargo crescente da dívida se elevaria já em 1976/77 a mais de 25% das entradas anuais de divisas fortes da União Soviética, da Polônia e da RDA (Banco de Bruxelas/Lambert, *Bulletin Financier*, 9 de dez. 1977) e a 20% em média para o conjunto dos países do Comecon (*Neue Zürcher Zeitung*, 4 de set. 1976). Que a relação entre suas exportações para os países imperialistas e seu endividamento global começava a se deteriorar rapidamente — sobretudo no caso da Bulgária e da Polônia —, eis o que sobressai dessas cifras.

Embora a Coréia do Norte tenha sido obrigada a pedir moratória e cessar seus pagamentos<sup>85</sup>, pode-se estimar que o crescimento posterior da dívida “socialista” diante dos imperialistas suscitou mais inquietude no Leste Europeu do que no Ocidente. O Instituto de Viena, mencionado anteriormente, projetou serenamente uma dívida de 95 bilhões de dólares em 1980 se a tendência então atual prosseguisse, ou mesmo de 115 bilhões de dólares, se se levar em conta o serviço da dívida (Banco de Bruxelas/Lambert, *ibidem*).

Mas os governos dos Estados operários burocratizados não têm o

85. A Coréia do Norte devia cerca de 1,8 bilhão de dólares a fornecedores imperialistas, à URSS e à China, em consequência de compras consideráveis no curso do período 1972/75. Títulos de cerca de 300 milhões de dólares teriam sido protestados. Bancos e sociedades comerciais japonesas, aos quais a Coréia do Norte deve 120 milhões de dólares — dívida cujo vencimento teria vencido após muito tempo —, reivindicaram do ministério japonês do Comércio Exterior que o governo da Coréia do Norte fosse declarado oficialmente falido (*Far Eastern Economic Review*, 5 de nov. 1976).

*Importação de bens de produção pela economia do leste foi enclausurado de*  
*JUSTIÇA. Agradar a Regulação*

A CRISE DO CAPITAL 125

mesmo entendimento. Orientam-se para uma diminuição da taxa de crescimento de suas importações ocidentais. A taxa de crescimento do comércio Leste-Ocidente de fato caiu de 49% em 1973 para 43% em 1974, 12% em 1975 e somente 2,3% em 1976. Durante os nove primeiros meses de 1977, as compras da URSS nos países imperialistas diminuíram, na verdade, 8,5%. Em 1976, Bulgária, Polônia e Hungria já haviam reduzido suas importações.

Tal inquietação se fundamenta, sem dúvida, em duas considerações. Em primeiro lugar, o temor de que as potências imperialistas procurem explorar esse endividamento crescente — e o encargo corrente, também crescente, da dívida — para fins de pressão política. Que esse temor não é totalmente sem fundamento é o que se deduz claramente da declaração de um antigo assessor de Kissinger, Sonnenfeld, em um seminário da OTAN consagrado precisamente a esse tema: “Considerando que é o Leste Europeu que procura entrar, ou reentrar, no sistema econômico internacional (beneficiando-se dos seus créditos), ele deve, em geral, aceitar disciplinas, padrões e práticas de tal sistema, mesmo que para isso necessite de algumas mudanças internas (!)”. (*Nouvelles Atlantiques*, 25 de mai. 1977). Anteriormente, o professor Peter Wiles havia pleiteado, diante de um colóquio da OTAN, a manutenção ou o restabelecimento de um embargo da exportação de tecnologia ocidental de ponta para os países do Leste Europeu, com fins evidentes de pressão (“Échanges de Technologie Est-Ouest”, *op. cit.*, pp. 35-6) Em segundo lugar, porque um endividamento excessivo — e uma dependência massiva de importações provenientes dos países imperialistas e de vendas nos mercados ocidentais — introduz um elemento desestabilizador na planificação e é dificilmente assimilável pelo sistema de planificação burocratizada, tal como funciona nos países ditos socialistas.

Isso não impede, evidentemente, que a burocracia dominante desses países se esforce sobremaneira em obter “divisas fortes” enquanto a dívida para com o Ocidente é o que é. Entre seus intentos nesse sentido há certas práticas que irritam a classe operária, como lojas onde se podem obter todos os produtos ocidentais, mercadorias “nacionais” raras (inclusive veículos) sem filas ou listas de espera — no entanto em troca de divisas estrangeiras “fortes” (*The Economist*, 7 de jan. 1978). Foi sobretudo na RDA, na Polônia e na Checoslováquia que tais lojas se difundiram. Na Romênia, o regime oferece aos operários que trabalham para a exportação prêmios em divisas estrangeiras e, em 1973, foram introduzidas facilidades para a criação de empresas mistas com participação ocidental (especialmente com uma empresa eletrônica americana); em 1974 o mesmo ocorreu na Hungria (com destaque para a Volvo e a Siemens), na Bulgária, e em 1976 na Polônia (especialmente com a General Motors), embora sua amplitude global continue bastante modesta.

Mais paradoxal ainda, no momento exato em que a convertibilidade do dólar em ouro foi suprimida, foi o dólar começar a ser utilizado como “equivalente geral” e “meio de pagamento” para acertar os déficits comerciais entre os países-membros do Comecon. Após 1975, cerca de 9% das trocas comerciais entre as nações do Comecon foram acertadas em dólares, sendo introduzida uma regra segundo a qual, se um país-membro ultrapassar o “máximo planificado” de sua dívida comercial, 10% desse excesso deverá ser acertado em “divisas fortes” (Lavi-

*Dividido em 10 x 10*

gne, Marie. *Le Monde Diplomatique*, set. 1976)<sup>86</sup>.

De uma maneira mais geral, os Estados operários burocratizados sofrem um sério enfraquecimento de seu crescimento econômico devido a causas intrínsecas do não-funcionamento da gestão burocrática. Examinaremos mais detalhadamente tal fenômeno tendo em vista o caso mais extremo, o da Polônia (ver Capítulo XIX). No entanto, é importante salientar que esse fenômeno se aplica à maior parte dos países chamados socialistas, sobretudo à própria URSS (ver Tabela XXXVI).

Tabela XXXVI — Renda nacional da URSS  
(taxa de crescimento anual a preços correntes)

	Taxa de crescimento anual (em %)	Taxa de crescimento anual médio por período quinquenal
1951	12,0	
1952	11,0	
1953	9,0	1951/55: 11,2%
1954	12,0	
1955	12,0	
1956	11,0	
1957	7,0	
1958	12,0	1956/60: 9,2%
1959	8,0	
1960	8,0	
1961	7,0	
1962	6,0	
1963	4,0	1961/65: 6,6%
1964	9,0	
1965	7,0	
1966	8,0	
1967	8,3	
1968	8,5	1966/70: 7,75%
1969	4,7	
1970	9,0	
1971	6,0	
1972	3,8	
1973	9,1	1971/75: 5,75%
1974	5,0	
1975	4,5	
1976	5,4	
1977	4,0	
1978	4,5	1976/80: 4,75%
1979	4,9	
1980	4,8	
		1981/85: 3,4% (previsão do plano quinquenal) realização provável: menos de 3%*

\* Nossos próprios cálculos.

Fontes: *Estatísticas soviéticas oficiais citadas em Bastida, Benjamin S. La Nouvelle Réforme Economique en URSS, 1979, Imprecor, n. 67-8, 17 de jan. 1980.*

86. Um exemplo tragicômico desta sede de divisas ocidentais que anima a burocracia soviética foi a tentativa do Moscou Narodni Bank de se engajar na expansão especulativa dos créditos concedidos a empresas privadas do Sudeste Asiático. Após ter conquistado em Cingapura uma posição importante no financiamento das exportações e do transporte marítimo de borracha, ele queimou os dedos em 1975 quando da mudança da conjuntura internacional

Os Estados operários burocratizados, no essencial, com exceção da Polônia, superaram conjunturalmente, quanto à produção corrente em 1984, os efeitos acumulados de suas próprias contradições internas e as repercussões em suas economias da crise econômica internacional capitalista. A sua produção industrial teve uma taxa de crescimento maior em 1984, que provavelmente se manterá em 1985 (ver Tabela XXXVI a). O grau de integração na economia capitalista internacional determinou a amplitude das flutuações que elas sofreram durante o ciclo 1975/82. Essas foram, portanto, mais contudentes na Polônia, na Iugoslávia, na Hungria, na Romênia e na Checoslováquia. A retomada foi acompanhada de uma redução dos empréstimos provenientes dos países capitalistas e de um alívio, às vezes bastante limitado, do peso da dívida externa, assim como de uma reorientação do comércio exterior, aumentando a participação das trocas entre Estados operários no seu conjunto.

TABELA XXXVIa — Produção industrial  
(variações anuais em %)

Países	1980	1981	1982	1983	1984
URSS	+3,6	+3,4	+2,9	+4,0	+4,4*
RDA	+4,7	+4,7	+3,2	+4,1	+4,4
Checoslováquia	+3,5	+2,1	+1,1	+2,7	+2,6
Polônia	0	-10,8	-2,1	+6,7	+3,4**
Hungria	-2,8	+2,0	+2,5	-1,0	+1,5
Romênia	+6,5	+2,9	+1,1	+4,8	+7,0
Bulgária	+4,2	+4,8	+4,6	+4,6	+3,8

Essas cifras não incluem as relativas à construção civil, que sofreram quedas substanciais em 1981 e 1982 na Polônia, na Hungria e na Checoslováquia.

\* Cifra oficial contestada pelos experts ocidentais, que a situam em 3,5%.

\*\* Ou seja, um nível ainda inferior ao de 1980.

Entretanto, nos Estados operários burocratizados igualmente a retomada foi modesta e a produção, em marcha lenta, não reencontrou a média dos anos 60 e 70, sem falar da média dos anos 50. Esse enfraquecimento do crescimento a longo prazo não se deveu essencialmente à longa depressão da economia capitalista. É o resultado das contradições internas da economia dos Estados operários burocratizados, sobre os quais não nos estenderemos nesta obra. Dentre tais contradições, é necessário destacar a crescente resistência da classe operária, o que se manifestou especialmente:

— pelo crescimento contínuo da massa de investimentos “congelados” e não concluídos e, o que decorre daí, pela redução da relação entre a produção adicional e os investimentos novos;

— pela incapacidade de realizar uma reforma coerente do sistema de planificação hipercentralizado sem estimular, ao mesmo tempo, o setor “paralelo” da economia, pela corrupção etc;

— havia concedido um enorme crédito à Imperial Securities International e ao grupo Mosbert de Hong Kong, que foi obrigado a suspender seus pagamentos em setembro de 1976. Em suma, uma vítima “socialista” da recessão capitalista (*Le Monde*, 5 e 6 de dez. 1976).

— pelo atraso persistente na aplicação da tecnologia micro-eletrônica e informática;

— pela crise persistente da produção cerealista, que resultou em uma dependência permanente em relação à importação de cereais de países imperialistas. A colheita de cereais em 1984 na URSS situou-se em torno de 170 milhões de toneladas contra 190 milhões de toneladas no ano precedente. O déficit de cereais se elevou, portanto, a 50 milhões de toneladas para o ano seguinte.

Assim, após o comunicado oficial do Gosplan — a taxa de crescimento do produto social bruto da URSS passou de 3,1% em 1983 para 2,6% em 1984, essencialmente em função da estagnação da produção agrícola, para a qual, entretanto, havia-se previsto um crescimento de 7,6%, e da diminuição da produção petrolífera, que caiu ao nível de 1982.

## CAPÍTULO XIX

### AS RAÍZES DA CRISE ECONÔMICA POLONESA

A crise econômica que atormenta a Polônia é a mais grave que uma sociedade pós-capitalista, um tanto quanto estabilizada, já conheceu. Durante três anos consecutivos, a produção material caiu 2% em 1979, 4% em 1980 e não menos do que 14% em 1981. As fontes oficiais indicam as seguintes quedas para 1981: produção industrial líquida, 19%; produção material da indústria nacionalizada, 12,6%; exportações, 14,6%; renda nacional, 13%.

Não se trata certamente de uma crise capitalista de superprodução de mercadorias, que seria caracterizada por uma plethora de capitais não-investidos e de mercadorias não-vendáveis, produzindo desemprego massivo e queda de lucros. Trata-se, antes, de uma crise de subprodução de valores de uso, levando à escassez de mercadorias de todo o tipo e desorganizando progressivamente toda a máquina produtiva, mesmo a população tendo rendimentos relativamente abundantes. Mas isso é apenas uma descrição sintética da crise, não uma explicação.

Quais as raízes econômicas dessa crise? Quais os laços existentes entre suas raízes e a estrutura particular da sociedade pós-capitalista “congelada” pela ditadura da burocracia na sua transição para o socialismo? Em que medida uma crise semelhante poderia ser evitada sob um regime de democracia socialista, de autogestão operária planejada, mesmo se a demora da vitória da revolução socialista nos principais países imperialistas mantiver a pressão do mercado mundial sobre um tal regime?

As respostas a tais questões são tanto mais importantes se se considerar que os sinais de uma crise análoga — ainda que mais limitados — se manifestam já na Romênia, na Hungria, ou mesmo até na Checoslováquia e na URSS. Uma crise de proporções semelhantes à da Polônia não se produzirá nessas nações, sem dúvida. Mas diminuições pronunciadas do crescimento já se manifestaram; uma quase-estagnação durante um ou vários anos é perfeitamente possível.

A raiz imediata dessa crise reside no “curso novo” da economia polonesa, encetado desde a chegada ao poder de Edward Gierek, a partir de 1970. Sob o choque das greves operárias nos portos do Báltico em 1970, a nova direção da burocracia polonesa — com o apoio do Kremlin — procurou um *consenso social* com a maioria da população urbana, bem como com uma camada (sobretudo rica) do campesinato, sobre a base da modernização acelerada da sociedade polonesa e da sua adaptação ao modelo de consumo e de vida ocidentais. Isso implicava uma verdadeira “explosão” dos investimentos produtivos destinados a criar uma “segunda indústria polonesa”, ou até mesmo uma “segunda Polônia”.

O apelo massivo aos créditos capitalistas deveria permitir o financiamento desse esforço gigantesco, sem rebaixar o nível de vida da população trabalhadora, o que seria, além disso, irrealizável levando-se em conta as novas relações de força sociais resultantes das greves de 1970. A lógica interna do projeto de Edward Gierek era a seguinte:

— estimular a economia, recorrendo às importações de bens de consumo ou de produtos intermediários ocidentais, e fazê-la desenvolver-se duravelmente graças ao desenvolvimento de grandes empresas novas (de automóveis, de matérias plásticas, eletromecânica, de adubos químicos, petroquímica, de alumínio, siderúrgica ultramoderna etc);

— importar do Ocidente a tecnologia, o equipamento e, se necessário, os produtos intermediários e as peças de substituição para essas indústrias;

— alimentar de forma durável e mais ampla o mercado interno graças às novas indústrias, o que supunha estimular o esforço dos operários e a produção dos camponeses, assegurando assim a “paz social”;

— reembolsar mais cedo ou mais tarde a dívida externa provocada por tal política, baseando-se em um fluxo crescente de exportações originárias tanto da agricultura (e das indústrias agroalimentares) como das novas indústrias, de produtos comercializáveis no mercado mundial.

O projeto em si não era louco, como alguns pretendiam caracterizá-lo (é significativo que os que o condenaram como tal mais tarde lhe concederam um generoso aval de *experts*, tanto dentro do Comecon e da tecnocracia de Varsóvia como entre os banqueiros ocidentais). Entretanto, ele continha inúmeros perigos: tendia a acentuar todos os desequilíbrios e todas as desproporções inerentes à planificação e à gestão burocráticas.

Sobretudo acentuava ameaçadoramente os desequilíbrios fundamentais da economia polonesa, nacionalizada desde o início dos anos 50: o desequilíbrio entre os investimentos econômicos e os sociais, cujo impacto sobre a produtividade social do trabalho foi grave e sistematicamente subestimado por todos os economistas de origem stalinista<sup>87</sup>; o desequilíbrio entre a indústria pesada e a leve; o desequilíbrio entre a indústria e a agricultura; o desequilíbrio entre a produção e a distribuição (o subdesenvolvimento dos serviços e da rede de distribuição era apenas um dos aspectos da negligência sistemática dos investimentos sociais) etc.

Mas, como o conjunto da economia é marcado pelo selo dos inte-

87. Em nosso *Traité d'Économie Marxiste* (Paris, Julliard, 1962, Capítulo XV), chamamos a atenção para o erro teórico subjacente à pretensão “lei do desenvolvimento prioritário da indústria pesada na construção do socialismo”. Esse erro implica especialmente a eliminação da análise econômica dos fundos de consumo improdutivo, assim como o desconhecimento da incidência do consumo dos produtores sobre o rendimento dos investimentos. De nosso ponto de vista, os serviços sociais considerados como indispensáveis para os produtores deveriam ser classificados na mesma categoria de “consumo produtivo”. Não conhecemos nenhum economista “oficial” de um país do Leste — sem falar dos economistas que fazem a apologia da burocracia no Ocidente — que tenha conseguido refutar esta argumentação.

resses materiais dos burocratas enquanto única força motriz para a realização do planejamento e de todos os projetos econômicos — inclusive o Projeto Gierek —, a ausência de democracia socialista, quer dizer, a ausência do controle social sobre a vida econômica, imprimiu uma tendência a agravar consideravelmente tais desproporções pela aparição de *desproporções setoriais*, o que significou — claramente — a desintegração parcial da planificação.

Cada “clã” de burocratas — trata-se sobretudo de “clãs” regionais e setoriais (cujo exemplo típico foi o do carvão e aço da Silésia) — procurou desenvolver “sua” empresa modelo, “seu” pólo de desenvolvimento, criando, assim, inúmeros novos empregos de “quadros” bem remunerados, muitas novas prebendas, fontes de prestígio, de privilégios e de poder, sem levar em conta o impacto dessas iniciativas sobre a economia em seu conjunto.

Os laços estreitos entre essa “segunda indústria polonesa” e os créditos ocidentais foram também uma fonte de corrupção evidente. O acesso relativamente fácil aos créditos externos acentuou a tendência de importar, de preferência a produzir no país<sup>88</sup>. As gorjetas das firmas ocidentais foram uma arma de persuasão preciosa para empurrar os burocratas poloneses para um caminho que eles já estavam, de qualquer maneira, inclinados a percorrer. Todo um mercado paralelo de bens de consumo pagáveis em ouro ou em dólar se desenvolveu na Polónia<sup>89</sup>. Os que estavam envolvidos nos circuitos financeiros e comerciais com o Ocidente tinham mais facilmente acesso ao ouro e aos dólares. “O interesse material” (que apenas os “igualitaristas pequenoburgueses” supostamente questionavam como sendo um “princípio comunista”) desviou, desse modo, até o fluxo e o próprio conteúdo dos investimentos produtivos...

A reforma econômica de 1972 acentuou as rivalidades e a autonomia relativa dos diferentes “clãs” burocráticos, permitindo um primeiro movimento de “descentralização” pronunciada. Quando as WOG (grandes organizações econômicas setoriais) foram constituídas com a finalidade de corrigir o excesso de autonomia das empresas, os

88. De acordo com Josef Kuzmirek (“Ce que je savais”, *Krytyka* n. 3, inverno de 1979/80, citado no artigo de Cyril Smuga publicado no número 1, de outubro de 1981, de *Inprekor* em polonês, artigo que contém especialmente uma crítica da reforma tecnocrática da economia preparada pela burocracia), essas iniciativas esparsas conduziram à compra simultânea de onze marcas estrangeiras de caminhões para a empresa de transporte internacional PEKAES e para os vários outros serviços de transporte pesado, o que produziu um desperdício de divisas e imobilizações freqüentes, em função da falta de peças de reposição.

89. A posse de divisas estrangeiras foi legalizada em 1976. O direito de possuir contas em divisas estrangeiras no banco PKO e no Bank Handlowy foi estabelecido. A partir de 1977/78, houve um desenvolvimento massivo de uma rede de lojas PEMEX que vendem mercadorias em divisas estrangeiras (lojas chamadas “de exportações internas”). Uma verdadeira rede comercial como vasos comunicantes, paralela, se desenvolveu. Camponeses vendiam carne em dólares e compravam com esses mesmos dólares produtos industriais nas lojas PEMEX, alimentadas por uma fração crescente da produção industrial polonesa, assim como por importações.

O banco do Estado polonês dividiu peças de ouro e as colocou para venda privada ao menos duas vezes, em 1976 e em julho de 1980, ao preço de 3000 zlotis por peça de 8 gramas, isto é, abaixo do preço do mercado de ouro (*Kurier Polski*, 1º fev. de 1981).



clãs industriais regionais burocráticos foram reforçados ainda mais, em razão da maior autonomia das WOG com relação aos ministérios.

Finalmente, a doença do gigantismo, herdada de Stálin, colaborou para que a economia polonesa se inclinasse para uma desproporção generalizada. Uma aciaria enorme com a de Huta Katowice não dispunha de base energética suficiente. A usina de tratores de Ursus deveria importar as peças de substituição do Ocidente, as quais custavam mais caro do que o próprio produto final, ao mesmo tempo em que havia esquecido de planificar a importação, aliás pagáveis com o carvão não-produzido e, portanto, não-exportável etc.

As desproporções se agravaram ano a ano, mesmo de semestre em semestre; atrasos maiores em relação aos prazos previstos para a entrada em produção normal de empresas cuja construção fora iniciada; daí, encargos cada vez mais pesados — despesas fixas e extraordinárias não-pagas por uma produção suplementar — sobre a economia; queda perigosa da taxa de utilização da capacidade produtiva existente em função da falta de alguns valores de uso necessários a essa utilização (a taxa de utilização atual da indústria é avaliada em 75%); tal era o caminho certo para o abismo, no qual a economia deveria soçobrar cedo ou tarde.

Tudo isso foi denunciado pelos economistas poloneses competentes, antes mesmo das greves do verão de 1980<sup>90</sup>. Tudo isso foi denunciado pelos próprios grevistas. Longe de ter causado a crise, as greves foram um meio espontâneo dos trabalhadores para deter este curso antes que fosse muito tarde. Afirmar o contrário — como o fez a burocracia soviética, seus agentes e seus defensores, bem como os habituais adversários das greves no Ocidente — é mentir de forma grosseira. O conjunto das greves fez com que a economia polonesa perdesse apenas o equivalente a três ou quatro dias de produção global desde o verão de 1980, ou seja, menos do que os cortes de eletricidade provocados pela imprevisão e pela fraude burocráticas, e sem comparação com a queda da produção global, que corresponde a uns sessenta dias de trabalho para os poloneses ativos em 1980/81.

As conseqüências catastróficas do Projeto Gierek foram multiplicadas pelo impacto da crise da economia capitalista internacional sobre a economia polonesa. Mais precisamente isso pode ser explicado da seguinte maneira: o projeto de Gierek — assim como o Programa Comum da União da Esquerda na França —, como todas as previsões “teóricas” da burocracia stalinista do início dos anos 70, partia da hipótese de que não haveria crise (ou pelo menos uma crise grave) na economia capitalista internacional; que esta avançaria, em linhas gerais, a uma velocidade de crescimento comparável à dos anos 60. Essa suposição tinha duas implicações que se confirmariam desastrosas para o projeto de Gierek:

— acreditava-se que haveria no Ocidente um mercado para as mercadorias polonesas de qualidade média (iguais aos automóveis Fiat-

90. Ver especialmente as declarações já célebres do círculo DiP (“Experiência e futuro”) de maio de 1979 e maio de 1980; o artigo de Rakowski citado em *Polityka* de 5 de julho de 1980 e o artigo de Josef Kuzmieriek citado na nota 88.

*A necessidade de exportação de máquinas, por parte do Ocidente, e a superprodução que, atualmente a produção*

Polski), que cresceria no mesmo ritmo do que o da venda dessas mercadorias específicas durante os anos 60. Mas há apenas um setor da indústria polonesa que teve êxito em um domínio tecnológico de ponta: o dos estaleiros. Em todos os outros setores, em função da crise, as exportações cresceram muito mais lentamente do que o previsto. Por causa disso, a balança comercial e o balanço de pagamentos com o Ocidente se deterioraram continuamente. O país se endividou cada vez mais somente para saldar suas dívidas. Apenas o serviço anual da dívida externa passou de 15% das exportações em 1972 para 173% em 1981;

— acreditava-se que os termos de troca permaneceriam em geral como em 1970. No entanto o encarecimento súbito do petróleo e de outras fontes de energia a partir de 1972, assim como a alta dos preços de certos bens intermediários, agravou estruturalmente o déficit da balança comercial, uma vez que a “segunda indústria polonesa” dependia fundamentalmente de um fluxo crescente dessas importações.

A primeira reação da burocracia consistiu em desviar uma fração majoritária da produção nacional (sobretudo de carvão e de carne) para a exportação, a fim de enxugar o déficit crescente da balança comercial, e a segunda foi a de recorrer aos créditos externos suplementares, no sentido de minimizar o peso da dívida sobre a produção e sobre os rendimentos correntes; enfim, foi empurrada a práticas que levavam a sacrificar o essencial da produção corrente<sup>91</sup>. Mas os dois remédios se revelaram rapidamente piores do que a doença.

A redução do aprovisionamento de carvão das centrais elétricas e das famílias operárias e camponesas durante o inverno de 1979/80 começou ao mesmo tempo a baixar a produção corrente industrial e agrícola. O endividamento externo aumentou vertiginosamente o peso do serviço da dívida, que terminou por absorver quase todas as divisas resultantes das exportações correntes.

Para precisar o sentido desta análise, é necessário insistir no fato de que a crise econômica capitalista não causou a crise polonesa; a economia da Polônia poderia continuar a crescer enquanto a produção diminuía no Ocidente (este, aliás, foi o caso no período 1974/75). Na medida em que não é regida pela lei do valor, ela poderia escapar às crises de superprodução e conhecer um volume de investimentos e crescimento anuais mais ou menos estável. Na medida em que não é preservada da influência da lei do valor (transmitida tanto pelo comércio com os países capitalistas como pela troca com o setor privado da Polônia), ela não poderia evidentemente escapar a alguns dos efeitos negativos da crise do capitalismo, como, por exemplo, a queda das exportações em relação às previsões. Mas esses efeitos não ganhariam a amplitude catastrófica com a qual se manifestaram na Polônia se não houvesse uma política econômica equivocada, excessivamente dependente do comércio com os países capita-

91. Dois exemplos desta perda de substância: o crescimento da produção carbonífera à custa dos trabalhos de manutenção sistematicamente denunciados pelos mineiros no curso das greves do verão de 1980; a venda de navios à URSS em rublos, enquanto a produção desses exigem grandes importações pagas em divisas ocidentais.

Aqui a lenda de minoria garante o precedente.  
 de valores que a quantidade do III não compensa  
 poderia sustentar em harmonia de todo o crescimento da  
 listas, e a imbricação desses fatores com as conseqüências gerais e  
 estruturais da gestão burocrática.

Durante a "era Gierek" (1970/80), uma fraqueza estrutural da economia polonesa, herdada da "era Gomulka" (1956/70), começou a repercutir de maneira crescentemente grave sobre a amplitude das desproporções e como fonte, de início potencial e depois real, de uma crise de subprodução: a persistência na Polônia do mais vasto setor de agricultura privada de todas as sociedades pós-capitalistas, incluindo a Iugoslávia, significando que 80% das terras polonesas estavam nas mãos dos camponeses privados desde a época da "contra-reforma" de Wladislaw Gomulka, em 1956.

Em si mesma, essa "contra-reforma" era inevitável, na medida em que a coletivização da agricultura fora efetuada sem o apoio manifesto dos camponeses durante a "era Bierut"<sup>92</sup>. A tradição marxista — desde Friedrich Engels em seus artigos de 1894 sobre o campesinato francês e italiano até as teses da oposição de esquerda soviética — se posiciona contrária a toda coletivização massiva da agricultura sem uma adesão consciente dos camponeses. Quanto à coletivização forçada da agricultura conduzida por Stálin — a ferro e sangue —, em 1930/33, ela provocou um desastre econômico, social, político e moral de tal amplitude que as conseqüências não foram ainda superadas na URSS meio século mais tarde. Comparada à catástrofe soviética, até a crise econômica polonesa afigura-se como um "mal menor".

Não há, entretanto, nenhuma necessidade de se optar por um desses dois males, o "grande" desastre ou a catástrofe limitada no tempo. Trata-se de compreender a dinâmica das contradições econômicas e sociais subjacentes ao problema da interconexão da taxa de crescimento da indústria nacionalizada, do nível de vida dos operários, dos camponeses, da dinâmica de crescimento da agricultura cooperativa e coletiva e da dinâmica de crescimento da agricultura privada. Essas cinco variáveis fazem parte de um sistema de equações que têm uma solução, sob a condição de se entender que as contradições são contradições reais, que é necessário procurar resolvê-las, e não ocultá-las com a preocupação de acomodação, ou "segurismo", e de triunfalismo políticos.

No entanto, longe de se engajar em uma política de solução gradual de todas essas contradições, as opções de Edward Gierek e suas conseqüências terminaram por agravá-las consideravelmente.

A política agrícola da "era Gierek" foi caracterizada pela combinação de uma coletivização dissimulada e de um "giro para o Kulak".

Coletivização dissimulada: não houve um ataque aberto ao setor privado, mas manobras para levar os camponeses idosos (a maioria absoluta) a ceder suas terras sob a promessa de aposentadorias, o que frustrou, entretanto, os interessados, na medida em que elas continuaram abaixo do mínimo vital.

"Giro para o Kulak": camponeses abastados foram encorajados a

92. Pode-se periodizar a história da "Polônia Popular" em quatro grandes períodos, de acordo com os chefes do partido dominante: a "era Bierut", que vai de 1949 a 1956; a "era Gomulka", que vai de novembro de 1956 a 1970; a "era Gierek", que se estende pelo decênio 1970/80 e a era pós-Gierek, que começa com as greves do verão de 1980.

fazer acordos de especialização com as empresas agroalimentares, os quais lhes garantiriam lucros elevados. De acordo com a *Trybuna Ludu*, de 19 de novembro de 1981, de 60000 a 70000 camponeses ricos obtiveram uma cifra em negócios de 1 milhão de zlotis ou mais por mês (1 zloti valia 0,14 francos em 1981). Além disso, após o golpe de força do general Jaruzelski, os limites de fazendas privadas foram ampliados para 100 hectares.

Agravando a desproporção entre os investimentos industriais e os investimentos agrícolas, o "giro Gierek" acentuou o atraso da produção agrícola em relação à da indústria, colocando, assim, em perigo os planos de exportação e de aprovisionamento da população urbana. Uma política irracional de subinvestimento na agricultura privada (que, lembramos, detém 80% das terras) exacerbou a tendência à estagnação da produção agrícola. As reações da burocracia diante da ascensão das lutas operárias pioraram o efeito tesoura dos preços. Para impedir novas explosões de protesto operário, praticamente se bloquearam os preços de compra dos produtos agrícolas, enquanto os custos de produção dos agricultores aumentavam, particularmente sob o efeito do crescimento do custo de energia. Mais do que nunca, os materiais de construção e os bens de consumo industriais foram desviados das aldeias. A engrenagem se tornou infernal: essa política literalmente conduziu ao autoconsumo crescente do camponês, à diminuição do crescimento da produção e a uma crise de aprovisionamento.

Como o setor cooperativo de Estado na agricultura era, além do mais, insuficientemente produtivo, não podia em quase nada compensar a fraqueza estrutural da economia polonesa. Esse setor criou rapidamente os primeiros pontos de estrangulamento do Projeto Gierek. Com a estagnação relativa da produção agrícola, permanentemente se esteve à beira, a partir de 1976, da crise de abastecimento, da ameaça de descontentamento e da redução do esforço no trabalho da classe operária. Todo o cálculo do novo "consenso consumista" se arruinou. O "giro Gierek" se revelou inoperante para evitar o amadurecimento da crise da ditadura burocrática. Enfim, acabou acelerando a crise a partir de 1976, após a haver freado apenas durante quatro anos.

Mas toda nova tentativa de contornar mais uma vez o campesinato através de um desenvolvimento acelerado do setor cooperativo do Estado chocou-se com o despertar político e social dos camponeses, que acompanhou, embora com atraso, o da classe operária após 1976, assim como o nascimento de uma simpatia espontânea, ou mesmo de uma aliança operário-camponesa contra a burocracia. Edward Gierek — não mais do que Stanislaw Kania ou do que o general Jaruzelski — não ousou atacar o campesinato como havia feito Boleslaw Bierut ou Matyas Rakosy na Hungria, para não citar Stálin. Eles sabiam bem que correriam o risco de uma explosão social generalizada. A crise agrícola acentuou-se, assim, a partir de 1976<sup>93</sup>, agravando por sua vez

93. É necessário assinalar as graves inundações de 1978 e seus efeitos sobre a produção agrícola. Mas estas inundações foram, por sua vez, pelo menos facilitadas pela negligência nos trabalhos de manutenção dos diques, que advém da desproporção entre os investimentos na indústria pesada, de um lado, e dos investimentos na agricultura e nos trabalhos de infra-estrutura, de outro.

a crise endêmica de toda a economia e terminando por se tornar um dos fatores que deslançariam a catástrofe econômica de 1980/81.

Mas a razão última da crise econômica polonesa reside na própria natureza do sistema de gestão burocrática, que rege a economia nacionalizada desde o início da República Popular da Polônia. Aqueles que — partidários do "socialismo de mercado" ou da identificação da autogestão com a autonomia financeira das empresas e o recurso generalizado aos mecanismos de mercado — reduzem tal gestão aos erros da hipercentralização, evidentemente incontestáveis, cometem um grave erro de simplificação. Uma análise tão parcial e, por conseguinte, errada, não conduz a nenhuma proposição de solução válida, nem do ponto de vista dos interesses da classe operária, nem do de uma verdadeira racionalidade da economia planificada.

Da perspectiva dos fenômenos de desproporção e de crise que engendra, o sistema de gestão burocrática surge como uma mistura grosseira de centralização e descentralização excessivas, uma determinando a outra. Na ausência de uma democracia socialista, isto é, de controle e de verificação generalizados pela base, todo o excesso de centralização, longe de reforçar o plano, reforça a tendência à "economia subterrânea", às decisões paralelas dos diretores das empresas, e torna a planificação cada vez mais irreal, no sentido literal do termo.

A realidade escapa à burocracia. Ela planeja no vazio. A economia polonesa tem necessidade não de menos planificação, isto é, de menos coordenação, porém de mais coordenação, no sentido de que no lugar de uma planificação minuciosa, ineficaz, em parte irreal, é necessário instaurar uma verdadeira coordenação, apoiada no compromisso com decisões, preferências conscientemente expressas pelos próprios trabalhadores. Apenas a autogestão operária planificada, coordenada e democraticamente centralizada, pode estabelecer uma verdadeira planificação da economia socializada. A alternativa é o arbitrário, a fraude, a incompetência e o fracasso garantidos.

Os especialistas econômicos, bem como os sindicalistas do Solidariedade, têm atribuído uma enorme importância à questão da transparência dos preços. Insistem no fato de que o sistema de subvenções sem controle torna todo o sistema econômico opaco. Não se sabe, e não se pode saber, se tal ou qual empresa cobre realmente seus custos de produção através de suas vendas e até que ponto os cobre. Eles têm razão. Nenhuma planificação séria é possível sem um sistema de preços transparente e sem um padrão monetário estável.

Entretanto, dessas constatações não decorre absolutamente que a retificação econômica passe obrigatoriamente pela "verdade dos preços de venda", ou seja, por um sistema no qual os consumidores de hoje e de amanhã, começando pelos mais pobres, paguem por todos os erros dos dirigentes burocráticos de ontem. Tampouco decorre que a retificação econômica passe necessariamente pela "racionalização do emprego" (o "excedente de mão-de-obra" das empresas sendo considerado como uma das causas importantes da sua "falta de rentabilidade").

A questão não é técnica (em que medida é necessário restabelecer o equilíbrio e eliminar as desproporções: ao nível de cada empresa, de cada ramo produtivo tomado separadamente, ou da economia e da sociedade tomadas em seu conjunto?). É uma questão social: quem deve pagar o preço da fraude burocrática? A classe operária, através de

uma redução de sua qualidade de emprego e de vida? A pequena burguesia, pela redução de suas rendas? A burocracia, por uma diminuição radical de suas prebendas e de seus privilégios?

Que fundos é necessário reduzir? Aquele do consumo produtivo (o de operários e camponeses produtores)? Aquele dos investimentos? O do consumo improdutivo (gastos de administração, do Estado, da burocracia)? Se é necessário diminuir os três de uma vez, em qual proporção e com quais custos social e político? A ameaça de reintroduzir o desemprego — cifras de 1,5 milhão, ou mesmo de 2 milhões de demissões, após a introdução da "autonomia financeira total das empresas", já são conhecidas — constitui uma forma de enfraquecimento e de desmoralização da classe operária, cujo impacto social e econômico é fácil de ser previsto. *Uma defesa da planificação*

A gestão burocrática não é somente prejudicial e inoperante por minar a planificação e provocar desproporções e incoerências multiplicadas. Também é a causa fundamental da baixa produtividade do trabalho e do rendimento cada vez mais deficiente dos investimentos. A todo o instante proclamando o princípio do "interesse material" é, na realidade, a irresponsabilidade generalizada em relação ao princípio, à incitação total ao menor esforço e à ausência de qualquer iniciativa criadora. *A queda que o excesso de burocracia provoca nos investimentos*

Tal situação ocorre, única e exclusivamente, em consequência da multiplicidade das próprias instâncias burocráticas, que se neutralizam umas frente às outras, causando constantes "engarrafamentos" quando da execução das decisões (ou, o que é pior, da sua não-execução)<sup>94</sup>. Mas, aqui, é necessário lembrar um fator ainda mais importante, que resulta da natureza particular, na economia nacionalizada, das relações entre a superestrutura e a base social.

Em uma tal economia, o rendimento dos investimentos é menos função da sua amplitude absoluta e de seu conteúdo "técnico" do que de dois fatores socioeconômicos exógenos: de um lado, a taxa de crescimento do bem-estar dos trabalhadores, isto é, a ligação que se estabelece, *ante seus olhos e na sua consciência*, entre seu esforço produtivo e o efeito mensurável e visível desse esforço sobre sua própria vida cotidiana<sup>95</sup>, e, de outro, a "taxa de moralidade social" (ou de justiça social), ou seja, o vínculo que se estabelece *ante seus olhos e na sua consciência*, entre esse mesmo esforço produtivo e o resultado desse esforço sobre o grau de desigualdade, sobre a amplitude dos privilégios e do arbítrio na sociedade.

Quanto mais essas duas taxas diminuem ou estagnam em um nível

94. Não há nada menos do que quarenta serviços diferentes que se ocupam do "controle social" e da descoberta de "crimes econômicos", com efeitos derisórios: somente 5% dos crimes econômicos foram descobertos (Frey, Damita, "Os controladores e os controlados", *Tygodnik Demokratyczny*, 11 de mai. 1980). Ao contrário, os pequenos furtos são punidos mais severamente que praticamente em todos os países da Europa. Um "reincidente" que, por duas vezes, furtou duas garrafas de leite foi condenado a dez meses de prisão (*ITD*, semanário ilustrado da associação dos estudantes, de novembro de 1981).

95. Esse efeito não se mede da mesma forma que em rendimento monetário, mas sobretudo em satisfação de necessidades reais, tanto pela compra de mercadorias desejadas como pelo acesso a serviços sociais de qualidade: habitação, lavanderias e restaurantes públicos, saúde, creches, ensino, cultura, lazer, viagens, sem esquecer os transportes coletivos urbanos.

relativamente baixo, mais reduzido será o esforço produtivo do trabalhador, mais baixo será o rendimento dos investimentos e mais amplos deverão ser os investimentos para obter um crescimento mesmo que ínfimo da renda nacional. Os trabalhadores podem ser atomizados, desmoralizados, despolitizados, mas nada, nem pessoa alguma, os obrigará a fazer um esforço produtivo voluntário, desinteressado, de forma contínua e prolongada, para o rei da Prússia ou para o prefeito da *województwo* de Konin... Esse é o calcanhar-de-aquiles da ditadura burocrática em todos os Estados operários burocratizados. Assim, quando os trabalhadores não estão mais atomizados, o gigante burocratizado, aparentemente todo-poderoso, é paralisado.

A ditadura burocrática tem-se caracterizado desde o seu início por uma desigualdade e um cinismo sociais que cresceram rapidamente. Um pouco freados sob Wladislaw Gomulka, pelo menos durante o início de sua "era"<sup>96</sup>, esses fenômenos foram consideravelmente acentuados sob a "era Gierek". A corrupção, o mercado negro, a hipocrisia, o carreirismo foram então ampliados afrontosamente.

Os privilégios burocráticos ampliaram-se largamente<sup>97</sup>, em especial em função de sua vinculação com os fenômenos amplificados do "mercado livre" e do "paralelo", do comércio e do artesanato privados e do peso crescente do comércio com o Ocidente.

Nestes dois últimos anos (1980/81), a imprensa polonesa publicou tantos fatos concretos e exemplos precisos nesse sentido, que é inútil insistir sobre esse ponto. Os salários dos altos funcionários representam três vezes o salário médio e oito vezes o mínimo vital por pessoa (respectivamente: de 20 000 zlotis, 6 000 a 7 000 zlotis e 2 500 zlotis, válidos no início de 1981)<sup>98</sup>. Mas, com as enormes vantagens em espécie, as lojas especiais, as casas de campo e as "residências secundárias" especiais, as possibilidades de viajar ao estrangeiro e se dedicar ao tráfico de divisas e de mercadorias estrangeiras, as rendas dos altos burocratas poderiam ser facilmente multiplicadas por dois ou três (línguas maliciosas dizem por quatro). Isso perfaz uma diferença de nível de vida de 7 a 1 em relação ao salário médio e de 20 a 1 em relação ao salário mínimo. Não é de se espantar, nessas condições, a falta de respeito e o ódio generalizados dos trabalhadores poloneses com o bando corrompido e incompetente que os governa. Não é de se espantar o desprezo generalizado para com uma pretensa "doutrina", que cobre o escândalo pela fórmula do "papel dirigente do Partido na construção do socialismo". Belo "Partido" e belo "socialismo", na verdade.

96. Assim, as "lojas especiais" para burocratas foram fechadas após a chegada ao poder de Wladislaw Gomulka em 1956 e, depois, reabertas, especialmente sob a forma de "lojas reservadas no interior das lojas", como o 3º andar do Centrum, a mais importante loja de Varsóvia (*Kurier Polski*, 21 e 23 de nov. e 9 de dez. 1980).

97. Um dos maiores escândalos foi a aparição de verdadeiros quarteirões de residências, batizados pelas massas de *Bermuda* (perto de Wyszki), *Hilton* (perto de Bielsko-Biala), *Ponderosa* (perto de Wrocław) etc. Em Przybrodzin, o loteamento consistia em 71 residências ao custo de 800 000 a 1,5 milhão de zlotis cada (o salário anual médio de um operário da indústria é de 85 000 zlotis) (*Slowo Powszechnie*, 27 de jan. 1981). O primeiro-ministro de Edward Gierek, Piotr Jaroszewicz, apropriou-se para uso privado de um castelo perto de Cracóvia, mesmo sendo considerado oficialmente um monumento nacional.

98. Declaração do vice-ministro Piotr Karpiuk à *Dziennik Polski*, 16 de fev. 1981. O salário mensal médio foi extraído de *Trybuna Ludu*, 5 de fev. 1981.

A burocracia, com dificuldades, procurou desculpas denunciando certos diretores de cooperativas, artesãos, pequenos "empresários livres" e camponeses ricos, os quais ganhariam 100 000 zlotis por mês. Colocado à parte o fato de que tais casos são muito mais raros do que os dos burocratas bem estabelecidos, a referência é em si reveladora. Assim, pela "moral comunista" recusam o "igualitarismo pequeno-burguês", na medida em que "suas" rendas e "seu" nível de vida não são iguais aos dos trabalhadores mas aos da pequena burguesia abastada! Não é à toa que Lênin predisse que as altas gratificações dos especialistas burgueses seriam uma fonte de desmoralização para o proletariado, e que era necessário interdita-las estritamente a *todo* membro do Partido.

Assim, enquanto esse clima não for extinto é ilusório crer que serão extirpadas as raízes mais profundas da crise. Todo o recurso excessivo aos mecanismos de mercado — mesmo que seja limitado e inevitável em condições de penúria — acentuará a desmoralização, a corrupção e o cinismo, em vez de erradicá-los, pois aumentará a desigualdade e provocará o desemprego, golpeando a coesão e a consciência de classe do proletariado, estimulando o "cada um por si", minando a solidariedade, indo contra todos os mecanismos necessários ao funcionamento de uma economia socializada. Essa situação generalizada de irresponsabilidade, de hipocrisia, de cinismo<sup>99</sup> e de falta de transparência dos custos sociais reais, pode ser consolidada pela "economia de mercado", como o é pela gestão burocrática hipercentralizada.

Apenas o controle operário público o mais amplo possível, mais intransigente, dispondo de livre acesso a todos os meios de comunicação de massa, pode impiedosamente e de forma eficaz revelar todos os abusos, denunciar todos os privilégios, descobrir todos os estoques desviados ou ocultados, evitar todos os duplos empregos e desperdícios, permitir medir com eficácia o efeito do esforço produtivo sobre o nível de vida das massas em seu conjunto, em toda a nação. Porém is-

99. "Na medida em que um quarto individual, uma alimentação suficiente, um vestuário adequado não são ainda acessíveis senão para uma pequena minoria, milhões de burocratas grandes e pequenos tendem a colocar o poder a seu proveito, sobretudo para assegurar o seu próprio bem-estar. De tudo isso provém o imenso egoísmo dessa camada social, sua forte coesão, seu medo do descontentamento das massas, sua obstinação sem limites em reprimir toda crítica /.../ Os jovens pulmões em bom estado acham irrespirável a atmosfera de hipocrisia inseparável do Termidor, isto é, da reação ainda obrigada a se vestir com o manto da revolução" (Trotsky, Léon, *A Revolução Traída*, 1937). O professor polonês Jan Szczepanski, membro do Conselho de Estado, isto é, da presidência colegiada da República Popular da Polónia, sempre identificando abusivamente "socialismo" e ditadura burocrática, não hesita em escrever: "A economia socialista tem sido até aqui incapaz de encontrar /.../ os meios eficazes para convencer os operários a trabalhar de maneira intensiva e produtiva" (*Polish Society*, Nova York, Random House, 1979). Ali onde vemos ausência de correlação entre esforço produtivo e o nível de vida (isto é, em última análise, entre o esforço produtivo do operário e o poder de controle e de decisão sobre a disposição dos resultados, o tecnocrata não vê senão a ausência de correlação entre o esforço produtivo e o salário. Ele argumenta, por isso, em favor da austeridade e da supressão do direito de garantia ao trabalho (isto é, da abolição do pleno emprego). O jornalista Marek Rymuszko descreve (*Prawo Wycie*, 7 de dez. 1980) a corrupção e as propinas com uma "lepra que, partindo da administração (isto é, da burocracia), tomou conta da sociedade em seu conjunto".

so quer dizer: democracia socialista, poder político dos trabalhadores, autogestão democraticamente centralizada. Nem o reino dos burocratas, nem o *diktat* do mercado, mas apoderar-se de forma consciente e deliberada de toda a vida econômica e social através dos próprios produtores e cidadãos.

Aos fatores estruturais que causaram a crise econômica polonesa é necessário acrescentar um fator conjuntural: os efeitos desastrosos das "mini-reformas", da ausência de uma gestão coerente da economia, desde o verão de 1980. Essas "mini-reformas" foram o resultado combinado do encadeamento de acontecimentos dos quais a burocracia havia perdido todo o controle, de suas hesitações em adotar um "novo sistema de gestão" e de sua vontade de quebrar a maré revolucionária do proletariado polonês pela penúria e pela fome, isto é, pela sabotagem econômica.

As medidas tomadas pelo poder a partir das greves do verão de 1980 demonstraram uma incoerência econômica total. De um lado os rendimentos, tanto dos operários como dos camponeses, foram aumentados. De outro, as importações de matérias-primas, de peças de substituição e de produtos intermediários foram drasticamente reduzidas, em consequência da queda das exportações (sobretudo de carvão), da falta de divisas, que daí resultou, e das hesitações dos credores ocidentais em conceder créditos suplementares<sup>100</sup>.

A redução das importações levou a uma queda da produção, sendo seguida de um desequilíbrio inflacionário dos mais pronunciados entre a oferta e a procura de mercadorias, levando a uma verdadeira desintegração do mercado. Avalia-se a "massa monetária excedente" inflacionária em 1 trilhão de zlotis. A especulação e a agiotagem cresceram em grande escala (fontes oficiais calcularam que 30% da produção de carne passaria pelo mercado "paralelo", minando em parte até a possibilidade de um racionamento igualitário). Como o governo havia anunciado uma "verdadeira" reforma econômica, com "verdadeiras" altas de preço para o dia 2 de janeiro de 1982, tanto as fazendas privadas como as empresas do Estado se interessaram em constituir estoques "ocultos" e em não dirigir a sua produção corrente para o mercado, a fim de poder lucrar com as altas anunciadas. O desejo de enfraquecer o Sindicato Solidariedade através de filas intermináveis diante das lojas certamente fez parte dos cálculos dos burocratas que, percebe-se, não eram simplesmente econômicos.

O agravamento da dependência tecnológica e do endividamento com países capitalistas manifestou-se amplamente durante 1981, quando o governo polonês foi obrigado a negociar, sem cessar, a renovação dos empréstimos vencidos por novos empréstimos com juros cada vez mais elevados. É conhecida a dívida total polonesa de 27 bilhões de

100. Os bancos ocidentais, mesmo negociando — com muita lentidão — a postergação das dívidas polonesas vencidas em 1981 e 1982, insistiram em recuperar até o mínimo centavo devido tanto como o juro sobre a dívida. Eles aumentaram a taxa de juros dos empréstimos recontratados e até descobriram haveres poloneses no estrangeiro para estar seguros de serem pagos, impedindo assim importações vitais para a Polônia, em função da carência de divisas disponíveis (cf. especialmente Wolf, Winfried, *Der Lange Summer der Solidarität*, Berlim, ISP-Verlag, 1981, t.2, pp. 339-42; a revista americana *Fortune*, de 7 de set. 1981; a *Neue Zürcher Zeitung*, de 5 e 6 de dez. 1981).

dólares (dos quais, segundo o *International Herald Tribune*, de 29 de janeiro de 1982, mais de 16 bilhões a 460 bancos ocidentais e 10 bilhões a governos). A dívida mais pesada é a devida aos bancos da Alemanha Ocidental e da França, mas a Polônia deve também 1,5 bilhão de dólares a bancos brasileiros. Mais importante é o registro das dívidas vencidas (ver Tabela XXXVII).

TABELA XXXVII — Dívidas polonesas com países imperialistas (em milhões de dólares)

Anos	Garantidas pelo Estado	Não garantidas pelo Estado
1981	1,9	1,9
1982	2,7	2,3
1983	1,8	1,3

Fonte: Neue Zürcher Zeitung, 24 de dez. 1981.

Uma vez que praticamente nada foi reembolsado em 1981 e que os juros deveriam ser acrescidos, aproximadamente 10 bilhões de dólares é o que se devia apenas no ano de 1982. Não é, então, surpreendente que os bancos ocidentais, infinitamente mais preocupados com seus centavos do que com os "direitos do homem", falem após o golpe de força de 13 de dezembro — da necessidade de conceder um "Plano Marshall" à Polônia para assegurar a sua "solvabilidade" (*Le Monde*, 3 e 4 de jan. 1982).

E isso principalmente porque foi o general Jaruzelski quem se empenhou em pagar 400 milhões dos 700 milhões de dólares de juros devidos, e não o Sindicato Solidariedade quem pediu a adesão da Polônia ao FMI.

Além disso, a ausência de aprovisionamento de peças de substituição, às vezes de pequeno valor<sup>101</sup>, foi suficiente para provocar quedas brutais na produção em alguns setores-chave (minas de carvão, centrais elétricas), que repercutiram no conjunto da economia e cujos efeitos explicam em boa parte a grave queda da produção geral em 1981.

Na *Trybuna Ludu*, de 19 de novembro de 1981, o ministro da Agricultura admitiu que, a partir do outono de 1981 (sem falar da fase anterior), as vendas dos camponeses aos serviços de distribuição estatais haviam diminuído consideravelmente. O Estado procurou deter esse movimento estabelecendo, em 1º de novembro de 1981, um novo sistema de troca com o campo. Mas os termos de troca assim legalizados traduziam de forma surpreendente as *tesouras* de preços: 1 zloti de bens industriais contra 5 zlotis em animais abatidos. Segundo a mes-

101. De acordo com o diário de Varsóvia *Zycie Warszawy* de 4 de novembro de 1981, a produção de máquinas de lavar automáticas da fábrica Predom-Polar de Wrocław foi obrigada a fechar em 3 de novembro. Perda: 1 400 máquinas por um valor de 16 milhões de zlotis, por falta de células de pré-programação, geralmente fornecidas pela fábrica Predom-Termet de Swiebodzice. Esta última foi obrigada a suspender as fitas bimetálicas que deveriam ser importadas /.../ ao preço de alguns milhares de dólares somente.

ma entrevista do ministro da Agricultura, teriam de se passar muitos anos antes que houvesse produtos industriais suficientes para vender aos campesinatos.

De acordo com um despacho de agência noticiosa polonesa PAP, reproduzido pela *Neue Zürcher Zeitung*, de 31 de dezembro de 1981, embora com uma colheita razoável de 20 milhões de toneladas de cereais, os camponeses privados somente entregaram ao Estado em 1981 50% da quantidade de trigo prevista pelo planejamento. O déficit de batatas em relação às necessidades chegaria às 300 000 toneladas.

Os efeitos das "mini-reformas" incoerentes do período 1980/81 se somaram aos da crise estrutural para provocar o desastre econômico que veio afligir a Polônia. Mas o pano de fundo desse desastre — de qualquer forma temporário — não deve jamais ser esquecido. A Polônia se tornou uma grande nação industrial, sem dúvida a décima do mundo, que dispõe de uma infra-estrutura industrial desenvolvida, de uma agricultura, potencialmente, entre as mais ricas da Europa, de uma classe operária muito mais numerosa, muito mais desenvolvida e qualificada do que aquela de antes da guerra ou do período imediatamente pós-guerra. Esses são os trunfos disponíveis para avançar na solução da crise e em direção ao socialismo, sob a condição de que a sociedade e a economia sejam libertadas da opressão burocrática.

Em novembro de 1981, evidenciaram-se claramente indicações sobre a reforma econômica de conjunto que a burocracia havia decidido implementar em substituição às "mini-reformas", após meses de tergiversações, de hesitações, de negociações e de regateios. Mesmo quando se fala cuidadosa e formalmente dos projetos de "autogestão", esses são em grande parte vazios de conteúdo, já que as matérias-primas e os produtos intermediários continuarão a ser repartidos, distribuídos e a ter seus preços fixados pelas instâncias centrais.

Ao anunciar as medidas, o professor Sadowski, subsecretário de Estado encarregado de elaborar a Reforma Econômica, afirmou que a falta de divisas conversíveis impediria qualquer reforma de natureza diferente e que seriam necessários vários anos antes que se pudesse chegar à "verdade dos preços"<sup>102</sup>.

Essas declarações implicam com clareza a manutenção de um sistema de centralização extremamente burocrático e a rejeição grotesca efetuada pela burocracia em seu conjunto à possibilidade de autogestão operária democraticamente centralizada.

O contexto social da reforma é precisado pelas medidas anunciadas pelo governo no início de janeiro de 1982, algumas semanas após o golpe de força de 13 de dezembro de 1981: anúncio de aumentos de preços de 300% a 400% dos produtos e dos serviços de base, desvalorização radical do zloti, com pequena elevação dos salários da base e dos abonos familiares, assim como das indenizações concedidas aos trabalhadores que efetuam trabalhos penosos<sup>103</sup>. Trata-se de suprimir o mercado negro alinhando sobre ele os preços oficiais. Longe de suprimir a inflação, tais medidas somente a oficializam, e serão indubitavelmente seguidas, após um intervalo mais ou menos longo, de

102. *Zycie Warszawy*, 9 de nov. 1981.

103. *Le Monde*, 3 e 4 de jan. 1982; *Christian Science Monitor*, 11 de jan. 1982.

uma reforma monetária visando enxugar o poder de compra "excedente".

O aumento dos preços colocado em vigor é terrível para a classe operária. Os preços do quilo de açúcar e carne, assim como o da tonelada de carvão, quadruplicaram: o da manteiga aumentou 350%; o do presunto e do arenque, bem como o do gás, triplicaram<sup>104</sup>. O preço de um *pull-over* chegou à metade de um salário médio mensal. Mesmo levando-se em conta os reajustes salariais (que não ultrapassam 20% de um salário médio, salvo para os mineiros), e mesmo na hipótese de que a metade das mercadorias e dos serviços comprados pelos trabalhadores apenas sofressem altas modestas ou não fossem atingidos por elas, a queda do salário real foi brutal.

De acordo com fontes oficiais, citadas pelo diário *Libération* (30 e 31 de jan. 1982), as altas dos preços (em média 241% para os produtos alimentares) representavam o equivalente a 391,5 bilhões de zlotis. Por outro lado, a massa salarial era de cerca de 1,1 trilhão de zlotis. As altas representam então uma redução do poder de compra da ordem de 35%...

Assim, o sentido social e econômico do golpe de 13 de dezembro de 1981 se esclarece de forma especial. Não é necessário, certamente, cair em um economicismo vulgar nem subestimar a importância — absolutamente decisiva — das cobranças políticas com as quais a burocracia se confrontou durante 1981<sup>105</sup>. Mas evidenciou-se a impossibilidade de a burocracia impor uma reforma econômica (e alta de preços) em seu próprio interesse, enquanto houvesse um movimento sindical totalmente independente do Estado e capaz de defender o nível de vida dos trabalhadores. Era necessário, portanto, desagregá-lo e colocar a classe operária na impossibilidade de se defender de maneira coletiva. Foi o que ocorreu, ao se suprimir o essencial das conquistas do verão de 1980, às vésperas da alta de preços.

Mais do que nunca, o dilema se impõe de forma clara e integral: ou o bloqueio político e econômico do avanço da sociedade polonesa para o socialismo, como consequência da ditadura burocrática, ou o desbloqueio e a solução da crise através do poder dos trabalhadores.

Vai  
cargos!

104. *Le Figaro*, 29 de jan. de 1982.

105. Cf. o editorial "A contra-revolução burocrática", *Inprecor* n. 115, de 21 de dez. 1981; a declaração do Secretariado Unificado (SU) da IV Internacional de 17 de dez. 1981, "Solidariedade com os trabalhadores poloneses!", *Inprecor*, n. 116, de 11 jan. 1982; a resolução do Secretariado Unificado (SU) da IV Internacional, "Revolução e contra-revolução política na Polônia", *Inprecor*, n. 117, de 25 de jan. 1982.



## CAPÍTULO XX

### A REINserÇÃO DA CHINA NO MERCADO MUNDIAL

Desde a ruptura das relações privilegiadas sino-soviéticas, o comércio exterior da China atravessou um longo período de estagnação. Exportações e importações flutuaram em torno do contravalor anual de 2 bilhões de dólares entre 1959 e 1971. Com os parceiros capitalistas, Hong Kong e os países imperialistas, substituindo progressivamente a URSS e os Estados operários aliados a ela.

A retomada do comércio exterior data de 1972, o que prova que não havia, com Mao, no curso da Revolução Cultural, uma doutrina de auto-suficiência, mas, no máximo, a tentativa de teorizar uma situação de fato.

Entre 1972 e 1977, as importações e exportações chinesas passaram do contravalor de 2 bilhões de dólares para mais de 6 bilhões. Fora do comércio com Hong Kong — que é, em parte, um comércio de reexportações — os principais fornecedores capitalistas da República Popular da China eram o Japão, a RFA e a França. Em 1976, os principais produtos de importação eram ferro e aço (1,2 bilhão de dólares), máquinas e meios de transporte (1,5 bilhão de dólares), produtos químicos (400 milhões de dólares) e trigo (330 milhões de dólares, comprados sobretudo do Canadá, Austrália e EUA). As principais exportações chinesas para os países imperialistas foram de produtos têxteis (630 milhões de dólares), petróleo (570 milhões de dólares), alimentos e animais (500 milhões de dólares) e roupas (180 milhões de dólares).

Até 1978, o regime chinês aplicou a regra de não se endividar diante dos países capitalistas. O volume das importações era então ditado pelo das exportações, embora em base plurianual, caracterizando o que foi chamado de movimento em dentes de serra, com os déficits da balança comercial de um ou dois anos sendo enxugados por um recuo brusco das importações nos anos seguintes.

Assim, no que concerne ao comércio entre a China e a França, as exportações francesas passaram de 400 milhões de francos em 1973 a 770 milhões em 1974, 1,6 bilhão em 1975 e a mesma soma em 1976, gerando, nestes dois últimos anos, um avultado déficit da balança comercial chinesa, no total de mais de 1 bilhão de francos. As importações chinesas originárias da França caíram, em seguida, a 470 milhões de francos em 1977 e a 580 milhões para os oito primeiros meses de 1978, o que permitiu uma redução de 60% do déficit dos dois anos precedentes.

A "grande mudança" de 1978 foi a decisão de abandonar o princípio de não-endividamento diante do capital imperialista, já que, de agora em diante, a burocracia chinesa não somente aceita os créditos, como os solicita ativamente. Aceita até mesmo o princípio de joint-ventures

China e novos parceiros  
Além do Japão.

Até 1978  
Princípio de não se endividar

ABANDONO DO PRINCÍPIO de não endividamento



com empresas imperialistas. Cifras bastante fantásticas foram citadas a este respeito. De acordo com o *International Herald Tribune*, de 12 de dezembro de 1978, a meta do regime Hua-Deng seria a de obter 100 bilhões de dólares de investimentos de empresas imperialistas na República Popular da China até 1985. Leis especiais sobre "sociedades estrangeiras", resgate a prazo das participações estrangeiras e patentes estariam sendo preparados no sentido de facilitar a realização desses ambiciosos objetivos.

Essas não foram as únicas somas extraordinárias citadas neste período na imprensa burguesa, — falou-se também de 350 bilhões de dólares de exportações ocidentais em um período de dez anos. Uma outra quantia, mencionada por *The Economist*, de 14 de outubro de 1978, refere-se às exportações imperialistas que alcançariam de 30 a 40 bilhões por ano a partir de 1985. Nos dois campos, o das *joint-ventures* e o das exportações correntes, toda uma série de projetos grandiosos foram citados, entre os quais os mais importantes são os seguintes:

— A construção de um parque de minas de carvão em Ho-Pei e Anhui por um consórcio da Alemanha Ocidental, que custaria mais de 4 bilhões de dólares.

— A construção de três minas de carvão pelo National Coal Board, por 500 milhões de dólares.

— A construção de um complexo siderúrgico de mais de 3 bilhões de dólares, perto de Shangai, pelo grupo japonês Nippon Steel, que se somaria a uma fábrica de canos construída pela Sumitomo Metal a um custo de 500 milhões de dólares.

— A construção de meia dúzia de complexos químicos e petroquímicos por grupos japoneses — mas os britânicos e alemães já entraram na concorrência por estes projetos! — por um total de cerca de 500 milhões de dólares.

— Um projeto de construção de uma fábrica de tratores, de uma fundição e de centrais elétricas pelos grupos italianos Fiat, Snam-Progetti e GIIEE, por um valor total de 1 bilhão de dólares.

— A construção de um novo complexo siderúrgico, cujos custos ultrapassam a casa dos 10 bilhões de dólares (!), por um consórcio da Alemanha Ocidental dirigido pela Schloemann-Siemag.

— O acordo franco-chinês, que previa a compra de duas centrais nucleares pela China, totalizava despesas de cerca de 2,5 bilhões de dólares.

— Realização do projeto mais importante, exploração e colocação em funcionamento de novos campos petrolíferos na China e na plataforma continental das costas chinesas, pelo qual empresas japonesas, francesas, britânicas e americanas já fizeram ofertas e que será, provavelmente, partilhado em um certo número de consórcios diferentes. O semanário *Business Week*, de 30 de outubro de 1978, menciona a este respeito a cifra de 50 bilhões de dólares em investimento na China, da qual uma parcela não desprezível deveria ser fornecida pelos países imperialistas.

O mínimo que se pode dizer desses projetos é que a manchete do *Le Monde*, de 8 de dezembro de 1978 — "Após a visita do senhor Deniau à China: Grandes contratos /.../ sob reserva" — é bastante apropriada. Compreende-se o entusiasmo da burguesia imperialista diante da

possibilidade da abertura daquele enorme mercado de "900 milhões de chineses", sobretudo às vésperas de uma nova recessão econômica e em um momento no qual as tendências à estagnação e ao protecionismo marcam os outros setores do mercado mundial.

Os dirigentes chineses são hábeis negociadores e se esforçam em suscitar contraprojetos para cada uma das ofertas que lhes fazem uma ou outra potência imperialista, um ou outro grupo privado, no sentido de explorar a concorrência para reduzir ao máximo possível o custo de cada projeto.

As possibilidades de exportação da China, mesmo de setores "privilegiados" como os de petróleo — futuramente —, carvão e minerais, são duvidosas. Uma grande controvérsia se desenvolve especialmente nos meios especializados sobre quantidade, qualidade e perspectivas, a médio prazo, da produção chinesa de petróleo (*ver um estudo detalhado na Neue Zürcher Zeitung, de 13 de outubro de 1978*). O desenvolvimento de campos petrolíferos *offshore* está fortemente ligado à transferência de tecnologia americana e subordinado a condições políticas\*. O momento a partir do qual o carvão e os minerais produzidos, graças aos créditos imperialistas, estarão disponíveis para a exportação é incerto etc.

Uma parte não desprezível dos créditos imperialistas deveriam destinar-se à aquisição de material militar para a República Popular da China, afirma, em seu número de 6 de outubro de 1978, o *Far Eastern Economic Review*, que enumera uma relação de *desiderata* chinesa a este respeito, sem dúvida incompleta: sistema italo-alemão de teleguiados para blindados, aviões de combate britânicos e da Alemanha Ocidental, helicópteros franceses, blindados alemães etc. Ora, a pressão do Kremlin no sentido de entrar ou retardar tais projetos — e a ameaça de reduzir de maneira draconiana as importações soviéticas originárias do país que não levasse em conta este veto — não é sem importância. São conhecidas também as reservas de Washington em relação ao fornecimento francês de equipamentos eletrônicos à República Popular da China.

Mas o que tornou mais problemáticos esses projetos foi a necessidade de financiá-los durante uma fase intermediária bastante longa, através de créditos ocidentais. Ora, a amplitude desses créditos seria de tal monta que colocaria problemas tanto para os imperialistas como para a burocracia chinesa.

Já a inflação de crédito para certos países semicoloniais e dependentes, assim como aos países do Leste Europeu, trouxe problemas para o sistema bancário internacional. Criar um terceiro "coletor", o qual acumularia dezenas de bilhões em empréstimos não imediatamente reembolsáveis — alimentado mais freqüentemente por depósitos a curto prazo como os petrodólares ou amanhã os petromarcos-alemães ou os petro-ECU —, é aumentar mais a vulnerabilidade de um sistema internacional de crédito já muito desequilibrado.

\* O avanço das exportações chinesas de petróleo se mostrou mais pronunciado do que havíamos previsto em 1979. Elas atingiram 15,4 milhões de toneladas de petróleo bruto e 4,3 milhões de toneladas de produtos derivados em 1984. Previa-se para 1985 uma produção total de 124 milhões de toneladas, o que deveria permitir a exportação de uma quantidade equivalente àquela de 1984 (*Far Eastern Economic Review*, 21 de mar. 1985).

Do lado da burocracia chinesa, pragmática e oportunista tanto como a burocracia do Kremlin, há um limite às concessões e à dependência diante do imperialismo que ela não está preparada para transpor, limite ligado à sua própria natureza social. Trata-se de uma casta burocrática cujos privilégios e poder são fundados na propriedade coletiva dos meios de produção, na abolição do modo de produção capitalista. Crer que ela estaria pronta a "reintegrar" a economia chinesa no mercado mundial, até o ponto no qual ela perderia o controle da dinâmica econômica, isto é, no qual a lei do valor ditaria doravante as prioridades do desenvolvimento, é esquecer essa natureza social, é crer no mito maoísta da restauração a frio do capitalismo, é crer na predominância de uma mítica "fração restauradora" na liderança da burocracia chinesa.

Em nossa opinião, são estas as mistificações que serão provadas tanto como aquelas da época dos debates ocidentais sobre a reforma Liberman da economia soviética ou quando do desenvolvimento espetacular do comércio Leste-Occidente, no início da recessão 1974/75.

Por todas essas razões, a amplitude do comércio exterior chinês continua e continuará aquém das extrapolações febris dos governos e meios empresariais imperialistas, à procura de um futuro melhor, em face da estagnação relativa de seus mercados tradicionais.

Mas, mesmo no caso do Japão, falar de uma nova "grande aliança", fazer espelhar a perspectiva de mudanças comerciais da ordem de 100 bilhões de dólares para o período 1985/90 (*Far Eastern Economic Review*, 3 de nov. 1978), como o fez o ministro japonês Kamoto — que ignora claramente qual será a conjuntura internacional e mesmo a conjuntura japonesa em 1985, para não dizer em 1990! —, é prematuro e excessivo.

Isto não quer evidentemente dizer que se trata de um negócio pequeno. Ele terá sobretudo um impacto importante sobre a economia japonesa, a melhor colocada para explorar essa abertura inesperada, comparável àquela da *Ostgeschäft* do imperialismo alemão-occidental nos anos 70, ou ultrapassando-o até em amplitude.

Para os produtos e aparelhos elétricos, a China tornou-se o segundo cliente japonês depois dos EUA. Entre 1978 e 1981, o comércio exterior chinês dobrou e, em 1984, constatou-se novamente um crescimento da ordem de 23% com relação a 1981, quando as exportações chinesas parecem ter atingido 25 bilhões de dólares, e as importações, 26 bilhões, na taxa de câmbio legal. Os dois parceiros comerciais mais importantes foram o Japão (24,6%) e Hong Kong (17%) (*Neue Zürcher Zeitung*, 23 de jan. 1985).

Quanto às mudanças que essa reorientação da economia da China provoca e provocará na gestão e organização de suas próprias empresas nacionalizadas, elas lembram parcialmente as mudanças ocorridas na URSS após o primeiro plano quinquenal (reintrodução do sistema de rentabilidade individual das empresas; generalização do sistema contratual; generalização do trabalho a prêmios etc) e também as mudanças introduzidas na Hungria, na Polônia e na Romênia, sob a pressão de uma brusca expansão do comércio exterior com o Ocidente, todas apresentadas sob o rótulo de "quatro modernizações".

Após um início fulminante — houve um crescimento da produção

A desigualdade na produtividade  
A CRISE DO CAPITAL  
do endividamento  
dos países importadores de capital

industrial de 14,3% em 1977 e de 13,5% em 1978 —, esta política de "quatro modernizações" rapidamente se chocou com obstáculos e contradições intrínsecas:

1) As exportações não puderam se desenvolver no mesmo ritmo que as importações de tecnologia moderna. Especialmente a extração do petróleo está em estagnação relativa, exatamente pela ausência de tecnologia moderna e de métodos de gestão adequados. O grave acidente que ocorreu no Golfo de Bohai, onde uma das plataformas de perfuração de petróleo afundou, causando a morte de 72 trabalhadores<sup>106</sup>, o comprova.

De fato, as exportações de petróleo para o Japão estavam diminuindo: passariam de 9 milhões de toneladas em 1980 a 8,3 milhões em 1981 e a 8,1 milhões em 1982, quando um aumento para, respectivamente, em 1981 e 1982, 9,5 e 15 milhões de toneladas tinha sido fixado por contrato<sup>107</sup>.

Manter o ritmo de modernização previsto em 1975/76 teria levado a um endividamento colossal da China, no mesmo nível da Polônia, ou do Brasil. O déficit da balança comercial com os países imperialistas passou de 1,2 bilhão de dólares em 1977 a 3,5 bilhões em 1978 e 4,5 bilhões em 1979 (compensado, é verdade, por uma balança creditícia com Hong Kong de respectivamente 1,7 bilhão de dólares, 2,2 bilhões e 2,6 bilhões). As projeções do endividamento bruto da República Popular da China, elaboradas pelo US Department of Commerce (julho de 1980), indicavam um crescimento da dívida externa bruta de 3,5 bilhões de dólares em 1980 (com um serviço anual da dívida de 200 milhões de dólares) para um mínimo de 16 bilhões de dólares em 1985 (com um serviço anual da dívida de 3,2 bilhões de dólares).

Logicamente, os dirigentes da burocracia chinesa — bastante pragmáticos e prudentes — não queriam que isso acontecesse. Era, assim, necessário reduzir a ambição, suprimir alguns dos projetos de grande porte, diminuir o ritmo de expansão. Numerosos projetos de importação de fábricas "prontas" foram suprimidos<sup>108</sup>. Demitindo-se do cargo de chefe do governo, Hua Guofeng proclamou oficialmente, diante do Congresso Nacional do Povo, de 7 de setembro de 1980, que o plano decenal de 1976/85, que havia incorporado os objetivos mais ambiciosos das "quatro modernizações", não seria mais aplicado<sup>109</sup>.

2) Vários projetos de "modernização" com a construção começada no início da era Deng Xiaoping fracassaram, ou não alcançaram os resultados esperados, por falta de pessoal competente, erros de planejamento, negligência burocrática, indiferença dos trabalhadores envolvidos, isto é, fenômenos similares àqueles da era Edward Gierk na Polônia, mas agravados pela extensão do país e pela amplitude de seu subdesenvolvimento.

Dois escândalos simbolizaram esses fracassos: o da aciaria de Wuhan, destinada a produzir 4 milhões de toneladas de aço e comprada a um alto preço da Alemanha Ocidental, mas para a qual se esqueceu, simplesmente, de prever a provisão necessária em eletricidade; e

106. *Far Eastern Economic Review*, 10 de out. 1980.

107. *Far Eastern Economic Review*, 26 de set. 1980.

108. Ver especialmente *Neue Zürcher Zeitung*, 7 de nov. 1980; *Financial Times*, 4 de dez. 1980; *Le Monde*, 10 de jan. 1981.

109. *Far Eastern Economic Review*, 12 de set. 1980.

o da aciaria de Baoshan, perto de Shangai, encomendada ao Japão, com uma capacidade de produção de 6 milhões de toneladas, que seria construída — literalmente — sobre areias movediças<sup>110</sup>.

De uma maneira geral, os objetivos de expansão em matéria de siderurgia, de produção petrolífera e de máquinas agrícolas foram consideravelmente reduzidos. A prioridade dada ao aço ("cereais e aço" foram os dois eixos da expansão chinesa sob Mao) foi abandonada. A meta de atingir 60 milhões de lingotes de aço para 1985 ficou na marca de 45 milhões. Da mesma forma, a idéia insensata de "realizar o essencial da mecanização rural em 1980", ainda reafirmada em janeiro de 1978<sup>111</sup>, que teria implicado a fabricação do equivalente de 3,5 milhões de unidades de tratores e de motocultores de 15 cavalos-vapor no espaço de três anos, foi abandonada. Este objetivo não será, sem dúvida, atingido senão no espaço de seis a oito anos.

Em contrapartida, uma maior prioridade foi dada à produção de carvão, cuja expansão deveria servir de reserva para as exportações petrolíferas ao Japão, assim como para cobrir o déficit energético na própria China, que corria o risco de se agravar nos anos futuros<sup>112</sup>.

3) As concessões feitas aos camponeses e aos trabalhadores sob a forma de aumento dos preços dos produtos agrícolas e dos salários dos operários não puderam ser harmonizadas. Daí resultou, de um lado, uma pressão inflacionária e, de outro, uma crise de aprovisionamento para certos produtos de primeira necessidade.

O periódico *Far Eastern Economic Review* publicou dois estudos sobre as pressões inflacionárias na China<sup>113</sup>. Em meados do ano de 1980, a taxa de inflação foi estimada entre 6% e 7%, mas, no final do ano, tratava-se, de fato, de uma taxa de inflação de 15% a 20%<sup>114</sup>. Se esta inflação se traduziu, sobretudo, por um encarecimento pronunciado de viveres nas cidades, sua causa fundamental reside no enorme déficit orçamentário que, pela primeira vez, apareceu na República Popular da China. O *Times*<sup>115</sup> fala em um déficit da ordem de 10 bilhões de dólares, ou seja, 15% das despesas orçamentárias totais em 1979. A política de austeridade e de reajustamento dos projetos de investimento teve por objetivo especial reduzir esse déficit.

4) A resistência surda que uma parte do aparelho político — e, acima de tudo, militar — opôs à realização das "quatro modernizações" retardou, freou ou mesmo impediu a realização de uma série de reformas, aumentando ainda mais os desequilíbrios. Essa resistência surda foi, provavelmente, mais fruto de incompetência, da parte de um aparelho selecionado nas lutas fracionais em face dos problemas de gestão e de produção, do que fruto de desacordos políticos propriamente ditos.

5) A amplitude das *joint-ventures* com o capital estrangeiro foi

110. Pairault, Thierry. *Les Politiques Économiques Chinoises*. Notas e estudos documentais, documentação francesa, 1980, pp. 84-6.

111. Id., *ibid.*, p. 112.

112. *Christian Science Monitor*, 21 de abr. 1980; *Financial Times*, 17 de set. 1980.

113. *Far Eastern Economic Review*, de 6 de jun. e de 26 de set. 1980.

114. *Le Monde*, 17 de dez. 1980.

115. *The Times*, 29 de set. 1980.

muito mais limitado do que a prevista. No essencial, no primeiro momento, foram, sobretudo, os capitalistas chineses do exterior (inclusive os de Hong Kong) que se engajaram nesta via, em troca de concessões consideráveis: a recuperação, pela "burguesia nacional", parcialmente expropriada sob a "Revolução Cultural", de todas as suas contas em banco, compreendidos os atrasados de altas gratificações do período de 1966/76. Houve além disso um fracasso retumbante, o da primeira *joint-venture*: a fiação de tecidos de lã de Jiang Sho, construída em 1978 na província de Guandong, em associação com uma empresa de Hong Kong e uma empresa da Macau, cuja produção recuou em vez de aumentar<sup>116</sup>. No total, de 800 projetos submetidos de *joint-ventures*, apenas treze foram aprovados definitivamente e são operacionais<sup>117</sup>. Para reduzir a cifra dos rendimentos perdidos, o regime Deng não hesitou, além disso, em exportar diretamente a mão-de-obra barata<sup>118</sup>. Mas o resultado foi de novo medíocre, pelo menos até agora.

Se se quer fazer a síntese de todas estas contradições, pode-se dizer que as "quatro modernizações" pecaram exatamente pelo mesmo erro da política de Mao: o excesso, isto é, a tentativa de realizar bastante, muito rápido, apesar de se tentar por uma via diferente daquela de Mao<sup>119</sup>. Mas isso não pode ser fruto do acaso. Se certos erros se repetem com certa constância, eles não são apenas devidos a um desvio inerente à burocracia, mas resultam antes da enorme pressão de problemas objetivos. Assegurar que 900 milhões, ou mesmo 1 bilhão, de pessoas sejam alimentadas, alojadas e contempladas com um mínimo de cuidados constitui um problema dramático para um país atrasado como a China.

Paralelamente às contradições da política das "quatro modernizações", uma série de tensões sociais se manifestaram em todos os níveis na sociedade chinesa. Essas tensões já existiam, em parte, durante as fases precedentes do desenvolvimento econômico da República Popular da China. Mas a "liberalização" econômica que incontestavelmente se acentuou, a partir da "democratização" limitada de 1978/79 e do ceticismo crescente dos trabalhadores e da juventude com relação a *todas* as frações do PC chinês, permitiu-lhes que se manifestassem de maneira mais clara. Entre estas tensões sociais, é preciso destacar:

116. *Financial Times*, 10 de out. 1980.

117. *Financial Times*, 26 de nov. 1980.

118. Trata-se sobretudo de trabalhadores da construção, dos quais 1200 foram recrutados por duas companhias japonesas executoras de projetos de engenharia civil no Iraque (*Business Week*, 28 de jan. 1980). De acordo com *Newsweek*, de 14 de setembro de 1980, o governo chinês teria assinado quarenta contratos de fornecimento de mão-de-obra por um total de 100 milhões de dólares de salários.

119. Thierry Pairault (*op. cit.*, p. 75) construiu um histórico interessante do conceito das "quatro modernizações", inicialmente empregado por Shaoqi no VIII Congresso (1956), depois pelo próprio Mao em 1957, em seu discurso sobre as contradições (é verdade que Mao não incluiu a tecnologia entre as "quatro modernizações", mas sim a cultura). Tem-se a impressão de uma verdadeira alternância entre impulsos febris e movimentos de reajuste: "Grande Salto adiante", seguido do reajuste em 1962/65; "Revolução Cultural", seguida do reajuste em 1971/74; "quatro modernizações" com superinvestimentos e superaquecimento seguidos de um novo reajuste em 1979/81 ou mesmo em 1979/82.

1) O crescimento do desemprego entre os jovens nas cidades/ Esse desemprego, que constitui já em boa parte a explicação "materialista" do fenômeno dos guardas vermelhos, foi resolvido de maneira particularmente cruel quando da liquidação da "Revolução Cultural" por Lin Biao e o "Bando dos Quatro". Os jovens foram massivamente deportados para o campo, com a proibição de voltar às cidades. Apesar de o nível de doutrinação ideológica ("servir o povo") ter arrefecido temporariamente o choque para uma boa parte das vítimas, algumas delas compreenderam bem rápido para o que se retornava, sobretudo tendo em vista o fato de que a acolhida dos camponeses foi mais do que fria (o mínimo que se pode dizer é que a agricultura chinesa não tem falta de braços!).

O que se seguiu foi um movimento massivo de retorno ilegal dos jovens para as cidades, dando lugar a uma onda de criminalidade inquietante. Esses jovens não podiam viver senão de bicos, já que não possuíam autorização de estada nem de trabalho. É muito provável que o atentado à estação de Pequim de 29 de outubro de 1980 seja obra de Wang Zhiqiang<sup>120</sup>, um jovem desesperado desta espécie. A reação das autoridades foi surpreendentemente moderada, porque — nas condições atuais — a fração Deng Xiaoping não quer parecer como a responsável pela deportação massiva de jovens do período 1968/70<sup>121</sup>.

Lembremos, além disso, que no dia 9 de dezembro de 1978 houve uma greve de 50 000 jovens que trabalhavam nas fazendas estatais da província de Yunnan, seguida de uma manifestação de milhares de jovens desempregados em Shangai nos dias 11 a 13 de dezembro de 1978. No início de fevereiro de 1979, houve uma verdadeira rebelião de jovens da grande metrópole chinesa que bloqueou o tráfego ferroviário durante 12 horas. Dois "cabeças" dos rebeldes foram, aliás, condenados respectivamente a nove e cinco anos de prisão, em um processo datado do dia 10 de dezembro de 1979<sup>122</sup>.

Tudo isso explica, ao mesmo tempo, a inquietude e a prudência da burocracia diante do problema do desemprego dos jovens. Para se ter uma idéia da amplitude do problema, vejamos duas cifras: o número de jovens deportados para o campo no fim dos anos 60 e início dos anos 70 chega a 16 milhões. Avalia-se que o número de jovens que deixam a escola para procurar emprego nas cidades chinesas em 1979 é de cerca de 12 milhões, dos quais 7 milhões tinham encontrado emprego<sup>123</sup>.

A burocracia procurou reduzir esse desemprego através de dois mecanismos que combinam, novamente, de maneira típica os traços fundamentais da política de Deng Xiaoping — utiliza os "estímulos materiais" (e o "mercado livre") para procurar afastar o problema do setor público. Os jovens então receberam autorização para fundar pequenas empresas como artesãos, revendedores, reparadores (é a ex-

120. *Libération*, 14 de nov. 1980.

121. Dois livros publicados em francês, fundamentados em documentos chineses autênticos, dão conta da miséria, da amargura, da revolta e da confusão da juventude chinesa: *Avoir Vingt Ans en Chine, à la Campagne*. Le Seuil, 1978; *Le Printemps de Pékin*. Archives-Gallimard, 1980.

122. *Keesing's Contemporary Archives*, pp. 30 491.

123. *Ibid.*, p. 30 941-2.

plosão de "emprego no terciário" que se conhece muito bem nos países subdesenvolvidos capitalistas).

Por certo, encorajam-se iniciativas sob a forma de pequenas cooperativas, mas a iniciativa puramente privada não é mais recusada.

Além disso, também se estimula o retorno ao campo, mas outra vez empregando "estímulos materiais". Um despacho da *Agence Chine Nouvelle* publicado no fim de 1979<sup>124</sup> afirma que 1 milhão de jovens organizaram cerca de 30 000 fazendas coletivas, nas quais eles se dividiram, em que seu rendimento seria o dobro daquele que se recebe nas comunas populares e "quase igual aos rendimentos nas cidades".

2) A diferenciação acentuada no campo. O desmantelamento gradual das comunas populares, o retorno acelerado a uma economia rural na qual o mercado representa um papel preponderante, não podia senão acentuar as diferenciações sociais no campo. Como na URSS durante os anos 40 e 50, "comunas ricas" e "comunas pobres" — sem falar de "brigadas ricas" e "brigadas pobres" ou mesmo de "camponeses ricos" e "camponeses pobres" — colocam-se lado a lado de novo após o fracasso do esforço de nivelamento que havia levado a uma certa diminuição muito perigosa do crescimento da produção alimentar.

Os bajuladores do novo primeiro ministro Zhao Zhiyang dão notoriedade ao fato de que os camponeses de Sichuan conduziam os seus porcos (privados), de bicicleta (privada), de motocicleta (privada) ou caminhão (cooperativo) para serem vendidos no mercado livre. A palavra de ordem é bem conhecida: "Enriquecei-vos!" Mas quantas comunas populares, para não dizer qual fração do campesinato chinês podem se permitir tais façanhas?!

Já vimos que, segundo fontes oficiais, o rendimento médio de um agricultor corresponde a 50% do de um assalariado das cidades, que é de 75 iuanes por mês. Comparemos a quantia de 40 iuanes por mês ao lucro de seu único caminhão de 400 iuanes obtido pelo famoso camponês Luo... Imagina-se, sem dificuldades, em que penúria vegetal ainda uma boa parte do campesinato chinês, que todavia "conduziu" a Terceira Revolução Chinesa para a vitória, há trinta anos. O vice-primeiro-ministro Yao Yilin reconheceu que 10% dos camponeses não comiam o suficiente para saciar a sua fome. E entre eles também o descontentamento não é mais passivo. Em janeiro de 1979, dezenas de milhares de camponeses se manifestaram em Pequim e uma de suas palavras de ordem era: "Abaixo a fome!".

De fato, em uma análise deliberadamente voltada para agravar o balanço do maoísmo, um dirigente da fração Deng chegou a afirmar que o consumo camponês médio de cereais tinha sido inferior em 1978 se comparado ao de 1957<sup>125</sup>. Essa afirmação é pouco crível.

O jornalista americano Felix Butterfield<sup>126</sup> afirma que, segundo

124. *Agence Chine Nouvelle*, 2 de nov. 1979.

125. Revista chinesa, *Recherches Économiques*, n. 12, 1979, citado por Thierry Pairault, *op. cit.*, p. 97.

126. *New York Times*, 1º de jan. 1981.

fontes governamentais chinesas, a esperança de vida havia passado de 32 anos em 1949 a 68 anos em 1978 na República Popular da China. Tendo em vista que o consumo médio em 1957 ou em 1937 não era superior a 2 000 calorias/dia por pessoa nas famílias camponesas, uma redução desse mínimo não teria certamente permitido semelhante crescimento da duração média de vida, em um país no qual 80% da população vive ainda no campo... O argumento vai ainda mais longe na afirmação do professor americano Nicholas Lardy, segundo a qual o consumo alimentar por habitante havia sido inferior ao dos anos 30 durante todo o período 1958/78<sup>127</sup>.

Ao favorecer a eclosão do mercado, a política da fração Deng provocou, além disso, reações que Mao havia corretamente previsto e temido: as "comunas ricas", as "brigadas ricas", ou mesmo as "equipes de trabalho ricas", preferiram desenvolver culturas que rendiam mais no mercado do que os cereais, que são destinados a preço fixo ao Estado. Seguiu-se uma perigosa estagnação, ou mesmo uma regressão da produção de cereais, apesar do crescimento da produção agrícola no seu conjunto<sup>128</sup>. De acordo com as fontes oficiais, 14,6% da produção agrícola foi vendida para o mercado livre em 1978<sup>129</sup>. O dilema para o governo é particularmente cruel: ou aumentar de novo o preço de compra dos cereais às comunas (o que aumentaria o déficit orçamentário e acentuaria a inflação), ou voltar ao sistema de cotas fixas, isto é, restringir severamente a "liberdade de mercado" recém-concedida.

3) A desigualdade crescente no meio urbano. A desigualdade crescente no meio urbano é produto combinado do crescimento da remuneração dos quadros superiores, do restabelecimento dos privilégios da "burguesia nacional-patriótica", da extensão do setor privado e da aparição massiva no cenário chinês, após uma interrupção de trinta anos, de burgueses (e pequeno-burgueses) estrangeiros: técnicos estrangeiros, turistas etc. O que foi reduzido (e ocultado) durante a "Revolução Cultural", e mesmo quando da sua liquidação, se mostra hoje na praça pública: lojas de luxo, publicidade para produtos de luxo, mercado negro, prostituição etc.

Como na Europa do Leste e na URSS, a questão das divisas estrangeiras tem papel-chave na extensão e na consolidação da desigualdade social. Um vasto mercado negro, em dólares-Hong Kong, dólares americanos, ienes e outras divisas fortes, se instalou, dando acesso a produtos de luxo importados (freqüentemente de forma ilegal) ou fabricados no interior do país. Os turistas, que são considerados como uma das fontes de abastecimento desse mercado, foram obrigados a trocar as suas divisas por uma "moeda especial" chinesa, o que supostamente impede a expansão do mercado negro. De fato, isto simplesmente levou a um tráfico suplementar, o de "vales especiais"<sup>130</sup>. E, da mesma forma que as "lojas especiais em divisas estrangeiras" na Europa do Leste,

127. *New York Times Magazine*, 28 de dez. 1980.

128. De 1977 a 1979, a produção de cereais não aumentou senão 8,5% em média, por ano, enquanto a produção de oleaginosas aumentou 16,5%, a de cana-de-açúcar, 10,5%, e a de beterrabas açucareiras, 12,5%.

129. *Financial Times*, 1º de out. 1980.

130. *The Guardian*, 9 de out. 1980.

esse duplo circuito monetário provocou protestos e até manifestações da parte de setores da população chinesa<sup>131</sup>.

O regime tenta utilizar os políticos que alcançaram "postos de comando" após a "Revolução Cultural" como bodes expiatórios da desigualdade crescente. Sua corrupção (real) é denunciada e também a da burocracia do Partido, sob Liu Shaoqi/Deng Xiaoping (não menos real) havia sido alardeada quando da "Revolução Cultural". Mas, logo que os jovens desempregados e os operários que trabalham duramente por um salário dos mais modestos viram a antiga praia de luxo de Beidaihe voltar a ser uma praia de luxo reservada aos estrangeiros, aos "novos ricos", aos "burgueses patriotas", sem falar dos altos funcionários e tecnocratas atualmente no poder, a chaga artificial do processo do "Bando dos Quatro" e processos semelhantes perderam a eficácia. Graves tensões sociais se acumulam na China. Uma explosão à polonesa não está excluída nos anos futuros.

Deng havia proclamado, quando da segunda sessão da V Assembleia Popular, os princípios de democratização da gestão das empresas, que deveria acompanhar a "liberalização econômica". Mas havia insistido enfaticamente sobre a indispensável união entre "democracia" e "direção centralizada". À direção centralizada do PCC em escala nacional e provincial corresponde a direção centralizada do diretor no plano da empresa. Os operários adquiriram o direito de eleger os chefes de equipe e os chefes de oficina. Mas não podem eleger os diretores de empresa.

Da mesma forma, todos os comentários ocidentais acerca da "reabilitação do lucro", ou mesmo o retorno à "economia de mercado", são tão falsos como aqueles feitos quando das famosas reformas Liberman-Trapeznikov na URSS. O verdadeiro debate se refere ao critério pelo qual as autoridades centrais avaliarão a performance da empresa: se por produção bruta; se pelo total de negócios (vendas); se pelo "valor acrescentado"; se pelo "lucro". Longe de se tornar um motor autônomo de desenvolvimento econômico, o lucro é simplesmente um instrumento de realização do Plano. As empresas não têm a liberdade de fixar (ou de alterar) os preços, nem, para os produtos considerados como essenciais, a liberdade de modificar o sortimento fabricado.

Dê certa forma, como observa justamente Thierry Pairault<sup>132</sup>, apesar das aparências, o controle das instâncias centrais sobre as grandes empresas se reforça ainda mais sob o novo sistema de gestão. Apesar de as empresas receberem autorização de escolher os seus fornecedores, havendo, portanto, relações contratuais que se estabelecem entre elas, toda despesa de fundos deve agora passar pelo sistema bancário, que se torna — como na URSS — o principal instrumento de verificação da realização do Plano. Nenhuma despesa que saia dos

131. Um despacho da AFP, datado de Pequim em 2 de janeiro de 1981, informa que o jornal *Jeunesse Chinoise* denuncia o tráfico de mercado negro que reina no trem Pequim-Cantão (Cantão é a cidade de ligação com Hong Kong). De acordo com este jornal, 50% dos viajantes tomam o trem apenas com fins de comércio ilícito. Entre janeiro e setembro de 1980, 410 caixas de peças de moedas preciosas, de jóias de ouro e de prata e de barras de ouro teriam sido descobertas pela polícia.

132. Pairault, Thierry, *op. cit.*, ver nota 110.



planos de produção e de aprovisionamento previstos para os principais produtos recebe a autorização dos bancos e não pode ser, portanto, efetuada. O papel do lucro, além do seu aspecto contábil, se reduz assim ao de um pequeno "estímulo material", isto é, de aumento de prêmios, cujo montante continua modesto para os operários — em média 10% dos salários. O que não acontece no caso dos burocratas, mas isso ainda não está claro.

Finalmente, tem-se a impressão de que as mudanças profundas não se situam tanto no plano da grande indústria como no da indústria local e rural. É nesse domínio que houve uma verdadeira descentralização, sob a "Revolução Cultural", com a idéia de uma auto-suficiência muito forte introduzida em cada província (em parte ditada por considerações de defesa nacional), que foi acompanhada daquela de um desenvolvimento paralelo da indústria de base (sobretudo siderúrgica, mas também energética) em cada uma delas, com a gestão nas mãos das autoridades provinciais e locais do Partido.

A mudança que foi introduzida pela reforma atual vai, assim, uma vez mais, contrariamente às aparências, mais no sentido da centralização do que no da descentralização. A idéia de "altos-fornos de fundo de quintal" foi definitivamente abandonada. A auto-suficiência de cada província também o foi. A ênfase é posta sobre a diversidade de recursos naturais e uma maior divisão de trabalho entre indústrias locais em todo o país. Inevitavelmente, o peso e o poder das autoridades locais se acham reduzidos, em favor dos *managers*, de um lado, dos administradores centrais dos setores, de outro, sem que se retorne por isso ao velho sistema stalinista de ministérios de setores que controlam tudo de cima. É possível que eles sejam, além disso, substituídos pelos "trustes" a nível nacional. A iniciativa local e provincial para desenvolver as possibilidades específicas de cada região é encorajada, mas ela se acha enquadrada e controlada pela autoridade central.

Não é preciso dizer que o peso do mercado não se acha efetivamente aumentado na economia chinesa sob o novo sistema de gestão ou que "reformas à húngara" são muito fictícias. Antes de tudo, há a ampliação do setor cooperativo e privado, isto é, do setor da economia que escapa ao controle estatal, tanto na cidade como no campo. Além disso, o sistema de "autogestão" — não a autogestão *operária* que implica que a escolha da decisão, em última instância, e, ainda, a escolha e a dispensa do diretor de empresa estejam a cargo do conselho operário — introduzido com prudência, primeiro nas empresas mais rentáveis, dá maior margem de manobra aos *managers* e utiliza elementos de concorrência e de cooperação entre empresas para melhorar a produtividade. Mas nem o quadro geral da planificação centralizada pelo alto (isto é, burocraticamente centralizada), nem a determinação burocrática, por um pequeno número de pessoas, das prioridades na repartição e no desenvolvimento dos recursos nacionais são colocados em questão.

Deriva daí uma contradição fundamental que já era visível na URSS, quando das reformas Liberman-Trapeznikov: o lucro está "nos postos de comando", mas as "empresas" (isto é, os *managers*) não têm a possibilidade de influenciar os elementos determinantes essenciais do lucro: preço de venda das matérias-primas e das máquinas; massa salarial; preço de venda dos produtos finais. Assim, a ala tecnocrática da buro-

cracia queria ampliar as reformas no sentido de conceder aos diretores o direito de despedir mão-de-obra, como se procura fazer na Hungria e na Polônia (o diretor de uma aciaria de Tchungking que emprega atualmente 40000 assalariados<sup>133</sup> queria reduzir esse número à metade!).

Além disso, as pressões inflacionárias que se acentuaram no fim de 1980 e a retomada do controle orçamentário já decidida se traduzem por uma clara política de austeridade — os salários não serão mais aumentados em 10% ou 15% e toda a questão dos prêmios será reexaminada à luz das necessidades da "retomada do controle".

Se traçarmos um balanço geral de toda a evolução econômica da China desde o "Grande Salto Adiante", para não dizer desde a vitória da Revolução de 1949, chega-se a duas conclusões gerais:

1) Em primeiro lugar, a justificação histórica da revolução socialista foi mais que confirmada. A Revolução Chinesa continua a ser o fato mais importante e mais progressista de nosso século ao lado da revolução socialista de outubro, na URSS, a que produziu mudanças mais importantes e benéficas para o maior número de seres humanos, apesar de enormes custos e sacrifícios, em parte evitáveis e inúteis, que decorrem dos erros da burocracia.

Hoje, não são apenas os meios imperialistas, de um lado, o Kremlin e seus agentes, de outro, que o contestam, mas ainda uma parte dos dirigentes chineses, cegos pelo fracionalismo antimaoísta. Mas os fatos são evidentes.

Contrariamente a um mito colocado atualmente em circulação, o progresso econômico da China, no curso dos últimos trinta anos, é amplamente superior ao da Índia. Com base nas estatísticas oficiais publicadas pela direção atual do PCC, em 1978, para o índice 100 da produção de cada habitante na China, a Índia se situava no índice 68 para a produção de cereais, no de 60 para a produção de eletricidade, no de 48 para a produção de aço e no de 46 para a produção de cimento<sup>134</sup>.

A situação social pode, na China, variar consideravelmente de uma região a outra, ou mesmo de uma localidade a outra. A miséria profunda persiste ainda. Mas o progresso histórico não deixa de ser indiscutível; apenas o fato de que, no país dos *coolies* e dos *ricksaws* a tração humana, existam hoje dezenas de milhões de bicicletas e que dois terços das famílias chinesas tenham acesso ao rádio<sup>135</sup> é um índice do progresso histórico alcançado.

Poder-se-ia objetar que tudo isso se traduz em uma produtividade média do trabalho muito baixa, o que é incontestável. Mas ela não era muito mais alta na época do antigo regime, com a dupla diferença de que acompanhada de um esforço físico insuportável e de uma miséria tenebrosa para a massa dos produtores. O progresso, a essa altura, é incontestável e global<sup>136</sup> e resulta do fato de que a força de trabalho não é

133. *Far Eastern Economic Review*, 21 de nov. 1980.

134. Pairault, Thierry, *op. cit.*, pp. 13-6.

135. *Far Eastern Economic Review*, 21 de mar. 1985.

136. Dick Wilson, em sua biografia de Mao — a mais completa aparecida até hoje —, é severo no que diz respeito ao balanço político da ação de Mao, mas reconhece igualmente que os 900 milhões de habitantes da República Popular da China desfrutaram de um nível de vida amplamente superior ao das gerações precedentes (*Mao, The People's Emperor*, Londres, Futura Publications, 1980, p. 452).

mais uma mercadoria, que não há mais mercado de trabalho e que — apesar da enorme massa de desempregados — os trabalhadores têm a segurança do emprego e o salário mínimo assegurados, reflexo da propriedade coletiva dos meios de produção e da existência do Estado operário, apesar de altamente burocratizado. Isso prova que o capitalismo não foi restaurado na China, que este país conserva uma estrutura econômica comparável àquela da URSS, das “democracias populares”, da Iugoslávia, de Cuba, do Vietnã do Norte, o que determina uma mesma dinâmica econômica a longo prazo e contradições econômicas similares.

2) Depois disso, o enorme peso do subdesenvolvimento impõe estrangulamentos rígidos ao desenvolvimento econômico da China, que continua surpreendentemente imutável no curso dos últimos trinta anos, apesar dos giros políticos mais violentos. Mesmo que se faça abstração da fraseologia e do peso relativo de diferentes frações da burocracia (política, militar, tecnocrática), assim como do nível flutuante das mobilizações de massa, são as continuidades e não as flutuações que impressionam na política econômica da burocracia.

Confrontadas com as opções fundamentais em matéria de desenvolvimento econômico, *todas* as frações da burocracia deram franca prioridade ao desenvolvimento da indústria pesada; relegaram a segundo plano, se não subempregaram a indústria leve, que constitui, entretanto, a parte mais desenvolvida da indústria chinesa, a mais im-

TABELA XXXVIII — O crescimento econômico da República Popular da China

	1952	1959	1979	1981
Aço (milhões de toneladas)	1,3	13,3	35	35,6
Carvão	66,5	347,8	635	622
Petróleo bruto	0,4	5,5	106	101,2
Cimento	2,9	6,0	73,9	82,9
Adubos químicos	0,2	2,0	10,6	12,4
Fios de algodão (milhões de fardos)	3,5	8,2	14,7	16,2
Bicicletas (unidades)	80 000	?	10,1 milhões	17,5
Aparelhos de rádio	—	?	13,8 milhões	?
Relógios de pulso	—	?	17,1 milhões	23,7
Eletricidade (bilhões de kwh)	7,3	41,5	282	309,0
Cereais (milhões de toneladas)	164	185-200	332	325
Algodão	1,3	2,4	2,2	2,97
Açúcar	0,45	1,1	2,5	3,5
Porcos (milhões no fim do ano)	90	140	319	330

(Os dados de 1952 e de 1979 são estatísticas oficiais chinesas. As de 1959 são aqueles de Jacques Guillermez, *Le Parti Communiste Chinois au Pouvoir*, Payot, 1972, isto é, corrigindo as falsificações admitidas mais tarde pelas próprias autoridades. As cifras de 1981 provêm de Ma Hong, *New Strategy for China's Economy*, Pequim, New World Press, 1983).

1. Ma Hong dá para 1981 uma produção de 5,4 milhões de aparelhos de TV.

portante, seja para a satisfação das necessidades da população, seja para o desenvolvimento das exportações.

É possível que isto mude agora. Mas esperemos...

Confrontadas com os problemas colocados pela grande indústria chinesa perdida num oceano de produção arcaica, *todas* as frações da burocracia mantiveram e procuraram reforçar a tutela da autoridade central sobre as empresas, mesmo que com métodos diferentes. Nós já enfatizamos isso para a fração Deng Xiaoping, o que igualmente aconteceu durante a “Revolução Cultural”, fato de bom grado ignorado pelos maoístas ocidentais, mas não menos real.

Diante da estreita margem que separa a satisfação das necessidades alimentares da população chinesa de uma reaparição da fome, *todas* as frações praticaram uma política sistemática de importação de cereais.

Poderia se supor que essas práticas constantes resultam automaticamente das limitações do subdesenvolvimento. Não é verdade. O único resultado inevitável das limitações é que a margem das variantes possíveis e realizáveis é estreita. Nenhuma política econômica pode assegurar a 1 bilhão de chineses — no presente ou em dez anos — um nível de consumo e de cultura comparável àquela dos países industrializados, ou mesmo semi-industrializados.

Mas, precisamente porque essa margem é estreita, a gestão e a planificação burocráticas, as opções erradas, os erros desastrosos em matéria de investimentos ou de prioridades, o desperdício dos recursos, o abafamento do potencial de iniciativa das massas têm na China conseqüências ainda mais nefastas do que nos países desenvolvidos. São verdadeiros crimes contra o proletariado e o campesinato pobre, crimes contra o povo chinês, crimes contra a humanidade.

A crise da economia chinesa é a da gestão burocrática e não da economia socializada, exatamente como na URSS e na Polônia. É uma crise de subprodução de valores de uso, não de superprodução de valores de troca, como se conhece nos países capitalistas. É uma crise de subutilização de recursos físicos (materiais e humanos), não de superacumulação de capital. Aquele que não compreende essas distinções não entendeu o á-bê-cê da análise econômica marxista.

O exemplo chinês confirma o que os marxistas revolucionários não cessaram de afirmar durante meio século. A democracia socialista não é um “luxo para os países ricos”. Ela não é uma “norma ideal” a ser realizada “após a eliminação final do imperialismo”, devendo forçosamente se curvar enquanto isso diante dos imperativos da *Realpolitik*, mas sim uma exigência material imediata, em *todos* os Estados operários, condição indispensável para um emprego, sob certos aspectos, racional dos recursos materiais e humanos e que permite um funcionamento relativamente harmonioso da planificação, o único meio de reduzir suficientemente, de alguma maneira, os desperdícios, as imperícias e as fraudes na gestão dos meios de produção coletivizados. Sem democracia socialista é impossível recensear realmente as necessidades da massa de consumidores e suas prioridades. É ainda menos possível recensear as capacidades de produção reais das empresas e de controlar fluentemente o seu emprego efetivo. Toda planificação eficaz se torna impossível quando os burocratas têm um interesse material em ocul-

tar uma fração dos recursos das empresas. Toda a vida econômica se torna opaca.

Nesse sentido, o dilema dramático da China enquanto um país muito menos desenvolvido que a URSS, e também que as “democracias populares”, que Cuba ou que a Iugoslávia, enquanto um país onde o proletariado é muito menos desenvolvido e muito menos qualificado, é que a democracia socialista é muito mais difícil de ser realizada. Mas, em função do próprio subdesenvolvimento, a democracia socialista é ainda mais necessária. Sua ausência impõe desequilíbrios à economia — e às massas sacrifícios muito menos toleráveis — justamente porque as válvulas de segurança, que existem em outros lugares, estão ausentes. Somos convictos de que um número crescente de trabalhadores, de jovens rebeldes, de comunistas críticos na República Popular da China tirarão todas as conclusões que se impõem. Como sinal dos tempos, o novo Movimento Democrático chinês fez sua a bandeira da “quinta modernização”: a democracia, da qual depende a realização das quatro outras, científicas e econômicas.

No início de 1985, o alcance das “quatro modernizações”, da “retificação” e da diminuição relativa do crescimento que as seguiu, depois da retomada do crescimento acelerado que as sucedeu em 1983/84, se revela claramente. A política do tipo NEP, iniciada no campo, com o desmantelamento das Comunas Populares conduziu a um progresso da produção e dos rendimentos camponeses que duplicaram de 1978 a 1984. Ao mesmo tempo, a desigualdade se acentuou fortemente, os prêmios “milionários em iuane” apareceram, suscitando o que a imprensa oficial chamou pudicamente de “a inveja” dos pobres.

Apesar de uma aceleração espetacular da pequena indústria rural, que representa agora algo em torno de 57% da produção industrial bruta, o problema da população excedente no campo continua angustiante e não resolvido<sup>136a</sup>.

Em outubro de 1984, a fração Deng ampliou de maneira espetacular as reformas de gestão “comercial” — isto é, a abertura da planificação ao lucro dos burocratas e tecnocratas das empresas — na indústria urbana. Espera-se que a taxa de crescimento industrial, já elevada em 1983 e 1984, aumente mais para atingir porcentagens da ordem de 7% a 10% ao ano em média. Mas esse crescimento é acompanhado de tensões sociais crescentes nas cidades. A burocracia procura aplicar práticas de demissão de mão-de-obra nas empresas, enquanto a corrupção e o mercado “cinza”, ou “negro”, se ampliam simultaneamente. Novos ajustamentos serão inevitáveis, provavelmente acompanhados de movimentos de protesto popular como o dos estudantes em Pequim no fim de 1984 e início de 1985.

136a. Ver a esse respeito Thierry Pairault, *Politique Industrielle et Industrialisation en Chine*, e Alain Lefebvre, *La Politique Rurale de la Chine*, publicados pela Documentação francesa, respectivamente em 1983 e 1984.

## CAPÍTULO XXI

### O NOVO CICLO 1976/80

1950-70 (ciclo individualmente)

71-75 (crise geral)

76-80... o fim da recessão generalizada, mais fundamentada em desemprego global

A recessão generalizada teve seu fim em 1975 e mais cedo nos Estados Unidos, mais tarde na RFA, no Japão e em outros países imperialistas. Em 1976/79, a economia capitalista internacional se encontrou em fase de retomada.

Do ponto de vista marxista, há apenas um critério para julgar se há recessão ou retomada da atividade econômica: a tendência da produção material e, estreitamente ligada a ela, a da acumulação de capital (o volume e o reinvestimento dos lucros). Tomar como critério da retomada a amplitude do desemprego ou a alta dos salários reais (dos rendimentos da população trabalhadora) é se enganar inteiramente sobre a natureza do regime capitalista. Este constitui um sistema de produção no qual o lucro e a acumulação de capital constituem os fins da atividade econômica. O volume do emprego ou a evolução dos salários reais não são mais que epifenômenos. Mais ainda: a situação “ideal” para o capitalismo é precisamente a que permite combinar o crescimento da produção material, um nível elevado de desemprego, a estagnação ou a elevação muito moderadas dos salários a uma acelerada alta dos lucros e da acumulação de capitais. Graças a uma tal combinação a produção de mais-valia batera momentaneamente todos os recordes. Tal coincidência não se realizou quando de cada retomada na história do capitalismo industrial dos 150 últimos anos. Não se realizou de maneira ideal em 1976/77. No entanto se aproximou disso. Essa não é certamente uma razão para contestar a natureza da retomada da tendência conjuntural em 1976/77.

A modificação da conjuntura se exprime claramente nas cifras da Tabela XXXIX.

Mas se a retomada era evidente, era entretanto relativamente frágil e hesitante. Isto se manifestou sobretudo pela dificuldade que encontrou a própria produção industrial em retomar o nível mais elevado que havia atingido às vésperas da recessão (ver Tabela XL).

Mas o mais importante é que a retomada foi muito limitada para reabsorver o desemprego. A “função histórica” da recessão de 1974/75, para a burguesia internacional, foi precisamente a de acabar com o “pleno emprego” como “objetivo prioritário da política econômica, monetária e social”<sup>137</sup> e de reintroduzir um desemprego massivo permanente, para obstruir o “mercado de trabalho”. A premiação do Nobel de Ciências Econômicas ao professor Milton Friedman em 1976 foi, desse

137. Que se trata de uma mistificação ideológica é a evidência que resulta do fato de que o verdadeiro pleno emprego nunca foi na prática realizado em regime capitalista — exceto em economia de guerra. O que se chama comumente de “pleno emprego” é uma taxa de desemprego que, de acordo com o país, é inferior a 2,5% ou 4% da mão-de-obra assalariada ou da população ativa.

TABELA XXXIX — Evolução da produção industrial

Países	1975 (%)	1976 (%)
Estados Unidos	-8,9	+10,0
RFA	-6,2	+8,5
Japão	-10,9	+13,5
França	-7,3	+10,0
Grã-Bretanha	-4,8	+0,8
Itália	-9,8	+12,5
Canadá	-4,6	+4,0
Austrália	-6,3	+5,5
Bélgica	-10,0	+9,0
Suécia	-1,8	-1,0

Fontes: Väckens Affärer, 2 de set. 1976; National Institute Economic Review, fev. 1977. Relatório do GATT. "O Comércio Internacional em 1976/77".

TABELA XL — Produção industrial do fim de 1976 comparada àquela de antes da recessão (100 = 1970)

Países	Máximo antes da recessão	Nível 4º trimestre de 1976
Estados Unidos	set. 1973: 123	nov. 1976: 123
Japão	mar. 1974: 139	out. 1976: 130
RFA	nov. 1973: 125	nov. 1976: 117
Grã-Bretanha	nov. 1973: 117	out. 1976: 109
França	nov. 1973: 136	out. 1976: 130
Itália	out. 1973: 136	nov. 1976: 130

Fonte: OCDE.

ponto de vista, o símbolo da "contra-revolução antikeynesiana" que se produziu no campo da ideologia econômica burguesa, refletindo um deslocamento de prioridades socioeconômicas da classe capitalista no campo material e da luta de classes. *Investir não emprega os meios*

Os porta-vozes reconhecidos da burguesia internacional, da mesma forma que os representantes burgueses da ciência acadêmica, não mascararam, aliás, suas palavras a esse respeito. O professor Karl Brunner, chefe da ala dos monetaristas suíços, que viveu nos Estados Unidos até sua morte, afirmou: "Se se quer eliminar a inflação, há um preço a pagar, que é o do desemprego. O desemprego é, portanto, o custo social para se acabar com a inflação. E não venham me dizer que existe uma outra saída, pois não é verdade". (Entrevista publicada na revista *Tendance-Trends*, 8 de set. 1976.) Um dos principais monetaristas mundiais, o professor Harry G. Johnson, recentemente falecido, não se exprimiu de maneira menos dura: "A resposta (à inflação) depende/.../ a longo prazo/.../ da vontade da sociedade de se afastar do *welfare state*" (*The Banker*, ago. 1975). Em termos um pouco mais pudicos, mas não menos claros, os autores do 47º *Rapport Annuel* (do

Banque des Règlements Internationaux) afirmaram: "Esse relatório segue, antes de tudo, o pensamento segundo o qual a aceleração da inflação durante os anos 60 e o início dos 70 é em grande parte resultado da vontade expressa das autoridades de manter o pleno emprego, enquanto eram negligenciados os efeitos potenciais sobre a estabilidade dos preços, do estreitamento dos mercados de trabalho e da penúria de capacidades" (*op. cit.*, p. 51).

Exprimindo-se de uma maneira ainda mais prudente neste país altamente politizado que é a França, os senhores Classen, Garelo e Pascal Salin escreveram: "A luta contra a inflação requer uma política monetária restritiva, de tal maneira que o crescimento monetário seja tanto mais próximo da taxa de crescimento prevista do PNB real quanto se deseje voltar à estabilidade mais rapidamente. O risco desta política é evidentemente o agravamento do desemprego" (*Turbulences d'une Économie Prospère, op. cit.*, p. 86).

Não poderia ser melhor confirmada a análise feita em *O Capital*, de Marx, há mais de um século: o capitalismo não pode sobreviver a longo prazo sem exército industrial de reserva, isto é, sem desemprego. Todos os nossos bons social-democratas e outros reformistas que afirmaram que a "economia mista", na qual consideram que vivemos, não é mais economia capitalista tiveram, uma vez mais, as suas expectativas frustradas.

A recessão de 1974/75 deixou uma taxa de desemprego estrutural que a OCDE avaliou em 15,5 milhões no conjunto dos países imperialistas no final de 1976. Ao término de 1977, a mesma OCDE estimou que o desemprego havia crescido no conjunto dos países imperialistas para 16,3 milhões e previu que atingiria em 1978 17 milhões de desempregados oficialmente recenseados.

TABELA XLI — Evolução do desemprego durante a retomada

Países	Set. 1976	Dez. 1977
Estados Unidos	7 400 000	6 337 000
Grã-Bretanha	1 319 000	1 428 000
Itália	1 145 000	1 558 000
Japão	1 130 000	1 140 000
RFA	890 000	1 027 000
França	841 000	1 027 000
Espanha	750 000	1 000 000
Canadá	775 000	912 000
Benelux	444 000	555 000
Austrália	350 000	400 000

Fontes: Estatísticas governamentais, exceto para a Espanha, para a qual reproduzimos estimativas de revistas econômicas.

No pior momento da recessão, havia 17 milhões de desempregados. Uma retomada que aumentou a produção industrial em média 10% em relação ao nível mais baixo da recessão deixou, portanto, praticamente intacto o desemprego criado pela crise. Tal é o balanço eloquente do período 1973/79 em matéria de empregos.

Particularmente dramática foi a deterioração do emprego para os

jovens, as mulheres e os trabalhadores imigrantes, isto é, para os setores mais vulneráveis e economicamente mais frágeis do proletariado. O semanário americano *Business Week* (20 de set. 1976) relata, no que diz respeito aos jovens, que nos Estados Unidos, em julho de 1976, 18% dos menores de 20 anos que haviam terminado seus estudos estavam sem trabalho. Para os jovens negros entre 16 e 19 anos, a taxa de desemprego atingia 34,1%. No início de 1977, mais da metade dos 7 milhões de desempregados oficialmente reconhecidos nos Estados Unidos era de jovens com menos de 24 anos. Na CEE, a participação dos jovens com menos de 25 anos no número total dos desempregados evoluiu conforme a Tabela a seguir:

TABELA XLII — Porcentagem de jovens em relação ao número total de desempregados

	Bélgica (%)	França (%)	RFA (%)	Itália (%)	Grã-Bretanha (%)
1967	16,3	19,4	12,2	22,8	25,9
1970	11,9	23,1	18,7	26,5	27,3
1972	17,2	25,0	19,8	27,3	31,7
1975	31,5	37,4	28,6	34,1	41,9
1976	32,3	37,7	24,8 <sup>1</sup>	—	43,9
1977 (set.)	43,5	46,0	26,6 <sup>2</sup>	39,0	45,5

Fonte: Estatísticas da CEE.  
1. Setembro 1976.  
2. Maio 1977.

Desemprego dos jovens para o conjunto da CEE

Média	Em porcentagem do total de desempregados	Em cifras absolutas
1969/73	26,5	561 000
1974	30,7	824 000
1975	35,3	1 512 000
1976	37,0	1 778 000
1977	37,4	1 996 000

Fonte: Eurostat.

Em setembro de 1977, na França, 54,5% dos desempregados eram mulheres. No final de 1976, a taxa de desemprego feminina na RFA era 5,9% contra 3,4% masculina. No Ruhr, a diferença era ainda maior: 6,6% contra 3,4%. Na Bélgica, a taxa de desemprego era, em 1976, 12,5% entre as mulheres e 6,7% entre os homens. Os trabalhadores imigrados em setembro de 1975 conheciam uma taxa de desemprego de 7,6% contra uma taxa de 4,7% para o conjunto dos assalariados na RFA. Se essa porcentagem baixou desde então, foi

porque mais de 20% desses trabalhadores — 500 000 — foram reenviados no final de 1976 para seus países de origem<sup>138</sup>.

Se se examinam as causas da mudança conjuntural, percebe-se que a recessão foi freada e a retomada estimulada pelos enormes déficits orçamentários em 1975/76. O que quer dizer que, durante os anos 1975/76, houve uma mudança na tendência do endividamento privado, que cresceu mais rapidamente do que o endividamento público — o que é normal em uma fase de estagnação relativa dos negócios e de maior abundância de capitais-dinheiro em posse do grande capital. Tendo em vista a conjunção entre elevação da taxa de lucros, maior liquidez dos trustes e largada muito lenta dos investimentos, reduziu-se o recurso aos empréstimos bancários, enquanto a dívida pública se elevava vertiginosamente<sup>139</sup>.

De fato, o custo de vida e os preços dos bens de consumo não pararam de aumentar, mesmo em plena recessão, apesar de uma queda brutal de quase todos os preços de matérias-primas, de uma derrocada dos preços de certos produtos manufaturados, de uma reparação agitada da concorrência em setores como o têxtil e o de eletrodomésticos e de uma superprodução generalizada de quase todas as produções finais.

TABELA XLIII — Elevação média anual do custo de vida

Países	Média 1959/60 1972/73 (%)	1974 (%)	1975 (%)	1976 (%)	1977 (%)
Estados Unidos	+2,6	+11,4	+8,0	+5,8	+6,5
RFA	+3,3	+7,0	+5,8	+4,5	+3,9
Japão	+6,0	+4,4	+11,8	+10,4	+8,1
França	+4,5	+13,7	+11,8	+9,7	+9,8
Grã-Bretanha	+4,1	+15,1	+21,5	+15,8	+15,9
Itália	+4,6	+19,1	+16,8	+16,6	+18,4
Canadá	+2,6	+10,5	+11,0	+7,5	+8,0
Holanda	+5,0	+10,0	+10,5	+9,0	+6,7
Suécia	+4,6	+9,9	+9,5	+9,5	+11,4

Fontes: OCDE, *Perspectiva Econômica*, nov. 1975 e dez. 1977; Comunicado de imprensa da OCDE, 9 de fev. 1978.

O caráter inflacionário da retomada colocou o capitalismo internacional e sobretudo os governos burgueses — sejam de direita, sejam de esquerda — em um dilema particularmente doloroso para os países com uma taxa de inflação superior à média.

138. Wolf, Winfried *op. cit.*, pp.125-6.

139. Há, entretanto, exceções. Na Bélgica, os créditos bancários ao setor privado passaram de 300 bilhões de francos belgas no início de 1972 a 782 bilhões de francos belgas no fim de 1976. Eles aumentaram mais rapidamente que os créditos ao setor público, que passaram durante o mesmo período de 235 bilhões a 447 bilhões de francos belgas.

Ou bem tais governos continuam a dar prioridade à "luta contra a inflação". (Nesse caso, todo nível "excessivo" — ou abaixo da média internacional dos países imperialistas — de taxa de inflação gerou severas medidas de deflação que anulam efetivamente a retomada, levando a economia à recessão da qual apenas acabara de sair. Isso aconteceu especialmente na Grã-Bretanha — onde as empresas tinham de pagar até 20% de juros para os empréstimos correntes — e na Itália, assim como na França, após a entrada em vigor do Plano Barre. Todos esses países viram a sua produção industrial baixar a cifras absolutas após a tomada de medidas deflacionárias.)

Ou bem os governos burgueses se abstêm de toda medida deflacionária e continuam se apoiando no impulso de 1975/76 de estimular a retomada através de déficits orçamentários, o crédito barato e em geral o crescimento acelerado da massa monetária. (Nesse caso, a inflação acentua-se. Isso foi especialmente o que ocorreu nos Estados Unidos e na Suécia. A RFA e o Japão somente escaparam dessa situação pela moderação das medidas de estímulo e pela incidência inicial da alta da cotação do câmbio de suas moedas<sup>140</sup>). Mas resultou daí simplesmente uma retomada muito mais lenta do que a prevista e que poderia não ultrapassar um certo patamar. Para ultrapassá-lo, era preciso "reaquecer" de maneira mais enérgica, como foi feito nos Estados Unidos, e pagar o preço de uma inflação que se aceleraria novamente.)

A "crise fiscal do Estado" coloca, além disso, limites objetivos ao crescimento dos déficits orçamentários e das medidas de retomada — se se quer evitar cair na inflação galopante. Já enfatizamos: o enorme crescimento da dívida pública acompanhou na maior parte dos países as medidas de retomada de 1975/76. Tal foi o ônus para se evitar mais uma vez uma crise catastrófica, da amplitude daquela de 1929/32, e procurar transformá-la em uma recessão mais limitada em profundidade e amplitude, embora essa tenha sido a mais grave após a II Guerra Mundial. Generalizadamente, setores importantes da burguesia exerceram pressão constante para a diminuição do ritmo de crescimento das despesas públicas e dos déficits orçamentários<sup>141</sup>.)

A amplitude dos déficits orçamentários — e o crescimento da dívida pública que deles resulta — pode ser medida por terem se situado, em 1975, em 5% do PNB nos Estados Unidos, em 7% na RFA e em 9% na Grã-Bretanha. A mesma observação se aplica, particularmente, a pequenos países imperialistas, como Noruega, Grécia e Áustria, onde os governos social-democratas tiveram êxito em limitar efetivamente a extensão da recessão de 1974/75<sup>142</sup>.

140. A mais longo prazo, essas modificações da taxa de câmbio correm o risco de ter o efeito contrário, sobretudo se, para defender a posição competitiva de suas exportações, os Bancos Centrais destes países se põem a comprar massivamente dólares, o que gera uma inchação da massa monetária, que já aumentou mais fortemente em 1977 na RFA e no Japão, 10%, do que nos EUA, 7,5%.

141. Esta campanha contém uma boa dose de demagogia. É justamente em período de crise que o patronato se dirige mais do que nunca aos poderes públicos para recuperar o dinamismo. O que reclamam os capitalistas é menos uma redução do que uma reestruturação das despesas públicas: menos despesas sociais e mais subsídios ao setor privado e gastos — logo encomendas — militares.

142. O governo da Noruega foi obrigado a passar para uma política deflacionária ao fim de 1977 — e isso apesar do fato de que a produção industrial

TABELA XLIV — Evolução da dívida pública na Áustria

	Em bilhões de xelins correntes	Em % do PNB
1972	49,80	10,62
1973	56,20	10,55
1974	61,30	10,00
1975	100,30 <sup>1</sup>	15,34
1976	134,20	18,52
1977 (prev.)	165,60	20,50

1. *Die Presse*, 22 de out. 1976.

A "performance socioeconômica" desses governos ficou certamente acima da média, tanto no que concerne à defesa do emprego como à manutenção do rendimento real dos trabalhadores. Isso se explica essencialmente pela forma particular através da qual tais países estavam inseridos no mercado mundial<sup>143</sup>. No caso da Áustria, acrescen-

TABELA XLV — Comparação, por ciclo, da evolução dos investimentos não-residenciais (em % com relação ao pico precedente)

Países	(I a IV marcam os quatro trimestres de cada ano)	
RFA	II/1966 — I/1969	+11,8
	III/1971 — II/1974	-6,5
	I/1974 — IV/1976	+7,4
Canadá	I/1960 — IV/1962	+5,1
	I/1969 — IV/1971	+14,9
	I/1974 — IV/1976	+0,5
Estados Unidos	I/1960 — II/1963	+9,0
	IV/1969 — I/1973	+12,5
	IV/1973 — I/1977	-7,9
França	I/1964 — I/1966	+15,8
	II/1966 — II/1968	+12,2
	III/1974 — III/1976	+4,1
Japão	I/1962 — I/1965	+31,7
	IV/1964 — IV/1967	+40,4
	IV/1973 — IV/1976	-12,9
Grã-Bretanha	IV/1964 — I/1968	+17,0
	II/1969 — III/1972	+8,8
	III/1973 — IV/1976	-13,9

Fontes: *Banque des Règlements Internationaux*, 47<sup>o</sup> Rapport Annuel, p. 14.

propriamente dita havia já diminuído 1% em 1977, que continuará, sem dívida, em 1978.

143. No caso da Suécia, é necessário, além disso, ter em conta o fato de que o ciclo industrial do país continua parcialmente dessincronizado em relação ao ciclo internacional. Ver o artigo de Benny Asman in *Inprécor*, n. 48-9 de 24 de dez. 1975.



ta-se, subsidiariamente, a amplitude do setor nacionalizado da economia — o maior entre os países imperialistas — e, no caso da Noruega, a importância dos recursos petrolíferos. A acumulação de importantes reservas permitiu ainda uma política anticíclica mais audaz, sem provocar uma taxa de inflação de dois algarismos. Entretanto o crescimento da dívida pública foi fulminante para essas nações, o que implica que seja pouco provável que possam repetir tal performance quando de uma próxima recessão.

Mas a principal característica da retomada é seu caráter *desigual por países e setores e, portanto, não-acumulativa e hesitante*. É necessário analisar as causas e enfatizar os aspectos fundamentais dessa retomada irregular, que não conseguiu imprimir uma verdadeira decolagem:

1) A *recuperação dos investimentos produtivos* foi bastante mais lenta do que a prevista e não teve sucesso em preencher o consumo das famílias para assentar a retomada. Isso não se deve à insuficiência dos lucros, como já demonstramos no Capítulo XIII. Ocorre essencialmente em função da *pressão das capacidades de produção não-utilizadas*, que persistiam no final de 1977 em flutuar em torno de 20% em plena retomada do conjunto dos países imperialistas, incluindo os Estados Unidos, que experimentaram a mais significativa recuperação. A esse respeito é expressivo o seguinte comentário no semanário americano *Business Week* (1º de nov. 1976), sob o eloqüente título "Where is the capital spending boom?" ("Onde está o boom dos gastos com investimentos?"): "Nos Estados Unidos, as despesas com investimentos ainda se situam em torno de 9% abaixo do ponto atingido há dois anos e meio, na segunda metade de 1973. No Japão, os gastos com investimentos estão 24% abaixo da taxa nesse mesmo período. Nos quatro principais países da Europa Ocidental (Alemanha, Grã-Bretanha, França e Itália) a diferença é de 11%. E, se os Estados Unidos parecem estar atualmente em vias de desenvolver a retomada dos gastos com investimentos de maneira mais exitosa do que todos os países avançados, o seu crescimento permanece mais baixo este ano do que durante qualquer uma das cinco retomadas econômicas do período pós-guerra".

Nada surpreendente, em tais condições, que se tenham abundância de capital-dinheiro e procura bastante moderada por parte das empresas ao crédito bancário. De fato, na semana que terminou em 29 de setembro de 1976, os créditos bancários às empresas se situavam, nos Estados Unidos, em 116,6 bilhões de dólares contra 123,5 bilhões no final de setembro de 1975, ou seja, um recuo de 5,5%, que equivale a mais de 10% se se considerar a inflação. Um ano mais tarde, em 28 de setembro de 1977, o volume desses empréstimos se elevou para 125 bilhões de dólares, superando um pouco o de 1975, o que, levando-se em conta a taxa de inflação, representou na realidade uma queda em torno de 12% (*Business Week*, 25 de out. 1976 e 24 de out. 1977). O mesmo fenômeno se notou na Grã-Bretanha: "A prudência conduziu a uma importante redução do recurso aos empréstimos bancários. De acordo com uma declaração de Anthony Rudge, presidente do Conselho de Administração do Barclay's Bank em Birmingham, as indústrias metalúrgicas apenas recorreram a 38% do volume de adiantamentos em contas correntes que lhes foram oferecidos" (*The Observer*, 10 de out. 1976).

TABELA XLVI — Poder de compra das massas nos principais países imperialistas em 1975

Países	Crescimento dos rendimentos reais líquidos (%)	Crescimento da taxa de poupança (%)	Crescimento do consumo em volume (%)
Estados Unidos	1,4	0,7	0,7
RFA	4,4	2,3	2,1
Japão	2,9	-1,1	4,0
França	3,0	1,1	1,9
Grã-Bretanha	0,2	0,6	-0,4
Canadá	2,3	0,4	1,9
Itália	0,9	3,4	-2,5

Fonte: Perspectiva Econômica, n. 18, dez. 1975, p. 24.

2) A *demanda de bens de consumo no mercado interno não se ampliou* mais após o efeito "detonador" da retomada. O movimento cumulativo é anulado pelo resultado do desemprego e da inflação que persistiram, os efeitos que eles geraram sobre a taxa de poupança das famílias, a ausência de um *boom* de investimentos e, em certos países, pelas medidas de deflação que sucederam rapidamente as de retomada.

Como se vê, o volume de consumo interno aumentou em proporções as mais modestas (exceto no Japão), apesar dos déficits orçamentários.

No conjunto, o volume das vendas no varejo nos Estados Unidos (a preços fixos), apenas aumentou, entre setembro de 1975 e setembro de 1976, 3%, e menos de 3% entre setembro de 1976 e setembro de 1977 (*Business Week*, 1º de nov. 1976 e 31 de out. 1977), apesar de, durante esses dois últimos anos, o volume de emprego ter aumentado 5% e o rendimento disponível, em termos reais, 10%. A estagnação do volume do consumo interno é maior ainda na Grã-Bretanha, onde, em preços fixos de 1970, foi, no segundo semestre de 1976, ligeiramente inferior à da média anual em 1973 (*The Times*, 20 de ago. 1976).

3) A *retomada é internacionalmente desigual*. Enquanto os países imperialistas entraram quase simultaneamente na recessão de 1974/75, não conheceram nem uma retomada simultânea, nem uma retomada da mesma amplitude. O mecanismo internacional da retomada foi, *grosso modo*, o seguinte:

a) reanimação da produção nos Estados Unidos desde o segundo semestre de 1975, estimulada especialmente por uma forte recuperação do setor automobilístico (a indústria de construção civil, outro setor detonador da crise, estagnou-se e continuou no marasmo durante 1975/76)<sup>144</sup>;

144. A estagnação prolongada da construção imobiliária nos Estados Unidos, no início da retomada, era devida à alta vertiginosa dos preços. O preço de uma nova casa para uma família atingiu 43 600 dólares no outono de 1976, ou seja, o dobro do preço de 1970. Da mesma forma, em Paris, o preço de um apartamento novo aumentou 48% entre 1974 e meados de 1976 (*Le Monde*, 28 de set. 1976). Não é de surpreender, diante disso, que o ritmo da construção na França continuou em 1977 inferior em mais de 15% ao que era no segundo semestre de 1974.

b) retomada no Japão e na Alemanha Ocidental, com uma defasagem de aproximadamente seis meses em relação à dos Estados Unidos, sobretudo a partir do impulso de um avanço importante das exportações;

c) retomada, simultaneamente à da RFA, em alguns países como Áustria e Suíça, fortemente "apoiados" na CEE. Mas, enquanto a recuperação alemã e japonesa continuava a ser alimentada pelo avanço das exportações durante todo o ano de 1976 e início de 1977, houve uma brusca quebra da retomada na França e nos países do Benelux no segundo semestre de 1976, ao mesmo tempo sob o efeito de uma menor competitividade dos produtos exportados, de uma alta de preços de exportação superior àquela dos produtos alemães e de medidas deflacionárias tomadas pelos governos em questão para combater a aceleração da inflação (para Bélgica e Luxemburgo, é necessário acrescentar os efeitos da grave crise da siderurgia);

d) na Grã-Bretanha a retomada foi muito lenta e na Itália, de curta duração; nos dois casos foi completamente estrangulada por medidas deflacionárias severas de seus governos;

e) fato bastante importante: exceto no que diz respeito ao Japão, a expansão americana em 1976 e no início de 1977 não foi acompanhada de um avanço proporcional das importações provenientes dos países imperialistas e dos dependentes e semicoloniais; de fato, durante os nove meses entre o fim do terceiro trimestre de 1975 e o fim do primeiro semestre de 1976, as exportações totais da CEE aumentaram 16,4%, mas suas exportações para os Estados Unidos *diminuíram* 5,5% (Eurostat, *Boletim Mensal do Comércio Exterior*, n. 9, 1976, p. 24); simultaneamente, as exportações japonesas para os Estados Unidos cresceram 40%.

4) A retomada foi setorialmente desigual, sob a influência combinada de taxas diferentes de capacidade excedente que existiam nos vários setores, de uma dinâmica cada vez mais dispare a médio e longo prazos.

A conclusão que se pode extrair destes quatro fatores é clara: não haveria uma retomada rápida e cumulativa que desembocasse em um novo boom. A recuperação fragmentária, hesitante e desigual ameaçou constantemente recair em uma nova recessão. Com relação ao longo período de expansão dos anos 50 e 60, recessão e retomada continuaram sob o signo de uma depressão dos fatores de crescimento<sup>145</sup>.

A situação da economia internacional se deteriorou sensivelmente no curso do segundo semestre do ano de 1977. Por todo lado, a ativi-

145. Isso não é uma lição extraída depois do fato. Em 1º de novembro de 1976, escrevemos: "Uma das características principais da retomada econômica atual é sua característica hesitante e não acumulativa /.../ A retomada é internacional e setorialmente desigual" (*Inprécor*, n. 61-2 de 11 de nov. 1976). E, no n. 40-1 da mesma revista, tínhamos escrito, em 10 de dezembro de 1975: "A conclusão é clara: a recessão não desembocará em um boom poderoso, mas em uma retomada limitada, conduzindo muito rapidamente a uma nova recessão". As perspectivas opostas defendidas pelos experts da OCDE, que previam ainda em dezembro de 1975 uma taxa de crescimento de 6% (!) até o fim dos anos 70, sem falar dos experts do semanário *The Economist* que falam de um "novo boom" em seu número de 12 de abril de 1975, demonstraram-se bastante fantasiosas.

TABELA XLVII — Evolução da produção industrial

Países	1976 (%)	1977 (%)	1º sem. 1977 (%)	2º sem. 1977 <sup>1</sup> (%)	1º sem. 1978 <sup>2</sup> (%)
Estados Unidos	+10,2	+5,6	+6,2	+3,0	+4,5
Japão	+13,6	+7,6	+3,8	+0,5	+7,5
RFA	+7,3	+3,0	+4,0	0,0	+1,0
França	+8,7	+1,4	+4,0	-3,9	-1,5
Itália	+12,5	+0,8	+1,1	-11,8	-2,0
Grã-Bretanha	+1,1	+0,5	0,0	+2,0	+4,0
Canadá	+5,1	+3,3	+5,4	+2,0	+3,0
Holanda	+6,8	0,0	-3,0	-3,0	-2,5
Austrália	+5,1	-1,7	-0,25	-1,5	+0,5

1. Com relação ao semestre precedente.

2. Junho de 1978 com relação a junho de 1977.

Fontes: 1ª e 3ª colunas: Perspectiva Econômica, n. 22, dez. 1977; 2ª coluna: *The Economist*, 22 de jul. e 26 de ago. 1978, as últimas colunas acrescentadas em ago. 1978.

dade econômica se enfraqueceu, enquanto o desemprego se agravou em quase todos os casos:

No final de 1978, a economia internacional foi dominada por sinais precursoros de uma mudança conjuntural nos Estados Unidos, o único país onde a recuperação de 1976/78 havia adquirido uma certa amplitude. Esses sinais foram os seguintes: excitação característica do sistema de crédito; alta da inflação; elevação das taxas de juros, que terminou por estrangular o mini-boom automobilístico e o da construção civil, todos os dois na realidade mini-booms de crédito (crédito ao consumo e hipotecário). As encomendas de bens de capital começaram a mostrar-se em sufocamento. A alta dos lucros dos grandes trustes industriais, que era o traço dominante durante toda a retomada, chocou-se com os dois fatores que acabamos de mencionar. Nesse sentido, também, a mudança parecia próxima.

As medidas tomadas pelo presidente Carter em 1º de novembro de 1978 com o intuito de deter a queda vertiginosa da taxa de câmbio do dólar em relação à das "divisas fortes" (sobretudo o marco alemão e as moedas satélites — o iene e o franco suíço) e de frear a elevação da taxa de inflação nos Estados Unidos reforçaram a influência de todos os fatores que determinaram uma decaída conjuntural nesse país. Não causaram e não causarão tal decaída, que é inerente à marcha cíclica da economia capitalista. A política econômica dos governos burgueses, sobretudo os que, como o dos Estados Unidos, dispõem de recursos enormes, pode ou frear, ou acelerar essas tendências. A política da administração Carter, após haver "incentivado" a expansão durante três anos, estimulou a recessão moderada. Tal é o sentido das medidas tidas como "defesa do dólar".

Nessas condições, o cálculo da administração Carter foi bastante claro: provocar uma recessão moderada em 1979, que poderia ser limitada tanto em profundidade como em duração. Um dos fatores essenciais de moderação da recessão americana seria o fato de que ela coincidiria com a manutenção, senão com uma certa aceleração, da retomada em vários países imperialistas importantes, sobretudo Ale-

1976/09

manha Ocidental e Japão. Da mesma forma como a retomada mais contundente dos EUA "alimentou" a da Alemanha e a do Japão, apesar da política de "estabilização" dos governos dos dois países em 1978, sua recuperação mais efetiva durante 1979 poderia "alimentar" uma retomada nos EUA em 1980, mesmo com a política americana de "estabilização para a defesa do dólar". Assim a administração Carter poderia obter sucessos em vários campos ao mesmo tempo: aproximar-se-ia do período eleitoral sem a responsabilidade por um desemprego massivo aberto e crescente; as taxas de inflação, nos EUA de um lado, e na RFA e no Japão de outro, poderiam se equivaler novamente. O déficit do balanço de pagamentos americano se reduziria de maneira drástica. O dólar se apuraria de maneira durável. Haveria a esperança de que uma alta "moderada" do desemprego — diferentemente de uma elevação maior — serviria para controlar também, durante alguns anos, a radicalização lenta dos sindicatos e de camadas determinadas da classe operária.

Tal era o cenário previsto que, em última análise, se fundava em uma hipótese fundamental: a de que uma *dessincronização do ciclo* nos principais países imperialistas se manteria no período 1979/80.

Lembremos que tal dessincronização havia limitado a amplitude das recessões econômicas durante os anos 50 e 60. Foi superada na época do "boom especulativo" de 1972/73 generalizado nos países imperialistas. Houve recessão comum a todas essas nações em seguida, em 1974/75. A esperança dos capitalistas de escapar a uma nova recessão generalizada em 1979 ou 1980 se fundava, no essencial, na afirmação de que havia uma dessincronização da recuperação durante o período 1976/77/78.

Entretanto, examinando tal afirmação com mais profundidade, constatamos que reflete muito parcialmente a realidade econômica. Se é verdade que importantes países imperialistas, como Grã-Bretanha, Itália e França, passaram por fases de estagnação, ou mesmo de recuo da produção industrial durante a retomada de 1975/77, isto não é mais verdade para o final de 1977. Apenas alguns pequenos países imperialistas, como Suécia ou Nova Zelândia, se achavam ainda nessa situação (ver Tabela XLVIII).

Em vez de uma dessincronização do ciclo, deve-se falar, portanto, mais corretamente de uma *desigualdade* de retomada em 1978. Assim sendo, não está de nenhuma maneira predeterminado que, com uma certa defasagem da ordem de um ou dois trimestres — a qual, aliás, também ocorreu durante a recessão de 1975/77 —, a recessão americana que se anuncia não se prolongará na maior parte dos países imperialistas. Isto é tanto mais provável na medida em que, para o fim de 1978, os sinais de entorpecimento da retomada, muito mais fraca e hesitante, se multiplicaram igualmente em uma série de países imperialistas: Grã-Bretanha, Itália, França, Suíça. Até no Japão, a taxa de crescimento de 7,5% para o período setembro 1977/setembro 1978 caiu para 2% para o trimestre julho 1978/setembro 1978.

Na realidade, a verificação da hipótese subjacente ao cenário Carter depende apenas de um país: a República Federal da Alemanha, onde os sinais que apareceram no final de 1978 deixavam transparecer uma pequena aceleração do crescimento em 1979, mais do que uma decaída conjuntural, tudo permanecendo igual em outros países. A

TABELA XLVIII — Crescimento da produção industrial em set. 1978 comparado ao crescimento de set. 1977 (em %)

Estados Unidos	6,5	Canadá	5,0
RFA	3,5	Itália	2,5
Japão	7,5	Austrália	2,0
França	1,5	Holanda	8,0
Grã-Bretanha	3,0	Suécia	5,0

Fonte: The Economist. 18 de nov. 1978. As cifras de Itália e Suécia se referem ao mês de julho.

questão é saber se uma taxa de crescimento que passa de 3,5% para 4% em um só país seria capaz de impedir uma recessão na maior parte de seus parceiros do Mercado Comum Europeu ou do Japão, sobretudo sob o impacto de uma recessão nos Estados Unidos. Como se vê, a esperança é muito tênue.

## CAPÍTULO XXII

### A RECESSÃO GENERALIZADA DE 1980/82

*X*  
*o ciclo recedente ocorreu em md. de 1976-77*

No curso dos anos 1980/82, a economia capitalista internacional atravessou sua segunda recessão generalizada após o fim da II Guerra, que, sucedendo a de 1974/75, compartilhou com ela uma série de características mas se distinguiu também por alguns traços particulares.

Do mesmo modo que a recessão de 1974/75, esta última se desencadeou nos Estados Unidos, onde se produziu uma clara queda da produção industrial e do emprego no curso do primeiro semestre de 1980. Após flutuações erroneamente chamadas de "retomada" pela maior parte dos especialistas, essa queda se acentuou novamente a partir do último trimestre de 1981, para prosseguir, sem dúvida, durante a maior parte, senão de todo o ano de 1982.

Entre julho de 1981 e fevereiro de 1982, a produção industrial diminuiu em mais de 10% e a amplitude da recessão de 1980/82 nos Estados Unidos apareceu, sobretudo, à luz da evolução das taxas de utilização da capacidade de produção instalada, isto é, do acentuamento das capacidades excedentes (ver no Capítulo IV, na Tabela VIII, os dados correspondentes ao período 1966/75).

*Capital*  
*Excedente*  
No início de 1982, as encomendas de bens duráveis firmaram-se na indústria manufatureira dos Estados Unidos em um nível nominal inferior em 7% em relação ao de janeiro de 1981, o que representa uma queda real de mais de 15%.

Na *Grã-Bretanha*, acentuada pela política deflacionária do gabinete Thatcher, a queda de produção já se manifestou em 1979, prosseguiu durante 1980 e todo o primeiro semestre de 1981, tendo dado lugar a falsas esperanças de retomada no segundo semestre de 1981, para se firmar novamente no final de 1981 e no início de 1982.

TABELA XLIX — Taxa de utilização da capacidade de produção da indústria manufatureira nos Estados Unidos (em %)

Agosto 1980	72,2
Dezembro 1980	78,1
Agosto 1981	76,0
Setembro 1981	75,3
Outubro 1981	74,1
Novembro 1981	71,1
Dezembro 1981	68,9
Abril 1982	66,4

Fontes: números sucessivos de Business Week até 31 de maio de 1982.

Na República Federal da Alemanha, a queda de produção começou no início de 1980, praticamente no mesmo momento em que nos EUA, seguiu ao longo dos anos 1980/81 e não foi superada no início de 1982. Em janeiro de 1982, a produção estava abaixo 0,5% em relação a janeiro de 1981 e 1,6% em relação ao fim de 1981. As encomendas internas baixaram 3,4% em um ano e as globais diminuíram 0,8% em relação ao fim de 1981. Os investimentos caíram entre 3% e 4% e apenas as exportações estão em alta, aí incluídas as encomendas provenientes do exterior — alta de 13% em relação ao início de 1981 —, em função da depreciação do marco alemão com relação ao dólar.

Na França a produção industrial caiu durante praticamente todo o ano de 1980 e no primeiro semestre de 1981, teve uma ligeira retomada no segundo semestre de 1981 e início de 1982, mas nada indica que ela possa prosseguir ao longo de 1982, apesar dos efeitos da recessão americana. Como o precisa um relatório da INSEE: "A continuidade da retomada na França para depois da primavera está largamente condicionada a uma clara melhora do nosso contexto internacional". Ora, "a perspectiva de uma retomada vigorosa da economia mundial parece pouco provável" (*Le Monde*, 7 e 8 de mar. 1982).

O Japão, em tudo menos atingido pela recessão que seus principais concorrentes, não conheceu senão uma queda de produção industrial no curso do segundo trimestre de 1981.

Na Itália, a produção industrial caiu a partir do segundo trimestre de 1980, prosseguiu ao longo de 1981 e início de 1982.

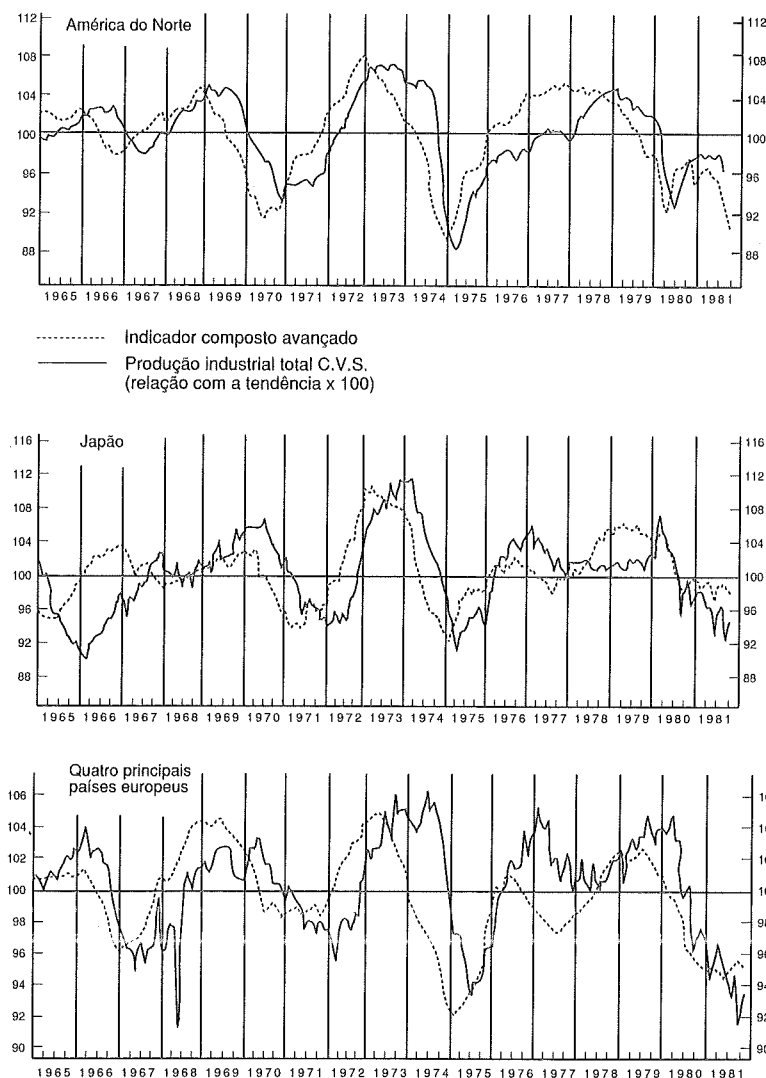
No Canadá, a produção industrial caiu a partir do segundo semestre de 1979 e a recessão se manteve ao longo do ano de 1980. Se a produção aumentou durante o primeiro semestre de 1981, houve enfraquecimento novamente no curso do segundo semestre para continuar este movimento de recessão no curso do primeiro semestre de 1982.

A característica, amplamente sincronizada — com algumas diferenças menores —, da recessão se afirma até pelo fato de que praticamente todas as potências imperialistas de menor importância participam do enfraquecimento da produção industrial, que caiu pela primeira vez também na Áustria (em 1981, a produção diminuiu 2% — no início de 1982, havia 150 000 desempregados), na Bélgica (1980/81), na Dinamarca e na Noruega (1981), na Holanda (1980/81), na Suécia (1981) e na Suíça (início de 1982). A única potência imperialista que parece ter escapado à recessão dessa vez foi a Austrália, impulsionada por um "boom de matérias-primas". Mas, tendo em vista que a queda dos preços destas se acentuou em fins de 1981 e início de 1982, é possível que a recessão atinja este país em 1982.

Os analistas, enganando-se uma vez mais, previram uma retomada generalizada em 1982. Entretanto, com o agravamento da recessão nos Estados Unidos, é evidente que isso não ocorrerá. O que a situação indica é, antes de tudo, o inverso: a recessão americana acentuará uma baixa da conjuntura na maior parte dos outros países imperialistas, provocando assim um agravamento da situação econômica em escala internacional? Seus efeitos se limitarão a "quebrar" ou a retardar a recuperação nos outros países imperialistas? Qualquer que seja a resposta, uma retomada generalizada é pouco provável antes do quarto trimestre de 1982 ou do início de 1983.

O Gráfico seguinte, publicado pela OCDE (*Perspectiva Econômica*, OCDE, n. 30 de dez. 1981, p. 16), confirma de maneira clara o movimento cíclico 1976/81 seguindo o de 1971/75:

GRÁFICO IV — Previsão dos indicadores da produção industrial  
(Índices mensais de séries c.v.s.,  
distância em relação à tendência)



Como em 1974/75, a recessão de 1980/82, que atingiu sobretudo a indústria automobilística, a de construção, a siderúrgica e a petroquímica, revela a existência de capacidades de produção excedentes nesses campos, que foram acentuadas pela aparição de novos centros de produção e de exportação no mercado mundial. A indústria de construção mecânica sofreu menos a crise; numerosos subsectores prosseguiram seu avanço. É necessário assinalar, entretanto, que mesmo um setor de

ponta como o da indústria de semicondutores e de minicomponentes sofreu os efeitos da recessão — nos Estados Unidos suas vendas diminuíram no curso do ano de 1981 (*Sunday Times*, 28 de fev. 1982).

De uma maneira geral, a recessão foi provocada e se prolongou sob o efeito de uma baixa da taxa média de lucro, combinada com uma queda dos investimentos produtivos. A política monetária (deflacionária) praticada pela maior parte dos governos dos países imperialistas agravou esse movimento, e não o causou.

A retração do mercado interno que acompanha a recessão da produção, do emprego e do rendimento dos "últimos consumidores" (corrigido ou não por ligeiras flutuações da taxa de poupança) em praticamente todos os países imperialistas, não foi acompanhada necessariamente por toda parte por uma retração das vendas externas, apesar de o volume do comércio mundial ter diminuído 1% em 1981. Certas potências imperialistas, sobretudo o Japão, depois a RFA (a partir do último trimestre de 1981), aumentaram a sua cota nas exportações mundiais, à custa de seus concorrentes, compensando assim a estagnação ou a queda da demanda interna. Outros, sobretudo a França, procuraram reconquistar uma parte do mercado interno perdida no curso dos últimos anos para seus concorrentes. Mas nada indica que eles terão sucesso na empreitada.

Como a de 1974/75, a recessão de 1980/82 acentuou a procura de mercados de substituição. O papel principal foi representado, quando do último ciclo, pelos países da OPEP e os ditos "socialistas", assim como por uma série de países semicoloniais, todos, à exceção dos países da OPEP amplamente financiados pelo crédito. Dessa vez, a recessão coincidiu com uma crise intrínseca da economia dos países pós-capitalistas, assim como com uma mudança sensacional da tendência no que concerne aos preços do petróleo e do balanço de pagamentos dos países da OPEP.

Sob os efeitos, em conjunto, da própria recessão, e, também, das conseqüências a longo prazo da procura de aprovisionamento energético de reserva (petróleo, menos da OPEP, gás natural, carvão, energia nuclear, ensaios de energia solar etc), a alta desmesurada do preço do petróleo teve um efeito facilmente previsível: queda da participação do cartel nas exportações petrolíferas mundiais (que caiu a menos de 50% — em 1981, a participação da OPEP na produção mundial de petróleo caiu 39,4%) e superabundância generalizada de petróleo, provocando queda de preços e de produção (50% em relação ao seu pico histórico). A demanda total de petróleo cairá, ainda, sem dúvida 7% no curso de 1982. O preço do barril em Roterdã passou de 42 dólares no início de 1981 a 28 dólares no fim de fevereiro de 1982. Os excedentes do balanço de pagamentos dos países da OPEP estão, portanto, em queda livre. Caíram de 100 bilhões de dólares em 1980 para 60 bilhões de dólares em 1981 e podem até desaparecer completamente em 1982 (o excedente da Arábia Saudita e dos países do Golfo foi compensado pelo déficit dos outros países, aí compreendido desta vez, também, o Kuwait). 3º mundo

De um só golpe, esse "mercado de substituição" se arrisca a uma forte retração. Restam a Ásia do Leste e do Sudeste, e sobretudo este "mercado de substituição" clássico que é o rearmamento.

Entretanto, o mercado do Terceiro Mundo cresceu bastante histori-

Aumento do \$ e do export. Americanas  
A acentuação da recessão e financeira  
camente e limitou, portanto, a amplitude das recessões (ao preço de um endividamento vertiginoso). O excedente comercial dos países imperialistas com os países dependentes aumentou, no que concerne aos produtos manufaturados, passando de 19 bilhões de dólares em 1963 a 34 bilhões em 1970, a 53 bilhões em 1973 e a 117 bilhões em 1975 (*Annuell, op.cit., p.76*).

Se, no curso dos anos 1978/79 e no primeiro semestre de 1980, a queda do dólar havia permitido à indústria dos Estados Unidos melhorar um pouco sua performance no mercado mundial, a alta do dólar desde então, provocada pelas taxas de juros elevadas nos Estados Unidos, causou uma deterioração pronunciada da balança comercial americana. Foi o Japão e a Alemanha quem mais lucrou, acentuando novamente a sua participação no mercado mundial, em detrimento dos Estados Unidos (*ver Tabelas seguintes*).

TABELA L — Preços relativos de exportação (100=1970)

Países	1980	1981		1982 previsões
		1º semestre	2º semestre	
EUA	86	95	102	101
RFA	108	102	100	99
Japão	102	109	105	102
França	99	97	96	99
Grã-Bretanha	126	134	121	123
Canadá	79	83	85	85
Itália	103			99

Fonte: Perspectiva Econômica, n. 30, de dez. 1981, p. 61.

TABELA LI — Volume de exportações (em %)

Países	1980	1981		1982 previsões
		1º semestre	2º semestre	
EUA	+7,9	+6,7	-12,5	-5,5
RFA	+3,9	+13,8	+11,5	+11,0
Japão	+18,4	+12,4	+14,5	+7,25
França	+1,6	+8,6	+5,0	+4,5
Grã-Bretanha	+1,7	-6,7	+8,75	+2,75
Canadá	-0,8	+2,3	-1,0	+1,25
Itália	-7,8	+8,5	+8,0	+6,0

Fonte: OCDE, Perspectiva Econômica, n. 30, de dez. 1981, p. 126.

Por detrás das flutuações causadas pela instabilidade monetária, há um fato econômico mais fundamental: a produtividade industrial nos Estados Unidos continua a acentuar seu atraso em relação a seus principais concorrentes.

Como resultado tem uma queda muito clara não somente da parti-



cipação dos EUA no comércio mundial, mas até da participação das empresas americanas nas exportações de produtos tecnológicos de ponta (ver Tabela LII).

TABELA LII — Participação das empresas americanas nas vendas no mercado mundial (em %)

	1960	1979
Veículos a motor	22,6	13,9
Aeronáutica	70,9	58,0
Química orgânica	20,5	15,0
Telecomunicações	28,5	14,5
Matérias plásticas	27,5	13,0
Farmácia	27,6	16,9
Máquinas-ferramentas	32,5	21,7
Máquinas agrícolas	40,2	23,2
Máquinas têxteis	15,5	6,6
Material ferroviário	34,8	11,6

Fonte: Data Resources Inc.

Da mesma forma, a concentração internacional de capitais e o desenvolvimento das multinacionais cessaram de favorecer unilateralmente o capital americano. Na lista dos maiores conglomerados mundiais, publicada a cada ano pela revista americana *Fortune*, desde 1978 não há mais do que quarenta deles que sejam americanos, sendo os outros europeus e japoneses.

A atenção está concentrada sobre a performance do Japão, no qual os defensores do regime capitalista vêem o arauto de uma nova expansão. Não insistiremos sobre o fato de que a taxa de crescimento mais elevada do Japão no curso dos últimos anos é essencialmente resultante de uma taxa de lucro mais alta, que se explica sobretudo porque, mesmo com igual produtividade, os salários japoneses são bem mais inferiores que os da Europa Ocidental e dos Estados Unidos — sem falar das despesas patronais e públicas de segurança social, que têm trinta anos de atraso em relação àquelas dos concorrentes do Japão. O essencial é compreender que, contrariamente às aparências, o Japão não constitui uma exceção, pois foi atingido pela recessão atual durante o terceiro trimestre de 1980 e no segundo trimestre de 1981 e, mais uma vez, também foi atingido no primeiro trimestre de 1982, em função da retração de suas exportações para os Estados Unidos decorrente da recessão americana.

De fato, o boom das exportações japonesas de automóveis começou a se exaurir. O protecionismo acentuado pela recessão se faz sentir, da mesma forma que a dificuldade de encontrar novos produtos de venda massiva como os aparelhos de televisão em cores. O Japão conquistou um grande avanço em matéria de videocassetes, mas o mercado deste produto ainda continua restrito e não pode substituir os produtos que fizeram os dias dourados do boom das exportações. O imperialismo japonês colocava sua esperança na microeletrônica e na robótica. Mas, novamente, trata-se de mercados em que não se pode atingir a amplitude do automóvel ou da televisão em cores.

A conjuntura japonesa depende mais e mais das despesas públicas e de um déficit orçamentário considerável, cuja situação permite os seguintes comentários: "O relatório do Banco do Japão concedeu uma atenção particular à estagnação das exportações que se tornou visível no curso dos últimos meses. O que indica igualmente estagnação da produção industrial/.../ do consumo privado e da construção" (*Japan Economic Journal*, 26 de fev. 1982).

A segunda recessão da economia capitalista internacional atingiu os países semicoloniais e semi-industrializados dependentes sobretudo através da queda dos preços de matérias-primas. Essa queda acentuou-se principalmente a partir de meados de 1981, tal como ressaltam as cifras seguintes (*The Economist*, 27 de fev. de 1982): de fim de fevereiro de 1981 ao fim de fevereiro de 1982, o preço médio das matérias-primas, expresso em dólares, caiu em 15,5%, o das matérias-primas alimentares em 17,1%, o das matérias-primas industriais em 11,7%, o das fibras em 16,9% e o dos metais em 3,9%.

O movimento teve conseqüências graves para o açúcar (queda de mais de 50%), a borracha e o cobre. Mas esses dados subavaliam a queda porque incluem ainda um nível elevado do preço do estanho, que nesse meio-tempo decaiu de 8 000 libras esterlinas a tonelada durante toda a segunda metade de 1981 e de 9 000 libras esterlinas no início de fevereiro de 1982 a 7 000 libras esterlinas a tonelada no fim de fevereiro de 1982.

Como o preço do petróleo a ser pago pelos países não-exportadores continuou a se elevar em função da alta do valor do dólar, o déficit do balanço de pagamentos da maior parte dos países semicoloniais se acentuou ainda mais, movimento não compensado pela alta de suas exportações (e rendimentos) de produtos manufaturados.

A América Latina foi atingida pela recessão atual bem mais duramente do que em 1974/75. De fato, a produção industrial caiu em todos os principais países, com exceção do México. No Brasil, ela diminuiu em 10% em 1980, e ainda em 5% no curso do primeiro semestre de 1981. Apesar de acentuada elevação das exportações, a taxa de desemprego atual atingiu 9% na região do Rio de Janeiro e 8% na de São Paulo, sem falar do desemprego informal e encoberto, que é consideravelmente mais elevado.

A situação é pior na Argentina, onde se espera uma queda de 15% da produção industrial em 1981. A taxa de desemprego oficial atingiu 13%, de novo amplamente inferior à realidade. De acordo com a revista *Realidad Económica*, o consumo interno teria diminuído em mais de 20% desde 1975.

No Chile, a produção da indústria manufatureira teria baixado 8% no último trimestre de 1981 (*The Economist*, 6 de mar. 1982) e a taxa de desemprego oficial da Grande Santiago teria atingido 13,5% (*Neue Zürcher Zeitung*, 12 de fev. 1982).

A situação no México, que se beneficia de um boom petrolífero excepcional, tem sido melhor. O crescimento industrial prolongou-se em 1980 e em 1982, apesar de a um ritmo menor para este segundo ano. Entretanto, a aceleração da inflação combinada com um valor superelevado do peso provocou ao mesmo tempo um enorme déficit do balanço de pagamentos (que passou de 1,6 bilhão de dólares em 1977 e de 4,9 bilhões em 1979 a 11 bilhões em 1981) e um salto da dívida externa do setor

público, que aumentou 16 bilhões de dólares somente no ano de 1981. O governo foi obrigado a reagir desvalorizando o peso (o que acentuará a inflação) e diminuindo os investimentos (o que aumentará o desemprego), sobretudo tendo em vista o fato de que, com a superprodução no mercado mundial do petróleo, e a queda de preços, os rendimentos com petróleo do México tendem a baixar.

A Índia foi atingida pela recessão em 1980. A situação melhorou um pouco em 1981, graças à produção alimentar e de energia (carvão e eletricidade). Mas as dificuldades econômicas obrigaram o regime de Indira Ghandi a realizar um giro de 180° quanto à estratégia de crescimento a longo prazo. A Índia se dirigiu ao Asian Development Bank para obter um empréstimo bastante elevado — em torno de 2 bilhões de dólares — e obterá, além disso, 5,5 bilhões de dólares do Fundo Monetário Internacional. A política chamada “substituição de importações” sucederá novamente um esforço massivo de importação de fábricas “prontas” dos países imperialistas.

Quanto à África Negra não exportadora de petróleo a situação econômica continua a evoluir, em geral, de maneira desastrosa. Isto não diz respeito somente aos países do Sahel, o Zaire, a Tanzânia, a Zâmbia, mas também às antigas colônias portuguesas (onde a presença de conselheiros e de investidores portugueses se acentuou) e Gana, onde a economia do país está em ruínas. Como a produção de matérias-primas se desviou para o mercado negro, o país não pode mais pagar as suas importações vitais, freando a produção mineral e industrial por falta de peças de substituição. No mercado paralelo, o cedi, a moeda nacional, caiu a até 80 por 1 libra esterlina enquanto na taxa de câmbio legal a cotação está em 5 cedris para 1 libra esterlina...

Se nos capítulos anteriores examinamos a incidência da conjuntura econômica internacional sobre a economia dos Estados operários, é interessante examinar aqui, primordialmente, o problema recíproco: a influência da evolução da economia na URSS, na Europa do Leste e na República Popular da China sobre a economia capitalista internacional.

A recessão de 1980/82 confirmou, em grande medida, a diferença estrutural fundamental entre o setor capitalista e o pós-capitalista da economia mundial, assim como as dinâmicas diferentes que disso advêm. Com exceção da Polônia, atingida, no entanto, por uma crise de subprodução e não de superprodução, todos os Estados operários continuaram tendo crescimento em sua produção industrial, enquanto os países capitalistas industrializados e semi-industrializados sofreram quedas de produção. Ao mesmo tempo, a tendência à diminuição a longo prazo da taxa de crescimento atingiu a maior parte dos Estados operários, acompanhada de uma aguda crise da agricultura e do abastecimento da população. Este enfraquecimento é devido a causas intrínsecas da economia destes países, isto é, à disfunção mais e mais acentuada da gestão burocrática, em tudo reforçada pelos efeitos indiretos da crise capitalista.

No curso dos anos 70, o comércio Leste-Occidente cumpriu o papel de uma válvula de segurança suplementar para a economia capitalista internacional. Com a expansão das exportações para os Estados operários, atenuou-se um pouco a tendência à estagnação, ou mesmo o recuo das exportações entre os países capitalistas. Da mesma forma, no que diz respeito à “ajuda ao Terceiro Mundo”, os créditos bancários que financiam o comércio entre os países capitalistas e os Estados

operários representam, portanto, mais uma subvenção às indústrias exportadoras dos países imperialistas que uma ajuda econômica a Moscou, Pequim ou às “democracias populares”.

Entretanto, em função da interação entre a crise econômica capitalista e o enfraquecimento do crescimento por razões intrínsecas dos Estados operários, a expansão do comércio se chocou com um obstáculo que se tornou mais e mais difícil de superar: endividamento crescente dos países do Leste, dificuldades maiores em assegurar até mesmo o serviço corrente da dívida e ameaças de insolvabilidade que começaram a pesar sobre eles, diminuindo o ritmo de expansão do comércio e possibilitando uma inversão da tendência. Para o país de economia pós-capitalista mais “integrado” no mercado mundial, a Iugoslávia, essa inversão de tendência parece já ter começado, pois o comércio com o Comecon ganha, progressivamente, após vários anos, uma participação maior na economia desse país.

No momento, entretanto, no início da recessão atual, as vendas para

TABELA LIII — Exportações em dólares em 1980  
(em milhões)

	Para URSS e Europa Oriental	Para China, Vietnã e Coréia do Norte
EUA	3900	3800
RFA	9400	1200
Japão	3600	5600
França	4700	383
Grã-Bretanha	2600	438
Canadá	1800	742
Itália	2700	337
Holanda	1418	169
Bélgica	1294	120
Suécia	1183	145
Suíça	1066	154
Áustria	2109	104
Austrália	1328	888

Fonte: Perspectiva Econômica, 30, dez. 1981, p. 132.

o Leste têm tido, ainda, um papel de “mercado de substituição” para a economia de países imperialistas, tal como ressalta a Tabela anterior.

As reações bastante diferentes dos diversos países imperialistas diante do golpe de força do general Jaruzelski podem ser interpretadas admiravelmente à luz destes dados<sup>146</sup>.

Mas os riscos de endividamento incontrolável cresceram. Com exceção da URSS, todos os países do Leste já se acham além do limite perigoso no qual o serviço da dívida absorve mais de 20% das entradas normais de divisas. E, se a tendência atual continuasse, o endividamento global líquido destes países, que já cresceu de 7 bilhões de dólares em 1975 a 70 bilhões em 1980, passaria a 123-140 bilhões de dólares em 1985, de acordo com Wharton Econometric Forecasting

146. A imprensa (*Neue Zürcher Zeitung*, de 11 de nov. 1981, *Le Monde*, de 21 de fev. 1982) assinalou, entretanto, a venda, por homens de negócio americanos, de microcomputadores para aviões de combate à URSS, assim como a fabricação na URSS de microrrolamentos, indispensáveis à produção de sistemas de direção que equipam os mísseis balísticos MIRV dos Estados Unidos. Como aqui a lógica da propriedade privada continua a valer, os interesses privados setoriais se impõem contra os interesses de classe globais da burguesia americana.

Associates (*Neue Zürcher Zeitung*, 10 de fev. 1982). Haverá, portanto, uma compressão da expansão do comércio com os países do Leste, apesar do acordo sobre exploração e fornecimento de gás da Sibéria.

É no domínio da agricultura que a imbricação entre a economia capitalista internacional (com seus dois "subsetores") e a economia dos países pós-capitalistas é mais clara e seus efeitos mais complexos. Nos países do Leste, sobretudo na URSS, ocorreram fenômenos de subprodução desastrosos. Enquanto a URSS produziu em média 190 milhões de toneladas de cereais em 1970/74, a produção em 1975 atingirá apenas 165 milhões de toneladas, quase 60 milhões de toneladas menos do que o previsto! O gado (e, portanto, a produção de carne) praticamente estagnou desde 1977 em torno de 15 milhões de unidades, sobretudo por falta de forragens.

Nos Estados Unidos, pelo contrário, houve uma clara superprodução, com reduções e ameaças de desmoronamento de preços se as exportações para os países do Leste Europeu cessassem<sup>147</sup>, o que por isso não ocorreu. Mesmo contando com esses fornecimentos, a administração Reagan decidiu reduzir draconianamente a superfície semeada, com o objetivo de "sustentar o preço". Subitamente, as ameaças de miséria surgiram novamente para os países mais pobres do Terceiro Mundo, com a utilização simultânea da chantagem de paralisação da ajuda alimentar aos governos que não respeitassem os *diktats* de Washington. "A arma do trigo" é utilizada cinicamente (como a do ouro) para fazer contrapeso à força política dos países semicoloniais. A burocracia soviética, atolada em sua política de "coexistência pacífica" e dependente dos fornecimentos alimentares capitalistas, contenta-se com alguns protestos verbais, deixando de fazer o essencial.

A política deflacionária aplicada por quase todos os governos imperialistas antes da recessão de 1980/82 e que, sem a ter causado, incontestavelmente a ampliou, tinha por pretexto a prioridade à luta contra a inflação. Essa opção "de privilegiar o desemprego massivo à inflação" é social, apesar de todos os juramentos dos *experts*, segundo os quais a inflação acentuada levaria a longo prazo a um número de desempregados superior à avaliação da época. *Mas o resultado é esse: a deflação agravou a recessão; ela não venceu em absoluto a inflação.*

A falência da política monetária é particularmente flagrante nos países cujos governos se esforçaram em jogar todo o seu peso sobre a famosa "massa monetária" (cada vez mais difícil de ser estipulada, tornando-se mesmo incomensurável). Seus bajuladores fanáticos esforçam-se em vão em proclamar que é necessário intervir com os intervalos indispensáveis<sup>148</sup>, mas nada acontece. Apesar da recessão e do

147. As exportações fornecem 30% dos rendimentos brutos dos agricultores americanos, das quais a maior parte é dirigida para os países "socialistas". *Business Week* (2 de nov. 1981) lembra a amplitude da superprodução de víveres nos EUA. O estoque de grãos de soja atingiu 1,7 bilhão de libras, uma elevação de 40% com relação a 1980: os preços diminuíram 6%. Nessas condições, o *lobby* dos grandes fazendeiros se assustou com a idéia de uma redução das exportações para URSS, Europa do Leste e China. Espera-se uma queda dos rendimentos dos fazendeiros americanos de cerca de 30% em 1982. Como estes estão endividados em 300 bilhões de dólares, assiste-se a numerosas falências; em certos Estados, três quartos dos devedores estão insolventes (*Le Monde*, 16 de abr. 1982).

148. Do ponto de vista técnico, na equação de Fischer, sobre a qual se

crescimento atenuado da quantidade da moeda, a alta dos preços continua. Se os fenômenos de superprodução acentuada provocaram, sem dúvida, uma desaceleração da inflação, ela continua a se situar em um nível superior ao da recessão de 1974/75 (*ver Tabela seguinte*).

A tendência geral é clara: exceto no Japão, a inflação no segundo semestre de 1981 (após três semestres de recessão) superou a do segundo semestre de 1975.

Além disso, há um risco evidente de uma nova aceleração da inflação desde o segundo semestre de 1983, a qual será alimentada, de um lado, pela política de retomada moderada, à qual se conformaram o gabinete Schmidt na RFA e o regime Mitterrand na França, e da qual o governo Thatcher, ou mesmo a administração Reagan poderão em breve seguir os passos por razões eleitoreiras. Será alimentada também pelo enorme déficit orçamentário nos Estados Unidos.

Não é surpreendente, nessas condições, que *experts* e políticos, à procura de um remédio miraculoso para a recessão, levem a hipótese de um retorno ao padrão-ouro: que felicidade seria reencontrar um "mecanismo automático" que assegurasse a estabilidade monetária, apesar de contra tudo. Mas qual seria o preço, em matéria de desorganização do comércio internacional ou mesmo de agravamento da tendência depressiva da economia? Ninguém ousa se comprometer realmente, apesar da constituição de uma comissão de estudos dentro da administração americana (que, aliás, se mostrou contrária), e o assentimento discreto que o próprio Reagan havia concedido a tal projeto, apoiado pelos partidários da "economia de oferta" — MM. Lafer e Cia.

Mesmo com a política de deflação aplicada praticamente por todos os governos imperialistas, com exceção do da França, o carrossel do endividamento crescente continua a girar em um ritmo mais e mais alucinado. Como enfatizamos freqüentemente, esta avalanche de dívidas tem as suas origens no endividamento das empresas e famílias bem mais que no da dívida pública, tal como o ressalta de maneira surpreendente a Tabela LIV publicada pela revista americana *Monthly Review*, dirigida por Paul Sweezy (dez. 1981).

As cifras da Tabela LIV revelam um movimento de aceleração aterrorizante para o futuro da economia capitalista. Enquanto entre 1960 e 1970 a dívida privada dobrou para permitir um crescimento do PNB de 95%, entre 1970 e 1980 a dívida privada triplicou para permitir um crescimento ligeiramente inferior do PNB.

É necessário compreender que tal avalanche de dívidas não se relaciona somente a pequenas e médias empresas, e às famílias, mas a uma massa de grandes empresas, inclusive "multinacionais" entre os casos mais impressionantes. É muito conhecido o caso da Chrysler, da International Harvester, da Massey-Ferguson, que apenas sobreviveram graças aos créditos bancários desmesurados em relação aos

apóiam os monetaristas, a quantidade de moeda não determina o nível dos preços senão em relação com sua velocidade de circulação. Ora, esta última não permanece estável no tempo, mas depende das mudanças de conjuntura. Se, portanto, as mudanças na quantidade de moeda não determinam uma modificação do nível de preços senão após 12, 18 ou 24 meses de intervalo, e que, nesse meio-tempo, a velocidade de circulação da moeda muda, não há mais nenhuma previsão possível, mesmo pouco exata, quanto aos efeitos das mudanças de quantidades de moeda sobre o nível dos preços.

TABELA LIV — *Altas de preços para consumo por semestre (% com relação ao período precedente, em taxas anuais, corrigidas no que concerne às variações sazonais)*

	1970		1974		1975		1980		1981		1981 (todo o ano)
	I	II	I	II	I	II	I	II	I	II	
USA	6,1	5,3	11,2	12,4	8,3	7,6	15,1	10,4	10,6	8,6	10,3
Japão	9,3	4,4	32,2	17,6	11,5	7,3	9,5	6,8	4,8	3,0	4,9
RFA	5,4	2,2	8,6	4,9	7,2	4,4	6,6	4,1	7,1	4,8	5,9
França	6,1	4,5	14,5	11,6	9,3	14,3	12,9	12,6	14,2	13,4	
Grã-Bretanha	7,7	6,9	16,5	28,7	23,2	19,4	12,4	12,0	9,4	12,0	
Itália	5,5	4,5	19,9	25,5	16,8	9,8	24,3	19,0	21,7	15,0	19,6
Canadá	3,4	1,7	10,3	12,6	9,6	11,5	9,9	11,8	13,0		11,5
Holanda	3,8	5,2	10,6	10,2	10,7	9,3	7,2	6,6	6,6	7,2	6,9
Bélgica	4,5	2,8	13,6	16,7	12,1	10,5	7,1	6,8	7,7	9,4	7,6
Suécia	9,2	6,2	9,4	9,3	11,1	11,0	17,0	11,3	14,6		9,0
Austrália	4,2	4,5	13,1	19,3	15,2	11,0	10,6	8,9	9,4		11,5
Todos os países da OCDE	6,2	6,2	4,9	14,8	13,7	11,4	9,1	14,3	10,6	11,0	

Fontes: Perspectiva econômica, nº 30, dez. 1981, p. 156 para todas as cifras, exceto aquelas do segundo semestre de 1981, que provêm da Economie Européenne, nº 2, fev. 1982, e do The Economist, 27 de fev. 1982.

haveres destes trustes, em falência virtual: 2,2 bilhões de dólares em prejuízo para a Chrysler, somente em 1980 e 1981. Soube-se, no dia da queda de Freddie Laker, um "pequeno" do tráfego aéreo, que suas dívidas se elevavam a mais de 0,5 bilhão de dólares. Mas há toda uma série de outras empresas gigantes que se achavam à beira da falência, tendo acumulado dívidas enormes<sup>149</sup>.

Quando se mencionam os riscos de um *crash* bancário promovendo, por reações em cadeia, um desmoranamento do sistema internacional de crédito, pensa-se em geral na insolvência de um grande empratário do Terceiro Mundo ou dos países "socialistas". De fato, o Zaire está atualmente com os pagamentos interrompidos e, se a Polônia não se acha formalmente nessa situação, não se deve somente aos adiantamentos da parte do Comecon como também, e sobretudo, a uma intervenção do Tesouro dos... Estados Unidos, que pagaram, à sua praça, os juros vencidos para uma série de créditos bancários que a burocracia não havia honrado. Trata-se de evitar uma declaração de bancarrota que teria obrigado aos bancos, sobretudo os da Alemanha Ocidental e os austríacos, a inscrever nos seus balanços perdas enormes, com conseqüências imprevisíveis.

Entretanto é preciso se render à evidência: os riscos de *crash* bancário não provêm somente dessas fontes. Os "maus devedores" potenciais se acham também nos países ocidentais. Nessa categoria devem ser colocadas todas as grandes empresas que se endividaram de forma imprudente e que são hoje fortemente atingidas pela alta das taxas de juros.

Efetivamente, para o conjunto das grandes empresas nos Estados Unidos, *Business Week*, de 1º de maio de 1982, calculou que a relação entre encargos da dívida e lucros antes da taxa de impostos decli-

149. Assinalamos especialmente a perda de 150 milhões de dólares do truste Thyssen na Alemanha e o fato de que o truste japonês Mitsui viu seus rendimentos reduzidos de 15 bilhões de ienes em 1980 para 1,5 bilhão em 1981.

TABELA LV — *Dívida acumulada do setor não-financeiro nos Estados Unidos*

	1950	1960	1970	1980	1950-1980
Poderes públicos	241,4	308,3	450,0	1 063,3	+ 340%
Setor privado	164,8	416,1	975,3	2 841,9	+ 1 624%
Total	406,2	724,4	1 425,3	3 905,2	+ 861%

Fontes: Diversos boletins Flow of Funds Accounts, publ. pelo Federal Reserve Board.

nou perigosamente de 5,5 em 1979 para 4,2 em 1981. (Ela é atualmente negativa para a indústria automobilística e as linhas aéreas, atingindo apenas 2 para as sociedades imobiliárias e as empresas de materiais de construção.) No total, as grandes companhias americanas aumentaram as suas dívidas em 73 bilhões de dólares durante os dezoito últimos meses, chegando no total a 540 bilhões de dólares. Os encargos serão particularmente pesados em 1982, devendo ser aplicados sobre lucros em baixa acentuada. Para o primeiro trimestre de 1982, *Business Week*, de 17 de maio de 1982, estima que a massa de lucros caiu 11% em relação a 1981 e a margem de lucros sobre o total de negócios, de 6% no segundo trimestre de 1979 para 5,5% no primeiro trimestre de 1980, 4,8% no primeiro trimestre de 1981 e 4,2% no primeiro trimestre de 1982.

O caso das caixas econômicas especializadas em crédito hipotecário é bem conhecido. Elas estavam à beira da falência nos Estados Unidos, aprisionadas entre a pressão da queda da construção e a da alta das taxas de juros. Menos conhecida é a verdadeira bancarrota dos bancos privados "selvagens" na Turquia, que fizeram os pequenos poupadores privados perder centenas de milhões de dólares<sup>150</sup>.

O paradoxo é que, em períodos de crise, o poderio do capital financeiro, exercido freqüentemente de maneira direta pelos bancos, cresce desmesuradamente, já que numerosas empresas, trabalhando em prejuízo, não podem sobreviver se os bancos não lhes concedem créditos. Ora, os que tomaram estas decisões, freqüentemente através de critérios sumários ou mesmo arbitrários, não brilharam por um grande discernimento, é o menos que se pode dizer. A facilidade com que concederam empréstimos a devedores duvidosos é exclusivamente devida à ganância do lucro, isto é, à vontade de colocar a juros elevados os abundantes capitais que lhes forneciam os países da OPEP, os Bancos Centrais<sup>151</sup>, as caixas de pensão e outros investidores institucionais, enquanto o debilitamento dos investimentos produtivos não

150. *Le Monde*, 13 de jan. 1982.

151. Cerca de 25% das colocações sobre o mercado de eurodólares parecem provir dos Bancos Centrais (*Bulletin Financier Banque Bruxelles Lambert*, 27 de jul. 1979). A facilidade desconcertante com a qual os bancos continuam a conceder créditos foi ilustrada recentemente pela OPA da United Steel (a siderurgia não é propriamente um ramo próspero, nos tempos que correm!) sobre a sociedade petrolífera Marathon Oil, comprada por 6 bilhões de dólares, dos quais 5 bilhões parecem ter sido oferecidos pelos bancos (*Financial Times*, 27 de jul. 1982).

criava uma demanda de capitais-dinheiro suficiente por parte dos devedores solváveis<sup>152</sup>.

É, portanto, a combinação da insolvabilidade potencial de grandes devedores estrangeiros, de grandes empresas imperialistas e de setores mais fracos do próprio sistema bancário que suspende sobre a economia capitalista internacional a espada de Dâmoqueles de um *crash* bancário maior: "As agências de crédito de exportações mundiais estão próximas da ruptura. Uma onda de cobranças vindas de exportadores que não pagaram e de bancos privados começa a ultrapassar rapidamente as suas reservas líquidas. Até aqui, em 1982, essas cobranças ultrapassaram 20% aquelas do ano fiscal de 1981.

"A ruína da Laker Airways, a semana passada na Grã-Bretanha, obrigará o Export-Import Bank dos Estados Unidos a desembolsar mais de 150 milhões de dólares/.../ Os pequenos riachos de cobranças sobre a Polônia no ano passado poderiam rapidamente se transformar em maré. Desde o mês de janeiro (as agências de crédito governamentais de exportação), HERMES na RFA, COFACE na França e OKB na Áustria pagaram cada uma mais de 75 milhões de dólares pelas cobranças sobre a Polônia.

"A ruína da Laker, a possibilidade de recusas ainda piores de pagamento polonesas e entre as linhas aéreas, as companhias florestais, os construtores de máquinas agrícolas e outros nos Estados Unidos incitaram os governos ocidentais a fazer qualquer coisa para reparar as finanças em crise de seus bancos de exportação" (*The Economist*, 13 de fev. 1982).

Finalmente, é necessário enfatizar, como nos capítulos precedentes, que o *crescimento ininterrupto do desemprego* continuou a se dar em ritmo desproporcional em relação à própria recessão. Se o teto de 10 milhões de desempregados foi superado, nos países imperialistas, desde a recessão de 1970/71, se a recessão de 1974/75 conduziu o desemprego a cerca de 20 milhões, é o limite de 30 milhões de desempregados que está a ponto de ser ultrapassado. As cifras oficiais no mês de fevereiro de 1982 são as seguintes:

TABELA LVI — Número de desempregados  
(em milhões)

Estados Unidos	11,0
RFA	2,0
Itália	2,2
Grã-Bretanha	3,2
Japão	1,3
França	2,1
Canadá	1,2
Benelux	1,2
Espanha	2,0
Austrália e Nova Zelândia	1,0

Muitos fatores se conjugam para explicar essa elevação constante do desemprego. O primeiro, e o mais grave, é o enfraquecimento geral

e a longo prazo do crescimento econômico. Como ele coincide com um impulso tecnológico pronunciado, isto é, um crescimento constante da produtividade média do trabalho, é necessário cada vez menos horas de trabalho para produzir uma massa de mercadorias e de serviços em estagnação, em recuo ou em progressão somente muito lenta. Conseqüentemente, se o número de desempregados aumenta bastante na fase de recessão, não recua no período de retomada, enquanto este continuar moderado. Surge, também, outro fenômeno: a correlação entre investimentos produtivos e criação de empregos é rompida, sendo que muitos destes investimentos de racionalização, antes suprimem do que criam empregos.

O resultado é, portanto, claro: há um patamar de desempregados permanentes que se amplia de recessão em recessão e não há indícios de que essa tendência seja revertida.

É necessário vinculá-la a um outro fenômeno que torna as perspectivas de emprego particularmente sombrias para o resto dos anos 80. Nos decênios anteriores, fortemente marcados pela tendência à semi-automatização na indústria e à industrialização da agricultura, o setor dito "terciário" ou "de serviços" — com toda a ambigüidade que esse termo encerra — conheceu uma verdadeira explosão de novos empregos regularmente remunerados, pelo menos nos países imperialistas (a explosão dos "empregos terciários" nos países semicoloniais seria um desemprego camuflado).

No entanto, o desenvolvimento da eletrônica, que passou para a etapa dos microcomponentes, provocará grande desemprego no setor "terciário". Não são apenas bancos, seguradoras, serviços contábeis e comerciais das grandes empresas que são visados. São igualmente as administrações públicas, até mesmo o ensino e certos setores do serviço de saúde. Tal desenvolvimento do setor "terciário", portanto, longe de compensar as perdas de emprego ocorridas na produção material, se tornará uma fonte de desemprego. Esse movimento parecia ter já começado.

Finalmente deve-se assinalar um fenômeno demográfico. Os efeitos do *baby-boom* do pós-guerra ultrapassaram o estágio do ensino secundário, e inclusive da universidade, e se fizeram sentir profundamente no "mercado de trabalho". O número de jovens que procurou empregos cresceu muito e, em numerosos países, ultrapassou o de aposentados anuais. É necessário, portanto, criar empregos suplementares para *manter* uma taxa determinada de atividade (de ocupação) da população. No período de depressão, isso apenas reforça a amplitude do desemprego.

As perspectivas para o emprego são ainda mais sombrias que essa situação, tanto no que concerne ao emprego em geral como ao emprego dos jovens em particular:

152. Ver a obra recente de Anthony Sampson, *The Money Lenders*.



TABELA LVII — Taxa de desemprego

Países	1980	1981	1982	1983
	(%)	(%)	(%)	1º semestre (previsões) (%)
EUA	7,2	7,5	9,0	8,5
Japão	2,0	2,25	2,25	2,0
RFA	3,4	5,0	6,0	6,5
França	6,3	7,5	8,5	8,5
Grã-Bretanha	7,0	10,5	12,0	12,25
Itália	7,6	8,25	9,0	9,0
Canadá	7,5	7,5	8,25	8,25
Outros países da OCDE	8,3	9,75	10,5	10,75

Fonte: Perspectiva Econômica, n. 30 de dez. 1981.

TABELA LVIII — O desemprego dos jovens  
(em % da população ativa)

Países	Taxas efetivas		Taxas previstas	
	1979	1980	1981	1982
EUA	11,2	13,2	14,0	16,25
Japão	3,5	3,6	4,25	4,25
RFA	3,7	4,3	7,0	9,0
França	13,3	15,0	17,0	20,5
Grã-Bretanha	11,3	15,1	19,6	20,5
Itália	25,6	25,0	27,0	29,5
Canadá	13,0	13,2	12,75	13,5

Fonte: Perspectiva Econômica, n. 30 de dez. 1981.

## CAPÍTULO XXIII

UMA NOVA "ZONA DE CO-PROSPERIDADE"  
NO LESTE ASIÁTICO?

O imperialismo japonês havia justificado sua campanha de conquistas no curso da II Guerra Mundial pela palavra de ordem de criar uma "zona de co-prosperidade" no Leste Asiático. Este mote de propaganda não era mais que uma cobertura cínica da superexploração à qual eram submetidos os povos dos países ocupados, cuja idéia subjacente era a de que o colonialismo japonês — potência asiática — seria mais benéfico para os povos do Leste Asiático que o colonialismo das velhas potências imperialistas européias ou dos Estados Unidos.

No curso dos últimos vinte anos, o imperialismo japonês parece ter atingido, pela via pacífica, isto é, pela penetração comercial e financeira, a maior parte dos objetivos econômicos a que se havia determinado outrora por suas conquistas militares e que havia perdido no momento de sua derrota em 1945. Ele se tornou o primeiro exportador em quase toda a bacia do Oceano Pacífico, incluída aí a Austrália. Suas iniciativas se estendem do México ao Chile — e elas se fazem sentir até na costa Oeste do Canadá e dos Estados Unidos. Após dois decênios desta expansão imperialista, algo parecido com uma "zona de co-prosperidade" parece efetivamente surgir na Ásia Oriental.

Enquanto as taxas de crescimento médio caíram para o conjunto da economia capitalista internacional, aumentaram para uma série de países do Leste e do Sudeste da Ásia. Enquanto a quase totalidade dos países industrializados ou semi-industrializados foram atingidos pela recessão em 1980/82, os países do Leste Asiático, e alguns dos países do Sudeste Asiático, continuaram no curso dos mesmos anos a se expandir rapidamente, tal como ressaltam as cifras seguintes:

TABELA LIX — Crescimento do Produto Nacional Bruto  
(em %)

Países	1980	1981	1982 (previsões oficiais)
Hong Kong	9,0	8,0	7,0
Cingapura	10,2	9,7	10,0
Coréia do Sul	-5,7	7,1	7,0
Formosa	6,7	5,5	7,3
Malaísia	7,6	6,9	7,2
Indonésia	9,6	6,5	6,5
Filipinas	5,4	6,5	5,5
Tailândia	6,4	7,8	6,9

Fonte: Far Eastern Economic Review, n. de 1º e de 8 de jan., de 19 e de 26 de fev. de 1982 e de 21 de mai. 1982.



Ao ser observada mais de perto, a imagem se diferencia. A Coréia do Sul, por exemplo, passou por grave recessão em 1980, e não é casual o fato de que se trata do país mais industrializado entre os oito países mencionados. A indústria têxtil de Hong Kong, assim como a de alguns outros ramos manufatureiros desse país, conheceu uma recessão em 1981 seguida de um desmoronamento da Bolsa (*Far Eastern Economic Review*, 29 de jul. e 2 de out. 1981; *Croissance des Jeunes Nations*, dez. 1981). O caráter subdesenvolvido, e ainda essencialmente agrícola, de países como Indonésia, Tailândia ou Filipinas torna suas cifras do PNB e de seu crescimento pouco comparáveis com os dos países industrializados ou semi-industrializados.

Além disso, o crescimento econômico nas Filipinas se enfraqueceu seriamente, com um déficit do balanço dos pagamentos que quase dobrou entre 1979 e 1981, dívida externa que passou de 5,5 bilhões de dólares em 1976 para 15,5 bilhões em 1981, para atingir, certamente, 19 bilhões de dólares em 1982, e uma série de estrepitosas falências de empresas no setor mineiro e bancário (*Far Eastern Economic Review*, 11 de dez. 1981 e 4 de set. 1981; *The Economist*, 12 de dez. 1981; *Financial Times*, 21 de jan. 1982). Já em Formosa, uma recessão de vulto atingiu uma série de setores industriais deste país, o que resultou em demissões massivas (*Far Eastern Economic Review*, 26 de fev. 1982).

Mas feitas essas ressalvas, não é menos verdade que o crescimento econômico no Leste Asiático tem sido amplamente superior à média mundial. A tal ponto que autores como Jacques Attali vejam nesse impulso um dos fatores-chave da reestruturação mundial do capital<sup>153</sup>. Isto nos faz lembrar, forçosamente, uma velha previsão de Friedrich Engels que, há quase um século, falou de um deslocamento do centro de gravidade da economia mundial do Atlântico para o Pacífico após a penetração do capital na China. A expansão da economia capitalista no Leste Asiático tem, verdadeiramente, um efeito propulsor do conjunto da economia capitalista internacional? Como explicá-la, apesar das recessões generalizadas de 1974/75 e de 1980/82, e no quadro da "onda longa de tendência depressiva" da economia capitalista internacional, que abarca os decênios 70 e 80?

O peso da economia destes oito países na economia capitalista internacional é muito reduzido para poder modificar sua dinâmica. Suas importações, somadas, elevam-se a 135 bilhões de dólares em 1981, ou seja, 6,1% das importações mundiais, menos que as importações da Grã-Bretanha somadas às do Canadá, e seu PNB, somado, é um pouco superior ao da Itália. É preciso notar que a Itália ou a Grã-Bretanha não podem determinar, por si sós, uma mudança da conjuntura internacional.

Quanto às causas do *boom* do Leste Asiático, elas não têm nada de misteriosas. Relacionam-se no essencial, com a ausência (Hong Kong, Cingapura) ou com a solução parcial (Formosa, Coréia do Sul) da questão agrária, com a superexploração da mão-de-obra industrial, tornada possível por sua abundância (êxodo rural, refugiados da China) e pelo controle despótico — dada a ausência de sindicatos livres,

153. Attali, Jacques. *Les Trois Mondes*, Paris, Fayard, 1981.

os regimes políticos autoritários e repressão sangrenta — e com aportes de capital estrangeiro, sobretudo na forma de *créditos bancários*, mais do que investimentos diretos, o que permite uma industrialização em concorrência direta com os países imperialistas que fornecem estes fundos<sup>154</sup>. Isso remete ao papel importante que o Estado tem nesses processos de industrialização, como foi, aliás, o caso de México, Argentina e Brasil<sup>155</sup>.

A solução da questão agrária é, entretanto, bastante parcial. Ela resulta do fato de que o mercado interno continua dos mais restritos e de que o crescimento econômico é essencialmente voltado para as exportações. Assim, paradoxalmente, não é tanto o ímpeto particular do Leste Asiático que pode impulsionar a economia capitalista internacional para uma reestruturação e uma nova fase de crescimento acelerado de longo alcance. É, ao contrário, o ritmo da expansão a longo prazo da economia capitalista internacional que vai determinar o destino do *boom* no Leste Asiático.

Até aqui, contrariamente às aparências, esse *boom* mais apoiou do que prejudicou a produção e o emprego na Europa Ocidental e nos países imperialistas em geral, nos quais houve, mais do que tudo, um *deslocamento* dos investimentos e do emprego da indústria têxtil, de calçados, de montagens eletrônicas, relojoeira e de brinquedos para a indústria de construção mecânica e elétrica e a que fornece fábricas prontas. Mas hoje se vê uma mudança desta tendência, ilustrada pelo segundo "acordo multifibras", que restringe as vendas da indústria têxtil asiática na Europa (*Far Eastern Economic Review*, 1º de jan. 1982; *Business Week*, 18 de jan. 1982; *The Economist*, 12 de dez. 1981). As possibilidades de ocupar brechas particulares no mercado mundial são pequenas e é pouco provável que os oito países em questão, e inclusive a Coréia do Sul, no momento a melhor colocada, possam seguir até o fim o "filão japonês": têxteis, indústrias de montagem, aço, construção naval, automóveis, máquinas, construção elétrica, setores de ponta, apesar de eles estarem empenhados nesta direção<sup>156</sup>.

O caso das indústrias de construção naval e automobilística são significativos a este respeito. A Coréia do Sul havia empreendido um grande esforço para criar uma poderosa indústria de construção naval — sua produção corrente tornou-se a segunda do mundo capitalista — e Formosa lhe seguiu os passos. Mas, em 1981, a construção naval estava em declínio de atividade em relação a 1980, pois as encomendas recebidas a nível mundial atingiram, de acordo com a *Lloyds Re-*

154. Assim a indústria de montagem eletrônica em Formosa, Cingapura, Hong Kong, freqüentemente financiadas com os créditos bancários japoneses, pode concorrer com os trustes japoneses da eletrônica. Isso é ainda mais verdadeiro para a indústria siderúrgica e a construção naval da Coréia do Sul.

155. Ver os estudos de Patrick Tissier publicados no n. 14 (nova série) de *Critiques de l'Économie politique* (jan.-mar. 1981) e o livro de Pierre Salama e Patrick Tissier, *L'Industrialisation dans le Sous-Développement*, Paris, Maspero, 1982.

156. Note-se que o próximo plano de desenvolvimento econômico na Coréia do Sul previa um crescimento de 7% em 1982, mas os investimentos produtivos estavam ainda em baixa de 5% em 1981, todavia um ano de retomada econômica (*The Economist*, 9 de jan. 1982). Cingapura se lança ao mesmo tempo, por sua vez, no desenvolvimento de indústrias "de alta densidade de capital".

*gister of Shipping*, apenas 17 milhões de toneladas em 1981 contra 19 milhões em 1980. Os carnês de encomenda não continham mais que 35 milhões de toneladas no fim de dezembro de 1981, contra 37,5 milhões de toneladas no fim de junho de 1981, demonstrando que as possibilidades de novos avanços do setor na Coreia do Sul e em Formosa são, por isso, muito limitadas:

TABELA LX — Construção naval em milhares de toneladas construídas anualmente

Países	1980	1981
Japão	13 070	12 650
Coreia do Sul	2 488	2 977
Espanha	2 172	2 247
Brasil	1 799	1 662
Polônia	1 554	1 428
Estados Unidos	1 631	1 304
Grã-Bretanha	858	1 140
Alemanha Ocidental	863	938
Dinamarca	829	896
Iugoslávia	954	870
França	1 013	847
Suécia	844	764
Finlândia	624	706
Romênia	438	640
Bélgica	602	520
Noruega	561	487
Índia	443	483
Itália	640	454

Fonte: La Libre Belgique, 2 de mar. 1982.

Quanto à indústria automobilística, a situação é ainda mais clara. A capacidade de produção na Coreia do Sul é de 280 000 veículos particulares. O governo previa a instalação de uma grande fábrica capaz de produzir mais 300 000 veículos, mas a produção corrente foi de apenas 58 000 veículos em 1980 e quase não ultrapassou esse nível em 1981.

A retomada econômica dos anos 1983/84 facilitou o avanço da indústria automobilística sul-coreana. *Joint-ventures* entre os trustes sul-coreanos Samsung, Daewoo e Hyundai de um lado e Chrysler, General Motors e o truste japonês Suzuki, de outro lado, estão em estudos (*International Herald Tribune*, 12 de jul. 1984). Mas este avanço continua lento — a produção anual foi de 98 000 unidades em 1982 e de 88 000 em 1983, para passar a mais de 100 000 unidades somente em 1984. É necessário assinalar, ao mesmo tempo, o fracasso da *joint-venture* entre a Toyota e um grupo de Formosa (*Neue Zürcher Zeitung*, 7 de set. 1984) e os grandes temores expressos em Cingapura, de uma possível diminuição do crescimento.

A taxa elevada de crescimento no Sudeste e no Leste da Ásia está, de fato, fundamentalmente ameaçada por duas tendências. De um lado, a enorme diferença salarial entre, por exemplo, Coreia do Sul, Cingapu-

ra, Hong Kong e Japão, assim como Europa Ocidental — nos estaleiros, o salário/hora sul-coreano era apenas 15% do salário/hora da França em 1982, segundo o *Le Monde*, de 24 de janeiro de 1984 —, começa a se reduzir, à medida que esses países se industrializam. De outro lado, a dependência tecnológica começa a se exprimir de maneira brutal. Para impedir que a Coreia do Sul repita no campo da eletrônica suas performances competitivas de siderurgia e de construção naval, trustes japoneses e americanos estrangularam progressivamente a transferência de tecnologia de ponta para esses países (*Die Zeit*, 26 de out. 1984).

Cingapura é que parece mais ameaçada de sufocamento entre os países semi-industrializados, já que, ao fim da primavera de 1985, suas refinarias de petróleo trabalhavam somente com 50% de sua capacidade, dois de seus principais estaleiros estavam a ponto de fechar as suas portas e o número de bancarotas não cessavam de aumentar.

## CAPÍTULO XXIV

### AS TENTATIVAS DE REESTRUTURAÇÃO DO MERCADO MUNDIAL E DO CAPITAL INDUSTRIAL INTERNACIONAL

Toda crise de superprodução no mercado mundial exprime desequilíbrios e desproporções fundamentais de produção e circulação de mercadorias, ocasionando esforços por parte do capital a fim de superar tais contradições, reestruturando, assim, tanto a produção quanto os mercados. Os esforços de reestruturação da produção tendem a elevar a taxa de lucros através das seguintes medidas: eliminação, absorção ou redução da atividade das empresas menos rentáveis; substituição das técnicas menos produtivas por técnicas de produção mais avançadas; redução da fabricação de produtos cuja demanda parece estruturalmente em estagnação ou em declínio, favorecendo a fabricação de produtos cuja procura se revela estruturalmente em elevação; investimentos de racionalização, com economia de matérias-primas, de energia, de mão-de-obra e de emprego do capital fixo; crescimento da velocidade de circulação do capital; intensificação dos processos de trabalho e, em geral, esforços concentrados para aumentar duravelmente a taxa de mais-valia (a taxa de exploração da força de trabalho). Todos esses esforços são evidentemente marcados por fatores de incerteza inerentes a um sistema baseado na propriedade privada e na concorrência. Os esforços de reestruturação do mercado mundial levam por sua vez à procura de novas possibilidades de escoamento da produção e à redistribuição dos antigos mercados, em conformidade com as relações de força modificadas entre os trustes e os potenciais imperialistas.

Já tratamos das últimas peripécias da concorrência interimperialista dentro dos mercados internos das nações imperialistas, que continuam sendo o maior setor mundial, tendo em vista a sua riqueza relativa em relação às outras partes do mundo. Examinemos agora outras modificações que ocorrem no mercado mundial:

1) A emergência dos países da OPEP (ou pelo menos de um certo número dentre eles) como mercados importantes para a indústria dos países imperialistas, sobretudo para a indústria exportadora de bens de produção, meios de transporte e de fábricas "prontas". As exportações da CEE para os países da Liga Árabe passaram de 6 bilhões de ECU (Unidade de Cálculo Européia, que vale atualmente 1,4 dólares) em 1973 para 10 bilhões de ECU em 1974, 14 bilhões de ECU em 1975 e 18 bilhões de ECU em 1976. Para o conjunto dos países da OPEP, a evolução foi conforme a Tabela LXI.

As exportações das principais potências imperialistas para os países-membros da OPEP inicialmente quadruplicaram e depois dobraram em quatro anos. Apesar de essa progressão cobrir apenas 75% do crescimento em valor das vendas de petróleo da organização a tais potências, ela não deixou de fornecer uma venda suplementar a nu-

TABELA LXI — Importação dos países-membros da OPEP  
(em bilhões de dólares)

Proveniente de	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1980
CEE	5,7	8,0	13,5	22,9	26,2	33,8	51,8
Estados Unidos	2,6	3,4	6,2	9,9	11,7	14,2	17,8
Japão	1,9	2,7	5,4	8,4	9,3	12,0	18,5
Total	10,2	14,1	25,1	41,2	47,2	60,0	88,1

Fonte: GATT — Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio, *O Comércio Internacional em 1976/77*; Cifras 1977, 1980: OCDE.

merosos trustes imperialistas. Uma parte da mais-valia mundial redistribuída sob a forma de renda petrolífera em benefício das classes dominantes das nações da OPEP foi recuperada pelo capital imperialista. Mas as potências imperialistas participam em proporções diferentes desse novo “maná” (ver Tabela LXII).

TABELA LXII — Exportação para os países-membros  
da OPEP em 1975/76  
(em bilhões de dólares)

Países	1975		1980	
	1975	1980	1975	1980
Estados Unidos	10,8	17,8	Holanda	1,4 4,0
Japão	8,4	18,5	Bélgica	1,2 3,0
RFA	6,4	12,5	Suíça	0,8 2,1
França	4,9	9,9	Suécia	0,7 1,6
Grã-Bretanha	4,5	10,6	Canadá	0,7 1,9
Itália	3,7	9,9		

(As exportações dos Estados Unidos incluem uma grande parte de armas e de material militar.)

Fontes: *Banque des Règlements Internationaux*, 46º Rapport Annuel, jun. 1976; *Perspectiva Econômica*, n. 30, dez. 1981.

Esquece-se, freqüentemente, que o fluxo crescente das rendas petrolíferas que se dirigem para os países da OPEP tem sido acompanhado de um fluxo crescente de rendas das companhias petrolíferas originárias dos países da OPEP para países imperialistas. Tal fluxo cresceu de 3,8 bilhões de dólares em 1970 para 6 bilhões em 1972, 10 bilhões em 1973 e 26 bilhões (!) em 1974 (Nações Unidas, *Supplément à l'Étude sur l'Économie Mondiale*, 1975, p. 303).

2) A emergência de uma série de países semicoloniais no Leste Asiático como parceiros significativos do comércio mundial (ver *Capítulo XXIII*).

Até recentemente, era sobretudo o imperialismo japonês que havia lucrado com essa emergência, assegurando vendas consideráveis e encontrando campos de investimento privilegiados de capitais. O imperialismo americano conservou posições importantes, mas em recuo claro em relação à concorrência japonesa. Para os imperialistas eu-

ropeus, o novo setor em expansão do mercado mundial era completamente uma *terra incógnita*, se se fizer abstração das posições tradicionais ocupadas pelo imperialismo britânico em Hong Kong, em Cingapura e na Malásia (entretanto em recuo total relativamente ao concorrente japonês<sup>157</sup>).

Esses países viveram um processo de industrialização importante durante os últimos anos, freado pela recessão de 1974/75, porém absolutamente não destruído<sup>158</sup>. Por isso, começaram a exportar produtos industrializados e até capitais, em concorrência com seus comanditários antigos ou atuais. Assim, a indústria do Leste Asiático de montagem de aparelhos eletrônicos e de relógios representa uma concorrência importante para a indústria japonesa, sem se falar da indústria dos Estados Unidos. Os empresários sul-coreanos “arrebatarem” mais de 1,5 bilhão de dólares de contratos de construção (estradas, edifícios oficiais, estaleiros etc) no Oriente Médio, sobretudo aos empreiteiros japoneses, europeus e americanos na Arábia Saudita, explorando a sua capacidade de fornecer mão-de-obra abundante e barata (*Far Eastern Economic Review*, 15 de out. 1976). A indústria têxtil do Sudeste Asiático perseguiu seriamente a européia.

Precisamente em função dos sucessos relativos da industrialização desses países, formam um mercado suplementar para certos ramos industriais dos países imperialistas, acima de tudo o exportador de bens de produção e de transportes. Há, portanto, uma certa modificação na divisão internacional do trabalho: certas indústrias — sobretudo a indústria têxtil, a de montagem de aparelhos eletrônicos ou elétricos simples, que necessitam relativamente de muita mão-de-obra — deslocaram-se para os países menos desenvolvidos, enquanto nas nações imperialistas, o centro de gravidade da indústria se transferiu cada vez mais para o setor de “bens de produção e meios de transportes”.

Mas essa nova divisão internacional do trabalho implica inevitavelmente que certos avanços de industrialização de países do Leste Asiático ameacem importantes setores industriais dos imperialistas. Formosa se tornou a quarta produtora mundial de fibras sintéticas, com uma produção anual superior a 500 000 toneladas. A Coreia do Sul se esforçou em atingir o mesmo nível em 1980/81 e exporta anualmente tecidos em náilon e em outras fibras sintéticas totalizando 3,5 bilhões de dólares (*The Oriental Economist*, ago. 1976). Tendo em

157. Um interessante fenômeno concomitante é aquele da aparição de um mercado de “asiadólares”, paralelamente ao mercado dos eurodólares. De acordo com o *Far Eastern Economic Review* (17 de set. 1976 e 23 de set. 1977), esse mercado, essencialmente domiciliado em Cingapura, assenta-se em um volume de depósitos-empréstimos que passou de 390 milhões de dólares em 1970 a cerca de 14 bilhões de dólares em meados de 1976, 17 bilhões no início de 1977 e 21 bilhões no fim de 1977.

158. Segundo o *Far Eastern Economic Review* de 21 de outubro de 1977, o PNB por habitante teria atingido 2500 dólares em Cingapura, dobrando em relação a 1970 e quadruplicando em relação a 1965. Ele teria atingido 1700 dólares em Hong Kong, triplicando em relação a 1965 e aumentando em cerca de 70% em relação a 1970. Quarenta por cento da população ativa não independente de Hong Kong e 28% em Cingapura estão já empregados na indústria manufatureira. Patrick Tissier dá para 1978 as cifras seguintes do PNB por habitante: Cingapura, 3290 dólares; Hong Kong, 3040 dólares; Formosa, 1400 dólares (Salama-Tissier, *op.cit.*, p. 78).

vista o capital excedente que pesa hoje sobre o mercado de fibras sintéticas, essa expansão constitui uma grave ameaça para trustes da Alemanha Ocidental, italianos, franceses, holandeses e belgas. Alguns entre eles já haviam encetado um verdadeiro processo de desmantelamento de parte de suas instalações, especialmente na Itália e na França.

A longo prazo, a indústria têxtil da Europa Ocidental (tanto a de tecidos em fibras naturais e sintéticas como a de produtos finais) é cada vez mais ameaçada pelas importações provenientes de países com salários sensivelmente inferiores. Em 1969, as importações de produtos têxteis somente representavam 5% das vendas totais de produtos têxteis na Europa Ocidental; em 1976, elevavam-se a 11%, aumentaram ao ritmo anual de 10% enquanto as vendas totais apenas cresceram anualmente 2% (*The Economist*, 11 de set. 1976).

O exemplo da indústria de calçados da Alemanha Ocidental ilustra de maneira surpreendente os efeitos da reestruturação do mercado mundial em um ramo industrial particular. A produção nesse ramo diminuiu sem cessar na RFA desde 1969. Passou de 180,4 milhões de pares em 1969 para 151,2 milhões em 1972 e 113,7 milhões em 1975. O emprego estava em declínio há mais de dez anos, isto é, desde 1965: caiu de 100 000 assalariados em 1965 para 92 200 em 1969, 77 100 em 1972 e 55 600 em 1975, reduziu-se, portanto, à metade durante uma década. Ao mesmo tempo, as importações de calçados na RFA cresceram de 58,1 milhões de pares em 1965 para 100 milhões em 1970, 114 milhões em 1972 e 155 milhões em 1974, e, após 1973, ultrapassaram a produção interna. Os principais países exportadores são Itália, França, Espanha e ultimamente Formosa, que ultrapassou este último.

Uma evolução comparável se delineou na indústria de matérias-primas petroquímicas. Alguns países árabes, como o Irã, quiseram se inserir em grande escala no setor, a fim de lucrar não tanto com a mão-de-obra barata — os salários são um elemento marginal nos custos de produção petroquímica, amplamente automatizada —, mas com os preços muito baixos das matérias-primas e da energia. Poderiam atualmente dispor de seu petróleo como matéria de base a um preço 5% inferior (!) ao que custa no Japão, na Europa Ocidental ou na América do Norte. Os trustes europeus enfatizaram a capacidade excedente desse setor em nível mundial, temendo que sua participação no mercado se reduzisse de maneira drástica se os projetos fossem realizados. De acordo com o *Financial Times*, de 10 de fevereiro de 1982, as exportações europeias de etileno desapareceriam completamente até 1990, enquanto o Oriente Médio, que importa 300 000 toneladas desses derivados, exportaria 1 milhão de toneladas em 1990. Assim, um verdadeiro pânico se desencadeou entre os produtores europeus de matérias plásticas, quando se anunciou que o complexo Al Jubail, na Arábia Saudita, havia se tornado operacional (*Le Monde*, 11 de out. 1984).

3) Ao lado das nações citadas do Leste Asiático e de certos membros da OPEP (sobretudo Irã, Arábia Saudita e Kuwait), alguns países da América Latina — sobretudo Brasil, México e Colômbia e, em menor medida, Argentina — prosseguiram em um processo de industrialização significativo, que modificou parcialmente o seu lugar no

mercado mundial. Um evento em dezembro de 1977 simbolizou essa modificação: o famoso modelo da Volkswagen, que havia batido amplamente o "modelo T" do falecido Henry Ford como o veículo mais vendido na história desse ramo industrial, cessou de ser fabricado na RFA; começou a ser importado pela Alemanha Ocidental da Volkswagen de Puebla, no México, e das fábricas Volkswagen do Brasil. As exportações industriais brasileiras abarcam, além disso, uma parte crescente do mercado latino-americano e extravasam-se amplamente para outros continentes.

Para compreender o sentido e os limites de tal fenômeno (que continua evidentemente limitado aos mais desenvolvidos entre os países subdesenvolvidos), é necessário entendê-lo como a combinação de duas tendências complementares e contraditórias.

De um lado, como enfatizamos acima, um número crescente de multinacionais impulsionou o deslocamento de centros de produção para os países com salários médios ou mais baixos e/ou de preços de matérias-primas menos elevados (entre os quais não é necessário somente colocar os Estados mais desenvolvidos entre os países semi-coloniais e dependentes, como também nações como Espanha e algumas ditas "socialistas"<sup>159</sup>). A possibilidade de transferir a poluição é igualmente um fator que se deve levar em conta nesse contexto. A revista americana *Fortune*, muito ligada aos meios empresariais, escreveu em seu número de 1976: "Todos os países industriais deveriam se perguntar se é do seu interesse conservar sobre seu território uma fração tão importante da indústria de transformação de metais. Trata-se de indústrias que não incorporam tanta mão-de-obra, mas que absorvem muita energia e poluem o meio ambiente/.../ Os Estados Unidos deveriam examinar se podem se dar ao luxo de conservar em seu território tantas usinas de alumínio, se se levar em conta que algumas compram energia a um terço do preço de revenda real (sabe-se que a eletrólise do alumínio tem consumo altíssimo de eletricidade). Na medida em que as tarifas de eletricidade continuam a aumentar, os produtores de alumínio deveriam refletir se não é apropriado transferir novas refinarias para a Guiné, onde há bauxita e produção de corrente elétrica a 15% do preço de revenda da fornecida à indústria de alumínio nos Estados Unidos".

De outro lado, há incontestavelmente a emergência, nesses países dependentes (os semicoloniais mais desenvolvidos), de um capital financeiro parcialmente autônomo, que age independentemente dos interesses dos trustes imperialistas e, algumas vezes, francamente em oposição a eles. Quando o financista e grande industrial de Hong Kong, Wong Chong-Po, tomou o segundo truste de relojoaria dos Estados Unidos, Bulowa, sob o nariz dos trustes suíços, americanos e

159. Na França, o governo e os tecnocratas do Planejamento parecem assumir esta política das multinacionais. M. Albert, o comissário-adjunto do Planejamento, formulou o "teorema do operário não-qualificado", que se poderia formular assim: "Toda empresa exposta à concorrência internacional que emprega, em um país desenvolvido, uma proporção elevada de trabalhadores não-qualificados é uma empresa destinada seja a transferir suas fábricas para o Terceiro Mundo, seja a desaparecer". Ver Boyer, Luc: "Management et cycle international de l'innovation", in *Direction et Gestion de Entreprises*, nov.-dez. 1977. O defeito da extrapolação excessiva é evidente neste raciocínio.



japoneses, através de uma operação financeira particularmente arrojada (*Neue Zürcher Zeitung*, 23 de jun. 1976), obviamente não agiu como associado ou agente das multinacionais imperialistas, mas como representante de um capital financeiro autônomo surgido no Terceiro Mundo. A mesma observação se aplica à operação do grupo indiano Birla, que mundialmente emprega mais de 200 000 assalariados, quando "arrendou" uma grande fábrica têxtil suíça a fim de impedir o seu fechamento (*Neue Zürcher Zeitung*, 24 de out. 1977). Já assinalamos, além disso, as vastas operações, fora de suas fronteiras, de grupos financeiros privados do Kuwait, do Irã e do Brasil<sup>160</sup>.

Entre os principais grupos financeiros parcialmente autônomos surgidos nos países dependentes, mencionamos:

— na Índia, os grupos Tata, Birla, Daimia, muito antigos;

— na Argentina, os grupos Bunge y Born e Sasetru (que existem também há muito tempo);

— no México, o grupo chamado de Monterrey (indústria pesada) e os grupos financeiros estruturados em torno dos grandes bancos, sobretudo Banco Nacional de Mexico, Banco de Comercio e Banco Mexicano, que controlam mais de 100 empresas com bens avaliados em 20 bilhões de pesos<sup>160a</sup>;

— no Brasil, os grupos Matarazzo, Banco Itaú S.A., Bradesco, Aços Villares; é significativo que o fracasso da empresa do bilionário americano Ludwig na Amazônia (*ver Financial Times*, 24 de dez. 1981, *Libération*, 15 de jan. 1982 e *Business Week*, de 25 de fev. 1982) conduziu à retomada o complexo que vale mais de 1 bilhão de dólares, por um grupo conduzido pelo monopolista Antunes;

— na Coreia do Sul, os grupos Samsung, Hyundai, Ssangyong, Samkyung, Lucky Group, Daewoo, Hanjin, Yulsan e Hyosung, este último aparentemente estreitamente ligado aos grupos japoneses. O grupo Hyundai é associado aos capitais da Arábia Saudita (especialmente na Korea-Kuwait Banking Association). O grupo Hanjin estabeleceu um banco comercial em associação com a Société Générale francesa. Parece que haveria uma influência britânica preponderante (Lazard Brothers e Lloyd's Bank) no principal banco comercial sul-coreano, o Korea Merchant Banking Corp.;

— em Hong Kong, além do grupo Wong Chong-Po, já mencionado, o Tung e o Pao, que têm poderosos interesses marítimos e bancários; Pao é hoje o principal armador-fretador mundial, tendo superado em muito os magnatas gregos;

— no Irã, os principais grupos privados antes da revolução eram Rezaï, Barkhordar e Khosrowshahi;

— na Arábia Saudita e no Kuwait, é necessário realçar o grupo Khashoggi (bens de cerca de 1 bilhão de dólares), o Al Ahmed, o Gaith

160. Ver nossos artigos: "A emergência de um novo capital financeiro árabe e iraniano" e "Ainda uma vez a emergência de um capital financeiro autônomo em vários países coloniais", in *Critiques de l'Économie Politique*, n. 22, out.-dez. 1975.

160a. O sócio mais importante do grupo de Monterrey, o grupo Alfa, cujos haveres oscilam entre 4 e 5 bilhões de dólares, esteve à beira da falência. Suas perdas acumuladas nos anos 1981/82 haviam atingido mais de meio bilhão de dólares (*Financial Times*, 25 de mai. 1982). No início de 1985, ele parece, entretanto, ter-se salvado.

Pharaon (que se confirmou o comanditário de operações bancárias audaciosas de M. Lance, candidato a ministro do governo Carter) e, nos Emirados do Golfo Pérsico, o grupo Al Tajir. Observemos esta análise do semanário *The Economist*, de 10 de dezembro de 1977: "No curso dos últimos cinco anos, os preços de terrenos no Kuwait aumentaram 60% em relação ao nível médio dos preços. Muitos comerciantes do Kuwait adquiriram fortunas de 50 milhões a 60 milhões de dólares através do comércio. Quando se globaliza a fortuna de uma família particular, o total é formidável". Assinalemos também o papel crescente do Bank of Credit and Commerce International que parece ser dirigido pelo grupo paquistanês Agha Hassan Abedi.

4) No conjunto, os países semicoloniais continuam a ser marginalizados pelo mercado mundial, tendo-se em vista a incapacidade de o sistema imperialista e de suas próprias classes dominantes se livrarem globalmente, em um ritmo muito pouco satisfatório, de sua estagnação e miséria. Os avanços obtidos pelos "modelos de desenvolvimento à brasileira"<sup>161</sup> são baseados em uma superexploração da classe operária (cujo salário real foi reduzido brutalmente) e uma pauperização do campesinato sem recursos. Por isso, contam apenas com um mercado interno que cobre somente um quinto da nação (grande e média burguesias, novas classes médias e campesinato rico). Isso impõe tanto uma trava à industrialização interna como a sua capacidade de constituir um mercado crescente para as mercadorias exportadas pelas potências imperialistas.

Eis a razão pela qual a reestruturação do mercado mundial, atualmente em curso, não pôde impulsionar uma expansão acelerada da economia capitalista internacional. Pode, no máximo, modificar o peso relativo dos diferentes ramos industriais dos países imperialistas, redistribuir o desemprego entre variados ramos e qualificações e alterar a localização de áreas de produção relativamente importantes em escala mundial, para alguns ramos. No entanto ela não desembocará em uma taxa de crescimento internacional médio comparável àquela dos anos 50 e 60<sup>162</sup>.

Como exemplo, citaremos os países da CEE: suas exportações para Brasil, Índia e Paquistão estagnaram ou recuaram durante 1975, 1976 e 1977. Esses três países, habitados por 800 milhões de pes-

161. Para o Brasil, ver especialmente Pierre Salama: "Vers un nouveau modèle d'accumulation", in *Critiques de l'Économie Politique*, n. 16-17, abr.-set. 1974 e o livro de Salama-Tissier já citado.

162. Folker Frobel, Jürgen Heinrichs e Otto Kreye, em *Die Neue Internationale Arbeitsteilung — Strukturelle Arbeitslosigkeit und die Industrialisierung der Entwicklungsländer*, Hamburgo, Rowohlt, 1977, dão inúmeras informações sobre o deslocamento de indústrias que empregam relativamente muita mão-de-obra para os países de salário baixo. Mas eles negligenciam fenômenos como a estratégia de diversificação setorial das multinacionais e levam pouco em conta a dinâmica bastante diferente dos diversos ramos da indústria mundial. Não são os setores de ponta, em matéria de taxa de crescimento a médio e a longo prazos, que se deslocam para o Terceiro Mundo — longe disso! A reestruturação internacional do capital se choça, portanto, com os limites crescentes dos mercados mundiais para os produtos das indústrias transferidas (por exemplo: a construção naval sul-coreana já está em plena crise!). A tese central dos autores, segundo a qual teria havido somente crise do "centro metropolitano" e não crise da economia capitalista em seu conjunto (*op. cit.*, pp. 64-5), deve, portanto, ser rejeitada.



soas, compraram, no total, menos mercadorias aos Nove do que a Áustria isoladamente, que conta com 8 milhões de habitantes!

Não é demais insistir na causa fundamental de tal diferença: mais de 50% dos habitantes do mundo não participam das bases do crescimento rápido do pós-guerra. Não participaram também do crescimento moderado de 1976/77. Eis o pano de fundo do debate sobre a "nova ordem econômica mundial" e seu caráter amplamente artificial e hipócrita (*ver o excelente estudo de Charles-André Udry, in Inprecór, n. 61 e 62, de 11 de nov. 1976*). O subdesenvolvimento é, em última análise, o subemprego (quantitativo e qualitativo). Em 1970, um dos principais tecnocratas do imperialismo internacional, Robert McNamara, resumiu a situação em seu discurso diante da conferência do Banco Mundial da seguinte maneira: "As cidades do Terceiro Mundo estão a ponto de transbordar e o desemprego urbano cresce sem cessar. Os 'marginalizados', os miseráveis que se batem por sobreviver à margem das fazendas e das cidades, podem já ter ultrapassado a cifra de 500 milhões de dólares"<sup>163</sup>.

5) Entre os grandes trustes monopolísticos ("multinacionais" ou não), o esforço de reestruturação visou por sua vez a realocação de alguns centros de produção e a diversificação dos setores de produção, reduzindo o peso relativo dos produtos — para os quais a demanda estagnou — e aumentando o peso dos produtos — para os quais se esperava uma alta significativa da procura.

Assim, os trustes petrolíferos, como a Exxon (ex-Standard Oil of New Jersey), nos Estados Unidos, se esforçaram em abarcar o máximo de posições na indústria carbonífera e na indústria nuclear. Engajaram-se prudentemente na exploração de energia solar<sup>164</sup>. A Fiat produz 60% de sua cifra em negócios em outros setores, afora o automobilístico comum: tratores, máquinas de construção de estradas, maquinário e ferramentas, aços nobres etc. A US Steel Corp. chegou a tirar 43% de seus lucros correntes de outros produtos que não os siderúrgicos; acabou absorvendo um grande truste petrolífero, a Marathon Oil. A General Electric americana se engajou na indústria eletrônica, na construção aeronáutica, nos fornecimentos militares, na produção de matérias-primas (urânio e carvão na Austrália). Os "grandes" da construção naval japonesa, que, com uma taxa de utilização de sua capacidade de 50% viram cair a zero seus lucros nesse ramo, deslocaram seus investimentos para a construção e a exportação de máquinas, assim como para os fornecimentos de fábricas "prontas". Isso se aplicou particularmente à Mitsubishi Heavy Industries, à Ishikawajima-Harima Heavy Industries e à Kawasaki Heavy Industries. As duas últimas, especialmente, obtiveram, em pouco tempo, contratos para a construção de uma empresa de dessalgamento de água do mar em Dubai, para construção de centrais elétricas na Austrália, de uma fábrica de papel no Brasil e de um complexo de reciclagem de gás natural na Argélia. Outros grupos da indústria pesada

163. Citado por P. Thandika Mkandawire: "Employment strategies in the Third World", in *Journal of Contemporary Asia*, v. 7, n. 1, 1977.

164. Entre as sociedades carboníferas mais importantes dos EUA, a segunda, a quarta e a oitava já estão controladas pelos trustes petrolíferos Continental Oil, Occidental Petroleum, Ashland Oil-Hunt Oil e Standard Oil of Ohio.

japonesa conseguiram contratos de meio bilhão de dólares e de 400 milhões de dólares para construção de fábricas na Argélia e de amoníaco na URSS, respectivamente (*The Oriental Economist*). A multinacional holandesa Philips desenvolveu seu departamento de telecomunicações-telefone a fim de neutralizar os efeitos da estagnação do departamento de eletrodomésticos. Em associação com a Ericson sueca, abocanhou o enorme contrato de 3 bilhões de dólares para modernização e extensão da rede telefônica da Arábia Saudita, vencendo a ITT na concorrência. A Nestlé começou a se interessar pela indústria farmacêutica, absorvendo para tal fim uma sociedade americana.

6) A emergência de um setor de "trabalho negro" e de "economia paralela", assim como a ampliação do "trabalho provisório" (temporário) mesmo nos principais países imperialistas. Nos países semicoloniais, trata-se evidentemente de um fenômeno conhecido e estudado de longa data.

Alguns enfatizam sobretudo o alcance sociopolítico do fenômeno, o esforço (consciente) do capital em acompanhar sua própria concentração de uma desconcentração do trabalho. Outros colocam, pelo contrário — e mais justamente em nossa opinião —, o acento na reação espontânea dos desempregados contra o prolongamento do desemprego, assim como na reação dos pequenos capitalistas para escapar a sua ruína e aos impostos em períodos de crise. Qualquer que seja o aspecto da análise que se privilegie, visa em todo caso a manifestação particular de um fenômeno mais geral: o impulso do capital no sentido de reduzir os "custos do trabalho", fazendo baixar os salários diretos e indiretos, impulso característico de toda fase de crise ou de recessão. Nove vezes em dez, o "trabalho negro" representa uma supressão total do pagamento de previdência social e uma redução sensível do salário nominal direto.

Enfim, trata-se da *superexploração do trabalho*, reintroduzida nos países imperialistas, onde ela havia retrocedido no curso do "boom do pós-guerra". Em alguns casos particulares, como o da indústria parisiense, que explora as condições precárias dos trabalhadores imigrantes sem permissão de estadia, *a concorrência capitalista repõe na metrópole as condições de trabalho e o salário dos países dependentes semi-industrializados*. Um fenômeno análogo se produziu em certas indústrias no sul dos Estados Unidos em relação ao México e a Porto Rico.

Mas, novamente, trata-se de um fenômeno marginal para a economia das nações imperialistas e para a produção capitalista internacional em seu conjunto, não abarcando, sem dúvida, mais de 5% da produção nas metrópoles imperialistas. Portanto é impossível se falar de uma "reestruturação do capital" no sentido real do termo — nos EUA, as avaliações variam entre 2% e 10% (*Business Week*, 5 de abr. 1982).

7) Uma desvalorização massiva de capital, visada pelo estreitamento do crédito e pelo estrangulamento da inflação. O fato de que após longos anos de "taxa de juros real negativa" (isto é, de uma taxa de juros inferior à da inflação) tenha se chegado em toda parte a uma "taxa de juros real positiva" flutuando em torno de 4% (o que explica a persistência de taxas de juros elevadas nos Estados Unidos, já que sua

taxa de inflação flutuava em 10%) seria a expressão objetiva dessa desvalorização massiva e da penúria de capitais que ela provocaria.

A demonstração é pouco convincente, pelo menos até agora. Apesar de todas as intenções manifestadas pelos monetaristas e de todos os esforços da senhora Thatcher e de Ronald Reagan, tais objetivos estavam longe de ser atingidos. Não ocorreu uma redução massiva dos preços das mercadorias (produtos finais), as reduções das matérias-primas continuavam modestas. As de "valor de reserva" (ouro, diamante, objetos de arte etc) eram um pouco mais importantes mas permaneciam ligadas às flutuações da taxa de inflação nos Estados Unidos<sup>165</sup>. As falências atingiam sobretudo as pequenas e médias empresas. Os "elefantes brancos", isto é, os grandes trustes que trabalham com prejuízo, eram massivamente subsidiados pelo sistema bancário e pelos poderes públicos. Nesse contexto, nenhuma verdadeira "reestruturação" estava por ser concretizada.

Resta uma tendência mais importante que, a longo prazo, poderia ser decisiva: uma nova revolução tecnológica, tendo como eixo os microcomponentes, os robôs industriais e domésticos, o automóvel movido a eletricidade e a energia solar. Seria, em suma, a passagem da semi-automação à automação completa.

Q 114. Tecnicamente, essas produções estariam em situação tal em que poderiam ser produzidas massivamente<sup>166</sup>. Mas a questão decisiva, do ponto de vista da lógica do capitalismo, continuaria a ser a de *produzir com lucro suficiente para um mercado suficientemente amplo*. Eis aí o nó da questão: os obstáculos, que representam hoje o nível muito baixo da taxa média de lucros, a existência de capacidades de produção excedentes, a estagnação do mercado, parecem retardar por um longo tempo a revolução tecnológica, isto é, a aplicação massiva das inovações. A maior parte dos comentaristas sérios prevê tal situação para o fim do século XX, ou o início do século XXI.

Mas, enquanto isso, o prolongamento da depressão e do desemprego, a acentuação da caminhada da burguesia em direção à austeridade e à remilitarização enfatizam mais do que nunca os grandes combates sociais — entre a classe operária e a burguesia, entre as forças antiimperialistas e o imperialismo —, que acompanham a longa depressão econômica. Do resultado destes não depende somente a "solução" (capitalista e socialista) da crise. Dele depende o destino da humanidade, na medida em que a "solução" capitalista implica o risco da guerra nuclear mundial.

Para sair duravelmente — isto é, por um período bem mais longo do que uma retomada econômica de curta duração, e além disso hesitante e muito moderada — da situação ruim na qual o capitalismo internacional está metido há mais de dez anos, uma reestruturação mais profunda é necessária, modificando sensivelmente o que alguns

165. Houve uma queda paralela do ouro (de 800 para 380 dólares a onça) e dos diamantes. Essa última queda abalou o cartel mundial do diamante. Um livro recente defende a tese de um final definitivo do *boom* do diamante: Epstein, E. J., *The Rise and Fall of Diamonds*, New York, Simon and Schuster, 1982. Ele se fundamenta na hipótese de um controle definitivo da inflação. Vejamos...

166. Sobre as tecnologias novas ver Wolf, Wilfried e Bertelsheimer, Peter, "Neue Technologien", in *Die Internationale*, mar. 1979.

chamam "as condições de acumulação", outros, "modos (ou modelos) de regulação" e o que nós chamamos de maneira mais geral o quadro social no qual se insere o modo de produção capitalista<sup>167</sup>. Essa noção engloba tanto fatores exógenos (meio geográfico, área de operação do capitalismo, ou seja, hoje, essencialmente, as relações com os setores não-capitalistas da economia mundial) quanto endógenos, parcialmente autônomos da situação corrente, porque são produtos relativamente rígidos do desenvolvimento passado do sistema. As relações de forças econômicas e sociopolíticas entre o capital e o trabalho nas metrópoles imperialistas são as mais importantes dentre esses fatores endógenos.

Eis por que a idéia de uma "regulação" mais ou menos automática do sistema capitalista — ou, pior ainda, uma "regulação" imposta pelo poder político do grande capital — é, no fundo, utópica e não permite o dar-se conta do funcionamento fundamentalmente contraditório do sistema. As contradições derivadas do domínio da lei do valor, de um lado, do resultado incerto da luta de classes, de outro, tornam utópicas as duas formas de "regulação". Quando Aglietta escreve que "o fordismo periférico /foi/ estrangulado pelo monetarismo central" (*Amérique Latine*, n. 16, out.-dez. 1983), apresenta como um complot o que é o mecanismo normal e inevitável da concorrência capitalista, isto é, o reino da lei do valor (que se volta, além disso, cada vez mais contra o imperialismo americano).

167. Ver a este respeito especialmente: Gordon, David M., "Stages of accumulation and long economic cycles", in *The Political Economy of the World System*, Beverly Hills, 1980, v. 3. Aglietta, Michel. *Régulation et Crises du Capitalisme*, Paris, 1976. Mandel, Ernest. *Long Waves of Capitalist Development*, Cambridge, 1980.

14/01/16  
Krisis - Janeiro 18  
7 de novembro  
Eng: G. G. G.



CAPÍTULO XXV

A EXPLICAÇÃO MARXISTA DAS CRISES DE SUPERPRODUÇÃO EM GERAL

Da mesma forma que a teoria acadêmica, a teoria marxista do ciclo industrial tem estimulado autores influentes a formular uma explicação monocausal das crises periódicas de superprodução. Na discussão atual, duas grandes "escolas" se confrontam: a que explica as crises pelo subconsumo das massas (a superprodução de bens de consumo) e a que as explica pela superacumulação (a insuficiência de lucros para expandir os bens de capital). Tal discussão não é mais do que uma variante do velho debate entre os partidários de que as crises ocorrem pela "insuficiência da demanda global" e os de que ocorrem pela "desproporcionalidade".

As duas escolas contribuem com elementos preciosos para uma compreensão aprofundada das crises. Porém ambas cometem o erro de separar arbitrariamente o que está organicamente ligado, no coração do modo de produção capitalista. É essa a origem de sua incapacidade de elaborar uma teoria marxista global e satisfatória das crises, a partir dos excertos que Marx nos deixou em suas principais obras<sup>168</sup>. Essa separação é tanto mais surpreendente quando sabemos que o próprio Marx enfatizou nos seus últimos escritos — os manuscritos do Tomo III de *O Capital* — a necessidade de se ligarem os problemas resultantes da queda da taxa de lucro àqueles da realização da mais-valia para explicar o fenômeno das crises periódicas: "As condições da exploração imediata e as de sua realização não são idênticas. As primeiras apenas são limitadas pela força produtiva da sociedade; as outras, pela desproporcionalidade dos diferentes ramos da produção e pela capacidade de consumo da sociedade" (*Marx-Engels-Werke*, t. XXV, p. 259).

O modo de produção capitalista é, ao mesmo tempo, produção mercantil generalizada e produção para o lucro das empresas operando independentemente uma das outras, uma não podendo existir isoladamente. É, além disso, um sistema voltado para a produção de uma massa incessantemente crescente de mais-valia (de sobretrabalho) e um sistema em que a apropriação real dessa mais-valia subordina-se à possibilidade de vender realmente as mercadorias que contêm tal mais-valia, pelo menos ao seu preço de produção (incluindo o lucro médio), ou a preços que permitam realizar sobrelucros. Qualquer outra interpretação deste modo de produção capitalista faria desaparecer uma das características estruturais que lhe são próprias e sem as quais ele não será mais capitalista.

168. Trata-se, sobretudo, do Capítulo XVII das *Théories sur la Plus-Value* (*Marx-Engels-Werke*, t. XXVI/2, p. 467 et seq.); dos capítulos XV e XXX do t. III de *O Capital*; dos capítulos XVI, XX e XXI do t. II de *O Capital*; e da passagem sobre as crises do *Anti-Düring*, de Engels, que foi revisado e corrigido, se não redigido, pelo próprio Marx (*Marx-Engels-Werke*, t. XX, pp. 256-8).

Particularmente mistificadora é a fórmula: "O capital se apropria de maneira crescente da mais-valia, porque está em sua natureza crescer em valor" (fórmula, diga-se de passagem, tristemente tautológica, do mesmo tipo da de que "O ópio faz dormir, porque tem qualidades soníferas"), porque escamoteia as condições que limitam a realização da tendência expansiva do capital, isto é, as contradições que o dilaceram.

Já a natureza mesma da "célula de base" da produção capitalista — a mercadoria — implica seu desdobramento necessário em "mercadoria" e "dinheiro". A mercadoria é *ao mesmo tempo* produto do trabalho privado e do trabalho social. Entretanto o trabalho social realizado sob a forma de trabalho privado não *pode* ser reconhecido imediatamente ou *a priori* como tal. A mercadoria não pode, portanto, ser representada imediatamente como trabalho social; ela implica condições nas quais esta representação lhe seja exterior, sob a forma de um valor de troca, sob a forma de dinheiro. Mas tal reconhecimento, *a posteriori*, do trabalho social que ela contém é sempre aleatório, uma vez que depende sempre do fato de a mercadoria ser efetivamente vendida e do preço com que é vendida.

Pouco importa ao capitalista que uma massa crescente de mais-valia seja *produzida* durante o processo de produção, se ele obtém somente uma fração do contravalor dessa mais-valia no curso do processo de circulação. No entanto a produção da mais-valia não produz automaticamente a sua realização. Encontramos, portanto, nesse desdobramento entre a mercadoria e o dinheiro, que deve realizar o seu valor de troca — e na contradição entre o valor de uso e o de troca dessa mesma mercadoria, que é estreitamente ligado a esse desdobramento —, a possibilidade primeira das crises de superprodução.

Contrariamente às crises pré-capitalistas (ou pós-capitalistas) que são quase todas de penúria física de *subprodução de valores de uso*, as crises capitalistas são *crises de superprodução de valores de troca*. Não é porque há muito poucos produtos que a vida econômica se desregula. É porque há a impossibilidade de venda de mercadorias a preços que garantam o lucro médio — isto é, porque há, portanto, "muitas mercadorias" — que a vida econômica se desorganiza, que as fábricas fecham as suas portas, que os patrões demitem e que a produção, as rendas, as vendas, os investimentos e o emprego caem.

Quais são as causas das crises econômicas capitalistas?

— A "superacumulação de capitais"? Sem dúvida alguma. Precisaremos logo a seguir o que ela representa. Mas não no sentido mecânico segundo o qual seria suficiente que os salários baixassem e os lucros se elevassem para que a acumulação e, portanto, o crescimento, continuassem sem entraves. Pois a "superacumulação de capitais" é acompanhada de uma "superprodução de mercadorias", que um nível mais baixo dos salários não teria certamente suprimido! O próprio Marx zombou, aliás, dos que, admitindo a "superprodução de capitais", negavam a "superprodução de mercadorias"<sup>169</sup>.

— O "subconsumo das massas"? Sem dúvida alguma. Marx enfatizou várias vezes que "a causa última de todas as crises reais continua

sendo sempre a pobreza e a limitação do consumo das massas, opostas à tendência da produção capitalista de desenvolver as forças produtivas como se a capacidade de consumo absoluto (físico, E.M.) da sociedade fosse o limite" (*O Capital*, III, *Marx-Engels-Werke*, t. XXV, p. 501). Mas não no sentido vulgar segundo o qual poderia ser evitada se se aumentassem mais os salários. Pois, repetimos, os capitalistas não estão interessados na simples venda das mercadorias. Estão interessados em vendê-las *com lucro suficiente*. Porém, todo aumento dos salários além de um certo limiar necessariamente reduziria, antes de tudo, a taxa e, em seguida, a própria massa dos lucros, entravando assim a acumulação de capital e os novos investimentos.

— A "anarquia da produção" e a "desproporcionalidade" entre os diferentes ramos da produção, inerentes à propriedade privada e à economia mercantil generalizada? Sem dúvida alguma. Na condição de não fornecer uma versão "harmonicista" dessa explicação, segundo a qual seria suficiente que um "cartel geral regularizasse a produção" de todos os setores, para que as crises de superprodução desaparecessem. Pois, no modo de produção capitalista, a desproporção entre produção e consumo dos "últimos consumidores" é *um elemento constitutivo autônomo do sistema*, à parte da anarquia da produção capitalista.

— A "queda da taxa de lucros"? Sem dúvida alguma. Mas não mais no sentido mecanicista do termo, que sugere um encadeamento causal linear do tipo: "queda da taxa de lucro/redução dos investimentos/redução do emprego/redução das rendas/crise de superprodução". Há, em geral, o crescimento e não a redução dos investimentos às vésperas do *crash*, como há, além disso, aumento e não redução dos salários na mesma fase de atividade febril que precede o desencadeamento da crise (há evidentemente exceções a essa regra. Na RFA, os investimentos efetivamente começaram a se reduzir antes do desencadeamento da recessão de 1974/75).

Para compreender o encadeamento real entre a queda da taxa de lucro, a crise de superprodução e o desencadeamento da crise<sup>170</sup>, devemos distinguir os *fenômenos de aparecimento* da crise, seus detonadores, sua causa mais profunda e sua *função* no quadro da lógica imanente do modo de produção capitalista.

A crise econômica capitalista é sempre uma crise de superprodução de mercadorias. Essa não é nem uma simples aparência, nem o produto de uma "visão ideologicamente deformada". É uma realidade tangível, que o marxismo procura explicar, e não afogar em um palavrório pseudoteórico.

A superprodução significa sempre que o capitalismo produziu tan-

170. A incapacidade de descobrir este encadeamento constitui a fraqueza fundamental do estudo marcante de Makato Itoh: "The formation of Marx's theory of crisis", in *Bulletin of the Conference of Socialist Economists*, v. IV, n. 1, fev. 1975. O autor permanece prisioneiro de uma dicotomia imaginária: ou a teoria da superacumulação, ou a teoria da superprodução. A mesma observação se aplica a Jacques Attali que acreditava dever registrar "duas conceitualizações bastante diferentes da crise" em Marx (*Ruptures d'un Système Économique*, *op. cit.*, p. 34). Na mesma obra coletiva, P. Dockes e M. Rosier enfatizam, ao contrário, a complementaridade da crise de superacumulação e da crise de superprodução da mesma forma que nós.

169. *Theorien über den Mehrwert*, *op. cit.*, pp. 293-5.



tas mercadorias que não havia poder de compra disponível para adquiri-las ao preço de produção, isto é, a um preço que fornecesse a seus proprietários o lucro médio esperado. Quaisquer que sejam os meandros profundos da análise, o primeiro fenômeno a se compreender é o dessa ruptura brutal do equilíbrio instável que existe em "tempos normais" entre a oferta e a procura de mercadorias.

Bruscamente, a oferta ultrapassa a demanda solvável, a ponto de provocar massivamente um recuo das encomendas e uma redução importante da produção corrente. É essa venda insuficiente, essa não-estocagem e essa redução da produção corrente que geram o movimento cumulativo da crise: redução do emprego, das rendas, dos investimentos, da produção, das encomendas; nova espiral da redução do emprego, das rendas, dos investimentos, da produção etc, e isso nos dois departamentos fundamentais da produção, o de bens de produção e o de bens de consumo.

Pouco importa que a venda insuficiente comece em um ou outro desses dois setores. Empiricamente, pode-se constatar que ela inicia com mais freqüência no segundo. Esse foi o caso por ocasião das recessões de 1974/75 e de 1980/82 (automóvel). Mas não é necessário procurar alguma "lógica imanente" nesse fato empírico. Houve, e pode haver, crises de superprodução que começam conjuntamente nos dois setores e outras — mais raras — que começam no primeiro, o de bens de produção.

O acontecimento detonador que precipita as crises de superprodução distingue as suas formas de aparição. Este pode ser um escândalo financeiro, um brusco pânico bancário, a bancarrota de uma grande empresa, como pode ser simplesmente a mudança da conjuntura (venda insuficiente generalizada) em um setor-chave do mercado mundial. Tal detonador pode ser ainda uma brusca falta de determinada matéria-prima (ou energética) essencial; tal foi especialmente o caso da crise de 1866, provocada pela carência de algodão em consequência da Guerra de Secessão nos Estados Unidos. Mas o detonador não é a causa da crise. Apenas a precipita no sentido em que desencadeia o movimento cumulativo descrito acima. Para que ele possa desencadeá-lo, é necessário que coincida toda uma série de pré-condições que não decorrem em medida alguma da influência autônoma do detonador. Assim, a falência retumbante de uma grande casa comercial ou de um grande banco não estrangulará, em geral, uma conjuntura no início de uma fase de *boom*, de expansão acelerada. Terá tal efeito somente ao final dessa fase, porque todos os elementos da crise próxima estão já reunidos e esperam um elemento catalisador para se manifestar.

A função objetiva da crise de superprodução para o desenvolvimento do modo de produção capitalista é um outro conceito a ser diferenciado em relação às formas de aparição da crise, de seu detonador e de suas causas profundas. A função objetiva da crise é a de constituir o mecanismo através do qual a lei do valor se impõe, apesar da concorrência (ou da ação dos monopólios!) capitalista.

No início de cada ciclo industrial, há racionalização, intensidade crescente do trabalho, progresso técnico acentuado (isto é particularmente verdadeiro nos períodos de grandes revoluções tecnológicas subjacentes às fases de expansão capitalista acelerada, como a fase

1940/48 - fim dos anos 60). Em uma economia mercantil, a alta acentuada da produtividade significa sempre a baixa do valor unitário das mercadorias (pouco importando se é mascarada pela depreciação do papel-moeda. Um cálculo em preço de ouro ou em horas de trabalho revelará rapidamente a baixa do valor). No entanto, é justamente em um período de "superaquecimento" no qual os capitalistas proprietários de mercadorias — sobretudo os industriais que já aplicaram as técnicas mais avançadas — podem com mais ou menos sucesso manter em vigor os valores antigos, o que lhes assegura abundantes superlucros. A venda insuficiente, a superprodução, a ruptura brutal do equilíbrio entre a oferta e a procura constituem o mecanismo que gera a baixa dos preços, isto é, que impõe os novos valores das mercadorias que resultam do aumento da produtividade, provocando uma grande perda de lucros e uma excessiva desvalorização de capitais para os capitalistas<sup>(171)</sup>.

Da mesma forma, pode-se constatar que a retomada e o início de uma conjuntura de crescimento são as fases precisas do ciclo nas quais se produz, de maneira bastante concentrada no tempo, a renovação massiva do capital fixo, que não se estende de maneira relativamente proporcional ao número de anos de sua duração "moral". O movimento cíclico se acha evidentemente estimulado por um "efeito de eco"<sup>(172)</sup>, que tende a se repetir. Mas, como a periodicidade dessa renovação não é estritamente predeterminada — uma vez que é uma função das condições de rentabilidade, das previsões de expansão do mercado, do ritmo de inovação tecnológica a mais longo prazo —, esse movimento cíclico antes resulta das flutuações conjunturais do que lhes dá origem, ainda que incontestavelmente as amplifique e contribua para reproduzi-las.

O que precede não constitui uma explicação para a crise. Dissemos e repetimos que a crise é uma manifestação da queda da taxa de lucros, ao mesmo tempo em que revela a superprodução de mercadorias. Ainda será necessário estabelecer um encadeamento causal mais preciso, incorporando toda uma série de mediações indispensáveis que se situam, concomitantemente, na esfera da produção e na da circulação de mercadorias e, ainda, no domínio da concorrência e no da luta de classes<sup>(173)</sup>.

Cremos que tal encadeamento seja o seguinte:

A partir de um certo momento da retomada ou da conjuntura de

171. Marx, K. *O Capital*, t. III, *Marx-Engels-Werke*, t. XXV, p. 265.

172. A rotação mais rápida do capital fixo, que assinalamos em *Le Troisième Âge du Capitalisme*, foi confirmada de forma clara por um estudo do bureau de Planejamento da Holanda, o qual assinala que a idade da mais velha máquina utilizada diminuiu de 45 anos em 1959 a 17 anos em 1973. Esse estudo assinala, da mesma forma, como a alta relativa dos salários estimula um movimento de investimento em capital fixo cada vez mais "jovem", o que tende a reduzir o emprego (Hartog, H. den e Tjan, H.S. "Investeringen, lonen, prijzen en arbeidsplaatsen — Een jaargangmodel vaste coefficienten voor Nederland" — Central Planning Bureau the Hague, *Occasional Papers*, n. 2, 1974). "Mitos e realidades sobre o desemprego" (*Banque*, mar. 1978) fornece dados empíricos interessantes sobre a tendência à substituição do "trabalho" pelo "capital" na França, para o período 1964/76./

173. "/.../ a crise real não pode ser apreendida senão partindo do movimento real da produção, da concorrência e do crédito capitalistas" (Marx, K. *Theorien über den Mehrwert*, *Marx-Engels-Werke*, t. XVI/2, p. 509).

crescimento, há um aumento inevitável da composição orgânica de capital, em decorrência de um progresso técnico que, no regime capitalista, não é jamais "neuro" mas essencialmente poupador de trabalho (substituindo a mão-de-obra por máquinas) e da ampliação dos investimentos que se desenvolvem em uma conjuntura favorável. Esse aumento da composição orgânica do capital pode, durante um certo período, deixar intacta a taxa de lucros (é a fase "lua-de-mel" do boom), logo que é acompanhado de uma grande elevação da taxa de mais-valia, de uma baixa relativa dos preços de matérias-primas e/ou de um investimento crescente de capitais nos setores ou nos países cuja composição orgânica do capital é mais débil. Entretanto, a lógica da expansão mina as condições dessa "lua-de-mel":

— mais se acelera a expansão, mais se reduz o exército industrial de reserva e mais se torna difícil aumentar a taxa de mais-valia, tendo em vista que as relações de força no mercado de mão-de-obra se modificam em favor dos vendedores da força de trabalho, se esses estiverem bem organizados;

— mais longo é o período de expansão e mais a baixa relativa dos preços de matérias-primas se torna difícil de ser mantida, tendo em vista as condições de produção menos elásticas (mais dependentes de fatores naturais) nesse setor;

— mais a expansão é longa e profunda, mais raros se tornam os setores (ou países) onde os capitais produtivos podem encontrar condições de composição orgânica do capital estruturalmente mais baixas do que nos setores essenciais dos países industrializados dirigentes.

O conjunto dessa lógica imanente da expansão provoca, a partir de um certo limiar, uma tendência para a queda da taxa de lucros. Mas nem a produção, nem os preços se adaptam automaticamente, de forma imediata e uniforme, a essas condições deterioradas de valorização do capital (adaptação que poderia "mitigar" o ciclo e evitar um crash retumbante).

A queda da taxa de lucros acentua a concorrência entre os capitalistas. No entanto, nessa concorrência, as empresas mais fortes tecnologicamente e mais poderosas do ponto de vista das dimensões dos capitais investidos dispõem de vantagens evidentes em relação às retardatárias ou mais fracas. Como dominam o mercado — o que é ainda mais evidente para os monopólios capitalistas —, procuram retardar ao máximo o "momento da verdade", isto é, manter o mais longo tempo possível o antigo lucro médio, ou os superlucros que desfrutavam no auge do boom.

A queda da taxa média de lucros significa simplesmente que, com relação ao conjunto do capital social, a mais-valia total produzida não foi mais suficiente para manter a antiga taxa média de lucros. Tal queda não significa necessariamente que as principais empresas industriais ou os principais bancos tenham imediatamente diminuída sua taxa de lucros. Manifesta-se, em primeiro lugar, sob a seguinte forma: uma fração do capital recentemente acumulado não pode mais ser investida produtivamente nas condições de rentabilidade "normalmente esperadas"; é cada vez mais retida para atividades especulativas, arriscadas, menos rentáveis<sup>174</sup>. A massa absoluta de investi-

174. Marx, K. *O Capital*, t. III, *Marx-Engels-Werke*, t. XXV, p. 261.

pod os rendimentos proporcionais do capital  
A CRISE DO CAPITAL em rebo - 215  
po as investimentos que fundam a QTTL e a superprodução.

mentos não retrocede em razão disso; pode até aumentar. O emprego e a massa salarial não retrocedem também; estão até em um nível bastante elevado, se não máximo. Mas os investimentos, o emprego e a produtividade (produção de mais-valia relativa) não crescem mais em proporção suficiente para sustentar por si próprios a expansão, que prossegue sem dar atenção ao que se passa do lado do "último consumidor". A indústria não é mais "o melhor cliente da indústria".

Porém essa modificação da conjuntura, geralmente "encoberta" pelo prosseguimento do boom, coincide com dois fenômenos que minam mais ainda seus alicerces:

— de um lado, a queda da taxa média de lucros deve desencadear, nas condições de prosseguimento da expansão e de aprofundamento da especulação, o recurso incessantemente crescente ao crédito e, portanto, o agravamento do endividamento das empresas. Tal fato acentua sua resistência a todo ajustamento rápido dos preços e dos lucros, em uma situação em que os encargos financeiros crescentes, combinados com uma queda dos rendimentos brutos, reduzem drasticamente o lucro da empresa. A expansão acelerada do crédito é praticamente inevitável, uma vez que os bancos se esforçam por evitar as bancarrotas em cadeia, que lhes causariam graves perdas. Assim, se passa imperceptivelmente do boom ao superaquecimento, que encobre ainda mais, no imediato, as forças que preparam inexoravelmente o crash;

— de outro lado, à medida que se desenvolve a expansão, para não dizer o superaquecimento, manifestações de capacidade de produção excedentes necessariamente devem aparecer. Os dois fenômenos fundamentais da expansão em sua fase de "lua-de-mel" — o aumento da composição orgânica do capital e o crescimento da mais-valia relativa (aumento da taxa de mais-valia) — não podem deixar de resultar no crescimento da massa de mercadorias produzidas<sup>175</sup>. No modo de produção capitalista, é impossível reduzir o valor unitário dos bens de consumo (o que está na base do aumento da mais-valia relativa), sem aumentar consideravelmente a massa total. Da mesma forma, é impossível aumentar a produção de máquinas e de matérias-primas (Departamento I), que está na base do aumento da composição orgânica de capital, sem se elevar notadamente, a longo prazo, a capacidade de produção do Departamento II (bens de consumo), mesmo se em uma proporção inferior à do primeiro. As contradições internas do modo de produção capitalista são tais que durante a expansão:

175. "Na mesma medida, portanto, em que cresce sua amplitude (a do maquinismo), deve-se aumentar a massa dos produtos..." (Marx, K. *Grundrisse*, op. cit., p. 627. Tradução do autor). E ainda: "O mesmo vale para a força produtiva. De um lado, /há/ a tendência do capital de impulsioná-la necessariamente até o extremo, no sentido de aumentar o tempo de sobretabalho relativo. Mas isso reduz, de outro lado, o tempo de trabalho necessário e, portanto, a capacidade de troca do trabalhador. Além disso, como vimos, a mais-valia cresce em uma proporção bem mais reduzida que a força produtiva, e esta proporção decresce sempre tanto mais que a força produtiva já se acha fortemente aumentada. Mas a massa dos produtos aumenta em uma proporção semelhante/..../ Na mesma medida em que cresce a massa dos produtos, entretanto, aumenta a dificuldade de realizar em valor o tempo de trabalho que eles contêm — porque a exigência de um consumo (adicional) aumenta". (Marx, K. *Grundrisse*, op. cit., p. 325. Tradução do autor.)

OUVSS com o nível do capital... p. 215



— a alta de  $m/v$  não pode neutralizar a alta de  $C/v$ , em função da luta de classes;

— apesar do progresso das “formas cada vez mais indiretas de produção” (*roundabout ways of production*),  $\Delta (c/v)$  não pode ser proporcional à

$$\Delta \frac{\text{capacidade de produção de meios de produção}}{\text{capacidade de produção de meios de consumo}}$$

em função dos mecanismos da concorrência e do progresso técnico.

Nessas condições, a capacidade de produção do segundo setor deve crescer mais rapidamente do que a massa salarial, e isto principalmente na medida em que o capital consiga adiar o momento no qual a elevação da taxa de mais-valia diminua ou cesse. *MASSA e JAYU de*

Quanto mais se tem capitais não-aplicados, mais o crescimento da massa de mais-valia produzida se atrasa em relação à acumulação de capital; quanto mais a taxa de lucros baixa, mais cresce a defasagem entre a taxa de lucros esperada e realizada para um número crescente de empresas, entre os seus encargos financeiros e os seus rendimentos reais. Tanto mais vulneráveis elas se tornam, portanto, ao primeiro incidente, que pode levar à falência. “Superabundância” de capitais e “escassez” de lucros coexistem, determinando-se uma à outra.

Para que os efeitos da queda da taxa de lucros se imponham a todos os capitais, é necessário que haja redução generalizada das vendas e queda dos preços (dos preços-ouro), o que gera uma contração da produção em todos os setores.

A crise de superprodução *amplifica*, por sua vez, a queda da taxa de lucros, que havia abaixado apesar do fato de que a *produção de mais-valia* estivesse em seu nível quase máximo. Com a redução do emprego e o surgimento do desemprego pleno e parcial, a massa total da mais-valia produzida se reduz até em relação ao nível alcançado na fase final do *boom* e durante o *superaquecimento*, e isso apesar de uma taxa de exploração dos trabalhadores ainda em elevação (havia cessado de aumentar no final do *boom*).

Pode-se dizer, assim, esquematicamente, que o “superinvestimento” provocou uma “superacumulação”, que gerou por sua vez um “subinvestimento” e uma desvalorização massiva de capitais. Somente quando essa desvalorização se torna suficientemente ampla e quando o desemprego assim como as medidas de racionalização múltiplas “relançam” vigorosamente a taxa de exploração da classe operária, é que a queda da taxa de lucros será estancada e que um novo ciclo de acumulação de capitais poderá deslanchar.

Apesar do esforço em combinar a análise da superacumulação de capitais com a de superprodução de mercadorias, a equipe de economistas do PCF, que se debruçou sobre a crise, se confundiu por seu apego ao conceito de “capitalismo monopolista de Estado”, o que conduz a fórmulas confusas e contraditórias, como a da “acumulação excessiva” ou da “desordem da acumulação”: “/.../ são as exigências de acumulação por parte dos monopólios que se beneficiam de financiamentos de tipo público, que geraram uma desordem formidável da acumulação. É esta desordem da acumulação de capitais e a exigência

de lucros, para dar-lhes rentabilidade e ainda fazê-los crescer, que constituíram a causa essencial da inflação acelerada... E, em função dos excedentes colossais, a acumulação nos meios de produção não fornece mais mercados de compensação suficientes”. (Boccaro, Paul. “La Crise”, in *Économie et Politique*, n. 251-2-3, jun.-jul.-ago. 1975, pp. 54-5).

Boccaro não parece se lembrar de que a produção capitalista está sempre voltada para o lucro — hoje como na alvorada do modo de produção capitalista — e de que a noção de “desordem de acumulação” que se refere ao valor de uso das mercadorias produzidas pelos capitalistas não tem sentido no quadro desse modo de produção. Se existe uma “superacumulação”, não é fundamentalmente em função do fato de que o Estado tenha “ajudado muito” os monopólios ou de que estes “orientaram mal” os investimentos. A razão fundamental é que o conjunto da mais-valia produzida não permite uma valorização suficiente (não garante mais a taxa de lucros esperada) do conjunto dos capitais. A maneira pela qual estes se distribuem entre os diversos setores é um fator secundário, que não pode, por si só, explicar uma crise de superprodução generalizada, enquanto a mais-valia globalmente produzida for suficiente para a valorização do capital global.

Pode-se compreender, de modo bastante simples, em que medida os partidários da explicação monocausal da crise pelo “subconsumo”, da mesma forma que os partidários da “superacumulação”, têm parcialmente razão e parcialmente estão equivocados, imaginando-se o seguinte diálogo de surdos entre defensores fervorosos de cada uma dessas teorias (digamos um sindicalista reformista de inspiração nekeynesiana e um representante patronal de inspiração neoliberal):

— Uma vez que existe venda insuficiente, portanto superabundância de mercadorias, é necessário aumentar imediatamente os salários para reabsorver os estoques não-vendáveis e reestimular a economia. Senão, não se sairá da crise.

— Infelizmente, você está redondamente enganado. A crise é, antes de tudo, a redução dos investimentos (e, portanto, do emprego) em consequência da queda dos lucros. Se se aumentam os salários nesse momento preciso do ciclo, os lucros serão ainda mais reduzidos, por conseguinte os investimentos e, em seguida, o emprego. É necessário, ao contrário, diminuir os salários imediatamente. Assim, os dirigentes empresariais verão seus lucros aumentarem, farão novos investimentos, empregarão novas pessoas, o que reanimará a conjuntura.

— Já se escutou tamanha insanidade? Já existe uma venda bastante insuficiente de mercadorias. Reduzindo-se os salários, diminuir-se-á o poder de compra corrente das massas, isto é, a demanda global. Com isto, a queda das vendas se aprofundará e o mercado será inundado de mercadorias invendáveis. Já houve alguma vez em que os patrões investiram para produzir ainda mais mercadorias invendáveis? Ao se reduzirem os salários, a crise se agravará, em vez de ser superada.

O erro fundamental cometido pelas duas escolas, erro muito próximo, aliás, das escolas acadêmicas, que operam com os agregados macroeconômicos — a “demanda global” dos keynesianos e a “massa monetária” dos monetaristas —, é o de supor uma série de *ajustamentos mecânicos e generalizados* produzindo-se sob certas condições bem

precisas<sup>176</sup> A alta das remunerações das famílias não “relança” realmente a conjuntura, se não for acompanhada de uma elevação da taxa de lucros e de uma perspectiva generalizada de expansão do mercado. Se isso não ocorrer, os investimentos não serão feitos. Inversamente, a elevação dos lucros e dos investimentos não permite superar a crise, se não for acompanhada de uma expansão da demanda global — do contrário, os estoques das mercadorias invendáveis continuarão a pesar sobre o mercado e manterão a economia em depressão. São necessárias, *de forma conjunta*, uma violenta expansão do mercado (do poder de compra dos últimos consumidores) e uma alta efetiva da taxa média de lucros para permitir um novo ciclo de expansão da produção e de acumulação de capital. Mas tal coincidência depende de um concurso de circunstâncias muito numerosas. Por isso a impossibilidade de produzi-la na hora H por tal ou qual medida governamental (ou de um acordo privado). Por isso a característica incontornável do ciclo.

Poder-se-ia perguntar por que, após 150 anos de experiência, os capitalistas continuam a agir em geral da mesma maneira, em vez de “compensar” os erros de previsão recíprocos; por que todos aumentam (além do normal) os investimentos no curso da conjuntura favorável, o que precipita a capacidade excedente e a superprodução; por que reduzem (além do normal) os investimentos durante a crise, o que acentua a queda das vendas e a baixa dos lucros. Não é um “instinto de imitação” irracional que os faz agir desse modo?

A resposta é simples: o que é racional *do ponto de vista do sistema tomado em seu conjunto* não o é do ponto de vista de cada empresa tomada isoladamente e vice-versa. Enquanto o mercado estiver em forte expansão, é que *todas* as empresas devem se esforçar em obter uma parte desse bolo ampliado, precipitando, assim, o “superinvestimento” e a capacidade excedente. Quando há uma queda das vendas, é absurdo para cada empresa individual aumentar a sua capacidade de produção. É necessário, ao contrário, reduzir as perdas e a queda dos preços (preços-ouro), isto é, reduzir a produção, o que tem por resultado um “subinvestimento” cumulativo macroeconômico. A convicção ingênua dos liberais de que o “interesse geral” é perfeitamente servido se cada um perseguir o seu “interesse particular” revela-se especialmente ilusória nas viradas decisivas do ciclo — sem falar do fato de ela procurar mascarar a oposição de interesses entre capitalistas e assalariados. *A propriedade privada é o obstáculo insuperável ao crescimento extensivo dos investimentos.* Assim sendo, constitui o obstáculo insuperável à desapareição do ciclo.

Aos que nos censuram por ter dado demasiada ênfase a fenômenos de mercado, e assim de demanda, em nossa análise da crise atual,

176. Um exemplo típico: Paul Mattick escreve em *Marx and Keynes* (Londres, Merlin Press, p. 79): “A venda insuficiente no mercado deve ser causada pelo fato de que o trabalho não é o bastante produtivo para satisfazer as necessidades de lucro da acumulação de capital. É porque *não se tem produto suficiente* que o capital não pode se ampliar no ritmo necessário para realizar plenamente (o valor de) tudo o que foi produzido”. Em outros termos, se os lucros e os investimentos tivessem avançado suficientemente, não teria havido venda insuficiente de bens de consumo. Marx tem uma opinião categoricamente diferente, como se evidencia nas citações que acabamos de reproduzir.

bem como na síntese ora esboçada da teoria marxista das crises, respondemos que as flutuações da conjuntura são sempre, em última análise, flutuações de acumulações e, portanto, de reprodução ampliada de capital. Mas o processo de reprodução do capital é precisamente a *unidade do processo de produção e de circulação*, como Marx precisou detalhadamente no Tomo II de *O Capital*. Querer explicar o fenômeno das crises exclusivamente pelo que se passa na esfera da produção (de uma quantidade insuficiente de mais-valia para assegurar a todo o capital uma taxa de lucros aceitável), fazendo abstração dos fenômenos de realização da mais-valia, isto é, da circulação, por conseguinte do mercado, é na realidade esquecer um aspecto fundamental da produção capitalista, o de ser *uma produção mercantil generalizada*: “A superprodução em particular tem por condição a lei geral de produção do capital, a saber, de produzir à medida das forças produtivas (isto é, da possibilidade de explorar a maior massa de trabalho com a massa dada de capital), sem consideração pelos limites do mercado ou os das necessidades solváveis, e isso pela extensão contínua da reprodução e da acumulação; portanto, da transformação contínua dos rendimentos em capital, enquanto, ao mesmo tempo, a massa de produtores continua limitada ao nível médio das necessidades e deve continuar assim em razão da tendência da produção capitalista” (Marx, K. *Théories sur la Plus-Value, Marx-Engels-Werke*, t. XXVI / 2, pp.530-1).

E de maneira ainda mais sucinta: “Toda a polêmica sobre saber se a *superprodução* é possível e necessária do ponto de vista do capital está vinculada à questão de saber se o processo de valorização do capital na produção coloca imediatamente sua valorização na realização, se sua valorização no processo de produção é sua valorização *real*” (Marx, K. *Grundrisse*, Berlin, Dietz-Verlag, 1953, p.314).

## CAPÍTULO XXVI

### A EXPLICAÇÃO MARXISTA DOS CICLOS 1971/75, 1976/82 E 1982/86(7)

Se queremos aplicar a teoria geral das crises à explicação dos ciclos 1971/75 e 1976/82 e, mais precisamente, às origens e aos desdobramentos das recessões generalizadas de 1974/75 e 1980/82, devemos incorporar a ela toda uma série de elementos particulares, que resultam da situação e das contradições específicas da economia capitalista internacional no início dos anos 70. Essas recessões, assim como os tímidos sintomas de recuperação que as sucederam e que deram ao período 1974/85 um caráter claramente depressivo, devem ser compreendidas como o ponto de convergência de *cinco crises de tipo diferente*:

1) Uma *crise clássica de superprodução*, limitada, entretanto, uma vez mais em duração e profundidade por um *deficit financing* e uma expansão do crédito em grande escala, mas marcada por uma eficácia claramente decrescente dessas técnicas anticrise inflacionárias.

A expansão total da dívida pública e privada no curso dos anos 1975/76 deve ter sido da ordem de 400 bilhões a 500 bilhões de dólares e de 700 bilhões a 800 bilhões de dólares nos anos 1980/82. Os empréstimos aos governos imperialistas mais frágeis, aos monopólios mais afetados pela crise, aos países chamados do Terceiro Mundo e aos países ditos socialistas substituíram, *em parte*, os empréstimos aos consumidores e às empresas capitalistas mais sólidas, que procuraram sobretudo utilizar seus lucros crescentes a partir de 1976 em função da redução do peso de seus endividamentos. O ciclo do crédito conservou, portanto, uma certa autonomia em relação ao ciclo industrial, o que permitiu evitar, ainda, uma vez mais a repetição da crise de 1929/32 (essa autonomia relativa do ciclo do crédito é uma das características fundamentais da "terceira idade do capitalismo", tal como ele funciona há quarenta anos).

2) A combinação da crise clássica de superprodução com a mudança brusca da "onda longa" que, desde o fim dos anos 60, cessou de mover-se em sentido expansivo. Os altos rendimentos tecnológicos, os superlucros monopolísticos realizados durante longo tempo pelos setores de ponta, tais como automobilístico, eletrônico, químico, de fabricação de aparelhos científicos etc., reduziram-se progressivamente ou desapareceram por completo<sup>177</sup>.

Em estudo marcante publicado pela revista *Futuribles* (out. 1977), Orio Giarini constatou para a indústria de fibras sintéticas: "O ciclo

177. "Ainda que seja apenas porque as inovações técnicas revolucionárias se tornem mais raras; a formação do capital fixo não deve mais atingir no futuro o nível dos anos de alta conjuntura, mesmo se a atividade se recupera vigorosamente" (*Notices Économiques de l'Union des Banques Suisses*, nov. 1977).

chega a uma certa maturidade que já se pode discernir no curso dos anos 60: as novas invenções que se sucedem cobrem apenas as possibilidades de utilização mais e mais marginais, iludindo as esperanças de uma grande retomada. Com o tempo, a pesquisa se concentra basicamente no aprimoramento do já existente. *Entramos em uma fase evidente de rendimentos decrescentes da tecnologia /.../* Reencontramos /.../ sinais similares em outros domínios: no setor dos grandes computadores /.../ para a IBM, o que estava previsto para 1976 em seu programa FS (future system) foi adiado em sete ou oito anos /.../ Da mesma forma /.../ na aviação civil /.../” (sublinhado pelo autor).

A desapareção dos rendimentos tecnológicos é, portanto, um fator suplementar importante no sentido de confirmar que a taxa de lucro continuará por um longo prazo abaixo da média dos anos 50 e 60, mesmo durante as fases de retomada que não param evidentemente de se reproduzir periodicamente.

3) Uma nova fase da *crise do sistema imperialista*, na qual a alta do preço do petróleo e as negociações sobre “uma nova ordem econômica mundial” não são senão reflexos indiretos. Durante um quarto de século, o imperialismo foi levado a se livrar gradualmente do sistema colonial, a passar da dominação direta à dominação indireta sobre os países semicoloniais e dependentes, sem modificar, salvo de modo marginal, a partilha da mais-valia mundial entre a burguesia imperialista e as classes proprietárias dos países semicoloniais. Esse empreendimento fracassou. No início dos anos 70, a deterioração das relações de força em detrimento do imperialismo em escala mundial obrigou a conceder às classes dominantes dos países da OPEP uma parte consideravelmente maior da mais-valia mundial, através de uma brusca e enorme elevação dos rendimentos com petróleo. A parte exata da mais-valia mundial assim redistribuída é difícil de calcular. Mas, para dar uma ordem de grandeza, estima-se algo em torno de 7% a 8%.

4) Uma *crise social e política agravada nos países imperialistas*, que resultou, por um lado, da conjunção entre a depressão econômica e um ciclo específico ascendente das lutas operárias, da combatividade e da politização dos trabalhadores em vários países imperialistas e, por outro lado, das reações provocadas pela tentativa da burguesia imperialista de impor aos trabalhadores o peso da crise e a redistribuição mundial da mais-valia (ver Tabela LXIII).

5) A conjunção dessas quatro crises com a profunda crise estrutural da sociedade burguesa de mais de um decênio acentua a crise de todas as relações sociais burguesas e, mais particularmente, a crise das relações de produção capitalista. A credibilidade do sistema capitalista — no sentido de poder garantir a melhoria permanente do nível de vida, o pleno emprego e a consolidação das liberdades democráticas — está fortemente minada em função das reincidências da recessão.

As “ondas longas com tendência à estagnação” não implicam, necessariamente, uma depressão permanente da produção material que se estenderia por 20 a 25 anos. Elas são caracterizadas por uma sucessão de crises de superprodução e de períodos de retomada e de crescimento da produção, exatamente como as “ondas longas com tendência expansiva”. O ciclo continua a funcionar enquanto tal, mas

TABELA LXIII — *Evolução das lutas grevistas*  
(em médias anuais)

A. Número de grevistas (em milhares)						
	EUA	Japão	RFA	Grã.-Bret.	França	Itália
1951/55	2 468	—	205	658	1 415	2 343
1956/60	1 710	—	68	771	1 414	1 685
1961/65	2 653	—	111	1 393	3 755	4 044
1966/70	3 280	1 896	536	1 171	3 325	3 981
1972	1 714	1 544	23	1 722	2 721	4 405
1973	2 251	2 232	185	1 513	2 342	8 081
1974	2 700	8 500	250	1 601	—	8 464

B. Dias de greve (em milhares)						
1951/55	32 220		1 193	2 382	3 894	4 974
1956/60	32 320		707	4 446	1 980	5 581
1961/65	27 300		486	2 562	2 794	13 017
1966/70	45 166		157	5 540	32 138	17 676
1971	47 592	5 777	4 484	13 552	4 392	14 799
1972	23 918	3 871	66	23 909	3 912	19 497
1973	27 949	4 210	563	7 200	3 915	20 400
1974	48 505	9 684	1 051	14 740	3 380	16 747

Fontes: Huffs Schmidt, Schui: “Handbuch zur Wirtschaftskrise in der BRD 1973/76”, Pahl-Rugenstein Verlag, Köln, 1976, p. 29, referindo-se a diferentes fontes da RDA. Estes dados devem ser tratados com cuidado e se baseiam em estatísticas oficiais e sindicais misturadas. Elas fornecem, entretanto, uma indicação de tendência muito clara.

a diferença é que, no curso das “ondas longas com tendência expansiva”, as fases de recessão são mais curtas e menos profundas e as de retomada e de boom mais longas e mais prósperas. Ao contrário, no curso das “ondas longas com tendência à estagnação”, as recessões são mais longas e mais profundas enquanto as retomadas são mais curtas e menos expansivas, encontrando dificuldades para se transformar em fases de prosperidade propriamente ditas. Acabamos de viver uma confirmação incontestável disso!

A tendência à queda a longo prazo da taxa média de lucro se fez sentir desde o fim dos anos 60, se não o foi desde a segunda metade dessa década.

O surgimento de capacidades de produção excedentes em número crescente de setores industriais importantes e o caráter mais e mais especulativo das sucessivas fases de prosperidade foram os sinais mais reveladores. O boom dos anos 1972/73 foi quase inteiramente especulativo. Se a alta espetacular dos preços de matérias-primas durante essa fase tinha também causas profundas (subequipamento e taxa de crescimento muito baixa da produção de matérias-primas no curso do período precedente) e representava igualmente um produto da inflação acelerada no plano da economia capitalista internacional, sua fonte fundamentalmente especulativa era clara. O valor total de todos os contratos de compra a prazo de matérias-primas (*future contracts*) passou de 60 bilhões de dólares em 1964 a 340 bilhões de dólares em 1974. Enormes capitais especulativos afluíram à bolsa de matérias-pri-



GRÁFICO V  
Impostos sobre lucros e lucros das Sociedades na Grã-Bretanha



mas, tanto para se defender das perdas de poder de compra do dólar e de outros papéis-moeda, como para realizar ganhos especulativos, na espera de uma escassez mais ou menos durável de matérias-primas<sup>178</sup>.

Esse boom especulativo foi levado a se afundar em uma recessão tanto mais grave à medida que as capacidades excedentes se tornavam maiores do que em qualquer outro momento depois da II Guerra Mundial e à medida que a aceleração do processo inflacionário obrigou as autoridades políticas e monetárias a frear a política de expansão do crédito.

Em outras palavras, os novos mercados — países da OPEP, países dependentes mais industrializados, países ditos socialistas, assim como os mercados criados pelo forte crescimento da dívida pública (déficit orçamentário) — não compensaram suficientemente as perdas de mercados criadas pelo desemprego massivo e pelo enfraquecimento dos investimentos produtivos. Houve "compensação" e, portanto, retomada inicialmente em 1976, e a partir do fim de 1982 em seguida, mas uma "compensação" apenas parcial, insuficiente.

178. Referindo-se às "compras especulativas de matérias-primas" durante o período 1972/74, o 47º Rapport du Banque des Règlements Internationaux afirma: "Nesta época, as compras de cobertura e de especulação engendradas pelas flutuações de grande monta das taxas de câmbio tiveram um papel importante, e este movimento foi acentuado, em certos casos, pelas dificuldades crescentes de aprovisionamento de matérias-primas. A acumulação e o entesouramento pelos industriais de estoques consideráveis de produtos de base ilustram perfeitamente esta situação" (p. 38). Um gráfico reproduzido pela mesma publicação indica que os estoques de matérias-primas em mãos da indústria de transformação dos países imperialistas, que em média, não haviam crescido senão de 0,5% a 0,8% por trimestre entre 1968 e 1971, aumentaram de 2% a 3% em 1972/73 e no início de 1974, isto é, sua taxa de crescimento quadruplicou.

Para se ter uma idéia de que dificuldades uma retomada da economia deveria superar no sentido de se aproximar das taxas de crescimento médio dos anos 50 e 60, citemos três séries de dados:

— entre o momento em que os estoques de mercadorias em posse dos industriais e comerciantes americanos estavam no máximo antes da recessão e o momento em que caíram ao ponto mais baixo (em junho de 1975), eles diminuíram somente 10 bilhões de dólares (passando de 273 a 263 bilhões de dólares). Em setembro de 1977, já se situavam em 372 bilhões de dólares, o que, levando-se em conta a inflação, é equivalente a cerca de 284 bilhões de dólares em 1974/75 (é verdade que, em relação à produção global, os estoques não aumentaram). Houve, portanto, "saneamento" e "desvalorização" de capitais, mas uma desvalorização irrisória, rapidamente neutralizada a partir da recuperação. A expansão do mercado continuou "marginal" e não incitou em quase nada os industriais a realizar investimentos importantes.

Outras indicações da mesma tendência: dívida, pública e privada, dos EUA, cresceu a taxas que vão de 7,6% do PNB nos anos 60 para 11,1% nos anos 70 e 14% em 1984 (Henry Kaufman, citado no *International Herald Tribune*, 19 e 20 de jan. 1985). A dívida dos consumidores cresceu 5% de seu rendimento disponível em 1960, 6,1% em 1965, 8,7% em 1973, 9,9% em 1977. É necessário cada vez mais endividamento para alimentar as retomadas.

— a taxa de crescimento anual da capacidade de produção da indústria manufatureira na RFA era em média de 6,1% durante o período 1960/65; já havia caído à média anual de 3,9% durante o período 1966/70, mas não atingiu mais que 1,8% em 1975, 1,5% em 1976 e 1% em 1977! Tal é o efeito objetivo da alta capacidade de produção excedente que pesa sobre o mercado, e que a supressão muito reduzida de empresas e de potencial produtivo — em geral acantonada no setor de pequenas e médias empresas até agora — não modificou, substancialmente, em quase nada.

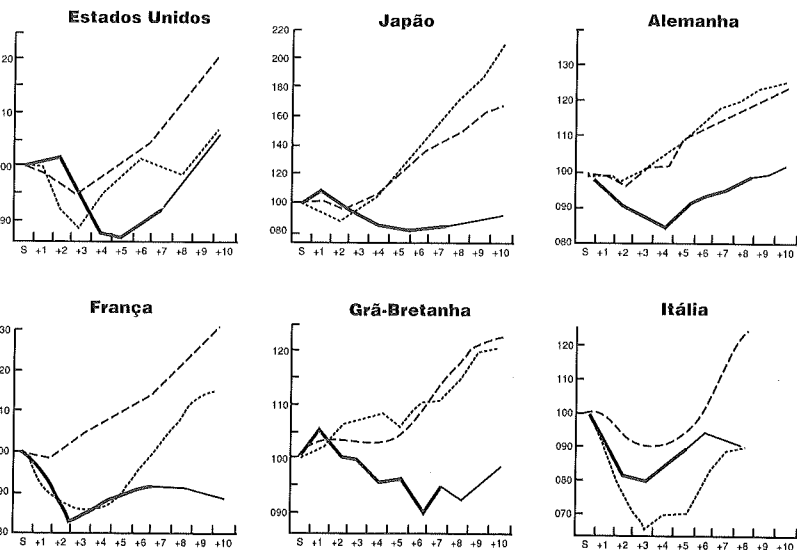
O Gráfico VI indica claramente a que ponto, de recessão em recessão, se torna cada vez mais difícil reabsorver o enorme excedente de capacidade produtiva. Eis a razão fundamental da ausência de um boom após a recessão de 1974/75: apesar do fim da recessão, o volume de "capitais não aplicados" cresce sem cessar. Pela mesma razão, a recessão 1980/82, não se seguirá um boom de fato. Em meados de junho de 1975, o montante total de colocações em eurodólares e eurodivisas havia atingido 200 bilhões de dólares, saltando, ao fim de 1977, para 350 bilhões de dólares<sup>179</sup> e em meados de junho de 1978, para 400 bilhões. Mas essa "superacumulação" de capitais-dinheiro não ocorre desvinculada da superprodução e da capacidade de produção excedentes: "Se os Estados Unidos investissem aproximadamente 20% de seu PNB em novas capacidades, não haveria armazéns suficientes para conter toda a mercadoria não vendida, tampouco calculadoras eletrônicas para calcular todos os salários-desempregos da mão-de-obra ociosa". (*Business Week*, 16 de jan. 1978).

179. "O mercado europeu se transforma assim mais e mais em um centro extraterritorial de depósito para os capitais ociosos, quer seja de outro, quer seja de longo prazo/.../ atualmente, em vários dos grandes países industriais do mundo ocidental, há não apenas gente sem trabalho, mas também capital sem emprego" (*Frankfurter Allgemeine Zeitung*, 20 de out. 1977).



GRÁFICO VI  
Evolução cíclica do investimento produtivo privado

— ciclo atual — resultados  
— ciclo atual — previsões  
- - - média dos ciclos precedentes  
..... recessão precedente mais acentuada



Fonte: Perspectiva Econômica da O.C.D.E., n. 21, jul. 1977, p. 27.

Seria interessante se perguntar por que, durante os ciclos 1971/75 e 1976/82 — poder-se-ia mesmo dizer os ciclos sucessivos do período 1967/82, se se parte da recessão da Alemanha Ocidental de 1966/67 e da mini-recessão americana de 1967 —, as questões monetárias internacionais tiveram um papel mais e mais perturbador em uma série de mudanças da conjuntura.

Com a internacionalização crescente do capital, a emergência das empresas multinacionais como forma típica de organização da grande produção capitalista, é o mercado mundial que se torna a arena na qual se realiza a verdadeira socialização do trabalho. Cada vez mais, o valor das mercadorias, não somente o valor das matérias-primas mas também o dos produtos da indústria manufatureira, começam a ser determinados no mercado mundial e não mais no mercado interno dos países capitalistas. Isso quer dizer que, em função de um progresso qualitativo da mobilidade internacional dos capitais, evolui-se, para um número crescente de mercadorias, pouco a pouco para preços de produção internacionalizados, isto é, para uma peregrinação internacional da taxa de lucro. Os preços mundiais são menos e menos derivados dos preços nacionais. São, ao contrário, os preços no mercado nacional que se afastam mais ou menos do eixo constituído pelos preços na esfera mundial.

Trata-se, evidentemente, de uma tendência que emerge, que apenas começa a se impor gradualmente, e não de um princípio já desenvolvido, ou mesmo universal. Essa tendência resulta especialmente do jogo

de compensação, dentro das empresas multinacionais, do resultado da produção dessas empresas em numerosos países ao mesmo tempo — às vezes com importantes divisões internacionais de trabalho no quadro da mesma empresa, para um mesmo produto final, que é em seguida vendido ao mesmo preço em todos os países, tendo em conta as flutuações da taxa de câmbio.

Nessas condições, os monopólios começam a encontrar sérias dificuldades para manter a rigidez dos preços e dos superlucros monopolísticos nos mercados nacionais dos países imperialistas, tendo em vista a pressão crescente da concorrência internacional. O semanário americano *Business Week* consagrou, em seu número de 12 de dezembro de 1977, um longo estudo à desagregação das velhas práticas monopolísticas de preços nos Estados Unidos e à aplicação crescente de preços "mais flexíveis" e "mais diferenciados"<sup>179a</sup>. Mas ainda se trata apenas de um início de uma mudança de tendência, que não pode ser generalizada em quase nada. O protecionismo, a cartelização e a centralização das empresas são igualmente tentativas, amplamente colocadas em prática durante o ciclo atual, no sentido de proteger os superlucros monopolísticos. Mas, a mais longo prazo, sua eficácia é duvidosa, tendo em vista a internacionalização crescente dos capitais e da própria produção.

Nas mesmas condições, as tentativas dos governos burgueses de "regularizar" o ciclo no plano nacional se chocam com dificuldades crescentes, que são justamente mediatizadas pelas flutuações do balanço de pagamentos e dos valores de câmbio do papel-moeda nacional. A passagem às taxas de câmbio flutuantes foi uma tentativa de aumentar a autonomia de ação destes governos, em face dos imperativos da lei do valor que se impõe cada vez mais como dominante no mercado capitalista internacional. Mas os resultados são medíocres e mais incertos, mesmo no que concerne ao governo imperialista mais poderoso, o dos Estados Unidos.

Quanto mais os governos nacionais manipulam no âmbito interno a massa monetária, o volume do crédito, os valores de câmbio artificiais (da sua divisa), e colocam em prática medidas protecionistas, tanto mais as forças produtivas internacionalizadas se rebelam contra essas manipulações, como também as leis do mercado — a lei do valor — desencadeiam mecanismos compensatórios que tornam estas medidas governamentais ineficazes ou até nocivas.

É necessário, além disso, assinalar que, diante dessa impotência crescente dos governos nacionais — e inclusive o dos Estados Unidos — em controlar o mercado monetário internacional, surgida no curso do último decênio, se manifesta uma verdadeira tendência à reprivatização da moeda, tendência aliás inerente ao próprio fenômeno da moeda escritural criada no primeiro estágio pelos bancos privados: "Grandes quantidades de moeda são transferidas eletronicamente no espaço de milésimos de segundo — nenhum controle pode mais regulá-las. Logo que a bomba explodiu no Grande Hotel de Brighton, por exemplo, houve um momento, antes que se soubesse se a senhora

179a. A queda livre atualmente em curso do preço dos chips, o componente básico da microeletrônica, apesar de protegido por patentes rígidas, é um bom exemplo desta tendência.

Thatcher estava sã e salva, no qual até 10 bilhões de libras estavam no ponto de deixar o país, não fisicamente, mas por um fio. Se o IRA tivesse tido sucesso, não haveria somente uma crise política, mas também uma crise financeira desesperada" (*Sunday Times Magazine*, 14 de abr. 1985).

Uma série de governos, não somente países ditos do Terceiro Mundo mas também potências imperialistas (sucessivamente Portugal, Itália, Grã-Bretanha, Dinamarca, amanhã será sem dúvida a vez de Espanha, Bélgica e França), se chocaram no curso dos ciclos 1971/85 com os *diktats* do Fundo Monetário Internacional quando se tratava de cobrir através de empréstimos internacionais importantes déficits, bruscamente elevados a um ponto além da média "normal" de seus balanços de pagamentos. Alguns quiseram ver nos funcionários deste Fundo Monetário Internacional representantes de uma sombria conspiração do imperialismo americano (ou do "imperialismo germano-americano") contra os povos. A realidade é, ao mesmo tempo, tanto mais sóbria quanto sombria.

De um ponto de vista "técnico", os representantes do FMI, enquanto bons banqueiros, não podem conceder importantes empréstimos exceto com um mínimo de condições de retorno garantidas. Ora, para países que têm um crescente déficit em seu balanço de pagamentos, o reembolso dos empréstimos em *divisas estrangeiras* depende evidentemente de um acúmulo de divisas, isto é, do restabelecimento do equilíbrio do balanço de pagamentos. Na medida em que sofrem a pressão de tal ou qual fração da burguesia, esses tecnocratas podem ser mais ou menos complacentes em relação a um ou outro governo — eles foram bem mais complacentes diante de Pinochet do que o foram com o MFA português de 1975. Mas, essencialmente, trata-se de uma confirmação clássica da regra: a função cria o órgão. O órgão não pode agir de outra forma senão para cumprir a função pela qual e para a qual foi criado.

Mas, atrás do mecanismo técnico, há uma realidade socioeconômica que é necessário desvendar. A técnica não cai do céu. Ela não representa "leis econômicas eternas", mas resulta de um quadro institucional que corresponde a relações e interesses de classe preciosos. Aquela que se chama, com um eufemismo pudico e mistificador, de "economia aberta" não é igualmente aberta para todo mundo. É a economia aberta ao dinheiro, aos proprietários de dinheiro, e ao dinheiro que, acumulado além de um certo limite, se transforma espontânea e continuamente em capital, isto é, em capacidade potencial de se apropriar de uma fração de sobretrabalho. Ele só pode se transformar em capital porque existem a propriedade privada dos meios de produção e uma classe de centenas de milhões de pessoas, em todo o planeta, que não têm acesso a esses meios de produção nem aos de subsistência, e que *devem*, portanto, vender sua força de trabalho aos proprietários de máquinas e de *agro-business*.

Porque a produção é mais e mais organizada em escala internacional, é necessário "manter abertas" as fronteiras tanto ao fluxo e refluxo de capitais-dinheiro como ao fluxo de mercadorias. No quadro da técnica contemporânea, o capitalismo industrial não sobreviveria a um fechamento hermético de capitais e de mercadorias em pequenos Estados nacionais, assim como não teria podido se desenvolver nos condados e marquesados da Idade Média.

Mas "preservar abertas as fronteiras" ao fluxo e refluxo de capitais-dinheiro, *de acordo com a lógica própria do capital*, enquanto não existe um governo mundial, nem moeda mundial nem uma arbitragem mundial para resolver soberanamente os confrontos interimperialistas mais agudos, assim como os conflitos entre a burguesia imperialista e as classes dominantes dos países dependentes e semicoloniais, não é possível exceto se todos se submeterem a certas "regras do jogo" objetivas, que permitam justamente à lei do valor — isto é, à lógica do capital — arbitrar estes conflitos e "resolver essas crises". *O Fundo Monetário Internacional é apenas a encarnação dessa lógica objetiva* — quaisquer que sejam as pequenas liberdades que possa tomar em relação a ela sobre questões secundárias, em função de interesses de grupos imperialistas hegemônicos (nem sempre os mesmos)<sup>180</sup>.

Pensamos que essa explicação do papel do FMI é, ao mesmo tempo, mais sóbria e mais sombria do que a versão "conspiradora". De fato, isso implica que, qualquer que seja a composição do organismo, e quaisquer que sejam as veleidades dos governos que nele são representados, não há meio de se escapar a longo prazo a seus *diktats*, enquanto não se romper com a lógica do capital, com o modo de produção capitalista e com todas as instituições internacionais sob sua tutela.

Eis a explicação fundamental da gravidade das recessões de 1974/75, de 1980/82 e do caráter moroso da retomada de 1976/78. Sobre a futura recessão paira a tripla ameaça de uma *crash* bancário ainda maior, da insolvabilidade de alguns países dependentes ou semicoloniais importantes e de uma crise fatal do dólar. A isso se acrescenta, também, a ameaça de uma derrocada do regime capitalista em um ou vários países da Europa do Sudoeste, com todas as repercussões que disso decorreriam para a economia capitalista internacional, assim como novas revoluções nos países do Terceiro Mundo. Vê-se que os partidários e apologistas desse regime não têm absolutamente por que confiar em um otimismo tão ingênuo.

Mas o regime não está a ponto de se extinguir e conserva importantes reservas na maior parte dos países imperialistas: reservas enormes nos países mais ricos (sobretudo, mas não somente, nos Estados Unidos, na RFA, na Suíça, no Japão, na Holanda, na Suécia, na Bélgica, no Canadá, na Austrália), reservas substanciais nos países imperialistas mais duramente afetados pela depressão (como Grã-Bretanha e França, mas tam-

180. "Em certa medida, o FMI tem sempre cumprido um papel de gendarme do balanço de pagamentos e de conselheiro dos países-membros no que diz respeito aos caminhos e meios de aplicar ajustamentos no momento em que eles estiverem em desequilíbrio crônico/.../ Uma aliança /! / entre o FMI e os bancos comerciais seria facilitada pelo fato de que estas instituições têm opiniões semelhantes /! / sobre a modalidade de política de ajustamento que os países-membros deveriam adotar, apesar de os seus motivos poderem ser ligeiramente diferentes. No caso do FMI, trata-se de uma orientação institucional histórica: o Fundo foi criado no sentido de fiscalizar o sistema monetário mundial e a estabilização das taxas de câmbio das divisas é sua responsabilidade principal. Como os déficits crônicos do balanço de pagamentos e uma taxa elevada de inflação são as principais causas das taxas de câmbio deterioradas, o FMI coloca naturalmente a ênfase sobre as medidas que eliminem estes déficits e reduzam a taxa de inflação. Para os bancos privados, trata-se de seu próprio interesse: eles querem ter a garantia de que os países aos quais eles emprestaram dinheiro ganharão o bastante de divisas externas a cada ano para poder reembolsar seus empréstimos" (Relatório da Comissão Church, *op. cit.*, p. 63).

Com taxa de câmbio autorizada pelo transf. de equiza do que vice-versamente interno, pois o outro de im. portados e muito alto

FMI - o é normalização da crise

bém Itália e Espanha, menos providos). Esse regime dispõe de recursos não desprezíveis nos países mais ricos da OPEP, no Brasil, no México, em Hong Kong, em Cingapura e na África do Sul e, acima de tudo, alia a essas reservas e recursos econômicos ainda consideráveis um arsenal de armas políticas, ideológicas e militares colocadas a serviço de uma causa que ele perseguirá durante longos anos de maneira tenaz: uma retomada substancial da taxa média de lucro, graças a uma elevação brutal da taxa de mais-valia. Uma tal elevação é irrealizável sem uma derrota política e social mais grave do proletariado dos países imperialistas, da revolução colonial e/ou dos Estados operários burocratizados no curso do próximo decênio. Mas essa derrota não deve necessariamente tomar a forma de uma vitória do fascismo ou de uma guerra vitoriosa de agressão à URSS, às "democracias populares" ou à República Popular da China, no sentido de ampliar, mais uma vez, substancialmente a área geográfica da valorização do capital internacional — se bem que tais riscos crescerão se a derrota tiver uma amplitude catastrófica. Assim nos aproximamos incontestavelmente de combates comparáveis aos dos anos 30 e do início dos anos 40, em função da lógica de ferro da acumulação de capital. A classe operária internacional está em condições bem mais favoráveis que antigamente para sair vitoriosa desses combates, mas o desafio é enorme. Ao lado da gravidade da crise do sistema, da acumulação de armas de destruição massiva e da retomada de tendências irracionais, patológicas, de desprezo e de raiva contra o homem entre as classes proprietárias e uma parte dos ideólogos e políticos a seu serviço, a crise confronta a humanidade a uma versão apocalíptica do dilema: "socialismo ou barbárie", "sobrevivência ou aniquilamento coletivo"<sup>181</sup>.

Mandel não se dá conta de que o fim do trabalho (A da + valia) é a distorção da luta de classes



Bôlicas de Exterminio

181. Mencionemos apenas duas formas extremas de desumanidade que apareceram há alguns anos entre nós: a utilização da "arma alimentar" (ver Rothschild, Emma, "The economics of starvation", *International Herald Tribune*, de 12 e 14 de jan. 1977), que chegou ao ponto de elaborar projetos para reduzir deliberadamente a população de países do Terceiro Mundo esfomeando-os; a extensão de práticas de tortura em dezenas de países (ver o relatório da Anistia Internacional). Para as tendências apenas "potenciais" de barbárie, ver as proposições de se utilizar a lobotomia, isto é, a mutilação cerebral para disciplinar aqueles que "se extraviarem da norma" (cf. especialmente Bosquet, Michel, *Écologie et Politique*, Paris, Galilée, 1975) ou as do chefe do grupo parlamentar CDU no Parlamento de Brème de incinerar os livros de autores não conformistas como as antologias de poemas de Erich Fried.

## O MOVIMENTO OPERÁRIO DIANTE DA CRISE

Toda crise de superprodução constitui uma agressão massiva do capital ao trabalho assalariado. Aumentando o desemprego e o medo do desemprego, a crise tende a fazer com que os trabalhadores aceitem as reduções (ou estagnações) dos salários reais, a aceleração dos ritmos de produção, as perdas de conquistas em matéria de condições de trabalho e de seguridade social, a redução das proteções construídas na fase de prosperidade contra a pobreza e a injustiça mais flagrantes.

Foi assim em todas as crises e ocorreu o mesmo após 1974/75. Assistimos desde então a uma *ofensiva de austeridade do grande capital contra os assalariados*. O resultado provável dessa ofensiva depende da interação de quatro fatores: as correlações de força objetivas entre as classes; o nível de organização, de combatividade e de consciência de classe do proletariado no momento em que se desencadeia tal ofensiva (que é consequência de tudo o que se passou durante os quinze/vinte últimos anos na luta de classes e no movimento operário de cada país capitalista tomado isoladamente e do mundo em seu conjunto); as reações das organizações de massa do movimento operário, sobretudo os sindicatos, mas também os partidos tradicionais de massa; as correlações de força no seio do proletariado entre os aparelhos burocráticos, de um lado, e, do outro, a nova vanguarda operária que emergiu das lutas dos dez últimos anos (com um elemento suplementar e a longo prazo decisivo: a força relativa de uma nova direção revolucionária em via de formação).

Se se quer fazer um balanço do que se passou nos países imperialistas nos oito últimos anos, seria necessário concluir que a ofensiva patronal obteve alguns sucessos relativamente importantes segundo o país, mas que em nenhuma parte atingiu seu objetivo. A combatividade e a vanguarda operárias não foram quebradas. Em nenhum país imperialista, uma derrota grave (ou mesmo decisiva) foi inflingida à classe operária. A taxa de mais-valia cresceu em uma proporção muito pequena em relação à gravidade da crise capitalista e aos objetivos históricos do capital.

De outro lado, a classe operária e o movimento operário permaneceram, em grandes linhas, na defensiva. Não puderam em lugar algum utilizar a crise extremamente grave do capitalismo para colocar em questão de modo fundamental o regime (salvo em Portugal, em 1975). O desemprego e o medo dele pesaram incontestavelmente sobre a amplitude da resposta operária, sobretudo desde que começou a tomar uma dimensão cada vez mais inquietante e a atingir os "grandes batalhões" da classe operária (demissões massivas na Fiat, British Leyland, na siderúrgica de Lorena (na França) e Valônia (na Bélgica).

Prof. Colaboração  
Fator

BRASIL 1975  
2012

TABELA LXIV — Tendências da população, do emprego e do desemprego na CEE (em milhões)

	1955	1973	1981	1985 (previsões)
População	221,7	255,7	260,8	263,2
População em idade de trabalhar	147,5	162,5	171,2	177,7
Empregados	97,7	104,6	103,3	102,1
Desempregados registrados e desempregadas	3,7	2,6	8,8	13,4

Fonte: Cambridge Economic Policy Review, dez. 1981, p. 5.

Certamente, a possibilidade de tais crises revolucionárias continuou total nos quatro países do Sudoeste da Europa. Poderia até se ampliar a várias nações situadas mais ao norte. Mas, no momento, isso não se produziu. A razão é clara: enquanto a força objetiva e o nível de organização da classe operária permaneceram muito elevados, enquanto uma nova vanguarda operária que contesta a hegemonia dos velhos aparelhos burocráticos efetivamente emergiu do interior de numerosas fábricas e sindicatos através da Europa capitalista (não no Japão e na América do Norte, mas estes estão no mesmo caminho, com alguns anos de atraso), o papel de freio e de desorientação dos aparelhos burocráticos tradicionais continuou enorme, na ausência de uma força política suficientemente sólida no movimento operário para lhes fazer contrapeso com credibilidade.

As organizações de massa do movimento operário europeu viveram a euforia do "crescimento permanente que assegura o pleno emprego e o progresso social". O traumatismo de oito anos de desemprego massivo — crescente! — obrigou-as a voltar a si. Mas a burguesia lançou uma colossal campanha de mistificação da opinião operária para "explicar" a crise como de escassez e não de superprodução. Essa campanha destinou-se a culpar tanto os povos coloniais como os sindicatos e as massas trabalhadoras ocidentais, tornando-os responsáveis pelo desemprego massivo. A confusão teórica e política das direções dos sindicatos e dos partidos operários de massa no Ocidente diante dessa ofensiva ideológica da burguesia foi total. Quase todas lhe fizeram concessão sobre concessão, quando não cederam em tudo. *A crise do emprego como ideologia*

Mas, durante os anos 60 — início dos 70 —, apareceu uma geração de militantes sindicalistas de vanguarda nas empresas que era perfeitamente capaz de reagir aos ataques do poder de compra em condições de pleno emprego — mesmo que independentemente dos aparelhos burocráticos e, se fosse necessário, em oposição a eles — e carecia de experiência no que concerne a respostas aos fechamentos de empresas e às demissões em um período de desemprego massivo. Sentia, aliás confusamente, que tais reações fragmentadas eram de eficácia muito reduzida. Entretanto, respostas políticas globais à crise são indispensáveis. Mas essa vanguarda não encontrou tal possibilidade dadas a confusão teórica e programática nas quais se debatia a

esquerda "oficial" e as dimensões muito estreitas das organizações revolucionárias, que ainda não transpuseram, aos olhos das massas, o limite da credibilidade política imediata.

Essa confusão é reforçada ainda pelo retorno de concepções neoricardianas (da escola de Cambridge) entre os economistas integrados ao movimento operário, inclusive aos partidos comunistas (sobretudo o PCI — Partido Comunista Italiano). Para os neoricardianos, a taxa de lucro é simplesmente produto do nível dos salários. A composição orgânica do capital não tem nenhuma influência. Explicam, portanto, a queda da taxa de lucros pela alta dos salários. Daí a concluir — como fazem os patrões — que reivindicações salariais "excessivas" suprimem empregos e são responsáveis pelo desemprego<sup>182</sup>, há apenas um passo, dado ligeiramente por numerosos economistas ligados ao movimento operário e até mesmo por muitos dirigentes social-democratas.

Vê-se claramente que os debates teóricos aparentemente acadêmicos adquirem hoje uma função imediatamente social, política e prática na luta de classes. Só a explicação marxista da queda da taxa de lucros — produto do crescimento da composição orgânica do capital, e não da alta dos salários — permite reponder à ofensiva ideológica culpabilizante da burguesia, que visa evidentemente um objetivo prático: fazer com que os sindicatos aceitem reduções salariais reais e uma "política de rendimentos" que lhes privará da liberdade de defender os interesses de seus membros, e seu direito de greve sem restrições<sup>183</sup>.

Há muito tempo que os social-democratas de direita romperam com o marxismo e veiculam no movimento operário os lugares-comuns clássicos da ideologia burguesa: "Estamos todos no mesmo barco. Devemos, juntos, defender a empresa, ou a economia nacional, ou a Europa, ou o 'mundo livre'" (segundo as circunstâncias). Em toda uma série de países europeus, são os dirigentes social-democratas de fato os principais defensores e realizadores da política de austeridade exigida pela burguesia: especialmente em Portugal, Grã-Bretanha, Alemanha Ocidental, Espanha e Dinamarca. Alguns partidos "eurocomunistas" seguramente lhes seguiram os passos, superando-os às vezes pela "audácia" no engajamento em favor da austeridade<sup>184</sup>. Esse é especial-

182. Entre os numerosos porta-vozes patronais, citemos especialmente o professor alemão Wolfram Engels: "... os salários reais aumentaram durante anos mais fortemente que a produtividade e isto produziu o desemprego" (*Wirtschaftswoche*, 23 de dez. 1977).

183. John K. Galbraith propõe há alguns anos uma política de rendimentos obrigatórios, isto é, a restrição severa (se não a supressão) da liberdade de negociação dos salários e do direito de greve para escapar ao dilema: desemprego massivo ou inflação acelerada. Essas posições são sistematicamente defendidas em sua última obra, *Money* (Penguin's, 1976, pp. 289-95, 321-6). A maior parte dos neokeynesianos americanos mais ou menos moderados lhe seguiram progressivamente os passos e revelaram-se tendências análogas na social-democracia e entre os eurocomunistas.

184. Ver especialmente Berlinger, Enrico, "Austerità, occasione per trasformare l'Italia", Roma, Editori Riuniti, 1977. Em uma entrevista expressiva, concedida no início de 1978 ao diário *Repubblica*, o dirigente comunista dos sindicatos, Lama, avançou mais nestas teses. Ver igualmente o artigo do principal economista do PSOE espanhol Miguel Boyer, em *El Socialista*, de 6 de novembro de 1977, que afirma que toda tentativa dos trabalhadores de aumentar a sua parte da renda nacional em baixa faria crescer automaticamente o desemprego.



mente o caso do PCI e do PCE — Partido Comunista Espanhol. O PCP — Partido Comunista Português — adotou uma posição mais cautelosa, dando cobertura à política de austeridade, em princípio e nos fatos, mas deixando-se engajar na oposição a várias medidas concretas, sob pressão de sua base operária.

Entre os grandes partidos operários da Europa, apenas o PCF se pronunciou resolutamente contra toda a política de austeridade, em nome de uma orientação anticrise classicamente keynesiana. Ele é seguido, nessa posição, pela maior parte das correntes de esquerda da social-democracia (esquerda trabalhista na Grã-Bretanha; CERES na França; *Fraternidade Operária* em Portugal; esquerda renardista sindical na Bélgica etc). Mas nenhuma dessas correntes resistiu por muito tempo em aprovar na prática medidas de austeridade, uma vez que passaram da oposição à participação ministerial. É pouco provável que o PCF agiria diferentemente agora que faz parte do governo Mauroy.

Os argumentos através dos quais os social-democratas e os “euro-comunistas” de direita justificam sua posição em favor da política de austeridade são de dois tipos:

— O primeiro é essencialmente político. Retorna ao eterno refrão do “mal menor”: “Se não gerirmos a crise, ela será gerida pela reação, e a austeridade será bem mais dura. Além disso, se não permitirmos ao capitalismo sair da crise graças à austeridade, o desemprego provocará um retorno ao poder da extrema-direita, ou à catástrofe absoluta”. Em outros termos: “Suportem que lhe cortem três dedos, de medo de perder toda a mão!”.

Nenhuma demonstração, mesmo que pouco séria, sustenta tal argumento derrotista. Quem demonstrou que os trabalhadores são incapazes de se opor ao bloqueio e à redução dos salários reais, se organizam um combate enérgico e unitário? Quem demonstrou que governos de direita têm sucesso automaticamente ao quebrar a resistência do movimento operário? Apagou-se da memória a pesada derrota que os mineiros britânicos inflingiram à ofensiva anti-sindical do governo Heath? Quem demonstrou que o reaparecimento de bandos fascistas implica sua vitória inevitável? Esqueceram-se do que se passou em julho de 1936 nos centros proletários da Espanha? O que ocorreu nos anos 60 na Itália?

— O segundo argumento é de natureza mais estritamente econômica, até de aparência técnica. A direita do movimento operário afirma que, sem compressão dos gastos dos consumidores (portanto, essencialmente da massa *salarial*), nenhum crescimento dos investimentos e, portanto, nenhum restabelecimento do pleno emprego será possível. Para retomar a fórmula demagógica de Helmut Schmidt: “Os lucros de hoje serão os empregos de amanhã”.

Porém é claro que, mesmo de um ponto de vista “puramente técnico” — isto é, situando-se deliberadamente apenas no quadro do modo de produção capitalista —, o argumento é falacioso. Parte da hipótese simplista e errônea<sup>185</sup>, segundo a qual os recursos de cada nação se di-

185. Há um paralelo surpreendente a estabelecer com o axioma stalinista da prioridade absoluta que deve ser concedida à indústria pesada no processo de “construção do socialismo”, axioma que é teoricamente fundamentado na mesma hipótese rigidamente bissetorial.

videm em dois fundos essenciais: o fundo de consumo das famílias (essencialmente assalariadas) e o fundo dos investimentos produtivos. Na realidade, isso não ocorre. É necessário distinguir não dois, mas três grandes categorias de gastos: o fundo de consumo da classe produtiva (no qual incluímos as prestações da assistência social, ou seja, os rendimentos de todos os membros do proletariado que não estão em condições de vender sua força de trabalho por razões quaisquer: aposentadoria, doença, invalidez, desemprego, gravidez, formação ou reciclagem profissional etc); os fundos de investimento produtivo; o fundo de gastos improdutivo. Este último não inclui somente as despesas administrativas públicas, militares, de manutenção das classes dominantes e de seus clientes e servidores, mas as de distribuição e de venda geradas pela anarquia do sistema capitalista, a poupança entesourada, a poupança utilizada para fins especulativos etc.

O que resulta é a possibilidade praticamente total de que o primeiro fundo seja reduzido por medidas de austeridade, sem que o segundo cresça. Nesse caso, “a poupança forçada” dos assalariados alimenta simplesmente os gastos improdutivo. É até possível que, apesar da redução do primeiro fundo, o segundo diminua simultaneamente. Foi exatamente o que ocorreu em 1975 e o que parece se repetir hoje em numerosos países imperialistas.

A identificação dos investimentos produtivos com a criação de empregos é outro engodo. Um número crescente de investimentos são de racionalização e *suprimem* mais empregos nas indústrias onde são aplicados do que os criam nos ramos que fornecem os bens de produção.

À medida que o desemprego massivo se torna crônico e se agrava, essa forma grosseira de argumento em favor da austeridade perde sua credibilidade entre os trabalhadores organizados. Sua irritação, ou mesmo sua indignação diante da incapacidade de os governos de “esquerda” como os de “direita” em restabelecer o pleno emprego cresce cada vez mais. Então, os partidários da colaboração de classes e da defesa do crescimento dos lucros capitalistas se concentram em uma nova linha de argumentação: a “reconstrução econômica” só seria possível graças a uma vigorosa expansão das exportações e uma séria compressão das importações<sup>186</sup>. No entanto, a competitividade da indústria nacional em relação ao mercado mundial depende da “moderação” nos aumentos de salários. Portanto, a austeridade é necessária para assegurar “a retomada das exportações”.

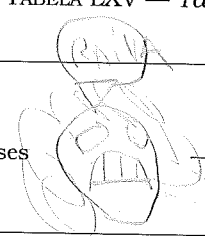
Mais uma vez, os fatos empíricos se colocam contra tal tese. A Tabela LXV demonstra claramente que não há relação alguma entre taxas mais moderadas de crescimento de salários e sucessos de ofensivas de exportação. Essa ausência de correlação é particularmente surpreendente se se compara Grã-Bretanha e Itália, de um lado, EUA, Japão e RFA, de outro.

Isso porque a competitividade industrial depende essencialmente dos custos unitários, que são acima de tudo determinados pelo avanço

186. Cf. também o do partido socialista: *89 Réponses aux Questions Économiques* (Paris, Flammarion, 1977, pp. 107-8) e, dos economistas do PCF, Boccara, Herzog, Le Por-Quin, *Changer l'Économie* (Éditions Sociales, Paris, 1977, pp. 90-1, 97, 149-50).



TABELA LXV — Taxa de crescimento dos salários reais e taxa de crescimento das exportações



Países	A Salários globais		B Salários- horário		C Exportações (volume)	
	1976 (%)	1976 (%)	1977 (%)	1976 (%)	1977 (%)	
Estados Unidos	+2,2	+2,6	+2,25	+3,5	+1,75	
Grã-Bretanha	-2,4	+1,2	-3,75	+7,4	+10,6	
França	+4,7	+3,0	+3,1	+8,5	+6,25	
RFA	+2,6	+2,0	+4,0	+12,4	+5,0	
Japão	+0,7	+4,3	+2,75	+21,8	+5,5	
Itália	+5,7	+4,4	+7,75	+11,7	+7,0	

Fontes: coluna A: Banque des Règlements Internationaux, 47<sup>o</sup> Rapport Annuel, op. cit., p. 46; colunas B e C: Perspectiva Econômica, n. 22, dez. 1977.

tecnológico, pelas economias de escala, pela abundância relativa de capitais, pelas opções corretas de especialização, pela carestia do crédito, pelo acesso a fontes energéticas ou de matérias-primas mais baratas e pelo peso do endividamento, do que pelas flutuações marginais das taxas de crescimento dos salários. Não esqueçamos, além disso, que, na indústria manufatureira, os custos salariais representam apenas 25% a 30% dos custos de produção e, às vezes, ainda menos.

Além disso, o caráter irreal do projeto de "retomada do crescimento através das exportações", aplicado a todos os países imperialistas de uma vez, é visível. Enquanto o mercado mundial se amplia precariamente ou mesmo se contrai, os ganhos de uns são necessariamente constituídos pelas perdas dos outros. Se, portanto, sindicatos e partidos operários reformistas se associam às ofensivas de exportação do patronato, não o fazem somente à custa dos salários dos trabalhadores de sua pátria, mas também à custa do emprego de seus irmãos de classe de outros países. O apoio concedido ao protecionismo e à "caça aos imigrantes ilegais" pela burocracia sindical americana é um exemplo extremo de uma tendência bem mais geral. A grande divisa: "Proletários de todos os países, uni-vos", os adeptos do sindicalismo corporativista opõem o slogan tão "simpático": "Proletários de todos os países, suprimam mutuamente vossos empregos e condenem-se reciprocamente ao desemprego e à redução de salários"<sup>187</sup>.

O patronato de cada país invoca correntemente os imperativos da concorrência internacional para justificar sua oposição contra qual-

187. O antigo primeiro-ministro social-democrata holandês Willem Drees Sr. afirma em uma entrevista concedida ao *Bulletin Économique*, da Universidade Livre de Amsterdã (mai. 1977): "A massa de desemprego é causada pelo fato de que nós fizemos executar na Holanda por trabalhadores estrangeiros o trabalho que poderia ser feito por holandeses/.../ Seria necessário deixar progressivamente retornar esses trabalhadores estrangeiros à medida que os trabalhadores holandeses ficassem disponíveis/.../ Mas, em todo caso, seria necessário estritamente substituir os trabalhadores (estrangeiros) que estão aqui sem permissão/.../".

quer medida eficaz no sentido de reabsorver imediatamente o desemprego: uma redução substancial da duração semanal do trabalho, sem diminuição do salário semanal, sem modificação da organização do trabalho e, portanto, com engajamento obrigatório de mão-de-obra suplementar. Um grande número de organizações sindicais da Europa Ocidental se pronunciou favorável à introdução da semana de 35 horas. É necessário exigir uma campanha de lutas imediata à escala europeia — se possível ampliada à América do Norte e ao Japão — pelas 35 horas, que desemboque em uma greve geral europeia por tal objetivo.

Mas como se pode lutar de maneira confiável pelas 35 horas em *escala europeia* e se associar simultaneamente à luta de "seu" patronato para estimular "suas" exportações e melhorar "sua" competitividade (à custa da competitividade de seu vizinho)<sup>188</sup>? Assumir a concorrência capitalista internacional e praticar a solidariedade operária e sindical internacional são duas linhas de ação que se excluem.

Os que rejeitam a política de austeridade optam, em geral, pelas técnicas de retomada keynesiana. Aumentar o poder de compra dos trabalhadores, sobretudo das camadas mais pobres da população (que gastarão imediatamente todo o rendimento suplementar), é criar um mercado suplementar de bens de consumo que restabelecerá o crescimento econômico (seria um crescimento diferente do verificado nos anos 50 e 60, com um consumo social maior). O Programa Comum na França tem tal intuito e o PCF insiste particularmente nele<sup>189</sup>.

É incontestável que um crescimento dos rendimentos dos mais pobres pode ter um efeito "multiplicador" imediato e converter-se rapidamente em uma séria retomada do setor de bens de consumo, principalmente se este desfrutar importante capacidade de produção não-utilizada. Toda a experiência dos 45 últimos anos o comprova. Mas tal retomada não implica de modo algum e de forma automática uma recuperação em grande escala dos investimentos produtivos, nem uma absorção radical do desemprego (ver o fracasso do *New Deal* rooseveltiano). Ela demonstra que é impossível impedir reações vigorosas da burguesia, a partir do momento em que o crescimento dos rendimentos reais dos trabalhadores ultrapassa o limite no qual a repartição do rendimento nacional entre salários e mais-valia global é seriamente afetado. Essas reações são: evasão de capitais, greve de investimentos, sabotagem econômica, complôs financeiros (e político-militar-terroristas) contra os "governos de esquerda".

A conjunção de dois fatores desemboca, no quadro da manutenção do modo de produção capitalista e da inserção do país na economia capitalista internacional, em uma inflação acelerada e até galopante, mecanismo "natural" do regime capitalista para arrancar dos trabalhadores o que haviam antes conquistado.

188. O PSUC (seccional catalã do PC espanhol) acabou de adotar no seu IV Congresso (outono de 1977) um documento sobre a política econômica, explicitamente voltada para a luta contra a inflação e pelo "restabelecimento da competitividade e rentabilidade das empresas".

189. Esta orientação nekeynesiana do PCF está nitidamente em contradição com a explicação da crise pela queda da taxa de lucro, defendida especialmente por Paul Boccara, o principal economista do PCF, na obra coletiva *La Crise* (Paris, Éditions Sociales, 1975, p. 53).



Alguns, entre os quais o teórico da esquerda trabalhista britânica Stuart Holland, admitem o fracasso parcial das técnicas keynesianas de manipulação da demanda global, ao menos no que concerne à garantia de um nível suficiente de investimentos produtivos e de crescimento. Eles quiseram, então, completar o emprego dessas técnicas com uma expansão do setor público e uma planificação econômica, que seria um meio-termo entre a programação indicativa e a planificação imperativa, especialmente pelo recurso a "contratos de programa" e "contratos de progresso", a ser concluídos entre o setor público e o privado<sup>190</sup>. Tais propostas não levam em conta a correlação entre o volume de investimentos privados e a taxa de lucros, de um lado, e entre essa taxa e a expansão de consumo de mercadorias, de outro. Não respondem, portanto, à simples questão: como as empresas capitalistas podem se comportar de modo não-capitalista, ou seja, escapar às contradições inerentes ao modo de produção capitalista?

Essas proposições, algumas vezes, se vinculam a projetos de "reconquista do mercado interno" tornados confiáveis em função da participação crescente que as importações industriais adquiriram em países menos competitivos, como Grã-Bretanha ou França, conforme as seguintes cifras, publicadas pelo INSEE na França, ressaltam claramente:

TABELA LXVI — Participação das importações nas vendas, da França, de:

	1970 (%)	1975 (%)	1981 (%)
Produtos semimanufaturados	21,9	22,3	28,8
Produtos domésticos	27,5	38,2	51,7
Bens de produção	25,0	26,1	37,3
Meios de transporte	18,5	22,2	29,3

Mas, para combater tais penetrações, resultantes de uma falta de competitividade, é necessário manifestamente empregar técnicas protecionistas, o que admitem de bom grado os partidários britânicos de tais proposições (ver Barker, Terry, "Long-Term Recovery: A Return to Full Employment?", em *Lloyds Bank Review*, jan. 1982). A partir dessas constatações, haverá medidas de retaliação, que levarão a se perder nas exportações o que se ganhou no mercado interno.

Por isso, o recurso às técnicas nekeynesianas de retomada apenas terá efeitos positivos muito restritos especialmente limitados no tempo. Após um ou dois anos, as tensões aumentarão consideravelmente, em todos os níveis da vida social, econômica e política. A economia mista é um mito. A economia capitalista somente pode experimentar uma retomada e prosperar de acordo com a lógica do capital, isto é, da produção do lucro. Certamente, é possível desvencilhar-se de tais tensões aceitando-se essa lógica, mas isso implica justamente austeridade; ou, ainda, expropriando a burguesia e engajando-se em uma outra lógica,

190. Holland, Stuart. *The Socialist Challenge*, Londres, Quartet Books, 1975.

a de uma economia baseada na satisfação das necessidades, que é a lógica da construção do socialismo. Mas manter-se entre duas soluções, procurar combiná-las em uma mistura alquimista, significa dirigir-se rapidamente para a desorganização total da economia, como no Chile em 1973, e para a catástrofe.

Na esquerda social-democrata, e em meio aos eurocomunistas de esquerda mais sofisticados, esforça-se por levar em conta o balanço negativo das experiências de retomada keynesianas do passado. Associa-se, pois, a política de retomada pelo consumo a uma política de controle dos investimentos e de expansão do setor público, no sentido de assegurar o restabelecimento do pleno emprego<sup>191</sup>. Todas as contradições do conceito de "economia mista" assomam à superfície nessas proposições.

Como assegurar que os investimentos do setor público não serão competitivos com o crescimento do setor privado? Quem obrigará os donos de trustes a se inclinarem diante das decisões governamentais em matéria de investimentos não somente contrários a seus interesses, mas nem mesmo complementares? Como impedir os de "desestabilizar" a economia nacional com a ajuda de seus "irmãos" de classe externos, na medida em que aceitam os imperativos da "economia aberta"? Como impedir todas as reações negativas da burguesia mencionadas acima se se nacionalizam efetivamente os monopólios rentáveis (a socialização das perdas serve evidentemente ao grande capital)? Como impedir que a violenta concorrência, que oporá o setor nacionalizado ao setor privado (principalmente se o primeiro se estender à indústria manufatureira), provoque respostas enérgicas do capital privado? Como impedir que a cada crescimento dos investimentos públicos corresponda uma redução dos investimentos privados, ou uma evasão massiva de capitais, tornando irrealizáveis os grandiosos planos de um crescimento médio de 6%, como os proclamados pelo PCF?

O conflito de classes se transpõe igualmente, em tais condições; para o domínio do financiamento. Como obrigar a burguesia a pagar o grande acréscimo de impostos que deverá financiar a expansão do setor público? Se ela não pagar, o único recurso não seria a austeridade para os trabalhadores ou a inflação galopante (o que, aliás, é o mesmo)? De onde tirar os recursos suplementares para retomar de uma só vez o consumo das massas, os serviços sociais, e os investimentos públicos, se a burguesia se recusa a pagar por interesses próprios? Não se correria rapidamente em direção a uma prova de força? E a

191. A ampliação do setor público é defendida sobretudo pelo PCF, pela esquerda trabalhista britânica e (de uma forma mais moderada) pelo PS francês. A idéia de um controle público dos investimentos está sendo retomada sobretudo pela esquerda trabalhista britânica e pela esquerda da social-democracia alemã. Ver, para a Grã-Bretanha, *Priority Full Employment*, n. 34 (inverno de 1977/78); *The Spokesman*, Bertrand Russel Peace Foundation, com as contribuições de Stuart Holland, de John Hughes e de Ken Coates a este respeito. Ver, para a Alemanha Ocidental, Baisch e outros: "Die Wirtschaftskrise in der BRD". Um grupo de economistas sob a direção do professor J. Huffschild, que se situa entre a esquerda social-democrata e o PC, se orienta quase exclusivamente para soluções nekeynesianas de retomada através do consumo. Quando de uma conferência de imprensa concedida em Bonn no dia 1º de maio de 1977, eles reclamaram um orçamento de retomada extraordinário de 20 bilhões de marcos alemães, em vez dos magros 3 bilhões de marcos alemães, concedidos àquela época pelo gabinete Helmut Schmidt.

prova de força significa em termos econômicos ou expropriar o capital, ou se inclinar perante ele. E significa em termos políticos ou a conquista do poder pela classe trabalhadora, ou o retorno drástico da burguesia (inclusive sob forma mais reacionária).

Os partidários dessas soluções “de esquerda” agravam ainda a sua situação ao não somar a elas a ruptura com o mercado internacional capitalista<sup>192</sup>. A única saída que lhes resta é combinação entre protecionismo crescente, minucioso e ineficaz — porque provoca respostas inevitáveis —, no quadro do mercado internacional, e tentativas de lisonjear a burguesia “nacional” e internacional. O PSF — Partido Socialista Francês — exprime de maneira particularmente surpreendente tal contradição quando afirma: “O meio mais poderoso e sadio para travar a fuga de capitais é seguramente colocar o desenvolvimento econômico no bom caminho, pois a saúde econômica é a melhor garantia da solidez monetária. Ora, somente a esquerda hoje é capaz de ter êxito nesse reordenamento econômico” (89 *Réponses aux Questions Économiques*, op. cit., p. 105).

Existe uma “saúde econômica” independentemente dos interesses de classe? A burguesia aplaudiria comovida um crescimento da produção acompanhado de um imposto sobre o capital que a atinja duramente? Ela se deixaria seduzir pelo aumento massivo do volume de vendas de botas de esquí e de 2 cavalos-vapor, mesmo se algumas de suas melhores fábricas se achassem expropriadas e seu lucro global reduzido à metade? Seu referencial supremo é o índice de produção industrial, o índice dos salários reais e do emprego? Não é sobretudo a massa e a taxa de lucros? Os economistas do PSF crêem realmente poder realizar o Programa Comum aumentando a massa e a taxa de lucros privados? Se este não for o caso, a burguesia — nacional e internacional — não julgará “doentia” a situação econômica e não desencadeará a fuga de capitais, independentemente do índice da produção? Uma vez mais, o conceito de “economia mista” confirma ser um mito perigoso e desorientador. Arrisca se tornar uma verdadeira cilada para a classe e o movimento operários.

A crise e a reparaçãõ massiva do desemprego são produtos orgânicos do sistema capitalista. Apenas é possível superá-los no quadro desse sistema através de uma deterioração brutal das condições de vida e de trabalho do operariado. Recusar essa deterioração somente é plausível se se derrubar o regime capitalista, engajando-se na construção de um sistema econômico qualitativamente diferente.

Sob pena de divisão, desmoralização e derrotas certas, o movimento operário não pode se contentar em opor à crise a simples proclamação da necessidade de uma luta anticapitalista de conjunto. A crise confronta os trabalhadores com problemas concretos angustiantes: dispensas, perdas de emprego, fechamentos de empresas, ataques aos salários e à assistência social, aceleração dos ritmos, ataques aos direitos sindicais e políticos conquistados. Recusar o combate defensivo, através de reivindicações imediatas, sob o pretexto de que “não há saída no quadro do capitalismo”, é condenar toda a classe operária à impotência.

192. Cf. Attali, Jacques, “L'acceptation des règles de l'économie mondiale est irréversible” in *La Parole et l'Outil*, Paris, PUF, 1975.

Esses problemas serão — e já o são — tanto mais angustiantes na medida em que a ofensiva de austeridade do grande capital visa também o dismantelamento sistemático do “Estado do bem-estar” (*welfare state*) construído durante os decênios precedentes. Além dos efeitos econômicos de agravamento da crise, tal dismantelamento provocará acima de tudo uma reaparição em grande escala de bolsões de pobreza nos países imperialistas<sup>193</sup>.

A classe operária, aliás, não seguirá os dogmáticos que cavalgam este cavalo-de-batalha. Demonstrou estar pronta a lutar rudemente para defender cada conquista, cada emprego ameaçado. O dever elevar dos marxistas revolucionários é o de apoiar com todas as suas forças esse combate, propondo as plataformas reivindicativas e as formas de organização as mais eficazes. As 35 horas, a escala móvel de salários (sua defesa ou sua conquista, segundo as condições de cada país), a defesa do direito de greve e da liberdade de negociação dos salários, a luta pela solidariedade com os setores mais duramente atingidos — trabalhadores imigrantes, mulheres, jovens, velhos, desempregados — são os principais imperativos dessa luta essencialmente defensiva.

Ao argumento patronal e reformista segundo o qual tais reivindicações minam a rentabilidade das empresas e ameaçam agravar a crise, responderemos que, colocados diante da opção entre a defesa da integridade física e moral de nossa classe e a defesa do lucro do capital, optaremos resolutamente pela defesa de nossa classe, contra a defesa do lucro. Se o pleno emprego e um nível de vida decente se tornam incompatíveis com o capitalismo, o patronato deve sair de cena. Os trabalhadores são completamente capazes de gerir a economia sem ele.

Aos argumentos dos reformistas (e esquerdistas) que nos retrucam dizendo que não se pode negar a lógica do capitalismo fábrica por fábrica, ramo industrial por ramo industrial, região por região, ou país por país, mas somente em seu conjunto, e que, aguardando o combate de conjunto contra o capitalismo internacional — simultaneamente em todos os países, se compreenda: para remetê-lo mais seguramente às calendas gregas! — é imprescindível se inclinar diante da lógica do capital, responderemos que é necessário um início a tudo. É perfeitamente possível bater um patrão ou um setor do patronato se a classe operária estiver unida, resoluta e contar com uma direção à altura da tarefa. Não há melhor meio para desencadear um combate geral do que alguns combates parciais plenamente coroados de sucesso, que demonstrem na prática, aos trabalhadores, que eles podem defender o emprego, os salários e os direitos conquistados.

Mas é verdade que todo sucesso em um combate defensivo será frágil e provisório. É verdade que a longo prazo a lógica do capital se imporá, na medida em que continuemos no regime capitalista. Essa lógica do capital coloca-se de forma especial contra a classe operária em um período de desemprego massivo e de depressão econômica. Por isso todo o combate defensivo deve se integrar em uma estratégia anti-

193. Ver, a este respeito, um estudo da OCDE, “A crise do estado protetor”, e também um outro publicado pela *Business Week*, em 26 de outubro de 1981, “State and local government in trouble”.

capitalista de conjunto que procure efetivamente favorecer a mobilização do operariado por reivindicações transitórias, que sejam contrárias às causas fundamentais do mal que o atinge. Tais reivindicações transitórias, em uma fase econômica depressiva, deveriam englobar especialmente: a expropriação de todas as empresas que fechem ou demitam massivamente e sua gestão à custa do Estado e sob controle operário; a nacionalização sem indenização ou resgate do conjunto das instituições de crédito, das indústrias-chave e de todos os monopólios "nacionais" ou "multinacionais", ficando sua gestão sob controle operário; o controle operário generalizado sobre a admissão e a organização do trabalho, implicando o poder de veto a toda demissão; a elaboração pelas organizações operárias e populares, apoiando-se em uma rede de comitês democraticamente eleitos e revogáveis pela vontade de seus eleitores, de um plano de redirecionamento do desenvolvimento econômico, voltado para a satisfação prioritária das necessidades das massas; o desenvolvimento de empresas públicas para tal fim e a cessação de todo subsídio às empresas privadas (ou a nacionalização de todas as empresas subsidiadas); a constituição de um governo de organizações operárias no sentido de aplicar todas essas medidas. A luta pelo conjunto destas reivindicações deveria conduzir à criação de uma vasta rede de comitês de fábrica, de escritório e de quarteirão, a fim de controlar a aplicação do programa e frustrar a sabotagem da burguesia; ao armamento geral do povo trabalhador para frustrar qualquer complô militar-fascista "nacional" ou internacional; ao desmantelamento do aparelho repressivo da burguesia; ao estabelecimento de relações fraternais de colaboração igualitária com os povos ditos do Terceiro Mundo e com os trabalhadores e as organizações operárias mundiais, sobretudo as da Europa.

Esse programa de transição abriria a via para a construção de uma sociedade socialista democrática, autogestionária e planificada, baseada no poder dos conselhos operários e com pluralismo de partidos políticos, com manutenção, consolidação e extensão de todas as liberdades políticas, para todos os cidadãos. Lutar por tal solução de mudança do capitalismo que se encontra no impasse é opor-se à perspectiva de desemprego, de austeridade e de repressão crescentes; é a única solução de mudança real, eficaz e digna para as massas trabalhadoras.

## CAPÍTULO XXVIII

A RETOMADA 1983/85 ESTÁ COMBINADA  
A UMA CRISE FINANCEIRA AGRAVADA*A locomotiva americana*

A partir de 1983, a economia americana saiu da recessão. A retomada econômica se ampliou progressivamente nesse ano, e depois, no primeiro semestre de 1984, chegou ao Canadá, ao Japão, à Alemanha Ocidental, à França, à Itália, à Grã-Bretanha e à maior parte das potências imperialistas menores da Europa, bem como ao Brasil. Durante o segundo semestre de 1984, terminou por arrastar igualmente os países semi-industrializados da Ásia e o México e a Argentina (*ver Tabela LXVII a seguir*).

TABELA LXVII — Produção industrial  
(variações em %)

Países				1984	1984	1985
	1981	1982	1983	1ºsem.	2ºsem.	previsões 1º sem.
EUA	+2,6	-8,1	+6,4	+10,4	+5,75	+2,5
Japão	+1,0	+0,3	+3,5	+12,5	+8,25	+5,5
RFA	-1,8	-3,1	+0,9	+0,3	+8,25	+2,5
França	-1,4	-1,2	+1,0	+3,8	+2,0	+2,0
Reino Unido	-6,3	+0,1	+2,5	+0,4	+2,25	+4,0
Itália	+0,8	-7,3	-9,1	+4,5	+5,0	+6,25
Canadá	+0,5	-10,0	+5,7	+5,7	+7,5	+3,0
Austrália	+3,4	0,0	-5,8	+6,75		+4,25 <sup>1</sup>
Espanha	0,0	-0,5	+2,6	+1,5		+1,5 <sup>1</sup>
Holanda	-0,9	-3,6	0,0	+6,25		+5,0 <sup>1</sup>
Bélgica	-2,7	-0,2	+1,8	+4,0		+3,0 <sup>1</sup>
Suécia	-2,4	-0,8	+5,8	+7,25		+4,5 <sup>1</sup>
México	+8,4	-1,0	-8,0	+4,0		+3,0 <sup>1</sup>
Brasil	-3,5	-0,4	-3,2	+3,5 <sup>2</sup>		+2,0 <sup>1</sup>
Coréia do Sul	+7,0	+7,0	+9,5 <sup>2</sup>	+7,5 <sup>2</sup>		+7,5 <sup>1</sup>

1. Todo o ano de 1985.

2. PNB ou PIB e não produção industrial. Em 1980, o PNB da Coréia do Sul havia diminuído 5,7%.

Fontes: OCDE; Asia Yearbook 1985; Far Eastern Economic Review; Banamex: Review of the Economic Situation of Mexico, dez. 1984; Comissão Econômica para a Europa da ONU; Estudo sobre a Situação Econômica da Europa em 1983.



O triplo mecanismo da retomada é fácil de ser analisado:

1) A retomada econômica nos Estados Unidos (e por decorrência direta no Canadá) é antes de tudo *técnica*. Resulta das flutuações da demanda e da produção em dois ramos industriais que, há várias décadas, desempenham o papel de setores-motor da economia dos EUA: a indústria automobilística e a de construção civil, com todos os ramos anexos e de subempregadas, que dependem diretamente delas. Nos Estados Unidos, as flutuações da produção são muito mais intensas nesses dois setores do que no conjunto da economia — em geral, cinco vezes superiores em porcentagem. As quedas de produção de 50% nesses ramos conduzem a quedas da produção industrial em seu conjunto, ou do Produto Interno Bruto, da ordem de 5% a 10%.

Durante a recessão de 1980/82, a produção da indústria automobilística americana caiu de 7 milhões de veículos por ano no início de 1981 para 4,5 milhões em março de 1982, ou seja, uma queda de quase 40%. Com o fim dos estoques, a produção poderia retomar somente em função da demanda normal de renovação do parque de veículos existente. A produção de automóveis passou efetivamente de menos de 400 000 veículos em março de 1982 a 700 000 em maio de 1984 (ritmo anual de 8,5 milhões de veículos), isto é, um aumento de 75%. Atingiu 600 000 veículos em fevereiro de 1985 (mantendo o ritmo anual de 8,5 milhões).

A retomada foi ainda maior na construção civil. O número de novas edificações começadas passou de 900 000 em junho de 1982 para 1,8 milhão em junho de 1983 e 2 milhões em maio de 1984, o que quer dizer que aumentou mais de 120%. Em março de 1985, o ritmo anual é de 1,8 milhão<sup>194</sup>.

Na produção industrial houve taxas de crescimento elevadas em 1983 (13%) e no primeiro semestre de 1984, mas diminuiu ligeiramente desde então.

2) Ao observarmos a retomada com maior atenção, constatamos, entretanto, que a recuperação "técnica" não explica tudo. Antes de mais nada, a "reestocagem" foi tardia em relação a ela. Somente começou no terceiro trimestre de 1983. Além disso, a retomada antecipou-se à redução do desemprego, enquanto os salários reais estagnaram ou diminuíram<sup>195</sup>. Claramente houve, portanto, uma *expansão da demanda global*, que não teve sua origem nas vendas (e na produção) crescentes de bens de consumo e de produtos intermediários. Os investimentos eram igualmente hesitantes. A expansão da demanda teve por origem o *aumento do déficit orçamentário*, essencialmente pelo crescimento dos gastos militares.

A retomada foi contínua e cumulativa, essencialmente em função desse *deficit financing*, isto é — contrariamente a todo o *credo* pseudomonetarista em vigor —, pelas técnicas de política econômica (de reativação) tipicamente neokeynesianas.

194. Toda nova elevação da taxa de lucro pode evidentemente estrangular esta expansão da construção civil amplamente financiada a crédito.

195. O salário semanal bruto nos Estados Unidos em dólares constantes de 1977, ou seja, em poder de compra se situava em janeiro de 1985, num nível 6% inferior ao de 1967(!), ou seja, ele era igual ao... de 20 anos atrás! E esta cifra não leva em consideração o aumento da exação fiscal, considerável no decorrer destas duas décadas devido à inflação.

TABELA LXVIII

	1975	1980	1982	1983	1984
Gastos militares (em bilhões de dólares constantes de 1972)	69,0	71,0	83,0	93,0	94,0
Déficit orçamentário (em bilhões de dólares correntes)	66,0 <sup>1</sup>	59,0	110,6	195,4	190,0
Dívida federal (id.)	544,0	914,0	1 147,0	1 382,0	1 600,0

1. 1976.  
Fonte: *Office of Management and Budget*.

3) De acordo com a teoria econômica marxista — e mesmo, aliás, de acordo com a doutrina econômica neoliberal — uma efetiva retomada econômica, estimulada pelos gastos militares improdutivos, deveria acentuar a inflação, no momento em que havia enormes reservas de mão-de-obra e capacidades de produção mecânicas não-utilizadas. Tratar-se-ia nesse caso de uma inflação mais moderada do que nas condições de quase-pleno-emprego, mas uma inflação real. Foi o que de fato ocorreu.

A taxa de inflação anual se fixou atualmente em 5,5% nos EUA, 3% na Alemanha Ocidental e 3,5% no Japão e na Suíça. Quando se lembra que ela havia caído em média anual, nos Estados Unidos, durante os anos 50 e 60, para menos de 2%, percebe-se que a afirmação dos bajuladores do governo Reagan, segundo os quais "a inflação está derrotada nos Estados Unidos", constitui uma presunção sem fundamentos objetivos.

Não é menos verdade que a taxa de inflação foi freada nos Estados Unidos pelo afluxo massivo de capitais estrangeiros, que limitou o recurso ao crescimento da massa monetária (papel-moeda e moeda escritural). Esses capitais eram, além disso, originários em maior quantidade do Japão do que da Europa capitalista e dos países da OPEP; os capitais das classes dominantes da América Latina não ocupavam lugar desprezível neste quadro<sup>196</sup>.

Tal afluxo de capitais-dinheiro estrangeiros para os EUA não seria, entretanto, possível se as taxas de juros reais americanas não fossem superiores em muitos pontos às taxas de juros reais da Europa e do

196. Fritz Leutwiller, dirigente do Banque Nationale (Centrale) Suisse e presidente da BRI de Bâle, estima, em julho de 1984, no relatório anual do Banque des Règlements Internationaux, que um terço do crescimento da dívida da América Latina durante o período 1979/84 foi devido à evasão de capitais para o estrangeiro. Ele avalia o montante destes depósitos improdutivos em 55 bilhões de dólares. De acordo com a revista *Business Week*, de 23 de outubro de 1983, a evasão de capitais do conjunto dos países do Terceiro Mundo, de fato das classes proprietárias desses países, se eleva a 120 bilhões de dólares, dos quais 25 bilhões apenas do México em 1980/82 e 20 bilhões da Venezuela, país muito menor.



*↑ A taxa de juros nos EUA é alta em relação aos outros países imperialistas. Mas a taxa de inflação mais elevada nos Estados Unidos somada a uma cotação de câmbio superavaliado do dólar significa preço de venda não-competitivo dos produtos industriais americanos em relação aos dos outros países exportadores de bens manufaturados. Por isso um enorme boom de exportações do Japão, da RFA, de outros países imperialistas e de alguns países semi-industrializados, para os EUA.*

Japão. Foi apenas pelo movimento da oferta e da procura monetário que esse diferencial de taxas de juros pôde favorecer uma cotação de câmbio elevada do dólar em relação às divisas "fortes" dos outros países imperialistas. Mas taxa de inflação mais elevada nos Estados Unidos somada a uma cotação de câmbio superavaliado do dólar significa preço de venda não-competitivo dos produtos industriais americanos em relação aos dos outros países exportadores de bens manufaturados. Por isso um enorme boom de exportações do Japão, da RFA, de outros países imperialistas e de alguns países semi-industrializados, para os EUA.

É esse boom de exportações para os EUA — e, por tabela, uma nova expansão global do comércio mundial que ele estimulou — que explica fundamentalmente a extensão da retomada econômica americana a uma boa parte da economia capitalista internacional. O GATT avaliou em 9% o crescimento do volume do comércio mundial em 1984 (6,5% em valor, a diferença traduzindo, sobretudo, a alta da taxa de câmbio do dólar) *3,5% do Acero mundial em 1984 para os EUA...*

TABELA LXIX — Volume das exportações  
(variações anuais em %)

Países	1983	1984
EUA	-6,4	+6,5
Canadá	+8,5	+19,5
Japão	+8,2	+15,5
RFA	-0,2	+10,0
França	+3,9	+4,0
Itália	+3,9	+5,25
Reino Unido	+0,9	+6,5
Suécia	+10,3	+12,0
Bélgica	0,0	+5,3
Holanda	+5,5	+5,25
Austrália	-2,7	+18,5
Espanha	+6,5	+15,0
Brasil		+23,0
México	0,0	+9,4
Coréia do Sul <sup>1</sup>	+15,6	+12,9

1. Em valor.

Fonte: OCDE; Asian Yearbook; Banamex: Review of the Economic Situation of México, dez. 1984.

### As fraquezas estruturais persistem

Entretanto, *1983/84* ainda mais do que a retomada econômica de 1976/79, essa de que falamos foi puramente conjuntural, parcial e temporária. Não permitiu eliminar nenhuma das causas estruturais que, desde o final dos anos 60/início dos anos 70, determinaram uma depressão a longo prazo da economia capitalista internacional. Não houve nem reestruturação, nem expansão substancial do mercado mundial<sup>197</sup>,

197. Esta observação não está em contradição com a que escrevemos mais acima sobre a expansão do comércio internacional em 1984. Em primeiro lu-

nem uma reorganização fundamental do processo de trabalho que permitisse um crescimento qualitativo da produção de mais-valia, nem uma modificação fundamental das relações de forças sociais, elementos que teriam permitido ao capital assegurar novamente uma expansão comparável àquela dos anos pós-II Guerra Mundial ou dos anos que precederam a I Guerra Mundial.

Ao contrário, a recuperação econômica não impediu que as características fundamentais da longa depressão do capitalismo se manifestassem, apesar do crescimento da produção corrente:

— Houve uma diminuição constante dos investimentos produtivos e, por isso, uma clara baixa da taxa de crescimento a médio e a longo prazos, o que demonstra que nenhum ramo industrial "novo" — inclusive a microeletrônica, a robótica ou a informática — se desenvolveu de maneira que pudesse substituir o papel de estimuladores fundamentais da produção e do mercado que cumpriram o automóvel, a construção civil, os eletrodomésticos e as máquinas destinadas à semi-automação no período 1940/70 nos países anglo-saxões, e em 1948/70 na Europa capitalista e no Japão.

Teoricamente, poder-se-ia conceber que a indústria capitalista tivesse êxito em produzir e vender dezenas de milhões (uns 200 milhões à escala mundial) de computadores pessoais, de aparelhos de controle da tensão sanguínea ou de "robôs que fazem o serviço doméstico" como antes vendeu várias centenas de milhões de automóveis, de alojamentos, de máquinas de lavar etc. após a II Guerra Mundial. Mas não há nada que indique que isso está ocorrendo. As cifras de venda (e, portanto, de produção) previstas para os "novos" ramos, de maneira realista, para os anos, quer dizer, os próximos decênios não representam nem mesmo 5% das cifras da indústria automobilística. Isto é, menos de 0,5%<sup>198</sup>.

— Houve um crescimento contínuo do desemprego, que somente nos países imperialistas passou de 10 milhões de desempregados em 1970 para 20 milhões em 1975, 30 milhões em 1980, 35 milhões em 1982 e que atingirá sem dúvida 40 milhões em breve, isto é, uma situação que deteriora a vida de cerca de 100 milhões de seres humanos nos países mais ricos, se se consideram as famílias dos desempregados e aqueles(as) que foram eliminados do "mercado de trabalho" e não são mais contabilizados nas estatísticas oficiais como estando sem emprego.

Assim, contrariamente à imagem de um "Reagan criador de empregos", que os neoliberais difundem por todos os cantos, é necessário constatar que, apesar de uma taxa de crescimento relativamente elevada da produção nos EUA, o desemprego persistiu nesse país em torno de 7,5% da mão-de-obra, em plena retomada econômica. Tal fato não tem precedentes para um período de retomada econômica ace-

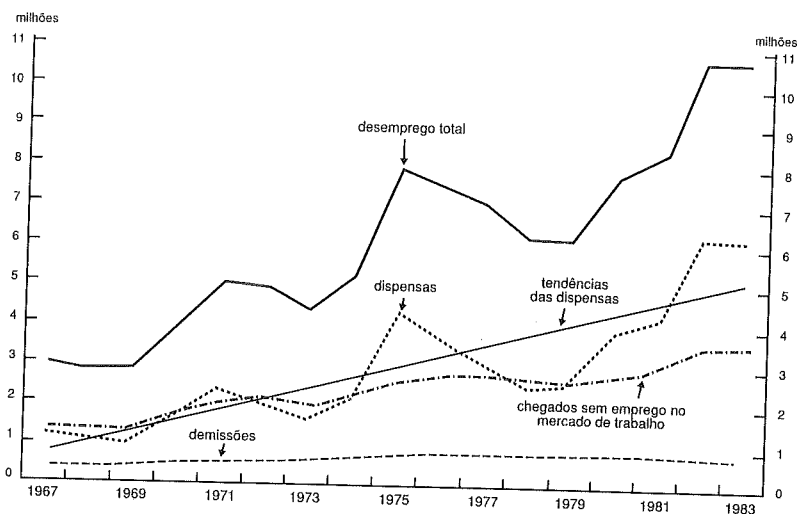
gar porque, a longo prazo, esta expansão é muito mais lenta em volume do que durante os anos 50 e 60; em segundo, porque esta expansão mais lenta se depara com uma produção global crescente e com um movimento demográfico ascendente. O secretariado do GATT nota que a retomada do comércio mundial é menos vigorosa do que no curso das retomadas precedentes de 1968 e de 1976 (*Finacial Times*, 21 de mar. 1982).

198. Para os computadores pessoais, previam-se, entretanto, vários milhões de aparelhos vendidos nos EUA em futuro imediato.

lerada e isso sem integrar na análise aqueles (as) que foram "voluntariamente" retirados do mercado de trabalho.

O crescimento estrutural a longo prazo do desemprego nos Estados Unidos aparece claramente no Gráfico seguinte:

GRÁFICO VII  
Fluxo dos empregos (Estados Unidos)  
Economia total<sup>1</sup>



1. Fluxo de desemprego por causas

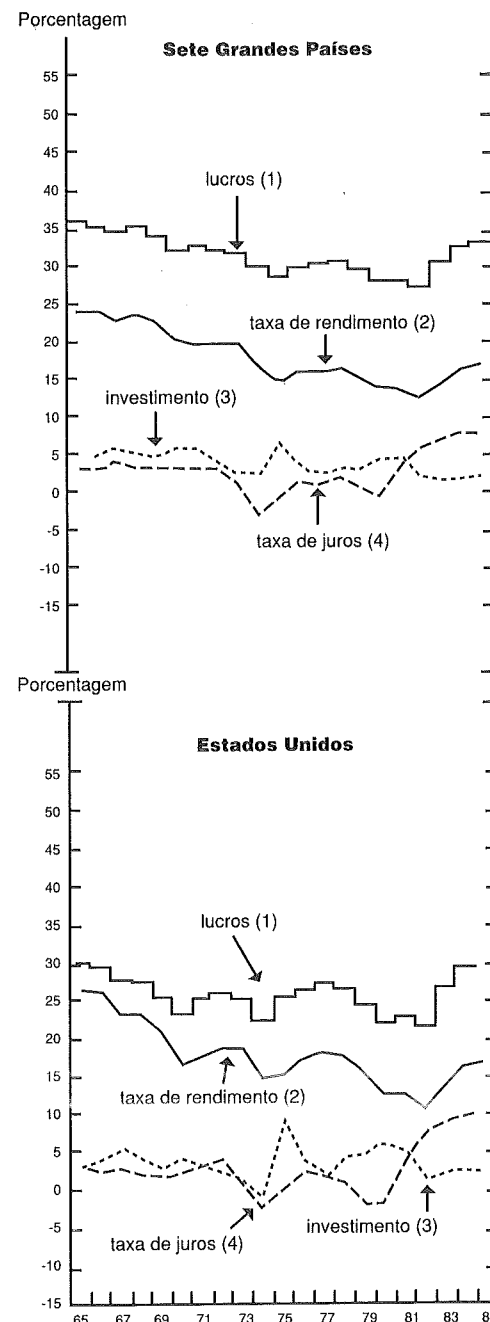
Fonte: Perspectiva Econômica, OCDE, dez. 1984.

— Apesar de uma elevação real dos lucros capitalistas — que explica fundamentalmente a retomada e se ampliou com ela —, a taxa média de lucros continuou deprimida. Ficou longe dos níveis elevados dos anos 50 e 60. Isso é ressaltado no gráfico da página 249, mesmo se se considerar que as categorias "massa de lucros" e "rendimento" utilizadas pelos economistas da OCDE não correspondem completamente às marxistas análogas.

Ao mesmo tempo, é necessário registrar um crescimento efetivo da taxa de mais-valia, isto é, da taxa de exploração da mão-de-obra assalariada. Isso se reflete na queda da participação dos salários no valor agregado que, segundo o mesmo estudo da OCDE, passou nos Estados Unidos de cerca de 75% em 1973 e 1979 para 70% em 1984/85 (na RFA de 74% para 70%). Essa foi certamente uma das funções essenciais da crise do capital...

— Da mesma forma, o problema do endividamento contínuo dos países semicoloniais e dependentes não foi absolutamente resolvido. Continuou a pesar extremamente e ao mesmo tempo sobre o ritmo de expansão do mercado mundial e sobre o de seu próprio crescimento econômico, independentemente das altas e baixas da conjuntura. A instabilidade política nesses países igualmente não sofreu redução alguma. A possibilidade de crises explosivas continua mais pronunciada do que nunca.

GRÁFICO VIII  
Lucros e taxas de rendimento na indústria manufatureira



1. Excedente bruto de exploração expresso em porcentagem do valor bruto adicionado
2. Excedente bruto de exploração expresso em porcentagem do estoque de capital bruto
3. Variações do estoque de capital bruto em termos reais
4. Rendimentos de bônus de Estado a longo prazo diminuído da elevação dos preços de consumo

Obs.: A partir de 1984, previsões da OCDE  
Fonte: Perspectiva Econômica, OCDE, dez. 1984

## Os novos dados da concorrência interimperialista

O crescimento da taxa de câmbio do dólar modificou sensivelmente a posição da indústria americana no mercado mundial. Os Estados Unidos conhecem hoje o maior déficit da balança comercial de sua História. Este se elevou de 9 bilhões de dólares em 1982 (em 1981, houve ainda um balanço positivo de 6 bilhões de dólares) para 42 bilhões em 1983 e 100 bilhões em 1984. Espera-se que chegue a 150 bilhões de dólares em 1985. Esse déficit da balança comercial americana não se manifestou somente em relação a seus principais concorrentes imperialistas — Japão e República Federal da Alemanha. Manifestou-se também em relação aos países dependentes semi-industrializados. Pela primeira vez, em 1984, os Estados Unidos importaram mais produtos manufaturados dessas nações do que exportaram para elas mercadorias industriais.

Tais cifras devem evidentemente ser interpretadas com prudência. Incluem um volume crescente de trocas entre as multinacionais que transferiram uma parte de seus centros de produção para países do Terceiro Mundo. Mas esses casos são menores relativamente ao movimento geral, que diz respeito cada vez mais a produtos de indústria pesada e não somente aos de consumo corrente; dois terços das exportações da Coreia do Sul para os EUA estão nessa categoria. O mesmo ocorre com aços especiais do Brasil, contra a importação dos quais os trustes siderúrgicos americanos reclamam medidas protecionistas severas. Em todas essas situações, as exportações provenientes de países semi-industrializados dependentes são originárias do capital

TABELA LXX — Importações de produtos manufaturados pelos EUA (em bilhões de dólares correntes)

	1973	1977	1980	1982	1983	1984
Europa	15,3	21,3	37,3	36,3	39,6	
Japão	9,1	18,3	30,6	39,8	41,7	
Canadá	10,5	18,3	24,8	26,4	31,0	
Terceiro Mundo	5,3	14,0	28,0	36,8	45,7	55,0
No total	42,5	74,7	124,2	145,2	163,0	

TABELA LXXI — Trocas de produtos industriais manufaturados (em bilhões de dólares)

	Exportações americanas para o Terceiro Mundo	Importações americanas do Terceiro Mundo
1981	61,5	35,0
1982	54,6	36,8
1983	45,3	45,7
1984 <sup>1</sup>	47,0	55,0

1. Cifras provisórias.

"nacional" próprio (inclusive multinacionais controladas por esse capital), e não de multinacionais de países imperialistas.

A deterioração da posição competitiva do imperialismo americano não se explica, portanto, nem pela realocação internacional da produção das multinacionais, nem pela alta do dólar, embora a incidência desses fatores seja real. Explica-se fundamentalmente pelo fato de a produtividade do trabalho industrial progredir mais lentamente nos EUA do que entre os principais concorrentes da indústria americana, isto é, pelo jogo da lei do valor. Ela é anterior à alta do dólar em 1984, o que mostram claramente as Tabelas LXXII e LXXIII.

TABELA LXXII

Países	Diferenças de preços para exportação entre 1979 e 1982 (em %)	Preços de máquinas elétricas para exportação, em 1982 (100 = preço de 1979)
EUA	+31,3	126
Japão	+0,8	90
RFA	-12,9	83

Fonte: Lloyds' Bank Review, abr. 1984.

TABELA LXXIII — Participação das importações no consumo nos EUA (em %)

	1974	1983
Calçados	24,0	46,0
Roupas <sup>1</sup>	8,0	22,0
Televisores <sup>1</sup>	10,0	40,0
Aço <sup>1</sup>	10,0	25,4
Veículos <sup>1</sup>	16,1	27,8 (1982)
Máquinas-ferramentas	13,0	36,0
Têxteis <sup>1</sup>	15,0	31,0
Maçeira	12,0	40,0
Alta tecnologia	—	16,0 (1984)

1. Produtos que se beneficiam de uma forma de proteção.

Fontes: US News and World Report, 19 de nov. 1984; Wall Street Journal, 9, 14, 18 e 24 de set. 1984; Business Week, 8 de out. 1984; Foreign Policy, n. 53, inverno 1983/84. De acordo com Le Monde Diplomatique, jan. 1985.

Durante 1977/82, a produtividade do trabalho aumentou, na média anual, somente 0,6% na indústria manufatureira americana contra 2,7% na Grã-Bretanha, 2,1% na RFA, 3% na França, 3,4% no Japão e 3,6% na Itália (Data Resources Report on US Manufacturing Industries, New York, McGraw Hill, 1984). Em 1983/85, os custos de produção dessa indústria aumentaram 2,5%, enquanto continuaram estáveis na RFA e diminuíram 2% no Japão.

Uma das conseqüências mais imprevisíveis e espetaculares da deterioração da posição competitiva do imperialismo americano no merca-



Quanto às potências imperialistas européias, se têm efetivamente um atraso grave em matéria de tecnologia nova, não conheceram de maneira alguma uma deterioração global de sua posição no comércio mundial de bens industriais em relação a 1980; procuraram conservar todos os meios a fim de recuperar tal discrepância. As queixas reiteradas que falam do "declínio da Europa"<sup>199</sup> têm em geral uma função ideológica, política e social precisa: incitar o movimento sindical e a classe operária da Europa Ocidental a aceitar sacrifícios no consumo corrente (a diminuição dos salários reais e do emprego), sob o pretexto de que seria uma condição necessária para financiar a "modernização tecnológica" e a "retomada do emprego industrial" em curso, isto é, em termos mais contundentes, para permitir elevação dos lucros e acumulação de capital ampliada. Entretanto a integração industrial européia prosseguiu em seus objetivos seguramente, do foguete *Ariane* ao programa *Esprit*, ao plano *Mega*, para a fabricação de microcomputadores, e ao novo avião de combate europeu, produzido conjuntamente por França, Grã-Bretanha, RFA, Itália e Espanha.

A expressão mais sintética do recuo a longo prazo da posição predominante do imperialismo americano na economia capitalista internacional foi o declínio de sua participação no estoque dos investimentos diretos no exterior que, de 1967 a 1980, passou de 54% para 40%; e diminuiu rapidamente desde então. A participação da Grã-Bretanha foi, entre 1967 e 1980, de 17% para 14%, para subir um pouco novamente mais tarde; as da Alemanha Ocidental e do Japão aumentaram respectivamente de 3% para 9% e de 1% para 8%. Em 1984, as porcentagens destes dois países ultrapassaram amplamente os 10%. De fato, a participação da CEE no conjunto dos investimentos de capitais diretos no exterior (excetuando-se o deslocamento de papéis de crédito) igualou-se sensivelmente à dos EUA em 1984/85 (os dados de 1967 e de 1980 provêm de um relatório do CEPII — Centre d'Études Prospectives et d'Informations Internationales; os de 1984 baseiam-se em nossos cálculos).

*As potências imperialistas estão em vias de se "desindustrializar"?*

A deterioração da balança comercial americana, o declínio do emprego industrial em todas as nações imperialistas, o progresso das exportações japonesas e as dos países semi-industrializados da Ásia sugeriam a alguns que se assistia a uma verdadeira tendência à desindustrialização de países como Estados Unidos, Grã-Bretanha, Bélgica, Suíça, e mesmo Alemanha, Itália e RFA. Estes estariam a ponto de se transformarem em "economias pós-industriais de serviços"<sup>200</sup>.

Não insistiremos no caráter altamente superficial e impressionista da análise. "A informática" necessita enormemente de produtos manufaturados por mão-de-obra assalariada. O mesmo ocorre com praticamente todas as novas tecnologias. Paradoxalmente, os ramos recentes

199. Sobre o pretêso declínio da Europa, ver especialmente o estudo CEPII, *Économie Mondiale 1980-1990: la Fracture?*, Paris, Econômica, 1984.

200. Rose, Vogler, Marshall e Newby publicaram no número de setembro de 1984 dos *Annals of the American Academy of Political and Social Science* (Filadélfia) um estudo intitulado *Economic Restructuring: the British Experience*, com uma exaustiva bibliografia do debate sobre "desindustrialização" na Grã-Bretanha.

têm uma composição orgânica de capital inferior, e não superior à média: são menos automatizados do que a indústria têxtil ou do que a indústria alimentar ultramodernas.

Nos Estados Unidos, a eletrônica emprega 2,6 milhões de assalariados, índice superior ao da indústria automobilística. Caracterizar como "economia pós-industrial" um país em que a primeira substituiu progressivamente a segunda é, portanto, algo sem sentido.

O cenário se altera se se projeta a imagem de um mundo em que a informática e a robótica seriam utilizadas ao máximo na América do Norte e na Europa, mas cujos instrumentos teriam sido fabricados no Japão e na Ásia<sup>201</sup>. Nesse caso, evidentemente se justificaria falar em um certo processo de desindustrialização<sup>202</sup>.

Tal imagem é algumas vezes inserida no contexto de uma análise "aprofundada" do capital — ao menos para os países anglo-saxões —, a qual retoma (não seria melhor dizer: extrapola?) certas fórmulas de Lênin. Assim, o capital dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha seria reestruturado em torno do setor bancário e dos "serviços financeiros", ou nos ramos puramente especulativos, abandonando aos outros a produção industrial propriamente dita. A *City* seria "desligada" das *Midlands*, Wall Street seria desligada de Detroit, ou até da Califórnia. O capital anglo-saxão se tornaria paulatinamente "rentista" e "parasitário" em escala mundial, como Lênin esboçou no final de *Imperialismo, Estágio Superior do Capitalismo*.

Essa extrapolação foi apoiada recentemente por uma obra interessante, redigida por um economista holandês de esquerda, Kees van der Pijl: *The Making of an Atlantic Ruling Class* (Londres, Verso Books, 1984)<sup>203</sup>. Ele publicou na obra citada as tabelas seguintes, que não deixam de impressionar o leitor.

Uma abordagem mais minuciosa constata graves lacunas nessa análise, sobretudo a inclusão do carvão e do petróleo na lista de *corporações* não-imobiliárias, que é arbitrária. O mesmo ocorre com a inclusão da renda imobiliária na esfera da circulação. É suficiente efetuar essa dupla correção para que o lucro atribuído ao capital industrial continue amplamente comparável ao lucro atribuído à esfera da circulação. Esse deveria, além disso, ser subdividido entre o setor financeiro (bancário no

201. Mas, nesse caso, os imperialismos americano e britânico perderiam rapidamente seu poderio, talvez até a sua autonomia militar e, portanto, também política, já que a indústria eletrônica constitui mais e mais a peça-chave da indústria de armamento. Apenas por essa razão, uma "desindustrialização" dessas duas potências é incompatível com a natureza mesma de sua classe proprietária. Ela pressupõe o surgimento de um "ultraimperialismo" tendo efetivamente colocado em comum a *propriedade* das principais empresas industriais e financeiras em escala internacional. Estamos longe desta conjectura.

202. Assinalemos que a automação e a robótica, reduzindo a pouca coisa os custos salariais nos custos totais de produção, permitem uma "volta" da indústria para as velhas metrópoles imperialistas. Assim, fábricas têxteis suíças altamente automatizadas são novamente competitivas em relação às fábricas de Hong Kong e de Formosa. A IBM projeta construir nos EUA uma fábrica automatizada de máquinas de escrever eletrônicas, em que os custos de mão-de-obra são reduzidos a 5% dos custos totais, e que seria competitiva com relação às fábricas de Cingapura e Japão.

203. Nosso camarada John Ross havia indicado uma tendência análoga na Grã-Bretanha em uma excelente obra de explicação das transformações políticas que ocorreram no seio da burguesia britânica: *Thatcher and Friends*, Londres, Pluto Press, 1983.



sentido amplo do termo) de um lado, e o comercial (do setor dos serviços não-financeiros), de outro lado. Uma grande loja, uma garagem ou um hotel dificilmente podem ser assimilados a um banco, nem mesmo no sentido de que seus assalariados não produzem diretamente mais-valia (o que não é o caso nem para a garagem e, parcialmente, nem para o hotel).

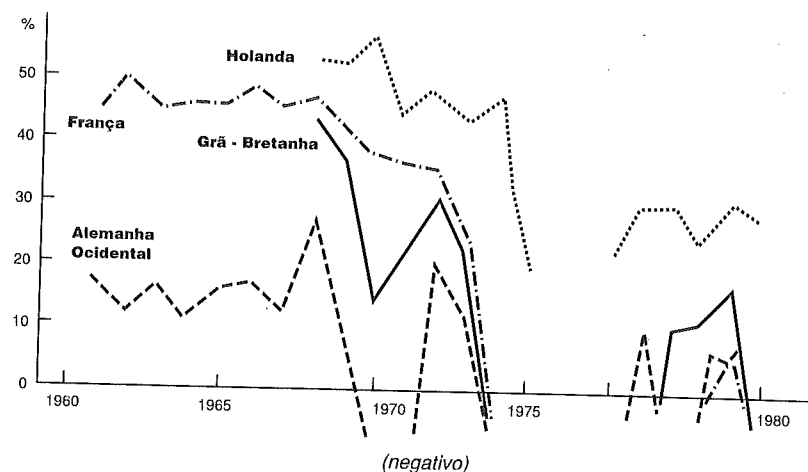
TABELA LXXIV — Participações relativas na massa total de lucros das sociedades por ações americanas (em %)

	Capital industrial	Capital aplicado na esfera da circulação (incluindo a renda imobiliária)
1950	50,0	40,0
1965	42,0	40,0
1975	32,0	47,0
1983	22,9	58,2

O Gráfico X amplia a tendência à Europa capitalista:

GRÁFICO X

Lucros do setor não-financeiro enquanto fração do conjunto dos lucros das sociedades por ação em quatro países da Europa



Fonte: OCDE, Revenus nationaux des pays de l'OCDE, 1963/90, v.II, Paris, 1982 (Tabelas).

Mas feita abstração dessas imprecisões conceituais, há um problema teórico mais importante que é provocado pela tentativa de basear a teoria da "desindustrialização" sobre estatísticas de lucro. A principal característica do capitalismo dos monopólios — cujo capitalismo tardio não passa de um desenvolvimento ulterior — é a de que a forma dominante de capital é o financeiro, isto é, o capital bancário investido na indústria, ou ainda o "grupo financeiro" que controla, ao mesmo tempo, bancos e empresas industriais. O grupo Rockefeller, que associou o controle da Exxon, e sem dúvida de outros grandes do petróleo, ao

Chase Manhattan Bank, continua a ser o protótipo do gênero. Essa forma particular do capital continua a predominar entre as multinacionais, tanto quanto entre os trustes "nacionais".

Assim, a divisão do lucro em "industrial" e "financeiro (bancário)" é absolutamente fictícia no que se refere às sociedades por ações controladas pelos grupos financeiros. Fictícia porque é um lucro freqüentemente apropriado pelos mesmos capitalistas. Fictícia, acima de tudo, porque resulta de operações contábeis no interior dos grupos, destinadas a minimizar os custos fiscais. Tais operações contábeis implicam justamente transferências massivas de lucros de um balanço para outro, sem que isso altere em qualquer medida a natureza dos capitalistas que se apropriam do lucro. Quando, com a finalidade de evasão fiscal, um truste prefere "tomar emprestado" capitais a "seu" banco e pagar juros elevados por tais empréstimos, mais do que aumentar seu capital graças aos rendimentos não distribuídos, é difícil interpretar esta operação como uma diminuição do lucro industrial e um crescimento do lucro bancário. Trata-se de um lucro industrial camuflado em lucro bancário.

O que foi acima comentado evidentemente se aplica apenas aos bancos controlados pelos grupos financeiros, como lucros que continuam no interior de um mesmo grupo. Quando a alta dos lucros bancários se refere a bancos não-controlados por grupos financeiros, ou a operações bancárias (inclusive como as do Chase Manhattan), que se relacionam a empréstimos fora do grupo, pode efetivamente resultar em uma transferência de mais-valia em benefício do capital bancário e à custa do capital industrial propriamente dito. Foi exatamente o que ocorreu desde o início dos anos 70, em função da extensão acelerada do endividamento, que caracterizou essa fase específica da economia capitalista internacional.

Ao longo de todo este livro, insistimos sobre a função objetiva de tal avalanche de dívidas: atenuar as contradições que impulsionam a depressão, retardando a sua transformação em crise catastrófica, como a de 1929/32. Enfatizamos da mesma forma o risco para o sistema: justamente a aceleração do endividamento, que poderia desembocar em uma bancarrota financeira, provocando, assim, com atraso, um novo 1929/32. Mas a própria extensão do crédito multiplica as atividades bancárias e reforça o papel parcialmente autônomo dos agentes bancários, cuja competência diminui em função da extensão rápida e do acirramento da concorrência. Por trás do aumento dos lucros bancários se delinea, portanto, uma tendência cada vez mais frenética à ampliação irresponsável dos créditos, à especulação pura e simples<sup>204</sup>. O crescimento espetacular dos lucros bancários desemboca,

204. Darrell Delamaide consagrou um livro intitulado *Debt Shock* (New York, Anchor/Doubleday, 1984) a esse problema, estendendo a análise de Martin Mayer, a qual analisamos no Capítulo XII. Ele afirma: "O que aparece, caso após caso, é que os bancos emprestaram dinheiro a clientes não propriamente sólidos. Eles emprestaram aos que tinham mais necessidade de dinheiro. Mas, freqüentemente, tratava-se justamente daqueles que deveriam tomar emprestado muito porque não ganhavam nada".

Uma lógica perversa incentivou, além disso, os bancos a recrutar deliberadamente pessoal especializado em especulação e que não dispunha de muitos conhecimentos científicos: "Em grande medida, as pessoas responsáveis pelas intermediações (pelas operações) de troca preferem não empregar intermediários educados. 'Conhecimentos afrouxam suas operações', afirma um banqueiro com ingenuidade" (*Sunday Times Magazine*, 14 de abr. 1985).

assim, no limite, em uma inevitável bancarrota dos lucros bancários, isto é, em uma multiplicação de *crashes* bancários e financeiros. Trata-se essencialmente de um fenômeno conjuntural, e não estrutural: "Frequentemente, nossos homens de finanças agem com se quisessem apressar-se de ações nas minas de *bifteck* de W.C. Fields (famoso comediante americano). Como explicar, de outra maneira, a propensão do Chase a adquirir empréstimos no setor pouco sólido da energia do Penn Square — um banco obscuro de Oklahoma, cujo chefe bebia cerveja em uma bota de *cowboy* — ou em administrar o financiamento de especulações mal concebidas em torno de obrigações do Estado em nome da Drysdale Securities? Um dia, tive a honra de aparecer com o senador Félix Rohatyn no programa de TV de William Buckley/.../, que perguntou a meu parceiro se nossos principais bancos que operavam no mercado monetário não estariam em fase de falência se se lhes aplicassem as mesmas regras contábeis dedicadas a outras empresas. Rohatyn respondeu, sorrindo, que, se os fiscais exigissem que os bancos reduzissem na parte 'Ativos' de sua contabilidade o valor dos empréstimos, cujo reembolso era duvidoso, a uma fração dos montantes efetivamente emprestados, um verdadeiro massacre se produziria" (Prof. Robert Lekachman, em *The Nation*, 30 de jun. 1984).

#### A máquina do crédito se acelera

De fato, desde o início da recessão de 1980, o número de *crashes* industriais, sobretudo financeiros não cessou de crescer, não somente nos países imperialistas, como também em várias nações semi-industrializadas e dependentes, e numerosas outras semicoloniais: quer dizer, no conjunto da economia capitalista internacional.

O *crash* mais grave, de uma amplitude sem precedentes na economia capitalista, aconteceu em meados de 1982 no Kuwait.

Foi a quebra da "bolsa paralela", a Souk al-Manakh, cuja importância correspondia precisamente à extraordinária acumulação de capital-dinheiro (de renda petrolífera acumulada) pelas classes dominantes de uma série de países-membros da OPEP fracamente povoados. Cheques pré-datados sem cobertura foram emitidos em um montante aproximado de 93 bilhões de dólares (*Le Monde*, 17 de ago. 1983). O valor de todas as ações, assim como dos terrenos e das construções no Kuwait caíram 50%. Por volta de 20% dos empréstimos bancários ao setor privado nunca serão, indubitavelmente, reembolsados (*Financial Times*, 11 de fev. 1985).

Em Hong Kong, o grupo Carrian especializado na especulação imobiliária, arruinou-se na primavera de 1984 com mais de 1 bilhão de dólares em dívidas. Esse *crash* gerou reações em cadeia, especialmente a ruína do Banco Bumiputra nacionalizado na Malásia, que havia concedido vultosos empréstimos ao Carrian. O maior banco das Filipinas, o Banco Filipino, em crise desde 1984, arruinou-se no início de 1985. O Sulbrasileiro, um dos principais do Sul do Brasil, estava a ponto de quebrar no início de fevereiro de 1985, não podendo reembolsar todos os seus 1,5 milhão de depositantes, que começaram a retirar seus depósitos.

A crise do Banco Sulbrasileiro precipitou a do conglomerado Brasiinvest e estava ligada à da construção naval brasileira: o Estaleiro Mauá

possuía um montante descoberto em empréstimos de 300 milhões de dólares; de acordo com a *Neue Zürcher Zeitung*, de 16 e 17 de fevereiro de 1985, os estaleiros brasileiros teriam dívidas dificilmente reembolsáveis de mais de 500 milhões de dólares com bancos nacionais e estrangeiros.

É necessário enfatizar que também a Coréia do Sul foi afetada pelos *crashes* financeiro-industriais. Em fevereiro de 1985, o grupo Kukje-I.C.C., que empregava cerca de 40 mil assalariados, quebrou. Tratava-se de um dos maiores trustes mundiais da indústria de calçados, o qual diversificou em seguida sua produção para construção civil (especialmente no Oriente Médio), siderurgia, química etc. Suas dívidas ultrapassariam 2 bilhões de dólares.

O Jammal Trust Bank e o Pyramids d'Egypte depararam com grandes dificuldades em outubro de 1984, quando o presidente do Jammal foi acusado de infringir a legislação relativa às divisas estrangeiras — haviam emitido cheques fraudulentos que perfaziam somas elevadas. O Allied Arab Bank de Londres revelou, no outono de 1984, perdas de mais de 20 milhões de libras esterlinas, enquanto o seu capital era apenas de 7,5 milhões de libras esterlinas (falamos de um banco controlado pelo grupo saudita do xeique Kamal Adhan).

A crise do Allied Arab Bank foi o resultado do *crash* do grupo Esal, especializado em comércio — e em especulação! — de matérias-primas. Dirigido pelo financista indiano Sethia, este grupo deixou uma dívida de cerca de 500 milhões de dólares, que atingiu duramente três bancos nacionalizados na Índia. Sua quebra arrastou o banco britânico Johnson Matthey Bankers, que se salvou, quase à bancarrota, por um empréstimo de 250 milhões de libras esterlinas tomado, em grandes bancos internacionais. É interessante enfatizar que o principal acionário do Johnson Matthey Bankers era o grupo Oppenheimer da África do Sul, através do Charter Consolidated, que, entretanto, contribuiu somente com 10% dos capitais necessários para salvar o Johnson Matthey. Este banco é especializado no comércio de ouro e participa da fixação diária da cotação desse metal, efetuada por um punhado de firmas da City. O salvamento do Johnson Matthey, a partir da iniciativa do Bank of England, seria motivado pelo desejo de manter a estabilidade do mercado do ouro em Londres (*Neue Zürcher Zeitung*, 2 de out. 1984). Não estamos mais falando da periferia do mundo das finanças, mas da intimidade de seu coração de ouro.

As reações em cadeia não pararam, aliás, nesse ponto. A queda do Johnson Matthey Bankers arrastou a do armador paquistanês Sipra. Assinalemos também as dificuldades encontradas pelo banco da Alemanha Ocidental Hammer Bank Spadaka, em janeiro de 1985, salvo por uma injeção de cerca de 500 milhões de marcos alemães, seguindo o salvamento do Schroeder-Münchmeyer Hengst Bank, em novembro de 1983, que necessitou de 800 milhões de marcos alemães.

Os *crashes* mais importantes da Europa foram os do grupo Rumasa (cerca de 1 bilhão de dólares em déficits acumulados) na Espanha e do Banco Ambrosiano na Itália. Da mesma forma que a bancarrota do grupo Sindona, ligado à recessão de 1974/75, o *crash* do Ambrosiano relacionou-se com operações em grande parte ilegais, sem dúvida ligadas à máfia e aos meios políticos poderosos da Loja P-1. Mas,

Ani boron de bor bor 19 24/1/85

dessa vez, o Vaticano e seu banco IOP foram diretamente implicados; além disso, tal cumplicidade foi indiretamente reconhecida por eles, que aceitaram reembolsar uma parte das dívidas contraídas pela falência do Ambrosiano<sup>205</sup>.

Vários *crashes* bancários se vinculam a *crashes* de grandes trustes industriais. Tal foi especialmente o caso do IBH Baumaschinen-Holding, de Mayence (o qual controlava em particular o truste Hanomag, de Hanover), a terceira empresa mundial de máquinas de construção imobiliária e de estradas, depois da Caterpillar americana e a Komatsu japonesa. Sua queda determinou a do banco Schroeder-Münchmeyer-Hengst. Esse poderia ser o caso da Riccar, a terceira firma japonesa de máquinas de costura, que faliu com uma dívida de cerca de 500 milhões de dólares.

Apesar da retomada econômica, muitas multinacionais importantes continuaram em dificuldades. Esse foi em particular o caso dos "grandes" da fabricação de tratores e de máquinas agrícolas, Massey-Ferguson e International Harvester, da British Leyland (automóveis), da Explosivos Rio Tinto (o maior grupo privado espanhol, com cerca de 700 milhões de dólares em dívidas), da Zanussi, a número 1 da indústria de eletrodomésticos italiana (600 milhões de dólares em dívidas) etc. Apenas a Chrysler parece ter se salvado entre as multinacionais anteriormente ameaçadas.

Ao lado do aspecto anedótico dessa acumulação de quebras bancárias e industriais, há uma tendência estrutural mais profunda da evolução econômica que elas colocam em evidência. *Cada retomada econômica que se sucedeu após 1971 foi apoiada em uma massa de créditos cada vez maior, relacionando-se a uma massa de lucros igual, ou sensivelmente inferior. Nos últimos quinze anos, a dívida global em dólares cresceu duas vezes mais rapidamente, ano após ano, do que a renda nacional dos Estados Unidos, em tempo de retomada, como em tempo de recessão. A recu-*

205. A interação entre acumulação de capitais e atividades ilegais, às vezes francamente criminosas, é tão velha como o modo de produção capitalista. Já Balzac havia dito: "Atrás de cada grande fortuna, há um grande crime". Mas essa interação é consideravelmente ampliada na época do capitalismo tardio. Examinamos esse problema em detalhe em uma obra que acabamos de publicar: *Delightful Murder, a Social History of the Crime Story* (Londres, Pluto Press, 1984). A Deak Perera, uma das mais antigas empresas americanas de comércio de metais preciosos, se achava incapaz, no fim de dezembro de 1984, de pagar mais de 60 milhões de dólares de retiradas de seus clientes, especialmente após rumores de que ela estava implicada nas empresas de "reciclagem" de capitais provenientes do comércio de drogas na América Latina (*Neue Zürcher Zeitung*, 8-9 de dez. 1984). O sociólogo italiano Pino Arlacchi declarou ao jornal *Le Monde* (4 de abr. 1985): "De uma maneira geral, após 1977, constatou-se /.../ a aparição disso que se pode chamar 'a grande criminalidade', isto é, verdadeiros grupos de poder dispostos de recursos tão importantes que podem controlar os mercados ilegais e também exercer sua influência sobre os sistemas políticos.

"/.../ Segundo a divisão de Narcotic Drugs, em 1980, a venda de cocaína alcançou 29 bilhões de dólares apenas no mercado americano /.../ A embaixada americana na Colômbia estima em 3 bilhões de dólares os lucros repatriados para a Colômbia graças ao tráfico de cocaína (o Banco Central da Colômbia reconheceu aliás que a metade de seus recursos em divisas provinha do contrabando). Para onde vai este dinheiro? De acordo com o Senado americano, os 3 bilhões de dólares repatriados para a Colômbia não representam senão a metade dos lucros obtidos. A outra metade é dirigida para os paraísos fiscais e de lá entra no mercado financeiro internacional.

"/.../ De acordo com o Senado americano, sempre, a cada ano, os paraísos fiscais /.../ faturam 20 bilhões de dólares provenientes de mercados ilegais apenas dos Estados Unidos".

peração de 1983/85 foi alimentada por um endividamento visivelmente acelerado, porém concomitantemente reorientado. Enquanto a retomada de 1975/79 foi estimulada, primeiramente, por uma extensão dos créditos aos países do "Terceiro Mundo" e aos ditos "socialistas" graças a uma reciclagem, freqüentemente imprudente, dos "petrodólares" pelos bancos privados (*The Economist*, 7 de ago. de 1982), a retomada de 1983/85 foi sobretudo estimulada por uma extensão dos créditos aos poderes públicos americanos e aos grandes trustes da América do Norte. Tratava-se de créditos essencialmente não produtivos, financiando especialmente fusões de empresas, o que não é inteiramente surpreendente quando se tem em conta a capacidade de produção excedente que continua a pesar sobre os principais ramos industriais.

As principais fusões na indústria petrolífera dos Estados Unidos, entre as quais a retomada da Gulf Oil pela Chevron e da Getty pela Texaco, implicaram capitais no total de mais de 50 bilhões de dólares, dos quais ao menos dois terços foram oferecidos pelos bancos<sup>206</sup>. A Nestlé financiou a absorção da Carnation com um crédito bancário de 2,5 bilhões de dólares (80% do valor da compra). O truste de petróleo canadense Dome Petroleum tem dívidas de mais de 6 bilhões de dólares, que são regularmente prorrogadas pelos bancos. O truste de cigarros Philip Morris construiu uma nova cervejaria ultramoderna que deveria começar a produzir em julho de 1984. Custou mais de 400 milhões de dólares, e poderia produzir 10 milhões de toneladas (barris) de cerveja por ano que se mostraram invendáveis — foi fechada assim que foi construída...

A aceleração da avalanche de dívidas em dólares envolve todos os setores: a dívida pública dos Estados Unidos, a dos outros países imperialistas, a dos países ditos do Terceiro Mundo, a das empresas americanas (e subsidiariamente de outros países imperialistas) e a das famílias americanas. É o que mostram claramente as tabelas seguintes.

TABELA LXXV — Crescimento e repartição da dívida em bilhões de dólares

	1960	1974	1984
Dívida pública nos EUA	290	543	1573
Dívida do Terceiro Mundo		250	810
Dívida pública de outros países <sup>1</sup>		100	400
Dívida das empresas americanas	40	900	2600
Dívida das famílias americanas	500	670	1830
	1000	2500	7100

1. Trata-se de dívidas externas totais de outros países imperialistas, principalmente, mas não exclusivamente lavradas em dólares.

206. Há verdadeiros "tubarões da OPA" atualmente em ação nos EUA e na Grã-Bretanha. Um caso típico é o de T. Boone Pickens, que fez sucessivamente OPA sobre a Gulf Oil, a General American, a Cities Services, a Phillips Petroleum e outras empresas ainda. Elas todas "fracassaram" /.../ mas permitiram ao especulador acumular importantes rendimentos advindos da diferença de valores das ações antes e durante a OPA. Um outro especulador semelhante é Carl C. Icahn, que acabou de lançar uma OPA para a Uniroyal, um dos principais trustes da indústria de borracha.

TABELA LXXVI — Principais devedores públicos dos bancos privados (em bilhões de dólares)

Países	Final de dez. de 1982	Mar. 1984
México	61,5	64,0
Brasil	60,0	61,1
França	80,0	53,5 <sup>2</sup>
Argentina	24,1	24,5
Espanha	23,0	24,0
Venezuela	22,8	22,3
África do Sul	14,5	20,0
Coréia do Sul	19,0	19,5
URSS	17,0	16,9
Bélgica	8,0	15,1 <sup>1</sup>
Argélia	15,5	15,0 <sup>3</sup>
China	10,8	11,7
Indonésia	10,3	11,0
Austrália	13,3	--
Noruega	11,4	--
Grécia	9,8	10,9
Polônia	13,8	10,7
Portugal	10,0	10,3
Filipinas	8,5	9,0
Finlândia	9,1	9,0
Egito	9,0	--
RDA	9,1	8,5

A Itália e a Dinamarca, das quais se diz que estão fortemente endividadadas, não aparecem nesta lista<sup>207</sup>.

1. Dos quais uma parte lavrada em marcos alemães.

2. Esses dados dizem respeito respectivamente a 30 de junho de 1982 e a 31 de março de 1984 e foram citados em debates diante de uma comissão de sindicância ad hoc do Senado (Le Monde, 17 de mai, 1984).

3. Desse total, mais da metade dos créditos é de origem comercial não-bancária.

Fonte: Banque des Règlements Internationaux de Bâle, Statistiques sur l'Endettement Extérieur, primeiro trimestre de 1984.

Essa soma colossal de mais de 7 trilhões de dólares de dívidas (7000000000000 de dólares!) está, aliás, longe de representar a totalidade dos créditos em dólares. Como observa o economista americano Henry Kaufman em um discurso citado pelo *International Herald Tribune* de 19 e 20 de janeiro de 1985, é necessário acrescentar a ela os descobertos das especulações sobre os mercados futuros e sobre as

207. O montante total da dívida pública (interna e externa) da Itália passou de 44,3% do PNB em 1972 para 61,9% em 1980 e para 78,9% em 1983. Para a Dinamarca, as cifras correspondentes são de 33,7% e 68,7%. Contrariamente a uma lenda que tem vida sólida, os EUA e o Japão têm uma dívida pública mais pesada que a da França e a da Alemanha Ocidental. Em 1983, a dívida pública da RFA elevou-se para 20,4% do PNB, a da França para 22,3%, a dos EUA para 35,5% e a do Japão para 52,5%. Outro mito a desmascarar: sob Reagan, o endividamento público acelerou-se e não diminuiu; acelerou-se mais que na França ou na RFA (todos esses dados provêm de um artigo do diretor do FMI, De Larosière, publicado no número de 10 de setembro de 1984 do *Bulletin du FMI*).

opções, os acordos interbancários e os créditos dentro dos grupos financeiros. Não é nada surpreendente que, nestas condições, o sistema bancário americano se torne progressivamente o mais vulnerável. No final de 1984, 817 bancos americanos estavam nas listas de bancos a serem fiscalizados pelo Federal Deposit Insurance Corporation (*Neue Zürcher Zeitung*, 28 de dez. 1984). No curso do ano de 1984, 79 bancos americanos tiveram que fechar os seus guichês — recorde desde a crise de 1938 — contra 10 em 1981, 42 em 1982 e 48 em 1983. Estas cifras não compreendem os bancos salvos *in extremis*, nem os grandes bancos que trabalham com prejuízos.

Nessa última categoria, é necessário colocar especialmente o Crocker National Bank, 12º banco dos EUA (controlado pelo grupo britânico do Midland Bank), que acumulou mais de 300 milhões de dólares de prejuízo em 1984, e o First National Bank of Chicago, o 10º banco dos EUA, que registrou mais de 70 milhões de dólares de prejuízo no terceiro trimestre de 1984, tendo contabilizado 279 milhões de dólares de créditos concedidos como não-reembolsáveis.

A Financial Corporation of America, com um ativo total de 32,7 bilhões de dólares, e que controla a maior caixa de poupança e de empréstimos dos EUA, sofreu uma perda de 107 milhões de dólares no segundo trimestre de 1974, provocando a retirada massiva de pequenos poupadores, mas foi salva pelos poderes públicos. O caso mais grave de salvamento foi o do Continental Illinois, de Chicago, que foi saneado na primavera de 1984 por uma injeção de fundos que alguns estimam em 7,5 bilhões de dólares, e outros (*Financial Times*, 30 de jul. 1984) em 12 bilhões de dólares. Tratava-se, antes da sua quebra, do sétimo banco dos EUA, com 42 bilhões de dólares de ativos ao final de 1982. Foi o salvamento mais importante de toda a história do sistema bancário dos EUA, inclusive com uma injeção de fundos públicos que equivale a uma estatização de fato deste banco.

Os países do "Terceiro Mundo", a retomada e a crise financeira

As inquietações quanto à solvabilidade do sistema bancário dos Estados Unidos têm tanto mais fundamento quando se considera que a crise da dívida do "Terceiro Mundo" está longe de ser resolvida, pois são sobretudo os bancos americanos que se enganaram excessivamente no crédito concedido a esses países, em primeiro lugar aos países da América Latina.

Em 19 de agosto de 1982, o ministro das Finanças do México, Jesus Silva Herzog, visitou os bancos de Nova York para lhes advertir que seu país não poderia reembolsar suas dívidas lavradas em divisas estrangeiras que venceriam correntemente. Esse fato desencadeou um início de pânico internacional. Negociações difíceis se iniciaram, visando o reescalonamento da dívida externa da América Latina e a bancarrota do sistema internacional de crédito, que havia chegado perto<sup>208</sup>.

208. A que ponto o alerta foi grave é atestado especialmente pelo fato de que, após agosto de 1982, cerca de 200 bancos privados, que detêm 85% dos créditos bancários internacionais, decidiram fundar o Institute of International Finance, que se esforça sobretudo em reunir todas as informações correntes sobre a liquidez e a solvabilidade dos países devedores e dos bancos através do



foi evitada. Houve alguns inadimplentes menores: Bolívia, Zaire e, possivelmente, Peru. Mas os grandes devedores inadimplentes aceitaram as condições draconianas do Fundo Monetário Internacional, o que permitiu um reescalonamento da dívida de acordo com os interesses do capital internacional.

Isso não significa tirar a conclusão de que a crise financeira que atinge os países do "Terceiro Mundo" foi, então, resolvida. Sua explosão foi simplesmente adiada e continua a representar uma séria ameaça para a economia capitalista em seu conjunto.

Em primeiro lugar, porque certos devedores, entre os mais importantes, passaram por nova crise de liquidez — em particular a Argentina no início da primavera de 1985 (*International Herald Tribune*, 27 de mar. 1985). Também porque outros devedores, entre os quais México e Brasil, saíram da difícil situação de 1982/83 graças a uma expansão ultra-rápida de suas exportações, sobretudo para os Estados Unidos. Mas a expansão dessas exportações dependem notadamente da força da retomada nos EUA e da cotação de troca superavaliada do dólar, dois fatores conjunturais que tendem a desaparecer nos próximos anos, o que quer dizer que dificilmente eles poderão manter as suas performances de 1984. Somente para assegurar o pagamento dos juros sobre a dívida, o Brasil precisará obter um excedente anual da balança comercial de 4% do PNB até 1992, e o México um excedente de 7% de seu PNB. A título de comparação, o excedente comercial corrente do Japão se situa em 3% do PNB.

TABELA LXXVII — *Empréstimos aos quatro principais devedores latino-americanos (Brasil, México, Argentina, Venezuela) (em % do capital próprio dos bancos)*

Manufacturers Hanover Bank (EUA)	240
Lloyds Bank (Grã-Bretanha)	228
Midland Bank (Grã-Bretanha)	213
Chase Manhattan Bank (EUA)	175
Citicorp (EUA)	170
Chemical Bank (EUA)	165
Bankers Trust (EUA)	150
Bank of America (EUA)	145
JP Morgan (EUA)	125
First Chicago (EUA)	115
Continental Illinois (EUA)	110
National Westminster (Grã-Bretanha)	100
Barclays Bank (Grã-Bretanha)	75

Fonte: Sunday Times, 3 de jun. 1984.

No início de 1985, as exportações — e o excedente comercial — do Brasil estavam já em recuo em relação às mesmas cifras de 1984. A próxima recessão arriscaria provocar uma crise financeira mais grave nos países devedores mais importantes.

mas não é certo que ele possa "furar" numerosos segredos e monopólios de informação (*Die Zeit*, 26 de out. 1984).

Além disso, a melhora temporária do balanço de pagamentos de países como México e Brasil — condição indispensável para que ao menos o serviço da dívida possa ser assegurado — pressupõe não somente uma expansão efetiva de suas exportações, mas uma redução draconiana de suas importações. Conduz, assim, a um golpe para as exportações das metrópoles imperialistas e representa um freio à expansão do comércio mundial. Servindo aos interesses dos bancos, o FMI desserve os interesses do capital em seu conjunto. O que as metrópoles ganham em termos financeiros, perdem no domínio da produção e do emprego<sup>209</sup>.

Finalmente, a amplitude global da dívida do Terceiro Mundo não parou de crescer. A médio prazo, o perigo da sua insolvabilidade aumenta, até mesmo por razões técnicas, abstraindo-se dos incidentes inevitáveis das flutuações da conjuntura internacional.

A gravidade da crise financeira dos países ditos do Terceiro Mundo se esclarece tendo como pano de fundo a crise mais profunda que estes atravessam, em função da longa depressão da economia capitalista internacional. Os efeitos da retomada econômica sobre estes países confirmam a necessidade analítica de operar com duas subcategorias.

TABELA LXXVIII — *A aceleração da dívida do Terceiro Mundo<sup>1</sup>*

	1970	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985 <sup>2</sup>
Dívida total em bilhões de dólares	327,0	469,0	559,0	650,0	741,0	782,0	827,0	863,0
Da qual aos bancos privados	161,0	240,0	276,0	326,0	379,0	413,0	460,0	469,0
Serviço anual da dívida	39,8	75,4	89,6	109,3	124,1	117,7	121,3	142,9
Em % das exportações	15,1	19,0	17,4	20,2	24,4	22,1	21,5	23,0
Para os principais devedores <sup>3</sup>	17,0	35,7	40,0	52,0	61,6	53,3	55,1	65,7

1. Exceto países do Oriente Médio exportadores de petróleo.

2. Previsões.

3. Brasil, México, Argentina, Indonésia, Corêia do Sul, Venezuela e Filipinas.

Fonte: OCDE.

De um lado, há a categoria dos países mais pobres. Se bem que arrastados com atraso para a depressão econômica, estes conheceram progressivamente fenômenos de verdadeiro desastre econômico, entre os quais a fome que atingiu os países da Faixa do Sahel, Etiópia, Angola, Moçambique, Bangladesh, a miséria generalizada na Bolívia e o declínio catastrófico do nível de vida no Peru são a ilustração mais trágica.

209. Essa *interdependência* crescente entre a economia imperialista e a economia dos países do Terceiro Mundo constitui o núcleo racional do Relatório Brandt (Willy) que pleiteia uma continuidade e ampliação da "ajuda ao Terceiro Mundo", em vez do estrangulamento financeiro que implica a política do FMI. De fato, a participação das exportações totais dos EUA, da CEE e do Japão destinadas ao Terceiro Mundo aumentou 30% em 1970 e 40% dez anos depois. Em 1980, 40% das exportações americanas de bens de investimentos e mais de 45% das do Japão foram para o Terceiro Mundo (Andre Gunder Frank: "Quand les solutions apparentes deviennent de réels problèmes", in *Tiers Monde*, n. 99, jul.-set. 1984).



Essas nações sofreram os efeitos de uma queda no valor de suas exportações, de uma alta no custo de suas importações e sobretudo, mas não somente, de suas despesas com energia. Os termos de troca, portanto, se deterioraram, novamente, o que refletiu por sua vez uma das características da retomada atual: não houve uma alta substancial das cotações de matérias-primas, especialmente sob o duplo efeito dos estoques acumulados durante a fase precedente e de severas medidas de racionalização e, por isso, de economia de energia e de matérias-primas, que se realizaram progressivamente ao longo da depressão.

É necessário, além disso, assinalar que a deterioração dos termos de troca intervieram como uma das principais causas da crise financeira de conjunto dos países do Terceiro Mundo. W.R. Cline (*International Debt and the Stability of the World Economy*, Institute for International Economics, 1983) estimou que, sobre os 480 bilhões de dólares de crescimento da dívida do Terceiro Mundo, durante 1973/82, 260 bilhões se deveram ao crescimento do custo petrolífero, 100 bilhões à deterioração dos termos de troca e 40 bilhões à elevação das taxas de juros em 1981 e 1982, em relação às médias de 1961/80.

A deterioração dos termos de troca para os países mais pobres se combinou, além disso, com um esgotamento das contribuições estrangeiras a seu desenvolvimento econômico, limitadas cada vez mais a projetos exclusivamente aceitáveis em função de critérios de rentabilidade a curto ou a médio prazo. Mas tal esgotamento em capitais coincide com uma verdadeira quebra de seus recursos internos de acumulação, ou de reprodução simples do capital.

TABELA LXXIX — Evolução dos termos de troca dos países do Terceiro Mundo não-exportadores de petróleo (em %)

	1981	1982	1983	1984	1985	Efeitos acumulados 5 anos
Preços de exportação	-4	-7	-3	2	-3	-15,0
Preços de importação dos quais os países não-industrializados	0	-5	-4	0	-2	-10,5
Preços de exportação	-9	-10	-3	5	-6	-22,0
Preços de importação	0	-5	-3	0	-2	-9,5

Fontes: 1981 — previsões 1985: OCDE; efeitos acumulados calculados por nós.

Resultou, portanto, que a renda estagnou e caiu e a renda *per capita* diminuiu ainda mais vertiginosamente. A partir de um certo limite, essa queda tornou-se cumulativa e gerou uma baixa absoluta da produtividade do trabalho no setor agroalimentar, agravada pela tendência persistente de se ampliar a cultura dos produtos comercializados no exterior à custa das culturas de subsistência.

De outro lado, há a categoria dos países semi-industrializados, que engloba essencialmente México, Brasil, Coréia do Sul, Argentina, África do Sul, Cingapura, Hong Kong e Formosa, aos quais é necessá-

rio acrescentar Grécia e Turquia, a Índia<sup>210</sup> constituindo um caso à parte<sup>211</sup>. A indústria destes se mostrou capaz de retomar o crescimento após o choque que sofreu em 1982/83. Da mesma forma que a recessão, a retomada nessas nações ocorreu com uma defasagem de cerca de um ano em relação à conjuntura das imperialistas, o que não impediu a recuperação em todos esses países.

Mesmo se alguns setores, como o automobilístico ou o de eletrodomésticos no México, no Brasil ou na Argentina, continuaram estagnados em nível inferior ao anterior à crise — o que mostra a redução da condição de vida das classes médias —, esses países não conheceram o fenômeno de desindustrialização que haviam previsto muitos teóricos da "dependência", quando até sua indústria sofreu algumas transformações estruturais. Certos setores-chave industriais se desenvolveram novamente em ritmo acelerado, essencialmente reorientados para o mercado mundial.

Entretanto esta retomada econômica nos países semi-industrializados dependentes comporta características próprias que a distinguem da evolução dos anos 70:

— Houve, nesses países, uma redução drástica do poder de compra de operários e camponeses relativamente aos imperialistas — salvo Coréia do Sul e Formosa — e, por isso, uma contração do mercado interno. A recuperação foi exclusivamente apoiada no *boom* das exportações, acima de tudo para os Estados Unidos. Decorreu, então, maior vulnerabilidade dessas nações em relação a qualquer nova recessão nos Estados imperialistas e a toda nova contração do mercado mundial.

— Houve, nesses países, a predominância da indústria nos setores em que existia capacidade de produção excedente em relação ao mercado mundial (siderurgia, construção naval, petroquímica, indústria automobilística, parte da eletrônica), de onde resulta que existem riscos de medidas de retaliação protecionistas duras vindas dos países imperialistas, com base nas aplicadas aos produtos têxteis.

— Houve igualmente, para tais países, um enfraquecimento brusco do aporte de capitais externos recentes para estimular a industrialização. Como fruto do pagamento ininterrupto do serviço da dívida nas condições impostas pelo FMI, há hoje *uma saída líquida persistente de*

210. A burguesia indiana conseguiu isolar bastante seu mercado interno para bens industriais da concorrência internacional após a independência de seu país, em seguida à II Guerra Mundial. A industrialização pôde a partir daí prosseguir quase sem interrupção e o país escapou em boa medida aos efeitos da recessão de 1980/82, apesar de sofrer uma forte queda da taxa de crescimento em 1982/83. Mas, como nesse verdadeiro subcontinente, a questão agrária — e, especialmente, a superpopulação nas cidades — não foi resolvida, a miséria da grande maioria da população domina a situação, limita o mercado interno e freia a industrialização, que continua sendo parcial e progressivamente submetida à pressão do mercado mundial. Além disso, tendo em vista a amplitude da miséria, uma série de indícios de progresso, que caracterizam a situação em países como Argentina, México, Brasil, Coréia do Sul, Cingapura, Formosa etc, fazem cruelmente falta na Índia, em especial alfabetização geral da população e elevação do nível médio de qualificação técnica da mão-de-obra.

211. Justificamos essa subdivisão dos países ditos do Terceiro Mundo em nosso artigo "Pays semi-coloniaux et pays dominés semi-industrialisés", publicado no n. 13 (abr. 1984) da revista *Quatrième Internationale*. Após a aparição desse artigo, um livro publicado sob a direção de Lall, *Les Multinationales du Tiers Monde* (Paris, Presses Universitaires de France, 1984), confirmou de maneira marcante nossa hipótese.

*Jardim de 15 19 30 Crise no 10*

capitais do Terceiro Mundo para os imperialistas (21 bilhões de dólares em 1983 e, sem dúvida, 40 bilhões de dólares em 1984), fenômeno acentuado por uma enorme fuga de capitais privados para EUA, Japão e países chamados de "paraíso fiscal". Eis por que o crescimento econômico só pode prosseguir na maior parte desses países ao preço de uma inflação constante (ver Tabela LXXX).

TABELA LXXX — Taxa de inflação em 1984  
(em %)

RFA	2,1	Egito	15,0
Japão	2,1	Chile	16,0
Coréia do Sul	2,8	Grécia	18,0
Cingapura	2,8	Portugal	26,0
Holanda	3,0	Nigéria	40,0
Suíça	3,2	Filipinas	44,0
EUA	5,0	Turquia	51,0
Grã-Bretanha	5,0	Iugoslávia	59,0
Hong Kong	5,0	Uruguai	63,0
Áustria	5,2	México	65,0
França	6,9	Peru	104,0
Índia	8,3	Brasil	196,0
Itália	9,1	Israel	450,0
Hungria	10,0	Argentina	616,0
África do Sul	12,0	Bolívia	748,0

O crescimento econômico desses países será, portanto, globalmente mais modesto nos próximos anos do que durante a década passada, mesmo se uma ou outra nação da Ásia Oriental puder ser uma exceção. Será acompanhado na maior parte dos casos de uma elevação acelerada do desemprego e de uma queda no nível de vida das massas.

— Houve o agravamento do déficit alimentar, pelas transformações estruturais da produção agrícola.

Quanto aos exportadores de petróleo membros da OPEP, a queda de sua renda fundiária provocou uma retração do mercado interno e, portanto, da capacidade de importação com relação aos países imperialistas. A demanda mundial de produtos petrolíferos caiu, *grosso modo*, 10% entre 1979 e 1985. As exportações da OPEP diminuíram, severamente, passando de 30,5 milhões de barris/dia em 1979 (antes do segundo grande aumento de preços) para 25,9 milhões de barris/dia em 1980, 16,9 milhões em 1983, 17 milhões em 1984 e 17,8 milhões de barris previstos para 1985. A produção da OPEP caiu de 31,3 milhões de barris/dia em 1977 para cerca de 17,5 milhões em 1984. Suas importações decaíram de 156 bilhões de dólares em 1982 para 127 bilhões em 1984 (para os sete maiores países imperialistas, o "mercado" da OPEP reduziu-se 18% entre 1982 e 1983, e ainda 13% entre 1983 e 1984).

Essas cifras globais mascaram, entretanto, uma diferença muito clara entre os países menos povoados e mais ricos (Arábia Saudita, Kuwait, Emirados Árabes, Catar etc) de um lado, e os densamente povoados de outro lado. Este último grupo conheceu de fato um déficit persistente em seu balanço de pagamentos desde 1981, que reduziu

suas reservas em 100 bilhões de dólares (previsões para 1985 incluídas). O primeiro grupo acumulou cerca de 25 bilhões de dólares no período 1982/85 (perto de 100 bilhões de dólares, se se incluir 1981).

Conseqüentemente, medidas de austeridade generalizadas foram tomadas. Mesmo na Líbia, a renda anual individual baixou de 10000 dólares em 1982 para 8500 em 1983 e 7000 em 1984. Pela redução das rendas repatriadas dos trabalhadores imigrantes que tais medidas geraram, estas repercutiram em uma vasta área geográfica que foi do Egito (que conheceu em razão disso uma verdadeira recessão no final de 1984) ao Sri Lanka e ao Paquistão.

Seria necessário concluir que, tendo em vista a evolução econômica geral do "Terceiro Mundo", a crise financeira desembocaria inevitavelmente em um *crash* bancário internacional do tipo daquele de 1929/32? Não cremos. A rapidez através da qual os governos americano e britânico, uma vez mais, intervieram a fim de salvar o Continente Illinois e o Johnson Matthey Bankers confirma que os governos imperialistas podem fazer praticamente tudo para evitar um *crash*. O governo americano não podia deixar quebrar o Chase Manhattan ou o Citicorp! Houve, portanto, socialização, assim como internacionalização parcial das perdas, transferidas dos bancos privados imperialistas às finanças públicas (e, assim, à massa dos consumidores) e dos países imperialistas e dos do Terceiro Mundo<sup>212</sup>. A questão-chave se resume em saber em quais proporções exatas, à custa de quem precisamente e com quais conseqüências para o funcionamento global do sistema. Essa é a contradição insolúvel do sistema, a qual arrisca levá-lo para um remédio pior do que o mal.

#### A nova crise agrícola americana

A crise de 1929/32 foi precedida por muitos anos de crise agrícola nos EUA, em contraste com a prosperidade aparente do resto da economia. A recuperação de 1983/85 foi da mesma forma caracterizada nos Estados Unidos por um contraste surpreendente entre o avanço relativo da produção industrial e o marasmo, ou mesmo a crise aguda, da agricultura. Esta tem, entretanto, uma característica própria, com relação à de 1926/35: reflete sobretudo a inserção profunda da agricultura americana no mercado mundial e sua subordinação muito mais direta às revoluções tecnológicas sucessivas. É, portanto, de algum modo, o indício de sua *industrialização progressiva* — tanto pior para os arautos da "sociedade pós-industrial"! —, ou até a síntese do conjunto de transformações e crises que ocorrem na economia americana e na internacional.

O mercado mundial de produtos agrícolas foi bruscamente ampliado logo que a URSS e a China surgiram como grandes compradores durante os anos 70<sup>213</sup>. As exportações americanas de produtos agríco-

212. Ler a esse respeito o estudo de Pierre Salama, "Privatisation de la dette du Tiers Monde et socialisation de ses conséquences" (Cahiers du GREITD, set. de 1984).

213. Depois disso, a China se transformou de um país importador em exportador de produtos agrícolas — sobretudo de cereais e de algodão. A URSS, após o choque do embargo de Carter em relação às exportações de cereais, diversificou suas fontes de compra, em benefício sobretudo da Argentina, da Austrália e do Canadá e em detrimento dos EUA.

las passaram de 10 bilhões de dólares para 40 bilhões. Confirmando a análise marxista da renda fundiária, o aparecimento de novos mercados tem como resultado a colocação (ou recolocação) em atividade de enormes extensões de terras não-cultivadas. Cerca de 10 milhões de acres suplementares foram cultivados — freqüentemente graças a subsídios estatais à irrigação e com conseqüências ecológicas desastrosas<sup>214</sup>.

Mas a tecnologia agrícola tal como é torna praticamente impossível para um agricultor exportar sem vultosos investimentos de capitais. Seria necessário não somente pagar a água, mas comprar a crédito vastos terrenos, máquinas agrícolas hipermodernas, inseticidas e mesmo participar de técnicas inovadoras como a biotecnologia (a injeção de hormônios no gado, a utilização de sementes híbridas etc). Uma vez que o grande capital — o agroindustrial — penetrou poderosamente na produção agrícola, o fazendeiro médio foi obrigado a operar em concorrência com ele e sob sua pressão constante, com a exceção apenas dos que se isolaram na agricultura de subsistência pura e simples, isto é, que produziram muito pouco para o mercado.

A longo prazo, a concentração e a centralização do capital continuaram a operar de forma brutal na agricultura. O número de fazendas caiu de 5,4 milhões em 1950 para menos de 3 milhões em 1970 e de 2,3 milhões em 1985. *Mais da metade dos fazendeiros independentes desapareceram no espaço de 35 anos nos EUA.* Dos 2,3 milhões restantes, 600000 são responsáveis por 80% da produção e recebem praticamente todo o rendimento líquido; 23.000 empresas agrícolas recebem 50% do rendimento líquido!

Durante muito tempo também, houve plena inflação de crédito — apoiada por taxas de juros muito baixas, ou até negativas, e não se colocaram problemas insolúveis aos proprietários rurais — dois terços da dívida agrícola de 218 bilhões de dólares foram contraídos por 800.000 “fazendas familiares”. Houve menos problemas ainda na medida em que o governo aplicou uma política de subsídio aos preços, passando pelas técnicas mais diversas, inclusive a mais irracional e desumana: a de dar prêmios à limitação da produção.

Mas em 1982 ocorreu uma dupla mudança. De um lado, um fenômeno de superprodução e queda de preços generalizada no mercado mundial<sup>215</sup>. As exportações americanas começaram a cair em valor (de 43,3 bilhões de dólares em 1981 para 36 bilhões em 1983) e em quantidade (de 164 milhões de toneladas em 1980 para 140 milhões em

214. As conseqüências ecológicas desastrosas da transformação dos prados em terras novamente cultiváveis, especialmente no sudoeste dos EUA, na Carolina do Norte, no Nebraska e em outros Estados, são descritas em detalhe por US Fish and Wildlife Service, citado em *International Herald Tribune*, de 2 de abr. 1985.

215. Poder-se-ia perguntar como pode haver aqui uma superprodução de produtos agrícolas no mercado mundial, enquanto a fome se amplia em numerosos países do Terceiro Mundo, a começar por esses da Zona do Sahel na África. A superprodução é uma superprodução de mercadorias que não encontram compradores; a fome é uma penúria de valores de uso que não chegam às populações, é a falta de poder de compra suficiente para importar e compensar, assim, as quedas de produção local de subsistência. Não há nenhuma contradição “lógica”, mas, pelo contrário, toda a “lógica” da economia (capitalista) de mercado levada até as suas últimas e desumanas conseqüências.

1984). Depois, a elevação das taxas de juros encurralou o fazendeiro médio entre os custos em alta veloz e os rendimentos em baixa.

Os rendimentos brutos dos fazendeiros caíram de 186 bilhões de dólares em 1979 para 139 bilhões em 1983. Somente o encargo anual da dívida devoraria 20 bilhões de dólares desses rendimentos. Os rendimentos líquidos das fazendas, provenientes apenas das operações agrícolas, baixaram ao nível de 1935, de 25 bilhões de dólares em 1972 e em 1973 para 6 bilhões em 1983 (os dólares de acordo com o poder de compra de 1967).

A elevação da cotação de câmbio do dólar acentuou ainda mais essa tendência. Os 16 milhões de toneladas de soja brasileira colhidos em 1985 e os 7 milhões de soja argentina são vendidos atualmente a um preço 30% menor do que os 50 milhões de toneladas de soja colhidos nos EUA.

O resultado desse movimento de tesoura é que um número crescente de fazendeiros foi condenado à falência. Estimou-se que 300000 fazendeiros estariam nessa situação em 1985/86. A catástrofe foi mais amena na Califórnia (embora este Estado tenha sido também afetado) do que o famoso *farm belt* do Middle West (Iowa, Kansas, Minnesota, Ohio etc). Nessa parte dos EUA, o rendimento líquido dos fazendeiros, que havia crescido de 15 bilhões de dólares em 1970 para 35 bilhões em 1974, caiu para menos de 15 bilhões em 1984, isto é, levando-se em conta a inflação, a menos da metade do que havia sido em 1970.

A crise agrícola gerou reações em cadeia. Em meados do mês de março de 1985, o sistema bancário americano e internacional aproximou-se pela segunda vez do pânico. Mas, desta feita, a causa não foi a insolvabilidade de alguns grandes devedores da América Latina, como em agosto de 1982; foi a insolvabilidade de uma série de caixas de poupança e de bancos nos Estados Unidos que precipitou um movimento de retirada massiva de depósitos, ocasionando o fechamento provisório de 71 caixas de poupança do Estado de Ohio e a falência de uma das maiores entre elas, o Home State Saving Bank<sup>216</sup>.

Por sua vez, fábricas de tratores e de máquinas agrícolas viram suas vendas baixarem, da mesma forma que numerosos intermediários e empresas de varejo de bens de consumo duráveis (a começar pelos vendedores de automóveis e viaturas de segunda mão).

Se se quer examinar o mecanismo que conduziu à maior quebra bancária dos últimos anos, a do Continental Illinois, se perceberá que a insolvabilidade de numerosas empresas em dois setores — o da energia e o da agricultura — está na base da ruína deste banco. O que quer dizer que, se a crise agrícola foi em parte agravada pelas taxas de juros elevadas, ela arrisca por sua vez agravar consideravelmente a crise financeira.

216. Um outro fator que contribuiu para a crise das caixas de poupança no Estado de Ohio foi a bancarrota de uma empresa de corretagem de empréstimos do Estado, a ESM Government Securities, da Flórida. A ela seguiu-se mais tarde, em abril de 1985, a falência de uma outra empresa de corretagem em títulos do Estado, a Bevil-Bresler do Estado de Nova Jersey. Mais uma vez, a mudança dos principais tomadores de empréstimo — primeiramente países do Terceiro Mundo, depois fazendeiros e poderes públicos americanos — é acompanhada de corolários inevitáveis de especulação “doentia”, de “riscos excessivos” e, portanto, da vulnerabilidade crescente dos credores.

*Uma nova recessão é inevitável*

A conclusão que se extrai do conjunto dessa análise é a de que uma nova recessão da economia capitalista internacional é inevitável. Tendo em vista as particularidades da retomada econômica de 1983/85, tal recessão será sem dúvida mais forte nos Estados Unidos e em todos os países que aumentaram consideravelmente as suas exportações para os EUA (Coréia do Sul, México, Brasil, Hong Kong, Cingapura, Canadá e Japão — ameaçado por uma verdadeira guerra comercial pelos EUA) do que na Europa capitalista.

Ninguém pode prever o momento exato dessa recessão que poderia se iniciar no final de 1985, durante 1986 ou em 1987 (no momento, a maior parte dos *experts* opta por 1986, mas isso não prova nada). O verdadeiro problema não é esse, mas o de saber se a próxima recessão será combinada com uma crise financeira que repita em grandes linhas as formas da crise de 1929/32.

Continuamos a pensar que isso é improvável, pelas razões indicadas acima. Porém essa possibilidade não está excluída; que tal catástrofe se realize ou não depende essencialmente de dois fatores: a amplitude da desvalorização do capital<sup>217</sup> nos países imperialistas, sobretudo nos Estados Unidos, isto é, o número de grandes empresas que falirão ou que serão absorvidas em troca somente de uma fração do valor de seus investimentos fixos; e a amplitude da próxima crise de insolvabilidade dos principais devedores do "Terceiro Mundo".

O economista americano William R. Cline, em seu livro citado anteriormente, baseia suas previsões a esse respeito em duas situações diferentes: a de uma taxa de crescimento superior ou igual a 2,5%/3% durante a retomada, e a de uma taxa de crescimento inferior a essa. No primeiro caso, o avanço das exportações dos países devedores amortecerá o choque da próxima crise de liquidez, e a catástrofe será

217. Dominique Strauss-Kahn, relator dos assuntos econômicos junto ao primeiro-secretário do PS francês, publicou no *Le Monde* de 29 de março de 1985 um artigo intitulado "Employer la chirurgie pour abaisser la fièvre", do qual extraímos duas citações marcantes: "A ausência de registro da desvalorização de uma parte do capital produtivo nas contas dos credores constitui /.../ uma característica bastante nova da crise atual/.../. A trama que as instituições financeiras constituem mutualizaram os riscos. Não são somente os 'capitalistas', cujos títulos financeiros não valem mais nada porque o capital produtivo que eles representam se desvalorizou, mas o conjunto dos depositantes que são os credores dos sistemas bancários. Os /.../ depósitos (dos poupadores) não conservam o seu valor senão até o dia em que os ativos bancários /.../ são, mesmo parcialmente, passados para perdas e lucros".

Não se poderia dizer melhor. Temos defendido essa mesma tese há anos. Defendemos essa tese ainda no último capítulo desta obra, da mesma forma que nossos amigos Andre Gunder Frank e Pierre Salama. Mas nós, marxistas, continuamos coerentes conosco demonstrando a função desses mecanismos no quadro da crise de rentabilidade do sistema e recusando endossar toda "gestão racional" da crise capitalista. Strauss-Kahn, por sua vez, pleiteia a causa da "cirurgia mínima", isto é, propõe abandonar à falência não somente certos países devedores do Terceiro Mundo, mas ainda grandes empresas e grandes bancos, sem se colocar a questão do preço econômico (1931/32), social e político (30 de janeiro de 1933) que se arrisca pagar por um tal remédio cavalari. É um discurso contra Keynes /.../ mas em favor de Hoover, de Brüning e de Von Hayek. Sabe-se a que isso conduziu a Alemanha, a Europa, a América e o mundo.

evitada. No segundo, a liquidez se transformará em insolvabilidade, e a catástrofe será inevitável<sup>218</sup>.

A tese é um tanto mecanicista e deve ser tratada com prudência. Mas tem o mérito de indicar que, a longo prazo, a aceleração do crédito e do endividamento não é um mecanismo autônomo. Está ligada à crise de rentabilidade e à de superprodução (à capacidade de produção excedente). Ela se manifesta de modo diferente para cada capital particular, segundo sua capacidade concorrencial. Nesse quadro, o poder político relativo de cada burguesia (inclusive das burguesias do "Terceiro Mundo") tem importância incontestável. No entanto, em última análise, é a lei do valor que se imporá e, se for preciso, em detrimento até do imperialismo americano, política e militarmente o mais poderoso do mundo.

218. A obra do CPII, *Économie Mondiale 1980-1990: la Fracture?*, defende uma tese análoga, mas com uma tonalidade mais pessimista. Em caso de crescimento médio da economia capitalista internacional, e de uma ligeira deterioração dos termos de troca, haveria o declínio da produção no México, no Brasil, no conjunto da América Latina e mesmo na Coréia do Sul, em Formosa etc, daqui até 1990 (*op. cit.*, pp. 344-5).



## CAPÍTULO XXIX

### A DINÂMICA INFERNAL DA ESPIRAL DA DÍVIDA

A dívida crescente dos países ditos do Terceiro Mundo, e as reações por ela desencadeadas, não é senão um dos aspectos de um fenômeno muito mais amplo: a expansão do crédito como motor da economia do capitalismo tardio. É importante enfatizá-lo, para se compreender que a crise financeira atual é o produto orgânico da expansão mundial que se seguiu ao *boom* do pós-guerra, ocorrido desde os anos 1940/48 até os anos 1968/73<sup>219</sup>.

Longe de resultar da imperícia dos países subdesenvolvidos, de suas classes proprietárias ou de seus governos, a dívida não é senão uma manifestação particular do papel-chave que a inflação do crédito — e, portanto, a expansão de todas as formas de dívidas — tem representado para estimular o crescimento (ou, melhor, para retardar a crise) após a II Guerra Mundial em todos os países e segmentos capitalistas.

Em verdade, se vivemos desde 1940 sob o regime da inflação permanente em todos esses países, inflação e endividamento estão estreitamente ligados. De fato, a inflação é, essencialmente, uma inflação de moeda escritural<sup>220</sup>, de crédito e, portanto, uma expansão de dívidas.

Já dissemos, numerosas vezes, que após a II Guerra Mundial, o capitalismo navegou para a “prosperidade” em um oceano de dívidas. Para se ter uma idéia da importância do fenômeno, é necessário, antes de tudo, precisar a sua dimensão. Atualmente, apenas a dívida lavrada em dólares, nos Estados Unidos, mais a dívida externa em dólares e em outras divisas do resto do mundo, ultrapassam a soma astronômica de 8 trilhões de dólares, distribuindo-se assim em grandes linhas no fim de 1985 (*ver Tabela na página seguinte*).

Vê-se que a dívida do Terceiro Mundo, que provoca tantos comentários críticos da parte dos meios bancários, não é senão uma parte modesta da massa mundial de dívidas em dólares e divisas estrangeiras — apenas 10% do total. Como nessa parcela inclui-se também a

219. O início do *boom* tem lugar após 1948 na Europa e no Japão, depois de 1940 nos países anglo-saxões e na América Latina. Apesar de estes últimos serem considerados como participantes do *boom*, isto não é verdade senão para alguns países, sobretudo para a Argentina. O fim do *boom*, de longa duração, se deu, para alguns, em 1968, e, para outros, em 1973/74.

220. A moeda escritural é o conjunto dos depósitos bancários que podem servir de meios de pagamento. Quando os bancos concedem empréstimos a seus clientes, estes se contabilizam em geral sob a forma de depósitos, aumentando por isso a massa destes depósitos e, portanto, a massa de moeda escritural. Se a taxa de crescimento desses depósitos é superior à taxa de crescimento da produção material, pode-se falar em inflação de moeda escritural — e a velocidade de circulação desta moeda deve ser examinada como uma variável, em parte, autônoma.



Países e Regiões	Dívidas (em bilhões de dólares)
Dívida pública dos EUA	2 000
Dívida das empresas nos EUA	2 800
Dívidas das famílias nos EUA	1 900
Dívida do Terceiro Mundo	950
Dívida pública de outros países capitalistas e dos Estados Operários	700

dívida da China, ela abrange dois terços dos habitantes do planeta; uma décima parte da dívida para dois terços dos habitantes não é absolutamente desproporcional. As recriminações dos meios bancários são o reflexo, portanto, do ditado burguês segundo o qual "não se empresta senão aos ricos", traduzido em termos mais crus pela fórmula: "não se deveria ter emprestado senão aos ricos".

Esta cifra do endividamento só tem valor indicativo, pois não engloba a dívida em divisas "nacionais" do conjunto dos países capitalistas, com exceção dos Estados Unidos. Ela tem, entretanto, um valor operacional real, na medida em que permite revelar a vulnerabilidade do sistema bancário americano e do sistema monetário internacional, fundado em um papel privilegiado do dólar.

Lembremos rapidamente através de quais mecanismos a inflação do crédito e a expansão das dívidas amortecem a curto prazo a agudeza das principais contradições do capitalismo contemporâneo.

As dívidas das famílias permitem reduzir momentaneamente a diferença entre o crescimento da capacidade de produção das empresas que fabricam bens de consumo, de um lado, e o aumento muito mais modesto do poder de compra das massas, de outro. Uma parte dos bens de consumo duráveis (sobretudo residências e automóveis) é comprada a crédito.

As dívidas das empresas permitem reduzir momentaneamente a distância entre o ritmo de acumulação do capital e o ritmo de aumento dos lucros. Elas permitem, portanto, atenuar a curto prazo os efeitos da queda tendencial da taxa média de lucro. O ritmo de acumulação é assegurado na medida em que uma parte dos novos investimentos (compras de novas máquinas, de quantidades suplementares de matérias-primas etc) é financiada pelo crédito e não pelos lucros realizados.

A expansão da dívida pública permite atenuar momentaneamente a crise fiscal do Estado, ou seja, diminuir a distância entre o ritmo de crescimento dos gastos públicos e o ritmo muito mais lento de crescimento das receitas do Estado, sobretudo de impostos<sup>221</sup>.

Na verdade, o endividamento não pode cumprir o papel de amorte-

221. A crise fiscal do Estado tem raízes de classe (raízes estruturais) na sociedade burguesa. A burguesia prefere emprestar dinheiro ao Estado a pagar impostos. O imposto não rende nada. O empréstimo pode render juros. Além disso, mantendo o orçamento do Estado em déficit permanente, a burguesia torna-o perpetuamente dependente de empréstimos bancários de curto prazo, assim como de empréstimos comprados pelo capital. A burguesia garante, assim, que o Estado continue sendo o "seu" Estado e o mantém amarrado pelas cadeias de ouro da dívida pública.

cedor de algumas das contradições inerentes ao modo de produção capitalista, exceto por algum tempo e em certos limites. A agudeza dessas contradições faz com que, para se obter esse efeito, se tornem necessários cada vez mais créditos, do que resulta a aceleração inevitável da inflação. Mas, assim que a inflação dispara e supera um certo limite, ela não pode mais alimentar a expansão. Começa, até, a estrangulá-la e se torna, pois, um dos fatores de reversão da onda longa expansiva de 1940/48-1968/73 para a onda longa depressiva que está hoje em curso<sup>222</sup>. Daí a passagem da política econômica capitalista do keynesianismo (estímulo da demanda e, portanto, da inflação moderada) para o monetarismo (reestabelecimento da estabilidade monetária a todo preço, mesmo ao custo da estagnação e da depressão econômicas). Não foi a alteração da política econômica que provocou a mudança da conjuntura, mas a mudança das prioridades dos objetivos da burguesia que determinou a alteração da política econômica num momento em que a reversão da conjuntura já era um fato.

Após 1945, o objetivo número 1 havia sido a estabilização social e política dos principais países capitalistas (América do Norte, Europa Ocidental, Japão): daí a orientação para o pleno emprego e a utilização prioritária de técnicas keynesianas. Após 1968 e sobretudo após 1973, a prioridade absoluta se tornou a retomada da taxa de lucro, se preciso ao preço de desemprego massivo e de um agravamento das tensões sociais.

#### *Papel da iniciativa bancária na expansão das dívidas*

O que caracteriza a sociedade burguesa é, especialmente, o fato de que mesmo seus interesses gerais (expressos mais freqüentemente pelo Estado burguês) são defendidos por agentes particulares (políticos, altos funcionários, homens de negócio) que, 99 vezes em 100, não podem deixar de lado seus próprios interesses. A expansão geral do crédito após 1940/48 correspondia ao interesse geral da burguesia e foi, sem dúvida alguma, estimulada pelos bancos que não tinham como principal objetivo servir o interesse geral do grande capital mas buscavam, sobretudo, aumentar os seus próprios lucros, os lucros bancários.

Quando a conjuntura econômica é boa, quando a meteorologia indica tempo bom, o interesse geral da burguesia e a busca particular de lucro pelos bancos coincidem em grande medida. Os bancos funcionam como centros de "socialização objetiva" de capitais, coletando os excedentes de capitais de empresas e famílias para encaminhá-los para as organizações — e depois da II Guerra Mundial, de forma crescente, para famílias da grande e média burguesias e camadas superiores da pequena burguesia — que têm necessidade deles para ampliar seus investimentos e suas compras.

Mas, quando o sistema está em crise, essa coincidência de interesses é afetada. O objetivo particular dos bancos — defender sobretudo seus rendimentos e suas próprias rentabilidades — pode entrar em

222. Sobre a nossa teoria das "ondas longas" da conjuntura capitalista, ver nossos livros *Le Troisième Âge du Capitalisme* (Edition 10-18, Paris) e *The Long Waves of Capitalist Development* (Cambridge University Press, 1979).

contradição com o interesse geral do capital: restaurar a rentabilidade do conjunto do sistema, principalmente dos principais trustes, monopólios e grupos financeiros. Procurando lucros suplementares, os bancos se engajam em práticas que, pelo menos a mais longo prazo, abalam a estabilidade do sistema. O controle do Estado sobre os bancos, dilatado após a traumatizante experiência da crise bancária de 1931/33, é impotente para sanar esse mal, que é inerente à propriedade privada<sup>223</sup>, à concorrência e à busca de lucro enquanto motor principal da economia capitalista.

Os lucros bancários provêm, no essencial, da diferença entre a taxa de juros concedida aos depósitos e a taxa de juros obtida pelos empréstimos. Tanto mais os depósitos bancários se expandem, mais os bancos têm interesse em buscar clientes, junto aos quais eles podem alocar empréstimos a taxas de juros superiores à média. A partir da crise do petróleo de 1973, os rendimentos de uma série de países exportadores de petróleo incharam de depósitos uma série de bancos americanos e britânicos (e em menor escala em bancos alemães, suíços, japoneses etc). Eram os famosos petrodólares. Os bancos estavam diante do problema de encontrar a quem emprestar esses novos capitais-moeda.

Ora, a longa depressão que acabava de começar nos países imperialistas reduzia, ao mesmo tempo, a demanda de créditos adicionais por parte das empresas e das famílias, já excessivamente endividadas. Para procurar novos devedores, os bancos, portanto, se dirigiram, alhures, essencialmente para os países do Terceiro Mundo e, em menor grau, para os Estados operários burocratizados. Assim, foram os bancos que ofereceram créditos ao Terceiro Mundo, não foi o Terceiro Mundo quem os mendigou aos bancos<sup>224</sup>.

A operação foi estimulada por três condições particulares que coincidentemente surgiram em meados dos anos 70.

Em primeiro lugar, houve uma dessincronização entre a depressão nos países imperialistas, de um lado, e a da América Latina e da Ásia do Sudeste e do Leste, de outro<sup>225</sup>. Havia, portanto, a ilusão de que a solvabilidade dos países semi-industrializados dependentes, ao menos os destas regiões, era crescente.

Em seguida, a esses países foram impostas taxas de juros mais elevadas, as quais eram obrigados a pagar, apesar da escassez crônica de capitais em que estavam, enquanto a taxa de juro real nos países imperialistas — levando em conta a inflação — era bastante baixa, algumas vezes até negativa<sup>226</sup>.

223. O único sistema bancário que tem funcionado mais ou menos sem dificuldades durante a crise atual é o sistema francês, precisamente porque seus bancos são quase 100% nacionalizados.

224. Poder-se-ia objetar que os países do Terceiro Mundo seriam "vítimas consentidas", já que teriam uma necessidade premente e permanente de aporte de capitais externos. Mas, justamente por isso, se essa necessidade é permanente, ela não pode explicar por si só a brusca elevação da dívida externa no curso dos anos 70.

225. Ver, a este respeito, o excelente artigo de Jeffrey Bortz, "A dívida latino-americana e os ciclos da economia mundial", in *La Batalla*, n. 13, México, nov.-dez. 1985.

226. A taxa de juro real é a diferença da taxa de juro nominal e a taxa de inflação. Nos Estados Unidos, por exemplo, uma taxa de inflação de 8% e uma taxa de juro nominal de 7% dão, em 1977, uma taxa de juro real de -1%. Nos países do Terceiro Mundo, esta taxa negativa era ainda mais pronunciada, en-

Além disso, os bancos privados substituíram um vazio deixado pela fraqueza dos organismos internacionais capitalistas, mais exatamente pela reticência dos governos imperialistas, a começar pelo governo dos Estados Unidos, de agir no interesse geral do sistema capitalista internacional em tempo de crise. O choque do petróleo havia redistribuído a mais-valia (e sua capitalização sob forma de capitais-moeda no plano internacional). As principais vítimas dessa redistribuição eram os países chamados do Terceiro Mundo não exportadores de petróleo. Os principais beneficiados eram as classes proprietárias dos países exportadores de petróleo. O déficit do balanço de pagamentos arriscava estrangular a capacidade de importação dos primeiros, não somente de bens de equipamentos mas mesmo de matérias-primas vitais para sua indústria nascente e até no que diz respeito à alimentação. O problema da reciclagem de petrodólares estava colocado, portanto, objetivamente. Era necessário emprestar os excedentes dos países da OPEP aos países mais deficitários. Isto é, em grandes linhas, o que fizeram os bancos privados.

Mas eles o fizeram com precipitação e imprudência e em troca de grandes vantagens privadas. Aqui intervém um outro fenômeno: a degradação progressiva da equipe dirigente do sistema bancário internacional.

No curso de todo o período aberto pela II Guerra Mundial, houve uma ampliação considerável das operações de crédito e uma extensão não menos espetacular das operações puramente especulativas no quadro do sistema bancário. Essa expansão se manifesta a partir do momento da não-conversibilidade do dólar, ou seja, perto do fim dos anos 60. A especulação visou matérias-primas, ouro, taxas de câmbio das divisas, terras, obras de arte — e se intensificou durante a retomada conjuntural de 1983/85 com operações gigantescas de ofertas de compras públicas (fusão de empresas arquetetadas por intermediários estranhos a elas) envolvendo bilhões de dólares<sup>227</sup>.

Nessas condições, dirigentes cada vez menos tradicionais — dizem alguns, francamente à margem da legalidade — aparecem à frente de importantes filiais de grandes bancos, e às vezes até mesmo de matrizes<sup>228</sup>. Eles operam visando maximizar os lucros a curto prazo, sem levar em conta os riscos. Ganhos e perdas imprevistas se sucedem, atingindo seriamente a solidez do sistema bancário em seu conjunto. A especulação, corrupção pessoal, crises de solvabilidade nacionais e do sistema bancário se fundem cada vez mais. Uma quantidade impressionante de empréstimos aos países do Terceiro Mundo é desviada, por assim dizer, na fonte para servir aos objetivos particulares de camadas burguesas desses países, que se esforçam por se prevenir da inflação galopante e do risco de crises revolucionárias.

A evasão de capitais é alimentada pelos empréstimos estrangeiros e amplia, por sua vez, o déficit do balanço de pagamentos, que conduz a um novo round de endividamento agravado, cuja espiral aumenta,

corajando a evasão de capitais. Assim, no México, a média para o período de 1976/82 da taxa de juro real do peso era de -0,8%, enquanto a do peso argentino era de -6,6% e, no Brasil, a do cruzeiro era de -14,7%.

Após a forte elevação das taxas de juros, essa situação, evidentemente, se modificou.

227. Ver numerosos exemplos no capítulo anterior.

228. Ver Sampson, Anthony, *The Money Lenders*, Coronet Books, 1981.

sempre em benefício das classes dominantes e à custa das massas populares.

A dimensão da evasão de capitais da parte da burguesia dos principais países devedores do Terceiro Mundo foi recentemente avaliada pela revista *Intereconomics*, tendo como base estatísticas da Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OCDE), do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (ver Tabela abaixo).

Países	Exportação clandestina de capitais 1976/82 (em milhões de dólares)	Em % da dívida nacional para com os bancos estrangeiros
Argentina	17 150	80,5
México	13 488 <sup>229</sup>	54,0 <sup>1</sup>
Venezuela	8 454	65,4 <sup>1</sup>
Indonésia	5 164	34,2 <sup>1</sup>
Egito	3 944	44,3 <sup>1</sup>
Nigéria	2 743	43,3 <sup>1</sup>
Índia	2 132	33,3 <sup>1</sup>
Síria	1 889	96,0 <sup>1</sup>

#### 1. Sem a dívida a curto prazo<sup>230</sup>.

Esta lista está longe de ser completa, já que não engloba a evasão de capitais de países como Brasil, Filipinas, Coreia do Sul e Tailândia, considerada inexistente enquanto se conhecem exemplos patentes da participação de "grandes famílias" dessas burguesias<sup>231</sup>. Esta fraqueza estatística provém do fato de que as cifras citadas são agregadas e não cobrem todos os casos citados, nem a dívida de curto prazo, nem as flutuações das reservas de câmbio.

#### A aceleração da dívida do Terceiro Mundo

Mais uma vez, os comentários críticos dos meios financeiros imperialistas diante da evasão de capitais nos países ditos do Terceiro Mundo são cobertos com uma boa dose de hipocrisia. É fato incontestável que as classes dominantes desses países são corrompidas até a medula, mas é igualmente verdade que, para haver corrupção, é necessário que haja ao mesmo tempo corrompidos e corruptores. Os corruptores e os cúmplices dos corruptores estão presentes na atividade dos bancos imperialistas e é necessário, sobretudo, que haja um contexto geral favorável à busca desenfreada do enriquecimento privado. Esse contexto se chama economia de mercado, economia monetária, e, sobretudo, economia de mercado generalizada, ou seja, sociedade burguesa, modo de produção capitalista.

O aprofundamento do endividamento do Terceiro Mundo se situa bem no momento que mencionamos, no início dos anos 70. Neste momento, a dívida dos países semicoloniais e dependentes se elevava a

229. Fontes mexicanas elevam a cifra para 37 bilhões de dólares.

230. Erbe, Susanne. "L'évasion des capitaux dans le pays en développement", in *Intereconomics*, nov.-dez. 1985.

231. Sabe-se que somente a família Marcos e seus aliados devem ter depositado 5 bilhões de dólares no exterior.

150 bilhões de dólares. Hoje supera os 900 bilhões de dólares. Esta aceleração não resulta essencialmente de fenômenos políticos, se bem que seu papel não seja desprezível, nem o papel de golpes e contragolpes. Ela resulta, precisamente, de uma dialética interna do modo de produção capitalista, tanto no plano internacional como no dos países envolvidos.

Uma vez desencadeada pela reciclagem dos petrodólares, a aceleração das dívidas do Terceiro Mundo é fruto de uma série de mecanismos relativamente espontâneos, que, em todo caso, não são organizados nem pelos governos do Terceiro Mundo tampouco pelas classes dominantes desses países, nem pelos bancos imperialistas, nem pela burguesia das metrópoles.

O recente afluxo de capitais nos países subdesenvolvidos foi investido apenas em parte e não pode, portanto, render recursos suplementares — inclusive para pagar o juro sobre a dívida e reembolsar o capital emprestado — senão parcialmente. Eis uma das fontes de desequilíbrio, sem dúvida a principal. Uma parte desses capitais é usada para cobrir os custos de funcionamento da economia e do Estado, ou para manter um nível dado de atividades: financiar a conta do petróleo, mais caro, ou a importação de matérias-primas não custeadas pelas exportações. Uma outra parte foi desviada para a especulação parasitária e uma outra terça parte, enfim, foi diretamente monopolizada pelas classes dominantes e mantida fora do país.

As exportações dos países do Terceiro Mundo, que eram consideradas em crescimento a longo prazo a ponto de poder assegurar o serviço da dívida e o reembolso do principal, não crescem nem para todos nem sempre na proporção desejada. A lei do valor vigora de maneira implacável, redistribui em escala mundial tanto a demanda como a oferta, a distribuição dos meios de produção e a força de trabalho, mas faz um reajuste espontâneo, ou seja, caótico, imprevisível e, sobretudo, dessincronizado de país para país, para não dizer de continente para continente, o que resulta em enormes desequilíbrios impossíveis de mascarar sob a fórmula de "temporários". Tudo é por definição temporário na economia capitalista, com exceção da propriedade privada em geral e sua busca desenfreada. Mas sua partilha precisa entre diferentes capitalistas é sempre temporária, é sempre subvertida por fatos novos, ou seja, pela lei do desenvolvimento desigual e combinado.

Assim, a elevação — temporária — do preço do petróleo havia deixado à vontade classes dominantes de países como Arábia Saudita, Kuwait ou México, enquanto as economias de Argentina, Brasil ou Índia eram violentamente atingidas. Ao inverso, quando houve o reajustamento espetacular do balanço de pagamentos da Coreia do Sul e do Brasil, o México e os países da OPEP se viam golpeados pela queda do preço do petróleo. Houve, portanto, uma expansão do mercado mundial inferior à que seria necessária para que os países endividados pudessem desenvolver suas exportações na proporção suficiente para um reembolso regular da dívida.

Isso é tanto mais verdade na medida em que todo o período dos anos 70 (e dos anos 80) foi marcado pela depressão a longo prazo da economia dos países imperialistas. Isso freou a expansão das exportações dos países do Terceiro Mundo para as metrópoles, inclusive

freqüentemente por medidas francamente protecionistas. O exemplo do acordo multifibras visando as exportações de produtos da indústria têxtil (vestuário entre eles) provenientes da Ásia e da América Latina é a manifestação mais clara disso — e o mesmo ocorre para certas culturas alimentares, como açúcar, café etc.

É certo que a participação das exportações de produtos manufaturados do Terceiro Mundo no comércio mundial aumentou de maneira espetacular no curso do último decênio. A balança comercial dos Estados Unidos para esses produtos tornou-se deficitária (não é o caso da Europa capitalista nem do Japão). Os Estados Unidos importam hoje mais produtos manufaturados dos países dependentes semi-industrializados do que exportam. Mas trata-se de um pequeno número de países que tem lucrado com esse avanço com um pequeno número de produtos: calçados e aços brasileiros; eletrônica sul-coreana; montagem de Hong Kong e alguns outros casos, o que é muito pouco para resolver a situação dos países do Terceiro Mundo, insuficiente para desmontar a bomba-relógio da dívida.

Tendo em vista que a produção corrente não gera os recursos necessários para cobrir o déficit do balanço de pagamentos (déficit em divisas), é preciso, portanto, que estes países ainda emprestem mais para assegurar uma parte do serviço da dívida e para reembolsar uma parte do principal vencido. De acordo com as estatísticas das Nações Unidas, no ano de 1985, os pagamentos de juros da dívida de 88 países ditos do Terceiro Mundo se elevaram, respectivamente em 1981, 1982 e 1983 a 35 bilhões, 48 bilhões e 44 bilhões de dólares. Tais juros eram superiores aos créditos privados recebidos no curso desses três anos e, até, superiores em 5 bilhões de dólares à soma dos créditos privados e públicos recebidos em 1983. A essa sangria de divisas juntou-se a drenagem de lucros, dividendos etc, repatriados do Terceiro Mundo para as metrópoles, estimada em torno de 12 bilhões de dólares por ano. Para o conjunto destes três anos acima referidos, ela era superior à entrada líquida de capitais de investimento. De acordo com a Economic Conference for Latin America and Caribbean (ECLAC), houve uma transferência líquida de recursos da América Latina para o resto do mundo de 30 bilhões de dólares em 1985, caso se adicione as contas de operação corrente e movimento de capitais. O presidente desta instituição, Ortiz Mena, estima, para os anos 1982/85, que a evasão se elevou a um total de 100 bilhões de dólares. Daí a aceleração inevitável da dívida. Empréstima-se cada vez mais não para aumentar a produção, mas para reembolsar antigos empréstimos e os juros deles decorrentes. Globalmente, a dívida aumentou quase duas vezes mais rapidamente do que o produto nacional para os países do Terceiro Mundo não-membros da OPEP entre 1973 e 1982.

Este círculo se torna mais vicioso na medida em que os termos de troca — a relação entre os preços de exportação e os preços de importação — evoluem normalmente em detrimento dos países do Terceiro Mundo. Salvo, entretanto, durante a breve febre especulativa ocorrida entre 1971 e 1973 e, no caso do petróleo, quando dos dois choques do petróleo, os preços das matérias-primas e dos produtos semifabricados aumentam mais lentamente, quando não caem, que os preços dos produtos manufaturados. A evolução negativa desses termos de troca, diante da qual só escapam alguns países semi-industrializados, como

Coréia do Sul, e isso ainda por um certo período, pesa gravemente sobre esses países mais pobres cuja dívida, mesmo se for menor em cifra absoluta do que a dos países semi-industrializados, constitui por isso um fardo insuportável.

O preço das matérias-primas caiu do índice 100 em 1979/81 para o de 72 em setembro de 1985, o de produtos alimentares (cereais, açúcar, banana, soja) para o de 56 e o dos oleaginosos para o de 65. As perdas de recursos (de rendimentos de exportações) sofridas pelo Terceiro Mundo se elevam então a uma soma superior ao serviço da dívida!

Finalmente, por razões intrínsecas à economia dos países imperialistas, uma boa parte do período considerado foi marcado por uma elevação vertiginosa das taxas de juros, sobretudo nos EUA. Acontece que, se para os capitalistas destes países essa elevação, tendo em vista o nível da inflação, não foi catastrófica, o mesmo não ocorre com os países do Terceiro Mundo. Como sua dívida é lavrada em dólares, cada aumento de um ponto da taxa de juros nos EUA aumentou o serviço anual da dívida em 4,5 ou 6 bilhões de dólares no fim dos anos 70, início dos anos 80.

Mais uma vez foi necessário tomar emprestado mais para cobrir esses gastos suplementares e, como as moedas dos países do Terceiro Mundo são atingidas por taxas de inflação bastante superiores às dos países imperialistas, a alta das taxas de juros acentua a tendência para a "dolarização" da economia desses países. Um setor inteiro de atividade e uma parte crescente da poupança escapam, assim, ao controle dos governos nacionais e à acumulação nacional de capital<sup>232</sup>.

É assim que, no fim da espiral crescente do endividamento, se chegou aos 950 bilhões de dólares de dívida do Terceiro Mundo hoje e à situação de insolvência de fato da maior parte dos países endividados. Destes 950 bilhões de dólares muito menos da metade foi realmente investido. Entre um terço e um quarto foi desviado para o exterior pelas classes dominantes e um outro quarto foi retido ou recebido pelos próprios credores.

#### *A dinâmica financeira e econômica da dívida do Terceiro Mundo*

A aceleração da dívida do Terceiro Mundo desencadeou um movimento perverso no âmbito da economia capitalista internacional:

— A insolvência de fato dos países do Terceiro Mundo ameaça arruinar alguns dos principais bancos dos países imperialistas e, de uma só vez, todo o sistema de crédito e, portanto, sistema monetário do mundo capitalista. Hoje mais da metade da dívida do Terceiro Mundo, ou seja, cerca de 480 bilhões de dólares, representa créditos nas mãos dos bancos privados.

— Os países do Terceiro Mundo somente podem assegurar o pagamento do serviço da dívida — sem falar mesmo do reembolso do principal<sup>233</sup> —

232. Ver o excelente artigo de Pierre Salama, "Dívidas e dolarização", in *Problèmes d'Amérique Latine*, Paris, n. 77, 1985.

233. Para reembolsar cerca de 1 trilhão de dólares de capitais emprestados, o Terceiro Mundo deveria extrair um excedente do balanço de pagamentos do mesmo valor. Mesmo escalonado em quinze ou vinte anos, isso representaria uma saída anual, suplementar ao pagamento de juros, da ordem de 50 bilhões a 60 bilhões de dólares, o que é totalmente irrealizável. Todos aceitam tacitamente a hipótese de que esta dívida não será jamais reembolsada no fundamental.



dispondo de amplos excedentes de seus balanços de pagamentos. Isso significa saídas líquidas de divisas, de capitais-moeda e, portanto, de capitais simplesmente. No entanto são os países relativamente mais pobres em capitais que têm necessidade de mais capitais para poder se industrializar e se modernizar; a saída líquida de capitais só pode se traduzir por uma diminuição progressiva do ritmo de crescimento e de desenvolvimento. Como afirma Raul Prebisch, a "terapêutica" do FMI torna a sangrar um paciente que sofre de anemia!

— A saída massiva líquida de capitais do Terceiro Mundo via serviço da dívida exige uma restrição brutal das importações e uma expansão não menos brutal das exportações. Abstraindo-se a incapacidade na qual se encontra um grande número de países semicoloniais e vários países dependentes semi-industrializados de assegurar essa expansão — ver o caso do México, dependente das flutuações do preço do petróleo —, isso equivale a uma restrição não menos brutal de parte do mercado mundial acessível aos países imperialistas, sobretudo os menos competitivos, a começar pelos EUA. Estes perdem, portanto, em dois planos — exportam menos para o Terceiro Mundo e importam mais bens manufaturados.

— Mas não são os mesmos setores da burguesia que lucram ou perdem nessa evolução insensata da economia capitalista internacional. Os mecanismos de pagamento da dívida praticados pelo FMI favorecem, em larga escala, os setores bancários e rentistas dos países imperialistas e desfavorecem os setores industriais/exportadores. O caráter parasitário usurário do sistema imperialista tomado em seu conjunto é assim acentuado, sobretudo nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha<sup>234</sup>. A burguesia imperialista, mais voltada para a exportação de mercadorias — e, portanto, mais dependente de uma expansão do mercado mundial —, como a da Alemanha Ocidental e do Japão, é favorável a uma política mais flexível diante do serviço da dívida do Terceiro Mundo — traço característico da doutrina Willy Brandt, do Partido Social-Democrata Alemão (SPD). Paradoxalmente, Brandt, junto a Franz Josef Strauss, líder do CDU-CSU (democratas-cristãos alemães) agem hoje como os verdadeiros porta-vozes dos imperialistas europeus diante do imperialismo americano.

As ameaças que a aceleração da dívida do Terceiro Mundo faz pesar sobre a economia capitalista internacional são, portanto, reais. Mas isso não significa que ocorrerá, certamente, um verdadeiro *crash* bancário<sup>235</sup>.

Desde a grande crise bancária de 1931/33, um ditado surgido nos meios financeiros internacionais diz que "se o crédito é de 100000 dólares, o devedor sofre de insônias, mas, se o crédito é de 10 milhões de dólares, é o credor que não dorme mais". Multipliquemos estas cifras por dez ou 100 para acrescentar a inflação ocorrida durante o

234. Atualmente, nos Estados Unidos, uma taxa de juro nominal de 10% e uma taxa de inflação de 5% resultam de uma taxa de inflação de 5%. Na França, uma taxa de inflação de 4% a 5% e uma taxa de juro nominal de 10% a 12% fornecem uma taxa de juro real de 6% a 7%, um verdadeiro juro usurário. Nos EUA, em certos momentos do início dos anos 80, conheceram-se taxas de juros nominais de 20% enquanto a inflação era inferior a 10%.

235. Quebras bancárias parciais se multiplicam, entretanto, não só em países como Kuwait, Cingapura, Malásia, Argentina, Indonésia e Filipinas, mas também como EUA, RFA, Itália, Grã-Bretanha e Japão.

meio século que se passou e a expansão da inflação estimulada e estidado é ainda mais pertinente do que antes.

O imperialismo americano não pode permitir o desmoronamento do Chase Manhattan, do Citicorp ou do Morgan Guarantee Trust, da mesma forma que o imperialismo britânico não pode permitir a ruína do Lloyds, do Barclay's ou do National Westminster, porque o imperialismo americano é o Chase Manhattan, o Citicorp e o Morgan Guarantee Trust e porque o imperialismo britânico é o Lloyds, o Barclay's e o National Westminster. A eventualidade mais provável é, nesse caso, a de um socorro massivo aos grandes devedores — na realidade, dos credores privados destes grandes devedores — pelo sistema bancário internacional e pelos governos imperialistas, como uma dupla "nacionalização" da dívida, ou seja, uma dupla nacionalização das perdas: de uma parte, em detrimento das massas trabalhadoras dos países imperialistas e, de outra, das massas populares dos países do próprio Terceiro Mundo. As negociações em curso visam exatamente a partilha dos sacrifícios. A burguesia do Terceiro Mundo se interessa sobretudo mais pelo aspecto técnico da questão: prazos e encargos de escalonamento das dívidas. Evitar sacrifícios para suas próprias populações não é precisamente sua preocupação principal.

Mas o sucesso da operação de salvamento — da qual o Plano Baker<sup>236</sup> não é senão uma manifestação parcial — não está assegurada, justamente porque a economia capitalista internacional não é controlada por ninguém. Ela é marcada por bruscas mudanças espontâneas, amplamente imprevisíveis, sob o fogo da concorrência, guiada somente a longo prazo pela lei do valor, e de forma cega. Assim, o plano de saneamento financeiro do México, tão laboriosamente praticado pelos banqueiros internacionais em 1982, e do qual eles prematuramente saudaram o sucesso, acaba de ser posto em xeque pela queda vertiginosa do preço do petróleo<sup>237</sup>. Se cada economista que compreende o funcionamento da economia capitalista de mercado pudesse facilmente ter previsto que o preço do petróleo cairia, ninguém poderia prever a amplitude desta queda e em que momento preciso ela se daria, a saber em fevereiro de 1986.

Tudo isso em parte decorreu do furor de *madame* Thatcher em assegurar as divisas necessárias para defender a libra esterlina por meio de uma extração desenfreada do petróleo do Mar do Norte, do agravamento da superprodução provocada por esta política, da queda do preço do petróleo assim ocasionada e da recusa da Arábia Saudita em assistir de maneira passiva à redução de sua participação no mercado do petróleo. Do que advieram a quebra da OPEP, a queda dos preços, a superprodução acentuada, e assim por diante. Hoje, é necessário negociar uma segunda vez a dívida mexicana, como em 1982, e em condições que se deterioraram, ao mesmo tempo, do ponto de vista do mercado mundial do petróleo e da situação social interna do México.

236. O Plano Baker quer levar os bancos privados a aumentar seus créditos aos países do Terceiro Mundo, em 20 bilhões de dólares, com quase-garantias públicas e uma forte elevação do capital e dos compromissos do Banco Mundial.

237. Ver as declarações de M. Lamballussy, o diretor do Banque des Règlements Internationaux, de Bâle (Suíça), banco que se esforça em substituir o vazio deixado no sistema financeiro internacional pela ausência de um "banco central dos bancos centrais".



### A dinâmica social e política da dívida do Terceiro Mundo

O fato evidente da interdependência da economia dos países imperialistas com a dos países do Terceiro Mundo, no quadro da economia capitalista internacional, dá a algumas burguesias destes últimos um poder de chantagem desprezível diante dos bancos imperialistas. Elas disseram na ocasião: "Se vocês nos pressionarem muito, poderemos preferir escorregar e os levar em nossa queda". É em função disso que o projeto de Fidel Castro de anulação coletiva da dívida pelos países do Terceiro Mundo não é puramente propagandístico. Esta proposição constitui uma contribuição positiva à luta imperialista no plano mundial e merece o apoio de todos os militantes antiimperialistas, de todos os revolucionários e de todo o movimento operário internacional. Mais ainda ela deveria vir junto a um apelo à mobilização das massas populares dos países do Terceiro Mundo, apoiadas pelo proletariado internacional, para reclamar dos governos de seus respectivos países a anulação da dívida.

Longe de favorecer qualquer subordinação dos trabalhadores à burguesia nacional, uma tal mobilização acentuaria a independência de classe do proletariado desses países com relação à burguesia, na medida em que demonstraria que a classe operária e o movimento operário são os que defendem a soberania nacional contra o imperialismo, defesa conseqüente da qual a burguesia não é capaz, o que estimularia, assim, a aliança de operários, camponeses, as camadas pobres e marginalizadas urbanas, a pequena burguesia urbana, independente da burguesia.

Além disso, tal proposição impulsionaria a luta de classes direta do proletariado e de seus aliados tanto contra a burguesia do Terceiro Mundo como contra o imperialismo, não somente porque ela continua a pagar o dízimo usurário, mas porque se esforça sobretudo em transferir o grosso do fardo para as costas das massas populares, cujo nível de vida se encontra em situação desastrosa. O FMI exerce pressão constante em favor do equilíbrio orçamentário e da redução dos gastos públicos, principalmente dos gastos sociais, dos subsídios aos preços dos produtos de primeira necessidade, assim como da massa salarial e do emprego do setor público. A natureza reacionária de classe dessa pressão — dizemos mais, sua natureza desumana, geradora da miséria inominável e da fome no sentido literal do termo — é evidente.

Mas não é suficiente denunciar esta pressão. É necessário ainda estigmatizar todos os que cedem diante desta pressão, que a reproduzem, que se inclinam diante dos *diktats* e isso não somente por covardia e medo político, mas também por interesse de classe.

É por causa disso que o movimento operário deveria vincular à reivindicação da anulação da dívida, especialmente, o controle operário sobre as operações bancárias, a ser exercido de preferência pelos empregados dos próprios bancos, para revelar, denunciar, depois impedir concretamente as operações de desvio, de entesouramento, de apropriação privada e de evasão para o exterior das divisas pela burguesia, operações que contribuem consideravelmente para agravar a dívida.

A burguesia latino-americana, para não dizer a de todo o Terceiro Mundo, constituiria de fato essa frente única pela anulação da dívida reivindicada por Fidel Castro? Isso é pouco provável. Como o demonstra

o exemplo da OPEP, as condições de crise acentuam a concorrência entre capitalistas, tanto nos países imperialistas, como entre as potências imperialistas ou entre as potências imperialistas e os países dependentes, como dentro do próprio Terceiro Mundo. A burguesia latino-americana — como a burguesia indiana — procurará mediar a pressão das massas que sofre, assim como a proposição de Fidel Castro, para sensibilizar o imperialismo: "Reescalonemos a dívida, concedam-nos novos créditos. Senão seguiremos as proposições cubanas!" Tudo isso faz parte da gigantesca queda-de-braço atualmente em curso e da qual pessoa alguma pode prever o resultado exato.

Um número crescente de compromissos não será cumprido. Um número crescente de dívidas a vencer será pura e simplesmente prorrogado. Prorrogar *ad infinitum* não é muito diferente de anular. É por causa disso, repetimos, que a verdadeira batalha se dá sobre os juros, sobre o serviço da dívida, antes mesmo do que sobre o principal.

A interdependência entre a burguesia dos países semicoloniais e dependentes, de um lado, e a burguesia imperialista, de outro, não é puramente econômica e financeira — é também política e militar. Diante da revolução que ascende em numerosos países do Terceiro Mundo, o imperialismo continua sendo o grande protetor, a última linha de defesa das classes dominantes autóctones. Isso não é somente verdade para a América Central, para os países árabes, para a África do Sul, para a península indiana, para as Filipinas ou para a Coreia do Sul. É verdade para todos os países.

Por outro lado, o imperialismo não tem mais meios suficientes para governar diretamente o Terceiro Mundo — ele depende da consolidação relativa de substitutos regionais e locais. Se o sistema bancário internacional afundar, isso não seria somente um golpe mortal para as metrópoles, mas um golpe também mortal para as classes dominantes do Terceiro Mundo. Se a revolução se ampliar na América Central e penetrar no México, ela baterá diretamente à porta dos Estados Unidos.

É por tudo isso os esforços desesperados de uns e de outros para avançar às apalpadelas, de compromisso em compromisso, de renegociação em reescalonamento, de salvamento de tal banco ameaçado ao salvamento de outro, pois aí vai sendo jogada a sorte de toda a burguesia internacional.

Mas é bem às apalpadelas que deverá agir a burguesia, pois ela não controla todas as peças do mecanismo. A interdependência continua sendo submetida a esta lei de bronze do mundo burguês: a crise enfraquece os fracos mais do que os fortes, acentua as diferenças de riqueza (de pobreza) e de poderio, eia não tende a eliminar, mas antes a acentuar as relações de dominação e de dependência. A burguesia, sobretudo, é cada vez menos capaz de controlar as ações e as reações das massas populares.

1º de março de 1986

## CAPÍTULO XXX

### MINI-RECESSÃO OU RECESSÃO PROLONGADA? AS PERSPECTIVAS PARA A ECONOMIA INTERNACIONAL EM 1986/87

A curta retomada econômica que ocorreu em 1983/85 se traduziu por uma alta generalizada da produção industrial, estimulada pelo enorme déficit do orçamento público americano<sup>238</sup>.

A política das taxas de juros elevadas praticada pela administração Reagan, no sentido de atrair capitais para os Estados Unidos, teve como conseqüência uma sobrevalorização do dólar com relação às outras moedas e favoreceu as exportações dirigidas para o mercado americano, sob a forma de um verdadeiro *boom* de importações provenientes de outros países imperialistas e dos países dependentes semi-industrializados.

Mas essa frágil retomada não resolveu o problema de fundo e a fraqueza estrutural da economia capitalista. Não houve nem reestruturação, nem expansão fundamental do mercado mundial, nem reorganização fundamental do processo de trabalho e de produção da mais-valia, nem modificação em profundidade das relações de forças sociais que permitissem uma elevação radical da taxa de lucro. Essa curta retomada não impediu a queda contínua dos investimentos produtivos e o crescimento do desemprego, duas das características da longa depressão que conhece o capitalismo. Da mesma forma, longe de ser resolvido, o problema do endividamento dos países dependentes continua. A economia mundial navega sobre um oceano de dívidas, a começar pela dos Estados Unidos<sup>239</sup>.

Enfim, essa retomada de 1983/85 confirmou a modificação da correlação de forças interimperialistas em detrimento dos Estados Unidos. Todos esses traços gerais, que desenham o perfil da crise econômica, encontram-se acentuados pela recessão que se esboça.

Os primeiros meses de 1986 foram marcados por uma incontestável mini-recessão. No primeiro trimestre de 1986, a produção industrial diminuiu em todos os grandes países imperialistas. Para alguns deles, esse recuo prolongou-se em abril e maio, ou mesmo durante todo o segundo trimestre, apesar de se tratar de um recuo limitado, como ressalta claramente a tabela que se segue<sup>240</sup>.

Com a exceção do México, que conheceu novamente, após a breve retomada de 1985, um recuo pronunciado de sua produção industrial, os principais países semi-industrializados até agora escaparam à mini-recessão. O Brasil vive mesmo um verdadeiro *boom*, com uma taxa

238. Sobre a análise da retomada econômica em 1983/85, ver o Capítulo XXVIII.

239. Sobre a questão da dívida, ver o Capítulo XXIX.

240. Fontes das cifras: *The Economist*, 10 de mai., 14 de jun., 28 de jun. e 13 de set. 1986; *Neue Zürcher Zeitung*, 7 de ago. 1986; *Business Week*, números de ago. 1986, assim como o de 1º de set.

## Produção industrial

Paises	1º trimestre de 1986 (com relação ao último trimestre de 1985)	2º trimestre de 1986 (com relação ao primeiro trimestre de 1986)
EUA	-2,9% <sup>1</sup>	-2,9%
Japão	-2,8%	-1,0%
RFA	-3,7% <sup>2</sup>	+4,6% <sup>3</sup>
França	-5,8%	+5,1%
Grã-Bretanha	+1,9%	+5,2%
Itália	-1,9% <sup>4</sup>	-1,1%
Canadá	-0,1%	-5,2%
Espanha <sup>241</sup>	-15,7%	

1. Fevereiro/maio de 1986 com relação aos três meses precedentes.

2. A Neue Zürcher Zeitung, de 15 de agosto de 1986, estima a queda em apenas 0,6%.

3. E a alta somente de 1,8% em relação ao mesmo período de 1985.

4. Conforme o Instituto Italiano de Estatísticas — ISTAT (La Repubblica, 11 de jul. 1986.)

de crescimento de mais de 8% em 1986. Mas trata-se de um distanciamento temporário da tendência geral, exceção que já ocorreu quando da recessão internacional de 1980/82. Como esses países dependem todos da exportação para o seu crescimento, suas perspectivas econômicas são amplamente determinadas pelo que se passa nos países imperialistas. Na Coreia do Sul, por exemplo, as exportações já diminuíram 22% durante o primeiro trimestre de 1986, o que não deixará de repercutir na produção industrial.

É sobretudo a evolução econômica nos Estados Unidos que é inquietante para o mundo capitalista. No fim de agosto de 1986, praticamente todos os indicadores econômicos sinalizavam vermelho. Durante os dois últimos meses do segundo trimestre — maio e junho —, a queda dos rendimentos das famílias atingiu aproximadamente 6 bilhões de dólares. Se as encomendas de bens duráveis estavam ainda em alta, isso ocorria graças apenas às encomendas do setor de armamentos. No conjunto, a capacidade de produção industrial não é utilizada senão em 78%. Durante maio e junho de 1986, as vendas de automóveis recuaram, passando de um nível anual de 8,2 milhões de unidades para o de 7,4 milhões. A construção de novas habitações diminuiu 1,8% em julho de 1986 em relação a junho. Foi o terceiro mês consecutivo de retração, e a queda acumulada atingiu 9%. Quanto à venda de habitações construídas, estava novamente em queda desde março de 1986.

A imprensa burguesa especializada concorda em reconhecer essa tendência: de acordo com o *Business Week*, de 1º de setembro de 1986, "o setor industrial se acha virtualmente em recessão", enquanto o *Japan Economic Journal*, de 6 de setembro, enfatiza que "o governo reconhece o deslizamento para um período de recessão", e o *Times*, de

241. A cifra de *The Economist* para a Espanha é bastante controvertida. O governo de Felipe González projeta um crescimento de até 3% para o ano de 1986. É necessário, entretanto, notar que o país conta com a taxa de desemprego da população ativa mais elevada de toda a Europa, 21%, ou seja, mais de 3 milhões de pessoas.

16 de julho, precisa que, para a Grã-Bretanha, "a produção industrial continua deprimida/.../ A produção manufatureira decaiu no curso dos cinco primeiros meses do ano, e isso para um nível inferior ao do primeiro semestre do ano passado".

Apesar do otimismo de encomenda que mostrava o relatório anual da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico em maio de 1986, muitos observadores esperam uma real recessão da economia capitalista internacional a partir de 1986 ou 1987, tendo como base o conjunto desses dados. Stephen Morris, que foi um dos principais economistas da OCDE e dirige atualmente o Instituto Econômico Internacional — IIE —, prevê mesmo uma recessão bastante grave, sem contudo precisar a data.

## Mini-recessão, queda do dólar e elevação do iene

O valor elevado do dólar abriu amplamente o mercado dos Estados Unidos às exportações do resto do mundo capitalista em 1983/85. Esse foi o principal motor da retomada econômica desses anos. A amplitude do déficit do balanço de pagamentos americano que resultou daí obrigou o governo Reagan a mudar de posição: houve um ajustamento das taxas de câmbio no sentido de uma queda do dólar.

A doutrina liberal "ortodoxa" das taxas de câmbio flutuantes, que pretende que o equilíbrio resulta automaticamente apenas do jogo das "forças de mercado", foi abandonada, como foi também antes abandonada a doutrina monetarista "pura".

O valor do dólar atingiu seu ápice na semana entre 4/8 de março de 1985. Um ano mais tarde, havia caído cerca de 25% em relação a uma "cesta" de divisas nacionais. Durante o mesmo período, o iene e o marco alemão elevaram-se 55% relativamente ao dólar<sup>242</sup>. O efeito dessa queda do dólar sobre o balanço de pagamentos se faz ainda esperar. Para maio de 1986, seu déficit subiu para 14,2 bilhões de dólares, ou seja, um nível anual de 150 bilhões de dólares. Era, portanto, superior ao de 1985. Em julho, atingia um nível anual de 170 bilhões de dólares, enquanto os excedentes do balanço de pagamentos do Japão e da RFA continuavam a crescer, em parte, é verdade, sob o efeito da queda do preço do petróleo.

Essa situação, que é um fracasso para a cúpula de Tóquio de setembro de 1985 — cúpula que havia, contudo, deixado prever uma coordenação mais estreita da política monetária, comercial e industrial das grandes potências imperialistas — poderia ser atribuída ao "egoísmo sagrado" que, como sempre, prevalece em períodos de depressão econômica prolongada. Essa explicação não é falsa, mas é incompleta.

Tende a exagerar a importância da política econômica burguesa (e do Estado burguês) na conjuntura atual e a subestimar o peso decisivo da implacável lógica interna da economia capitalista. Conduz a uma subavaliação da interdependência dos diferentes componentes dessa economia. Longe de constituir um triunfo durável, as performances atuais da indústria exportadora japonesa e da alemã só po-

242. *Perspectiva Econômica*, da OCDE, n. 39, mai. 1986.

dem ser de curta duração. A lógica fundamental aponta para sua queda e uma extensão da recessão americana para esses países.

Essa dinâmica é evidente no caso do Japão. A alta do valor do iene atinge em cheio a capacidade concorrencial das mercadorias japonesas. Os grandes trustes especializados nas exportações vêem os seus rendimentos se pulverizar<sup>243</sup>.

*Queda das exportações japonesas entre janeiro e junho de 1986  
(em %)*

Televisores em cores	51,6
Cimento	34,0
Brinquedos	24,0
Binóculos	23,0
Poliéster	20,5
Louças	14,5
Caminhões	5,3
Laminados a frio	3,5
Computadores pessoais	1,6
Máquinas-ferramentas	1,4

Fonte: Japan Economic Journal

Apenas as exportações de carros, de videocassetes, de relógios, de câmaras e de peças para a indústria eletrônica conheceram uma alta apreciável. A tendência, entretanto, já se alterou no que diz respeito às câmaras e aos relógios (a empresa Seiko demitiu 6000 trabalhadores e reduziu a sua produção em 10%). A situação não é melhor para os videocassetes, cuja indústria havia exportado 80% de sua produção em 1985. Esse ramo previa uma forte retração de suas exportações para o ano de 1986. Se se espera compensar essa retração por uma alta das vendas de 11% no mercado interno, a concorrência crescente fará diminuir bastante os preços. A cifra global de negócios do ramo diminuirá provavelmente 6%<sup>244</sup>. Quanto à indústria de componentes eletrônicos, especialmente os semicondutores, já está em plena recessão. Para a indústria automobilística, de acordo com o *Financial Times*, de 9 de setembro de 1986, os construtores japoneses esperavam uma queda do valor de suas exportações para os Estados Unidos superior ao total do lucro desses trustes em 1985. A indústria japonesa deve, além disso, fazer face à concorrência aguda da parte dos países semi-industrializados, onde os salários são mais baixos, sobretudo Coreia do Sul, Formosa e Hong Kong, que viam seus produtos refluírem dos EUA. Essa concorrência não ameaça somente o mercado interno do Japão, mas também alguns de seus principais mercados de exportação. Por exemplo, "os estaleiros japoneses afundaram rapidamente sob as vagas da concorrência sul-coreana e da cotação elevada do iene"<sup>245</sup>.

243. De acordo com o *Japan Economic Journal*, 26 de jul. 1986, as empresas exportadoras japonesas temem perder 30% de seus lucros em consequência da valorização do iene. Para o conjunto das empresas japonesas, espera-se em 1986 a lucratividade mais baixa desde 1973/74. As cifras da tabela foram extraídas do *Japan Economic Journal*, 16 de ago. 1986.

244. *Japan Economic Journal*, 12 de jul. 1986.

245. *Ibid.*, 26 de jul. 1986.

Para compreender essa lógica, é necessário partir de um fato fundamental: a estagnação do mercado mundial tomado em seu conjunto. De acordo com o relatório do secretariado do GATT, de março de 1986, o comércio mundial avançou apenas 3% em 1985, ou seja, menos do que a progressão da produção industrial. Em dólares correntes, se situou aquém do nível da recessão de 1981 (1,91 trilhão de dólares contra 1,96 trilhão), tendo, em relação a 1984, experimentado uma queda absoluta do volume das exportações de produtos agrícolas e minerais, entre os quais o petróleo, evidentemente. O fraco desempenho das exportações americanas em maio de 1986 é sobretudo devido à queda dos produtos agrícolas. Pela primeira vez, a balança comercial dos Estados Unidos se tornou igualmente deficitária para esses produtos. Disso resultou a vealidade americana de guerra comercial agrícola com a Comunidade Econômica Européia e os esforços de Reagan a fim de assegurar o mercado soviético de cereais.

Nessas condições de concorrência capitalista agravada, os ganhos de uns correspondem quase automaticamente às perdas de outros, tendo-se em vista a estagnação do mercado em seu conjunto. Os efeitos induzidos de perdas — ou seja, os fenômenos de recessão — acentuam a estagnação ou até a retração das trocas e tendem, por isso, a generalizar a recessão.

Em 1985, a RFA se tornou a primeira potência exportadora de produtos industriais, seguida muito de perto pelo Japão, e os Estados Unidos decaíram para a terceira posição. Trata-se, então, de uma tendência de longo prazo. Essa tendência não se explica fundamentalmente pelos fenômenos monetários, pelas taxas de câmbio artificiais, ou por ações indevidas, ou erros de governos ou de especuladores privados. É o produto do declínio do crescimento da produtividade do trabalho industrial nos EUA.

A natureza do modo de produção capitalista — no interior da qual o capital-dinheiro é o ponto de partida e o de chegada último de toda rotação do capital — implica uma contradição insuperável a partir do momento em que os interesses dos industriais-exportadores e dos banqueiros rentistas divergem. Depois dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha, o Japão sofre, por sua vez, os efeitos dessa contradição.

O déficit do balanço de pagamentos americano — e indiretamente o déficit orçamentário dos Estados Unidos — foi em boa parte financiado pela conversão em dólares do excedente do balanço de pagamentos japonês em 1984/85, ou seja, pela exportação de capitais japoneses para os Estados Unidos. O imperialismo japonês, assim, se tornou a primeira potência exportadora de capitais do mundo. Em 1985, esse país detinha um saldo líquido de 130 bilhões de dólares de haveres no exterior com relação às somas devidas aos credores externos. O saldo líquido da Grã-Bretanha era de 90 bilhões de dólares e o da RFA, de 50 bilhões de dólares, enquanto os Estados Unidos tinham um saldo negativo de mais de 100 bilhões de dólares<sup>246</sup>. Mas, como esses haveres existem justamente em boa parte sob forma de empréstimos públicos e de obrigações lavradas em dólares, a queda da taxa de câmbio do dólar significou uma perda de cerca de 50% do valor real

246. *Ibid.*, 7 de jun. 1986.



desses haveres... Por isso os proprietários japoneses vendem massivamente, o que procuram obviamente evitar. O devedor "prende", portanto, o credor pelo medo de perdas catastróficas. Isso é verdade para o "Terceiro Mundo" em relação aos países imperialistas. É verdade também para os Estados Unidos relativamente ao Japão.

Mas seria errôneo deduzir que os devedores ganham, assim, um "poder" durável no que diz respeito a seus credores. A resposta da burguesia japonesa, confrontada com a depreciação dos empréstimos americanos que ela possui, foi clássica: transformar esses haveres quase líquidos em "valores reais"; comprar empresas, ações ou terrenos, nos EUA e alhures. Pois, quando o iene conhece uma alta de 50% com relação ao dólar e à libra esterlina, significa que as ações e as firmas americanas tornaram-se um mercado bem melhor para os japoneses, ao menos enquanto uma nova alta inflacionária não se produzir nos EUA.

Entre março de 1985 e março de 1986, os investimentos japoneses diretos nos Estados Unidos aumentaram 55%<sup>247</sup>, com a compra principalmente de empresas pequenas e médias, especializadas em tecnologias de ponta<sup>248</sup>. Mas os bancos japoneses adquiriram também importantes estabelecimentos bancários no exterior, tais como o Banco de Gottardo, na Suíça, o grupo Heller e o J. Henry Schroder, em Londres, o Banco da Califórnia, nos Estados Unidos etc.

Em agosto de 1986, correu um boato que o Dai-Ichi Bank — que se tornou o primeiro do mundo pelo valor de seus haveres expressos em dólares — estava a ponto de absorver o Bank of America (o segundo dos Estados Unidos), vítima de graves dificuldades financeiras: acabara de sofrer perdas de 640 milhões de dólares durante o segundo trimestre de 1986. Além disso, levando-se em conta a alta dos custos salariais japoneses expressos em dólares, os grandes trustes desse país deslocaram ainda mais suas subcontrações e suas unidades de produção para Coréia do Sul, Cingapura, certos países europeus, como Espanha e Grã-Bretanha, e até para os Estados Unidos. As primeiras vítimas do avanço do capital financeiro japonês se arriscam, portanto, a ser os trabalhadores do Japão, mais atingidos do que no passado pelo desemprego. O famoso princípio do "emprego vitalício" nas grandes empresas japonesas é cada vez mais colocado em questão.

#### *Os efeitos internacionais da crise do dólar*

A queda vertical da cotação de câmbio do dólar — moeda-papel de base do sistema monetário internacional — traz com toda evidência um novo golpe a esse sistema e, por conseqüência, ao conjunto da economia capitalista internacional. Representa, acima de tudo, uma prodigiosa desvalorização de capitais para todos aqueles que detêm dólares ou créditos lavrados em dólares e também obrigações de empresas privadas e empréstimos do Estado. Essa massa de credores não se encontra só fora dos Estados Unidos, ela se acha sobretudo no interior dos EUA<sup>249</sup>.

É verdade que tal desvalorização (assim como a queda momentânea das taxas de juros nos EUA) suaviza um pouco a situação dos países do "Terceiro Mundo", os mais endividados. Mas esse efeito benéfico é amplamente neutralizado pelos movimentos em sentido inverso provocados pela recessão americana: inflação mais acentuada de sua divisa nacional com relação ao dólar, uma nova deterioração dos termos de troca. O desmoronamento do cartel e dos preços do estanho, e o novo desastre que ele provocou na Bolívia, é um exemplo vigoroso disso. De acordo com o relatório anual de 1986 do Banco Mundial, os países do Terceiro Mundo conheceram uma perda de 1,1% em suas exportações em função da deterioração dos termos de troca em 1985, ou seja, cerca de 6 bilhões de dólares. Eles, ao mesmo tempo, desembolsaram, apenas pelo serviço da dívida, 22 bilhões de dólares a mais que todas as entradas de capitais (empréstimos públicos e privados, inclusive sob a forma de investimento) que receberam nesse ano.

Para a economia capitalista em seu conjunto, essa desvalorização do capital-moeda lavrado em dólares atua como uma punção deflacionária, que agrava a tendência à queda dos preços, que decorre fundamentalmente da existência de grandes capacidades de produção excedentes<sup>250</sup>. O agravamento da concorrência internacional em função da queda do dólar obriga as empresas exportadoras a reduzir suas margens de lucratividade, acentuando a tendência para a queda dos preços. A queda do preço do petróleo atua no mesmo sentido nos países imperialistas. Mas, enquanto a recessão já começou, toda deflação não pode senão acentuar a tendência para a queda da produção, do emprego e dos rendimentos.

Além disso, como é o caso dos países do "Terceiro Mundo", o endividamento crescente dos Estados Unidos envolve esse país em um verdadeiro movimento de avalanche que não se pode mais deter. Para os anos 1986/90 espera-se um déficit acumulado do balanço de pagamentos dos EUA de 1 trilhão de dólares. Esse país não dispõe mais de ouro e de divisas para administrar essa dívida colossal. Pode apenas tomar empréstimos no exterior a fim de procurar de alguma forma amenizar a situação. Mas a burguesia estrangeira, vendo a desvalorização do dólar, não se dispõe a emprestar dinheiro

pra dos proprietários de haveres em dólares e em libras esterlinas diante de mercadorias japonesas, alemãs-ocidentais, holandesas, suíças, ou até francesas, italianas, belgas etc, é compensada pelos ganhos de poder de compra dos proprietários de ienes, de marcos alemães, de florins etc, com relação às mercadorias americanas e britânicas. A mesma observação poderia ser aplicada à valorização dos haveres em ienes e em marcos alemães, que compensaria a desvalorização dos haveres em dólares e em libras esterlinas, mas esse argumento não é válido, já que o mercado interno americano é mais amplo que o mercado interno do Japão e da RFA tomados em conjunto e que a massa de haveres em dólares e em libras esterlinas é ainda muito mais ampla do que a massa de haveres em ienes e em marcos alemães.

250. Em artigo publicado em 1º de agosto de 1986, o semanário *Die Zeit* (RFA) caracteriza, por exemplo, a situação no mercado mundial de componentes eletrônicos com a fórmula lapidar seguinte: "Uma avaliação (previsão) errada da demanda conduziu a enormes capacidades excedentes". Assistiu-se, ao mesmo tempo, a uma queda vertiginosa do preço destes componentes no mercado. Para deter essa queda catastrófica dos preços e dos lucros, os grandes trustes de semicondutores japoneses e americanos acabaram, aliás, de constituir um verdadeiro cartel de exportações.

247. *Far Eastern Economic Review*, 4 de set. 1986.

248. *Wall Street Journal*, 11 de ago. 1986.

249. Poder-se-ia evidentemente argumentar que a perda de poder de com-



para os Estados Unidos se os juros não comportam uma taxa de risco, crescente, contra as perdas de câmbio. Quanto mais essa taxa de risco se eleva, mais cresce a pressão para que a taxa de juros nominais suba nos EUA. Por sua vez, a alta da taxa de juros acentua a recessão americana, a qual tende a se generalizar para todos os países capitalistas, estrangulando assim o comércio mundial. Isso agravará novamente o déficit do balanço de pagamentos nos EUA e a obrigação, para esse país, de tomar emprestado mais no exterior.

Finalmente, esse efeitos perversos da crise do dólar para a economia americana e capitalista internacional acentuam a tendência a deslocar capitais do setor produtivo para os setores improdutivo e puramente especulativos. Agravam, portanto, a crise de acumulação (a superacumulação), pois somente os capitais investidos na produção podem produzir mais-valia suplementar.

A dívida pública dos EUA ultrapassou o nível astronômico de 2 trilhões de dólares. Apenas o serviço anual desta dívida se aproxima de 200 bilhões de dólares. Ele agrava o déficit orçamentário e se alimenta regularmente do déficit do balanço de pagamentos, que incha constantemente com a dívida. A dívida líquida dos Estados Unidos com relação ao exterior, que se elevava a 3% do PNB no fim de 1985, arrisca atingir 14% do PNB (800 bilhões de dólares) em 1991. Mas esses 200 bilhões de dólares em juros recebidos a cada ano pelos credores do governo dos Estados Unidos não são investidos de maneira produtiva senão em uma proporção mínima. Para se ter uma idéia, é suficiente compará-los aos 5,5 bilhões de dólares investidos correntemente nos EUA pela burguesia japonesa.

Poder-se-ia supor que os efeitos "positivos" da alta do iene e do marco alemão neutralizariam ao menos em parte essas punções deflacionárias sobre a economia internacional. Existe, de fato, uma tendência para a internacionalização do iene que se liga àquela, mais antiga, da internacionalização do marco alemão. A participação das operações internacionais de crédito (inclusive as emissões de empréstimos) lavrados em iene passou a 7,7% contra 6,7% para o marco alemão. Em cifras absolutas, essas operações passaram de 2,3 trilhões de ienes em 1983 para 5,2 trilhões em 1985. A taxa de câmbio atual, isso representa cerca de 33 bilhões de dólares. A participação das reservas de troca de todos os bancos centrais capitalistas constituídas em iene passou, no mesmo intervalo, de 4,9% para 6,2%<sup>251</sup>. Ela deveria atingir hoje 7%. Cerca de 10% das importações japonesas são já faturadas em ienes.

Mas, quando se inserem as cifras em seu contexto, percebe-se que se trata de modificações modestas, tendo em vista a amplitude da dívida em dólares e dos haveres dos capitalistas japoneses. Em 31 de março de 1986, a soma total dos haveres de dez bancos japoneses mais importantes atingia 250 trilhões de ienes, ou seja, no valor de câmbio do momento, 1,5 trilhão de dólares. Essa massa era superior em 75% à que havia sido um ano antes<sup>252</sup>. A participação dos ativos estrangeiros nessa massa se elevava já a 40%, contra 30% um ano antes e 25% dois anos antes. Afirma-se que em Londres os grandes

bancos japoneses detêm 25% de todos os ativos bancários<sup>253</sup>. Tendo em vista essa ordem de grandeza, a importância relativa do iene enquanto moeda de cobertura internacional ou sua utilização corrente no comércio mundial parecem derrisórias. Não há ainda substituto do dólar enquanto moeda de base do sistema monetário internacional, porque, afinal, não há uma potência imperialista (ou de aliança imperialista) que tenha ultrapassado os Estados Unidos enquanto potência hegemônica. E, em função disso, a crise do dólar não pode senão acentuar a crise do sistema internacional monetário, do crédito e do comércio capitalistas.

Vê-se que as dinâmicas do endividamento e da produção material estão estreitamente ligadas na época do capitalismo tardio. Isso resulta, em última análise, do agravamento das contradições intrínsecas ao modo de produção capitalista, além da problemática dos países chamados do Terceiro Mundo.

Em uma carta enviada ao senador americano Proxmire, Paul Volcker, presidente do Banco Central americano, enfatiza que, no fim de 1985, os fundos próprios das empresas americanas não representavam mais que 51,5% de seus ativos, contra 62% em 1981. A dívida dos consumidores americanos atingiu o nível recorde de 19,2% dos rendimentos disponíveis. Na Grã-Bretanha, um terço das despesas dos consumidores se efetua a crédito, contra 25% há dez anos, enquanto a metade das famílias alemãs está endividada e 4 milhões delas estão em atraso com o pagamento de suas dívidas; um montante de 20 bilhões de marcos é considerado irrecuperável<sup>254</sup>. Mais da metade dessas famílias endividadas é atingida pelo desemprego. Mas, se o crédito de consumo fosse bruscamente reduzido, as vendas e a produção recuariam, enquanto o desemprego aumentaria.

*Os mercados internos do Japão e da Alemanha Ocidental, substitutos conjunturais do mercado americano?*

Saber se a "mini-recessão" atual se prolongará em uma recessão "normal" do tipo das de 1974/75 e de 1980/82 é saber, afinal, se os mercados internos do Japão e da RFA podem substituir o dos EUA como locomotiva da economia capitalista internacional, na medida em que uma expansão posterior das exportações desses países conduziria a novos excedentes de seus balanços de pagamentos, o que teria manifestamente um efeito perverso sobre a conjuntura internacional.

A administração Reagan empreende esforços enérgicos, ou mesmo desesperados, para conduzir Tóquio e Bonn a uma retomada acentuada. O Japão e a RFA deveriam praticar uma política de diminuição sistemática das taxas de juros (de dinheiro "barato") no sentido de inchar a demanda interna em seus países, que absorveria assim mais mercadorias americanas. Eis, portanto, nossos monetaristas de ontem convertidos ao keynesianismo, não somente nacional mas também internacional.

Até aqui, Tóquio e Bonn fazem-se de surdos, demonstrando uma vez mais que a hegemonia americana há muito dissipou-se. Dificil-

251. *Neue Zürcher Zeitung*, 20 de ago. 1986.

252. A participação dos bancos japoneses nos haveres acumulados dos dez maiores bancos do mundo capitalista se elevou no espaço de um ano de 50% a cerca de 60%.

253. *Neue Zürcher Zeitung*, 22 de jul. 1986.

254. *Neue Zürcher Zeitung*, 23-24 de nov. 1985; *Sunday Times*, 12 de jan. 1986; *Der Spiegel*, n. 12, 1986.

mente se imaginaria uma tal recusa em 1955 ou em 1965. Essa rejeição é evidentemente inspirada por considerações de interesses concorrenciais próprios a cada uma dessas potências imperialistas. No entanto, pode também se apoiar em sólidos argumentos "técnicos", ou seja, sobre argumentos de política econômica burguesa fundamentados teoricamente.

Taxas de juros mais baixas no Japão e na RFA não teriam um efeito real sobre o volume dos investimentos, do emprego, da produção e do rendimento nacionais? Pode-se colocar em dúvida. O nível dessas taxas é já muito baixo, mais baixo que nos Estados Unidos. A massa monetária se expande rapidamente, aliás, também nos EUA, onde seu crescimento anual é de 13%. Entretanto o crédito concedido às empresas tende a diminuir, não porque exista falta de oferta de capitais-moeda, mas porque a demanda não acompanha. O aumento da massa monetária é neutralizado por uma queda da velocidade de circulação da moeda, apesar da queda das taxas de juros<sup>255</sup>.

Contrariamente às ilusões da maior parte dos economistas burgueses, massa monetária e taxa de juros não são senão variáveis parcialmente autônomas na economia capitalista. Os efeitos de suas variações dependem, em última análise, do grau de utilização das capacidades de produção, da possibilidade de escoamento das mercadorias, das taxas de lucros esperadas e da massa de lucros realizadas. Se esses fatores não incentivam os capitalistas a investir mais, nenhuma queda das taxas de juros modificará o seu comportamento.

O que pesa sobre os lucros dos grandes trustes japoneses e os conduz a moderar seus investimentos — e, portanto, a "provocar" a recessão — não é somente o valor elevado do iene e o fim do boom das exportações que desencadeia; são, principalmente, as capacidades de produção excedentes que atingem tanto os setores tradicionais (siderurgia, petroquímica, construção naval, marginalmente também o automobilístico) quanto os setores de ponta. Segundo o *Japan Economic Journal*, de 23 de agosto de 1986, "com a queda consecutiva, há dois anos, dos investimentos no ramo de semicondutores, a indústria japonesa de produção de semicondutores passa por dificuldades. O capital investido pelos industriais do ramo caiu 50% em 1985". Em 1986, espera-se uma nova redução, de 28%.

Mesmo uma forte expansão da demanda na RFA e no Japão somente compensaria a queda das exportações desses países. Dificilmente poderia compensar a soma das perdas da queda da demanda na América do Norte e no "Terceiro Mundo", mas, sem uma tal compensação, a demanda global em escala internacional continua fraca ou em recuo, incapaz de provocar uma verdadeira retomada da economia capitalista em seu conjunto.

Se há uma verdadeira expansão da demanda interna no Japão e na RFA, ela não pode estimular a conjuntura senão pela retomada do consumo privado, tendo em vista que quase não há esperança imediata do lado dos investimentos produtivos. Entretanto, uma retomada do consumo privado em países como esses é irrealizável sem uma elevação dos salários reais e do emprego. Mas, desde o início da longa depressão, toda a política econômica da burguesia desses países visa exatamente o fim

255. *Business Week*, 4 de ago. 1986.

oposto, porque está estrangulada a elevar a taxa de mais-valia e a taxa de lucros, objetivos irrealizáveis com uma elevação dos salários. Os ataques ao nível dos empregos, a manutenção de um alto desemprego mesmo em plena expansão, como no curso dos anos 1983/85, perseguem justamente esse objetivo<sup>256</sup>. As burguesias do Japão e da Alemanha Ocidental não vão sacrificar esses objetivos prioritários em função de interesses estritamente americanos. A sua oposição aos apelos de Washington responde a uma lógica de classe muito clara<sup>257</sup>.

Uma política monetária expansiva no Japão e na RFA tenderia a apagar total ou parcialmente as vantagens competitivas que a burguesia desses dois países conquistaram com relação aos EUA, à França e à Grã-Bretanha. Seu interesse a médio e longo prazos é conservar essas vantagens. Está, portanto, pouco inclinada a sacrificá-los em uma consideração de curto prazo: evitar a todo preço a recessão.

Não se exclui que o efeito imediato da queda dos preços do petróleo e das matérias-primas lavradas em dólares dá uma vantagem competitiva crescente à indústria da Alemanha Ocidental, e subsidiariamente à indústria dos outros países da CEE, ao ponto de compensar para eles, de imediato, os efeitos da queda do dólar sobre sua capacidade de exportar, inclusive para os E.U.A. Nesse caso, haverá um descolamento da continuidade da "mini-recessão" na América do Norte e no Japão e seu prolongamento na Europa. A defasagem já habitual, somada à mudança da conjuntura na maior parte dos países semi-industrializados, conduziria a uma *dessincronização da conjuntura internacional* durante alguns trimestres. Mas é improvável que essa dessincronização possa continuar por doze ou mesmo dezoito meses.

#### *Perspectivas da depressão e retomada da inflação*

A hipótese mais otimista para a economia capitalista internacional — a expansão na Europa Ocidental, no Sudeste e no Leste da Ásia e no Brasil durante todo o ano de 1987 — é a menos provável, pela conjunção de quatro tendências:

1) os efeitos depressivos das capacidades excedentes de produção sobre o volume dos investimentos produtivos em todos os países imperialistas;

2) uma burguesia cada vez mais inclinada a uma política de redução do emprego e dos salários diretos e indiretos, especialmente sob pressão do déficit das finanças públicas que se agrava generalizadamente;

256. O desemprego continuou praticamente inalterado durante todo o período da retomada econômica de 1983/85 nos países imperialistas, se não aumentou. O ministro reacionário francês Philippe Seguin não hesitou em declarar ao jornal *Le Monde* (8 de ago. 1986) que haveria na França um resíduo "incompressível" de 2,5 milhões de desempregados. Sem nenhuma relação com a ciência econômica, esta declaração exprime, ao contrário, cinicamente o objetivo perseguido pela burguesia francesa.

257. É verdade que no Japão há uma margem para os investimentos públicos (sociais e de infra-estrutura) que estão muito atrasados em relação à Europa. Há até mesmo possibilidades muito maiores de uma redução da taxa de poupança das classes médias e dos empregados em relação àquela de outros países imperialistas. Mas os ataques que se multiplicam contra o "emprego assegurado" das grandes empresas e o temor de desemprego que cresce explicam a prudência dos empregados japoneses com relação a isso.

3) os efeitos imediatos das recessões americana e japonesa, bem como da queda do preço do petróleo, sobre o volume do comércio mundial;

4) os efeitos perversos da dívida do "Terceiro Mundo" sobre a economia capitalista internacional.

Faz-se necessário, ainda, atentar para a ameaça de uma nova investida inflacionária. Em termos mundiais, a expansão da massa monetária supera amplamente as previsões das autoridades de Bancos Centrais e as necessidades efetivas da economia produtiva.

A principal causa dessa inchação é o déficit crescente das finanças públicas e da segurança social, resultado da depressão econômica de longo prazo e, nos EUA, de uma nova corrida armamentista. Mas adiciona-se também o recurso crescente ao crédito de consumo para atenuar as perdas de rendimentos produzidas pela política de austeridade de todos os governos burgueses. Nos Estados Unidos, o custo crescente das importações causa igualmente uma elevação dos preços. Mas é acima de tudo o novo "relaxamento" monetário que poderá estimular a inflação. Para retomar as vendas, os trustes automobilísticos reduziram radicalmente os custos do crédito aos consumidores, no final de agosto de 1986, e isso com o total apoio dos bancos, entre eles o Banco Central.

Certos economistas, principalmente os políticos, consideram que uma tal retomada da inflação não é muito perigosa, tendo em vista o nível muito baixo em que essa caiu. O argumento é, sem dúvida, válido para a economia internacional tomada em seu conjunto, na hipótese de um "acordo" acertado por todas as potências capitalistas. Mas isso pressupõe solidariedade e interesse comum, que não existem nas condições de concorrência e de propriedade privada. Já que existe a concorrência entre, de um lado, as próprias potências imperialistas e, de outro, entre essas e os países semi-industrializados dependentes, cada governo calcula os efeitos da inflação sobre a capacidade concorrencial de "sua" burguesia, o balanço de pagamentos de "seu" país e a correlação de forças sociais no interior de "seu" Estado. Age-se dessa forma não por cegueira ou por ignorância, mas justamente sob a pressão da concorrência. Nessas condições, a retomada da inflação torna-se um fator de instabilidade crescente.

Diversas correntes de economistas, entre elas os da OCDE, esforçam-se em apontar o aumento dos salários nominais — que acompanhou o fim da retomada de 1983/85 em alguns países — como o responsável por uma possível retomada da inflação. O argumento não tem nenhum valor científico. A alta dos salários ao fim da retomada nem mesmo compensou sua queda durante a recessão anterior. Ela, aliás, aconteceu apenas em alguns países. No total, quando não diminuíram, os salários aumentaram menos rapidamente que a produtividade do trabalho. Mas, mesmo se eles tivessem aumentado mais, isso não desencadearia uma retomada da inflação, tendo em vista a amplitude dos recursos produtivos não utilizados. É, evidentemente, o "relaxamento" dos bancos e das autoridades monetárias com relação às empresas monopolísticas que permite a essas "transferir" para o mercado todo aumento dos custos, para defender seus lucros.

Por trás desse argumento demagógico se esconde o desencantamento da burguesia imperialista quanto ao efeito da crise sobre a

evolução dos salários. Enquanto esses caíram de maneira catastrófica na maior parte dos países do "Terceiro Mundo" — algumas vezes até 50%, à exceção de Formosa, Coréia do Sul e Cingapura —, eles apenas diminuíram um pouco nos países imperialistas, com exceção de Espanha e Portugal. Apesar da amplitude do desemprego, as correlações de força não se modificaram de forma substancial em benefício do capital. Quanto aos ataques contra a segurança social, inevitáveis tendo em vista o déficit crescente das finanças públicas, eles se chocam com uma resistência tenaz, inclusive nos Estados Unidos<sup>258</sup>.

Nessas condições, uma saída relativamente rápida da depressão à custa da classe operária, do tipo 1940/45 (ou 1933/45 na Alemanha e no Japão), continua pouco provável em um futuro previsível<sup>259</sup>. O mesmo vale para uma saída da depressão através de uma revolução tecnológica generalizada, com a reestruturação do mercado mundial acompanhada de sua ampliação. A perspectiva é, portanto, antes um prolongamento considerável da depressão.

O caso da robótica é bastante significativo a esse respeito. Fazemos visualizar as perspectivas grandiosas que se abririam graças a esse ramo novo e que desencadeariam uma transformação de toda a sociedade, ou mesmo o desaparecimento do trabalho humano. Atualmente, os patrões tiveram de mudar de tom, a começar pelos do próprio ramo da robótica. Os progressos da robotização fazem-se a passo de tartaruga e não a passo de gigante, justamente porque os investimentos produtivos tendem a estagnar. Os estudos realizados pelas revistas burguesas confirmam isso, constatando capacidades excedentes nesse ramo, ou o simples fato de que a revolução dos robôs avança muito mais lentamente do que o previsto<sup>260</sup>. Daqui até o fim do século, os escravos mecânicos suprimirão em apenas alguns pontos percentuais os postos de trabalho na indústria.

A grande incógnita continua a ser a possibilidade de uma crise de desmoroamento do sistema internacional de crédito, como ocorreu em 1931, acompanhando a atual recessão. Continuamos a pensar que ela é improvável. O governo dos EUA não pode deixar desabar bancos como o Citicorp ou o Morgan Guarantee, pela simples razão de que o governo dos Estados Unidos é o Citicorp e o Morgan Guarantee. Como lembrou recentemente o professor Galbraith: "Pode-se dizer, no sentido amplo, que nenhum estabelecimento industrial ou financeiro está ameaçado de desabar se é suficientemente importante"<sup>261</sup>.

Mas existem limites à capacidade e à rapidez dos governos burgueses de "prestar socorro". É por causa disso que o *crash* não pode ser uma possibilidade excluída. Essa eventualidade depende essencialmente de dois fatores. Em primeiro lugar, da amplitude da desva-

258. Em um livro que fez sensação (*The Triumph of Politics*, Harper & Row), o ex-chefe do Departamento de Orçamento de Reagan, David Stockman, exprime a sua "decepção" diante do comportamento dos parlamentares republicanos que apóiam Reagan, que se opuseram aos cortes substanciais do seguro-doença (Medicare, Medicaid) por medo de reações dos eleitores.

259. Armstrong, Glyn e Harrison (*Capitalism since World War II*, Fontana Books, 1984) têm opinião semelhante.

260. Ver *The Economist*, 26 de jul. 1986, e a *Revue Internationale du Travail*, n. 1, 1986.

261. *New York Review of Books*, 26 de jun. 1986. John Kenneth Galbraith é autor de *O Novo Estado Industrial* (1968) e, entre outros autores, de *A Era da Opulência* (1961).

lorização do capital, sobretudo do capital produtivo, nos próprios países imperialistas (em primeiro lugar, os EUA), ou seja, do número de grandes empresas que falirão ou serão absorvidas em troca de apenas uma fração do valor de seus ativos fixos. Em segundo lugar, da amplitude da próxima crise de insolvência dos principais países devedores do Terceiro Mundo.

⇒ 16 de setembro de 1986 ⇐

## CAPÍTULO XXXI

### O SISTEMA MONETÁRIO EUROPEU

Reunidos no dia 11 de janeiro de 1987 em Bruxelas, os doze ministros de Finanças da Comunidade Econômica Européia (CEE) decidiram fazer um reajustamento no Sistema Monetário Europeu (SME).

A queda do dólar, que prossegue em todas as praças financeiras, gerou uma forte especulação do marco alemão e, portanto, uma alta deste último, mas também uma queda das moedas mais fracas que participam do SME, especialmente o franco francês.

A França se recusou a desvalorizá-lo uma segunda vez em menos de um ano, pois a última tinha sido feita logo depois das eleições legislativas de março de 1986.

Finalmente, no dia 12 de janeiro, os ministros da CEE chegaram a um acordo... manco. O marco alemão e o florim holandês foram reavaliados em 3%, os francos belga e luxemburguês em 2% — e a França se negou a desvalorizar sua moeda. *“Por razões políticas, a França não quis desvalorizar sua moeda no mesmo momento em que o marco alemão era valorizado. Foi um erro econômico que se pagará cedo ou tarde”*, avaliam os banqueiros alemães (*Le Monde*, 1º de jan. 1987).

De fato, logo depois de assinado, o acordo do SME foi novamente ameaçado pela queda do dólar, que se acentuou com vigor, gerando a alta do marco alemão e do iene, apesar da intervenção dos bancos centrais.

A economia capitalista é uma economia monetária. A produção é uma produção de mercadorias: quase tudo o que se produz deve ser vendido. A venda é uma troca de mercadorias por dinheiro. A economia capitalista é uma economia internacional, mas o mercado mundial está estruturado em economias nacionais, tendo cada uma sua própria moeda. Como o Exército, ou até mais, a moeda é o sinal da soberania nacional. As moedas se relacionam umas com as outras em um sistema monetário internacional e, em consequência, o funcionamento da economia capitalista depende estreitamente da solidez relativa e do funcionamento deste sistema monetário internacional.

#### *Ascensão e declínio do dólar*

Até a I Guerra Mundial, o avanço do capitalismo se traduzia principalmente pela estabilidade do sistema monetário internacional assentado sobre o padrão-ouro. A maior parte das potências imperialistas tinha moedas nacionais conversíveis em ouro. A libra esterlina, divisa da principal potência imperialista da época, a Grã-Bretanha, era tão estável quanto o ouro.

A crise estrutural do capitalismo mundial, aberta em 1914, é reflexo da crise do sistema monetário internacional. Um após outro, os



países abandonaram o padrão-ouro e nenhuma moeda nacional poderia substituir para todos os países o papel cumprido pelo ouro. O mercado mundial segmentou-se em diferentes setores regionais, cada um tendo sua moeda de referência. O comércio mundial se contraiu. A tendência da produção era estagnar ou diminuir.

A crise do sistema monetário internacional estava estreitamente vinculada à concorrência interimperialista exacerbada, ou seja, à ausência de hegemonia de uma potência imperialista. Logo após a II Guerra Mundial, em 1945, esta situação foi provisoriamente resolvida. No mundo capitalista, os Estados Unidos emergiram como potência industrial e militar dominante, sua supremacia financeira correspondia à hegemonia econômica e política.

O sistema monetário se pôs a funcionar sobre a base de um padrão dólar-ouro, o Gold Exchange Standard. O dólar era tão sólido quanto o ouro, conversível em ouro e servia de reserva de moeda a todas as outras moedas. O sistema monetário internacional era, então, relativamente sólido, o comércio mundial passou por um profundo avanço, estimulando a expansão da produção material. Um quarto de século de crescimento econômico acelerado, uma "onda longa expansiva", substituiu o longo período de quase estagnação que se estendeu de 1913 a 1940.

Mas a hegemonia americana não poderia ser eterna, e foi sendo enfraquecida pela reascensão espetacular da potência, inicialmente industrial, depois financeira, de dois dos vencidos da II Guerra Mundial, a Alemanha Ocidental e o Japão — mas também, até certo ponto, pelas potências européias de menor porte.

O avanço dos Estados Unidos em matéria de produtividade de trabalho foi sendo gradualmente erodido, a participação do comércio americano no mercado mundial começou a se reduzir, as exportações européias e japonesas de capitais conseguiram pouco a pouco um avanço paralelo à progressão da exportação de seus produtos industriais e as multinacionais deixaram de ser somente americanas. Tanto quanto americanas e canadenses, elas se tornaram européias ou, mais simplesmente, alemãs, britânicas, suíças, francesas e japonesas.

O balanço de pagamentos americano tem registrado um déficit crônico. As reservas de ouro depositadas em Fort Knox começaram a desvanecer como a neve ao sol — os EUA não puderam conservar a conversibilidade do dólar em ouro e em 1969/72 ela foi suprimida. O sistema monetário internacional estabelecido ao final da II Guerra Mundial, o chamado Sistema de Bretton Woods<sup>262</sup>, desmoronava.

O dólar já não era mais tão "bom como o ouro". Uma desordem crescente tomou conta das cotações de câmbio entre as divisas, com uma instabilidade tão acelerada quanto no período entre as duas guerras, produzindo uma sucessão de variações das taxas de câmbio entre as moedas.

A instabilidade e a insegurança crescentes favoreceram a especulação com relação à produção, aos investimentos de curto prazo, e até mesmo à fugas de capitais dia a dia, o que prejudicava os investimen-

262. Os acordos realizados na Conferência de Bretton Woods em 1944 lançaram as bases do sistema monetário internacional do pós-guerra e, em especial, decidiram a criação do Fundo Monetário Internacional (FMI), mas também estabeleceram que o dólar era doravante a única moeda conversível em ouro.

tos de médio e longo prazos, que são decisivos para o melhoramento e a expansão da produção. O resultado foi um reforço às tendências de queda da taxa de crescimento econômico e de estagnação da produção material. Passamos de uma "onda longa expansiva" para "uma onda longa depressiva", que começou no fim dos anos 60, dura até hoje e ainda durará muito tempo. Ela apresenta muitas analogias com o período entre as duas guerras mundiais.

A economia capitalista, como a natureza, tem horror ao vazio. O declínio do dólar estimulou a elevação de outras divisas, sobretudo do marco alemão e do iene japonês como moedas internacionais, possibilitando que trocas e empréstimos internacionais, obrigações emitidas pelas empresas, por entidades semi-estatais ou estatais fossem expressas nestas moedas. De forma crescente, as transações são lavradas nestas moedas, o que as torna, assim, reserva de outras moedas nacionais.

#### *À procura de um substituto do dólar*

Mas esta ascensão de outras moedas tem sido bastante modesta, abrangendo atualmente ao todo de 10% a 15% dos movimentos de mercadorias e de capitais no mercado mundial. Nem a República Federativa da Alemanha, nem o Japão ocupam um lugar no mercado mundial comparável àquele dos Estados Unidos durante o período 1850/90. Não há uma hegemonia industrial e militar alemã ou japonesa que seja capaz de substituir a americana, isto é, material e politicamente não é possível que o marco alemão ou o iene cumpram um papel idêntico ao do dólar durante a longa fase de expansão que se seguiu à II Guerra Mundial.

À primeira vista, a situação parece diferente se se olhar, não mais a Alemanha Ocidental ou o Japão em separado, mas os seis países que constituíram originariamente a Comunidade Econômica Européia (CEE) — RFA, França, Itália, Holanda, Bélgica e Luxemburgo — ou mesmo os doze países que dela fazem parte atualmente, os seis países fundadores mais Grã-Bretanha, Dinamarca, Irlanda, Grécia, Portugal e Espanha. Esses países ocupam no mercado mundial de mercadorias e de capitais uma posição similar àquela dos Estados Unidos no fim dos anos 50 e no início dos anos 60 e, teoricamente, poderiam criar um novo eixo monetário do comércio mundial e remediar em parte a crônica instabilidade monetária.

Dizemos em parte pois, mesmo que houvesse uma moeda européia comum e uma estabilidade monetária real na Europa, as relações entre esta moeda e o dólar, de um lado, o iene, de outro, sem falar das relações com as divisas das principais potências semi-industrializadas do Terceiro Mundo, tais como Brasil, México, Coreia do Sul, Formosa, África do Sul, continuariam sujeitas a fortes flutuações em função das exigências da concorrência.

Isso explica a constante pressão que se exerce há anos em favor da emergência desta moeda européia que já tem um nome, a ECU, e um início de existência, na fronteira do real e do irreal.

A emergência do Sistema Monetário Europeu fundado sobre a ECU corresponde, além disso, à tendência de consolidação do próprio Mercado Comum. Ela exprime a vontade de grandes trustes,



monopólios, multinacionais e bancos que têm como proprietários, principalmente, europeus, de ver seus interesses sobre o mercado mundial melhor defendidos por uma potência estatal, diante de seus concorrentes americanos, japoneses ou outros, o que não ocorre no caso de Estados-nações manifestamente inadequados às formas internacionais de organização da produção e das finanças capitalistas de hoje.

#### *Emergência e dificuldades do sistema monetário europeu*

Contudo, as próprias condições que favorecem o nascimento da ECU, do Sistema Monetário Europeu, limitam simultaneamente a sua extensão, o seu campo de aplicação e a sua eficácia.

Dissemos que a existência de uma moeda, de uma divisa autônoma, é um dos sinais maiores da soberania nacional no quadro de uma economia mercantil, de uma economia de mercado. É preciso não interpretar o termo "sinal" em um sentido simbólico, ideológico ou mesmo como a expressão da "vontade" de uma classe dominante. Trata-se, sobretudo, de um fenômeno material de poderio, de poder econômico e político de um Estado, ou seja, de sua classe dominante ou de suas classes dominantes.

Para que uma moeda seja verdadeira, é necessário que haja um verdadeiro Estado capaz de defendê-la com todos os meios necessários: reservas de câmbio, sistema alfandegário, política comercial única diante dos concorrentes estrangeiros, controle do câmbio que permita evitar drasticamente ou mesmo interromper a evasão de capitais. Isso implica que haja um banco central único e, portanto, uma política econômica, financeira e social única e, também, um governo real.

O Mercado Comum não dispõe de nenhum destes instrumentos e prerrogativas de um verdadeiro Estado, com exceção do sistema alfandegário comum e de alguns fragmentos de pseudopoderes no que tange a temas como a política agrícola e industrial "comum" e somente em certos aspectos. A CEE ainda não é um verdadeiro Estado, uma verdadeira federação. É um quase-Estado, um semi-Estado, qualquer coisa intermediária entre um Estado e uma simples aliança entre Estados, uma confederação no sentido mais amplo do termo, e o estatuto da ECU reflete em todos os pontos o perfil híbrido e particular da Comunidade Econômica Européia (CEE).

Os países-membros do Mercado Comum, e sobretudo o mais poderoso deles, a RFA, não quiseram nem ousaram dispor de forma comum suas reservas de câmbio. De cara, eles não criaram uma verdadeira moeda comum. Cada um dos doze países conserva sua moeda nacional. A ECU é em seu início apenas uma unidade de cálculo europeu.

O Sistema Monetário Europeu não suprimiu as flutuações das taxas de câmbio entre os doze países-membros da Comunidade Econômica Européia, mas simplesmente limitou a amplitude destas flutuações em 2,25%, e esta limitação atinge somente sete divisas: marco alemão, florim holandês, franco francês, franco belga-luxemburguês, lira italiana, coroa dinamarquesa e libra irlandesa. Além disso, Grã-Bretanha, Espanha, Portugal e Grécia não fazem parte do SME. As flutuações das taxas de câmbio no quadro do SME são, portanto, simplesmente tornadas um pouco mais difíceis, isto é, atrasa-

das. Pois quando os bancos centrais têm de comprar muitas divisas externas ou em ouro para manter as diferenças de paridades em um limite compreendido entre 2% e 2,25%, elas terminam por se tornar evidentes e se opera, então, um ajustamento das taxas de câmbio, até mesmo no interior do SME. Já houve onze após a criação do SME em 1979, uma décima segunda é esperada ainda para este ano.

A ECU não é ainda uma moeda de fato, mas sim uma simples média das sete moedas que funcionam como tal, na medida em que os Estados que as emitem continuam sendo Estados e que entre as classes capitalistas que os dominam ainda existe uma verdadeira concorrência.

Mas, além disso, seria errôneo supor que a ECU está condenada a ser uma simples unidade de cálculo. No momento atual, empréstimos internacionais são emitidos em ECU, esta quase-moeda que já se tornou um instrumento monetário para o movimento internacional de capitais. Menos estável que o marco alemão, o franco suíço ou o florim holandês, ela é mais estável que o franco francês, a lira italiana ou a libra esterlina britânica, mas também que o dólar americano ou canadense. Toda uma categoria de capitalistas internacionais tem, portanto, interesse em ver diversificar-se as funções e os usos da ECU.

Isto interessa também aos capitalistas da Alemanha Ocidental, pois se a ECU, enquanto média de sete divisas, é menos sólida que a mais forte dentre elas, o marco alemão, o emprego crescente da ECU reduz as pressões sobre esta última para que ela cumpra uma função internacional e reduz, portanto, os riscos de especulações sobre esta divisa, ou seja, igualmente os riscos de crise monetária na RFA.

Em função disso, há uma tendência ao reforço do Sistema Monetário Europeu, isto é, à transformação da ECU de uma quase-moeda em uma verdadeira moeda. Para que se realize esta tendência, é necessário ter em comum uma parte de reservas de câmbio dos sete países-membros do SME e de países que aderirem a ele no futuro. Isso indica os riscos que correm os mais ricos, sobretudo a RFA.

Todo déficit adicional do balanço de pagamentos da França ou da Itália — ou amanhã da Grã-Bretanha — seria em parte apurado pelo ouro e pelos dólares ou pelos ienes que estão hoje em propriedade da RFA e da Holanda.

O sinal exterior do sucesso da ECU seria a amplitude das faturas de importação e de exportações dos países-membros do SME lavradas em ECU e não mais em dólares ou em marcos alemães, ienes, libras esterlinas, francos franceses etc.

#### *As duas fontes da crise monetária atual*

A crise monetária atual — cujos ajustamentos das taxas de câmbio dentro do SME em 12 de janeiro de 1987 são apenas uma das últimas manifestações — é em geral atribuída à instabilidade crônica do dólar, ou seja, a sua queda a longo prazo, apesar das altas espetaculares como as de 1983/84, o que, evidentemente, não é falso.

A febre de janeiro de 1987 nos mercados de câmbio foi causada mais particularmente pela queda do dólar, incitando os especuladores de divisas a comprar massivamente marcos alemães e florins. Assim propiciou-se uma elevação das cotações destas divisas, não somente com re-

lação ao dólar mas também ao franco francês, e crescentes tensões surgiram no SME.

A economia americana sofre de uma fraqueza estrutural profunda devido à desapareição de suas vantagens em matéria de produtividade tanto industrial como agrícola, entre outras, em face do trigo argentino e da soja brasileira, o que torna crônico o déficit de sua balança comercial, atualmente de cerca de 200 bilhões de dólares por ano, e seu crescente endividamento com relação ao Japão e à Europa capitalista. Lembremos que este endividamento supera o de todo o Terceiro Mundo diante dos países imperialistas.

O endividamento dos Estados Unidos só pode ser coberto se os credores japoneses e europeus aceitarem reter créditos nos Estados Unidos, sob forma de obrigações, certificados do Tesouro, depósitos nos bancos americanos lavrados em dólares etc, o que se fará apenas se a relação destes créditos for superior à relação dos haveres estabelecidos em marcos alemães, francos suíços, ECU, ienes etc. Isso exige, portanto, uma taxa de juros mais elevada nos Estados Unidos do que na Europa e no Japão.

Mas semelhante aumento da taxa de juros favorece os deslocamentos parasitários nas praças financeiras americanas, a especulação e o entesouramento à custa do investimento produtivo, ao mesmo tempo em que prejudica o crescimento da produtividade americana, a competitividade de sua indústria e de sua agricultura e aumenta, assim, a prazo o déficit da balança comercial, ou seja, a necessidade de créditos externos. Manifestamente, a economia capitalista americana se encontra envolvida em um círculo vicioso.

Além disso, para combater o déficit do comércio exterior, a burguesia americana procura fazer baixar a taxa de câmbio do dólar. Desde o início de 1986, seu valor caiu 40% em relação ao marco alemão e ao iene.

Isso favoreceu um pouco as exportações americanas, mas em quase nada diminuiu as importações, encorajadas pela expansão monetária e pela inflação, estimulada no mercado interno americano pela inchação dos gastos militares e pelo enorme déficit orçamentário que eles geram. Mas, em troca, a queda do valor do dólar significa uma enorme perda de capital para os credores estrangeiros dos Estados Unidos. Eis por que estes exigem, em compensação, um seguro de risco de câmbio incluído nas taxas de juros rendidas pelas alocações em dólares. Eles exigem, portanto, uma vez mais o aumento das taxas de juros nos Estados Unidos — de novo, a economia capitalista americana parece presa no mesmo círculo vicioso.

Não é preciso falar das incidências que têm sobre o dólar o endividamento do Terceiro Mundo e o endividamento da economia privada americana: no total, 8 trilhões de dólares de dívidas lavradas em dólares! Os riscos de *crash* são evidentes.

Mas seria um erro considerar que a desordem monetária atual é simplesmente o resultado da crise do dólar e do endividamento do Terceiro Mundo. Ela tem também fontes próprias na Europa capitalista e terá no futuro no Japão.

A estabilidade do Sistema Monetário Europeu deriva da estabilidade de seus países-membros. A lei do encadeamento é aqui plenamente aplicável: uma cadeia tem igualmente o seu elo mais frágil.

Elos fracos não faltam na CEE. O declínio industrial da Grã-Breta-

na é a causa fundamental das hesitações de Margaret Thatcher em se juntar ao SME. França e Itália registram hoje real ou potencialmente um grave déficit de sua balança comercial, sem falar de seu déficit orçamentário crônico e acentuado. A Espanha tem uma taxa de desemprego superior a 20%. A França está exposta a uma nova crise social. Se a RFA e o Japão parecem desfrutar uma boa saúde monetária, a cotação elevada do marco alemão e do iene pode se tornar um fator de instabilidade econômica. Já que estes dois países dependem fortemente de suas exportações, uma elevação da taxa de câmbio de sua divisa nacional ameaça suas exportações, o que já arrastou o Japão para uma recessão. Amanhã, pode ser a vez da RFA.

A disparidade das situações econômicas internas e externas assim como das situações sociais das principais potências imperialistas membros do SME é igualmente um dos componentes da instabilidade monetária internacional. À base desta, encontramos um desenvolvimento desigual e combinado das diferentes potências imperialistas, ou seja, a exacerbação da sua concorrência. E a exacerbação da concorrência interimperialista, que engloba igualmente os países do Terceiro Mundo, é fundamentalmente o produto do agravamento da longa depressão econômica que atinge a toda a economia capitalista internacional.

#### Que é a ECU?

A ECU é definida por uma média ponderada do conjunto das moedas da CEE. Esta ponderação é calculada tendo como base a importância das trocas comerciais comunitárias de cada país. Esta relação entre as moedas européias dentro da ECU é revisada ou a cada cinco anos, ou logo que o peso de uma das divisas varia mais de 25% ou ainda assim que surgir uma nova moeda em função do aumento da comunidade. A ECU é cotada em um certo número de grandes praças financeiras internacionais. As emissões em ECU representaram em 1985 mais de 7 bilhões de dólares, logo depois do marco alemão (9,5 bilhões de dólares), mas ainda longe do dólar americano (86 bilhões de dólares), tornando-se, assim, um instrumento de alocação inegável. A composição da ECU é dada pela Tabela seguinte:

Divisa	Quantidade de divisas na ECU (fixo)	Peso das divisas em 10 de out.86 (variável) em %
Marco alemão	0,719	34,5
Franco francês	1,31	19,2
Libra esterlina	0,0878	12,0
Lira italiana	1,40	9,7
Florim holandês	0,256	10,9
Franco belga	3,71	
Franco luxemburguês	0,14	8,9
Coroa dinamarquesa	0,219	2,8
Libra irlandesa	0,00871	1,1
Dracma grego	1,15	0,8

No dia 4 de agosto de 1986, data do penúltimo reajuste monetário do Sistema Monetário Europeu (SME), a ECU valia 6,87316 francos

franceses, 43,1139 francos belgas e 2,11083 marcos alemães em suas respectivas praças.

O SME define para cada divisa um valor mínimo e máximo, de um lado, e, de outro, uma paridade central. Essa margem é de mais ou menos 2,25% em torno da paridade central, com exceção da lira italiana, que pode variar 6%. Os bancos centrais são forçados a intervir a cada vez que as flutuações monetárias estiverem a ponto de transpor estes limites de uma ou mais moedas e a paridade central também deve ser revisada quando da decisão de valorizações ou desvalorizações de uma ou várias moedas.

As paridades centrais são fixadas com relação à ECU. As paridades centrais relativas entre duas moedas do SME é a relação das paridades respectivas destas duas divisas com relação à ECU. Assim, retomando o caso do franco francês e do marco alemão, a paridade central do franco com relação ao marco, em 4 de agosto de 1986, em Paris, era de 6,87316 / 2,11083 (x 100), ou seja, 325,61 francos franceses.

Mas, entre as dez divisas que compõem a ECU, duas não participam do Sistema Monetário Europeu, a famosa "serpente" — a libra esterlina e o dracma grego.

Apesar de as moedas britânica e grega não fazerem parte do SME, elas têm de fato uma paridade central implícita com relação às outras moedas em função de sua integração à ECU. Todos os reajustes do SME se traduzem da mesma forma por um reajuste destas duas moedas. Assim, no dia 4 de agosto de 1986, houve um rearranjo no SME através de uma desvalorização da libra irlandesa de 6,8% e uma valorização de todas as outras moedas de 1,3%, a libra esterlina sofreu uma desvalorização implícita de 13,5% e o dracma, de 36,9%.

19 de janeiro de 1987

## CRISE MONETÁRIA E CONCORRÊNCIA IMPERIALISTA

Os mercados de câmbio estão nervosos. O dólar está em queda livre: assiste-se a uma ascensão do ouro. Como se deve avaliar este novo episódio da crise financeira?

A desvalorização do dólar com relação ao iene e a outras moedas do Sistema Monetário Europeu (*ver Capítulo XXXI*) é simplesmente uma arma da guerra comercial que o imperialismo americano desencadeou contra seus principais concorrentes, ou reflete uma crise financeira mais profunda desse imperialismo e do conjunto do sistema monetário internacional, que não está ainda totalmente desvinculado do dólar?

« O problema da dívida em dólares não é somente — nem mesmo em primeiro lugar — um problema dos países ditos do Terceiro Mundo. Com certeza, estes últimos, com 1 trilhão de dólares em dívidas, são particularmente vulneráveis, dada a relação entre tal endividamento e seus rendimentos de exportação ou, melhor ainda, sua renda nacional.

Isso não impede que esse 1 trilhão de dólares represente apenas 15% do montante global das dívidas em dólares, ao qual seria necessário acrescentar as dívidas em outras divisas conversíveis, que se elevam no total a 7,5 bilhões de dólares ou talvez 8 bilhões. Finalmente, 60% da população mundial (se se incluir a República Popular da China) é responsável somente por 15% do total da dívida. "Apenas se empresta aos ricos" — mais do que nunca o provérbio é válido.

*A montanha da dívida começa a se mexer*

O endividamento externo de outras potências imperialistas (por exemplo, a dívida externa da França varia entre 55 bilhões de dólares e 60 bilhões); o das famílias nos Estados Unidos, onde de 15% a 20% das compras se faz a crédito; o das empresas (toda a vaga de fusões e da OPA que se efetuou nos últimos anos nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha foi financiada pelo crédito) e o crescimento rápido da dívida pública americana — eis as fontes suplementares do endividamento mundial, ao lado das dívidas do Terceiro Mundo e dos países ditos socialistas.

Durante 1976/80, foi sobretudo a dívida do Terceiro Mundo e dos Estados operários burocratizados que cresceu proporcionalmente mais do que a global, o que permitiu amortecer um pouco os efeitos da recessão de 1974/75, a ponto de "a ajuda ao Terceiro Mundo" aparecer como uma ajuda às indústrias exportadoras dos países imperialistas.

No período 1983/85, foi sobretudo a dívida dos grandes trustes americanos e britânicos que cresceu. Mas, progressivamente, foi a dívida pública americana que tomou o lugar para com isso evitar a crise da economia capitalista internacional. A corrida armamentista de Ronald Reagan e o déficit colossal do balanço de pagamentos americanos inundaram os Estados Unidos e o mundo de dólares.

Com a lei da oferta e da procura atuando sobre o mercado de câmbios "flutuantes" — ou seja, sem paridade fixa entre divisas — determinando as cotações recíprocas das divisas, era inevitável que o dólar retomasse a sua queda livre, inicialmente revertida entre 1980 e 1984. É o que se passa desde 1985.

A mecânica objetiva que está na base desse movimento não deve ser subestimada. Aparece claramente se se contempla o "sistema monetário" de um ponto de vista mundial: mostra-se como tendo quatro pólos — o dólar, o iene, o marco alemão e suas moedas européias satélites, e as do Terceiro Mundo e dos países ditos socialistas.

Há algumas moedas que ocupam posição intermediária, tal como a libra esterlina que oscila entre o dólar e as moedas do Sistema Monetário Europeu; o won sul-coreano e o dólar de Formosa<sup>263</sup>, que oscilam entre o dólar e o iene; o rial saudita, que se desloca com relação ao dólar etc. Mas, no essencial, é bem de um sistema quadripolar que se trata.

No entanto, se o dólar perde rapidamente seu valor relativamente ao iene e às moedas européias, tal não é o caso das moedas dos países do Terceiro Mundo, inclusive as dos países semi-industrializados, com a exceção — mas por quanto tempo ainda? — da Coreia do Sul e de Formosa. Mesmo quando suas balanças comerciais são credoras com relação aos Estados Unidos, esses países conhecem uma taxa de inflação superior à inflação dos Estados Unidos<sup>264</sup>. A demanda — a escassez — de dólares com objetivos de investimentos e de entesouramento (fraude, salvaguarda de fortunas privadas) continua constante. Em consequência, as moedas desses países se desvalorizam sem cessar em relação ao dólar, mesmo no "mercado negro" e no "mercado cinzento" dos países chamados socialistas, e a atual queda do dólar, assim como a alta das taxas de juros que a acompanha, não lhes beneficia quase nada.

#### Guerra comercial e guerra financeira

Há, portanto, na queda do dólar com relação ao iene e a outras moedas européias algo de incontrolável, além dos planos da administração Reagan. Uma enorme bola-de-neve foi colocada em movimento, ninguém pode detê-la, ou pelo menos, detê-la completamente.

Para o grande público, a queda do dólar aparece sobretudo como um meio de o imperialismo americano aparar o déficit catastrófico de sua balança comercial, deter a inundação do mercado dos Estados Unidos de bens industriais provenientes do exterior, inclusive de países como Formosa, Coreia do Sul, Brasil, com os quais os EUA têm atualmente uma balança deficitária para produtos manufaturados — produtos que, o que é pior, em sua maior parte não são importações originárias de sucursais dos trustes americanos estabelecidos no exterior.

Um dólar em cotação muito baixa significa uma queda dos preços dos produtos americanos com relação aos preços dos produtos japoneses e europeus e — supõe-se — uma queda das importações e

263. O dólar de Formosa subiu 20% em relação à dívida americana. Formosa possui hoje reservas de câmbio de um contravalor de mais de 50 bilhões de dólares. Neste plano, se coloca, portanto, na terceira colocação mundial, depois da RFA e do Japão, mas antes dos Estados Unidos, da França, da Itália, da Holanda, da Grã-Bretanha etc.

264. A inflação se propaga no atual momento no Brasil ao ritmo de 80% ao ano, para não tomar senão esse exemplo.

uma alta das exportações dos Estados Unidos, até que este equilíbrio da balança comercial se estabeleça em um ano, ou dois, talvez três, ninguém ousa fazer um prognóstico preciso.

#### Principais déficits comerciais dos EUA em 1986 (em bilhões de dólares)

Japão	-58,6
Canadá	-23,3
Formosa	-15,7
RFA	-15,6
Coreia do Sul	-7,1
Itália	-6,5
Hong Kong	-6,4

Fonte: International Herald Tribune, 11 de mai. 1987.

Há, sem dúvida, uma parte de verdade nessa análise, mas somente uma parte. O sucesso do projeto da administração Reagan é incerto. Esse plano reflete um deslocamento súbito e significativo das preocupações — e do peso — dos banqueiros e especuladores de Wall Street para os do grande capital industrial<sup>265</sup>. Mas, sobretudo, todo esse cenário deve ser revisto e corrigido no contexto das reações previsíveis dos principais concorrentes do imperialismo americano — os imperialismos japonês e alemão-ocidental.

A imagem que se depreende em definitivo é bem mais complexa do que os aprendizes de feiticeiro da Casa Branca imaginaram.

Foram os capitalistas japoneses que financiaram, no essencial, o déficit da balança comercial dos Estados Unidos durante os últimos anos subscrevendo massivamente os empréstimos públicos americanos.

As exportações de capitais japoneses se elevaram em 1986 a 145 bilhões de dólares brutos (e a cerca de 100 bilhões de dólares líquidos), dos quais 47 bilhões em compra de obrigações do Estado americano. Porém essas compras diminuíram rapidamente: de 56,4% do conjunto de obrigações compradas no exterior no primeiro trimestre para 38,5% no quarto trimestre. Em março de 1987 tal queda se acentuou: somente 2,5 bilhões de dólares de obrigações americanas foram comprados (*Far Eastern Economic Review*, 16 de abr. 1987).

O Japão alterou drasticamente a situação para se tornar o primeiro credor do mundo. Em 1981, detinha apenas 11 bilhões de dólares em haveres líquidos no exterior, enquanto os Estados Unidos detinham 140 bilhões. Hoje, o Japão possui 200 bilhões, ao passo que os Estados Unidos são devedores mundiais.

Não há nisso nada de anormal para a história do capitalismo. Marx já assinalava no século XIX que os burgueses ingleses financiavam uma parte das exportações britânicas emprestando capital-dinheiro aos clientes da Grã-Bretanha. Os Estados Unidos haviam feito o mes-

265. Como a ideologia reflete em geral as preocupações das classes dominantes, eis que aparece uma obra de sucesso nos Estados Unidos sobre a "reindustrialização": Cohen, Stephen e Zysman, John, *Manufacturing Matters, the Myth of the Post-Industrial Economy*, Nova York, Basic Books, 1986.



mo com seus clientes europeus na época do Plano Marshall, após a II Guerra Mundial.

Contudo a libra esterlina do século XIX e o dólar de 1948 eram moedas estáveis, "boas como o ouro". Mas o dólar, hoje, está em vias de desvalorização. No espaço de um ano, os proprietários japoneses de bônus do Tesouro americano perderam de 30% a 40% do valor de seu capital apenas em função da perda de valor do dólar com relação ao iene. Continuarão, nessas condições, a subscrever, mês após mês, as emissões americanas? Nada menos seguro.

Na realidade, assiste-se a um duplo movimento de chantagem por trás da cortina de fumaça da "guerra comercial", das medidas protecionistas contra os produtos eletrônicos japoneses tomadas pela administração Reagan.

De um lado, como todo grande credor, o Japão deve tremer diante da idéia de que a cotação de câmbio do dólar continuará o seu lento declínio. Ao final de outro ano, mais 30% desse capital poderia se evaporar! Mas, por outro lado, o Japão pode também fazer tremer os Estados Unidos: se a queda do dólar se mantém, é o conjunto dos haveres líquidos ou semilíquidos em dólares que eles detêm que os capitalistas japoneses poderiam de um só golpe lançar no mercado. Isso provocaria não somente o desmoronamento do dólar como a insolvabilidade do sistema bancário americano, já em má situação. Com a taxa de câmbio atual, não há mais um só banco americano entre os dez maiores do mundo, cuja maioria é, aliás, japonesa.

Essa não é a única arma de retaliação de que dispõe o imperialismo japonês. De um lado, um iene e um marco alemão caros; de outro, um dólar barato, o que significa que os terrenos, os bens imobiliários e as empresas americanas são baratas para as burguesias japonesa e alemã. É, portanto, o momento de comprar em massa empresas nos Estados Unidos, principalmente no domínio da tecnologia avançada. Os capitalistas japoneses e alemães não se abstêm.

Surge, então, a chave da questão: vivemos a época imperialista, não a do capitalismo liberal de livre concorrência. O imperialismo americano não pode tolerar a "desindustrialização" de seu país, o que implicaria uma dependência crescente dos Estados Unidos em relação aos produtos de alta tecnologia, inclusive os militares, importados ou de propriedade externa (Japão, Coreia do Sul e até RFA).

Isso seria insuportável para o grande capital americano. Quando os japoneses compraram um dos principais trustes eletrônicos "sofisticados" americano — a Fairchild — Washington disse "não". Mas, como na época imperialista é o capital financeiro que decide em última instância, não se podem salvar as fábricas americanas sem se salvar o dólar, acima de tudo o dólar dos bancos americanos. Daí decorre a escolha dilacerante diante da qual está colocado o imperialismo americano: a pressão política, a chantagem militar — inclusive a ameaça de redução da presença americana no Japão e na Europa — não podem decidir por si; a batalha decisiva se travará no terreno industrial e financeiro.

Isso é a tal ponto verdade que a administração Reagan, no mesmo momento em que impõe direitos alfandegários elevados a certos produtos japoneses, se vê obrigada a fazer elevar a taxa de juros sobre seus empréstimos públicos. Sem tal "seguro contra as perdas do câmbio" — uma distância de 6% entre as taxas de juros nos Estados Unidos e as

no Japão —, os capitalistas japoneses não subscreveriam mais as obrigações americanas<sup>266</sup>. "As instituições financeiras japonesas afirmam de maneira insistente que se as taxas de juros a longo prazo não se elevarem ao menos a 9,25 %, eles não serão mais grandes compradores como no passado" (*Business Week*, 11 de mai. 1987).

A partir de então, os Estados Unidos somente poderiam cobrir o déficit de sua balança comercial liquidando o que resta de ouro no Forte Knox e os haveres americanos no exterior.

Entretanto, a elevação das taxas de juros — conjugada à retomada da inflação nos EUA — acentuou a tendência para a recessão nesse país, a qual não encoraja a "reindustrialização", longe disso. Vê-se o dilema. Porém, por sua vez, o Japão aparece como gigante de pés de barro, se permanecer o contexto de crise monetária e de (mini?) recessão internacionais. Em primeiro lugar, a alta do iene com relação a todas as outras divisas torna as exportações japonesas bastante vulneráveis; recuam em volume mesmo se crescem em valor; tornam-se cada vez menos competitivas em relação às da Coreia do Sul, de Hong Kong, do Brasil ou mesmo de Formosa.

#### *A crise bate à porta do Japão*

Em conseqüência, todo o enorme excedente comercial japonês está concentrado em três setores: do aço, automobilístico e de aparelhos eletrônicos. A concorrência é feroz: a expansão da demanda mundial tende a zero ou torna-se negativa. Duas reações prevalecem, assim, em Tóquio. Em primeiro lugar, a retomada da demanda interna — e é necessário saber que o nível de vida das massas japonesas, sobretudo em matéria de habitação e de segurança social, é ainda inferior em 25% ao dos Estados Unidos e ao dos países europeus mais ricos. Mas, como a dívida pública japonesa é bastante elevada, tal relance certamente estimularia a inflação e minaria ainda mais a competitividade internacional das empresas nipônicas. Segunda solução: o aprofundamento da exportação de capitais, mais massiva para os Estados Unidos e para a Europa, bem como para o Sudeste e Sul da Ásia, para certos países da América Latina, ou mesmo para alguns Estados operários burocratizados, acima de tudo a China.

No campo dos magnetoscópios, por exemplo, os japoneses produzem 1,9 milhão de aparelhos na Europa contra 1,7 milhão produzidos pelas empresas européias (*Business Week*, 13 de abr. 1987). Mas os sul-coreanos ocupam 10% do mercado; vendendo à metade do preço, sua participação tende a aumentar.

Tal deslocamento massivo de investimentos produtivos para o exterior pode acentuar a recessão que começou no Japão e causar uma grave expansão do desemprego, o que não encorajaria em nada as importações americanas.

A conseqüência imediata dessa escolha dolorosa é a de que a elevação do iene se traduz no próprio Japão por um plethora de capitais-dinheiro e por banqueiros desesperados em busca de novas alo-

266. Às vésperas da última venda nas ofertas mensais de bônus do Tesouro americano, Wall Street e Washington estavam bastante inquietos: "Comprarão, não comprarão?" Finalmente, os japoneses compraram, mas somente 20% do volume habitual (*International Herald Tribune*, 4 de mai. 1987; *Sunday Times*, 10 de mai. 1987).



cações. Tendo em vista o clima que prevalece na economia capitalista internacional, é a especulação acelerada da Bolsa que foi desencadeada. A capitalização dos títulos na Bolsa de Tóquio supera a de Wall Street na taxa de câmbio iene/dólar atual: 2,75 trilhões de dólares. Por sua vez, essa enorme vaga de especulação é principalmente financiada a crédito. Os pequenos investidores da Bolsa de Tóquio compram a crédito oferecendo como garantia as ações adquiridas. Mas estas atingem uma cotação vertiginosa: 70 vezes os dividendos rendidos por tais ações! (*Financial Times*, 28 de abr. 1987). Além disso, uma boa parte das compras de obrigações a longo prazo no exterior se efetua igualmente por créditos (dólares comprados a curto prazo) concedidos pelos bancos.

Estes devem, portanto, por sua vez se endividar pesadamente no exterior. De acordo com as estatísticas do Banco do Japão, relatadas na *Far Eastern Economic Review*, de 9 de abril de 1987, no final de 1985, o setor privado do Japão detinha obrigações e ações estrangeiras para 146 bilhões de dólares, mas devia 161 bilhões em divisas a curto prazo no exterior.

O risco de um *crash* bancário, como ocorreu em 1929 em Wall Street, poderia, então, surgir da insolvabilidade dos grandes devedores do Terceiro Mundo, do desmoronamento do dólar ou de um *crash* na Bolsa de Tóquio.

Importa enfatizar que a concorrência no mercado mundial — não mais em expansão — é determinada, em última análise, pela lei do valor, ou seja, pelo movimento a médio e a longo prazos da produtividade do trabalho nos principais países envolvidos. A esse respeito, o declínio relativo dos Estados Unidos continua surpreendente (como ressalta o Gráfico XI, sobre a evolução da balança comercial americana).

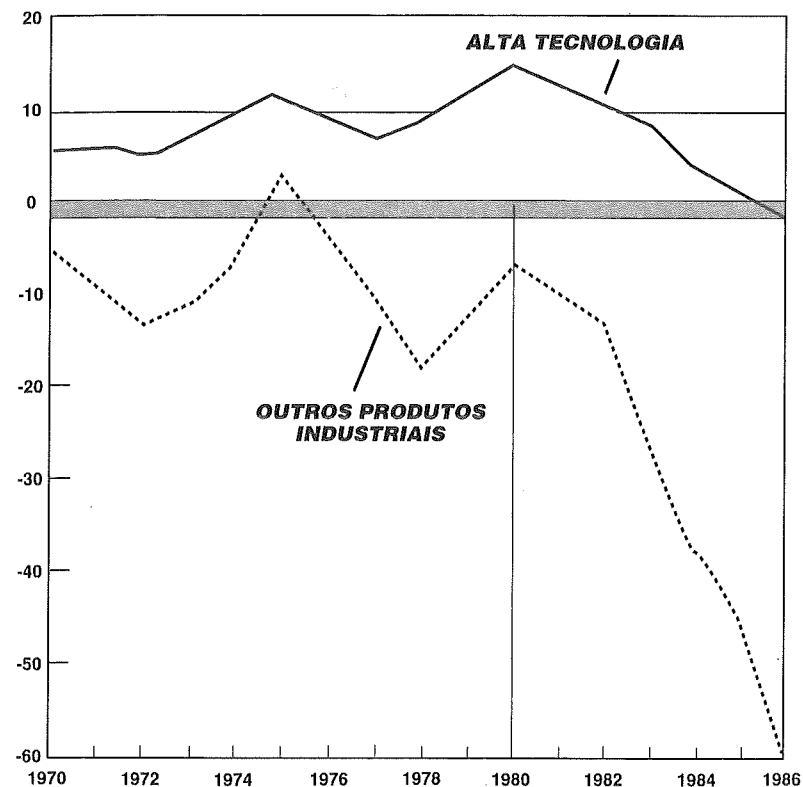
É verdade que, a princípio, nenhuma potência capitalista tem interesse a longo prazo em estrangular a expansão do comércio mundial através de medidas protecionistas. Cada uma delas terminaria por sofrer, conseqüentemente, contrações de seus mercados, salvo talvez o mais competitivo. Por isso as vozes que se acautelam em relação a uma extensão da guerra comercial não param de se ampliar<sup>267</sup>. Não é por acaso que é sobretudo na Alemanha que as advertências nesse sentido se multiplicam (*Die Zeit*, 8 de mai. 1987). De todas as grandes potências imperialistas, é a que depende mais das exportações.

Mas reabsorver o déficit comercial sem guerra comercial, apenas pelo jogo da queda das taxas de câmbio e da "reflação" na RFA, é também desferir um golpe muito duro às exportações alemãs e às dos outros países da Europa. Com uma economia capitalista internacional em recessão, como as exportações americanas poderiam ter um verdadeiro avanço? Isso é literalmente a "quadratura do círculo".

Uma outra dimensão da concorrência capitalista internacional e da "guerra comercial" não deve ser ocultada. Cada burguesia "nacional"

267. Eis uma observação interessante do *Japan Economic Journal*, de 16 de maio de 1987: "As instituições financeiras japonesas enfrentam um jogo financeiro... criado por um excesso de liquidez. Enquanto sofrem uma grande pressão para emprestar, não há senão um círculo restrito de tomadores de empréstimos", explica um analista do departamento bancário do Bank of Japan. "Eles não têm praticamente outra escolha a não ser emprestar aos Estados Unidos".

GRÁFICO XI  
Saldo negativo  
(em bilhões de dólares, valor 1972)



Fonte: Le Monde, 1º de abr. 1987.

— a dos países do Terceiro Mundo e a dos semi-industrializados, tanto como a dos imperialistas — esforça-se constantemente para que os assalariados de seus países paguem os custos de uma competitividade internacional crescente das empresas.

#### *Exportar a austeridade e o desemprego?*

As ocasiões e os pretextos para alcançar isso não faltam: receituário do Fundo Monetário Internacional (Brasil), obrigação premente de assegurar o serviço da dívida (México), manutenção de uma "economia aberta" (França sob a União de Esquerda), redução drástica da taxa de inflação (Grã-Bretanha sob Thatcher ou Espanha sob Felipe Gonzalez), quando o pretexto inicialmente não foi a alta dos preços do petróleo, depois sua queda, ou ainda a redução do déficit das finanças públicas (Bélgica sob os diferentes governos Martens). Mas o resultado é sempre o mesmo: competitividade crescente no mercado mundial (para as exportações), perseguida por uma compressão dos custos salariais.

Deixar-se envolver nesse terreno, como o fizeram numerosas burocracias sindicais no mundo inteiro, é extremamente perigoso. Não há limite algum para a diminuição dos salários e a ampliação do desemprego, a não ser não-reprodução fisiológica da força de trabalho, ou seja, a morte pela fome pura e simples. De acordo com o *Sunday Times*, de 19 de abril de 1987, um operário não-especializado das minas de cobre de Kitue, em Zâmbia, recebe hoje um salário inferior a 3 dólares por semana por 84 horas de trabalho semanal. É verdade que isso ainda não acontece na Europa, no Japão ou nos Estados Unidos. A resistência operária continua tenaz. As conquistas operárias consomem-se lentamente. Contudo tal fato não impede que essa perda seja efetivamente real nos EUA, onde o poder de compra dos salários é inferior 14% ao que era em 1973, situando-se até ligeiramente mais abaixo do que em 1962 (*Financial Times*, 13 de mai. 1987). A "competitividade" da indústria americana nunca foi tão baixa!

A burguesia procura, acima de tudo, com furor, ampliar internacionalmente o modelo de uma "sociedade dual", originário do Japão e do Leste da Ásia, onde se colocam, lado a lado, um setor ultramoderno relativamente protegido e bem remunerado e um "arcaico" (bem como uma infra-estrutura social) de salários e condições de trabalho miseráveis, com baixa composição orgânica de capital e taxa de superexploração elevada.

Revelando o luxo ostentado pelos novos-ricos de Formosa, *Business Week*, de 13 de abril de 1987, enfatiza: "*Mas as ruas nas quais rodam os automóveis não são as de uma nação industrializada moderna. As ruas de Taipé são poluídas, as calçadas cheias de pontos de prostitutas. Uma fumaça negra nauseabunda escapa de ônibus antiquados. Os passeios, cheios de buracos, são obstruídos por uma multidão de motocicletas que aí são guardadas. Em Taipé, uma fábrica é freqüentemente um pequeno pátio interno onde os trabalhadores se ocupam seis dias por semana em uma luz fraca e sem ar condicionado*".

Uma política de ingênuos quer salvar o emprego através de protecionismo e de concessões salariais, o que desencadeia um movimento internacional infernal de espiral descendente de "custos salariais", que termina por pauperizar todos os assalariados do mundo capitalista.

Mais vale resistir conjuntamente, em todos os países, a toda política de austeridade e lutar contra o desemprego através de uma guerra internacional por uma redução radical da semana de trabalho, sem diminuição dos salários. Mais vale anular de um só golpe as dívidas do Terceiro Mundo do que encorajar-lhe a queda dos salários. Mais vale lutar por soluções anticapitalistas diante da crise e por uma perspectiva socialista continental e mundial do que prosseguir no caminho do abismo: o desemprego massivo e prolongado, a regressão social, a pauperização, a "sociedade dual", o Estado forte, o movimento operário desagregado e a guerra.

20 de maio de 1987

6/19/87

O regime capitalista recebeu um golpe bastante duro a partir do dia 19 de outubro. É necessário, antes de tudo, afastar a idéia de que há uma desconexão entre o que se passou (na bolsa) e o que se passa no que certos analistas denominam economia real. A bolsa teria estado doente, desde a sua queda, a economia real estaria sadia, daí resultando perspectivas encorajadoras.

Isso é totalmente ilógico. Para compreender até que ponto isso é ilógico, é suficiente citar duas cifras-chave sobre as perdas sofridas pelas bolsas desde o dia 19 de outubro. Apenas os americanos detentores de ações, somente nos Estados Unidos, perderam 1,1 trilhão de dólares em duas semanas, mais do que toda a dívida do Terceiro Mundo acumulada há vinte anos. Os detentores de ações no conjunto dos países imperialistas perderam, nas mesmas duas semanas, 1,6 trilhão de dólares, equivalente a 80% de toda a dívida pública dos Estados Unidos. É completamente absurdo considerar que esse é um fenômeno exclusivo da bolsa sem nenhuma incidência sobre a economia. Todos os economistas sérios, com razão, enfatizaram que tais perdas gerariam seguramente reduções do consumo.

Muito mais importante que as reduções do consumo é, seguramente em consequência das perdas na bolsa, a redução dos investimentos das empresas. A este respeito, há um segundo mito que é preciso superar, o de que as perdas ocasionadas pela queda das ações na bolsa são simplesmente perdas no papel, perdas contábeis, já que nenhuma pessoa é obrigada a vender ações que têm cotação muito baixa. Afora o fato de que muitas dessas ações foram vendidas, que perdas foram registradas, esquece-se facilmente que são ações de sociedades bastante reais, industriais, bancárias, de transporte etc e que constituem uma fração não desprezível dos haveres dessas sociedades. Em consequência das perdas sofridas pela bolsa, essas sociedades viram modificar-se a relação entre seus haveres e suas dívidas, o que quer dizer que o recurso ao crédito e, portanto, suas possibilidades de financiar a crédito investimentos foram severamente abaladas.

#### *Cotações inteiramente irracionais*

Não somente o que se passa na bolsa tem consequências sobre a economia real, mas tem também causas que não têm nada a ver com um fenômeno puramente da bolsa. Afirma-se, e formalmente é justo, que a causa imediata da queda das cotações na bolsa foi a alta das taxas de juros que os Estados Unidos conheceram no curso das semanas e dos meses que precederam o dia 19 de outubro. A taxa média, se se pode chamar de média, pois há muitas taxas de juros diferentes, passou de 7,5% para pouco mais de 10%. É uma simples regra de três que

é aplicada. É verdade, de um ponto de vista bastante geral, teórico, que a cotação das ações na bolsa é a capitalização dos dividendos, dos rendimentos dessas ações com relação à taxa de juro média. Há aí um movimento automático: se a taxa de juros sobe, a cotação das ações cai. E, pode-se acrescentar, é ainda verdade, que certas bolsas, sobretudo as de Tóquio, Hong Kong e Nova York, atingiram níveis completamente absurdos, irracionais. Na bolsa de Nova York, as cotações haviam subido até o ponto em que o dividendo médio não dava mais que 2,5%. Em Tóquio, as cotações haviam subido ao ponto em que o rendimento de uma ação era de 1,5%. Essas duas porcentagens são inferiores àquela que se refere a um simples depósito a prazo em um banco.

Continuar a comprar ações nessas condições não tinha mais nenhum sentido razoável do ponto de vista de rendimento. Era uma operação puramente especulativa, na esperança de que os valores continuassem a subir, sem relação alguma com o rendimento das ações. Portanto, pode-se dizer tecnicamente que uma virada era inevitável, que a queda era inevitável e o fenômeno de internacionalização ultrarrápido. É a primeira vez que se assiste a um *crash* da bolsa no conjunto dos países capitalistas.

#### *A superacumulação de capital*

Em 1929 foi Wall Street, sendo as outras praças atingidas com um certo atraso; desta vez esse intervalo não foi nem de 24 horas. Na base desse fenômeno, há um fator que vincula a bolsa à economia real e a análise do *crash* à do conjunto da época capitalista na qual estamos. Desde o início do que chamei de a onda longa depressiva, isto é, desde o ano de 1974, quando começa a primeira recessão generalizada na economia capitalista internacional depois da II Guerra Mundial, entramos em uma longa fase depressiva que se caracteriza especialmente por uma taxa de crescimento média, a longo prazo, que é menos da metade daquela dos 25 anos precedentes e se traduz notadamente por uma elevação ininterrupta, através dos altos e baixos da conjuntura, do desemprego, que atingiu quase 40 milhões de pessoas apenas nos países imperialistas.

Durante esse longo período depressivo, a acumulação de capital prossegue, evidentemente, não há crise permanente, isso não existe. Há sempre períodos de recessão seguidos por períodos de retomada. Conhecemos uma recessão em 1974/75, outra em 1981/82, e uma retomada após essa última, que durou de 1983 a 1986. Mas no curso de todas essas retomadas, o investimento produtivo — no sentido mais amplo do termo, em novas fábricas que produzem não somente mercadorias, como também telecomunicações, transportes, eletricidade, gás, infra-estrutura — não manteve o ritmo. Tem havido cada vez menos investimentos produtivos.

Um estudo que apareceu recentemente na Alemanha, do qual a muito conservadora revista *Business Week* dos Estados Unidos louva os méritos, indica que, apesar da redução dos impostos, de um forte aumento dos lucros e dos rendimentos no período 1982/87, os investimentos produtivos feitos pelas grandes empresas alemãs estão em um nível que é de apenas 50%, se não for inferior ao que atingiam no início dos anos 70.

Há, portanto, uma superacumulação de capitais que não são investidos produtivamente, e a razão é bastante simples. Há enormes capacidades excedentes, superproduções reais ou potenciais que pesam no mercado. Há automóveis, aviões, eletrodomésticos em demasia para que se possa produzir. Os capitalistas esperavam, e muitos ideólogos, inclusive no interior do movimento operário, haviam feito eco a essa esperança, que novos produtos e novos setores, como informática, computador pessoal e robótica, tomariam o lugar do automóvel, do eletrodoméstico, da construção, já que esses setores são, na realidade, os que conduziram no essencial a expansão após a II Guerra Mundial.

#### *O excedente de mercadorias*

No entanto é suficiente olhar as cifras de produção e de venda desses setores, computadores pessoais e robótica, para se dar conta de que isso não ocorre. Chega-se apenas a 10% ou 15% de famílias equipadas com computadores pessoais e a 2% ou 3% de postos de trabalho suprimidos por robôs. Portanto, esses setores, esses ramos, esses produtos não tomaram o lugar dos outros e, nessas condições, há, ao lado da superacumulação de capital, uma superacumulação de mercadorias impossíveis de ser escoadas, e uma boa parte de capitais formados continua em líquido ou semilíquido e procura alocações fora da produção.

Não existem 25 possibilidades de alocar 100, 200, 300 bilhões de dólares por ano, há apenas o setor imobiliário e a bolsa. Neles é que esse maná de novos capitais efetivamente se verteu em uma enorme escala há vários anos, o que explica a alta desmesurada das cotações na bolsa e a alta dos preços dos terrenos e das habitações em praticamente todas as grandes cidades do mundo. São altas que não têm nada a ver com qualquer rendimento ou qualquer outra razão econômica; é simplesmente o resultado do fato de que enormes capitais se verteram sobre esses mercados e que a lei da oferta e da procura atuando fez subir enormemente as cotações.

#### *Uma contradição central para a economia capitalista internacional*

Agora, é necessário acrescentar uma contradição que se tornou quase central para a economia capitalista internacional. Os Estados Unidos continuam a ser o principal mercado do mundo. Apenas eles representam quase 40% das importações, das compras do mundo capitalista. Uma boa parte dos haveres líquidos ou quase líquidos tomou a direção dos Estados Unidos simplesmente porque não poderia tomar outro caminho. Difícilmente se veriam os xeiques do petróleo ou os capitalistas japoneses investindo 300 milhões de dólares por ano na Noruega ou na Tanzânia, onde não há o que comprar em tal escala. Portanto, eles se orientaram naturalmente para os Estados Unidos.

Mas, ao mesmo tempo, a competitividade da indústria americana, ou melhor dizendo, a hegemonia do imperialismo americano no mundo capitalista, é irrevogável e constantemente minada.

Darei uma cifra para mostrar com que rapidez esse declínio se afirma. Entre 1981 e 1986, a participação dos Estados Unidos nas exportações mundiais caiu de 20% para 13%. Jamais na História do capitalismo se conheceu um declínio assim tão rápido de participação da

principal potência. Analisando o declínio da Grã-Bretanha, ele se estendeu durante várias décadas.

Todos esses capitais externos se dirigiram aos Estados Unidos no momento mesmo em que começava um movimento de déficit da balança comercial americana. Os americanos importam mais e mais e exportam cada vez menos, guardadas as proporções. O movimento esboçado continuou a se desenvolver no curso dos dez últimos anos e se acentuou e se agravou a partir do início dos anos 80. Se se tomam conjuntamente esses dois movimentos, afluxo de capitais para os Estados Unidos e déficit crescente da balança comercial americana, o resultado desemboca fatalmente em duas direções. O declínio contínuo da taxa de câmbio do dólar com relação às outras divisas é inevitável. Os americanos têm necessidade cada vez mais de ienes, marcos, francos suíços etc para pagar sua conta de importações, enquanto a demanda de divisas estrangeiras aumenta mais acentuadamente que a demanda de dólares e, portanto, o dólar cai.

Mas, ao mesmo tempo, os americanos têm necessidade desses capitais externos para cobrir esse déficit, pois eles não têm praticamente mais reservas de câmbio para cobrir a conta. Se não recebem capitais externos, são encurralados na situação de um vulgar Peru, de um vulgar Brasil, para não dizer de uma vulgar Polônia, ou seja, em uma situação de bancarrota, na qual não podem pagar por suas importações. Devem atrair capitais externos e, para conseguir isso, com uma moeda nacional em constante perda de valor, devem estabelecer taxas de juros substancialmente mais elevadas do que aquelas que se obtêm em Tóquio, Frankfurt, Zurique ou Amsterdã. Na taxa de juros dos Estados Unidos está incluída o que se pode chamar taxa de risco contra a desvalorização do dólar, uma taxa da ordem de 3% a 4% que se adiciona à taxa de juro real. Tem-se aí um mecanismo quase automático, e é o capital financeiro japonês, que exporta capitais para os Estados Unidos ao ritmo de 140 bilhões a 150 bilhões de dólares ao ano, ou seja, 12 bilhões de dólares por mês, que mais lucros tem com estes movimentos de reorientação e de reestruturação do capitalismo internacional.

#### *O papel do capital japonês*

No mês de agosto de 1987 bruscamente essa cifra caiu 90%, passando de 12 bilhões de dólares para aproximadamente 1 bilhão apenas. Foi o pânico em Wall Street, em Washington: os japoneses ariscavam não mais cobrir o déficit da balança comercial americana. Com os japoneses começando a se retirar da bolsa de Nova York, a resposta, como se viu, foi a alta da taxa de juros de 7% a 7,5% e, em consequência, as cotações das ações em Wall Street afundaram. Vê-se, assim, como o mecanismo puramente técnico da bolsa está ligado não somente a aspectos estruturais do capitalismo tardio mas também à modificação das correlações de forças interimperialistas, com todas as suas consequências.

Algumas vezes se apresentou a queda do dólar como uma espécie de conspiração do imperialismo americano para punir seus parceiros/concorrentes e restabelecer o equilíbrio de sua balança comercial. Do ponto de vista puramente técnico, os resultados não são con-

venientes. Quando o valor do dólar cai, é verdade que as exportações tornam-se mais fáceis, mas é verdade também que as importações tornam-se mais caras. Enquanto o efeito sobre as importações, especialmente as importações de petróleo dos Estados Unidos, é imediato, os efeitos sobre as exportações advêm somente a médio prazo, e, algumas vezes, se fazem esperar indefinidamente. Pode-se ter um déficit comercial crescente apesar da queda do dólar: é ao que se chegou em agosto e setembro, e o que assustou os pequenos investidores da bolsa e os especuladores. É uma das explicações psicológicas para a queda das ações no dia 19 de outubro.

Entretanto, há um aspecto mais importante, mais estrutural que esse aspecto formal. Quando o dólar cai, admitamos que as exportações sejam estimuladas, mas ao mesmo tempo todos os haveres reais nos Estados Unidos, como fábricas, ações, terrenos, construções tornam-se mais baratas para os capitalistas estrangeiros. Um capitalista japonês, alemão, suíço ou holandês vai hoje gastar 40% a menos que há dois anos para comprar fábricas, ações, terrenos, construções nos Estados Unidos.

Isso quer dizer que, atrás da pretensa conspiração, na qual não acredito, do imperialismo americano para deixar cair o dólar, haveria da parte do imperialismo americano uma formidável política de alienação deliberada de seus haveres, de seus ativos, de suas propriedades em benefício dos capitalistas estrangeiros. Ora, já que o mercado das fábricas é fortemente bloqueado pela intervenção do governo americano, toda essa enorme massa de capitais se dirigiu para os instrumentos financeiros, a bolsa e o setor imobiliário.

#### *O anúncio de uma reestruturação do grande capital monopolista*

Nesse sentido, pode-se dizer, de um ponto de vista estrutural, que, muito mais importante do que a análise conjuntural do fenômeno da bolsa, o *crash* anuncia uma reestruturação do grande capital monopolista de alguns países-chave, no sentido inverso daquele que ocorreu no início dos anos 70. Falou-se, para caracterizar a política de Thatcher e de Reagan, de desindustrialização. Na época do imperialismo, a desindustrialização impulsionada até o fim significa a perda de poderio militar e econômico. Portanto, esse movimento deveria ser invertido, e a enorme desvalorização, a enorme perda de valor, de substância, do capital bancário, especulativo, financeiro, desde o dia 19 de outubro, marca o início dessa reestruturação.

O pêndulo vai novamente mudar de sentido, e não é um segredo dizer que isso será acompanhado de mudanças políticas. Há uma equipe política determinada que conduziu essa desindustrialização e esse incentivo à especulação e aos ganhos fáceis; mas há uma outra equipe que vai fazer uma política em sentido inverso. Após dez anos de desventuras, de ofensiva neoliberal a todo o vapor, os neoliberais estão hoje nocauteados...

É raro na História ver uma mudança de espírito, de ideologia, de classe dominante assim tão rápida como a que vimos nos últimos quinze dias. Eis dois exemplos. Na primeira página do *International Herald Tribune*, na segunda-feira 26 de outubro, há um artigo tomado do *New York Times* que começa pela extraordinária frase, que nenhum



social-democrata teria ousado dizer há um mês atrás: "O mundo arisca ser precipitado em uma grave depressão, tudo depende do fato de saber se as forças incontrolláveis do mercado nos precipitarão no caos ou se a interpretação racional e razoável dos governos nos tirará do impasse". Tal é o credo dirigista clássico em tempo de crise. Onde está a fé no mercado?

#### Os avatares da privatização da BP

Um segundo exemplo: *madame* Thatcher havia anunciado no Congresso dos Conservadores, há três semanas, que a grande revolução inglesa tinha chegado: pela primeira vez havia mais pequenos acionários que membros de sindicatos, ou seja, 10 milhões. Mas o governo Thatcher, imprudentemente, sem fazer previsões, sem se dar conta do que iria se passar na bolsa, mesmo no caso de uma operação na bolsa, desencadeou a privatização da maior companhia nacional britânica, a British Petroleum (BP), e fixou um preço de subscrição de 330 pences por ação. As pessoas iriam se precipitar, isso seria um incentivo com relação aos preços das ações na bolsa, não muito importante aliás, da ordem de 10%, aproximadamente. Ainda de forma mais imprudente, muitos agentes de câmbio, banqueiros, intermediários financeiros, a nível internacional, se precipitaram sobre a comissão.

Toda a sabedoria burguesa, como se diz na Inglaterra, está contida em três palavras "*pounds, schillings and pences*" enquanto se precipitavam sobre esse maná assegurado e haviam proposto ao governo em troca de uma porcentagem, 2% de comissão, garantir os 330 pences por ação. E eis que chega o dia 19 de outubro, e eis que despenca a ação da BP na bolsa de Londres e, portanto, na bolsa de New York, a cerca de 260 pences, perda certa para os abonadores, de 70 pences por ação, no total perda de cerca de 2 bilhões de dólares, se a operação se mantiver.

#### A forma mais clássica do neokeynesianismo

Então, esses grandes admiradores das leis do mercado, esses grandes liberais, esses grandes adversários do dirigismo e do intervencionismo estatais se precipitaram, mas realmente se precipitaram, sobre Thatcher dizendo "não há mais compromisso, havia compromisso na alta, mas não na baixa, é necessário que você anule este contrato, ele não vale mais, queremos nossos bilhões, o governo deve nos salvar, senão será a bancarrota".

Lamentável espetáculo esse de um governo que deixa arruinar centenas de milhares de pequenos acionistas sem colocar um centavo, mas que intervém, evidentemente, quando alguns grandes bancos arriscam perder 2 bilhões de dólares. Houve intervenção oficial do governo canadense, do governo dos Estados Unidos, para salvar algumas grandes casas de corretagem. No Canadá, a maior delas arriscava perder mais de 1 bilhão de francos suíços, e finalmente houve um compromisso, sendo que uma parte dessas perdas será absorvida pelo Banco da Inglaterra. Mas nesse apelo à intervenção pública há um contra-senso e um absurdo fundamental. Todos os governos do mun-

do imperialista pressionaram com vigor o governo dos Estados Unidos para sustar o déficit orçamentário americano. No entanto, são os Estados Unidos, por mais monetarista que seja seu credo e por mais conservador que seja Reagan, os primeiros a aplicar uma política neokeynesiana de expansão da demanda global para sair da recessão de 1980/82.

Pois o déficit orçamentário, de 150 bilhões de dólares anuais, é a forma mais clássica do neokeynesianismo, é o déficit *spending*, o crescimento da demanda, ou da massa monetária, isso dá no mesmo. Pode-se, evidentemente, discutir o modo pelo qual são distribuídas as generosidades, aí onde os neoconservadores se desforram; são essencialmente as despesas militares, isenções aos ricos através da reforma fiscal, mas, ao mesmo tempo, reduções dos gastos de infra-estrutura pública. Hoje, metade das pontes nos Estados Unidos não são mais seguras e arriscam cair, pois não se investe mais nada em matéria de trabalhos públicos há anos.

Sobre o plano social, eles foram mais prudentes no que diz respeito ao seguro-doença, que é sagrado nos Estados Unidos, como é sagrado na Europa, mas fora do seguro-doença, *medicare et medicaid*, eles golpearam os gastos sociais como fizeram como conservadores em todo o mundo. Globalmente, sobretudo via expansão do orçamento militar, houve, portanto, um crescimento da demanda global, da massa monetária, e daí a retomada econômica da qual se beneficiaram todos os países capitalistas. O mercado interno americano inflado atraiu não somente os capitais, mas sobretudo mercadorias e não somente mercadorias japonesas, alemãs e, em menor medida, italianas, francesas, britânicas, belgas etc, mas também mercadorias de vários países do Terceiro Mundo, semi-industrializados, como Brasil e, parcialmente, México, Coréia do Sul, Formosa, Hong Kong, que têm todos, atualmente, uma balança comercial positiva em relação aos Estados Unidos.

#### A dívida do Terceiro Mundo

Um dos aspectos menos compreendidos e mais irracionais de como a economia capitalista funciona hoje é a famosa questão da dívida do Terceiro Mundo. Além do fato, evidente, de que o capital não será jamais reembolsado, mesmo o serviço dessa dívida, bastante pesado, não pode ser pago se esses países não têm um superávit comercial com os países imperialistas, ou seja, com os Estados Unidos. De outra forma, de onde tirariam eles os dólares para pagar os juros sobre a dívida? Isso quer dizer que todo o absurdo dessa política se traduz pelo fato de que, insistindo para que se pague o serviço da dívida, os Estados Unidos, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial insistem para que o déficit da balança comercial dos Estados Unidos aumente. Esse é o único meio de que dispõem os países do Terceiro Mundo para pagar a dívida.

Mas se se diz hoje nos Estados Unidos: basta, não mais déficit, todo esse belo mecanismo, que tem mantido o nariz da economia capitalista internacional, digamos 5 centímetros acima d'água no curso dos cinco últimos anos, todo esse mecanismo é suspenso e o nariz desliza para o fundo da água. Se não há mais déficit orçamentário nos Estados Unidos, há uma retração do mercado interno e



das importações dos Estados Unidos, terminam a expansão alemã e a japonesa e também o pagamento dos juros sobre a dívida externa da Coreia do Sul, do México, do Brasil, da Argentina etc — é a recessão que se amplia dos Estados Unidos para todos os países capitalistas.

Penso que isso vai ocorrer fatalmente em 1988. E será uma recessão nas piores condições, muito mais nociva para a economia capitalista internacional do que a recessão de 1980/82. Porque, enquanto a inflação estava em recuo no curso dos cinco, seis ou sete últimos anos, ela vai fatalmente tornar a subir ao menos nos Estados Unidos, talvez na Alemanha e no Japão. Dos Estados Unidos, ela vai estender-se a todos os países do Terceiro Mundo onde já se faz presente, mas onde vai se acentuar, e vai atingir os países capitalistas mais fracos, como França, Itália, Grã-Bretanha. Por quê? O governo dos Estados Unidos fez algo que é um contra-senso econômico, ele quis, a todo preço, baixar as taxas de juros para deter a queda das cotações na bolsa. Ele o conseguiu, um pouco, mas para isso inchou a massa monetária. Inchando-se a massa monetária com uma moeda já desvalorizada, reanima-se também a inflação, e a taxa de juros volta a subir. Já os japoneses quase cessaram de comprar papel americano e especialmente os bônus do Tesouro desde o mês de agosto. Há uma próxima emissão de bônus do Tesouro este mês nos Estados Unidos. Se os japoneses hesitarem em comprar, as taxas de juros vão voltar a subir em 1 ponto, em 2 pontos ou mais, com uma taxa de inflação que já é de 5%, os resultados se transmitem no sentido do encarecimento das importações.

A questão que está colocada é substituir o déficit orçamentário dos Estados Unidos por uma expansão alemã e japonesa para evitar uma recessão internacional. Isso não parece realista por duas razões. Em primeiro lugar, observando-se o mercado interno na Alemanha, talvez o país imperialista mais sólido hoje, ele não tem senão 60 milhões a 65 milhões de habitantes, não podendo substituir um mercado de 240 milhões de habitantes, como o dos Estados Unidos. A Alemanha não pode importar do Brasil, dos Estados Unidos, da Coreia do Sul, de Taiwan, do México tudo o que os Estados Unidos importam hoje. Além disso, esses dois países, a Alemanha e o Japão, conheceram eles próprios uma evolução paralela, e seus investimentos produtivos são muito, muito limitados. As grandes empresas japonesas têm praticado o alocamento financeiro, a especulação, o rendimento rápido à custa da produção. A última grande vaga de investimento foi na televisão em cores, mas isso se acabou. Não há mais uma nova retomada equivalente. Eles se lançaram, portanto, em operações financeiras. O poder de compra, os salários reais sendo 40% mais baixos do que na Europa, o mercado interno não permite absorver uma massa de mercadorias importante.

Mas há uma razão mais profunda, que é a mundialização. A mundialização, a internacionalização do capital, da especulação e da bolsa, que tem por fenômeno real subjacente a existência de grandes empresas internacionais que produzem mundialmente, não tem de forma semelhante um Estado internacional do capital que faria, a nível internacional, o que Roosevelt pôde fazer nos Estados Unidos,

Churchill na Inglaterra, De Gaulle na França etc. Não há uma autoridade política reconhecida e que tenha a força de se impor internacionalmente no conjunto do capital. O capital continua a ser política e militarmente fracionado em Estados autônomos e independentes uns dos outros, e isso não ocorre por acaso. Isso reflete fundamentalmente a propriedade privada, a concorrência e a utilização do Estado pelas frações do capital organizadas nacionalmente para defender seus interesses próprios, particulares. Em períodos de crise, a concorrência, as contradições, a competição interimperalista se acentuam.

#### *O caminho da recessão*

Essa inevitável recessão será quase do mesmo tipo que a de 1974/75 ou de 1980/82, ou será que ela vai ser muito mais grave? É ainda muito cedo para responder a essa questão.

A cadeia da economia capitalista foi quebrada no seu elo mais fraco, a bolsa, viu-se por quê. Dois elos intermediários sucessivos estão hoje ameaçados. Uma série de sociedades de agentes de câmbio e de bancos de negócios investiu na especulação da bolsa em grande escala. Eles têm a descoberto dezenas de milhões de dólares que os governos e os bancos centrais vão cobrir ou não. É possível que eles cubram, mas não se sabe até que ponto. Isso se decidirá nas próximas semanas.

O outro elo frágil é uma série de Estados ameaçados de bancarrota. Sobretudo países do Terceiro Mundo, mas não somente. Alguns dos países imperialistas estão endividados até o pescoço e, desde que ocorra uma recessão, eles podem se encontrar em dificuldades bastante graves. Hoje já é claro que apenas o receio da recessão desencadeou um movimento de queda das cotações de matérias-primas que atinge muito duramente alguns dos países do Terceiro Mundo, os mais expostos, e que o início da recessão atingirá duramente as exportações de países como Brasil, em que a recessão verdadeiramente já começou, Coreia do Sul, Formosa ou Hong Kong, que estão ainda em plena expansão e podem cair na recessão de um dia para o outro. Vários desses países podem se achar em uma situação de incapacidade de pagamento.

#### *O outro lado do precipício*

O terceiro elo, decisivo, é que uma série de falências começando no setor financeiro poderia se estender a algumas grandes multinacionais industriais e mineiras. Isso não é uma previsão, está no campo das possibilidades. Se a solidez financeira de algumas dessas grandes empresas é, de um dia para o outro, abalroada, por menos que suas vendas e sua cifra de negócios baixem, elas podem se achar do outro lado do precipício.

Portanto esses três elos ainda não foram quebrados, mas podem sê-lo. Se eles são quebrados, é uma crise bastante grave; se eles não se quebram, é a repetição da crise de 1980/82. A deterioração da economia capitalista pode estender-se por vários anos, passar por fases sucessivas, de recessão, estagnação, nova recessão, isso é possível, mas não é certo.

Quais são as conseqüências sociais de tudo isso? Indiquei três elos sucessivos, após o da bolsa, eu não disse aquele que nos interessa mais, que interessa aos trabalhadores, às massas populares a nível internacional, a saber, o elo das finanças da segurança social. Elas estão em má situação em todos os países. É o resultado acumulado de quinze anos de depressão, de desemprego massivo. Procurou-se "esticar a corda" porque os burgueses, para não dizer os reformistas, sabem perfeitamente que esse é o terreno mais explosivo, esse sobre o qual as massas populares arriscam responder mais duramente, é a conquista mais importante, sobretudo o seguro-doença e as aposentadorias. Mas se as finanças estão em deterioração total, se os recursos do Estado diminuem em conseqüência da recessão, esse elo arrisca ser ameaçado. Ele não vai necessariamente ser quebrado, mas há uma relação imediata entre a crise econômica e a crise social.

Atualmente, a cifra oficial é de 31 milhões a 32 milhões de desempregados nos países imperialistas. A cifra real citada pela Organização Internacional do Trabalho — OIT — é de cerca de 40 milhões de desempregados. Todos os governos são engenhosos em descartar das estatísticas as pessoas que não cessaram de viver nem de procurar trabalho, simplesmente as eliminaram do registro. A realidade é mais próxima dos 40 milhões. É necessário se dar conta de que isso representa, com os membros de suas famílias, cerca de 100 milhões de pessoas, apenas nos países mais ricos do mundo, sem contar o Terceiro Mundo.

Se essa cifra aumenta 10% ou 15% durante a próxima recessão, não estamos muito distanciados de uma crise bastante grave, apesar da segurança social, apesar dos subsídios-desemprego. Uma outra cifra assustadora que poucos conhecem: no conjunto dos países imperialistas, cerca da metade dos desempregados não é mais indenizada, ou seja, vive de beneficência pública. Falou-se de uma nova pobreza; isto é absurdo pois não há nada de novo nessa pobreza que sempre existiu, mas o que se quer designar é o empobrecimento, o agravamento da miséria em países como Portugal, Espanha, sul da Itália, assim como França e Grã-Bretanha. Há diferenças entre países, mas a tendência geral é inquietante.

Creio que temos razão ao insistir no fato de que, como em 1929, o primeiro efeito de tudo isso sobre a classe operária, o movimento operário, a capacidade de resposta dos trabalhadores contra a agressão que sofrem em todos os lugares, não é positivo. Com uma massa de desempregados, com o medo do desemprego, do empobrecimento, sobretudo na ausência de um movimento operário bem estruturado, consciente, organizando a resposta com confiança e tendo sucesso em estabelecer ou restabelecer a unidade das forças operárias, o que não existe em parte alguma, a primeira reação tem sido antes a fragmentação das respostas, o salve-se-quem-puder, ou a individualização da busca de uma solução.

#### *Nenhuma nova expansão prevista*

À medida que a crise se configurar, em que a ofensiva ideológica e política da burguesia for questionada como ela o é hoje pelo agravamento da crise, as coisas poderão mudar. Não digo que mudem rapi-

damente; após 1929, foi necessário esperar cinco anos para que isso ocorresse. Não foi senão em fevereiro de 1934 que a resposta operária começou na Europa, na França, na Áustria.

Os que tinham ainda ou ilusão ou crença em um reajuste geral da economia capitalista, de uma aterrissagem suave da longa depressão para uma nova expansão, a médio prazo, estão hoje desapontados. É claro, após essa grave crise da bolsa, que isso está fora de questão.

Uma retomada expansiva, profunda e ampla dessa economia nos anos vindouros está totalmente excluída. Seria necessária uma modificação radical da situação, uma derrota muito grave da classe operária, ou mudanças radicais nos países do Leste Europeu para que a confiança pudesse voltar, para que o mercado pudesse se ampliar, para que os investimentos pudessem ser retomados no ritmo dos anos 50 e 60. Isso está fora de questão, no momento.

*Palestra feita em conferência realizada em Paris em 3 de novembro de 1987*



Foto: Pepe

*Ernest Mandel nasceu na Bélgica, em 1923. É atualmente reconhecido internacionalmente como um dos grandes teóricos marxistas.*

*A sua militância teve início já na resistência à ocupação nazista da Bélgica no final da década de 30. Prosseguiu como dirigente do Partido Socialista Operário (da Bélgica) e da IV Internacional, à qual aderiu em 1940.*

*A sua vasta produção teórica cobre os campos da história do movimento socialista, da economia política, dos debates sobre o Estado e a estratégia revolucionária e ainda dos estudos da transição para o socialismo.*

*Entre as obras mais conhecidas de Ernest Mandel estão Tratado de Economia Marxista, publicado pela primeira vez em 1962, A formação do pensamento econômico de Karl Marx (Ed. Zahar), O capitalismo Tardio (Ed. Abril) e Além da Perestroika (Ed. Busca Vida).*



Foto: Pepe

*Ernest Mandel nasceu na Bélgica, em 1923. É atualmente reconhecido internacionalmente como um dos grandes teóricos marxistas.*

*A sua militância teve início já na resistência à ocupação nazista da Bélgica no final da década de 30. Prosseguiu como dirigente do Partido Socialista Operário (da Bélgica) e da IV Internacional, à qual aderiu em 1940.*

*A sua vasta produção teórica cobre os campos da história do movimento socialista, da economia política, dos debates sobre o Estado e a estratégia revolucionária e ainda dos estudos da transição para o socialismo.*

*Entre as obras mais conhecidas de Ernest Mandel estão Tratado de Economia Marxista, publicado pela primeira vez em 1962, A formação do pensamento econômico de Karl Marx (Ed. Zahar), O capitalismo Tardio (Ed. Abril) e Além da Perestroika (Ed. Busca Vida).*

Cheio de razão, Mandel impugna a fórmula do "capitalismo monopolista de estado", tanto quanto a ambigüidade do termo "neocapitalismo" para nomear o que determina como "a terceira fase do modo de produção capitalista" (subsequente ao período concorrencial e ao imperialismo clássico). É inclusive o primeiro a "exprimir pesar" pela incapacidade de propor uma denominação mais apropriada, considerando que **capitalismo tardio** é "insatisfatório porque de ordem cronológica e não sintética", mas sem detectar a impropriedade decisiva de seu batismo "provisório", pois a expressão escolhida inverte e abandona a linha clássica do uso marxiano, que sempre reservou todas as flexões e ressonâncias daquela para indicar o desenvolvimento capitalista retardatário e atrasado. Não é excessivo entender esse defeito como uma manifestação tópica de questões marxológicas muito mais importantes, dado que em sua notabilidade a obra mandeliana não se desembaraça do viés gnoseológico, e por isso é envolvida nos "dilemas" relativos à articulação entre as supostas análises **lógica** e **histórica**, que também pretensamente caracterizariam os procedimentos metodológicos marxianos.

Todavia, a força e a grandeza do trabalho intelectual mandeliano ultrapassa generosamente a problematicidade de certos aspectos de sua apreensão do legado teórico de Marx. Ímpar na sustentação e fidelidade às diretrizes ideais e práticas desse atualíssimo filósofo alemão, Ernest Mandel exterioriza ao máximo sua capacitação científica quando, debruçado sobre o capitalismo contemporâneo, escava por todos os meios - com detalhe e paciência de ourives e amplitude e ousadia de demiurgo - as evidências factuais e processuais da crise estrutural que matriza, sustém e atormenta a sociabilidade mundializada do capital.

**A CRISE DO CAPITAL - os fatos e sua interpretação marxista** é precisamente isso, o brilhante e minucioso acompanhamento dos fluxos e refluxos da economia capitalista na "**onda longa depressiva**", que desde os finais dos anos sessenta preside a lógica de seus andamentos em todos os recantos planetários.

**A CRISE DO CAPITAL**, em suma, é uma refutação sólida e eloquente, objetiva e interessada do misticismo apologético que alardeia com estridência a perenização da (des)ordem econômica e societária do capitalismo.